UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

**O *DOMINIUM* SOBRE OS INDÍGENAS E AFRICANOS E
A ESPECIFICIDADE DA SOBERANIA RÉGIA NO
ATLÂNTICO**

Da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615)

Rodrigo Faustinoni Bonciani

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História
Versão corrigida

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

São Paulo

2010

Este trabalho é dedicado a Carmelita, Clarissa e Rosa

Agradecimentos

Esta tese não existiria sem a generosidade e o saber dos professores Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Ana Paula Torres Megiani, Maria Cristina Wissenbach, Rafael Ruiz Gonzalez, Rafael de Bivar Marquese, Silvia Hunold Lara, Marina de Mello e Souza, Adone Agnolin e Laura de Mello e Souza.

Agradeço à CAPES a bolsa concedida no mestrado e à FAPESP, a bolsa de doutorado direto, que viabilizaram a concretização deste trabalho.

A pesquisa em Portugal só foi possível com a bolsa da Cátedra Jaime Cortesão e Instituto Camões e o apoio da professora Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini. O professor Dr. Pedro Cardim recebeu-me no Centro de História de Além-Mar, da Universidade Nova de Lisboa, e orientou meu trabalho nas bibliotecas e arquivos portugueses. Sou grato também à professora Dra. Catarina Madeira Santos pelas sugestões valiosas. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca da Ajuda. Aos amigos de Lisboa, Gustavo Toshiaki, Rosa, José, Ynaiê, Mariana, Yuka.

A pesquisa na Espanha foi financiada por uma bolsa da Fundación Carolina. No Consejo Superior de Investigaciones Científicas, em Madri, contei com o apoio intelectual de José Andrés-Gallego e de Rafael Valladares. Gostaria de agradecer também ao professor Dr. José Manuel Santos Pérez, da Universidade de Salamanca. Aos funcionários dos Arquivos de Simancas, de Índias e da Biblioteca Nacional de Madri. Aos colegas latino-americanos do “Máster de Historia del Mundo Hispánico”, que me ajudaram a pensar o Brasil e sua história em uma dimensão ibero-americana. À alegria e sabedoria de Manolo e a meu querido *hermano* Ernesto Basi.

Gostaria de agradecer também aos colegas do Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política (NEACP), do Temático Dimensões do Império Português e da Linha de Pesquisa Escravidão e História Atlântica.

Meus agradecimentos aos amigos de Universidade, Jorge, Cláudio, Lucas, Alexandre, Virgínia, Diana, Ricardo, Dirceu, Fransueldes, Lidiane, Camila. E aos amigos da vida, Felipe Cremonese, Miguel Sokol, Antonio Prata, Paulo Werneck, Gustavo Mayrink, Anita, Tiago Haddad, José Vicente da Veiga, Rodrigo Travitsky, Jonas Sister, Cristiano Scabello, Ricardo Martins, Sergio Cohn, Pedro Cesarino, Renato Martins, Luana Villutis, Huberlan, Antonio Cesarino, Ana Maria Niemeyer, Victor

Knoll, Maria Cecília Forjaz e Laura Knoll. Aos meus alunos, incansáveis historiadores e incentivadores de minhas pesquisas e teses. Aos diálogos riquíssimos entre a história e o teatro, com a Cia. Livre de Teatro e Cibeles Forjaz, entre a história e as artes plásticas, com Gilberto Mariotti, entre a história e a geografia, com Antonio Carlos, entre a história e a ciência dos materiais, com Gélío Ferreira.

Aos meus familiares fica o agradecimento pelo afeto e pelas histórias de vida que inspiram minha trajetória. Aos meus pais, Rosa Dalva e Mario Bonciani, o apoio incondicional em todas as minhas escolhas e o interesse compartilhado em desvendar as relações humanas. A minha irmã Gabriela, a querida Carmelita e a Ana Carolina. Agradeço especialmente a Luiza Esmeralda Faustinoni a leitura atenta do meu trabalho, comentários e sugestões.

Finalmente, a minha mulher e companheira, Clarissa Knoll, musa de todas as horas, incentivadora intelectual, por sua paciência em apoiar este “homem em tese”.

Resumo

O processo de formação das monarquias ibéricas e as experiências de colonização na América e na África definiram uma configuração das relações de poder político e *dominium* em uma perspectiva ibero-atlântica, que teve início na passagem do século XV para o XVI, consolidou-se com a União Ibérica e entrou em crise na década de 1610. O conceito de *dominium* é referência para o nosso estudo porque nos permite analisar, em uma perspectiva dialética, as relações entre o público e o privado, o poder e a propriedade.

Após o primeiro momento da colonização, iniciado em 1493 com a conquista e ocupação territorial das ilhas de São Tomé e Espanhola, e definido pela delegação de amplos poderes a particulares, as Coroas ibéricas passaram a intervir nas relações de tutela e escravidão dos indígenas e africanos, a fim de estabelecer a preeminência de seu poder sobre as sociedades ultramarinas. Um marco importante de intervenção ocorreu entre 1542 e 1549: nas Índias Ocidentais, por meio da criação dos vice-reinados e das *Leis Novas*, no Brasil, pela instituição do governo-geral e o esboço de uma política indigenista, medidas essas articuladas à ampliação e maior controle do tráfico de escravos africanos. Entre as décadas de 1570 e 1590 o poder monárquico ibérico se configura em uma perspectiva imperial atlântica, baseada na complementaridade entre as formas de *dominium* sobre os indígenas e africanos. A política de Felipe III foi o marco culminante desse processo que definiu os limites a essa nova arquitetura de poder.

Palavras-chave

Dominium, escravidão, liberdade, poder, história política

Abstract

The establishing process of the Iberian monarchies and the colonization experiences in America and Africa has defined an arrangement of political power and *dominium* in the Iberian Atlantic perspective. Such process began in the transition from the XV century to the XVI, was consolidated with the Iberian Union and was in crisis in mid-1610. The concept of *dominium* is a key reference for our study since it allows us to analyze, in a dialectical perspective, the relations between public and private, as well power and property.

After the first moment of colonization, from 1493 with the conquest and territorial occupation of the islands of São Tome and Espanhola, and defined by the comission of broad powers to private agents, the Iberian crowns began to intercede in the relations of tutelage and slavery of Indians and Africans to establish the primacy of its power on colonial societies. An important landmark of intervention occurred between 1542 and 1549: in the Western Indies, through the creation of the viceroyalties and the *New Laws*, and in Brazil through the foundation of a general government and an outline of an Indian policy, such measures were articulated to the expansion and to achieve larger control of the African slave trade. Between the 1570s and 1590s the Iberian monarchical power was designed in an Atlantic imperial perspective, based on the complementarity between the forms of *dominium* over Indians and Africans. The policy of Philip III was the culmination of this process that defined the boundaries and resistances to that new power architecture.

Keywords

Dominium, slavery, freedom, power, politic history

SUMÁRIO

Introdução.....	p. 9
------------------------	-------------

CAPÍTULO 1

O PODER RÉGIO NAS ILHAS ATLÂNTICAS E A CENTRALIDADE DO <i>DOMINIUM</i> SOBRE AS POPULAÇÕES NÃO CRISTÃS (1493-1534).....	p. 25
--	--------------

1.1. O <i>dominium</i> sobre as populações não cristãs: da “reconquista” à expansão insular.....	p. 28
1.2. O poder régio nas cartas de doação da capitania da Ilha de São Tomé e nas instruções de governo da Ilha Espanhola.....	p. 40
1.3. A emergência de poderes coloniais nas ilhas.....	p. 63
1.4. A especificidade das políticas ultramarinas de Portugal e Castela.....	p. 77

CAPÍTULO 2

O PODER RÉGIO NAS AMÉRICAS E SUA CONEXÃO AFRICANA: ENTRE A FINALIDADE ESPIRITUAL E A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA (1535-1568).....	p. 96
---	--------------

2.1. A liberdade indígena e a eminência do poder apostólico nas Américas.....	p. 99
2.2. Perspectivas do poder régio nas Américas: <i>Leis Novas</i> , governo-geral e ampliação do tráfico de africanos.....	p. 112
2.3. A emergência do poder missionário.....	p. 128
2.4. A especificidade do poder régio na colonização das Américas.....	p. 148

CAPÍTULO 3

A DISPUTA PELO <i>DOMINIUM</i> DOS INDÍGENAS E AFRICANOS E A CRIAÇÃO DO ESPAÇO IBERO-ATLÂNTICO (1570-1596).....	p. 154
--	---------------

3.1. O fortalecimento dos governadores-gerais e vice-reis.....	p. 158
3.2. A União Ibérica em perspectiva atlântica.....	p. 179
3.3. Leis indigenistas, <i>asiento</i> de escravos africanos e governo-geral em Angola.....	p. 188
3.4. O <i>dominium</i> e o poder político em perspectiva ibero-atlântica.....	p. 208

CAPÍTULO 4

A CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E *DOMINIUM* EM PERSPECTIVA IBERO-ATLÂNTICA (1601-1615)..... p. 210

- 4.1. A disputa pela vassalagem dos *sobas* e pelo tráfico de africanos..... p. 214
- 4.2. A disputa pelos índios e a configuração dos poderes políticos nas Américas..... p. 225
- 4.3. A configuração das relações de poder político e *dominium* em perspectiva ibero-atlântica..... p. 238
- 4.4. O *dominium* sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico.....p. 247

Considerações finais.....p. 274

Abreviaturas usadas no texto.....p. 279

Arquivos e bibliotecas, com a descrição de alguns fundos e manuscritos consultados.....p. 280

Fontes impressas e digitalizadas.....p. 294

Bibliografia.....p. 303

Introdução

As especificidades das monarquias ibéricas e as experiências de colonização na América e na África, entre o fim do século XV e princípio do XVII, definiram uma configuração das relações de poder político e *dominium* em uma perspectiva ibero-atlântica. O termo *dominium*¹ tinha um significado polissêmico entre as noções de propriedade (*dominium rerum*), de poder doméstico (*potestas oeconomica*) e de poder público (*publica potestas*). Em torno deste conceito definiram-se as bases da legitimidade do domínio europeu sobre os espaços ultramarinos, as modalidades de sujeição das populações indígenas e africanas e as formas de relacionamento entre os poderes europeus e os agentes da colonização.

A primeira especificidade do poder régio nos espaços ultramarinos era a ausência física do rei. O rei agia de forma indireta, delegada e por meio de pessoas e instituições que o representavam, ou que representavam algum aspecto de seu poder. Esse ponto de partida significava uma importante diferença em relação aos espaços de poder na península ibérica, em que a corte e o rei itinerantes eram condições *sine qua non* para o reconhecimento da autoridade régia, para a definição das relações de vassalagem e dos pactos sociais. Além dos elementos tradicionais da superioridade jurisdicional² e das *regalias*³, a expansão ultramarina exigia, desde o começo, o

1 “O termo *dominium* foi objeto de um longo debate de ordem conceitual, até a definição restritiva proposta por Hugo Grotius. Antes dele, a definição dominante e habitualmente utilizada nos tratados jurídicos foi aquela elaborada por Domingo de Soto no seu tratado *De iustitia et iure*, de 1556. Sua definição compreende duas dimensões: faculdade e direito (*facultas et ius*) sobre alguma coisa, em vista de uma utilização pessoal do objeto de *dominium*, segundo as formas autorizadas pela lei. *Dominium* é, portanto, distinto de posse, de uso e de usufruto, porque integra também a dimensão da alienação. (...) *Dominium* é um conceito intermediário entre a propriedade (que compreende o *utendi*, o *fruendi* e o *abutendi*, atualmente resumidos na noção de propriedade privada) e a soberania (conceito que encontra uma primeira definição no século XVI, sob a pluma de Jean Bodin), e encontra-se na origem da concepção moderna de poder político, ou público.” Traduzido de ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil : les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVI-XVII siècles)*. 1998. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1998, p. 206. Procuro, neste trabalho, apreender o sentido polissêmico do termo, que relaciona, de forma dialética, os esforços teóricos de diferenciar os âmbitos de *dominium* e as experiências de dominação, marcadas pelas intersecções, contradições e complementaridades entre o público, o doméstico e o privado. Em sua lógica colonial, cristã e europeia, o *dominium* refere-se à sujeição das populações não cristãs e não brancas, e remete aos âmbitos privado, doméstico e senhorial. Enquanto as relações de poder político pressupõem o reconhecimento de uma *pertença* comum (cultural, histórica e religiosa).

2 Jésus Villanueva López define os seguintes elementos da *plenitudo potestatis* régia na península ibérica, entre os séculos XIII e XVI: (1) Jurisdição suprema, definida pela noção de *merum imperium*; (2) O

desenvolvimento de novas estratégias, formas de representação e comunicação de seu poder.

O segundo elemento diferencial do poder régio era que as riquezas, os nativos⁴ e as terras “descobertas”, doados ou encomendados pelas bulas papais, eram incorporados diretamente ao patrimônio e à jurisdição da Coroa, como inalienáveis e imprescritíveis. Diferentemente dos espaços de poder europeu, em que havia senhorios, jurisdições e direitos (costumes) com grande autonomia ou independentes do rei e da Coroa, nos espaços ultramarinos, as doações papais concediam aos reis cristãos “pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição”⁵, como se se tratasse de terras vacantes, recuperadas ou justamente alienadas dos infiéis. Na expansão ultramarina, a preeminência régia foi um ponto de partida. Por meio dela, o rei expandiu seu patrimônio e jurisdição em uma escala inédita, o que lhe dava, por meio dos mecanismos de serviço e mercês, um instrumento poderoso para afirmação de uma nova soberania⁶.

Esses dois elementos instauram um paradoxo fundamental: como fazer da expansão ultramarina, na ausência física do rei, um elemento de fortalecimento de sua autoridade? Essa pergunta, que tem como referência o trabalho de Luiz Felipe de Alencastro, destaca a colonização como um problema interno ao jogo político europeu,

príncipe como fonte única de jurisdição; (3) Atividades judicial e legislativa. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía en las polémicas previas a la revuelta de 1640*. 2004. Tese (Doutorado) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2004, p. 11-40.

3 “Los términos *regalia*, *iura regalia* o *ius regale* se registran, al menos en los territorios hispánicos, desde el siglo X. Aluden entonces a derechos fiscales específicos percibidos por el rey (‘derechos reales o *iura regalia*), y que derivan de la posesión por éste de determinados bienes o del ejercicio de ciertas funciones, en particular las judiciales. (...) Aunque este *ius regale* se define en términos patrimoniales, en el se preserva una dimensión de poder público, en cuanto que se remite a la legitimidad estatal previa a la disgregación medieval (romana y visigoda, o bien, en el caso de Cataluña, la del poder franco)”. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 14.

4 O termo “nativo” é utilizado com o significado da época, como “natural da terra”, substituindo o termo “indígena” que aqui se refere exclusivamente aos nativos americanos.

5 “Bulas Inter Caetera de Alejandro VI. A) Breve de 3 de mayo de 1493, concediendo a los Reyes Católicos las tierras que descubran. B) Bula menor de 4 de mayo de 1493, trazando una línea para separar la zona de expansión castellana de la portuguesa. In: MORANCHEL POCATERRA, Mariana; LOSA CONTRERAS, Carmen. *Instituciones político-administrativas de la América Hispánica (1492-1810): Antología de Textos* (a partir de agora abreviada por IPAH). Madri: Universidad Complutense, 2000, p. 80.

6 Jesús Villanueva López distingue os seguintes tipos de soberania: (1) soberania jurisdiccional; (2) soberania corporativa, atribuída conjuntamente ao rei e a comunidade reunidos em Cortes; (3) soberania popular originária, em que o povo, não obstante a transferência originária do poder, retém uma parte substancial desse perante o governante; e (4) soberania política, entendida por meio das formulações da plena soberania do príncipe, tratava-se de uma ideia de soberania desligada das limitações impostas pelo “pactismo” medieval. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 3.

em que a realização dessa nova soberania régia exigia a delegação dos diferentes aspectos que compunham seu poder e o controle sobre as ações dos agentes coloniais.⁷

O primeiro nível desse paradoxo refere-se à delegação de poderes, questão que se tornou particularmente importante com o processo de “reconquista” da península ibérica. Jesús Villanueva López resume esse aspecto da seguinte forma:

*“la tensión generada por las concesiones de jurisdicción, que el monarca eventualmente puede revocar o bien pretende que no han de interferir con el ejercicio de la ‘soberanía jurisdiccional’ reservada, mientras que, por parte de los beneficiarios de la concesión, se reivindica su irreversibilidad o la inmunidad respecto a las facultades reservadas del príncipe”.*⁸

Villanueva López destaca o problema de delegação da jurisdição. Nessa época, a justiça era o principal atributo para a definição do poder político, particularmente do poder régio. Como o rei delegava o poder de fazer justiça sem alienar sua “soberania jurisdiccional”?

Esse mesmo paradoxo pode ser observado em relação aos diferentes atributos que passaram a definir a autoridade régia. Nas cartas de doação e forais da capitania da Ilha de São Tomé, do fim do século XV, destacavam-se os poderes sobre as terras, as funções militares, de governo, os direitos fiscais, os privilégios produtivos e comerciais, e o *dominium* sobre as populações não cristãs. As cartas de doação, os forais, as instruções de governo e de embaixada, analisadas nesta tese, estabeleciam a eminência régia sobre cada um desses aspectos. A delegação se caracterizava como graça e mercê, como um *privilegio*⁹, distribuída segundo as obrigações morais e a *intenção*¹⁰ régia. Referia-se ao exercício e à representação do poder do rei, ao uso e usufruto de seu

7 Luiz Felipe de Alencastro relaciona as disputas entre os agentes europeus ao controle dos nativos e do excedente econômico, ao passo que nossa tese destaca as implicações político-jurídicas do *dominium* sobre as populações indígenas e africanas. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes : formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11.

8 VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 12.

9 “Privilegio. Deriva-se de *Privus*, & de *Lex, Legis*. Antigamente *Privus* em Latim valia o mesmo que Privado, singular, particular, & *Privilegio* é uma lei, em favor de um homem privado & particular. Mais claramente Privilegio é uma graça, ou prerrogativa, que o Superior concede ao inferior, ou o Soberano ao súdito, da qual os mais não gozam.” BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portugues & Latino*,... Coimbra, 1712-1728, p. 751. Disponível em: <URL: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2008. Sobre os documentos reproduzidos, optamos pela modernização da grafia dos textos em português e mantivemos o texto original no caso de outras línguas.

10 O termo é muito usado na documentação régia e sugere o sentido ativo da ação e política régias.

patrimônio. As doações eram condicionadas à realização de um *serviço*¹¹, a um sistema de herança e dependiam da vontade régia para serem confirmadas. Definia-se, assim, a eminência régia sobre os diferentes aspectos que caracterizavam o poder político no processo de expansão ultramarina, e as doações não implicavam na alienação dessas prerrogativas.

Não obstante, do ponto de vista dos agentes coloniais, o desterro, os custos e os trabalhos feitos para o bem, e em nome da Coroa, justificavam, e quase exigiam, a confirmação e ampliação das liberalidades régias. Esses pedidos se fundamentavam na noção de “direitos adquiridos”, na ideia de “soberania popular” e no dever moral do rei de retribuir os serviços de seus vassalos.¹²

Observaremos esse paradoxo em seus diferentes aspectos, destacando suas manifestações em relação ao *dominium* sobre os indígenas e africanos. Como as diferentes modalidades de *dominium* e poder sobre as populações indígenas e africanas – *encomiendas*, *yanaconas*, *naborías*, aldeamentos, missões, escravos etc. – foram incorporadas ao domínio da Coroa e do rei? De que maneira foram disputadas pelos diferentes agentes e instituições europeias? E como definiram uma nova configuração das relações de poder no império e na Europa, no “longo século XVI”?¹³

Podemos diferenciar dois níveis das relações de poder e *dominium* no processo de colonização. O primeiro, que se desenvolveu na Europa, definiu as bases de legitimidade do domínio, e os modelos políticos e institucionais, que visavam ao

11 “Serviço. O estado de quem serve. Vida de servo. *Famulatus*. (...) A complacência, a fidelidade, a pronta obediência obra estes milagres da Fortuna. É coisa gostosa oferecer serviços, quando não se necessita deles. (...) Para o soldado, provas de seu serviço são suas feridas. (...) Raras vezes se serve sem conveniência. (...) Nem sempre aos bons serviços se dá o prêmio que merecem, muitas vezes são como ribeiros, cujas águas cristalinas, depois de regarem bosques, hortas, & jardins, se vão perder em fétidos remansos. (...) Homem que tem feito grandes serviços à República. (...) Entendo que não poderá fazer grandes serviços ao público”. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Português & Latino*, op. cit., p. 614-615. É de se notar que os diferentes significados da noção de *dominium* estão presentes nessa definição de serviço: o sentido privado ou doméstico relacionado à servidão; o sentido senhorial, em virtude de um interesse ou do vínculo com um superior; e o significado público ou político. Rafael Bluteau também revela as contradições existentes entre os serviços prestados e as retribuições feitas.

12 Cf. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 81 e 149-196.

13 As estimativas sobre a população indígena na América pré-colombina variam muito, segundo Pierre Chaunu, entre 80 e 110 milhões, para William Denevan eram 57 milhões. Cf. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992, p. 14. Em relação ao tráfico de escravos africanos, as estimativas de Philip Curtin falam de 11 milhões de escravos desembarcados nas Américas entre 1550 e 1856. Ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 69 e 375-379. Essas estimativas dão uma dimensão aproximada das populações e pessoas indígenas e africanas, bem como de seus descendentes, submetidas à sujeição europeia e colonial, e permite imaginar quanta riqueza, poder e violência dela resultaram.

destacamento das autoridades espiritual e temporal sobre as sociedades ultramarinas. O papa e o rei, representantes máximos dessas esferas de poder, não atuavam diretamente sobre essas realidades, e procuravam controlar as mediações e as instituições de *dominium* sobre as populações indígenas e africanas. Por meio do controle dessas mediações e instituições procuravam garantir os benefícios econômicos da exploração colonial e reafirmar a preeminência de sua autoridade em sua dimensão imperial e europeia.¹⁴

O segundo nível de poder se referia à prestação de serviços no ultramar e à sujeição e exploração direta das populações nativas, que implicavam no estabelecimento de poderes locais, regionais e atlânticos, e permitiam a reivindicação de um lugar no espaço político ibérico ou europeu.

A Igreja, por meio das doações papais, definia a legitimidade do domínio régio sobre os espaços ultramarinos. O princípio que orientava essa concessão e investidura era a teoria das duas espadas, que distinguia os poderes espiritual e temporal e dava aos reis os meios jurídicos para expansão ultramarina em virtude da propagação do império cristão.¹⁵ As doações papais estabeleciam a inalienabilidade e imprescritibilidade dessas concessões, e cabia ao rei delegar parte ou o exercício de seu poder aos agentes da colonização para viabilizar essa empresa apostólica e política.

Na construção doutrinária, essas relações eram caracterizadas como harmônicas, como estrutura estável e em equilíbrio, em que o poder régio era definido pela ideia de fazer, ou dizer, a justiça, resumida pela máxima “dar a cada um o que lhe cabe”.¹⁶ Não

14 Sobre a perspectiva imperial da política ultramarina é fundamental incorporar as análises de Charles Boxer e Fernand Braudel. Dos trabalhos de Charles Boxer emerge o espaço do Atlântico Sul, com ênfase nos aspectos político e militar do império marítimo português. Ver *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Edusp, 1973 [1952]. Fernand Braudel estabeleceu um paradigma historiográfico conciliando a perspectiva econômica marxista a uma nova abordagem do espaço e das relações humanas. Destacamos *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. 2 tomos. México: Fondo de Cultura Económica, 2002 [1949]. Pierre Chaunu seguiu o modelo braudelandiano para pensar o espaço Atlântico, focando sua atenção no mundo hispânico. Ver *Sevilha e a América : nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1980 [1977]. Para o Atlântico português, temos o trabalho de Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002 [1968]. E MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

15 COSTELLO, Frank B. (S.J.). *The Political Philosophy of Luis de Molina, S.J. (1535-1600)*. Roma: Institutum Historicum SI, 1974, p. 69 e ss.

16 Na síntese de António M. Hespanha e Ângela B. Xavier, “O poder era, por natureza, repartido; e, numa sociedade bem governada, esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir a sua articulação natural (*cohaerentia, ordo, dispositio naturae*) – entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias. A função da cabeça (*caput*) não é,

obstante, na realidade histórica, esse sistema se define pelas tensões, em que as diferentes forças sociais disputavam a preeminência sobre os espaços políticos e sociais existentes. Cada um desses grupos ou instituições – definidas, basicamente, pela Igreja, pela Coroa, pelo povo, pelos senhores de terra e funcionários régios – estabeleceu discursos e práticas que buscavam reafirmar sua posição social diante desse novo contexto de expansão e organização do poder. Destacaremos, nesta tese, as estratégias e discursos desenvolvidos pela Coroa e pelo poder régio nesse processo.

Esses elementos indicam os campos de nossa análise historiográfica e os debates a serem desenvolvidos ao longo desta tese. O primeiro, no campo da história política europeia, procura contribuir para o debate historiográfico, destacando a importância do processo de expansão ultramarina para uma nova caracterização do poder régio e configuração das relações de poder em suas manifestações europeias e imperiais. Nesse campo, discutiremos, principalmente, algumas formulações da nova historiografia política europeia, que se desenvolveu a partir do fim da década de 1970 e tem os trabalhos de António Manuel Hespanha como sua principal referência.¹⁷ Hespanha caracteriza a especificidade da monarquia portuguesa pelas noções de “corporativismo”, “jurisdicionalismo” e “polissinodia”.¹⁸

Um segundo campo de análise refere-se às relações de *dominium* sobre as populações indígenas e africanas, sua importância para a caracterização do poder régio e para a configuração das relações de poder entre os agentes europeus. Nessa vertente, os estudos brasileiros de influência ou concepção marxista enfatizaram a perspectiva econômica dessas relações, destacando o escravismo africano como elemento de caracterização de um “sentido da colonização” ou do “Antigo Sistema Colonial”, em que a atuação da Coroa é relevante para a organização e amplitude do tráfico.¹⁹ Já em relação às modalidades de *dominium* sobre as populações indígenas, essa tradição

pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social (*patrium corporis operatio propria*), mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio (*ius suum cuique tribuendi*), garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando a justiça”. “A representação da sociedade e do Poder”, in: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Quarto Volume – O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 123.

17 Denominaremos essa historiografia de “jurisdicionalista”.

18 HESPANHA, António M.; XAVIER, Ângela B. “A representação da sociedade e do Poder”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol. 4, op. cit., p. 121 e ss.

19 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo : colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 [1942]. Ver, do mesmo autor, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998 [1945]. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001 [1979].

historiográfica caracteriza o poder régio como incapaz de gerir os conflitos decorrentes da disputa pela administração dos indígenas e oscila entre a postura dos missionários e a dos colonos.

Em terceiro lugar, discutiremos a premissa historiográfica que entende a moral cristã e o ideal humanitário como os elementos motivadores das leis e políticas em relação aos indígenas e africanos. Em contraposição a essa tese, pretendemos demonstrar que foram as relações de poder internas aos agentes europeus que definiram essas leis e políticas.²⁰

Em relação ao primeiro campo de nosso debate historiográfico, discordamos da caracterização da autoridade régia exclusivamente pela lógica do poder doméstico (o *pater familias*), que tem a “Casa” como espaço de “alteridade do sistema de poder do Antigo Regime”. Ao se contrapor o “paradigma jurisdicionalista” e o “Antigo Regime” ao “paradigma estadualista” e a concepção moderna de “Estado”, reafirma-se o antagonismo entre a administração da Casa e o ordenamento estatal.²¹ Consideramos fundamental buscar a especificidade do ordenamento político-jurídico da época, sem perder o sentido das relações dialéticas entre a estrutura doméstica e o ordenamento estatal.

Pensamos o processo de formação do moderno conceito de Estado por uma perspectiva de longa duração, iniciado no século XIII, e que teve na expansão ultramarina um marco relevante.²² A noção de “Antigo Regime”, assim como a de “Antigo Sistema Colonial”, reafirma a ideia de revolução burguesa ou iluminista como marco entre duas épocas, que teve sua manifestação portuguesa na política pombalina.

20 Entre os autores cristãos destacamos BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca ante el descubrimiento del Nuevo Mundo*. Salamanca: Editorial San Esteban, 1989. COSTELLO, Frank B. (S.J.). *The Political Philosophy of Luis de Molina*, op. cit. LEITE, Serafim (S. I.). *História da Companhia de Jesus no Brasil* (a partir de agora abreviada por HCJB). 10 vols. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. Essa premissa também está presente nos trabalhos de autores laicos como THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500-1640*. São Paulo, Edições Loyola, 1981 [1968], p. 82. HEMMING, John. *La conquista de los incas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000 [1970].

21 HESPANHA, António M. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime” [1982]. In: HESPANHA, António M. (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime : colectânea de textos*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, 1984, p. 9-89.

22 Sobre as noções de longa duração, sistema e estrutura, ver BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992 [1969], p. 49-50: “Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações (...). Outras estão mais prontas à se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos”.

Cabe observar, restringindo-se aos temas que envolvem nossa tese, que as medidas coordenadas de Felipe III em relação ao tráfico de escravos africanos e à liberdade indígena, no esforço de imposição do poder régio sobre o Atlântico, anteciparam e influenciaram as políticas ultramarinas do Marquês.

Fernando Bouza Álvarez, Jean-Frédéric Schaub e Pedro Cardim, entenderam que a União Ibérica preservou a autonomia portuguesa e seu sistema institucional.²³ Analisaremos essa ideia por meio das medidas tomadas em relação aos espaços ultramarinos. Os trabalhos de Francisco Mendes da Luz, Santiago de Luxán Meléndez e Fernanda Olival indicam uma intervenção importante de Felipe III no ultramar português.²⁴

Ainda são poucos os trabalhos que tratam especificamente do Brasil durante a União Ibérica. Joaquim Veríssimo Serrão, no livro *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, salientou os feitos dos governadores-gerais, assim como os artigos contemporâneos de Francis A. Dutra, que trata também das dinâmicas entre o poder régio e o dos donatários.²⁵ No trabalho de Rafael Ruiz, particularmente pelo foco de estudo em São Paulo, a dinâmica entre o mundo castelhano e o português mostra suas fronteiras tênues e influências recíprocas.²⁶ Santaella Stella fez um esforço recente de descrever a composição e o funcionamento dos conselhos dos Habsburgo e suas

23 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640) : Felipe II, las cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. 1987. Tese (Doutorado) – Universidad Complutense, Madri, 1987. SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. CARDIM, Pedro. “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Felipe I.” In: RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia (Coords.). *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, 2002, p. 275-306.

24 LUZ, Francisco P. Mendes da. *O Conselho da Índia : contributo ao estudo da administração e do comércio do Ultramar Português nos princípios do século XVII*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago de. “El control de la hacienda portuguesa desde el poder central: la Junta de Hacienda de Portugal 1602-1609.” *Revista da Faculdade de Letras : História*, Porto, Universidade do Porto, nº 9, p. 119-136, 1992. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II : de cognome “o Pio”*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Ver também HESPAÑA, António M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”. *Penélope. Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, Nº 2, p. 58 e ss, fevereiro de 1989.

25 SCHWARTZ, Stuart B. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”. *The Americas*, Philadelphia, Academy of American Franciscan History, 25/1, p. 33-48, 1968. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. DUTRA, Francis A. “A New Look into Diogo Botelho’s Stay in Pernambuco, 1602-1603”. *Luso-Brazilian Review*, Madison, vol. IV, Nº1, p. 27-34, 1967. E “Centralization vs. Donatorial privilege: Pernambuco, 1602-1630” In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1973.

26 RUIZ, Rafael. *A vila de São Paulo durante a União das Coroas: políticas estratégicas e transformações jurídicas*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

relações com o Brasil, ao passo que Guida Marques aprofunda as análises sobre o Brasil durante a União Ibérica, seguindo a corrente da polissinodia.²⁷

A tese de doutorado de Jesús Villanueva López nos parece a forma mais interessante de pensar a dinâmica dos discursos políticos e das realidades institucionais. Em seu estudo sobre a Catalunha, em que dedica atenção especial ao período filipino, o autor considera o “‘paradigma jurisdicionalista’ como base última tanto do pensamento como da ação política”, mas observa, paralelamente, a emergência de uma ideia nova de soberania, propriamente política e isenta das limitações jurisdicionais.²⁸ Suas observações sobre essa dinâmica apresentam novos contornos quando analisadas nos contextos ultramarinos.

Na caracterização do poder régio português, a historiografia jurisdicionalista destaca os aspectos amorosos²⁹, a ideia de administração passiva e “polissinodal”³⁰, em que o sistema político é descrito como estrutura estável, em que a cada força política cabe um papel e parte do poder, harmonicamente compartilhado.³¹ Nosso trabalho procura reconhecer os elementos ativos da administração e da política régia, considerando o sistema político da época como sistema de tensão, disputa e negociação, em uma perspectiva hierarquizada do poder.

Enquanto essa nova historiografia rejeitou as noções relacionadas ao moderno conceito de “Estado” para caracterizar o poder na Europa, esses termos foram adotados pela historiografia africanista, que também se desenvolveu a partir do fim da década de 1970 e sob influência da antropologia política.³² Decorre desta apropriação distinta, a

27 STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español (1580-1640)*. Madri: Fundación Histórica Tavera, 2000. MARQUES, Guida. “O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Felipe II de Portugal”. *Penélope. Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, Nº 27, p. 7-35, 2002. MARQUES, Guida. “L’invention du Brésil entre deux monarchies. L’Amérique portugaise et l’Union Ibérique (1580-1640): un état de la question”. In: *Anais de História de Além-Mar*, VI. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 109-137.

28 VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 275 e ss.

29 CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

30 HESPANHA, António M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit.

31 É o sentido expresso por António Manuel Hespanha quando analisa “A Teoria Moderna do Poder Senhorial e o Equilíbrio Coroa-Senhores”. HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan : Instituições e poder político : Portugal : Séc. XVII*. Coimbra, Livraria Almeida, 1994 [1986], p. 380 e ss.

32 VANSINA, Jan. *How societies are born. Governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville e Londres: University of Virginia Press, 2004. THORNTON, John K. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1998. HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI” [1977]. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos*

inversão do sentido histórico tradicionalmente construído para descrever o relacionamento entre europeus e as sociedades africanas e americanas. Os estados europeus passaram a ser descritos pela ausência de centro decisório, por meio de uma visão corporativa “polissinodal”, e mesmo “descerebrada”; incapazes, portanto, de racionalizar sua administração política e imperial.³³ Já a historiografia africanista descreve a emergência dos Estados, como o Congo e o Ndongo, dos territórios, dos reinos, por meio de uma centralização política gradual influenciada pela presença europeia. Em relação às sociedades americanas, essa nova perspectiva da história política levou a caracterização dessas sociedades como autônomas, com um direito próprio, que negociavam, em pé de igualdade, com o rei, constituindo uma versão tropical do “Antigo Regime”.³⁴

A postura que mais ilumina nossa reflexão é a de Catarina Madeira Santos, que, sem negar os processos de domínio colonial, indica a importância de reconhecer seus processos de reconfiguração em contextos específicos, determinados, em grande parte, pelos mecanismos de poder e interação entre os agentes coloniais e os poderes nativos.³⁵

Para António Manuel Hespanha, os escravos eram um elemento exclusivamente da casa, da família, e estavam circunscritos ao universo de domínio do *pater familias* e à “soberania doméstica”.³⁶ Em nossa tese destacamos que a escravidão e as formas de *dominium* sobre as populações indígenas e africanas também eram problemas político-jurídicos de primeira grandeza. Essas instituições eram prerrogativas dos imperadores, reis e grandes príncipes. As prerrogativas régias relacionadas ao *dominium* sobre essas

séculos XVI e XVII : Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda, Kilombelombe, 2007, p. 169-242. Consideramos as “agências” dos africanos e indígenas de suma importância para o entendimento histórico, mas, excetuando algumas referências pontuais, essas agências não constituem o objeto deste trabalho.

33 HESPANHA, António M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

34 Ver HESPANHA, António M. “Direito comum e direito colonial”. *Panóptica*, Vitória, ano 1, n. 3, p. 95-116, nov. 2006. Disponível em: <URL: <http://www.panoptica.org>>. Acesso em: 29 nov. 2009. E FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, op. cit.

35 SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola, reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa e École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Lisboa/Paris, 2005.

36 HESPANHA, António M. “Depois do Leviathan”. In: *Almanack Braziliense*, nº 05, p. 65, maio de 2007. Sobre o conceito de “soberania doméstica”, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente : Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

populações referiam-se: à “soberania jurisdicional”; à guerra; à diferenciação político-jurídica das populações submetidas; à evangelização; e ao comércio de escravos.

Por outro lado, a dificuldade de romper com o *dominium* dos agentes coloniais sobre os indígenas e africanos mostrava o limite da imposição do poder real sobre o ultramar. Essa situação indicava o grande grau de autonomia das forças políticas locais e regionais perante a Coroa. Daí o estabelecimento de “consensos coloniais”, a utilização da “doutrina da necessidade” pelos agentes ultramarinos, a adaptação das leis e ordens régias aos direitos e costumes dessas sociedades novas, reforçando a ideia de “negociação” e o princípio “pactista” entre a Coroa e as realidades ultramarinas, em um sistema de hierarquização social e espacial.

Decorre dessas observações a relação intrínseca entre a caracterização do poder político e das formas de *dominium* sobre as populações não cristãs, tanto nas políticas e debates desenvolvidos no “longo século XVI”, como na produção historiográfica contemporânea. A definição do poder régio exclusivamente na lógica doméstica circunscreve a escravidão a esse mesmo âmbito de poder, enquanto, por meio do moderno conceito de Estado, a escravidão aparece como instituição anacrônica e que impede a plena realização do capitalismo. Propomos, também nesse caso, uma análise dialética, em que a complementaridade das modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos definiu o caráter compósito das relações de poder e da autoridade régia (entre o público, o doméstico e o privado). Desta forma, o *dominium* sobre os indígenas e africanos se transforma em um indicador das relações e práticas políticas no espaço ibero-atlântico.

Foi no trabalho de Fábio Duarte Joly, sobre a escravidão no Alto Império Romano, que encontramos a formulação mais precisa do problema histórico analisado nesta tese, ao correlacionar, em uma perspectiva dialética, a caracterização do poder político e as relações de *dominium*:

*“No caso da sociedade romana, em que a concepção da estrutura doméstica não estava em contradição com as idéias sobre o ordenamento estatal, estabelecia-se uma relação dialética entre política e escravidão. Os conceitos de *seruitus* e *libertas*, utilizados na representação das práticas políticas, eram derivados da maneira pela qual eram concebidas as práticas escravistas, de modo que esses conceitos, que permitem pensar a condição servil, não são apenas homônimos daqueles aplicados às esferas doméstica e política, mas essencialmente semelhantes”.*³⁷

37 JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão : um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 31-32.

É esse sentido dialético entre a caracterização do poder político e das formas de *dominium* que analisaremos no processo de colonização do Atlântico no “longo século XVI”.

Na historiografia brasileira de base marxista existe um contraste na caracterização do poder régio em relação à escravidão africana e às modalidades de *dominium* sobre os indígenas. No primeiro caso, a Coroa parece controlar todos os aspectos que envolvem o comércio de escravos africanos, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro: “A Metrópole é investida de um poder eminente, na medida em que o controle do trato negreiro lhe dá o comando da reprodução do sistema escravista”.³⁸

Em relação aos indígenas, a política régia é comumente caracterizada pelas ideias de oscilação, ambiguidade ou contradição, pela incapacidade de gerir os conflitos sociais relacionados a esse *dominium*. Esse sentido pode ser observado na seguinte passagem da *Formação do Brasil contemporâneo*:

“A metrópole, envolvida nesta luta [entre a “escravização sumária e exploração brutal do índio pelo colono” e a “tese jesuítica da liberdade dos índios”] que se desenrolava sob suas vistas, não soube, ela também, colocar-se fora dos debates e traçar com independência sua linha de conduta. Prendeu-se aos extremos da luta, oscilando ora num, ora noutro sentido, incapaz de se livrar ao mesmo tempo de ambos e marchar decididamente para os objetivos fundamentais de sua verdadeira política”.³⁹

Dessa oposição surgem as categorias “escravidão africana” e “liberdade indígena” para a definição do “sentido da colonização” (baseado na dependência ao mercado externo, na grande propriedade monocultora e na escravidão africana).⁴⁰ Essa construção historiográfica não leva em conta as modalidades de *dominium* sobre os indígenas em sua análise sistêmica do processo de colonização. Historiadores, como Stuart Schwartz, afirmam, nesse sentido, a ideia de substituição da mão de obra indígena pela africana a partir de 1580.⁴¹ Essas categorias também estão presentes no trabalho de Luiz Felipe de Alencastro, em que a complementaridade entre o Brasil e Angola é explicada, equivocadamente, pela ação dos jesuítas em favor de uma suposta liberdade indígena.

38 ALENCASTRO, Luiz F. de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 34.

39 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 89.

40 Ibidem, p. 7 e ss.

41 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1985].

Estudos sobre a política indigenista, como o de Carlos Zeron, demonstram que os jesuítas não só aceitaram, como legitimaram e utilizaram o trabalho de escravos ameríndios.⁴² Além disso, até pelo menos o fim do século XVII, a população de índios aldeados era consideravelmente superior ao número de escravos africanos, o que põe em causa a ideia de substituição da mão de obra.⁴³ Em sua tese de doutorado, Carlos Zeron propõe uma explicação para a ambiguidade da política indigenista:

*“a política indigenista da coroa ibérica não é simplesmente vítima de uma campanha de desinformação sistemática conduzida pelas partes interessadas [jesuítas e colonos], que a imobilizaria, mas, na verdade, ela se serve continuamente dessas avaliações conflituosas da conjuntura colonial para relegar ao âmbito da colônia a parte mais importante dos conflitos políticos que envolviam os diferentes grupos que compunham o projeto colonizador.”*⁴⁴

Carlos Zeron propõe uma explicação para a ambiguidade da política indigenista da Coroa ibérica, que jogava deliberadamente com o conflito e o manipulava ativamente por meio das leis.

Laura de Mello e Souza procura entender a oscilação da política régia de acordo com as dinâmicas coloniais e por meio de uma relação dialética. A autora sugere certos mecanismos e movimentos da política régia que permitem uma superação da contradição aparente.

“a ação dos governadores da capitania de Minas Gerais foi qualificada [no livro Desclassificados do ouro] de ‘prática do bater-e-soprar’, e a natureza do poder foi vista como eminentemente contraditória, tendendo ora à centralização, ora à autonomia; pautando-se ora pela violência, ora pela contemporização. Essa busca oscilante da justa medida foi constitutiva do processo de construção do poder nos Estados modernos por ser imprescindível à preservação e à perpetuação do mando no mundo de então: no meu entender, os absolutismos procuraram seguir uma prática política pendular, evitando identificarem-se com um grupo social específico e combinando o rigor com certa dose de contemporização. As dimensões do império português, onde grandes distâncias separavam as diferentes conquistas e o centro decisório do sistema – Lisboa –, imprimiram uma complexidade notável ao poder exercido no seu âmbito. Até onde se podia apertar sem que a corda arrebeantasse? Como temperar o rigor com a tolerância, ou vice-versa, sem pôr em risco o

42 ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l’institution de l’esclavage au Brésil*, op. cit., p. 12.

43 Cf. ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)*. 2009. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 5 e ss.

44 Ibidem, p. 441.

funcionamento do todo – o mando no Império e, em última instância, o próprio Império?”⁴⁵

O processo de destacamento e definição do poder régio durante a colonização do Atlântico teve características híbridas, ou compósitas, entre os âmbitos doméstico e político, entre as esferas privada e pública, entre o amor e a força. Hibridismo esse, definido, em grande medida, pelas características próprias das sociedades escravistas e senhoriais, em que as modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos estabeleceram os nexos entre esses âmbitos e esferas de poder.⁴⁶ A ideia de contradição da política régia parece decorrer da dificuldade de caracterizar essa autoridade na ausência física do rei. O reconhecimento da impossibilidade de atuar diretamente sobre as questões de *dominium* levou ao desenvolvimento de mecanismos que permitiam orientar o comportamento, os conflitos e as disputas entre os diferentes grupos sociais.

O objetivo do nosso trabalho é discutir essa contradição aparente da política indigenista régia e mostrar sua articulação com o tráfico em uma perspectiva ibero-atlântica. Para tanto, analisaremos a escravidão e as modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos na lógica do ordenamento político-jurídico e das experiências de colonização no Atlântico entre o fim do século XV e princípio do XVII. Procuraremos apreender o processo de formação das monarquias ibéricas e dos impérios coloniais por meio de uma relação dialética e em uma perspectiva complementar. Nossa análise focaliza o Atlântico português, particularmente o Brasil, espaço de domínio territorial e jurisdicional efetivo. A ideia de constituição de uma monarquia ibérica aliada ao processo de formação de um império atlântico exige uma análise dos principais marcos da política ultramarina na América espanhola, na definição de um campo unificado de experiências⁴⁷ que culminaram com a união das Coroas em Felipe II.

45 SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra : Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 14-15. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

46 Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra*, op. cit., p. 48 e ss.

47 “(...) a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. (...) A experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempo anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006, p. 309-311.

Minha análise partiu da documentação de época. De um lado, analisei a documentação das Coroas portuguesa e espanhola relativa ao processo de colonização do Atlântico, atentando para o processo de imposição do poder régio sobre as outras forças sociais. De outro, a documentação colonial em relação a essas políticas, com destaque para as relações de *dominium* sobre os indígenas e africanos. Os capítulos do presente trabalho correspondem aos períodos de afirmação do poder régio em sua relação intrínseca com a política de *dominium* sobre os indígenas e africanos.

O primeiro capítulo aborda os antecedentes da colonização do Atlântico – nas fontes greco-romanas, nas experiências de “reconquista” da península ibérica e na expansão mediterrânea –, que definiram as relações entre o poder político e as formas de *dominium* sobre as populações não cristãs. No fim do século XV, a legitimidade do domínio ibérico sobre os espaços ultramarinos foi definida pelas doações papais e tratados entre Portugal e Castela. Por meio desses documentos e das políticas desenvolvidas entre 1493 e 1534, observaremos uma primeira distinção e complementaridade entre a política de ocupação territorial e evangelização dos índios, na América castelhana, a colonização das ilhas desabitadas do Atlântico, e as políticas de domínio indireto (como as embaixadas) e comercial (por meio de feitorias e fortalezas) da costa africana. Destacaremos nesse período, a dependência da Coroa em relação aos conquistadores para o povoamento e início da exploração econômica das novas terras.

Na década de 1530, diante do avanço da conquista como empresa privada e do questionamento, por parte de outras monarquias cristãs, do monopólio ibérico sobre a América, os teólogos dominicanos reafirmaram a legitimidade do domínio por meio da finalidade apostólica da colonização. Essa perspectiva foi incorporada às políticas régias em um novo marco do ordenamento político-jurídico americano, que dependeu da ampliação do tráfico de escravos africanos, ocorrida a partir da década de 1540. Ressaltaremos, no segundo capítulo desta tese, as relações entre a Coroa, o papa e os missionários.

Entre as décadas de 1570 e 1590, a complementaridade das formas de *dominium* sobre os indígenas e africanos no Atlântico se definiu pela perspectiva ibérica do poder monárquico. A conquista, os *asientos* de escravos e o governo-geral em Angola ampliaram o tráfico para as Índias de Castela e de Portugal, o que favoreceu a política indigenista da Coroa e consolidou a mineração e a produção açucareira na América. A União Ibérica e a “viragem atlântica” aparecem como ponto de chegada de um longo

processo iniciado no fim do século XV, e que teve, no reinado de Felipe III, seu momento culminante. Esse processo será analisado no capítulo 3, em que destacaremos o favorecimento e dependência da Coroa em relação à mediação dos funcionários régios.

Ao mesmo tempo em que a política de Felipe III foi inovadora, ela se valeu das experiências ibero-atlânticas de colonização construídas no “longo século XVI”. A política de Felipe III definiu o elemento chave da construção monárquica ibérica em sua articulação dialética com o império ultramarino; foi seu ponto culminante e de crise. Analisaremos essa nova arquitetura de poder no quarto capítulo desta tese.

Capítulo 1

O poder régio nas ilhas atlânticas e a centralidade do *dominium* sobre as populações não cristãs (1493-1534)

Os três fundamentos jurídicos usados para legitimar o domínio régio sobre as ilhas atlânticas e os continentes americano e africano, entre 1493 e 1534, foram: o direito de aquisição originária (dos territórios considerados desabitados), o poder universal do imperador ou as doações papais.⁴⁸ O direito português sobre a Ilha de São Tomé foi justificado pelo primeiro e terceiro argumentos, e o de Castela sobre a Ilha Espanhola, por esse último. Definido o poder eminente dos reis sobre aqueles territórios, cabia determinar a forma de delegação do poder e da jurisdição, dos benefícios econômicos e dos direitos sobre a terra para os agentes da colonização.

No que se refere ao poder sobre os povos não cristãos, a justificativa foi a defesa e propagação da religião cristã e da fé católica – por meios pacíficos ou pela guerra justa. Na Ilha de São Tomé, esta questão não se colocava diretamente por ela ser desabitada. As populações não cristãs aí presentes vinham forçadas da península ibérica (como os jovens judeus), do Congo e da Guiné (no caso dos escravos africanos). Em Portugal, os filhos dos judeus que não atenderam às condições de emigração da Espanha foram considerados cativos do rei e encomendados ao capitão Álvaro de Caminha. Na Guiné⁴⁹ e no Congo não havia pretensão de ocupação territorial, o que enfatizou a política de *embaixadas*⁵⁰, o estabelecimento de feitorias e as formas de aquisição indireta dos escravos, por meio do *resgate*⁵¹. Destacam-se, portanto, os mecanismos de domínio indireto e a perspectiva comercial da colonização.

48 SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitânias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 46.

49 O título do rei português de senhor da Guiné não se efetivou do ponto de vista territorial ou político-administrativo, restringindo-se aos aspectos econômicos e comerciais da colonização.

50 A política de embaixadas pressupunha o reconhecimento das autoridades nativas por parte dos europeus. Não obstante, esse reconhecimento se dava dentro de uma visão hierárquica das relações de domínio e pela ideia de superioridade europeia e cristã. As embaixadas visavam, portanto, a subordinação dos poderes nativos por meio do apoio militar, do cristianismo e do controle do comércio atlântico.

51 A palavra *resgate* podia significar tanto comércio ou troca, como o produto utilizado para essa finalidade. Na África o *resgate* de escravos refere-se à forma indireta de aquisição de escravos, provenientes das guerras intestinas, da comutação da pena de morte segundo o direito nativo, da venda de si ou de um filho por necessidade, ou do comércio interno de escravos.

No caso da Ilha Espanhola, a existência de uma população nativa, a perspectiva de evangelização *in loco* e a intenção de ocupação territorial, destacaram, desde os primeiros anos da colonização, as questões político-jurídicas relativas ao domínio.

Essa diferenciação foi estabelecida, no caso da Guiné, pela bula *Romanus Pontifex*⁵² (1455), e, para as Antilhas, pelas bulas *Inter caetera*⁵³ (1493). A primeira enfatiza o “contrato, trato, transação, pacto, compra e negócio”; em que os poderes econômicos e comerciais do rei eram delegados aos agentes da colonização sob determinadas regras e como privilégio. A perspectiva comercial da colonização portuguesa na Guiné define o tráfico de escravos por sua finalidade evangelizadora. As *Inter caetera*, da sua parte, destacam o “pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição”; caracterizando uma preeminência político-jurídica do rei, em que a conversão dos índios⁵⁴ aparece como cláusula e era delegada a Cristóvão Colombo como encomenda.

O processo de colonização das ilhas de São Tomé e Espanhola, e sua relação com os continentes africano e americano, serve como ponto de partida para pensarmos as relações intrínsecas entre a caracterização do poder político, a forma de

52 “Bula Romanus Pontifex de Nicolás V, concediendo a los Reyes de Portugal las tierras que descubriesen navegando hasta la India”. Roma, São Pedro, 8 de janeiro de 1455 [ano de 1454, segundo o cômputo florentino seguido na Bula]. In: IPAHA, p. 66-70.

53 “Bulas Inter Caetera de Alejandro VI. A) Breve de 3 de mayo de 1493, concediendo a los Reyes Católicos las tierras que descubran. B) Bula menor de 4 de mayo de 1493, trazando una línea para separar la zona de expansión castellana de la portuguesa. In: idem, p. 78-81. E “Instrucción de los Reyes Católicos al almirante don Cristóbal Colón, así para el viaje que iba hacer a las Indias como para el buen gobierno de la nueva colonia”. Barcelona, 29 de maio de 1493. In: idem, p. 95-99.

54 O termo “índio” aparece pela primeira vez em nossa documentação nas bulas *Inter caetera* e na “Instrucción de los Reyes Católicos al almirante don Cristóbal Colón”, documentos expedidos pelo papa Alexandre VI e pelos Reis Católicos no mês de maio de 1493, sendo amplamente utilizado na designação dos nativos das Índias Ocidentais. Ver estes documentos em IPAHA, p. 78-81 e 85-99. No Brasil, o termo começa a ser usado a partir da segunda metade do século XVI como adjetivo (como o termo “ameríndio”, utilizado por Montaigne no ensaio Canibais, *Ensaio*, I, 32), e, segundo Carlos Zeron, somente no século XVIII, como substantivo. Os termos comuns encontrados na documentação eram “gentio”, “natural”, “brasil”; em seguida, surge o termo “negro da terra”, para diferenciar os indígenas dos “negros da Guiné”. O termo “negro” é muito comum na documentação e refere-se, principalmente, aos índios escravos. Cf. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*, op. cit., p. 12, n. 1. No dicionário de Rafael Bluteau, “índio” é o “natural da Índia (...)”. Também chamamos Índios aos povos da América. No Brasil dividem os Portugueses aos Bárbaros, que vivem no Sertão em Índios mansos, & bravos. Índios mansos chamam aos que com algum modo de República (ainda, que tosca) são mais tratáveis, & capazes de instrução. Pelo contrário chamam Índios bravos aos que pela sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admitem outras leis, que as que lhes dita a sua fera natureza”. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portugues & Latino*, op. cit., p. 110. A utilização do dicionário de Rafael Bluteau se justifica por ser o primeiro dicionário português conhecido, no entanto, é preciso estar sempre atento para a variação no uso e significado das palavras no tempo. A melhor forma de verificar a pertinência de sua utilização se dá pelo confronto com a documentação de época.

relacionamento entre as instituições e agentes europeus e as relações de *dominium* sobre as populações não cristãs. A formação das monarquias ibéricas, no longo século XVI, se deu de forma dialética à formação de um império atlântico, em que o sentido polissêmico do conceito de *dominium* – entre os poderes privados, domésticos e públicos –, ao mesmo tempo em que definiu as particularidades políticas de cada um desses espaços, estabeleceu uma complementaridade por meio de um sistema de *dominium* e poder ibero-atlântico.⁵⁵

O objetivo deste capítulo é descrever os primeiros elementos de aproximação entre as casas dinásticas portuguesa e castelhana em uma nova perspectiva de expansão ultramarina. No item 1.1 destacamos a importância do *dominium* sobre as populações não cristãs para a definição das relações de poder no processo de “reconquista” da península ibérica e de colonização insular. No item 1.2 caracterizamos o poder régio e sua forma de delegação por meio das doações da capitania de São Tomé e das instruções de governo da Ilha Espanhola. No item 1.3 analisamos as apropriações feitas pelos agentes coloniais do *dominium* sobre as populações não cristãs nas ilhas, que estavam na base da definição de seu poder e autonomia perante a autoridade régia. No item 1.4 destacamos as estratégias de intervenção das Coroas ibéricas nesses novos espaços, procurando identificar a especificidade das políticas ultramarinas desenvolvidas por Portugal e Castela e os primeiros elementos de complementaridade entre elas.

55 Aceitamos a ideia de Luiz Felipe de Alencastro de que a colonização das ilhas atlânticas, particularmente de São Tomé, serviu como referência para a colonização do Brasil. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 63-70. Incluímos as experiências advindas do processo de “reconquista” e de colonização das ilhas mediterrâneas, bem como as fontes greco-romanas e canônicas que constituíram esse primeiro campo de experiências ibero-atlânticas.

1.1. O *dominium* sobre as populações não cristãs: da “reconquista” à expansão insular

Nas doações papais e régias referentes às ilhas de São Tomé e Espanhola, ponto de partida de nossa análise, a questão dos nativos era ainda incipiente pelo desconhecimento das populações antilhanas e pela ausência de população nativa na ilha africana. A definição das relações de domínio sobre as terras descobertas, em sua dimensão patrimonial e de jurisdição, bem como das relações de *dominium* sobre as populações não cristãs, em sua dimensão privada e político-jurídica, partiu das experiências ibéricas no processo de “reconquista” e de colonização das ilhas mediterrâneas e atlânticas, anteriores a 1493.

Durante o processo de “reconquista” a questão do *dominium* sobre os povos não cristãos e a regulação das relações com essas populações se mostrou central para o destacamento do poder régio. As *Sete Partidas*⁵⁶, de Alfonso X (1258-1284), estabeleciam um poder regulador de todo ordenamento social, dividido em três categorias (*status hominum*): livres, servos e libertos.⁵⁷ Trata-se de uma divisão social tripartite que põe em causa as categorias antagônicas da escravidão e da liberdade, de corte iluminista e positivista, que estruturaram grande parte das análises em história colonial. Essa divisão social estava em consonância com o estatuto religioso, que pode ser dividido entre cristãos, infiéis e conversos (ou neófitos), e com as categorias políticas de cidadão, estrangeiro e habitante. Estas divisões sociais, religiosas e políticas definiram as bases das relações de *dominium* nos processos de “reconquista” e de expansão ultramarina. A ausência de um ponto de partida racista, que será historicamente construído, põe em causa também as categorias analíticas *escravidão africana* e *liberdade indígena* e exigem uma reflexão das instituições escravidão e tutela

56 Segundo Segundo Manuel Lucena Samoral, as *Sete Partidas* substituíram o direito de caráter consuetudinário *dos Fueros*, como o *Fuero Juzgo* de tradição visigótica, por um direito geral, inspirado no direito romano. “Leyes para esclavos : El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española” (a partir de agora abreviada por LEAE). In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica*. Madri: Fundación Ignacio Larramendi, Fundación Mapfre Tavera. s.d., CDROM, p. 19. Em relação à escravidão o *Fuero Juzgo* tratava fundamentalmente do controle doméstico e das fugas, *ibidem*, p. 15.

57 LAS SIETE PARTIDAS del Rey Don Alfonso el Sabio [1258-1284] : cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia. 3 tomos. Madrid, Imprenta Real, 1807, tomo 3, part. quarta, tít. 23, p. 128.

e das modalidades de trabalho forçado na perspectiva da divisão social e religiosa da época e de acordo com as características específicas dos espaços coloniais.

Nas *Sete Partidas*, as relações entre homens livres, escravos e libertos dependiam da ordenação régia, que, como vigário de Deus, devia garantir a justiça temporal, dando a cada um seu direito e sua liberdade. A liberdade e o direito possuíam uma gradação definida por um sistema hierárquico de domínio.⁵⁸ Em concordância com esse pensamento, o dicionário de Rafael Bluteau assim desenvolve o significado da palavra “igualdade”:

*“A Natureza nos fez iguais, mas para a harmonia do mundo moral, a razão, & a política introduziram a desigualdade, para que com boa proporção & ordem, tivessem todos os graus o seu lugar. Na Música o Uníssono é condenado, porque é infrutuoso; não pode a monotonia produzir consonância. Nos diferentes estados da vida, o maior responde ao Grave, o menor ao Agudo; do temperamento do Grave, & do Agudo se forma a melodia das vozes; da união do maior com o menor se originaram os acertos do governo. No igual não tem poder outro igual; É preciso no mundo igualdade desigual, ou semelhança com desigualdade (...) nas Repúblicas bem governadas, há uma desigualdade harmônica, que dando a cada um o que lhe convém, segundo a Geométrica proporção, mantém em todos boa ordem, & paz.”*⁵⁹

Segundo as *Sete Partidas*, a escravidão havia sido estabelecida por direito de gentes, sendo o resultado da conservação da vida de um prisioneiro de guerra (daí sua origem etimológica, do latim *servare*), ou da venda da liberdade, além de ser condição transmitida pelo ventre materno, sendo esses os títulos legítimos de redução de uma pessoa à escravidão. “Surgida a servidão como mal antinatural se correu o perigo de cair em um estado caótico de escravismo, que os homens de leis pretenderam conjurar, ditando umas normas para estabelecer quais homens podiam escravizar-se e por que”.⁶⁰

O escravo, na casa, era objeto de propriedade que servia à realização plena de seu senhor. Mas a escravidão e a tutela, como instituições, eram prerrogativas do *merum*

58 LAS SIETE PARTIDAS, op. cit., part. segunda, tít. 1, até lei 5, p. 1-7.

59 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Portugues & Latino*, op. cit., p. 46. Nas Ordenações Afonsinas a desigualdade entre os homens é de ordem divina (l. 2, tít. 63): “Quando Nosso Senhor DEUS fez as criaturas assim as razoáveis, como aquelas que carecem de razão, não quis que todas fossem iguais, mas estabeleceu, e ordenou cada uma em sua virtude, e poderio, departindo-as segundo o grau, em que as pôs: e bem assim os Reis, que em logo de DEUS em a terra são postos, em as obras, que de fazer hão de graças, ou de mercês, devem seguir o exemplo do que ele fez, e ordenou, dando, e distribuindo não a todos por uma guisa, mais a cada um apartadamente, segundo o grau, condição, e estado, de que for.” HEITOR, Ivana et al (Orgs.). *Ordenações Afonsinas* (a partir de agora abreviada por OA). Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, s.d., p. 394-395. Disponível em: <URL: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

60 LEAE, p. 20.

imperium, atributo exclusivo dos imperadores, reis e grandes príncipes (voltaremos a esse conceito). As prerrogativas do rei em relação à escravidão e à tutela referiam-se: (1) às sentenças de morte, amputação de membro, redução de um homem à escravidão ou de libertação de um escravo⁶¹; (2) à determinação da guerra ou da paz; (3) à diferenciação político-jurídica das populações submetidas, suas obrigações e/ou direitos⁶²; (4) à evangelização; e (5), a partir do século XV, à regulamentação do comércio de escravos.

O esquema teórico do “paradigma jurisdicionalista” descreve a sociedade corporativa do “Antigo Regime” como estrutura estável, em que a cada força política cabia um papel e parte do poder, harmonicamente compartilhado.⁶³ Essa perspectiva acaba por forçar a ideia de indistinção entre as áreas e âmbitos de poder, entre o bem comum e o bem privado⁶⁴, caracterizando a escravidão, a economia e o próprio poder

61 “Contienden muchas veces los homes et han pleytos sobre que vienen á juicio: et como quier que esto sea de muchas guisas, pero los sabios antiguos las departieron señaladamente en tres maneras: la primera et la mayor es todo pleyto sobre que pueda seer dada sentencia de muerte ó de perdimento de miembro, ó de echamiento de tierra, ó de tornar home á servidumbre ó darlo por libre: et al poderio de judgar tales pleytos como estos llamaron *merum imperium*, que quiere tanto decir como puro et esmerado señorío que han los emperadores, et los reyes et los otros grandes príncipes que han de judgar las tierras et las gentes dellas”. *LAS SIETE PARTIDAS*, op. cit., part. terceira, tít. 4, lei 18, p. 402. Os *amos* também podiam manumitir seus escravos. Para uma síntese sobre o tema da alforria nas *Sete Partidas*, ver LEAE, p. 21-23. Gostaríamos de destacar as situações em que os servos eram alforriados independentemente da vontade de seus senhores: no caso de prostituição da escrava; quando o servo fazia saber ao rei que algum homem forçou ou sequestrou uma mulher virgem; quando denunciava alguém que fazia moeda falsa, ou abandonara um posto de fronteira; ou quando apontava os culpados do assassinato de seu senhor, o vingasse ou descobrisse traição planejada contra o rei ou o reino. Lucena Salmoral mostra que essas leis foram incorporadas ao *direito indiano* (entenda-se americano) com poucas alterações até o século XIX. Ibidem, p. 22. As *Sete Partidas* também previam a possibilidade de o escravo comprar sua liberdade.

62 As *Partidas* continham ademais regras para o bom tratamento dos servos, que compreendiam o direito à vida, a integridade da pessoa, a justiça e a isenção de responsabilidades econômicas. Ibidem, p. 24-25.

63 HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan*, op. cit.

64 Silvia Hunold Lara resume essa perspectiva da seguinte forma: “A primeira delas [características fundantes das concepções de poder no Antigo Regime] é a impossibilidade da separação entre o *público* e o *privado*. Não que a distinção entre estes interesses fossem desconhecidas. (...) o problema não está na existência ou não desta separação, mas em concebê-la como uma contraposição, um antagonismo”. LARA, Silvia Hunold (Org.). “Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa”. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica*, op. cit., p. 13 e ss. Sobre a primeira sentença, preferimos dizer que havia uma dificuldade em separar esses âmbitos de poder, porque o conceito de *dominium* possuía essa ambivalência, que estava na base da definição do direito, do poder e das relações sociais. Estamos de acordo com a segunda ideia. Sobre as relações entre o bem particular e o bem comum, elas podiam ter diferentes matizes. No plano doutrinal, o bem comum pressupunha a realização dos interesses particulares, desde que estivessem limitados pela justa medida, mas, na prática, particularmente em relação às experiências ultramarinas, o bem privado e o bem comum podiam aparecer em contraposição. Um exemplo famoso, citado pela autora no mesmo texto, aparece no livro de frei Vicente de Salvador, “nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”. SALVADOR, Vicente (Frei). *História do Brasil*

régio pelo âmbito doméstico, como *pater familias*. Rejeita, assim, o conceito de “soberania política” e transforma a “soberania doméstica” em categoria histórica e absoluta⁶⁵, ignorando o esforço teórico e prático, desde pelo menos o século XIII, de diferenciar essas instâncias e atribuições de poder. Se a concepção da estrutura doméstica não estava em contradição com as ideias sobre o ordenamento estatal, estabelecia-se uma relação dialética entre esses âmbitos de poder.

No processo de “reconquista”, o rei, além de definir um poder eminente sobre as terras, procurou estabelecer a mesma superioridade sobre as populações não cristãs da península ibérica. No *Fuero Viejo de Castilla*, o rei determinava que era o único que tinha direito sobre a vida dos muçulmanos, que deviam viver sob sua proteção, reconhecendo suas próprias autoridades e lei, respeitando seus bens e pessoas.⁶⁶ O rei afirmava sua prerrogativa em relação às instituições de *dominium* sobre os muçulmanos: a tutela – proteção – ou a escravidão – como comutação da pena de morte. A postura dos reis cristãos sobre as populações muçulmana e judaica variou de acordo com sua densidade demográfica, com a importância política, econômica e militar, e com o sucesso do processo de “reconquista”.

A guerra de Granada era entendida como guerra justa contra a “tirania dos sarracenos” e como conquista para “recuperação” desse reino e permitia a escravização dos prisioneiros de guerra.⁶⁷ Algumas famílias muçulmanas importantes, como os Abén Humeya, puderam negociar a rendição ou converter-se ao cristianismo, mas a maioria

[1627]. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 7. Outros exemplos serão citados ao longo desta tese.

65 “Para a sociedade corporativa, os escravos eram um elemento da casa, da família, e não, a bem dizer, um elemento da *polis*, da *respublica*, do Estado, o qual Jean Bodin define como “uma *respublica* de famílias”. HESPANHA, António M. “Depois do Leviathan”, op. cit., p. 65, maio de 2007. Ver também FRIGO, Daniela. “‘Disciplina Rei Familiariae’: a Economia como Modelo Administrativo de Anciêno Régime”. *Penélope*, Lisboa, nº 6, 1991.

66 O rei reconhecia as leis e costumes muçulmanos em seus repartimentos e alfamas, cabendo a ele nomear o *jeque mayor* ou ancião responsável pela aplicação da justiça nesses territórios. Até as mesquitas antigas passavam ao domínio régio. FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Francisco. *Estado social y político de los mudéjares de Castilla : considerados en si mismos y respecto de la civilización española*. Madri, publicado por Muñoz, 1886, p. 125-126. Em relação aos pleitos jurídicos, o rei procura tirá-los da alçada dos senhores territoriais, remetendo um funcionário específico para desempenhar esta função ou delegando-a aos concelhos. Ver por exemplo o *Fuero de Catalayud*, de 1134, ibidem, p. 121-122. Os judeus também foram colocados sob o *dominium* régio, no “Ordenamento de Alcalá”, dado por D. Afonso XI: “Et porque nuestra voluntad es que los judíos mantengan en nuestro señorío, é assí lo manda nuestra santa Iglesia, porque aun se an á tornar á nuestra santa fé é ser salvos, segun se falla en los prophetas”. Apud ibidem, p. 115-116, nota 2.

67 “Bula Inter caetera I”. Roma, São Pedro, 3 de maio de 1493. In: RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas : Rivalidad hispano-lusa por el dominio de océanos y continentes*. Madri: Editorial Mapfre, 1992, p. 267.

da população muçulmana foi subjugada ao domínio cristão, transformando-se numa categoria social à parte: os *mudéjares*, durante a Idade Média, ou *moriscos* a partir de então.⁶⁸ Já a questão judaica pode ser analisada por meio do édito de 1492.⁶⁹ Depois da criação de setores separados para judeus nas cidades e províncias do reino, as judiarias, e o estabelecimento da Inquisição nessas áreas, em 1480 foi decretada a expulsão dos judeus de Andaluzia. Os judeus eram vistos como uma ameaça à fé católica e eram acusados de levar muitos cristãos à apostasia. O édito de 1492 estendia para todo o reino a expulsão dos judeus que não se convertessem. Era dado um prazo de quatro meses e os que permanecessem ou retornassem seriam condenados à morte e perderiam seus bens. Essa última punição se estendia a qualquer pessoa que escondesse, guardasse ou defendesse os judeus.

Os judeus expulsos da Espanha pediram autorização ao rei D. João II para passarem por Portugal em seu caminho para o exílio, oferecendo, em contrapartida, *muito dinheiro*.⁷⁰ Aos que pagaram pela entrada, D. João deu oito meses de trânsito, e os que não pagaram nesse período de tempo foram considerados cativos do rei.⁷¹ Foram esses últimos que D. João II entregou ao capitão de São Tomé, Álvaro de Caminha:

“e porque aos judeus castelhanos que em seus reinos dentro do termo limitado não saíram mandou tomar por cativos, segundo a condição da entrada, todos os meninos e moços e moças pequenas que tinham, depois de os mandar tornar todos cristãos, os enviou à dita ilha com o dito Álvaro de Caminha, por tal que sendo

68 LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Las Guerras de Granada em el siglo XV*. Barcelona: Ariel, 2002. Do mesmo autor: *Granada después de la conquista: repobladores y mudéjares*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1993. Ver também DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *El Antiguo Régimen: Los Reyes Católicos y los Austrias*. Madri: Alianza Editorial, 1988, p. 31-37.

69 “Edicto de expulsión de los judíos de España”. Granada, 31 de março de 1492. Disponível em: <URL:<http://sefarad.rediris.es/textos/0decreto.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

70 PINA, Rui de (1440?-1522?). *Crónica de D. João II*. Publicações Alfa, 1989, p. 135-139. Rui de Pina condena solenemente a decisão de D. João II de aceitar os judeus emigrados movido pela vontade e o desejo de “os recolher por dinheiro”. O autor, seguindo a observação de alguns conselheiros, não reconhecia título legítimo para aquele ato. Ver também RESENDE, Garcia de. *Crónica de dom João II e miscelânea*. Lisboa, Nacional-Casa da Moeda, 1973 [1545], p. 238-240. Resende diz que D. João II aceitou a oferta dos judeus para financiar suas campanhas na África.

71 Ibidem, p. 239. Os judeus portugueses eram considerados pertença do rei, assim como acontecia em outros estados europeus onde habitavam. Sua condição social era definida por cartas de privilégio que os colocavam sob a proteção régia em troca do pagamento de impostos. Como *servi camarae regis*, ou servos reais, podiam ser vendidos ou doados pelo monarca. Ver GORDO J. Adolpho S. e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “‘Quando mandaram os mininos aos lagartos’: as crianças judias de São Tomé e sua descendência no Brasil (1492-1624)”. *Comunicação no Congresso “América 1992”*, Universidade de São Paulo, agosto de 1992, p. 5-6.

*apartados terem razão de serem melhores cristãos e haver por isso causa de a ilha ser melhor povoada, como por este respeito o foi em grande crescimento”.*⁷²

A condição de cativos das *moças e moços* judeus era essencialmente distinta da condição dos escravos.⁷³ Como veremos no item 1.3, a composição social estabelecida nas ilhas atlânticas partiu de um modelo de divisão tripartite existente na península ibérica e formada por livres, cativos e escravos. A delegação de *dominium* sobre as populações não cristãs se insere no universo de poder do rei, como prerrogativa, e no sistema de graça e mercê.

Nas regiões de fronteira com o mundo muçulmano eram necessários maiores privilégios e isenções, e, conforme se distanciava dessas regiões, aumentavam os tributos, e os mecanismos de sujeição eram mais consistentes. O frei Jaime Bleda, em sua *Crónica de los moros de España*, mostra bem a polarização das posições perante a presença muçulmana na península ibérica, como observamos a seguir:

*“todos los valerosos caualleros heredados en las cõquistas por sus hazañas, y otros qualesquier señores de lugares dellos. (...) amauan los señores a los Moros como a su propia vida: pues de que suerte avian de acertar a hazer recta deliberacion en orden al bien publico, ni a dar buen parecer contra ellos? (...) la hõra de Dios se avia de anteponer a los intereses particulares”.*⁷⁴

72 PINA, Rui de. *Crónica de D. João II*, op. cit., p. 142. E RESENDE, Garcia de. *Crónica de dom João II*, op. cit., p. 253-254. Ver também FAINGOLD, Reuven. “O ‘programa de deportação’ de exilados hispano-lusitanos à Ilha de São Tomé (1492-1496)”. Jerusalém, Universidade Hebraica de Jerusalém, s.d.

73 “No vocabulário indo-europeu em geral, e no vocabulário latino em particular, *cativo* define o indivíduo feito prisioneiro (*captivus* = prisioneiro), ainda detido por seu captor ou pelo traficante. No século XVII, quando corsários e piratas mouros singravam o Mediterrâneo, o litoral de Portugal e as costas atlânticas do Norte da África, sequestrando cristãos e levando-os para as praças do Magrebe, *cativo* designa um estatuto transitório, accidental, de privação da liberdade. (...) Significado diverso tem, portanto, a palavra *escravo*, característica de um estado jurídico de reificação permanente do indivíduo adquirido para uso do seu próprio proprietário. // Cokwe, umbundo, quimbundo, kicongo, nagô, macua – idiomas dos povos da África Ocidental, Central e Oriental deportados para o Brasil –, também possuem significantes distintos para ‘escravo’ e ‘cativo’. Subjetivando a contingência da liberdade humana, a literatura barroca instalou uma identidade polissêmica entre as duas palavras na língua portuguesa. Todavia, ao codificar o vernáculo seiscentista, Bluteau reitera o corte social e jurídico separando os dois conceitos: *cativo*: ‘prisioneiro de guerra, ou preso pelos piratas’, e *escravo*: ‘aquele que nasceu cativo, ou foi vendido, e está debaixo do poder de senhor’”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 88.

74 O autor estabelece uma analogia entre a questão muçulmana no processo de “reconquista” e a conquista da Terra Prometida pelos israelitas. Os hebreus, contrariando as ordens de Javé – que procurava se impor como Deus único e exigia a expulsão, o extermínio ou a não-miscigenação com as populações autóctones e a destruição de seus santuários –, preservaram a vida dos cananeus e outros povos e deixaram viva a memória de suas religiões, impondo-lhes tributos, aproveitando-se de suas riquezas e trabalho, subordinando-os a seu domínio senhorial, como escravos ou servos. A preservação dessas nações e religiões e os casamentos mistos levavam o povo de Israel ao pecado de infidelidade contra Javé.

Nesse trecho, a contraposição entre o bem público e os interesses particulares refere-se especificamente à disputa pelo *dominium* sobre os muçulmanos entre os senhores territoriais e as autoridades do rei e do papa. O *dominium* dos senhores territoriais sobre os muçulmanos era a fonte de seu poder de fato, que é caracterizado na lógica do poder doméstico e motivado por interesses privados; enquanto o domínio da Coroa e da Igreja estava fundamentado em princípios político-jurídicos e visava ao bem público. Naquele momento, o *dominium* privado ou doméstico dos *senhores de terra* ameaçava alienar o domínio do rei e da Igreja.

Passada a etapa de “reconquista” armada, fundamentada na ideia de inimigo comum e na apropriação privada do butim de guerra (constituído por bens e pessoas), era necessário intervir nas relações privadas e senhoriais sobre os muçulmanos, que se tornaram uma questão para a definição das hierarquias e das relações de poder interna aos agentes europeus. A subordinação dos poderes senhoriais ao rei e ao papa dependia da submissão dos muçulmanos às suas autoridades. Em Castela e nas Espanhas esse problema se prolongou até pelo menos o reinado de Felipe III, e se observa, nesse processo, a alternância da política régia entre a legitimação do *dominium* privado ou doméstico dos *senhores de terras* sobre essas populações e a intervenção que exigia a subordinação direta dessas populações ao rei, rompendo com os mecanismos intermédios de *dominium*. Movimento e objetivos semelhantes serão observados na política régia em relação aos indígenas e africanos no processo de colonização atlântica.

É possível identificar duas tendências sobre a condição jurídica dos infiéis na Idade Média. Egídio Romano, Henrique de Susa (o cardeal Ostiense) e Alonso de Cartagena identificavam o direito natural com a lei cristã; consequentemente os pecados contra a natureza determinavam a perda do direito de domínio por parte dos infiéis. Esse pensamento se apropriava da ideia de escravidão natural e do direito de domínio sobre

Ver Êxodo cap. 23; Levítico cap. 26; Deuteronômio caps. 2, 7, 12, 13, 19; Josué cap. 23 que, nos versículos 5-13, diz: “O próprio Javé seu Deus expulsará essas nações diante de vocês. Ele mesmo as desalojará, para que vocês tomem posse de suas terras, como lhe prometeu Javé seu Deus. (...) Todavia, se vocês se desviarem e se unirem a essas nações que ainda restam em seu meio, se vocês se misturarem com elas, e elas com vocês, fiquem certos de uma coisa: Javé seu Deus não expulsará mais essas nações de diante de vocês, e elas serão laço e armadilha para vocês, chicote em suas costas, espinho em seus olhos, até que vocês desapareçam completamente desta boa terra que Javé seu Deus lhe deu”. *BÍBLIA SAGRADA : edição pastoral*. São Paulo, Edições Paulinas, 1990. BLEDA, Jaime. *Crónica de los moros de España : dividida en ocho libros* [1618]. In: GARCÍA GARCÍA, Bernardo José (Comp.). *Obras Clásicas sobre los Austrias. Siglo XVII*. Madri: Fundación Histórica Tavera, Digibis, 1998, p. 872-874. CD-ROM.

os bárbaros presentes em Aristóteles. Para Egídio Romano, os que não reconheciam a Deus não podiam possuir justamente o que ele dava. Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, considerava como vacantes as terras habitadas por infiéis. Este direito de dominar infiéis existia como *causa fidei* em favor de todo cristão, sem necessidade de o papa declará-la expressamente.⁷⁵

A segunda posição foi defendida por Tomás de Aquino e Augustín de Ancona, que reconheciam o direito de domínio dos infiéis (sobre suas instituições, bens e pessoas). O pensamento de Aquino filia-se, nesse aspecto, às reflexões de Santo Agostinho, que considerava o domínio de propriedade e o poder político em sua dimensão histórica, como resultado do pecado original, caracterizando-o no âmbito do direito das gentes, e negando, portanto, a ideia de escravidão natural presente em Aristóteles.⁷⁶ Essa postura implicava na caracterização da escravidão como instituição pública, vinculada ao direito e à justiça, à lei e à guerra, como elemento da *respublica*, e que deveria estar sob as autoridades do rei e do papa. A separação entre o poder temporal e o poder espiritual criava duas dimensões distintas de soberania: a temporal, e mais imperfeita, detida pelos príncipes e pelo imperador; e a espiritual, e mais elevada, detida pelo papa. O reconhecimento do direito de domínio dos infiéis procurava deslegitimar as ações expansionistas do imperador Frederico II, subordinando-as à autoridade apostólica. Tomás de Aquino alçava o poder apostólico do papa à condição de mediador das relações entre povos cristãos e não cristãos, e atribuía à Igreja o direito de defender a fé de seus súditos tendo em vista o bem supremo da república universal cristã.

A primeira tendência prevalecia e a explicação para isso advém da pressão sofrida pelos reinos cristãos para impor-se sobre o espaço europeu e sobre as primeiras possessões estratégicas no Mediterrâneo e no Atlântico; enquanto a posição de São Tomás de Aquino dizia mais respeito às disputas internas entre o império e o papado para a definição da autoridade suprema.

A escravidão adquiriu uma nova configuração a partir do século XIII nas ilhas de Chipre, Creta e Sicília.⁷⁷ Essa organização do trabalho escravo deveu-se

75 RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 41-42.

76 Ver ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*, op. cit., p. 229-243.

77 MENDES, António de Almeida. "Traites ibériques entre Méditerranée et Atlantique: le noir au coeur des empires modernes et de la première mondialisation (ca. 1435-1550). *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, VI, p. 351-387, 2005. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*, op. cit., p. 21-22. Ver também

particularmente aos investimentos venezianos e genoveses nessas ilhas. Além dos mouros cativos, havia a escravidão branca do leste europeu e a escravidão negra subsaariana, controlada por mercadores muçulmanos.⁷⁸ Outra fonte importante de escravos no século XV foi o arquipélago das Canárias.⁷⁹

As doações papais foram o ponto de partida da expansão europeia pelo Mediterrâneo e Atlântico e vincularam o domínio sobre as terras e habitantes à definição dos poderes temporal e espiritual. Portugal e Castela, em suas primeiras conquistas atlânticas e no norte da África, invocaram como título de domínio o que todos os príncipes cristãos consideravam que tinham sobre terras de infiéis e pediram o reconhecimento papal. Essas investidas se fizeram como guerra santa, e não diferenciaram os marroquinos muçulmanos dos azenegues e guinéus⁸⁰, todos foram considerados sarracenos, como inimigo comum.⁸¹ O papa Eugénio IV, evocando o poder de atar e desatar dos apóstolos Pedro e Paulo, legitimou essas ações por meio da bula *Rex Regnum* (1436).⁸²

VERLINDEN, Charles. *L'esclavage dans l'Europe Medieval*. 2 vols. Bruges: De Tempel, 1955. E HEERS, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média no Mundo Mediterrâneo*. São Paulo: Difel, 1983.

78 Segundo o dicionário de Rafael Bluteau, o termo *escravo* deriva do latim *sclavus*, de onde os italianos fizeram *schiaivo*, ou do alemão *slave*. *Vocabulário Português & Latino*, op. cit., p. 224. António Mendes indica que o termo *sclavus* já havia substituído *servus* na Idade Média. O mesmo autor analisa a associação entre *negro* e *escravo*, comum desde o fim do século XV, mas rejeita a existência de uma conotação racista, relacionada à cor da pele, até pelo menos a segunda metade do século XVII. “Traites ibériques entre Méditerranée et Atlantique”, op. cit., p. 356-357 e nota 15.

79 CASAS, Bartolomeu de las. *Brevíssima relação da destruição de África*. Lisboa: Antígona, 1996, p. 253 e ss. Ver também AZNAR VALLEJO, Eduardo. “The conquests of the Canary islands”. In: SCHWARTZ, Stuart B. (Ed.). *Implicit understandings : observing, reporting, and reflecting on the encounters between europeans and other peoples in the early modern era*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995, p. 134-156.

80 Os azenegues foram qualificados na segunda Bula *Rex Regnum* (1443) de “homines sarracenos, agarenos et alios infidelis qui (...) prefate crucis insidiatores et hostos Deo odibiles et christiane religionis persecutores acerrimos” e determinava: “sarracenos et alios infidelis crebis insutationibus, captivitatibus et occisionibus affligant”. Apud RUMEU DE ARMAS, A. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 44.

81 Os termos usados nas bulas para referir-se aos não cristãos eram: *sarracenos*, *infiéis*, *pagãos*, *inimigos do cristianismo*, *gentios*, *nações bárbaras*. Já o termo *índio* aparece com um significado positivo, tanto na designação dos índios cristãos do reino de Prestes João como dos índios descobertos por Colombo, que pareciam naturalmente inclinados a receber a fé católica.

82 “(...) pela misericórdia de Deus todo-poderoso e pela autoridade de seus bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo, o poder de atar e desatar nos foi conferido”. Apud ROJAS DONAT, Luis. “La potestad Apostólica en las Bulas Ultramarinas Portuguesas y Castellanas”. *Revista de Estudios Histórico-jurídicos*. Valparaíso, nº 29, 2007. A segunda bula *Rex Regnum*, de 1443, reiterou os mesmos direitos de cruzada por meio da mesma fórmula de legitimidade do poder apostólico. RUMEU DE ARMAS, A. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 44. As bulas *Dum diversas* e *Divino amore communiti* (ambas de 1452) e *Romanus Pontifex* (1455) foram feitas pelo papa Nicolau V a Afonso V de Portugal. Na *Dum diversas*, “o papa autoriza o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros infiéis

No caso das Canárias, é importante indicar que a postura dos pontífices diante dos indígenas apresentava a mesma alternância observada em relação aos muçulmanos da península ibérica: entre o reconhecimento do direito de domínio dos indígenas e a determinação de guerra justa contra eles. As bulas *Regimini gregis*, de 1434, e a *Pastor Bonus*, de 1462, determinaram a liberdade ou condenaram a escravidão dos indígenas, ao passo que as *Rex Regnum*, de 1436 e 1443, justificaram sua escravização. Esse movimento reforçava a importância da autoridade apostólica na definição das relações de *dominium* sobre essas populações e espaços, marcando a subordinação dos reis e agentes coloniais ao poder papal. Em sentido semelhante às primeiras, as bulas *Inter caetera*, de 1493, definiram a evangelização dos índios antilhanos como condição para o reconhecimento do direito de domínio e monopólio dos reis católicos sobre a América.⁸³

No caso da Guiné, apesar de encontrarmos as mesmas qualificações do poder apostólico, as concessões destacam o direito comercial dos reis portugueses.⁸⁴

“(...) sempre sob a autoridade real, não tem cessado, desde vinte e cinco anos, de enviar quase anualmente um exército de gentes dos ditos reinos, com grandes trabalhos, perigos e gastos, em navios muito ligeiros, que chamam caravelas, para descobrir o mar e as províncias da costa em direção às partes meridionais e o pólo antártico. E assim, depois destas naus terem avistado e descoberto muitos portos, ilhas e mares, eles chegaram à província da Guiné, e, depois de ocupadas algumas ilhas, portos e mares adjacentes a essa província, continuaram a navegação e chegaram à boca de um grande rio, que se julga ser o Nilo. Contra os povos daquelas partes, em nome do rei Afonso e do Infante, se fez guerra durante alguns anos, e nela foram subjugadas e possuídas pacificamente muitas ilhas próximas (...). Depois disto, muitos guinéus e outros negros, capturados pela força, e alguns pela troca de artigos não proibidos ou por outro contrato legítimo de compra, foram trazidos a estes reinos citados; dos quais, neles, um grande número se converteu à Fé católica, esperando-se que, com ajuda da divina clemência, se continue com estes progressos, de tal forma que estes povos se convertam à Fé ou, ao menos, que se salvem muitas almas em Cristo.”⁸⁵

A escravidão africana recebia a chancela papal uma vez que viabilizava a conversão à fé católica, justificando o transporte dos negros da África para os espaços

inimigos de Cristo; a capturar os bens e os territórios a eles pertencentes; a reduzi-los à escravidão perpétua e a transferir suas terras e propriedades para o rei de Portugal e seus sucessores.” BOXER, Charles. R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 37.

83 “Bulas *Inter caetera* I e II do pontífice de Alexandre VI”. Roma, São Pedro, 3 e 4 de maio de 1493. In: RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 267-274. Na segunda bula *Inter caetera* foi definida a linha divisória entre os domínios de Castela e de Portugal, a cem léguas a ocidente do Cabo Verde ou dos Açores. Ibidem, p. 73.

84 Na *Romanus Pontifex* o poder do papa é assim qualificado: “pela autoridade apostólica e certa ciência, com plenitude do poder apostólico”. “Bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V”. Roma, São Pedro, 8 de janeiro de 1455. In: IPA, p. 68.

85 “Bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V”, 8/1/1455. In: IPA, p. 67.

de domínio cristão.⁸⁶ O poder do papa incluía a regulação comercial e concedia monopólio (da navegação, do comércio e da pescaria) ao rei português contra aqueles que, movidos somente pelo lucro, davam aos infiéis ferro e armas e ensinavam a arte da navegação. O comércio e a imposição de tributos aparecem como prerrogativa do rei português, tanto em relação aos outros príncipes cristãos como aos interesses privados dos comerciantes.⁸⁷

As bulas *Romanus Pontifex* e *Inter caetera* e os tratados de Alcáçovas-Toledo (1479-1480)⁸⁸ e de Tordesilhas (1494)⁸⁹ estabeleceram uma primeira geopolítica da expansão atlântica: favorecendo o comércio português na costa africana e o domínio espanhol nas Índias Ocidentais. Essa primeira articulação ibero-atlântica, subordinada à autoridade do papa, estava baseada na diferenciação e complementaridade das modalidades de *dominium* sobre as populações não cristãs e dos sistemas de domínio político e de exploração econômica dos espaços ultramarinos. A sujeição e evangelização dos índios ocorreriam *in loco* e legitimavam o domínio político-jurídico dos reis católicos e o poder apostólico do papa. Na Guiné, o direito de domínio do rei português era principalmente comercial, e destacava o tráfico de escravos.

A influência dos muçulmanos chegava até a Guiné e separava os cristãos do Ocidente dos índios cristãos do reino de Prestes João. O périplo africano e o “caminho do Ocidente” buscavam reunir essas populações contra a seita de Maomé, favorecendo

86 Os portugueses atingiram a costa da África atlântica entre as décadas de 1430 e 1440, chegando, em 1445, até o rio Senegal. Inicialmente, o comércio com a África foi estabelecido ou através de saques ou por trocas com os chefes e mercadores locais. Assim eram adquiridos o ouro, o marfim e os escravos. O comércio de escravos se torna um elemento importante das trocas portuguesas no continente africano a partir de 1442. Os chefes locais se beneficiavam de tal comércio e utilizavam os produtos europeus (tecidos, armas de fogo, bebidas, facas, espadas, espelhos e ornamentos) para garantir sua posição e prestígio social. “O seu investimento na exploração da costa africana era um esforço consciente para evitar os intermediários muçulmanos; inicialmente eles apenas tiveram sucesso em expandir o comércio transaariano já existente, abrindo a rota marítima; depois, eles participaram no comércio interno africano como intermediários.” LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África : uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 74.

87 Na bula *Inter caetera*, de 1456, Calisto III confirmou os poderes concedidos, garantindo “todo poder, *dominium* e jurisdição espiritual” sobre as regiões conquistadas e por conquistar RUMEU DE ARMAS, A. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 46. Ver também RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Settlement, Colonization, and Integration in the Portuguese-Influenced World, 1415-1570”. *Portuguese Studies Review*, Ontário, 15 (1-2), p. 1-35, 2007.

88 O Tratado de Alcáçovas-Toledo estabeleceu a divisão entre as possessões ultramarinas portuguesas e castelhanas, as da última referente ao arquipélago das Canárias, definindo direitos e obrigações semelhantes aos das bulas passadas. “Tratado de Alcáçovas”. Alcáçovas, 4 de setembro de 1479. In: RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 263-265.

89 O Tratado de Tordesilhas levou a linha a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. “Tratado de Tordesilhas”. Tordesilhas, 7 de junho de 1494. In: RUMEU DE ARMAS, A. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 276.

“as coisas da república universal da Igreja”.⁹⁰ Eram as duas novas rotas para o Oriente e para o estabelecimento do *orbis cristiano*. O tráfico de escravos africanos favorecia essa missão. Essa geografia humana parece ter influenciado profundamente a visão político-religiosa e político-econômica da expansão atlântica, que denominou as terras descobertas de Índias e seus habitantes como índios, e que buscou, pelo menos até a segunda metade do século XVI, os sinais que comprovassem uma conversão anterior ao cristianismo.⁹¹

A realização da república universal cristã, legitimada pela transmissão do poder divino a Cristo e aos apóstolos, dependia da delegação de poder aos reis, na lógica da teoria das duas espadas (espiritual e temporal). A Igreja definia o estatuto das populações a serem submetidas e a forma dessa sujeição: a guerra justa e os resgates permitiam a escravização, ao passo que a subordinação política favorecia o reconhecimento da liberdade ou o estabelecimento da tutela. Essas instituições de *dominium* eram complementares, na lógica de um sistema social tripartite. O poder e a autoridade definiam-se pela capacidade de controlar essas instituições e de regular o movimento entre a guerra e a sujeição política. A realização do domínio régio, por sua vez, dependia da legitimidade papal e da delegação de poderes aos agentes coloniais. Agora era a Coroa que procurava controlar o estatuto das populações não cristãs e sua forma de sujeição. Passemos, então, à análise das doações das ilhas de São Tomé e Espanhola, procurando identificar a forma de delegação do poder régio no processo de colonização.

90 Na bula *Romanus Pontifex*: “por seu esforço e indústria fazia navegável o referido mar até os índios, que, segundo se diz, adoram o nome de Cristo, de maneira que pudesse entrar em relação com ele e mover-los em auxílio dos cristãos contra os sarracenos e os outros inimigos da Fé, assim como fazer guerra contínua aos povos gentios ou pagãos que por ali existe, influenciados profundamente pela seita do nefandíssimo Maomé, e pregar e fazer pregar entre eles o santíssimo nome de Cristo, que desconhecem.” IPA, p. 67. Na bula *Inter caetera*: “navegando en el Océano, encontraron ciertas islas remotísimas y también tierras firmes que hasta ahora no habían sido descubiertas por otros en las cuales habitan varios pueblos que viven pacíficamente y, según se asegura, andan desnudos y no comen carne; y, según pueden opinar vuestros citados enviados, estas gentes que habitan en las mencionadas islas y tierras creen en un Dios creador que está en el cielo, y las consideran bastante aptas para abrazar la Fe católica e imbuirles buenas costumbres; y se tiene la esperanza de que, si se les enseña, fácilmente se introducirá el nombre del Salvador, nuestro Señor Jesucristo, en las tierras e islas mencionadas.” In: idem, p. 79.

91 O padre Manuel da Nóbrega e outros jesuítas, por exemplo, procuravam os sinais de que São Tomé havia pregado no Brasil. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso : os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1959], p. 108-129.

1.2. O poder régio nas cartas de doação da capitania da Ilha de São Tomé e nas instruções de governo da Ilha Espanhola

A nova historiografia das monarquias ibéricas enfatizou o caráter afetivo das relações entre o monarca e seus súditos. O autor que melhor desenvolveu essa especificidade para a monarquia portuguesa foi Pedro Cardim.⁹² Entendemos que essa leitura deve ser confrontada com os aspectos materiais de fundamentação do poder político, e, no extremo oposto das relações amorosas, pela faculdade de coação e exceção do poder régio (*publica potestas et iurisdictio cum vi coercitiva*).⁹³ Ou seja, entendemos esse sistema político – e talvez todos – como sistema de tensão, em que os diferentes agentes procuram afirmar sua preponderância sobre determinado espaço político e social, disputando e negociando os vínculos constitutivos do pacto social.

No processo de “reconquista”, o rei procurou tomar a frente das ações militares e impôs-se o princípio de que as terras ermas ou vacantes pertenciam a ele.⁹⁴ Foi por meio da distribuição dessas terras, de privilégios econômicos, de poderes de jurisdição e de *dominium* sobre as populações submetidas que o rei conseguiu apoio dos senhores, das ordens militares e dos concelhos. Essas liberalidades e privilégios eram concedidos como remuneração aos serviços prestados, em troca, o rei exigia a prestação de homenagem e definia as obrigações do súdito. As cartas de privilégio, mercê e doação regulavam as relações senhoriais entre o rei e os beneficiários.

Paralelamente ao objetivo militar de *retomar* as terras dos muçulmanos, havia a necessidade de atrair povoadores ou de manter a população aí existente para que fossem ocupadas de forma permanente. Essa ação, ou mediação, podia ser delegada aos beneficiários das doações ou ser feita diretamente pelo rei por meio de seus funcionários. Em ambas as situações, o rei expedia um conjunto de documentos – cartas

92 CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afetos*, op. cit.

93 Nas *Sete Partidas*, part. segunda, tít. 1, lei 3: “Poderoso debe el emperador ser de fecho, de manera que el su poder sea tan cumplido et asi ordenado, que pueda mas que los otros de su señorío para apremiar et costreñir á los que lo non quisiesen obedescer”, op. cit., p. 5. Ver também BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto y su concepción del poder*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1960, p. 141 e ss. As ideias medievais associadas à noção de *plenitudo potestas*, definiam o príncipe como “fonte da jurisdição”, detentor de uma “jurisdição suprema” ou de uma “soberania”, caracterizada como preeminência jurisdicional e associada à essência da “majestade”. Nessas definições de superioridade, o poder régio se enquadra na perspectiva do poder jurisdicional e definia, entre as faculdades inalienáveis desse poder, a apelação e o recurso da força. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 239.

94 Sobre o direito régio sobre as terras ermas e vacantes, ver SALDANHA, António V. de. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 283.

de privilégios, isenções e forais – que tinham por objetivo atrair povoadores e regular as relações internas daqueles agrupamentos humanos, as obrigações entre beneficiários e moradores e entre ambos e o rei.⁹⁵

A afirmação do poder régio durante a “reconquista” se deu pela superação do aspecto militar, pela reivindicação de uma supremacia jurídica e legislativa e pela intervenção crescente na economia e nos assuntos religiosos; o rei deixava de ser o *primus inter pares* e passava a reivindicar um poder absoluto.⁹⁶ Esse processo teve início no reinado de D. Afonso II (1211-1223) e esteve marcado por avanços e recuos entre o destacamento do poder régio e a afirmação dos poderes senhoriais. Com D. João II as possessões ultramarinas se tornaram um importante instrumento nesse processo de destacamento do poder régio. Encerra-se o sistema dos “Grandes donatários”⁹⁷ e o rei passa a delegar o povoamento e exploração das novas terras a uma nobreza de categoria inferior, a chamada “nobreza de serviço”. É sob este sentido que se inicia uma nova etapa da expansão portuguesa e as doações da capitania de São Tomé são exemplares para a caracterização das relações de poder nesse processo.

A colonização portuguesa em São Tomé teve início no fim do século XV, no reinado de D. João II, por meio dos forais e das cartas de privilégio, mercê e doação aos capitães João de Paiva, João Pereira, Álvaro de Caminha e aos moradores. As cartas de doação da capitania de São Tomé possuem uma estrutura semelhante: a abertura apresenta as motivações da doação, caracteriza a eminência do poder régio e estabelece o vínculo de domínio entre o rei e o capitão; em seguida, são caracterizados os poderes de jurisdição e as condições de hereditariedade; em terceiro lugar, aparecem os direitos

95 JOHNSON Jr., Harold B. “The Donatary Captaincy in perspective: Portuguese Backgrounds to the Settlement of Brazil”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, Duke University Press, 52:2, p. 209, nota 17, maio de 1972. Ver também SALDANHA, António V. de. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 75-79.

96 Lê-se na introdução das Ordenações Afonsinas: “Todo o poderio, e conservação da República procede principalmente da raiz, e virtude de duas coisas, a saber, Armas, e Leis; (...) o principal bem, que se requer para ministrar justiça, assim é sabedoria, porque escrito é, que por ela reinam os Reis, e são Poderosos para ousadamente com louvor, e exalçamento do seu Real Estado reger, e ministrar Justiça”. In: OA, p. 3-4. A definição do poder régio como *primus inter pares*, o primeiro entre os pares, se transformou em um lugar-comum para a caracterização do poder régio pela historiografia contemporânea. Não encontramos essa expressão em nenhum dos documentos analisados nessa tese. A documentação referente aos espaços coloniais, em consonância com o processo histórico vivido e com a lógica do sistema de hierarquização social e espacial, enfatiza a especificidade e eminência do senhorio régio, definido como absoluto e soberano, ou seja, independente, superior e ímpar ou “sem par”.

97 MERÊA, Paulo. “A solução tradicional da colonização portuguesa do Brasil”. In: DIAS, Carlos Malheiros (Dir.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. II. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924, p. 171-172.

econômicos; depois, o sistema de doação e aproveitamento de terras; e se encerram com a determinação de seu cumprimento. As cartas se diferenciam pelos poderes atribuídos aos capitães, pela utilização de determinadas fórmulas⁹⁸ e pela vigência de leis ou princípios jurídicos específicos.

*“D. João, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que, considerando nós como João de Paiva, nosso escudeiro, para nos servir se dispôs por si com seus amigos e parentes querer vir a povoar a nossa Ilha de São Tomé, que é em a dita nossa terra e partes de Guiné d’além da nossa Fortaleza de São Jorge da Mina, não receando de por isso deixar a vivenda destes ditos nossos reinos de Portugal donde é sua natureza e onde até agora viveu, nem os trabalhos que se lhe seguir podem de novamente habitar e povoar a dita ilha por ainda não ser povoada nem ele certo do modo e viver dela e por as coisas que lhe necessárias forem não podê-las haver sem muito trabalho e dificuldade pela mui grande distância que destes ditos nossos reinos há à dita ilha, e considerando isso mesmo como ele dito João de Paiva é homem fiel e de tal bondade e discrição que em isto nos servirá como deve e assim para lhe fazermos graça e mercê em remuneração da boa vontade com que assim para nos servir se a isto dispôs e como a dita nossa ilha ser habitada e povoada se segue muito serviço e acrescentamento de nossos reinos e da coroa real deles.”*⁹⁹

A eminência política do rei refere-se: (1) à relação com o capitão; (2) à qualificação de seu serviço; (3) aos territórios ultramarinos e peninsulares; e (4) à finalidade da ação colonizadora; e pode ser observada, respectivamente, na utilização do plural majestático: *nosso escudeiro; nos servir; nossa ilha, nossa terra e partes de Guiné, nossa Fortaleza de São Jorge da Mina e nossos reinos de Portugal; acrescentamento de nossos reinos e da coroa real deles*. O plural majestático indica também a transcendência do poder régio, que não estava circunscrito à pessoa física do

98 Para muitos povos indo-europeus a lei surgiu como parte da religião. Na Roma Antiga, por exemplo, o conceito de direito estava ligado ao uso de certas palavras sacramentais. As fórmulas jurídicas preservavam ainda esse sentido sagrado do direito e do pacto. COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 211. Nessa linha de pensamento devemos indicar também a associação do poder e da figura régia a poderes sobrenaturais. Para isso ver KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei : um estudo sobre teologia medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1957]. E BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos : O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1983].

99 “Doação Régia a João de Paiva da capitania de metade da Ilha de São Tomé”. Sintra, 11 de janeiro de 1486. In: *A ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI* (a partir de agora abreviada por IST). Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 49-50. No mesmo dia, a outra metade da capitania foi doada à filha de João de Paiva, Mécia de Paiva. SILVA, José Manuel Azevedo e. “A importância dos espaços insulares na construção do mundo atlântico”. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS ILHAS. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 9. Disponível em: <URL: <http://www.ceha-madeira.net/canarias/hia6.html>>. Acesso em: 4 dez. 2008. Uma carta de privilégio de D. João II a João de Paiva foi concedida em 24 de setembro de 1485. IST, p. 43-44.

rei, mas representava a monarquia e a Coroa.¹⁰⁰ Além disso, a utilização da primeira pessoa do plural parece enfatizar a ideia de delegação.

A doação da capitania se justificava pela distância de São Tomé em relação à terra natal, pelos trabalhos e dificuldades para habitar e povoar a ilha e pelos benefícios à Coroa que decorriam dessa ocupação. A empresa delegada a João de Paiva dependia, em grande parte, da iniciativa privada do capitão, que seria auxiliado por seus amigos e parentes. Diante da disposição do capitão e em vista da prestação de serviços futuros, cabia (5) ao rei fazer *graça e mercê*.

Em sua origem latina, nos diz Rafael Bluteau, o termo *mercê* era utilizado para designar o pagamento do mercenário – galardão ou recompensa. Mas na língua portuguesa, observa: “não se costuma [usar] nesta significação de salário, prêmio, remuneração, senão de graça, ou benefício, como os que Deus faz às suas criaturas, ou os senhores aos seus criados.”¹⁰¹ Nesse sentido, *mercê* também significa gosto, favor, amizade, quando se faz ou se diz alguma coisa para o bem do amigo. O verbete *graça* refere-se ao dom divino de dar gratuitamente e liberalmente ao anjo ou ao homem. Na esfera humana, a graça significa o favor, a *mercê* ou o benefício.

*“A Graça do Rei é vontade de Deus, que nos olhos do Soberano, quando vê ao vassalo excita uma certa inclinação, e propensão de afeto para ele. (...) Donde se segue, que os que logram a Graça do Príncipe, não hão de atribuir este favor à fortuna, mas a Deus, e não se hão de valer do dito favor para a própria estimação, mas para fazer bem a todos.”*¹⁰²

Mas a analogia entre a graça divina e a graça dos reis não as torna equivalentes, e Bluteau ressalta “as admiráveis antíteses / as notáveis diferenças que há entre a graça de Deus, e a graça dos Reis”, e conclui: “para o súdito a graça do Príncipe é água do Nilo; beba-a de corrida, porque se se detiver, Crocodilos o comerão.”¹⁰³

Na carta a João de Paiva, a graça e *mercê* representam o dever moral, a obrigação política e o interesse régios em retribuir a disposição do capitão de povoar a Ilha de São Tomé. A graça/*mercê* e o serviço criavam vínculos de dependência e dominação entre o rei, o capitão e os colonos, reafirmando os poderes e deveres hierarquizados daquela sociedade.

100 Ver novamente KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei*, op. cit.

101 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português & Latino*, op. cit, p. 431.

102 Ibidem, p. 108.

103 Ibidem.

A doação se referia à capitania¹⁰⁴ e não à ilha propriamente dita, ou seja, ao espaço de jurisdição e ao cargo de capitão¹⁰⁵, e não ao território. O poder de jurisdição do capitão e a hereditariedade da doação foram assim definidos:

*“lhe damos de jure e de herdade para ele e todos seus herdeiros filhos maiores machos, lídimos descendentes por linha direta, a metade da capitania da dita Ilha de São Tomé qual ele quizer escolher e a outra metade ficará a nós para nós darmos a quem nossa mercê for, a qual metade lhe assim damos com toda a sua jurisdição cível e crime alta e baixa, mero e misto império, reservando para nós alçada de todo o caso em que se merecer morte ou cortamento de membro, em o qual caso virão as apelações à nossa Casa do Cível da nossa cidade de Lisboa, e reservando isso mesmo à correição e de se cumprirem em a dita ilha todos nossos mandados.”*¹⁰⁶

A capitania de metade da ilha foi doada hereditariamente, condicionada à primogenitura legítima e masculina.¹⁰⁷ A delegação de jurisdição foi limitada: (1) pelos

104 António V. de Saldanha diz que metade da ilha foi doada como sesmaria a João de Paiva e transcreve o trecho que o levou a essa interpretação: “metade da ilha, qual ele quizer escolher”. Na transcrição do documento feita sob direção de Luís de Albuquerque aparece: “a metade da capitania da dita Ilha de São Tomé qual ele quizer escolher”, nessa versão, e em concordância com o restante do documento, o que se doava não era a terra, mas o cargo de capitão. SALDANHA, António. V. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 331.

105 A raiz *capit* remete ao diminutivo de *caput* (“cabeça”), centro de comando de um organismo político menor. Como se o rei, *caput* da monarquia corporativa, fosse representado nos espaços distantes pelo capitão. O cargo se referia principalmente à função militar. O termo também permite uma relação com a função da justiça, em sua associação com a pena capital. As variações latinas *capitaneus(a,um)* significam “principal” e outras, como *capitulánus*, *capitularius*, *capitatio* e *capitarium*, indicam a função de coletar ou o sistema de arrecadação de impostos. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Disponível em: <URL: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>>. Acesso em: 1 dez. 2008. A primeira acepção também aparece no dicionário de Rafael Bluteau, no verbete *capitam*: “o que manda um corpo mais pequeno, como capitão-mor”. *Vocabulário Português & Latino*, op. cit, p. 126-127. António V. de Saldanha diz que o título de capitão deve ser considerado honorífico e diretamente associado ao título de governador. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 148. No caso de São Tomé, o título de governador aparece pela primeira vez no testamento de Álvaro de Caminha; analisarei posteriormente esse uso que parece estar associado à diferenciação das atribuições do poder – militar, justiça e governo – em decorrência do desenvolvimento de sociedades novas nos espaços ultramarinos. Discordamos da associação estabelecida por Saldanha entre *capitão* e *Senhor de terra*. Tanto na Lei Mental, que será analisada em seguida, como nas cartas de doação há uma exclusão deliberada dos termos *senhor* e *senhorio* relacionados aos beneficiários das doações; a doação de bens da Coroa devia garantir a preservação do domínio eminente do rei e tolher o surgimento de novos senhorios.

106 “Doação Régia a João de Paiva da capitania de metade da Ilha de São Tomé”, 11/1/1486. In: IST, p. 50. A autonomização da Casa do Cível é atribuída a D. Pedro I (1357-1367). Sobre as categorias sociais durante o processo de “reconquista”, ver MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Segundo Volume – A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, s.d., p. 172-189, 196-202, 219-226 e 488-489.

107 Na expressão *de jure e de herdade*, *herdade* refere-se ao fato de a doação ser perpétua como *iure hereditario* e não no sentido de terra. Ver SALDANHA, António V. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 106.

casos de morte¹⁰⁸ e amputação de membro; (2) pela *correição* – direito de enviar corregedor –; e (3) pela exigência de que as leis reais fossem cumpridas na ilha; o rei, portanto, preservava a supremacia jurídica e legislativa.¹⁰⁹ A transmissão do poder está definida pela fórmula *mero e misto império*.¹¹⁰

A utilização dessa fórmula indica a vigência de princípios jurídicos romanos na construção do pensamento político no início da Idade Moderna. Ao lado dos textos canônicos, do direito costumeiro e das *autoridades* da antiguidade, o direito romano dava as bases para a ordenação social nesse período.¹¹¹ No *Digesto*, a expressão *merum imperium* aparece três vezes.¹¹² No livro de Ulpiano, em referência ao ofício de questor¹¹³, há uma diferenciação entre dois tipos de *imperium*: *merum* e *mixtum*. O primeiro dizia respeito ao “poder da espada para atemorizar os criminosos”, que é chamado de poder (*potestas*). O misto império referia-se à jurisdição (*iurisdictio*) e ao

108 O primeiro rei português a reservar para si os casos de morte foi D. Afonso III (1245-1279), definindo os “recursos de suplicação” ou *agravo* e criando o cargo de ouvidor de suplicação. Dotou o tribunal régio de um corpo de magistrados, criou um corpo de leis processuais (que regulavam os mecanismos de sua justiça) e o cargo de meirinho-mor (para vigiar e coordenar as execuções judiciais e fiscais dos meirinhos locais). MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol. 2, op. cit., p. 139-140.

109 Ver nas Ordenações Afonsinas, l. 2, tít. 24 e tít. 63, p. 209-219 e 394-405.

110 Literalmente *mero* significa “alguma coisa pura, (...) sem mistura de outra, e sem circunstância alguma que altere sua natureza”, e *misto* é o contrário, misturado. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português & Latino*, op. cit, p. 442 e 520. Nas *Sete Partidas*, D. Afonso X assim hierarquiza as relações de domínio: “De señorio et de vasallage son cinco maneras: la primera et la mayor es aquella que ha el rey sobre todos los de su señorio, á que llaman en latin *merum imperium*, que quiere tanto decir en romance como puro et esmerado mandamiento de judgar et mandar los de su tierra: la segunda es la que han los señores sobre sus vasallos por razon de bienfecho ó de honra que dellos resciben, asi como desuso dixiemos: la tercera es la que los señores han sobre sus solariegos, ó por razon de behetria ó de devisa segunt fuero de Castilla: la quarta es la que han los padres sobre sus fijos, et desta fablamos complidamente desuso en las leyes del título que fabla en esta razon: la quinta es la que han los señores sobre sus siervos, segunt que dicho es desuso en las leyes que fablan dellos”. LAS SIETE PARTIDAS, op. cit., part. quarta, tít. 25, l. 2, p. 133.

111 No prefácio às Ordenações Afonsinas as referências do direito português são assim resumidas: (1) leis promulgadas desde o reinado de D. Afonso II até D. Afonso V – o único documento anterior incorporado nessa ordenação foi a Carta de Foro dada por D. Afonso Henriques aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer –; (2) capítulos das Cortes celebradas desde o tempo de D. Afonso IV; (3) o direito romano interpretado por glosadores antigos e incorporado em muitos títulos; (4) as concordatas dos reis D. Dinis, D. Pedro I e D. João I com os papas e com os eclesiásticos do reino português; (5) direito canônico interpretado pelos glosadores; (6) as Leis das Partidas de Espanha; (7) os antigos costumes, ou assentos da Chancelaria; e (8) algumas determinações que passaram a ter força de leis gerais, como alguns costumes das Câmaras de Lisboa e do Porto. In: OA, p. VI-VIII.

112 JOHNSTON, David. “The General Influence of Roman Institutions of State and Public Law”. In: MILLER, D. L. C.; ZIMMERMANN, R. (Eds.). *The Civilian Tradition and Scots Law. Aberdeen Quincentenary Essays*. Berlim: Duncker & Humblot, 1997. Disponível em: <[URL:http://iuscivile.com/materials/reprints/j-1.htm](http://iuscivile.com/materials/reprints/j-1.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2008.

113 Questor: magistrado romano incumbido, principalmente, da gerência das contas do tesouro.

direito de conceder a posse.¹¹⁴ As outras duas aparições afirmavam que era possível a delegação de jurisdição e que ela devia conter algo de *imperium* para ser exercida, mas o *merum imperium* não podia ser delegado.¹¹⁵

A tendência desse debate foi a diferenciação de distintos graus de *imperium*: o superior, detido pelo imperador (e depois também pelo papa e por alguns príncipes), e os inferiores, exercidos pelos ministros e magistrados. Assim, a delegação de jurisdição se fazia por meio do *mixtum imperium* e referia-se à *iurisdictio* como poder de administrar justiça, e não alienava o poder do imperador que preservava o *merum imperium*.

O poder do imperador era definido de três formas na Roma Antiga. Primeiro como o detentor de um poder que estava isento das leis ordinárias – *princeps legibus solutus est*.¹¹⁶ O mesmo sentido pode ser lido no texto de Justiniano, em que o imperador não estava sujeito à lei, por Deus lhe haver concedido seu controle, sendo ele a sua própria encarnação.¹¹⁷ Contudo, Teodósio e Valentiniano indicavam a importância de o imperador reconhecer os limites impostos ao seu poder pela lei.¹¹⁸ Na terceira definição, havia o princípio republicano de alienação da soberania do povo na figura do imperador, sendo ele um ministro ou servidor do povo.¹¹⁹

114 Digesto l. 2, tít. 1, it. 3: “Imperium aut merum aut mixtum est. Merum est imperium habere gladii potestatem ad animadvertendum facinorosos homines, quod etiam potestas appellatur. Mixtum est imperium, cui etiam iurisdictio inest, quod in danda bonorum possessione consistit. Iurisdictio est etiam iudicis dandi licentia”. Todos os textos do direito romano aqui citados foram retirados de LASSARD, Yves e KOPTEV Alexandr. *The Roman Law Library*. Disponível em: [URL:http://webu2.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/](http://webu2.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/). Acesso em: 25 nov. 2008.

115 Digesto l. 1, tít. 21, it. 1: “Qui mandatum iurisdictionem suscepit, proprium nihil habet, sed eius, qui mandavit, iurisdictione utitur. Verius est enim more maiorum iurisdictionem quidem transferri, sed merum imperium quod lege datur non posse transire: quare nemo dicit animadversionem legatum proconsulis habere mandata iurisdictione. Paulus notat: et imperium, quod iurisdictioni cohaeret, mandata iurisdictione transire verius est”.

116 Na introdução às Ordenações Afonsinas lê-se: “E para que o Rei tenha principalmente o Regimento da Mão de DEUS, e assim como seu Vigário, e Loco-tenente, seja absolto da observância de toda Lei humana, e isto não embargante, por ser criatura racional, e subjugada à razão natural, se honesta, e submete sob governança, e mandamento dela, assim como coisa santa, que manda, e ordena as coisas justas, e defende [d]as coisas contrárias”. In: OA, p. 5.

117 Novela l. 105, cap. 2, it. 4. O Código de Justiniano foi recuperado entre os séculos XII e XIII e se tornou o principal suporte teórico-jurídico da centralização régia, marcando a mutação do rei guerreiro ao rei legislador – detentor da supremacia jurídica. MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol.2, op. cit., p. 111 e 215.

118 Código l. 1, tít. 14, it. 4.

119 “What the princeps decides has the force of statute, as the people, by the lex regia which was passed regarding his Power, confers on him all its own Power and authority”. Apud JOHNSTON, David. “The General Influence of Roman Institutions”, op. cit., p. 7. Ver Gaius com. 1, it. 5. A preservação de princípios republicanos romanos na península ibérica deve-se, em grande parte, à importância do regime

Com a queda do império romano, quatro agentes passaram a reivindicar o *merum imperium*: o imperador sacro-romano, o papa, os reis e os senhores territoriais. O primeiro se dizia o herdeiro legítimo do imperador romano. Na interpretação papista de Nicolau I (856-867), Cristo havia transmitido seus poderes a São Pedro, do qual o papa era herdeiro, podendo delegar ao poder temporal o direito de usar a espada contra os inimigos do cristianismo.¹²⁰ Já segundo a corrente que defendia a supremacia régia, o *merum imperium* dizia respeito aos direitos próprios do rei (*regalias*) e à essência de seu poder público.¹²¹ O rei também era reconhecido como vigário de Deus.¹²² Ao mesmo tempo, alguns juristas, desde o século XIV, procuraram conciliar o princípio romanista de monopólio real da jurisdição, que era considerado inalienável e imprescritível, com a posse do mero império pelos senhores, que era caracterizado como delegação por

concelhio, principalmente ao sul do Tejo. O rei estabeleceu relações diretas com os concelhos por meio de forais, cartas de privilégios e pelo estabelecimento de um corpo administrativo local. Os concelhos foram os espaços políticos privilegiados de destacamento do poder régio perante os grandes senhores territoriais na Baixa Idade Média (retomaremos essa discussão no item 1.3.). Ver MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol. 2, op. cit., p. 216-219.

120 KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 64.

121 Na célebre frase do jurista Azo: “o rei que não conhece superior é imperador no seu Reino”. Sobre o glosador bolonhês Azo, ver MARGADANT, Guillermo F. *La segunda vida del derecho romano*. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 1986, p. 113-115. O jurisconsulto medieval Bartolo de Sassoferrato associa o *merum imperium* à utilidade pública e o *mixtum imperium* à utilidade privada. É ele também que propõe um esquema hierárquico de *imperium* e *iurisdictio*. Bartolo procura limitar o poder dos magistrados ao *ius dicere* (“dizer o direito”), além de circunscrever seu poder de jurisdição a um território limitado. JOHNSTON, David. “The General Influence of Roman Institutions”, op. cit., p. 5 e 13-14. Bartolo de Sassoferrato, com Cinus de Pistoie (1270-1336) e Baldus de Ubaldis, introduziu a escolástica na ciência do direito, definindo, assim, a base da jurisprudência moderna. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 308, n. 172. A ideia de que o rei é “imperador no seu reino” parece se impor na península ibérica no século XIII; em Portugal no reinado de D. Afonso III e em Castela no de D. Afonso X. MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol. 2, op. cit., p. 272-275.

122 D. Afonso X dizia: “Porque nostro sennor Ihesu Christo es rey sobre todos los reyes et por los reyes por él regnan et dél an el nombre et él quiso et mandó guardar los derechos de los reyes et sennaladamiente quando quisieron temptar los judíos et le demandaron si daríen a César su tributo et so pecho, porque si él respondiesse que non gelo devíen dar quel pudiessen reprehender que tollíe los derechos a los reyes et él entendiendo sos malos pensamientos respondió et díxoles: ‘Dat a César los derechos que son de César’; et pues que los reyes deste sennor et deste Rey avemos el nombre et dél tomamos el poder de fazer iusticia en la tierra”. “Carta de Afonso X as vilas e aldeias do bispado de Zamora”. Burgos, 23 de outubro de 1255. In: TUÑÓN DE LARA, Manuel (Dir.). *Historia de España*. Tomo XI: Textos y documentos de historia antigua, media y moderna hasta el siglo XVII. Barcelona: Editorial Labor, 1984, p. 283. Ideia semelhante foi expressa pelos procuradores das cidades e vilas de Leão e Castela em 1455: “ninguno sea osado de tocar en su rrey e príncipe commo aquel que es vngido de Dios nin avn de rretraer nin dezir mal nin avn lo pensar en su espirito, mas que aquel sea tenido commo vicario de Dios e onrrado commo por esçelente e que ningunt non sea osado dele rresistir, por quelos que al rrey rresisten son vistos querer rresistir ala ordenança de Dios, alo qual asi fazer todos son obligados e tenudos, non solo temiendo la ira de Dios e el mal e pena que dello les puede venir, mas avn por la guarda de sus conçiencias”. In: *ibidem*, p. 310.

decisão do príncipe.¹²³ O jurista Azo argumentava que a soberania residia no povo e que sua delegação ao soberano não implicava alienação do poder original, sendo revogável. Assim, cada um desses agentes políticos apropriava-se dos discursos e fontes político-jurídicas no sentido de reivindicar sua autonomia e sua preeminência sobre determinado espaço social.

Na carta de doação a João de Paiva, o rei era o titular do *merum imperium* e (4) delegava de forma condicionada a *iurisdictio*.¹²⁴ Aqui também a supremacia régia implicava uma dinâmica de concessões de jurisdição, de vínculos de lealdade e de hierarquização das relações de domínio.

Os benefícios e direitos econômicos concedidos a João de Paiva eram de três tipos: produtivo – referente à construção e atividade das moendas de pão, serras de água, atafonas e engenhos –; tributário – rendas calculadas e cobradas em função dos proventos reais e provenientes dos aforamentos perpétuos –; e comercial – referente ao monopólio do sal.¹²⁵

As cartas de privilégio ou os forais detalhavam os direitos econômicos concedidos aos capitães e moradores. A carta foral da Ilha de São Tomé, de 16 de dezembro de 1485, permitia o comércio dos produtos da ilha, o resgate de escravos e de outras mercadorias – dos *cinco rios dos escravos* até a fortaleza de São Jorge da Mina, e daí para os Reinos de Portugal e Algarves (e outras partes não defesas).¹²⁶ A malagueta, as gomas, tintas, especiarias, penas de aves e metais eram exclusivos da Coroa e só podiam ser comercializados por meio de seus feitores ou almoxarifes. Do rendimento da malagueta e do açúcar, a Coroa ficava com 25%; das gomas, tintas, especiarias, penas

123 VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 19-21.

124 Nas Ordenações Afonsinas a expressão *mero e misto império* aparece assim (l. 2, tít. 63): “querendo fazer graça, e mercê a algumas pessoas nossas naturais, e de nosso devido, a delas por acrescentamento da honra de nossos Reinos, e as outras por merecimentos, e grandes serviços, que fizeram a nós, e aos Reis, que ante nós foram, e por outras razões aguisadas, por que a nós cabia de lhas fazer, lhes fossem feitas Doações de Vilas, Terras, e Lugares, com Jurisdição, e com mero, e misto império, assim no Crime, como no Civil, reservando expressamente, como quer que sempre se entenda, e entender deva, aquilo, que pertence, e esguarda o maior, e o mais alto, e Real Senhorio”. OA, p. 395. Nas Ordenações Manuelinas (l. 2, tít. 17) o *mero e misto império* aparece como sinônimo de “toda a sua jurisdição e direito real”, mas é referida como expressão genérica, como se estivesse obsoleta. In: COIMBRA, Arménio et al (Orgs.). *Ordenações Manuelinas on-line* (a partir de agora abreviada por OM). Coimbra, s.d., p. 86. Disponível em: <URL: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

125 SALDANHA, António V. de. *As capitânias do Brasil*, op. cit., p. 50.

126 “Carta Foral da Ilha de São Tomé”. Sintra, 16 de dezembro de 1485. In: *MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA* (a partir de agora abreviada por MMA). Coligida e anotada pelo padre António Brásio, C.S.Sp). Série 1, 15 vols. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1988, vol. XV, p. 3-7.

de aves e metais, 50%. A Coroa também se reservava a saca de pão, controlava a produção de oliva e cobrava o dízimo do pescado e do açúcar. O foral proibiu o comércio com navios ou homens estrangeiros.

O poder do rei sobre a economia define-se: (1) pela orientação e controle da produção e do comércio; (2) pelo estabelecimento dos tributos; (3) pela designação de funcionários que deveriam garantir seus direitos; e (4) pela concessão de privilégios para o bem próprio do capitão e dos moradores.¹²⁷ Existe, portanto, a diferenciação de três esferas do poder econômico – a da Coroa, a do capitão e a dos moradores – que coincidiam com a hierarquia de domínio.

A utilização de analogias entre o poder do chefe de família e o poder do rei, entre a justiça paterna e a justiça régia, entre a administração da casa e a administração da fazenda real não significava a confusão dessas esferas de domínio. Na carta e no foral a João de Paiva, a Coroa diferenciava claramente as esferas de poder, mesmo que o poder régio fosse definido como *senhorio*. Uma das vias de destacamento de seu poder se deu pela lógica senhorial, segundo a qual as qualidades de *dominus* e de *senhor* aparecem, nas cartas de doação e nos forais ultramarinos, como atributos exclusivos do rei.

As cartas de doação definiam que o poder do rei era superior, inalienável e imprescritível. O rei delegava o exercício do governo, da justiça e os benefícios econômicos da colonização, no entanto, preservava um domínio eminente sobre as terras, a jurisdição e os homens. A reivindicação desta preeminência começou no século

127 Além das atribuições mencionadas acima, vale destacar: (6) a definição de uma política de juros, câmbio e empréstimos; (7) a política monetária e em relação aos metais preciosos; e (8) a definição de relações de trabalho. Os direitos econômicos do rei sobre a economia estão definidos no livro 4 das Ordenações Afonsinas e permitem a identificação de duas outras áreas: (9) referente às heranças, testamentos, bens matrimoniais e renda dos órfãos, ausentes e viúvas; e (10) em relação aos contratos comerciais, de aluguéis, às dívidas, penhora e fiadoria. Como exemplo de política econômica régia, destacamos as medidas tomadas no reinado de D. Dinis (1279-1325): (a) favoreceu os empresários que exploraram as minas de ferro, mercúrio, ouro, sulfatos de alumínio, sódio e potássio; (b) promoveu o povoamento, a organização comunitária e a exploração econômica das terras; (c) criou uma armada a encargo de um almirante – destaca-se a atuação do genovês Manuel Pessanha –, que recebeu uma bula de João XXII que lhe permitiu investir o dízimo das rendas eclesiásticas; (d) estimulou as atividades comerciais e as feiras francas; (e) criou a bolsa de mercadores portugueses, com entrepostos em Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e La Rochelle; (f) assegurou a eficácia para a cobrança dos foros e rendas da Coroa; (g) cobrou impostos dos mouros forros; (h) definiu o papel dos almotacés na superintendência das atividades econômicas e das obras públicas; (i) promulgou uma lei que proibiu as ordens militares de herdarem bens dos seus professores e de lhes comprarem propriedades fundiárias ou as receberem em doação; (j) ofereceu empréstimos; e (k) mandou cunhar uma nova moeda. Síntese feita a partir de MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol. 2, op. cit., p. 139-163.

XIII, intensificou-se na passagem do século XV ao XVI e teve na expansão ultramarina um instrumento fundamental. Esse processo histórico não é linear, mas dialético. Não tem um ponto de chegada ou finalidade, tal como foi pensado pelo “paradigma estadualista” ou por meio do moderno conceito de “Estado”. Mesmo o “paradigma jurisdicionalista”, que posteriormente definiu a “Casa” como elemento de “alteridade do sistema de poder do Antigo Regime”, reafirmou a ideia de contradição entre a estrutura doméstica e o ordenamento estatal, entre o Antigo Regime e o Estado Moderno. Reiterou, assim, a ideia de Estado Moderno como resultado de uma revolução, por meio de uma perspectiva iluminista, liberal e burguesa que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XVIII.¹²⁸

Por meio dos debates e manifestações medievais em torno da ideia de *plenitudo potestatis* e da doutrina de limitação do poder absoluto, desenvolveram-se, desde o século XV, distintas formulações sobre a plena soberania do príncipe. Nesse processo, Jesús Villanueva López observa o “desenvolvimento de um conceito de ‘soberania política’, em ruptura com o ‘paradigma jurisdicional’”¹²⁹, com manifestações importantes na passagem do século XVI para o XVII, em ações políticas de Felipe II e III. Interessa-nos refletir sobre esse processo de mudança em seu sentido dialético, em que as monarquias europeias e as sociedades coloniais se reconfiguram mutuamente.

Em relação ao *dominium* sobre os infieis, os forais de São Tomé estabelecem que o acesso aos escravos era concedido para o bem próprio dos capitães e moradores; o rei preservava o poder sobre o resgate e o comércio, que eram monopólio real.¹³⁰ Os termos dos documentos são bem claros: “querendo nós fazer graça e mercê”; “havendo se respeito ao bem do nosso capitão dela e de todos os outros moradores e povoadores”;

128 HESPANHA, António M. “Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime”, op. cit., p. 9-89.

129 VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberania*, op. cit., p. 3-5, 203 e 222.

130 Em 1474, “D. Afonso V estabelece regras precisas para defender o monopólio da Coroa nos tratos de Guiné que, em 1481, são doados ao futuro rei D. João II. É durante o seu reinado (1481-1495) que a política comercial e marítima portuguesa atinge o seu apogeu, graças à definição e concretização de um plano coerente de navegações e de ocupação dos territórios ultramarinos.” HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Veja Editora, 2000, p. 22. Ao analisar a constituição da Casa da Guiné ou da Mina, Francisco Mendes da Luz identifica a existência da repartição de escravos, com seu almoxarife e escrivães, desde 1486, o que revela a importância desse comércio e a preocupação de controle por parte da Coroa. LUZ, Francisco P. Mendes da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 37-38.

“hajam e resgatem em ela para si escravos”; “seu proveito”.¹³¹ A Coroa pretendia garantir o monopólio econômico sobre o comércio de escravos e concedia o privilégio comercial e o domínio privado dos escravos.

A escravidão se inseria na mesma problemática do conceito de *dominium*, entre a propriedade do *pater famílias* e o poder eminente do rei sobre o comércio e essa instituição. A Coroa pretendia doar o domínio útil sobre o escravo e preservar o poder sobre o comércio e a instituição. Processo semelhante à delegação de *dominium* sobre as *moças* e *moços* judeus, que, embora diferentes em sua posição social, religiosa e produtiva em relação aos escravos, eram cativos do rei e eram *encomendados* aos capitães e conquistadores.

A carta outorgava ao capitão o direito de dar, por aforamentos perpétuos ou de vidas ou por tempo determinado, todas as terras de São Tomé. O documento encerrava reafirmando a circunscrição do poder delegado ao cargo de capitão, que passava a representar a autoridade régia:

*“obedeçam ao dito João de Paiva em tudo e por tudo e o acatem e honrem como nosso capitão da dita meia ilha e cumpram todos seus mandados em tudo aquilo que a seu cargo de capitão pertencer, como obedeceriam a nós se em pessoa lho mandássemos.”*¹³²

Passados quatro anos, a capitania da Ilha de São Tomé foi doada a um novo capitão, João Pereira. A relação entre o rei e o capitão foi assim descrita:

*“D. João, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que, havendo nós respeito ao muito serviço que nos João Pereira, de nossa casa, tem feito na Ilha de São Tomé, querendo-lhe em alguma parte galardoar, como em nós cabe, assim, para lhe fazermos graça e mercê, confiando dele que nos servirá bem e lealmente, havemos por bem e lhe fazemos doação e mercê da capitania da dita Ilha de São Tomé.”*¹³³

A motivação da doação a João Pereira refere-se aos serviços prestados na Ilha de São Tomé, cabendo ao rei *galardoar* esses serviços e os futuros como *graça e mercê*.¹³⁴

88 “Carta Foral da Ilha de São Tomé”, 16/12/1485. In: MMA, 1, XV, p. 3-7. E “Licença aos moradores de S. Tomé”. Lisboa, 11 de dezembro de 1493. In: idem, p. 15-16. Esse último documento ainda faz a ressalva: “enquanto for mercê del-Rei”. Ibidem, p. 15.

132 “Doação Régia a João de Paiva da capitania de metade da Ilha de São Tomé”, 11/1/1486. In: IST, p. 51.

133 “Carta de doação da capitania da Ilha de São Tomé a João Pereira e a seus descendentes legítimos”. Évora, 3 de fevereiro de 1490. In: IST, p. 51-52.

134 Sobre a doação de capitanias como galardão, ver SALDANHA, António V. de. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 102-105.

Novamente a doação diz respeito à capitania (agora em sua totalidade) e não implicava em alienação dos bens ou jurisdição da Coroa.

Aqui não aparece a fórmula de *jure e de herdade*, e a transmissão da capitania é condicionada pela Lei Mental.¹³⁵ Essa lei garantia o domínio eminente da Coroa sobre os bens e terras doados por meio das seguintes regras:

- 1) Inalienabilidade dos bens (padroados, foros, rendas e direitos reais) e terras da Coroa (preservava o domínio eminente e concedia o usufruto), que não passavam ao patrimônio do donatário;
- 2) A transmissão do donatário só podia ser feita ao primogênito legítimo – estabelecia certas restrições aos cavaleiros de ordens militares e no caso de ser religioso ou na falta desse herdeiro os bens e terras retornavam à Coroa. A lei exigia confirmação após a morte do donatário ou do rei (instituída no reinado de D. João II);
- 3) As terras doadas não podiam ser divididas e não deviam ter *natura de Feudo* – essa restrição não se refere às obrigações senhoriais do donatário em relação ao rei, mas entre o donatário, seus sucessores e subordinados; o destacamento do poder régio se dava pela lógica senhorial, mas procurava acabar com as relações senhoriais intermédias;¹³⁶
- 4) Os bens e terras podiam ser confiscados em caso de desobediência ou malefício feito contra a Coroa;
- 5) A lei se sobrepunha ao conteúdo das doações já feitas e sua revogação dependia de uma dispensa especial do rei.

135 Ordenações Manuelinas I. 2, tít. 17a: “Da maneira que se há de ter na sucessão das Terras, e Bens da Coroa do Reino”. Santarém, 8 de abril de 1434. OM, p. 66-70.

136 Diz a lei: “não será obrigado servir com certas lanças, como por Feudo, porque Queremos que não sejam havidas por Terras Feudais, nem hajam natura de Feudo, mas será obrigado a Nos servir, quando lho Nós Mandarmos”. OM, p. 68. Essa passagem da Lei Mental contradiz a associação entre a doação das capitanias e o “feudalismo”, tendência que também aparece no texto de Paulo Merêa, “A solução tradicional da colonização portuguesa do Brasil”. In: DIAS, C. M. (Dir.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, op. cit., p. 167. Para conhecer o debate, ver SALDANHA, António V. de. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 30-33. Não obstante, a caracterização de Saldanha das capitanias como manifestação do regime senhorial não deixa de ser uma releitura do “feudalismo”, pensado em sua especificidade ibérica. O mais correto, a meu ver, é pensar o sistema de capitanias nessa fase de transição que se evidencia no reinado de D. João I e se prolonga pela expansão ultramarina, em que a intenção régia de romper com as relações senhoriais intermédias foi limitada pela relevância desses poderes na Europa e pela própria caracterização do poder régio como senhorial. A ausência dos termos *senhor* e *senhorio* em referência aos capitães e governadores nas cartas de doação e regimentos ultramarinos, a partir do fim do século XV, reforça essa ideia.

A Lei Mental foi criada a mando de D. João I (1385-1433) após a disputa sucessória com Dona Beatriz, casada com o rei de Castela. A vitória da dinastia de Avis foi garantida com a distribuição de amplos territórios e poderes a diferentes setores da nobreza e a outras classes sociais. Com o fim da guerra de sucessão, D. João I, por meio da Lei Mental, confiscou grande parte do que havia doado e avançou sobre novas terras e bens senhoriais, levando alguns antigos aliados ao exílio em Castela.¹³⁷

*“as ditas doações pela maior parte foram feitas no tempo das guerras passadas, e pela ocupação delas não podiam tão perfeitamente ser examinadas (...) e depois que os Reinos foram postos com a Graça do Senhor Deus em assossego, achou que eram feitas em tal forma, que sendo assim compridamente guardadas, como em elas era contido, seguir-se-ia disso grande dano, e prejuízo à Coroa dos Reinos, e por tanto Ordenou com acordo de Letrados do Seu Conselho fazer em sua vontade a dita Lei (...) a qual porém que não fosse escrita em seu tempo, foi porém sempre guardada, e praticada em todo caso, que de feito acontecia como dito é”.*¹³⁸

A delegação de terras e bens foi feita para garantir o apoio da nobreza num momento de instabilidade política. A paz e o estabelecimento da dinastia de Avis permitiram a intervenção régia no domínio senhorial – em sua dimensão territorial e jurídica – para o bem da Coroa. Com o acordo dos letrados do *Seu Conselho*, o rei mandou fazer uma lei que era a realização da sua vontade. Os nobres rejeitaram sua materialização, impedindo que ela fosse escrita; mas a lei foi guardada na mente do rei – daqui o seu nome – e praticada. Seu filho, D. Duarte, pôs a lei no papel, e esta foi posteriormente incorporada nas Ordenações.¹³⁹ Esse processo é extremamente ilustrativo da transformação política¹⁴⁰ que se intensifica no final do século XIV, em que o destacamento do poder régio se dava pela lógica senhorial e se confrontava e negociava com os outros poderes.

O rei afirmava também seu poder sobre as leis: “Somos informados por Letrados, que nenhuma Lei por Nós feita Nos liga, nem obriga, senão em quanto Nós

137 MORENO, Humberto Baquero. “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras : História*. Porto, Universidade do Porto, Série 2, vol. 4, p. 103-118, 1987.

138 Ordenações Manuelinas l. 2, tít. 17b: “Dúvidas que foram movidas a El-Rei Dom Duarte, tocantes à dita Lei Mental, e por ele determinadas na maneira seguinte”, subitem 14. Lisboa, 30 de junho de 1434. OM, p. 76-77.

139 Sua redação data de 1434.

140 Pela expressão “transição política” não deve se entender um processo inexorável de transformação histórica, em perspectiva positivista. É mais preciso remeter a expressão à ideia de “intenção política”, tal como expressa no documento, sendo os poderes senhoriais um limite concreto a essa vontade.

fundado em bom juízo e igualdade Quisermos a ela subjugar o Nosso Real Poderio”.¹⁴¹ A centralidade do poder régio é enfatizada tanto na elaboração da lei como em seu cumprimento ou dispensa. A Lei Mental revela também a estratégia de forçar processos de negociação e subordinação por meio de determinações jurídicas radicais.

*“Peró não é Nossa tenção tolhermos a Nós o Poderio, para dispensar com esta Lei em todo caso que Nos Parecer justo, ou razoado, ou for Nossa Mercê, assim em parte, como em todo, antes o Possamos livremente fazer, quando Nos bem Parecer, não embargante quaisquer Direito Canônicos, Cíveis, Costumes, Façanhas, Estilos, que em contrário disto sejam, em parte, ou em todo; porque todo não embargante Queremos, e Mandamos, e de Nosso poder absoluto, e certa sabedoria, que esta Lei valha, e tenha firmemente, Sentindo-o assim por serviço de Nosso Senhor Deus, e Nosso, e bem de Nossos Reinos, e Conformando-Nos à vontade, e tenção do dito Senhor Rei Meu Senhor e Padre”.*¹⁴²

Foram muitas as dispensas feitas pelo rei em relação à Lei Mental, mas isso não anula o sentido da ação régia e de sua intenção. As leis precisam ser entendidas em contextos políticos concretos, nos momentos de sua elaboração ou de sua aplicação, considerando-se as relações de poder existentes. A Lei Mental revela uma tensão política que estrutura as relações de poder nos processos de destacamento da autoridade régia e de expansão colonial: por um lado, a obrigação e necessidade régias de delegar poderes, terras e o *dominium* sobre as populações não cristãs como graça e mercê, por outro, o perigo constante de que essas terras, *dominium* e poderes delegados alienassem o poder e patrimônio da Coroa, dando independência e autonomia aos donatários.¹⁴³ Inicialmente circunscrita ao contexto ibérico, essa tensão se tornou mais complexa com a expansão ultramarina.

A fórmula *mero e misto império* não foi utilizada na carta de doação a João Pereira. A delegação de rendas e direitos econômicos era semelhante àquelas feita a João de Paiva. O capitão e seus herdeiros podiam dar terras, com a condição de serem aproveitadas em cinco anos. Este sistema não é definido como de sesmarias e não impedia que o rei também fizesse mercê das terras das ilhas. Outra novidade era que os beneficiários podiam vender suas terras. O sistema de propriedade possuía um caráter

141 OM, p. 81-82.

142 OM, p. 88.

143 Ver o comentário de Coelho Sampaio à Lei Mental. In: SALGUEIRO, Ângela et al (Orgs.). *Ordenações filipinas* on-line. Coimbra, s.d., p. 454. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

misto: a Coroa tinha um domínio eminente, delegava seu usufruto e reconhecia o direito privado dos colonizadores sobre as terras doadas.

As doações a João de Paiva e a João Pereira, apesar de hereditárias, não foram confirmadas pelo rei após a morte dos capitães. O terceiro capitão de São Tomé foi Álvaro de Caminha.

*“D. João, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que, havendo nós respeito a muita criação que em Álvaro de Caminha, de nossa casa, e aos muitos serviços que nas coisas do mar e da terra, em Guiné e nas partes de África, contra os infiéis, por serviço de Deus e nosso, tem fiel e verdadeiramente feitos, e com muitas suas despesas, trabalhos e riscos de sua vida e pessoa, como a nós pertence e seus merecimentos requerem, e querendo-lhe fazer graça e mercê.”*¹⁴⁴

Os serviços prestados por Álvaro de Caminha foram mais bem qualificados do que os de seus antecessores: referiam-se especificamente à Guiné e à África, tinham uma importante conotação religiosa e implicaram em perigo e gastos pessoais. No trecho transcrito acima, é o capitão que detém o poder da espada para castigar os infiéis em nome de Deus e do rei. A expansão ultramarina se afirmava como continuidade das cruzadas e da “reconquista”. O documento é contemporâneo à tomada de Granada, à expulsão dos judeus e muçulmanos da Espanha e ao retorno de Colombo de sua primeira viagem. A menção ao serviço religioso destina-se ao papa Alexandre VI, legitimando a estrutura de poder daquela sociedade e reforçando a preeminência portuguesa sobre a expansão ultramarina.

A doação pretendia garantir a administração da justiça na ausência física do rei:

*“nós, de moto próprio e de livre vontade, certa ciência, poder absoluto, sem ele nem outrem por ele no-lo requerer, queremos e nos apraz que ele seja capitão daqui em diante e tenha cargo da nossa Ilha de São Tomé, que é no mar do nosso senhorio da Guiné, estando e morando nela continuamente, e a mantenha por nós em justiça e em direito.”*¹⁴⁵

A presença do capitão era exigida como condição da doação.¹⁴⁶ O poder régio é definido como soberano e independente ao mesmo tempo em que seu domínio é caracterizado pela lógica senhorial.

144 “Carta de Doação da capitania da Ilha de São Tomé a Álvaro de Caminha”. Torres Vedras, 29 de julho de 1493. In: IST, p. 54-55.

145 “Carta de Doação da capitania da Ilha de São Tomé a Álvaro de Caminha”, 29/7/1493. In: IST, p. 55.

146 Ver SILVA, José M. A. e. “A importância dos espaços insulares”, op. cit., p. 9. Ver também SALDANHA, António V. de. *As capitanias do Brasil*, op. cit., p. 157-162.

A fórmula *moto próprio, livre vontade, certa ciência, poder absoluto* é a expressão mais completa da doutrina da participação analógica com o domínio divino, na qual o domínio humano encontrava sua explicação e sua razão de ser segundo a concepção tomista do poder.¹⁴⁷ As três primeiras expressões da fórmula representavam a condição *sine qua non* do domínio – em seu caráter ativo de dominação, na passagem da potência ao ato –, eram as faculdades (*facultas*) necessárias à sua realização. O *moto próprio* é o movimento primevo e voluntário da criação e da ação. A vontade é onde o domínio tem a sua sede, sua substância própria – inclinação ou apetite – que deve ser seguido e orientado pela cognição e pela racionalidade que considera o ato de domínio.

Dotado de movimento, racionalidade e livre vontade – dono de seus atos – o homem aparece como imagem de Deus, *imago Dei*. A ideia de participação analógica com o domínio divino não levava à confusão entre essas esferas de poder, e o mesmo pode ser dito na relação entre o poder régio e o do *pater famílias*. O domínio humano é recebido, contingente, finito e limitado, mas deve imitar o domínio divino, visando ao bem e à perfeição. “A relação de domínio implica, por um lado, a ideia de dominação e, por outro, a de dependência”, como noções correlatas.

“No interior da ordem universal, Deus quis intermediários, governando os seres inferiores por meio dos superiores. (...) O universo se apresenta como uma ordem em que os seres se encontram mutuamente conexos e hierarquizados por laços causais. (...) Somente podem ser domini os seres dotados de inteligência e livre arbítrio. (...) O domínio que cada um tem sobre seus próprios atos é a causa e a raiz do domínio que tem sobre as outras coisas”.¹⁴⁸

Todo domínio implica uma eminência e uma superioridade. Deus é o senhor absoluto de tudo e governa o universo. O *poder absoluto*, expresso pelo rei na carta de doação a Álvaro de Caminha, representava a eminência e superioridade máxima do domínio humano e temporal.¹⁴⁹

A carta de doação a Álvaro de Caminha isentava a transmissão da capitania da Lei Mental, mas detalhava a maneira de sucessão, restringindo-a aos filhos homens legítimos. Os capitães e os senhores se mostravam particularmente sensíveis aos direitos de sucessão e herança, sendo uma exigência recorrente essa dispensa nas cartas de

147 A síntese que segue foi feita por meio do texto de BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., p. 11-47.

148 BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., p. 31.

149 “Cum summo imperio, cum summa potestate princeps”. Cf. o verbete *absoluto* in: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português & Latino*, op. cit, p. 49. A palavra *absoluto* não deve ser confundida com a ideia de absolutismo.

doação. Não obstante, ela acabava por reforçar a centralidade do poder régio nos processos de delegação e remetia ao futuro arbítrio do rei para confirmação ou reincorporação das terras, bens e direitos à Coroa.

O caráter de delegação da *iurisdictio* está ainda mais explícito:

*“Nos apraz que o dito Álvaro de Caminha e os ditos seus sucessores tenham em a dita ilha a jurisdição por nós e em nosso nome do cível e crime, reservando morte de homens e talhamento de membro, porque disto virá a apelação perante nós e nossos corregedores. Porém, sem embargo da dita jurisdição, a nós apraz que os nossos mandados e correição sejam aí cumpridos como em coisa nossa própria.”*¹⁵⁰

Os direitos econômicos eram semelhantes aos dos capitães passados, o mesmo ocorria com o sistema de doação de terras. O documento também determinava o direito de ir e vir dos moradores e povoadores de São Tomé ao reino, excetuando os degredados. No fechamento do documento, Álvaro de Caminha era considerado “o primeiro que a dita ilha povoou por nosso mandado”.¹⁵¹

Nos seis meses seguintes, o poder de Álvaro de Caminha foi significativamente ampliado. Vejamos o sentido dessas novas mercês. Em 22 de agosto, o rei pedia o regimento e as ordenanças da cidade, fornecendo os instrumentos necessários para a *governança* da ilha e para o *serviço* da Coroa.¹⁵² No dia 2 de setembro, o rei concedia ao capitão o direito de os degredados irem de São Tomé ao Reino para que arrecadassem dinheiro e objetos para o comércio.¹⁵³ Em 20 de novembro, a alcaidaria-mor da ilha foi concedida hereditariamente a Álvaro de Caminha junto com seus direitos (carceragens, açougagens, mordomados, penas etc.).¹⁵⁴ O documento do dia 21 sugere que os novos privilégios concedidos eram resultado das demandas do capitão e mostra sua capacidade de negociação em um momento favorável.¹⁵⁵ O rei entendia que a atração de colonizadores exigia “mui grandes liberdades e franqueza”, como: “alçada do cível e crime sobre os mouros negros e brancos forros e cativos”; novos privilégios comerciais

150 “Carta de Doação da capitania da Ilha de São Tomé a Álvaro de Caminha”, 29/7/1493. In: IST, p. 56.

151 Ibidem, p. 57.

152 “O rei solicita à cidade de Lisboa que forneça a Álvaro de Caminha o regimento e as ordenanças da cidade”. Torres Vedras, 22 de agosto de 1493. In: IST, p. 58.

153 “Autorização real para que Álvaro de Caminha possa conceder alvarás para que degredados da Ilha de São Tomé venham ao Reino, até o limite de quatro meses”. Torres Vedras, 2 de setembro de 1493. In: IST, p. 58-59.

154 “Mercê a Álvaro de Caminha, capitão de São Tomé, e a todos os que lhe sucederem, da alcaidaria-mor da ilha”. Lisboa, 20 de novembro de 1493. In: IST, p. 59-60.

155 “Carta Régia concedendo a Álvaro de Caminha certos poderes judiciais”. Lisboa, 21 de novembro de 1493. In: IST, p. 60-63.

para o capitão e os moradores (no continente africano, nas ilhas atlânticas e até fora dos reinos de Portugal); e isenção de tributos.¹⁵⁶ No dia 8 de dezembro, o rei doava toda a jurisdição civil e criminal: “não reservando para nós coisa alguma de justiça de morte e talhamento de membro, que a nós pertencia, nem outra qualquer coisa de justiça, porque queremos e nos apraz que no dito Álvaro de Caminha todos os ditos feitos façam fim.”¹⁵⁷

Essa ampla concessão de jurisdição pode nos levar, por um instante, a pensar que o rei abria mão de sua supremacia jurídica, mas o documento esclarece: “tudo isso nos apraz enquanto nossa mercê for em tal entendimento, que todos os mandados nossos que sobre quaisquer casos lá passarmos, em tudo e por tudo se cumpram como neles for contido”.¹⁵⁸ Sobre a doação de cargos de justiça e fazenda, o capitão tinha o poder de escolha até a morte do nomeado, depois a Coroa retomava este direito.¹⁵⁹

Essas novas graças e mercês foram acompanhadas de uma nova licença comercial aos moradores de São Tomé.¹⁶⁰ Por ela incluiu-se o reino do Congo entre as regiões de comércio da ilha. Enfatizava-se o comércio de pimenta e escravos, estabelecendo-se os valores que seriam pagos pela Coroa por meio dos feitores da fortaleza de São Jorge da Mina. O documento determinava a transitoriedade da licença concedida por meio da fórmula “enquanto for mercê del Rei”. Diferentemente da carta foral de 1485, a licença não estabelecia os tributos, nem mencionava a exclusividade de certas mercadorias.

Toda nova liberalidade deve ser entendida em seu contexto histórico, para identificar suas motivações concretas. O que levou D. João II a fazer novas concessões a Caminha foram as novidades da viagem de Colombo¹⁶¹, que representaram o

156 Havia a possibilidade de arrendar o comércio da ilha, mas isso não deveria embargar os privilégios do capitão e dos moradores. Ibidem, p. 62.

157 “Carta Real concedendo toda a jurisdição civil e criminal a Álvaro de Caminha”. Lisboa, 8 de dezembro de 1493. In: IST, p. 64.

158 Ibidem.

159 Ibidem, p. 64-65.

160 “Licença aos moradores de S. Tomé”. Lisboa, 11 de dezembro de 1493. In: MMA, p. 15-16.

161 Rui de Pina diz que Colombo chegou a Portugal no dia 6 de março de 1493, “que vinha do descobrimento das ilhas de Cipango e de Antília, que por mandado dos reis de Castela tinha feito, da qual terra trazia consigo as primeiras mostras de gente, ouro, e algumas outras coisas que nelas havia; e foi delas intitulado almirante. E, sendo el-rei logo disso avisado, o mandou ir ante si e mostrou por isso receber nojo e sentimento, assim por crer que o dito descobrimento era feito dentro dos mares e termos de seu senhorio de Guiné em que se oferecia dissensão, como porque o dito almirante, por ser de sua condição pouco levantado e no recontamento de suas coisas excedia sempre os termos da verdade, fez esta coisa em ouro, prata e riquezas muito maior do que era. Especialmente acusava-se el-rei de negligente, por se escusar dele por minguia de crédito e autoridade acerca deste descobrimento para que

fortalecimento de Castela e Aragão, depois da vitória de Granada, e de sua inserção definitiva na expansão ultramarina pelo Atlântico. No retorno de sua viagem, Colombo teve um encontro com D. João II no dia 6 de março de 1493, e os novos poderes a Álvaro de Caminha foram delegados entre setembro e dezembro do mesmo ano.

A primeira viagem de Colombo foi uma expedição comprobatória de suas promessas e planos, assim as *Capitulações de Santa Fé*¹⁶², de 17 de abril de 1492, não tratavam especificamente do *dominium* sobre os indígenas, sendo um documento de delegação de poderes e de privilégios comerciais. As referências utilizadas nesse documento foram definidas por princípios jurídicos medievais e pelas experiências ibéricas nas Canárias e costa africana. Segundo esse pensamento, Colombo, sem reconhecer personalidade jurídica aos indígenas das ilhas, tomou posse delas e as submeteu aos reis de Espanha.¹⁶³ As determinações referentes aos indígenas serão feitas no retorno da primeira viagem, por Isabel de Castela e Fernando de Aragão e pelo papa Alexandre VI.

Nas *Capitulações de Santa Fé* os reis se intitulavam “senhores dos mares oceânicos”, título que excedia os termos do Tratado de Alcáçovas, que havia dado as Canárias a Castela e as terras ao sul a Portugal. A Colombo foi concedido o título de almirante, os cargos perpétuos de vice-rei e governador das terras a serem descobertas, bem como amplos privilégios econômicos. Analisando esse documento, Alfonso Garcia-Gallo sugere uma importante influência portuguesa em sua concepção.¹⁶⁴

Em seu retorno, Colombo aportou em Lisboa, onde se encontrou com D. João II em março de 1493. Em abril passou a Granada, onde se reuniu com Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Em maio o papa Alexandre VI fez publicar as bulas *Inter*

primeiro o viera requerer. E conquanto el-rei foi cometido que houvesse por bem de o ali matarem, porque com sua morte o prosseguimento desta empresa, acerca dos reis de Castela, por falecimento de descobridor cessaria e que se poderia fazer sem suspeita de seus consentimento e mandado, porquanto, por ele ser descortês e alvoroçado, podiam com ele travar por maneira que cada um deles seus defeitos parecesse a verdadeira causa de sua morte; mas el-rei, como era príncipe mui temente a Deus, não somente o defendeu, mas antes lhe fez honra e muita mercê e com ela o despediu.” PINA, Rui de. *Crónica de D. João II*, op. cit., p. 139-140. Ver também RESENDE, Garcia de. *Crónica de dom João II*, op. cit., p. 241-242.

162 “Capitulaciones de Santa Fé”. Santa Fé, 17 de abril de 1492. Disponível em: <URL: http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/conquista_y_colonia/capitulaciones_de_santa_fe.php>.

Acesso em: 20 fev. 2009.

163 GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*. Madri: Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1972, p. 124.

164 Ibidem.

*caetera*¹⁶⁵, que concediam aos reis espanhóis poderes semelhantes àqueles dados a Portugal. As novas concessões de D. João II pretendiam estimular o processo de ocupação e exploração econômica de São Tomé, que serviria de entreposto para o avanço do périplo africano até a Índia.

As bulas *Inter caetera* marcaram a entrada de Castela na expansão ultramarina e mostram a importância crescente da monarquia hispânica na península ibérica e na expansão do catolicismo. As bulas de Alexandre VI estimulavam a concorrência ultramarina entre as duas potências católicas. No entanto, na sequência desse tratado, a aproximação entre as duas casas reais foi reforçada pelo casamento entre D. Manuel e D. Isabel de Castela, filha dos Reis Católicos e viúva de D. Afonso de Portugal, e o componente ultramarino passou a ser um elemento de fortalecimento dessa aliança dinástica.¹⁶⁶

A análise das três primeiras cartas de doação e dos forais da capitania de São Tomé e das capitulações para a Ilha Espanhola revela a complexidade da afirmação do poder régio nesse momento histórico de transição. Primeiramente, era necessário

165 “Bulas *Inter caetera* I e II do pontífice de Alexandre VI”. In: RUMEAU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 267-274. Diz a bula: “Y para que la realización de un negocio de tanta importancia que se os ha encomendado por la liberalidad de la gracia apostólica, la asumais más libre y decididamente, por propia decisión, no a instancia vuestra o de otros que por vos Nos hayan dado la petición, sino por nuestra mera liberalidad y a ciencia cierta y com la plenitud de la potestad apostólica: todas y cada una de las tierras e islas citadas, así las desconocidas como las hasta ahora descubiertas por vuestros enviados y las que se descubran en adelante (...) por la autoridad de Dios omnipotente concedida a San Pedro y del Vicariato de Jesucristo que ejercemos en la tierra, com todos los dominios de las mismas, com ciudades, fortalezas, lugares y villas y los derechos y jurisdicciones y todas sus pertenencias, a vos y vuestros herederos los reyes de Castilla y León, perpetuamente, por la autoridad apostólica, atenor de la presente, donamos, concedemos y asignamos, y a vos y vuestros herederos mencionados investimos de ellas; y de ellas señores con plena, libre y omnimoda potestad, autoridad y jurisdicción, os hacemos, constituímos y diputamos; decretando, no obstante, que por semejante donación, constitución, asignación e investidura nuestra, a ningún príncipe cristiano pueda entenderse que se le quita o deba quitar el derecho adquirido”. “Bula *Inter caetera* I do pontífice de Alexandre VI”, 3/5/1493, in: idem, p. 268.

166 Com a morte do príncipe D. Juan, os Reis Católicos chamaram o rei português e a rainha em Castela, para que fossem jurados como herdeiros de Castela e de Aragão. No dia 16 de março de 1498, foram jurados herdeiros de Castela nas Cortes de Toledo e passaram a Saragoça, onde nasceu o príncipe herdeiro, dom Miguel, sua mãe, Isabel, morreu após o parto. O recém-nascido foi jurado herdeiro de Aragão no dia 22 de setembro de 1498 e de Castela nas Cortes de Ocanha, em 1499. No retorno a Portugal também foi reconhecido como herdeiro do trono português, reunindo as três principais Coroas ibéricas. Todavia, morreu na cidade de Granada em julho de 1500, antes de completar dois anos de idade. Nesse mesmo ano foi celebrado o segundo casamento de D. Manuel com uma herdeira dos Reis Católicos, D. Maria de Aragão. Esses casamentos estarão na base da legitimação do poder de Felipe II sobre Portugal. Cf. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. “De un fin de siglo a otro. Unión de Coronas Ibéricas entre don Manuel y Felipe II”. In: EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU EPOCA : CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA, op. cit., 1995, p. 1458-1459.

legitimar o domínio régio sobre as terras *descobertas*, sobre os outros agentes políticos e sobre os habitantes naturais. A legitimidade do domínio dependia do reconhecimento do papa, que, por sua vez, favorecia os monarcas perante o imperador e estimulava a concorrência entre Castela e Portugal, reafirmando sua *plenitudo potestas* apostólica e a vontade de expansão do *império cristão*.

Em segundo lugar, a realização do domínio exigia a delegação de poderes, em que o rei preservava sua eminência e delegava seu exercício. As cartas de doação definiam as atribuições da autoridade régia, sua supremacia e a forma de delegação. Atendo-se ao conteúdo das cartas de doação da capitania de São Tomé, podemos resumir a afirmação da superioridade régia da seguinte forma. Do ponto de vista político ela se afirmava: (1) pela relação com o capitão; (2) pela qualificação dos serviços; (3) sobre os territórios “descobertos”; (4) pela finalidade da ação colonizadora; (5) pelo poder da graça e da mercê, e seus condicionantes temporais; (6) pela definição dos critérios de sucessão das terras e bens da Coroa; (7) sobre os assuntos religiosos; (8) na definição do ordenamento político das povoações e cidades; (9) no direito de ir e vir dos moradores ultramarinos; e (10) na definição de um corpo político, a Coroa, que não se confunde com o corpo físico do rei e permite a associação entre o bem da Coroa e o bem comum. No campo jurídico-legislativo, o *merum imperium* se define: (1) pela morte e amputação de membro; (2) pela correição; (3) pelo cumprimento dos mandados régios; (4) pela caracterização do poder régio como fonte da lei e do direito e como árbitro; e (5) pelo poder de delegar a *iurisdictio* como *mixtum imperium*. Em relação à economia política, seu poder se afirma: (1) pela orientação e controle da produção e do comércio; (2) pelo estabelecimento de instituições e funcionários; (3) pela tributação; e (4) pelo poder de conceder privilégios.

A delegação era feita como graça e mercê e estabelecia a condição do serviço. A realização do serviço, por sua vez, fechava e reproduzia o sistema de domínio, reafirmando os vínculos de lealdade e as hierarquias. As cartas de privilégios e os forais estabeleciam esse mesmo sistema na relação entre o capitão e os moradores e entre o rei e os moradores. A correlação entre dominação e dependência envolvia também uma área de negociação, que variava em virtude de contextos históricos específicos e dentro de um sistema hierárquico de poder.

Nesse mesmo sistema das relações de poder insere-se o *dominium* sobre as populações não cristãs. O rei, detentor do monopólio do tráfico de escravos por doação papal, concede sua exploração de acordo com o estatuto social dos conquistadores,

como privilégio. No caso da tutela sobre os *moços* e *moças* judeus e dos índios, o rei legitima e delega o *dominium* para o bem dos gentios, obrigando os agentes coloniais à sua proteção e evangelização e definindo um lugar social e produtivo diferenciado entre esses e os escravos, na lógica de um sistema social tripartite. A legitimação e a delegação do *dominium* sobre os povos não cristãos se tornam elementos centrais para a definição das prerrogativas régia e papal e para a caracterização de sua *plenitudo potestas*, e eram o principal instrumento de subordinação política, econômica e jurídica dos agentes coloniais.

Definida a eminência do poder régio e sua forma de delegação, passaremos a analisar a apropriação que os agentes da colonização fizeram dos poderes delegados, em São Tomé e na Ilha Espanhola. Destacaremos as especificidades sociais desses novos corpos políticos e suas reivindicações ao rei, identificando o papel da expansão ultramarina no processo de afirmação do poder régio e sua implicação nas tensões políticas existentes nesse tempo histórico.

1.3. A emergência de poderes coloniais nas ilhas

A análise do testamento do capitão Álvaro de Caminha¹⁶⁷ permite a identificação das bases sociais e econômicas estabelecidas em São Tomé e da forma de apropriação dos poderes delegados pelo rei por parte dos capitães e moradores. A economia da ilha estava baseada na reexportação de escravos provenientes do continente africano que tinham como destino as ilhas mediterrâneas e atlânticas e a península ibérica. O documento também faz referências a outras atividades econômicas: a preparação de terras para roças e sementeiras, a produção de víveres, a criação de porcos e gado e a presença de instrumentos para a futura criação de engenhos de açúcar. Além dos escravos africanos, o capitão faz referência ao trabalho dos *moços* (jovens judeus entregues à tutela de Caminha) e de um escravo branco. A estrutura social descrita por ele, seguindo a lógica da divisão social do período, é tripartite.

No primeiro item de seu testamento, Álvaro de Caminha vinculava o governo da capitania à escravidão.

“Primeiramente peço perdão a el-rei D. Manuel, nosso senhor, que ora pelo poder de Deus governa, de cuja mão tenho a governança e capitania desta sua ilha, que, se lhe tenho por negligência ou mau cuidado feito algum desserviço, me queira perdoar; e, assim, se destes negros tenha tomado mais dos que me cabiam pelos regimentos, para suportamento do mantimento da gente daqui e dos moços e feitio destas obras, isso mesmo me queira perdoar”.¹⁶⁸

Por que associar, no primeiro item do testamento, os possíveis *desserviços* no governo da capitania ao excesso de escravos *tomados*? De que forma o controle sobre a escravidão interferia nas relações de poder entre a Coroa, o capitão e os moradores de São Tomé?

O poder emanava de Deus, em nome de quem o rei governava. Das mãos do rei era delegada a *governança* e a capitania da ilha, que não perdia por isso o domínio eminente sobre ela (“sua ilha”). Dessas mesmas mãos foi dado o privilégio de comercializar escravos para o bem próprio do capitão e dos moradores. De acordo com

167 “Testamento de Álvaro de Caminha”. São Tomé, 24 de abril de 1499. In: IST, p. 66-91. Sobre o início da colonização de São Tomé ver SANTOS, Catarina M. “A formação das estruturas fundiárias”, op. cit., p. 51-91. Ver também CALDEIRA, Arlindo Manuel. “Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na Ilha de São Tomé”. *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, nº 7, jan.-dez. 2004.

168 “Testamento de Álvaro de Caminha”, 24/4/1499, in: IST, p. 67.

esta passagem, os regimentos haviam determinado a quantidade ou a maneira dessa apropriação de escravos pelos particulares, e o rei preservava, também nesse caso, um poder eminente sobre o comércio escravista.

Os escravos foram os principais bens doados em seu testamento. Seguindo a lógica do poder régio, o acesso aos escravos aparecia como elemento central na definição do poder do capitão. As mais de trezentas e quarenta *peças* arroladas em seu testamento favoreciam os homens bons, os funcionários da capitania, os *casados*¹⁶⁹, os degredados, os *moços* e *moças* e os escravos forros. Os escravos eram distribuídos em virtude das relações pessoais do capitão, em remuneração aos serviços prestados e para o pagamento dos soldos.

*“E depois de assim tomar estes [escravos] que digo, mandava resgatar para meu remédio outros, assim como dava resgate de minha mercadoria e de alguma de Sua Alteza (...) porque tudo fazia por necessidade (...) assim isto como tudo o mais que fiz contra seu serviço (mas Deus sabe que nunca essa foi minha tenção), as quais [coisas] pus neste testamento, e não me lembra que mais haja.”*¹⁷⁰

Álvaro de Caminha admitia o desvio daquilo que estava estipulado nas cartas régias, explicitando a correlação entre os escravos tomados em excesso e os desserviços à Coroa, mas apelava à onisciência divina e se justificava pelas necessidades da terra. Aqui devemos destacar uma tópica¹⁷¹ que acompanhará todo o processo de colonização, em que o exercício de um poder de exceção se justificava pela ideia de necessidade.¹⁷²

169 “(...) os que de Portugal vieram por suas vontades e casaram na ilha” que constituíam um grupo social específico. “Testamento de Álvaro de Caminha”, 24/4/1499, in: IST, p. 72.

170 Ibidem, p. 74.

171 Interessa-nos destacar as tópicas (*topoi*) de discurso referentes ao *dominium* sobre as populações não cristãs que definem as relações de poder entre os agentes coloniais, a Coroa e a Igreja. A importância das tópicas nos foi sugerida pelo trabalho de HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. Campinas: Ateliê editorial, Editora da Unicamp, 2004 [1989]. E de KOSSOVITCH, Leon. “Contra a ideia de Renascimento”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Arte e Pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 59-68. Ver também HEINTZE, Beatrix. “Problemas de interpretação de fontes escritas. Os regimentos portugueses para a política de Angola no século XVII” [1983]. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 96 e ss.

172 Villanueva Villanueva López analisa a ideia de doutrina da necessidade como pretexto para o exercício de um poder extraordinário por parte do rei, como um poder supremo independente da hierarquia jurisdicional. “Además de la ‘paz y quietud pública’, otro motivo que justificaba el ejercicio del poder de excepción por el príncipe era la ‘necesidad’ – ‘necesidad pública’, ‘necesidad urgente’, ‘estado de necesidad’ –, una situación en la que estaba en juego la supervivencia del Estado (sobre todo por un conflicto bélico) y facultaba al soberano para actuar suspendiendo el orden jurídico ordinario”. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 244. Álvaro de Caminha utiliza a ideia de necessidade para justificar o excesso de escravos tomados, os desserviços e negligência em relação às ordens régias e a governança da capitania.

O rei havia delegado o acesso aos escravos para o bem próprio do capitão e dos moradores, no entanto, Álvaro de Caminha passou a controlar o comércio de escravos que se transformou na base do ordenamento social, político e econômico daquela sociedade nova.

O documento destaca a importância da Casa da Mina em todos os assuntos econômicos, que, desde pelo menos 1486, possuía uma repartição exclusiva para o comércio de escravos.¹⁷³ Esse controle da economia aparece também pela indicação de Caminha ter enviado à Casa da Mina os livros dos órfãos, da receita das mercadorias, de escravos e de soldos. Desde o princípio da expansão ultramarina pelo Atlântico, a administração do comércio ultramarino se mostra central na caracterização do poder régio. Se, por um lado, o termo *Casa da Mina* sugere a concepção econômica da administração dos bens da Coroa, por outro, suas atribuições tributárias, comerciais, monetárias e produtivas indicam uma diferenciação fundamental da economia natural relacionada ao universo de domínio do *pater famílias*, daí a designação de Magalhães Godinho de *crematística colonial*.¹⁷⁴ Trata-se de uma instituição de transição que enfatiza a eminência do poder régio.

Em seu testamento, Álvaro de Caminha doava a capitania a seu primo Pero Álvares de Caminha. Este, assim como o capitão, fazia uma prestação de contas pormenorizada do comércio de escravos, com a intenção de mostrar o cumprimento do que havia sido estipulado pelas determinações régias, em que os excessos cometidos estavam relacionados exclusivamente às contingências do povoamento da ilha. Sobre o direito de 25% desse comércio, Pero Álvares diz que pagaria o rei com *peças* e não em dinheiro, por ser mais serviço do rei.

“Senhor nesta ilha ficam ao presente comigo cinquenta moradores, com os quais os navios são marinhados e não fazem outro serviço esses que para isso são necessários, senão ir e vir e trazer escravos para pagamento de soldos devidos a finados e vivos e alguns outros ficam para serviço das obras e para me acompanharem, por quanto Álvaro de Caminha tinha por vossa ordenança para estes pagamentos por cinco anos mil e oitenta escravos, nos quais fez tal provisão, e com tanto resguardo de vosso serviço, porque a ilha fosse povoada, que em todos os ditos cinco anos não gastou em soldos mais que novecentos e vinte ou trinta escravos, pouco mais ou menos. E ficam ainda por despender cento e cinquenta peças, pouco mais ou menos. Estas Senhor, despendo agora em soldos, não passando da ordenança de vossa alteza. E se vossa alteza houver por bem que na ilha estea [?] até que acabe estas coisas então

173 Ver LUZ, Francisco Mendes da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 38.

174 GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. vol. 4. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983, p. 151.

*Senhor, por virtude da vossa carta que aqui está, tirarei dos Rios dos escravos todos os que houver mister, porque assim é vosso serviço para povoação da ilha. A qual é para fazer dela muito fundamento, assim pelos proveitos que vossa alteza dela tem, como para reparo de vossos navios que para baixo houvessem de ir, tendo porém as liberdades como as tinha o dito Álvaro de Caminha, metendo nisso o Rio dos escravos para os soldos, sem as quais coisas não sei quanto folgará a gente de vir a ela. Antes todos fugirão, porque na ilha não há mais que semear inhames e cocos e colhê-los, sem outro proveito.”*¹⁷⁵

O elemento de agregação política e social era o tráfico de escravos: dele dependia a continuidade daquela sociedade nova e sua subordinação ao poder régio; e dele provinham as riquezas da Coroa que viabilizavam o prosseguimento do périplo africano rumo à Índia. Além de garantirem a produção de víveres e as obras na ilha, os escravos aparecem como mercadoria, moeda e fator de produção.

Para completar o quadro da relação entre o poder político e o *dominium* sobre as populações não cristãs, é necessário analisar outro grupo social presente em São Tomé, as *moças* e *moços* judeus emigrados de Castela, considerados cativos do rei e entregues à tutela do capitão para o povoamento da ilha. Eles são mencionados no testamento em uma condição social intermediária, entre os homens livres e os escravos. O testamento e as cartas de Pero Álvares de Caminha mostram uma preocupação com sua subsistência e com sua evangelização. Alguns foram incluídos no testamento do capitão e ficaram com uma boa parcela de seus bens, embora não fossem as coisas mais valiosas.

*“E porquanto o dito Pedro [Pero] Álvares terá tanta ocupação que em tudo não poderá entender, encomendará o encargo das moças e moços a pessoa que seja de fiança e para que não [se] passe nenhuma vileza, posto que o seu principal cuidado seja sempre prover sobre eles e saber como são limpos, castigados e ensinados em seus mantimentos e em tudo o mais para conservação de suas vidas e ensinados cumprir, de maneira que não faça para isso minguar. (...) e vindo os ditos frades lhes será tudo [a educação dos moços e moças] entregue, porque é mais excelente e natural para eles que para leigos.”*¹⁷⁶

A obrigação de criá-los – nos bons costumes e por meio da religião cristã – é citada como elemento que justifica o pedido de confirmação da capitania para Pero Álvares e como condição da doação feita a Álvaro de Caminha, como dever de tutela (relacionado à ideia de *encomenda*). E essa tutela seria mais perfeita se fosse feita por religiosos.

175 “Carta de Pero de Caminha a el-rei”. São Tomé, 30 de julho de 1499. In: MMA, 1, I, p. 175.

176 “Testamento de Álvaro de Caminha”, 24/4/1499, in: IST, p. 83-84.

*“Por quanto Senhor, ao ensino e castigo dos moços que parece-me que além de lhes ficar a doutrina d’Álvaro de Caminha, são de muito boa condição e devotos, porque os mais deles todo os dias ante manhã rezam as orações de nossa Senhora e dos finados e sete salmos e outras muitas devoções. E como é manhã os oficiais obram de seus ofícios uns de carpinteiros, outros pedreiros. E assim os outros cada um é ocupado de maneira que se não fazem calaceiros [vadios, ociosos, devassos].”*¹⁷⁷

Aos *moços* judeus convertidos cabiam os trabalhos especializados e mecânicos, e as *moças* eram dadas como esposas aos moradores solteiros da ilha. O testamento faz referência aos seguintes ofícios: mestre de açúcares, pedreiro, carvoeiro, serralheiro, lavrador, oleiro, mestre de carpintaria e carpinteiros, alfaiate, gaiteiro, ferreiro e calafates.

Havia, portanto, duas modalidades de *dominium* sobre as populações não cristãs em São Tomé. De um lado, estavam os escravos que deviam subordinação total a seus senhores, como propriedade do *pater familias*. A reprodução da ordem social escravista (como mercadoria ou como fator de produção) dependia do controle do tráfico de escravos, por meio dos resgates e da repartição. De outro, estavam os jovens cristãos-novos que deveriam ser tutelados e integrados à sociedade colonial pelo trabalho especializado e pela catequese. O poder político nessa sociedade nova era definido, em perspectiva dialética, pelo controle dessas formas de *dominium*. Ou seja, pelo comércio (sua regulação político-institucional e as formas de aquisição e repartição); pela determinação da guerra, da paz ou aliança; pela definição político-jurídica das populações submetidas; pelo direito penal; pelo dever moral e religioso; e pelo ordenamento das relações laborais.

Ao evocar a doutrina da necessidade para justificar o excesso de escravos tomados, o capitão Álvaro de Caminha atrelava o reconhecimento da autoridade política ao fornecimento constante de escravos e ao de fazer os jovens judeus disponíveis à sociedade colonial. A base dessa nova arquitetura de poder era o *dominium* sobre as populações não cristãs. Repetimos o primeiro item de seu testamento:

*“Primeiramente peço perdão a el-rei D. Manuel, nosso senhor, que ora pelo poder de Deus governa, de cuja mão tenho a governança e capitania desta sua ilha, que, se lhe tenho por negligência ou mau cuidado feito algum desserviço, me queira perdoar; e, assim, se destes negros tenha tomados mais dos que me cabiam pelos regimentos, para suportamento do mantimento da gente daqui e dos moços e feição destas obras, isso mesmo me queira perdoar.”*¹⁷⁸

177 “Carta de Pero de Caminha a el-rei”, 30/7/1499, in: MMA, 1, I, 177.

178 “Testamento de Álvaro de Caminha”, 24/4/1499, in: IST, p. 67.

Por mais que reafirmasse o sistema hierárquico de poder, o capitão suspeitava que a apropriação excessiva de escravos e a tutela dos *moços* e *moças* haviam provocado desequilíbrio nesse mesmo sistema. Por meio do controle da reprodução social escravista e senhorial, a esfera de poder do capitão ultrapassava os limites estabelecidos pelas cartas de doação, tornando-se quase independente em relação ao poder régio.

Assim, em seu testamento, Caminha reafirmava o direito de ir e vir dos moradores da ilha para o reino, concedia perdão a alguns degredados e distribuía cargos. Apesar de as cartas de doação restringirem a transmissão da capitania aos seus filhos, Álvaro de Caminha doou-a a seu primo Pero Álvares:

*“deixo por capitão e governador da ilha, com todos os poderes e pela maneira que o era e fazia, assim na governança da justiça como na repartição das terras, escravos e toda a minha fazenda (...). E quero e mando a todos os moradores e povoadores da dita ilha que em tudo e por tudo e sem nenhum defeito lhe obedeçam e cumpram inteiramente seus mandados e lhe sejam obedientes como a minha pessoa.”*¹⁷⁹

É nesse trecho que encontramos pela primeira vez o título de governador. O título sugere uma transformação da realidade em São Tomé, que, nos cinco anos sob o domínio de Caminha, passava de um posto avançado do périplo africano para constituir-se como uma sociedade nova do atlântico português. A sugestão de Caminha apropriava-se da tópica do “primeiro povoador” e legitimava seu domínio em um novo estágio político e social da ilha. A delegação do cargo de governador a Pero Álvares indica essa nova complexidade política, que também se materializava pela edificação de uma torre, para residência dos capitães, e de um mosteiro, para ordem de São Francisco. A linguagem e as fórmulas usadas pelo capitão são muito semelhantes às aquelas utilizadas pelo poder régio, e a expressão *minha fazenda* é uma evidência disso. Na fórmula “obedeçam e cumpram inteiramente seus mandados e lhe sejam obedientes como a minha pessoa”, o capitão personificava o poder político e o transmitia.

A delegação genérica de atribuições, contidas na expressão “todos os poderes pela maneira que o era e fazia”, era discriminada por Álvaro de Caminha nas seguintes áreas: (1) governança da justiça; (2) repartição das terras; (3) repartição dos escravos; (4) fazenda. O esforço em diferenciar as esferas de poder estava intimamente relacionado à experiência de *governança* da ilha, fato evidente pela inclusão da

179 Ibidem, p. 83.

repartição de escravos entre os atributos fundamentais de seu poder. No intervalo de cinco anos, entre a doação régia e a doação do capitão, os escravos, além de mercadoria, se transformam em moeda e em instrumento das relações sociais e políticas, até se converterem em atributo imprescindível para o governo da capitania. A educação dos *moços e moças* e outros serviços religiosos – dos quais Caminha se responsabilizava em nome da consciência régia – também eram lembrados para enfatizar a legitimidade de seu poder sobre a ilha e reforçavam seu pedido de confirmação em Pero Álvares.

O desenvolvimento observado em São Tomé entre 1494 e 1499 mostra a eficácia dos poderes e privilégios concedidos pelo rei na promoção da ocupação e exploração econômica da ilha. No entanto, quanto mais liberal e franco o rei se mostrava, mais independentes e autônomos se tornavam os senhores e os corpos políticos a ele vinculados. Aqui, a tensão que estrutura as relações de poder e *dominium* tinha uma de suas primeiras manifestações ultramarinas. A apropriação que o capitão fez dos poderes delegados pelo rei reafirmava, por um lado, os tópicos expressos na carta de doação, resumidos pela ideia de “serviço”, por outro, estabelecia premissas para a reivindicação de um poder quase autônomo: (1) como primeiro povoador e fundador de uma sociedade nova, *cabeça* de um novo corpo político; (2) na *governança* da justiça; e (3) como agente econômico que viabilizava o povoamento da ilha e a dinâmica comercial com outros espaços ultramarinos e reinóis.

As cartas de Pero Álvares de Caminha ao rei enfatizaram os mesmos aspectos para confirmação da doação feita pelo seu primo.¹⁸⁰ Para justificar a doação em linha transversal, que contrariava as doações, Pero Álvares fazia referência ao fato de D. Manuel, então rei de Portugal, ser primo de D. João II, seu predecessor, assim como ele era primo de Álvaro de Caminha. As tópicas do desterro – “deixei meu pai e fazenda em Portugal” – e dos ferimentos e chagas sofridas também foram utilizadas para reforçar seu pedido.¹⁸¹ Em uma das cartas, ele destacava o direito de sucessão por meio do testamento de Álvaro de Caminha, que lhe conferia a transmissão de poder e confirmava sua aptidão para o governo da capitania.¹⁸² Mas a ênfase dos pedidos de confirmação

180 “Carta de Pero Álvares de Caminha a El-Rei”. São Tomé, 30 de julho de 1499. In: MMA, 1, I, p. 166-169. “Carta de Pero de Caminha a El-Rei”, 30/7/1499, in: idem, p. 171-178.

181 “Carta de Pero Álvares de Caminha a El-Rei”, 30/7/1499, in: MMA, 1, I, p. 167.

182 “Carta de Pero de Caminha a El-Rei”, 30/7/1499, in: MMA, 1, I, p. 171.

recaíam sobre as expectativas de ampliar o tráfico de escravos e as obrigações de tutelar as *moças e moços judeus*.¹⁸³

Pelas cartas de Pero Álvares confirma-se a centralidade da escravidão e da tutela das *moças e moços judeus* na definição das relações sociais, políticas e econômicas na ilha. A continuidade do processo de colonização passava a depender da confirmação régia, mas o capitão Álvaro de Caminha e seu primo enfatizavam a ideia de autonomia daquele novo corpo social e remetiam à necessidade de confirmação pelo conteúdo das doações passadas e pelas vontades do rei morto (D. João II) e do povo.

*“Item. Tanto que me Deus desta vida para si levar, mando que este testamento seja aberto e publicado ao povo, e assim todas as cartas, liberdades e privilégios, poderes e regimentos que para esta ilha trouxe e tenho de el-rei D. João, que Deus haja, de el-rei D. Manuel, nosso senhor, dos quais, querendo o povo tomar o treslado para o terem na câmara ou para verem se se cumpre o que nele mando, que lho dêem em pública-forma.”*¹⁸⁴

Álvaro de Caminha defendia os direitos políticos adquiridos com a publicização dos documentos régios e apelava ao povo para que a justiça fosse feita em última instância. O povo aparece como ente político, como depositário das leis, que pode reivindicar perante o rei seu cumprimento, exigindo a confirmação daquele novo corpo social que reconhece no capitão seu fundador.¹⁸⁵

183 Em relação ao tráfico de escravos, Pero Álvares referia-se à descoberta de muitos rios, onde foram encontrados muitos escravos e muito marfim, que permitiram o aumento da arrecadação da fazenda régia. As expectativas econômicas davam substância ao seu pedido de confirmação. A centralidade do comércio nas atividades de São Tomé era de tal relevância que o capitão pedia confirmação da capitania com os *poderes e tratos* que tinha Álvaro de Caminha. Em relação aos *moços e moças judeus*, ele enfatizava sua obrigação de tutela em nome da consciência régia – “assim que em nenhum espiritual do mundo vossa alteza não empregará melhor o bem fazer, que nesta ilha”. “Carta de Pero de Caminha a El-Rei”, 30/7/1499, in: idem, p. 177.

184 “Testamento de Álvaro de Caminha”, 24/4/1499, in: IST, p. 89.

185 Já indicamos acima algumas referências teóricas, romanas e medievais, que reconheciam no povo a fonte originária da soberania, que delegava a um chefe o exercício do poder que deveria visar sempre o bem comum. Esse princípio teve amplo desenvolvimento na península ibérica por meio dos concelhos. Os concelhos possuíam um importante grau de autonomia na definição de seus magistrados, no estabelecimento de um direito próprio, os “costumes”, de um regime fiscal e na constituição de uma força militar. Mesmo quando subordinados a uma força senhorial específica – ordens militares, senhores territoriais ou ao próprio rei – mostravam uma capacidade relevante de negociação de seus direitos e obrigações. No processo de “reconquista” – principalmente ao sul do rio Tejo – e nas áreas de fronteira com os reinos de Leão e Castela, o rei português favoreceu o desenvolvimento dos concelhos em detrimento dos poderes senhoriais. Nesse contexto, os forais e as cartas de privilégio a determinadas povoações revelaram seu significado mais importante: o rei estabelecia um pacto político direto com os homens bons, ou cavaleiros vilãos, e os moradores dessas localidades e oferecia proteção contra a ingerência dos poderes senhoriais. Ao mesmo tempo, foi no contexto dos concelhos e das cidades que os

Vejamos como os habitantes de São Tomé se dirigiram ao rei, pedindo a confirmação da doação feita por Álvaro de Caminha.

*“Os moradores e vizinhos degredados desta vossa Ilha de São Tomé, com aquela reverência, obediência que devemos, beijamos a mão de vossa alteza, a que fazemos saber que haverá agora seis anos, pouco menos, que vivemos em poder de Álvaro de Caminha, vosso Capitão desta ilha. Do qual, por suas grandes virtudes, éramos assim amparados e regidos com Justiça, que nenhum de nós não sentia o desterro desses vossos reinos. (...) Cujá morte, Senhor, nos deixou em muita agonia e muita desconsolação. E segundo parece, com quantos pecados e maldades há em nós, Nosso Senhor Deus se quis de Nós lembrar, para remédio de nosso desamparo que nos ficou por Capitão e governador Pero Álvares de Caminha, seu primo / que nos mantém em muita Justiça, e nos faz todos os bens que pode. E verdadeiramente Senhor estamos já com ele assim afeiçoados, que não saberíamos viver em outra sujeição, por que nos ama a todos e nos faz tanta e boa companhia como dantes recebíamos do dito seu primo/ pelo qual, Senhor, não seria razão sermos de outra nenhuma pessoa senão seus. E antes queremos viver em sua companhia sem nenhum proveito, que em poder de quem não conhecemos, com todos os proveitos do mundo; pelo qual, Senhor, pedimos a vossa alteza que aja respeito a nossos degredos.”*¹⁸⁶

Os moradores e degredados – nessa sequência hierárquica – viviam em poder do capitão. O verbo *viver* dá um sentido de transitoriedade a esse poder, que reforçava os vínculos hierárquicos entre o Rei/Senhor (fonte e dispensador de *dominium*), o capitão, seu sucessor e o povo. As virtudes de capitão – equiparáveis, por analogia, às virtudes do Príncipe – garantiam o amparo¹⁸⁷ e o ordenamento social com justiça. A Justiça emanava do rei (*merum imperium*) que delegava seu exercício ao capitão (*mixtum imperium*). A tópica do desterro enfatizava o sentido de comunhão social, que fortalecia, por sua vez, a subordinação daquele corpo político ao rei. A morte de Álvaro de Caminha ameaçava desequilibrar o ordenamento social, mas sua continuidade, por intercessão divina, foi garantida pela figura de Pero Álvares, que “ficou por Capitão e governador”. O verbo *ficar* expressa a necessidade de confirmação régia para a qualificação de seus poderes. As demandas do capitão e dos moradores estavam na lógica do regime senhorial, em que o rei possuía um senhorio soberano, e o pedido de

reis desenvolveram mecanismos de centralização política: designação de funcionários de justiça, fazenda e governo, e interferência nessas áreas de poder; influência na constituição do clero; orientação do desenvolvimento econômico (mercantil e produtivo); definição do sistema fiscal; e ordenamento das relações sociais, dos homens bons às judiarias e mourarias. Esse modelo concelhio, particularmente aqueles das regiões fronteiriças, é o que melhor se aplica ao contexto dos espaços ultramarinos.

186 “Carta dos habitantes de S. Tomé a el-Rei. S. Tomé”, 27 de julho de 1499. In: MMA, 1, I, p. 163-164.

187 Atente-se para o sentido de proteção, patrocínio e tutela. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Português & Latino*, op. cit, p. 352.

confirmação visava garantir a continuidade política daquele novo corpo social e das hierarquias.

Mas a possibilidade de interferência negativa do rei colocava em risco aquela república:

*“Senhor, vos pedimos a honra da morte e paixão de nosso Senhor Jesus Cristo, que lhe confirme a dita Capitania, assim por que lhe pertencem de direito, como por que antes nos iremos viver ao mato, que em poder de quem nos roube, como os passados.”*¹⁸⁸

A carta de doação a Álvaro de Caminha havia restringido a sucessão a seus filhos legítimos, por que, então, pertenciam de direito ao seu primo Pero Álvares? A legitimidade parece escorar-se na ideia de um direito adquirido em virtude dos trabalhos, dificuldades e gastos pessoais para o povoamento e exploração econômica da ilha. A qualidade dos serviços prestados exigia a confirmação das graças e mercês, que reatualizava os vínculos de lealdade e as relações hierárquicas de domínio daquela sociedade. Em segundo lugar, o povo, como ente político¹⁸⁹, se negava a submeter-se a outro capitão. O *mato* aparece como antítese da república, como espaço dos selvagens e dos animais; a negativa do rei ameaçava toda a estrutura de domínio. O poder retornava, assim, ao seu lugar originário, o povo, que reconhecia e estabelecia um direito adquirido que lhe havia sido outorgado pelos documentos régios e pelo *costume*.

A carta encerrava enfatizando o vínculo entre o novo capitão e o povo e a disposição colonizadora dessa união:

*“E quando de todo lha vossa alteza não quiser dar, então Senhor, nos mande com ele [Pero Álvares] ir, porque nem será serviço de Deus morrermos aqui com desamparo. (...) E antes Senhor, nos iremos com ele a povoar outra terra, sendo mais longe e deserta que esta, que viver em poder de nenhuma outra pessoa”.*¹⁹⁰

188 “Carta dos habitantes de S. Tomé a el-Rei. S. Tomé”, 27/7/1499. In: MMA, 1, I, p. 164.

189 “El pueblo como corporación se define por su cualidad de persona jurídica o *persona ficta*, es decir, por su existencia abstracta en la que se concreta la responsabilidad jurídica respecto a los actos presentes y pasado. De ahí la exigencia de unanimidad y de plena solidaridad en las decisiones comunes. De ahí también que el *populus*, en cuanto corporación abstracta, tenga, por así decirlo, un relieve político plano: sin ‘voluntad’ autónoma, su actuación característica es la presentación del ‘consenso’ a las iniciativas que le vienen dadas. Para la existencia del *populus* es por ello necesaria la sujeción a una jerarquía y la transmisión del poder”. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 153-154.

190 Sessenta e cinco homens assinam o documento, *ibidem*.

O testamento, as três cartas de Pero Álvares de Caminha e a carta dos habitantes foram enviadas conjuntamente ao rei. Cerca de cinco meses depois, no dia 11 de dezembro de 1499, o rei doou a capitania de São Tomé a um novo capitão, Fernão de Melo. (Voltaremos a esse ponto no item 1.4).¹⁹¹

O navegador genovês Cristóvão Colombo se formou no mesmo contexto de expansão lusitana pelo Atlântico. Ele viveu em Portugal entre 1476 e 1485 e casou-se com Dona Felipa de Monis de Perestrelo, filha de Bartolomeu de Perestrelo, colonizador da ilha de Porto Santo, na Madeira.¹⁹² Sua experiência africana e nas Canárias, particularmente em relação ao tráfico de escravos, influenciaram profundamente sua ação nas Índias Ocidentais.

O curto espaço de tempo entre a primeira e a segunda viagem de Colombo e as dimensões de cada uma das expedições mostram que a primeira foi uma expedição exploratória e mesmo comprobatória da viabilidade dos planos do almirante, e que a empresa comercial ficaria para sua segunda viagem.¹⁹³ Há evidências, desde sua primeira viagem, do objetivo de estabelecer uma nova fonte de escravos para o tráfico internacional, principalmente na insistência em descrever a boa composição física dos índios, sua mansidão e sua aptidão para serem bons trabalhadores e servidores.¹⁹⁴

“Vuestras Altezas (...) [os índios] no tienen armas, y son todos desnudos y de ningun ingenio en las armas, y muy cobardes, que mil no aguardarán á tres; y así son buenos para les mandar, y les hacer trabajar, sembrar y hacer todo lo otro que fuere menester, y que hagan villas, y se enseñen á andar vestidos y a nuestras costumbres.” Estas son sus palabras formales del almirante. Es aquí de notar, que la mansedumbre natural, simple, benigna y humilde condicion de los indios, y carecer de armas, con andar desnudos, dió atrevimiento á los españoles á tenerlos en poco, y ponerlos en tan

191 “Doação da capitania da Ilha de São Tomé a Fernão de Melo, fidalgo da casa real”. Lisboa, 11 de dezembro de 1499. In: IST, p. 99-102. Paulo Merêa entende que a política de centralização régia no fim do século XV levou à restrição dos poderes dos capitães donatários. MERÊA, Paulo. “A solução tradicional da colonização portuguesa do Brasil”, op. cit., p. 171-172.

192 Paulo Merêa analisa a carta de doação de Porto Santo a Bartolomeu de Perestrelo, de 1º de novembro de 1446. Ibidem, p. 168.

193 A primeira expedição tinha três naus e cerca de cem homens, que permaneceram nas Antilhas aproximadamente três meses. Seis meses depois de seu retorno, Colombo partiu para sua segunda viagem, agora com 17 navios e cerca de 1.200 homens, que ficaram nas Índias por quase dois anos.

194 CASAS, Bartolomeu de las. *Historia de las Indias* (a partir de agora abreviada por HI). 5 tomos. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. (Ed. fac-símile de Madrid, Imp. de Miguel Ginesta, 1875), tomo 1, cap. XL, p. 297, ver também cap. XLV, p. 329. Disponível em: <URL: http://www.cervantesvirtual.com/bib_autor/bartolomedelascasas/pcuartonivel.jsp?conten=obra>. Acesso em: 23 mar. 2010. Cf. COLÓN, Cristóbal (1445-1515). *Los cuatro viajes del almirante y su testamento*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002 (ed. digital baseada na 10ª ed. de Madrid, Espasa-Calpe, 1991). Disponível em: <URL: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=7976&portal=154>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

acerbísimos trabajos en que los pusieron, y encarnizarse para oprimirlos y consumirlos, como los consumieron.”¹⁹⁵

No trecho, quem interpreta as palavras de Colombo é o frei Bartolomeu de las Casas, sendo seu livro, *Historia de las Indias*, uma das principais fontes de conhecimento sobre Colombo. Em outra passagem, Las Casas tece o seguinte comentário sobre os planos escravistas do almirante:

*“tan ligeramente se determino á decir, que los Reyes podian llevar todos los indios, que eran vecinos y moradores naturales de aquellas tierras, á Castilla, ó tenerlos en la misma tierra captivos, etc. Ciertó, distantísimo estaba del fin que Dios y su Iglesia pretendia en su viaje, al cual, el descubrimiento de todo este orbe y todo cuanto en él y cerca dél de hobiesse de disponer, se había de ordenar y enderezar”.*¹⁹⁶

As dimensões da segunda expedição de Colombo e seu rápido despacho indicam que ela já estava sendo preparada antes do retorno do almirante. Além de confirmar as mercês feitas, e acrescentar algumas mais, esse parece ter sido o momento em que Colombo fez novos acordos com o rei e com a rainha. Manuel Lucena Samoral indica a possibilidade de Colombo ter proposto o tráfico de escravos indígenas aos reis, em Barcelona, no ano de 1493.¹⁹⁷ Os reis parecem ter dado licença, mas restringiram-na aos índios *canibais* e àqueles que resistissem à pregação católica, condição da doação papal nas bulas *Inter caetera*. “Dice el almirante en una carta que escribió a los Reyes, que traia propósito deste viaje ir á las islas de los canibales para las destruir”.¹⁹⁸

Essas indicações são confirmadas na carta de 20 de janeiro de 1494:

*“Vean Vuestras Altezas si se habrán de cautivar (a los caribes), que creo que después acá, cada año se podrán haber de ellos, y de las mujeres, infinitos. Crean que cada uno valdría más que de tres negros de Guinea en fuerza y ingenio, como verán por los presentes que agora envío.”*¹⁹⁹

Em sua segunda viagem, Colombo começa a estabelecer o comércio de escravos indígenas, que concorria com o tráfico português na África, e utilizava, como justificativa, o mesmo argumento do papa Nicolau V na bula *Romanus Pontifex*:

195 HI, tomo 1, cap. LIV, p. 377.

196 HI, tomo 1, cap. XLI, p. 303.

197 LEAE, p. 50.

198 HI, tomo 2, cap. XCIX, p. 70. Sobre a preocupação evangélica dos reis espanhóis, ver HI, tomo 1, cap. LXXX.

199 “Carta-relación a los Reyes de 20 de enero de 1494”, apud LEAE, p. 50.

*“porque entre las otras islas las de los caníbales son mucho grandes y mucho bien pobladas, parecerá acá que tomar de ellos y de ellas y enviarlos allá a Castilla non sería sino bien, porque quitarse hían una vez de aquella inhumana costumbre que tienen de comer hombres, y allá en Castilla, entendiendo la lengua, muy más presto recibirían el bautismo y farían el provecho de sus ánimas.”*²⁰⁰

A escravização e o comércio de indígenas eram justificados como ação cristã que pretendia afastá-los de suas terras e costumes bárbaros. Todavia, Colombo não restringiu a escravização aos Caribe (tidos por canibais), escravizando indiscriminadamente os Taino (quinhentos deles foram vendidos em Sevilha) e outras etnias. Os reis aprovaram essa venda no dia 12 de abril de 1495, mas recuaram quatro dias depois, decididos a consultar letrados, canonistas e teólogos para o bem de suas consciências. Sem esperar a resposta dos reis, Colombo e seu irmão continuaram enviando centenas de escravos indígenas para Europa.²⁰¹ Os escravos indígenas também serviam para o pagamento dos soldos, e mesmo os reis espanhóis utilizaram esse expediente.²⁰²

A ação de Colombo extrapolava os poderes a ele concedidos pelos reis espanhóis. Em relação à escravidão, ele passara a interferir tanto na definição de quais índios podiam ser escravizados como no comércio deles em âmbito internacional. Esse novo poder do almirante o tornava mais independente em relação à Coroa e colocava em suspeição as doações papais que haviam estabelecido a cláusula de conversão dos índios, e, conseqüentemente, a própria legitimidade do domínio régio sobre as Índias Ocidentais estava em perigo.

Do retorno de sua segunda viagem, Colombo deve ter percebido o clima de suspeita que pairava na corte dos reis católicos. A organização e arrecadação de fundos para a terceira viagem foram muito mais difíceis do que para a anterior. Mesmo assim, Colombo insistiu no projeto escravista:

“De acá se pueden con el nombre de la Santa Trinidad enviar todos los esclavos que se pudieren vender, y brasil, de los cuáles, si la información que yo tengo es cierta, me dicen que se podrán vender cuatro mil (...), porque en Castilla y Portugal y Aragón y Italia y Sicilia y las islas de Portugal y las Canarias gastan muchos esclavos, y creo que de Guinea ya no vengan tantos, y que viniese uno de éstos vale por tres, según se ve, e yo estos días que fui a las islas de Cabo Verde, de donde la gente de ellas tienen gran trato en los esclavos y de continuo envían navíos a los rescatar, y están a la puerta, yo vi que por el más ruin demandaban ocho mil maravedís (...) y bien

200 “Memorial de 20 de enero de 1494”, apud ibidem.

201 LEAE, p. 51-53.

202 RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas*, op. cit., p. 134.

que mueran ahora, así no será siempre de esta manera, que así hacían los negros y los canarios a la primera.”²⁰³

Em 1500, a Coroa interveio simultaneamente no governo da Ilha Espanhola e no *dominium* sobre os indígenas, cerceando as pretensões do almirante, o que abordaremos no item 1.4.

O poder sobre os povos não cristãos, enquanto escravidão e tutela, tocava na ambivalência do conceito de *dominium*, entre o poder político, ou jurisdicional, e o direito privado. Os reis distinguiam claramente esses níveis de poder nas doações, mas, na prática, o limite entre essas instâncias era tênue. A escravização indiscriminada praticada por Colombo ignorava a prerrogativa régia de definir quem podia ser escravizado e quem deveria ser tutelado, e o controle que passara a exercer sobre o comércio, particularmente o de escravos, ultrapassava em muito os generosos 10% que a Coroa lhe havia concedido nas Capitulações de Santa Fé. Além disso, a opção de Colombo pelo tráfico de escravos e a experiência de *destruição* das Canárias mostravam os resultados desastrosos dessa perspectiva.

A experiência portuguesa era distinta porque separava a escravidão, ocorrida de forma indireta no continente africano, e os espaços produtivos, em ilhas desabitadas, favorecendo a combinação da escravidão com as modalidades de tutela das *moças* e *moços* judeus. Mas também em São Tomé, o controle do comércio de escravos e da tutela dos judeus deu ao capitão Álvaro de Caminha um poder que excedia o conteúdo das doações. O capitão se tornou o homem todo poderoso de São Tomé e pretendia garantir a continuidade de seus direitos e da rede social constituída em torno de sua figura. Os reis, da sua parte, passaram a interferir nas relações de *dominium* sobre as populações não cristãs, buscando, por meio do tráfico de escravos e do dever de tutela, reafirmar sua preeminência sobre os espaços coloniais.

203 “Fragmento de una carta de Colón a los Reyes Catolicos ponderando el negocio de vender a los indios como esclavos”, 18 de outubro de 1498. In: LEAE, p. 541.

1.4. A especificidade das políticas ultramarinas de Portugal e Castela

No caso das Índias de Castela, as bulas *Inter caetera*, de 1493, definiram a conversão dos índios como cláusula para a legitimidade do domínio e do monopólio sobre a América. As ilhas eram povoadas e o avanço pelo continente iniciou-se logo em seguida. A Coroa castelhana precisava controlar a guerra²⁰⁴, restringir a escravização indígena (aos antropófagos e aos indígenas que se recusassem a se sujeitar à religião e ao poder católico-europeu) e elaborar, do ponto de vista político-jurídico, a forma de inserção dos índios à monarquia e à sociedade colonial (definindo os estatutos políticos, jurídicos e laborais dessas populações).

No caso português, a escravidão africana havia sido chancelada pelo papa e as relações com o continente eram indiretas. As ilhas, até então desabitadas, foram a base do estabelecimento português, e o Brasil, somente a partir de 1530, deixou de ser uma feitoria. Em São Tomé, a Coroa procurava assegurar sua preeminência sobre o tráfico de escravos e sobre a tutela das *moças* e *moços* judeus. O equilíbrio tênue, entre o estabelecimento do poder régio e a autonomia dos conquistadores e povoadores, se definiu pelas relações de *dominium* sobre as populações não cristãs e diferenciaram os desafios coloniais de Portugal e Espanha.

Neste item, analisaremos as primeiras estratégias de intervenção das Coroas portuguesa e castelhana definidas entre os anos de 1500 e 1534, buscando identificar suas especificidades e os elementos de complementaridade entre elas. Na península ibérica, observaremos a transição da influência dos reis ibéricos para o protagonismo da dinastia dos Áustria. A possibilidade de união das Coroas, tecida pela política de matrimônios, possuía, agora, uma dimensão ultramarina. Era uma alternativa para conter a interferência papal e as ameaças de outras monarquias cristãs, particularmente as da França.

*

Não obstante os pedidos de confirmação da capitania de São Tomé, feitos pelos moradores, por Álvaro de Caminha e por seu primo, Pero Álvares de Caminha, o rei D.

204 As situações para determinação de uma guerra justa eram: (1) recuperar coisas injustamente ocupadas; (2) submeter súditos injustamente rebelados; (3) vingar e reparar injúria injustamente recebida, contra aqueles que (a) prestassem auxílio a inimigos, (b) defendessem criminosos e (c) violassem pacto ou aliança. HESPANHA, António M. “Luís de Molina e a escravização dos negros”. In: *Análise Social*, Lisboa, vol. xxxv (157), p. 942, 2001.

Manuel fez nova doação, agora para Fernão de Melo.²⁰⁵ O rei rejeitava o argumento de direito adquirido ou costumeiro e reafirmava a eminência de seu poder sobre aquela sociedade nova.

Na sequência das cartas de delegação ao novo capitão, a Coroa deu novos privilégios, liberdades e isenções aos moradores da ilha.²⁰⁶ A carta de 26 de março comunica-lhes que o novo capitão era Fernão de Melo e que os privilégios comerciais eram concedidos para sempre, diferentemente do foral de 1493 que os restringia enquanto fossem mercê do rei. Além disso, o comércio não precisava mais de licença dos funcionários régios, diminuía-se os tributos, a liberdade de comércio se estendia para as conquistas e reinos não-portugueses e, no caso de arrendamento comercial, os moradores não perderiam seus privilégios. O rei, desta forma, procurava cooptar os antigos moradores da ilha e atrair novos povoadores, rompendo com o poder político-econômico, de caráter senhorial, estabelecido por Álvaro de Caminha e seu primo. As cartas estimulavam as atividades produtivas e comerciais da ilha, isentando-as do dízimo quando comercializadas em Cabo Verde, São Tiago, Canárias, Madeira, Porto Santo, Açores e nas *outras ilhas do mar oceano*. A inclusão das Canárias e das ilhas do *mar oceano* indica o estímulo comercial entre as ilhas de Portugal e as de Castela, sendo o primeiro sinal de uma parceria colonial entre esses reinos ibéricos em um momento de aliança entre os dois países.

A ênfase portuguesa na questão econômica da expansão ultramarina fica evidente com as publicações das *Ordenações Manuelinas*, entre 1514 e 1521, pelas quais a Coroa procurava garantir seu monopólio sobre a Guiné, particularmente em relação ao tráfico de escravos.²⁰⁷ A partir de 1516, além da reexportação de escravos, teve início a produção açucareira na ilha. Durante a década de 1520, a Coroa fez um grande investimento nesta produção, construindo engenhos administrados por seus

205 “Doação da capitania da Ilha de São Tomé a Fernão de Melo, fidalgo da casa real”. Lisboa, 11 de dezembro de 1499. In: IST, p. 99-102. “Carta de concessão a Fernão de Melo, capitão da Ilha de São Tomé, da alçada, nos feitos cíveis e criminais”. Lisboa, 15 de dezembro de 1499. In: idem, p. 102-103. “Carta de alcaidaria a Fernão de Melo”. In: MMA, 1, I, p. 181-182. “A ele [Fernão de Melo] mais outra carta da jurisdição cível e crime da Ilha de São Tomé”. Lisboa, 4 de janeiro de 1500. In: IST, p. 103-104.

206 “Carta de privilégios, liberdades e isenções aos moradores da Ilha de São Tomé e aos marinheiros dos seus navios”. Lisboa, 20 de março de 1500. In: IST, p. 104-106. Liberdades aos moradores da ilha de S. Tomé”. Lisboa, 26 de março de 1500. In: MMA, 1, I, p. 17-20.

207 Ver OM, I, 5, tít. 112-113, p. 324-346. D. João II enviou um embaixador a Inglaterra para pedir apoio ao rei inglês às suas pretensões de exclusivo da navegação e comércio na Guiné, mas foi no reinado de D. João III que essa pretensão se tornou efetiva. MERÊA, Paulo. “A solução tradicional da colonização portuguesa do Brasil”, op. cit., p. 185.

feitores, e passou a concorrer com os particulares.²⁰⁸ Nos anos de 1526, 1527 e 1528 foram estabelecidos contratos entre a Coroa e grandes comerciantes de Lisboa, visando à reexportação do açúcar para Flandres.²⁰⁹ Estes vinculavam a produção da ilha ao grande capital mercantil europeu e criavam um novo mecanismo de subordinação das forças político-econômicas locais.

D. Manuel interferiu no domínio privado dos senhores de São Tomé sobre seus escravos, determinando que todos os que haviam sido entregues aos degredados por mandado de D. João II fossem alforriados.²¹⁰ D. João III também tomou medidas relacionadas ao domínio privado dos escravos, permitindo a criação de uma Confraria do Rosário dos Pretos na ilha, em que seus procuradores deveriam receber a alforria.²¹¹ O rei também concedeu mercê para que os mulatos da ilha pudessem participar dos ofícios do Conselho (“sem embargo do capitão o vedar”).²¹²

Em 1516, D. Manuel pediu uma inquirição contra os armadores de São Tomé que haviam resgatado escravos no Benim, descumprindo o contrato feito com Antonio Carneiro.²¹³ Enviou corregedores à ilha, aqui vale destacar a atuação de Bernardo de Segura, que, a mando do rei, instalou uma devassa contra o capitão Fernão de Melo e seus oficiais de justiça, combateu a sonegação da fazenda real, denunciou os abusos feitos com a renda dos defuntos, instituiu a bula da cruzada e a cobrança do quinto.²¹⁴ Identificou que os escravos eram o dinheiro da terra e estimou em mais de quatro mil *peças* o tráfico anual da ilha, valorizando o futuro arrendamento deste comércio. Em

208 “E estes da parcialidade de Bernardo Segura que lá são porque lhe tomei terras com favor de justiça, por serem ricos, tomaram-se comigo em palavras e me afrontaram com elas e muitas vezes os achava armados nos caminhos.” “Relatório de João Lobato a D. João III”. São Tomé, 13 de abril de 1529. In: MMA, 1, I, p. 511-512. Bernardo de Segura havia sido enviado pela Coroa como corregedor havia doze anos. Passado esse período, ele se tornara um potentado e contrariava os interesses reais na ilha. O problema do *dominium* sobre os indígenas e africanos, e suas consequências na constituição de poderes políticos locais, independentes da Coroa, não se restringia aos conquistadores, os funcionários régios também se envolveram nessas relações. (Destacaremos esse tema no capítulo 3).

209 SANTOS, Catarina M. “A formação das estruturas fundiárias”, op. cit., p. 74-77.

210 “Carta de alforria às escravas de S. Tomé”. Almeirim, 29 de janeiro de 1515. In: MMA, 1, I, p. 331-332. E “Carta de alforria aos escravos de S. Tomé”. Lisboa, 24 de janeiro de 1517. In: idem, p. 376.

211 “Carta de el-Rei D. João III”. Santarem, 9 de julho de 1526. In: idem, p. 472-474.

212 “Carta de privilégio aos povoadores de S. Tomé”. Lisboa, 7 de agosto de 1528. In: idem, p. 500-501.

213 “Inquirição tirada na ilha do Príncipe”, 19 de novembro de 1516. In: idem, p. 372.

214 “Carta de Bernardo de Segura a el-Rei”. São Tomé, 15 de março de 1517. In: idem, p. 377-392.

1519, a Coroa restringiu o tráfico de escravos no reino do Congo aos navios do rei.²¹⁵ No reinado de D. João III, São Tomé foi transformada em propriedade real.²¹⁶

A abertura do mercado escravista na América, principalmente nas Antilhas, aumentava a pressão de São Tomé sobre os reinos do continente africano (Benim, Congo e Angola). O rei do Congo, Afonso I (nome cristão de Nzinga Muemba, que reinou de 1506-1543), pediu a D. Manuel o fim do comércio de escravos.²¹⁷ O desenvolvimento de uma sociedade nova em São Tomé, que atuava de forma independente, passava a ameaçar os poderes tradicionais africanos, provocando um desequilíbrio na política de embaixadas.

*“Senhor, V.A. saberá como nosso Reino se vai a perder em tanta maneira que nos convém provermos a isso com o remédio necessário, o que causa a muita soltura que vossos feitores e oficiais dão aos homens e mercadores se virem a este Reino assentar com lojas, mercadorias, e coisas muitas por nós defesas, as quais se espalham por nossos Reinos e Senhorios em tanta abundância que muitos vassallos que tínhamos a nossa obediência, se alevantam dela por terem as coisas em mais abundância que nós, com as quais os antes tínhamos contentes, e sujeitos e sob nossa vassalagem e jurisdição, que é um grande dano, assim para o serviço de Deus como para segurança e assossegado de nossos Reinos e estado. (...) Em tanta maneira Senhor, é esta corrupção e devassidão, que nossa terra se despoeva toda, o que V.A. não deve haver por bem, nem seu serviço. (...) Em mandar a seus feitores que não mandem cá mercadores nem mercadorias, porque nossa vontade é que nestes Reinos não haja trato de escravos nem saída para eles.”*²¹⁸

Primeiramente observamos a associação entre os funcionários régios (feitores e oficiais) com os mercadores que atuavam no Congo, muitos deles associados com os capitães e moradores de São Tomé. Este vínculo permitia a entrada de mercadorias até aquele momento controladas pelo rei congolês e que eram uma fonte fundamental para a constituição das relações de vassalagem com os chefes locais; além disso, muitos chefes eram aprisionados e ferrados como escravos.²¹⁹ A falta de controle e a ampliação do

215 “Alvará para as autoridades da Mina e S. Tomé.” Évora, 18 de novembro de 1519. In: idem, p. 429.

216 Em 19 de dezembro de 1522, depois de ter sido tomada do capitão João de Melo, sucessor escolhido por Fernão de Melo. Ver ALMEIDA, Pedro R. *História do colonialismo português em África : cronologia (séc. XV-séc. XVIII)*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, p. 111. Ver também AMARAL, Ilídio do. *O Consulado de Paulo Dias de Novais : Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, p. 53.

217 “Carta do rei do Congo a D. João III”. Congo, 6 de julho de 1526. In: MMA, 1, I, p. 468-471. Ver também “Carta do Rei do Congo a D. João III”. Congo, 18 de outubro de 1526. In: idem, p. 488-491. E a “Resposta do rei português na Carta de D. João III ao Rei do Congo”. Fins de 1529. In: idem, p. 521-539.

218 “Carta do Rei do Congo a D. João III”, 6/7/1526. In: idem, p. 470-471.

219 A escravidão como instituição também existia na África, o que foi rapidamente identificado pelos portugueses. Os escravos eram tradicionalmente adquiridos a partir de condenações a crimes praticados

tráfico ameaçava, portanto, a autoridade do rei africano.²²⁰ Não obstante, o rei português afirma o primado comercial sobre a preocupação da autoridade política, afinal essa questão não lhe tocava diretamente. D. Afonso I, da sua parte, propôs, astutamente, um negócio entre reis, que poderia afastar os vassalos indesejáveis daquele comércio – moradores e comerciantes portugueses de São Tomé e do Congo e as autoridades nativas pouco fiéis. No início da década de 1530, a Coroa aumentou o controle do tráfico de escravos e fechou as portas de Angola²²¹ para os moradores de São Tomé.²²²

(assassinatos, dívidas e adultérios), pela compra (em caso de fomes periódicas que assolavam as comunidades) e por meio da guerra (forma mais comum de obtenção). A escravidão na África era uma das formas de dependência existentes no “sistema de linhagens” que organizava essas sociedades. Esse sistema “engendrava uma visão de mundo particular, na qual todos deviam, acima de tudo, lealdade ao seu grupo de descendência”. A escravidão era um dos elementos responsáveis pela manutenção do poder político e do prestígio social e foi um fator determinante no processo de centralização de alguns reinos. O escravo era um estrangeiro e o sistema de linhagens enfatizava a importância da coletividade, viabilizando a alienação de indivíduos para a escravidão. Ao tornar-se estrangeiro o escravo era incorporado à rede de parentesco do seu senhor. “Enquanto a descendência dos escravos era incorporada à linhagem de seu dono, na condição de indivíduos livres, o escravo seria sempre um dependente [...] mesmo tendo alto grau de liberdade e podendo exercer cargos de responsabilidade”. Portanto, a escravidão “funcionava como mecanismo de reprodução demográfica” que ampliava o grupo de dependência de um determinado chefe. O controle da instituição escravidão também era um elemento político fundamental nas sociedades africanas. SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista : história da festa de coroação de Rei do Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 118-119.

220 Na carta de 18 de outubro de 1526, D. Afonso chega a dizer que havia funcionários designados para averiguação da legalidade das pessoas reduzidas à escravidão. O rei do Congo, influenciado por seus secretários portugueses, procurava dar a impressão de probidade, comercial e política, do negócio de escravos no reino do Congo. Beatrix Heintze conclui, desta única referência, que havia uma instituição no reino do Congo com esse encargo e sugere que tenha influenciado, cinquenta anos depois, uma inspeção análoga por parte do *Ngola*. (Voltaremos a essa questão no capítulo 3). HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI”, in: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 201-202. A própria ideia de “cartas do rei do Congo” é complicada, além de serem escritas em latim, italiano e português, toda a construção discursiva e conceitual está baseada em uma concepção europeia do direito e do poder que precisam ser levadas em consideração. Entre os conselheiros portugueses que viviam na corte do rei D. Afonso I, conseguimos identificar o secretário D. João Teixeira, que assina todas as suas cartas entre 1514 e 1540, e Gonçalo Pires, armador-mor de D. Afonso. Sobre este último, sabemos que foi um dos primeiros povoadores de São Tomé e, se os homônimos não nos confundem, foi um dos que assinaram a carta que pedia a confirmação da doação a Pero Álvares de Caminha. “Carta dos habitantes de São Tomé”, 27/7/1499, in: MMA, 1, I, p. 164. Pode ser também o marinheiro informante de Valentim Fernandes. “Manuscrito ‘Valentim Fernandes’”. São Tomé, 1506. In: MMA, 1, IV, p. 33-45. Em 1514, D. Afonso I diz que Gonçalo Pires intermediou um apoio militar entre ele e o capitão Fernão de Melo, em troca de alguma *fazenda*. “Carta do rei do Congo a D. Manuel”. São Salvador do Congo, 5 de outubro de 1514. In: MMA, 1, I, p. 296-297. Na mesma carta de 1526, D. Afonso responsabiliza Gonçalo Pires de verificar a licitude das *peças*.

221 O reino de Angola é mencionado primeiramente em 1520, através dos embaixadores do rei do Congo que comunicam o desejo do *Ngola* de converter-se ao cristianismo. A partir de 1535, Afonso I incorpora o título de *Ngola*. Sobre a influência ou vassalagem do *Ngola* ao rei do Congo, as fontes divergem. As fontes provenientes de Angola indicam sua independência, enquanto as do Congo dizem que esse reino estava sob seu domínio. As datas e acontecimentos referidos acima sugerem que com a presença e

Do lado castelhano, uma junta de letrados, teólogos e canonistas considerou os índios livres, e a Real Cédula de 20 de junho de 1500 mandava que os índios escravizados por Colombo fossem postos em liberdade.²²³ O mesmo foi feito em relação aos índios escravizados por Cristóbal Guerra, que são referidos como *indios nuestros súbditos*.²²⁴ Essa definição da relação política entre o rei e os índios é uma negação, ou pelo menos uma subordinação, das relações de *dominium* estabelecidas pelos conquistadores. Além disso, o reconhecimento dos índios como súditos justificava o pagamento de tributos ao rei.

Os reis, então, nomearam Francisco de Bobadilla para devolver os índios às suas terras e impediram que a América se transformasse em uma área fornecedora de escravos. Bobadilla destituiu Colombo, e, logo em seguida, os reis enviaram o governador Nicolás de Ovando²²⁵, que deveria regular a escravidão indígena, proibir a entrada de mouros, judeus e cristãos-novos e facilitar a entrada de negros catequizados.²²⁶ Em 1517, a Coroa castelhana reconheceu a necessidade de importar escravos africanos em maior escala para garantir a exploração das ilhas e autorizou a importação direta de quatro mil negros no período de oito anos.²²⁷ Conforme a conquista avançava e se estabeleciam entrepostos e vilas espanholas nas ilhas caribenhas, a Coroa tendia a diferenciar o estatuto político-jurídico dos indígenas – da escravidão à

comércio crescente dos moradores de São Tomé nessa região há um esforço do Congo em reafirmar sua autoridade sobre ela, enfatizado pelo fato de ser um ponto de entrada no continente e pela presença portuguesa ter significado um impacto relevante nas relações de poder entre os chefados e o Congo. HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI” e “A política económica e de colonização portuguesa em Angola de 1570 e 1607”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 169-242 e 243-274. Do ponto de vista dos moradores de São Tomé, era interessante que o reino de Angola fosse reconhecido como independente. Do ponto de vista da Coroa interessava, inicialmente, reconhecer a autoridade do Congo e fortalecer sua política de embaixada como mecanismo de controle de seus súditos de São Tomé, mas, como veremos no capítulo 3, ela decide-se pela separação para o estabelecimento da primeira capitania e governo em continente africano.

222 “Regimento do Feitor do trato de S. Tomé”. Lisboa, 2 de agosto de 1532. In: MMA, 1, II, p. 14-15. Cf. SANTOS, Catarina M. “A formação das estruturas fundiárias”, op. cit., p. 74-77.

223 “Real Cédula ordenando poner en libertad los indios enviados por el almirante como esclavos”. Sevilha, 20 de junho de 1500. In: LEAE, p. 542. Cf. DIEGO CARRO, Dr. P. Venancio (O. P.). *La teología y los teólogos-juristas españoles ante la conquista de América*. Tomo 1. Madri: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de la Universidad de Sevilla, 1944, p. 41. Diego Carro nos lembra que o próprio Las Casas tinha um desses índios.

224 “Real Cédula restituyendo la libertad a los esclavos indios traídos por Cristóbal Guerra”. Écija, 2 de dezembro de 1501. In: LEAE, p. 542-543.

225 As instruções para Ovando tratavam também dos tributos devidos ao rei pelos novos súditos americanos.

226 LEAE, p. 53-55 e 137.

227 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial (1524-1650)*. México: Siglo Vintiuno, 1977, p. 20.

vassalagem – e a favorecer a escravidão negra africana. Entre 1526 e 1532, em um contexto de intenso debate sobre a escravidão indígena, discutiu-se sua substituição pela escravidão africana. Todas essas medidas coincidem com a política de interferência crescente da Coroa portuguesa no tráfico de escravos, principalmente em suas relações com o Congo e São Tomé, e são a segunda evidência da complementaridade entre as colonizações portuguesa e castelhana.

Paralelamente ao incentivo da escravidão africana e à tentativa de controlar esse comércio, Carlos V produziu as primeiras legislações detalhadas sobre o governo destes escravos, mostrando, assim como os reis portugueses, a importância de regular as relações de *dominium* privado e doméstico, mesmo que fosse para afirmar os direitos dos senhores.²²⁸

Ao lado da escravidão africana, foram definidos três estatutos básicos em relação aos indígenas: (1) escravidão dos que resistiam à presença espanhola e ao cristianismo²²⁹; (2) *repartimiento-encomienda* de indígenas²³⁰; e (3) *aboría*²³¹.

228 “Provisión del virrey Diego Colon con las primeras ordenanzas indianas sobre los esclavos negros”. Santo Domingo, 6 de janeiro de 1522. In: LEAE, p. 558-564. “Real Cédula ordenando confiscar los esclavos entrados ilegalmente y vigilar dicho tráfico”. Valladolid, 13 de novembro de 1522. In: idem, p. 565. “Real Provisión autorizando extender a Puerto Rico las ordenanzas dominicanas para los esclavos negros (1522) o hacer otras nuevas”. Toledo, 1 de dezembro de 1525. In: LEAE, p. 569-570. “Ordenanzas de la audiencia dominicana para la sujeción de los esclavos negros, revisando las de 1522 Santo Domingo”. São Domingos, 9 de outubro de 1528. In: LEAE, p. 586-593. “Extracto de las ordenanzas de la audiencia dominicana para la sujeción de los esclavos negros, revisando las de 1522”. São Domingos, 9 de outubro de 1528. In: LEAE, p. 594-599.

229 A legitimidade da escravização dos Caribe foi reafirmada entre 1503 e 1506. Ver, por exemplo, a “Real Cédula para que los capitanes descubridores puedan cautivar a los indios caníbales”. Segóvia, 30 de outubro de 1503. In: LEAE, p. 544-545.

230 “Antonio de León Pinelo, en su Tratado de confirmaciones reales de encomiendas y oficios... (1630), escribe que repartir es cuando descubiertas y pobladas las nuevas tierras se distribuyen por primera vez los naturales indios entre el rey, los conquistadores y los vecinos. Y encomendar es cuando estos indios, ya repartidos, se entregan al sucesor del primer agraciado encomendándoles a su cuidado, con determinadas cargas – cristianizarlos y civilizarlos – y derechos.” Em sentido amplo, *repartimiento* designava as diferentes formas de trabalho forçado. MUÑOZ OREJÓN, Antonio. *Gran Enciclopedia Rialp: Humanidades y Ciencia*. Madri: Ediciones Rialp, 1991, “Repartimientos”. Disponível em: <URL: http://www.canalsocial.net/GER/ficha_GER.asp?id=8551&cat=Historia>. Acesso em: 5 fev. 2010.

231 A *aboría* era uma instituição asteca que definia a dependência direta e permanente de um índio a um nobre. Ela foi adaptada pelos espanhóis como forma de *dominium* senhorial/doméstico, como índios de *servicio personal*. Os senhores eram chamados de amos, mas os *aborías* não podiam ser vendidos nem trocados sem autorização do governador. No caso de morte do senhor, o *aboría* seria novamente doado pelo governador. DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España (Manuscrito Guatemala)* (ed. crítica de José Antonio Borbón Rodríguez). México: El Colegio de México, Universidad Autónoma de México, Servicio Alemán de Intercambio Académico; Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2005, p. 403.

Aqui nos deteremos na descrição dessa segunda instituição que influenciou todo o processo de colonização das Índias Ocidentais e do Brasil e que possui semelhanças importantes com a modalidade de *dominium* estabelecida em relação aos *moços* e *moças* de São Tomé. Os *repartimientos* de índios foram instituídos pelos conquistadores antes da regulação régia de 1503. Em 20 de dezembro de 1503, contradizendo a instrução de março do mesmo ano, os *repartimientos* foram legalmente estabelecidos e o trabalho forçado dos indígenas foi aceito em troca do pagamento de um salário.

O rei *encomendava* certo número de indígenas a particulares, que, em troca do usufruto do trabalho e do pagamento de tributos, cuidariam de sua conversão à fé católica, de seu sustento e da prestação de serviços públicos. Diferenciava-se, desta maneira, do *dominium* como propriedade, condição dos escravos, e permitia conciliar a liberdade indígena e sua condição de súdito à obrigação do trabalho. Adaptava uma instituição da “reconquista”²³² ao contexto americano e hierarquizava as relações de domínio conforme a lógica senhorial.²³³ Segundo essa referência institucional, os índios eram repartidos e encomendados em remuneração aos serviços prestados à Coroa durante a conquista, como graça e mercê.²³⁴

A concessão de índios em *encomienda* era uma mercê real e uma de suas maiores prerrogativas (uma *regalia*).²³⁵ Cabia ao rei, exclusivamente, outorgá-las, mas podia também delegar esse poder às autoridades indianas. Ao inserirem-se no sistema

232 Brufau Brufau Prats reafirma o precedente dos *repartimientos* e *encomiendas* na península ibérica, particularmente nas zonas fronteiriças. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 195. “El P. Mariana escribe que a los antiguos soldados de las órdenes se les daban encomiendas (v.) para que con las rentas de ellas se sustentasen honradamente. Escriche, en su conocido Diccionario... de la legislación, dice que las encomiendas de las órdenes militares están dotadas con las rentas procedentes de las fincas, derechos y propiedades que sus miembros adquirieron por liberalidad de los reyes y como premio a los servicios que hicieron durante la guerra con los musulmanes (v. RECONQUISTA)”. MURO OREJÓN, Antonio. *Gran Enciclopedia Rialp*, op. cit., “Repartimientos”.

233 A Real Provisão de 12 de novembro de 1509 mostra a preocupação de garantir uma exploração produtiva dos índios repartidos, exigindo sua divisão de acordo com a qualidade social do beneficiário. “Real Provisión del rey Fernando el Católico al almirante don Diego Colon, que manda la orden que ha de tener y guardar en el repartir y encomendar Indios”. Valladolid, 12 de novembro de 1509. In: IPAH, p. 100.

234 Nas *Leis de Burgos* quando as penas implicassem na perda dos índios de *repartimiento*: “queden vacos para que proueamos a quien nuestra merced e voluntad fuere e contra el tenor e forma dellas no vayades ni pasedes ni consyntades yr ni pasar en tiempo alguno ni por alguna manera”. “Ordenanzas Reales para el buen regimiento y tratamiento dos indios”. Expedidas para a Ilha Espanhola em 27 de janeiro de 1512, e para as ilhas de Porto Rico, no dia 23 de janeiro de 1513. In: IPAH, p. 114.

235 “Como la encomienda es una gracia del rey, nadie tiene derecho por sí a ella, y es el monarca quien libremente la concede, aunque normalmente están otorgadas con preferencia, que no es exclusividad, a los conquistadores y primeros pobladores, variando el número de indios encomendados según la condición social del receptor”. MURO OREJÓN, Antonio. *Gran Enciclopedia Rialp*, op. cit., “Repartimientos”.

de doações régias, as *encomiendas* dependiam de confirmação régia, meio pelo qual se reconheciam a exclusividade e preeminência do monarca. As *encomiendas* deviam ser registradas em livros especiais, onde constava o número de índios, classe, nome do *encomendero* etc.

Havia dois tipos de *encomiendas*, a de serviços pessoais (*servicios personales*) e a de tributo. Na primeira, o benefício do *encomendero* era o trabalho pessoal dos índios e, na segunda, os *encomenderos* ficavam com parte dos tributos devidos pelos índios à Coroa, pagos por razão de sua vassalagem. No primeiro caso, os *encomenderos* tinham o usufruto direto da exploração da mão de obra indígena, por meio de um sistema em que a condição política dos índios, como súditos, não estava claramente qualificada, o que caracteriza esse sistema/prática como *dominium* privado ou poder doméstico. As *encomiendas* de tributo, ao definir o estatuto político dos índios como súditos, reforçavam a mediação régia.

As obrigações dos *encomenderos* eram: (1) defender a terra; (2) residir permanentemente na povoação onde estava localizada a *encomienda*, mas não nos povoados indígenas, onde deveria residir um representante cacique ou mordomo; (3) construir uma casa de pedra; e (4) ser casado. O *encomendero* só podia ausentar-se com licença e por um período determinado, sob pena de perda da mercê. Eles também eram proibidos de ser corregedor ou escrivão na povoação dos índios. Eram responsáveis pela cristianização e polícia dos índios, protegendo suas pessoas e bens. Eram proibidas as vendas, aluguéis, traspasso, empreitadas e trabalhos mineiros. O *encomendero* deveria garantir ainda o direito dos índios de fazerem suas roças de subsistência. Os *encomenderos* eram senhores ou *amos* dos indígenas, sendo a *encomienda* um espaço de domínio senhorial/doméstico.²³⁶

Em janeiro de 1503 foi criada a primeira instituição espanhola para tratar especificamente dos assuntos americanos, a *Casa de la Contratación*. Seu principal objetivo era controlar os aspectos comerciais e econômicos do processo de expansão ultramarina e seu antecedente institucional foi a Casa da Mina, outro exemplo da

236 “Se colocaba a los indios bajo la protección y tutela del encomendero, el cual venia obligado a cuidar de ellos y, en especial, a procurar su adoctrinamiento en la religión católica, pudiendo en compensación beneficiarse del trabajo de los mismos; se trataba, pues, de una especie de servidumbre”. BRUFAU PRATS, J. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 195.

influência portuguesa. Em decreto de primeiro de agosto de 1524, Carlos V criou o *Real y Supremo Consejo de Indias*.²³⁷

Paralelamente à criação da primeira Real Audiência, em São Domingos, no ano de 1511, as *Leis de Burgos*, de 1512²³⁸, representaram outra tentativa de conciliar o prosseguimento da conquista – conduzida pela iniciativa privada e sujeição doméstica dos índios – com o domínio político-jurídico do rei. As *Leis de Burgos* determinavam: (1) o *descimento*²³⁹ dos índios e a destruição de suas antigas *estâncias*; (2) as obrigações evangelizadoras e o tratamento²⁴⁰ pelos *encomenderos*, que deveriam favorecer os caciques e seus filhos – que seriam educados pelos franciscanos; (3) o casamento e o enterramento cristãos; (4) a venda das *encomiendas* vagas, por morte do beneficiário ou outra causa²⁴¹; (5) a criação do cargo de visitador²⁴² – dois para cada povoado –, e um controle administrativo da relação com os indígenas (livros de matrícula, duas visitas anuais com traslado e uma residência dos visitantes com relação); e (6) o direito de propriedade dos índios sobre suas fazendas.

Os *encomenderos* são definidos como *amos* dos indígenas, o que reforça a perspectiva senhorial dessas primeiras legislações. Sobre as obrigações produtivas, as Ordenanças de Burgos indicavam a prioridade mineralógica do trabalho indígena, como “serviço público”, e obrigavam que a terça parte dos índios *encomendados* estivesse vinculada a esse trabalho, os outros poderiam se dedicar às fazendas e à produção de víveres.

Na sequência dessas leis, o jurista Palácios Rubios redigiu o *requerimiento*:

237 Cf. SCHÄFER, Ernesto. *El Consejo Real y Supremo de las Indias : Su historia, organización y labor administrativo hasta la terminación de la Casa de Austria*. Junta de Castilla y León: Marcial Pons Historia, 2003.

238 “Ordenanzas Reales para el buen regimiento y tratamiento dos indios”, 27/1/1512 e 23/1/1513. In: IPAH, p. 104-114.

239 Descimento: deslocamento forçado de cativos ou gentios do sertão para a sedentarização na sociedade colonial.

240 Tratava da alimentação, vestimenta e descanso. Regulava o trabalho das índias grávidas, o trabalho dos carregadores, diferenciando os indígenas súditos dos escravos. O documento sugere, ainda, a diferenciação entre os escravos indígenas e os outros escravos (provavelmente africanos), quando, no item 27, diz: “mandamos que sean visytados por los dichos visytadores salvo sy los tales yndios fueren esclauos por que a estos tales cada vno cuyos fueren los puede traktar como el quisiere pero mandamos que no sea com aquella riguridad y aspereza que suelen tratar a los otros esclauos sy no con amor e blandura para mejor ynclinillos en las cossas de nuestra santa fee catolica”. “Ordenanzas Reales para el buen regimiento y tratamiento dos indios”, 27/1/1512 e 23/1/1513. In: IPAH, p. 112.

241 O item 21 proibia os *encomenderos* de servir-se de “índios alheios”. Ibidem, p. 111.

242 O item 30 determinava que os visitantes fossem escolhidos pelo almirante (no caso da Espanhola, Diego Colombo), juízes e oficiais. Ibidem, p. 113.

“Uno de los Pontífices pasados, que en lugar deste subcedió en aquella silla y dignidad que he dicho, como señor del mundo, hizo donación destas islas e Tierrafirme del mar océano a los dichos Reyes e sus subcesores en estos Reinos, que son N.N.S.S. con todo lo que en ellas hay, según se contiene en ciertas escrituras que sobre ello pasaron, según dicho es, que podéis ver si quisiéredes; así que Sus Altezas son Reyes e Señores destas islas e tierra firme por virtud de la dicha donación, e como a tales Reyes e Señores algunas islas e tierras, e casi todas a quien esto ha sido notificado, han recibido a sus Altezas, e les han obedecido e servido e sirven como súbditos los deben hacer, e con buena voluntad e sin ninguna resistencia, luego sin dilación, como fueron informados de lo susodicho, para que les predicasen e enseñasen la Santa Fee, e todos ellos de su libre e agradable voluntad, sin premia ni contradicción alguna se tornaron cristianos, e lo son, e sus Altezas los recibieron alegre e benignamente, e así los mandó tratar como a los otros sus súbditos e vasallos; e vosotros sois tenidos e obligados a hacer aquesto mesmo.”²⁴³

O *requerimiento* informava os ameríndios sobre o título legítimo de *dominium* de *iure* e de *facto* dos reis católicos por meio da doação papal, exigindo a sujeição voluntária dos indígenas ou justificando a guerra de conquista. Trata-se de um documento de legitimação que possui dois sentidos: o primeiro é interno ao jogo político europeu, reafirmando a autoridade do papa e das monarquias católicas perante o desenvolvimento das ideias e políticas que levarão à reforma protestante; o segundo, também é interno ao jogo político europeu, mas se projeta sobre o espaço americano. Trata-se da afirmação da autoridade régia perante a Igreja Católica, por meio do padroado, e perante os poderes privados e senhoriais.

Apesar dessa solução parcial, na lógica do domínio senhorial, surgiram vozes dissonantes sobre a legitimidade desse sistema de domínio na América. Elas partiram dos missionários dominicanos, com destaque para o padre Antônio de Montesinos, e intensificaram o debate em torno do conceito de *dominium* e sua configuração americana. O requerimento, utilizado primeiramente nas Antilhas, serviu como modelo para as futuras conquistas castelhanas, substituíam-se os nomes dos índios e das terras. Suas edições, portanto, estabelecem os marcos da expansão castelhana pela América (Ilhas, 1513; Nova Espanha, 1518 e 1523; Terra Firme, 1526; Peru, 1533).

Entre 1516 e 1519, Carlos V, primeiro de Espanha, foi reconhecido como rei em Castela, Aragão e Catalunha. A balança de poder passou a pender para os Áustria e para o herdeiro do império sacro-romano germânico. Em 1517, morreu a rainha D. Maria (Trastâmara), e D. Manuel casou-se, em 1518, com D. Leonor, irmã de Carlos V, que,

243 “Requerimiento de Palacios Rubios justificando la esclavitud de los indios que no acepten la dominación española y la predicación de la religión católica”, 1513. In: LEAE, p. 554-555.

por sua vez, casou-se com a filha de D. Manuel, D. Isabela de Portugal, em 1525 (não obstante o casamento planejado desde 1504 com a filha de Luís XII da França). Selada a aliança ibérica entre Avis e Áustria, os elementos de aproximação entre suas políticas ultramarinas no Atlântico se intensificam. Como vimos acima, entre os anos de 1530 e 1534, D. João III ampliou sua política de controle do tráfico de escravos e da produção açucareira de São Tomé, enquanto Carlos V, como veremos adiante, restringiu ao máximo a escravidão dos indígenas, oferecendo, em contrapartida, diversas licenças para a importação de africanos.²⁴⁴ Em 1534, diante de uma nova área de conquista, a América do Sul, os reis concederam amplos poderes a particulares.

Em novembro de 1526, uma real ordem impedia a escravidão indígena por meio de guerra justa, guerras intestinas, e proibia o tráfico de escravos indígenas.²⁴⁵ Esta ordem pode ser considerada um antecedente das *Leis Novas*, porque negava toda a possibilidade de escravizar os índios, salvo raras exceções, com aprovação real. Em contrapartida, como indicamos anteriormente, debatia-se a possibilidade de substituição dos escravos indígenas pelos africanos. A primeira aplicação desta lei se dirigia à Nova Espanha, revelando a preocupação em conter o avanço da conquista sobre o continente e, em 1527, foi criada a Audiência de Nova Espanha.

A Cédula Real de janeiro de 1528 mandava tratar bem os indígenas e evitar sua escravização injusta, em razão da mortalidade e do despovoamento. Em seguida o documento determinava a liberdade dos índios, que deveriam ser *administrados* como “vasallos nuestros”. A cédula determinava a visita dos índios para garantir seu bom tratamento. Em outra cédula, do mesmo dia, foi criado, no México, o cargo de protetor dos índios, que restringia a marcação dos índios a ferro pelos funcionários régios que cobriam, nesse momento, o quinto real.²⁴⁶

A provisão de 2 de agosto de 1530 pretendia pôr um ponto final na escravidão indígena:

244 Entre 1529 e 1537, a Coroa concedeu uma série de licenças para a importação de escravos africanos na América espanhola. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 21-28.

245 “Real Orden prohibiendo esclavizar a los indios”. Granada, 9 de novembro de 1526. In: idem, p. 574-575. Antes dessa lei, ver “Fragmento de una Real Cédula del cardenal Adriano de Utrecht con instrucciones sobre tratamiento de los indios como seres libres”. Valladolid, 12 de julho de 1520. In: LEAE, p. 557-558.

246 “Fragmento de una Real Cédula prohibiendo esclavizar y maltratar a los indios”. Burgos, 10 de janeiro de 1528. In: idem, p. 583-584. Ver também p. 64.

*"ninguna persona sea osada de tomar en guerra, ni fuera della, ningún indio por esclavo, ni tenerle por tal con título que le hubo en la guerra justa, ni por rescate, ni por compra, ni trueque, ni por otro título, ni causa alguna, aunque sea de los indios que los mismos naturales de las dichas Indias, islas y tierra firme, tenían o tienen o tuvieren entre si por esclavos."*²⁴⁷

E determinou um prazo para os senhores matricularem todos os escravos feitos com justiça para impedir a escravidão futura. Mas uma nova frente de expansão se abriu e a conquista do Peru exigiu novas concessões, a retomada da guerra justa e da escravização indígena.

*"(...) y de no se haber hecho esclavos en guerras justas, se han seguido más muertes de los naturales de los dichos indios y han tomado ellos mayor osadía para resistir a los cristianos y les hacer guerra, viendo que ninguno dellos era preso, ni tomado por esclavo, como antes lo era, y nuestros súbditos cristianos, viendo los daños, heridos y muertes que reciben en guerra de los dichos indios, y que de los matar a todos ningún beneficio reciben, ni dejan en los pueblos haciendas para enmienda de sus gastos y daños, temen la dicha guerra y la dejan de hacer por les haber prohibido lo que de derecho y por leyes de nuestros Reinos está permitido."*²⁴⁸

A guerra justa era retomada para combater a ousadia indígena e incentivar os súditos cristãos na conquista da América. É importante observar que o estatuto social dos índios ou africanos, mesmo que reis ou católicos, foi sempre definido por uma ideia de superioridade europeia (tecnológica e cultural-religiosa). O direito, a liberdade e o domínio sempre foram hierarquizados no processo de colonização. Se a liberdade indígena se tornara um obstáculo comum para o avanço da civilização cristã europeia, ela seria facilmente desmontada em benefício do colonialismo. Ao mesmo tempo, a provisão real definia a guerra justa e o *dominium* sobre as populações nativas como prerrogativas centrais na definição de seu poder sobre os espaços ultramarinos. Trata-se de um problema de afirmação da autoridade régia, como senhor da guerra e como dispensador e regulador das relações de *dominium*.

A provisão restringia o direito de venda dos escravos indígenas e o comércio entre diferentes *encomiendas*, a escravidão deveria acontecer *in loco*. Os escravos deveriam ser matriculados e ferrados. As mulheres e menores de 14 anos mantinham sua liberdade, e a exploração de seu trabalho era determinada pela condição de

²⁴⁷ Cf. LEAE, p. 67.

²⁴⁸ "Real Provisión revovando la cédula de 2 de agosto de 1530 y autorizando a hacer nuevamente la guerra a los indios y esclavizarlos bajo determinadas formulas". Toledo, 20 de fevereiro de 1534. In: LEAE, p. 614-617.

naborías. Para maior agilidade do processo de conquista, estimulava-se o avanço sobre novas terras e os nativos aprisionados eram colocados nessa mesma condição. Cabia ao *Conselho de Índias* a definição de sua condição livre ou escrava.

A Coroa castelhana, por meio das informações recebidas do ultramar, diversificou sua política ultramarina de acordo com as diferentes realidades coloniais. Na Nova Espanha, o imperador procurava ordenar as relações de *dominium* e poder, subordinando-as à sua autoridade, enquanto no Peru, ele estimulava as ações de conquista.²⁴⁹ Essa diferenciação da política régia e o movimento entre a liberalidade e a intervenção também podem ser observados no ultramar português. Em São Tomé, a Coroa intervinha, procurando controlar a produção de açúcar e o tráfico de escravos, enquanto no Brasil, ela favorecia a ocupação territorial através da distribuição de capitanias.²⁵⁰

A política ultramarina das Coroas ibéricas tinha sua lógica: primeiro, a concessão de amplos poderes a particulares, visando à ocupação ou conquista das terras novas e o início de sua exploração econômica, em seguida, a intervenção nas relações de *dominium* sobre as populações não cristãs (por meio do tráfico de escravos ou da incorporação político-jurídica dos nativos) e o estabelecimento de um aparato político-administrativo que a representasse nesses espaços.

O plano de doação de capitanias no Brasil foi reforçado pelas informações sobre os interesses franceses na região. O plano e as informações foram dadas a D. João III pelo Dr. Diogo de Gouveia.²⁵¹ A hesitação do rei decorria da ponderação de conselheiros

249 Usamos o termo “conquista” para enfatizar a primazia das ações privadas dos conquistadores e o termo “colonização” para indicar a intervenção régia e a intenção de ordenar as relações de *dominium* e poder.

250 As primeiras doações de poderes de justiça e governança foram feitas a Martim Afonso de Sousa em 1530. Três cartas, datadas do dia 20 de novembro, fazem dele: capitão-mor da armada e de todas as terras que achasse e descobrisse, com todo poder e alçada de justiça, *mero e misto império*, demarcando e tomando posse, em nome do rei, de todas as terras descobertas, com o direito de nomear capitão-mor, governador e tabeliães em seu nome e de dar sesmarias (válidas durante a vida dos beneficiários). “Carta de Grandes Poderes ao capitão-mor, e a quem ficasse em seu lugar”, “Carta de Poder para o capitão-mor criar tabeliães e mais oficiais de justiça” e “Carta para o capitão-mor dar terras de sesmaria”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (a partir de agora abreviada por RIHGB), Rio de Janeiro, tomo 24 (1º trimestre), p. 74-79, 1861.

251 Nasceu em Beja por volta de 1471. Doutorou-se em Teologia na Universidade de Paris, sendo seu reitor entre 1500 e 1501 e diretor da Faculdade de Teologia em 1545. Foi Principal do Colégio de Santa Bárbara durante muitos anos e foi favorecido por D. João III, que, em 1527, instituiu cinquenta bolsas para estudantes portugueses. Gouveia voltou para Portugal entre 1556 e 1557, ano de sua morte. “O Principal do Colégio de Santa Bárbara prestou incalculáveis serviços à França no desenvolvimento da cultura humanista, a Portugal com avisos e intervenções diplomáticas, e a Companhia de Jesus por ter sido mestre e amigo não só do seu compatriota Simão Rodrigues, mas de outros, entre os quais Inácio de

que diziam que tais senhores enriqueceriam muito. Diogo de Gouveia não via nisso uma contradição, muito pelo contrário:

*“quando os vossos vassallos forem ricos os Reinos não se perdem por isso mas se ganham e principalmente tendo a condição que tem o português que sobre todos os outros povos a sua custa servem seu Rei”.*²⁵²

Para reforçar seu ponto de vista, Gouveia nos lembra a experiência do capitão Álvaro de Caminha em São Tomé:

*“que agora o que vale a Ilha de São Tomé a vossa alteza se El Rei dom João que deus aja não constrangerá Álvaro de Caminha digo constrangerá porque o fez lá ir com muitos rogos e mimos a povoá-la que por ela ser tão pestífera não queria lá ninguém ir e lhe deu 1200 e tantas almas dos Judeus que entraram de Castela que ficaram cativos por entrarem sem arrecadação dos quais não há mais que obra de 50 ou 60 pessoas ela não renderá o que agora rende quanto mais que se ela fora da condição desta outra [o Brasil] pelo menos tivera hoje 10 ou 12 mil fogos e que pior é que se vossa alteza muito tardar não sei se estes irão lá povoá-la”.*²⁵³

A distribuição das capitanias era adiada porque se temia o enriquecimento e a independência dos futuros donatários; Diogo de Gouveia tentava afastar essas preocupações de D. João III. O caso exemplar, de que a colonização dependia de grandes liberalidades, era o de Álvaro de Caminha, que, entre *mimos*, ganhara 1200

Loyola, Francisco Xavier e Pedro Fabro (...). A Diogo de Gouveia se deve a iniciativa das missões ultramarinas da Companhia de Jesus”. LEITE, Serafim S. I. *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil* (a partir de agora abreviada por CPJB). Vol. 1. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954, p. 32-33. Além de religioso, Diogo de Gouveia atuava como um agente de D. João III na França – fazendo negócios em nome do rei no triângulo compreendido entre Dieppe/Rouen, Flandres e Paris, e agindo, do ponto de vista político, de forma independente do embaixador português. “Carta de Diogo de Gouveia a El Rei sobre se mandarem soltar uns presos franceses a requerimento do almirante por o assim pedir o escrevesse”. Rouen, 17 de novembro de 1531. Ver também “Carta de Diogo de Gouveia para D. João III sobre o contrato que fez com João Anjo; projeto de corsários franceses para o povoamento do Brasil, para o que dispunham de dois galeões bem armados; etc.” Dieppe, 17 de janeiro de 1532. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Pauliceae lusitana monumenta historica*. Vol. I. Lisboa: Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956, p. 140-142 e p. 143-148.

252 “Carta de Diogo de Gouveia para D. João III sobre uns franceses que foram presos no Brasil; conveniência de dar as terras do Brasil a portugueses, entre eles um irmão do capitão da ilha de S. Miguel, que queria levar 2000 moradores, e Cristóvão Jaques; projetos, formados em França e em ‘outra parte’, de povoamento do Brasil; pretensão de um francês, o senhor de Runhac, de povoar também o Brasil; etc.” Rouen, 29 de fevereiro e 1 de março de 1532. In: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Pauliceae lusitana monumenta historica*, op. cit, p. 150.

253 Ibidem, p. 150-151.

cativos judeus.²⁵⁴ Novamente a preeminência régia é afirmada por meio da legitimação e delegação de *dominium* sobre as populações não cristãs.

A estrutura das cartas de doação das capitanias brasileiras é semelhante às de São Tomé, mas as do Brasil são mais detalhadas em todos os itens da doação e possuem características próprias.²⁵⁵ Cabe aqui destacar somente a preocupação de “exalçar a nossa santa fé católica com trazer e provocar a ela os naturais da dita terra, infiéis e idólatras”.²⁵⁶ Na abertura da carta hierarquizam-se os serviços da colonização: (1) *serviço de Deus* – relacionado à legitimidade do domínio; (2) *meu proveito* [do Rei] – fundamento da autoridade política; (3) *bem de meus reinos e senhorios* – proveito daqueles que são a base de sustentação de seu poder político; (4) *dos naturais* [de Portugal] *e súditos deles* – o proveito das partes que compõem o bem comum. Em último lugar aparecem os indígenas, que servem para “exalçar a fé”. Os índios eram a base que garantia essa arquitetura de domínio.

Na carta foral, o rei detalhava os direitos e deveres econômicos do donatário. Da pedraria, pérolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou qualquer outro metal seria cobrado o quinto. O pau-brasil, as especiarias ou drogarias e os escravos eram monopólio da Coroa. O foral também estabelecia que o comércio com os índios

254 Diogo de Gouveia também apresenta a colonização do Brasil como uma válvula de escape para as tensões sociais europeias: “não tem os Reinos já terras onde se revolver e é necessário que os homens catem vida e mais que as coisas que se acham nas tais terras como brasil e malagueta e outras tais comprem-nas os homens por nada e cá valem muito são estas coisas. Evidentes e adminículos para se semear muitas discórdias se o começo lhe não resistirem por manha pela qual se é bem levado sem muita despesa do nosso pode vossa alteza fazer-se o maior senhor do mundo”. Ibidem, p. 151. A mesma argumentação foi utilizada para descrever a necessidade francesa de promover a colonização de novas terras: “a gente ser em grandíssimo número e não ter por onde se estender”. “Carta do Dr. Diogo de Gouveia a D. João III rei de Portugal”, Paris, 17 de fevereiro de 1538. In: CPJB, I, p. 89.

255 As capitanias foram doadas entre 1534 e 1536. Alexander Marchant divide os donatários em dois grupos. O primeiro deles recebia a capitania em reconhecimento dos serviços militares prestados em alguma parte do império português. Além de Duarte Coelho temos: Francisco Pereira Coutinho, Vasco Fernandes Coutinho, Antônio Cardoso de Barros, Aires da Cunha e Pero de Góis. Aqui, podemos incluir também os irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa. O segundo grupo era formado por pessoas da corte de D. João III e, vale destacar, que tinham ocupado algum cargo na Fazenda real. João de Barros era feitor da Casa da Índia, Jorge de Figueiredo Correia foi secretário do tesouro real e Fernando Álvares de Andrade foi tesoureiro geral do Reino. MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão : as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1980 [1942], p. 39-44.

256 Utilizamos como modelo para nossa análise a “Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho”. Évora, 10 de março de 1534. E o “Foral de Duarte Coelho”. Évora, 24 de setembro de 1534. In: *ALGUNS documentos sobre a colonização do Brasil (século XVI)* (a partir de agora abreviada por ADCB). Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 77-86 e p. 87-92.

dependia do consentimento do donatário. Os moradores também recebem o direito de traficar escravos, devendo pagar a sisa para a fazenda régia.²⁵⁷

O início da colonização do Brasil esteve baseado na exploração da mão de obra indígena, diferentemente da experiência das ilhas africanas em que os escravos vinham do continente. Naquele primeiro momento, o estatuto político-jurídico dos indígenas não estava definido, as cartas de doação não fazem referência à liberdade ou à condição de súditos, tratam somente da intenção de catequizá-los. Os índios, escravizados no Brasil, também foram comercializados entre as capitanias e mesmo fora delas.

Para a Coroa, a doação de capitanias era o primeiro passo da colonização, e deveria ser seguida de uma atuação direta no sentido de subordinar a sociedade nascente. Das doações das capitanias à instituição do governo-geral temos pouco mais de quinze anos. Tempo reduzido para a consolidação de uma sociedade nova sob domínio do donatário, mas suficiente para o estabelecimento de pontos de povoamento e para o início da exploração econômica da terra.²⁵⁸ Além das experiências nas ilhas atlânticas, Portugal contava com as experiências castelhanas nas Índias Ocidentais. Nelas, os marcos de estabelecimento de um aparato político-administrativo – como as Audiências e vice-reinados – coincidiram com os marcos de intervenção nas relações de *dominium* sobre as populações não cristãs, e visavam definir a preeminência de sua autoridade sobre aqueles novos espaços e sociedades.

O mecanismo geral desse processo podia ser reconhecido na península ibérica. No processo de “reconquista”, os grandes senhores territoriais, ao se apropriarem do *dominium* sobre as terras e sobre as populações não cristãs (judeus e muçulmanos), constituíam senhorios com uma relevante autonomia perante a autoridade régia. A decisão de expulsar ou converter pela força os judeus e muçulmanos dessas regiões, entre outros motivos, pretendia romper ou subordinar esses sistemas de *dominium* ao rei. Essa questão foi particularmente importante para a Coroa castelhana e definiu um elemento central de seu relacionamento com os reinos de Aragão e Granada até o reinado de Felipe III.

A América espelha, com outros matizes, essa dialética das relações de poder, que tem como pólo gravitacional o *dominium* sobre os povos não cristãos. A liberdade

257 “Foral de Duarte Coelho”, 24/9/1534. In: ADCB, p. 87-92.

258 Essa hipótese é reforçada por JOHSON, Harold; NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. (Coords.). *Nova história da expansão portuguesa*. Vol. 6: O império luso-brasileiro (1500-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 135-136.

indígena era a condição *sine qua non* para a caracterização de um poder político sobre a América; uma república de escravos e servos caracterizaria o poder régio como tirânico ou alienaria o poder do rei a particulares, como república de casas. Desta forma, os reis castelhanos procuravam controlar a escravização e as formas de sujeição senhorial dos indígenas, ao mesmo tempo em que estimulavam a escravidão africana. Eles também procuraram controlar o tráfico de africanos, negociando diretamente com os reis portugueses e por meio dos contratos comerciais, do monopólio e da concessão de licenças. Além disso, a Coroa estabelecia um aparato político-administrativo que a representasse nos espaços ultramarinos.

A questão indígena era um problema político-jurídico, que definia a legitimidade do domínio castelhano, e econômico, porque a colonização dependia da sujeição e exploração dos indígenas. Aqui reside a especificidade americana, definida pela tensão entre o domínio político, o poder doméstico e o direito de propriedade. Até o primeiro quarto do século XVI, a colonização portuguesa tinha outra dimensão e sentido; definiu-se pelo estabelecimento de entrepostos comerciais, pelo sistema de embaixadas com as autoridades nativas do continente africano e pelas colônias insulares. Não havia pretensão de domínio territorial sobre a Guiné ou o Congo, o que fazia da escravidão africana um elemento de âmbito primordialmente comercial.²⁵⁹

A complementaridade entre os sistemas de *dominium* e de colonização da América e da África, esboçada nas bulas *Romanus Pontifex* e *Inter caetera* e nos tratados de Alcáçova e Tordesilhas, começava a tomar forma.

No período de 1451 a 1475, que praticamente inaugura o tráfico europeu de escravos africanos, desembarcaram 15 mil escravos (12,5 mil na Europa e 2,5 mil nas ilhas atlânticas).²⁶⁰ Entre 1476 e 1500, houve o incremento de 3,5 mil escravos, que tiveram como destino as ilhas atlânticas, entre elas a Ilha de São Tomé, com mil

259 Na síntese de Beatrix Heintze: “Para Portugal, diversamente de Espanha, a colonização dos territórios ultramarinos descobertos representou, à excepção das ilhas atlânticas, durante muito tempo, um papel insignificante. Pelo contrário, os portugueses começaram por criar uma rede comercial marítima alargada, composta essencialmente por feitorias dispersas, defendidas por bases militares no litoral, nas quais, paralelamente aos comerciantes e aos soldados, actuavam também alguns missionários que se dedicavam à conversão da população local. A substituição decisiva, ou mais correctamente, a complementação dessa política comercial orientada para a extracção e o transporte, por um programa de colonização orientado para a produção só ocorreu, em grande escala, no Brasil, onde, porém só conseguiu impor-se com a completa dedicação à cultura da cana do açúcar”. “A política económica e de colonização portuguesa em Angola de 1570 a 1607”, in: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 243.

260 As estimativas de Philip Curtin foram retiradas de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 69.

escravos. De 1501 a 1525, o tráfico europeu de escravos africanos aumentou 129,7% (passando de 18,5 para 42,5 mil escravos desembarcados), porcentagem somente superada no reinado de Felipe III e no terceiro quarto do século XVII. Nas estimativas de Philip Curtin, todo esse crescimento esteve vinculado à colonização da Ilha de São Tomé, que passou a ser o destino de 25 mil escravos. Nesse período, a maioria dos escravos desembarcados em São Tomé eram reexportados para as ilhas do Atlântico português e para as Antilhas. No primeiro quarto do século XVI, os escravos com destino às ilhas do Atlântico superaram o número de escravos exportados para Europa, trata-se de uma viragem insular atlântica do escravismo europeu. Nesse processo, a colonização das Antilhas e os primeiros estabelecimentos no continente americano passaram a cumprir papel central na expansão do tráfico de escravos.

Assim, a aproximação entre as casas dinásticas (Avis-Trastâmara e Avis-Áustria) se dá em um novo contexto de expansão ibérica. Enquanto Portugal desenvolve a expansão ultramarina e comercial, os castelhanos passam a emigrar em massa para a América e a estabelecer-se nas ilhas e terra firme. Cerca de um século antes da reunião das Coroas em Felipe II, o estabelecimento de uma monarquia ibérica e de um império atlântico surgiu como alternativa para a definição da soberania régia sobre os espaços ultramarinos e sobre o espaço político europeu. A definição da soberania régia sobre o espaço americano se dava pela combinação entre as modalidades de *dominium* sobre os africanos e indígenas e pela complementaridade entre as formas de exploração colonial de cada um desses espaços.

Capítulo 2

O poder régio nas Américas e sua conexão africana: entre a finalidade espiritual e a exploração econômica (1535-1568)

A relação entre a Coroa e os agentes da colonização nos marcos de conquista e ocupação territorial se definia pela delegação de amplos poderes e privilégios, que favorecia a ação, a sujeição das populações não cristãs e a emergência de novos poderes pela lógica senhorial e privada. Não obstante, as cartas de doação e delegação haviam estabelecido os princípios de superioridade jurisdicional, patrimonial e político-econômica da Coroa sobre os espaços, colonos e nativos. As primeiras intervenções das Coroas de Portugal e Castela nas ilhas atlânticas e nos continentes americano e africano procuravam caracterizar a autoridade régia nesse novo contexto, ao mesmo tempo em que deveriam oferecer os instrumentos que viabilizassem o estabelecimento europeu nesses espaços.

As leis indigenistas e as instituições criadas por Castela até 1515 referiam-se, fundamentalmente, à experiência colonial nas Antilhas, enquanto a questão continental passou a ter destaque na definição de sua política a partir da década de 1520. Movimento semelhante observa-se na África. Até a década de 1520, o estabelecimento político-institucional e produtivo dos portugueses centrou-se nas ilhas atlânticas e, a partir de então, surgiu a necessidade de controlar o avanço das sociedades novas sobre os reinos do continente. Nas Índias Ocidentais, o foco foi a Nova Espanha, e a intervenção régia se fez por meio da criação da Audiência Real, de um vice-reino e das leis indigenistas. Do lado português, D. João III intensificou sua política de aliança com o reino do Congo e, paralelamente ao investimento na produção açucareira em São Tomé, estimulou a expansão do tráfico de escravos, que, dentre outros destinos, começaram a afluir às Índias Ocidentais.

A perspectiva de expansão em direção ao sul do continente americano motivou Carlos V a revogar a proibição de guerra justa e escravização indígena, assim como D. João III estimulou a ocupação das terras americanas, delegando poderes aos donatários que incluíam o tráfico de escravos indígenas. O processo de conquista no Peru mostrou-se particularmente violento, e as notícias sobre essa violência rapidamente ecoaram na península ibérica.

Os teólogos dominicanos e o papa Paulo III manifestaram-se, então, contra a forma pela qual vinha sendo conduzida a conquista, como guerra privada, movida pelos interesses particulares dos conquistadores e pela sujeição dos índios como propriedade, o que alienava a *plenitudo potestas* do rei e do papa sobre o processo de colonização. O pensamento de Domingo de Soto, Francisco de Vitória e os documentos pontifícios expedidos pelo papa, entre 1535 e 1539, procuravam restaurar a legitimidade política e apostólica desse domínio, subordinando os interesses temporais (político-econômicos) aos fins espirituais, o bem particular ao bem comum, e a sujeição privada dos indígenas à sujeição jurídica e apostólica da Coroa e da Igreja.

No ano de 1533 e 1534, Paulo III criou a diocese de São Tomé, com jurisdição “desde o rio de Santo André (Cabo das Palmas) até o Cabo da Boa Esperança, incluindo São Jorge da Mina, Ilhas de Santo Antônio (Príncipe), Fernão de Pó, Santa Helena, Ano Bom e o Reino do Congo”.²⁶¹ Em seus textos da década de 1530, Francisco de Vitória e Domingo de Soto afirmaram a licitude do tráfico português de escravos africanos, ao mesmo tempo em que condenavam a escravização indiscriminada dos ameríndios. Eles reforçaram, dessa forma, a perspectiva de complementaridade entre as modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos e de colonização da América e da África. Destacaremos os elementos desse novo discurso político no item 2.1 deste capítulo.

A bula de 1537, que reconhecia o direito de *dominium* dos índios, representou um marco de intervenção do poder apostólico na condução da colonização americana. Paulo III reafirmava a cláusula das doações alexandrinas e, sob o pretexto de defesa e proteção dos indígenas, legitimava uma *potestas extraordinaria* que permitia a intervenção papal naquelas sociedades. O imperador reagiu imediatamente, exigindo a anulação do documento pontifício, ao mesmo tempo em que incorporava seu sentido à sua política. As *Leis Novas* e a criação das Audiências e Vice-reinados representam esse novo momento da política régia, que define a questão do *dominium* sobre os indígenas como um elemento central para o destacamento de sua soberania sobre a América. No Brasil, a Coroa também intervém na jurisdição dos donatários e nas relações de *dominium* sobre as populações indígenas por meio da instituição do governo-geral. Analisaremos essas políticas no item 2.2.

261 “Bula de ereção do bispado de São Tomé”. Roma, 3 de novembro de 1534. In: MMA, 1, II, p. 22 e ss. Ver também “Bula de Paulo III a El-Rei de Portugal”. Roma, 3 de novembro de 1534. In: idem, p. 35 e ss.

As modalidades de *dominium* estabelecidas pelos colonos em relação aos indígenas e africanos alienavam prerrogativas importantes para a definição das autoridades da Coroa e da Igreja sobre os espaços coloniais, e uma parte importante dos benefícios econômicos da colonização escapavam a essas instituições. A partir de 1540, as Coroas se aproximam de determinadas ordens religiosas (dominicanos, do lado castelhano, e jesuítas, no caso português), favorecendo uma nova mediação na relação com as populações nativas. De uma postura de aliança com o poder temporal e de incorporação dos indígenas à sociedade colonial, os missionários passam, por volta de 1553, a defender um novo projeto político de colonização. Destacaremos as trajetórias dos padres Bartolomeu de las Casas e Manuel da Nóbrega para caracterizarmos o relacionamento entre a Coroa e a Igreja em um novo momento da colonização americana.

No Brasil, entre o estabelecimento da missão jesuíta e o início da década de 1570, a apropriação do *dominium* sobre os indígenas por parte dos jesuítas revelava o mesmo paradoxo observado na apropriação dos colonos. A exploração produtiva, a sujeição doméstica, por meio da tutela e o controle da reprodução social (senhorial e escravista) implicavam na alienação da autoridade régia sobre as relações de produção e poder naquele novo espaço social e, ameaçavam o direito de exploração econômica por parte dos colonos. Analisaremos esse processo no item 2.3 deste capítulo.

Por fim, através do projeto de venda de *encomiendas perpetuas*, aprovada por Felipe II em 1556, a Coroa define a situação limite e paradoxal das relações entre poder e *dominium* no processo de colonização da América. Sob o pretexto de necessidade econômica, o rei alienava todas as prerrogativas dos poderes temporal e espiritual, e colocava seus súditos americanos a venda. Analisaremos essa questão no item 2.4.

2.1. A liberdade indígena e a eminência do poder apostólico nas Américas

O equívoco mais frequente da historiografia que analisa o pensamento político-jurídico europeu em relação aos indígenas é a ideia de que o que movia os religiosos, e depois a Coroa, a coibir a escravização e o mau tratamento aos índios eram os princípios morais e anseios humanitários, para fazer crer que as leis indigenistas tinham como fim o bem dos índios.²⁶² Essa perspectiva tem base em um princípio historicamente construído entre 1493 e 1570, no processo de instituição do padroado régio, que obrigava o Estado a subordinar sua política e ações aos princípios da moral cristã.²⁶³ Parece natural que essa premissa seja aceita pelos historiadores cristãos²⁶⁴ – como Brufau Prats, Barthlomew de Costello e, para o caso luso-brasileiro, Serafim Leite – ou por aqueles que conciliaram o nacionalismo ibérico a esses ideais – como, por exemplo, Diego Carro.²⁶⁵ Mas é de se perguntar por que ela foi aceita por historiadores laicos, particularmente os da historiografia do direito internacional – como Lewis Hanke²⁶⁶ –

262 Ver também HANSEN, João Adolfo. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 347-373.

263 VICENS VIVES, Jaime (Dir.). *Historia social y económica de España y América*. Vol. III: *Imperio, Aristocracia, Absolutismo*. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1988 [1957], p. 487-488. Ver também BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 189-190, n. 140. O princípio de subordinação da política em relação aos indígenas e africanos à moral cristã se transformou em uma endoxa ou em um preconceito, no sentido hegeliano de *vor-begriffe*. Nas palavras de Hegel: “um princípio em que os homens se compreendem e reconhecem reciprocamente, um pressuposto que não se discute e sobre o qual se apóia qualquer outra atividade científica.” Apud TOSI, Giuseppe. “Aristóteles e a escravidão natural”. In: *Boletim do CPA*, Campinas, nº 15, jan./jun., 2003, p. 97. Utilizado de forma inconsciente ou pela continuidade da ideia de superioridade ocidental diante das sociedades ameríndias ou africanas. Tal subordinação pode, no contexto contemporâneo, estar fundamentada em outros princípios “civilizacionais” – tais como a democracia, o direito internacional etc.

264 Esses autores reconhecem essa premissa e o sentido positivo da evangelização dos índios. Por exemplo: “Las coordenadas positivas de la acción de España en aquellos territorios [do Novo Mundo] no pasan precisamente por la espada, sino por el baluarte de la justicia y del sentido cristiano marcado en Salamanca, uno de cuyos paladines fue Domingo de Soto”. BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., 1989, p. 101. COSTELLO, Frank B. (S.J.). *The Political Philosophy of Luis de Molina*, op. cit. Ver também HCJB.

265 DIEGO CARRO, Dr. P. Venancio (O. P.). *La teología y los teólogos-juristas españoles ante la conquista de América*, t. 1, op. cit.

266 HANKE, Lewis. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Madri, Colégio Universitario de Ediciones Istmo, 1988.

ou os da historiografia indigenista²⁶⁷ – como Georg Thomas, John Hemming e Manuel Monteiro.

Como pretendo demonstrar nesta tese, o que motivava as políticas e os debates em relação aos indígenas e africanos eram as relações de poder interna aos agentes coloniais e metropolitanos. Além de sua dimensão econômica e mercantil, a escravidão e as modalidades de *dominium* eram um problema político-jurídico que estava na base da legitimidade do domínio europeu sobre os espaços coloniais e da definição dos poderes políticos no processo de colonização.²⁶⁸ Trata-se, primordialmente, de uma disputa entre os agentes europeus pelos novos espaços de poder ultramarinos e, consequentemente, para a definição das relações de poder em âmbito ibérico e europeu.

É preciso destacar também que as instituições de *dominium* (definidas pelas condições jurídicas de livre, liberto ou escravo) estavam inseridas em um sistema hierárquico de poder, definido pela correlação entre dominação e dependência.²⁶⁹ A base desse sistema social era tripartite, o que põe em questão o antagonismo ou o dualismo definido pela apreensão positiva e liberal da escravidão e da liberdade. Além disso, a definição das instituições de *dominium* relacionadas às ideias de *nação* ou *raça* foi construída ao longo do processo de colonização e, quando tomada como ponto de partida, que opõe a *liberdade indígena* à *escravidão africana*, distorce o entendimento sobre essas instituições. A escravidão como instituição e os títulos legítimos de escravização eram princípios do direito europeu que serviram de base para se pensar o *dominium* sobre as terras e populações de diferentes espaços, que foram adaptados ou

267 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 82. HEMMING, John. *La conquista de los incas*, op. cit. MONTEIRO, John Manuel. “Labor Systems”. In: COATSWORTH, J. H.; CORTÉS-CONDE, R.; BULMER-THOMAS, V. (Orgs.). *Cambridge Economic History of Latin America*. 2 vols. Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 7. Disponível em: <URL: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2009.

268 A expressão “colonização dos colonos” é a que melhor resume o problema da colonização como uma questão interna às forças europeias, ao mesmo tempo ela restringe essa problemática à relação Coroa-colonos e talvez reforce a ideia de um antagonismo entre Metrópole-colônia. Mesmo assim é uma construção mais adequada do que a de negociação como nivelamento das instâncias de poder europeias e americanas. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit. Destacamos também os trabalhos de BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo, Edusp, 1973. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l’institution de l’esclavage au Brésil*, op. cit.

269 Nas *Leis Novas*, que consideravam os índios livres e súditos, as hierarquias sociais são assim descritas: imperador Carlos V, príncipe Felipe, presidente do *Conselho de Índias*, vice-reis, presidentes e ouvidores das Audiências e Chancelarias, governadores, alcaides maiores, regidores, cavaleiros, escudeiros, oficiais, homens bons, capitães, descobridores, povoadores, vizinhos, habitantes, estantes e naturais. Esses últimos eram os índios. “*Leis Novas de Índias*”. Barcelona, 20 de novembro de 1542. In: IPA, p. 156.

aplicados segundo as especificidades dessas sociedades, mas, principalmente, de acordo com o relacionamento europeu com as mesmas e pela perspectiva imperial da divisão do trabalho estabelecida pelos Estados europeus. É por esse motivo que nosso estudo sobre o poder régio e as modalidades de *dominium* não partiu do *índio* ou do *africano*, mas da complementaridade entre essas formas de dominação e dos antecedentes dessas instituições.²⁷⁰

O problema era definir a forma como o domínio sobre esses espaços e pessoas devia se dar e quais seriam os agentes responsáveis pela mediação política, econômica e cultural com essas populações. É nessa perspectiva que o teólogo dominicano Domingo de Soto formula a questão norteadora de sua reflexão: “Com que direito obtemos o Império ultramarino que agora se descobre? – *quo ergo iure obtinemus Imperium quod modo reperitur ultramarinum?*”²⁷¹

*

A *relección De Domínio*, de Domingo de Soto²⁷², foi ministrada no fim do ano letivo de 1534-35, anterior, portanto, às *relecciones*²⁷³ *De Indis* de Francisco de Vitória, de 1539. Ambas foram contemporâneas ao processo de expansão espanhola na América,

270 Ainda são poucos os estudos que relacionam as modalidades de *dominium* sobre os indígenas e sobre os africanos, destacamos: BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit. LUCENA SALMORAL, Manuel. LEAE. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*, op. cit.

271 Domingo de Soto, *De Dominio*, apud BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto y su concepción del poder*. Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1960, p. 193.

272 Domingo de Soto era dominicano e participou ativamente do Concílio tridentino a partir de 1545, substituindo a Francisco de Vitória. Em 1548 se tornou confessor do imperador Carlos V, função que ocupou durante 18 meses. No mesmo ano, Domingo de Soto participou em Augsburg da redação do *Interim*, última tentativa de encontrar um compromisso entre luteranos e católicos. TOSI, Giuseppe. “Raízes teológicas dos direitos subjetivos modernos: conceito de *dominium* no debate sobre a questão indígena no séc. XVI”. In: *Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas*, vol. 4 N.º 6, 2005, p. 44, n. 9. SOTO, Domingo de (O. P.). *Relecciones y opusculos*. Vol. I : Introducción general, De Dominio [1535], Sumario, Fragmento : An liceat... Edición, traducción y introducciones de Jaime Brufau Prats. Salamanca, Editorial San Esteban, 1995. Sobre Francisco de Vitória, ver BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente, (R. P). *Francisco de Vitoria*. Barcelona, Editorial Labor S. A., 1939. VITÓRIA, Francisco de. *Rellecciones sobre los indios y el derecho de guerra*. Buenos Aires, Editora Espasa-Calpe, 1946 [1539].

273 Ao final de cada curso era feita uma *repetición* (*repetitio*) ou *relección* (*relectio*). Eram dissertações acadêmicas, apresentadas oralmente, que deviam estar ligadas à matéria das lições (*lecciones*) ordinárias assinadas para o ano acadêmico em curso e davam a oportunidade para que os mestres desenvolvessem temas atuais. As *relecciones* eram dadas em dia de vacância e a assistência era pública para todos os alunos da Universidade, tendo repercussão relevante na comunidade. Duravam cerca de duas horas e muitas vezes eram acrescidas de novas fontes e reflexões. BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., p. 79-101.

particularmente ao início da conquista do Peru²⁷⁴, e definiram as novas bases para as relações de *dominium* sobre os indígenas e para a legitimação do domínio espanhol sobre as Índias Ocidentais. Para isso, os cursos retomavam os debates em torno do conceito de *dominium* em relação à justiça (*dominium et ius*), à escravidão (*domini et servi*) e aos poderes do imperador e do papa (*dominium et potestas*), definindo, por essa via, os títulos de domínio sobre a América e os ameríndios. Essas questões foram recuperadas no tratado *De iustitia et iure*²⁷⁵, de Domingo de Soto, de 1553. Soto e Vitória questionaram o direito de *dominium* privado dos europeus, reafirmando a perspectiva jurisdicional e a finalidade apostólica da colonização. Por outro lado, Francisco de Vitória estabeleceu os novos títulos da *plenitudo potestas* sobre a América em uma perspectiva extrajudicial, por meio de princípios universais do direito de gentes derivados do direito natural.²⁷⁶

Faremos, em seguida, uma síntese dos principais aspectos do pensamento desses autores, que permitem aprofundar nossa reflexão sobre o conceito de *dominium* e sua importância para definição das relações de poder no processo de colonização atlântica.

Domingo de Soto caracterizava o domínio humano por meio de uma perspectiva analógica com o domínio de Deus. Deus imprimiu nos homens a tendência a viver juntos para que, unidos, se ajudassem mutuamente. A comunidade assim congregada, para governar-se, resistir aos inimigos e coibir a audácia dos malfeitores, deveria delegar seu poder a magistrados. Só assim ela teria ordem e cabeça, constituindo um corpo e provendo as necessidades. O ideal político era dispor cada coisa, cada órgão, cada individualidade no lugar próprio que lhe correspondia, dentro de uma subordinação hierárquica ditada pela reta razão.²⁷⁷

Em relação ao domínio humano, Domingo de Soto inicia sua reflexão diferenciando o *dominium rerum* (como propriedade, também denominado *dominium pro proprietate alicuius rei*, *dominium rerum inferiorum* e *proprietate rerum*) do *dominium iurisdictionis* (referente ao poder de jurisdição, também chamado de

274 É a única referência espacial da América feita por Domingo de Soto em *De Dominio*: “esos pueblos que ahora se descubren en el Perú”, op. cit., § 31, p. 171.

275 SOTO, Domingo de (O. P.). *De iustitia et iure*. Salamanca, 1553 (ed. bilingue: De la justicia y del derecho. 5 vols. Madri, Instituto de Estudios Politicos, 1967-1968).

276 Utilizamos aqui as análises de Villanueva López sobre a ideia de “soberania política”, como poder extrajudicial, ou seja, fora do “paradigma jurisdicionalista”. Uma das manifestações desse “poder absoluto” definiu-se pela doutrina que ele denomina de “apelação ao direito natural”. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op.cit.

soberanía

277 BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., p. 67.

iurisdictio, *potestas iurisdictiones*, *dominium quoad potestatem civilem*, *potestas civilis temporalis* ou simplesmente *potestas*). Esse esforço de diferenciação procurava desfazer a associação entre *dominium* e *ius*, estabelecida pelos teólogos e juristas nominalistas (por ele chamados de *moderni*). Para Soto, o âmbito fundamental do *dominium* era a economia, no sentido aristotélico da administração ou governo da casa, e, como resume Giuseppe Tosi: “em termos exatos, não se poderia falar de um *dominium* do rei sobre os súditos, mas somente de uma sua *iurisdictio* (...). Transpor tal significado ‘doméstico’ para o âmbito ‘político’ comporta graves equívocos que podem levar a um tipo de governo tirânico”.²⁷⁸

“O direito (*jus*) é, portanto, idêntico ao justo (*justum*). É, com efeito, o objeto da justiça (*obiectum iustitiae*): é a própria equidade que a justiça constitui entre os homens. A propriedade (*dominium*), ao contrário, é uma faculdade que o senhor (*dominus*) pode utilizar sobre os servos ou sobre as coisas que estão sob o seu arbítrio para a sua comodidade. Isto mostra claramente que o direito (*jus*) não é idêntico à propriedade (*dominium*) mas lhe é superior e mais amplo.”²⁷⁹

Definindo a propriedade como parte do direito, Domingo de Soto questionava os juristas e teólogos *moderni* que consideravam o direito como um bem ou propriedade. Soto recupera a distinção estabelecida por Tomás de Aquino e a etimologia de *ius* como derivação de *iustum*. O direito adquire o caráter de produto social, é o fator integrante da ordem e da vida em sociedade. O bem comum tem primazia sobre o bem particular, devendo garantir as condições para que cada membro da sociedade alcance seu aperfeiçoamento e seu fim pessoal.²⁸⁰ O direito tem como finalidade fazer bons súditos e bons homens, e a norma jurídica busca a felicidade temporal da comunidade política e a paz social.²⁸¹

O *dominium rerum* dizia respeito ao poder ou faculdade de apropriar-se de alguma coisa para uso próprio, dentro dos limites do lícito e do razoável. Domingo de Soto também distingue o *dominium rerum* e o *rerum divisio*, que correspondem, respectivamente, ao senhorio do homem sobre os seres corpóreos, e o segundo, ao que hoje entendemos por propriedade privada (que incluía o *dominium* de um senhor sobre

278 TOSI, Giuseppe. “Raízes teológicas”, op. cit., p. 50 e 52. Em referência a SOTO, Domingo de (O. P.). *De dominio*, op. cit., § 28 e 29, p. 156 e ss.

279 Domingo de Soto, *De Iustitia et Iure*, IV, q. I, apud TOSI, Giuseppe. “Raízes teológicas”, op. cit., p. 46.

280 BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., p. 68.

281 Ibidem, p. 74.

seus bens e escravos). O domínio sobre si mesmo e sobre os seres corpóreos veio com o próprio ato da criação divina, enquanto a propriedade privada e a escravidão decorreram do pecado original e do advento da história humana.²⁸²

*“Significativo é que, embora De Soto distinga ius e dominium, em contraposição aos modernos, ele tende, em sintonia com esses últimos, a identificar dominium com libertas, isto é, a considerar a propriedade como uma característica intrínseca do homem e como condição necessária à sua liberdade. Desta maneira, De Soto, apesar da vis polêmica contra os iuniores acaba por aceitar muitos dos seus pressupostos”.*²⁸³

A discussão de Domingo de Soto sobre a escravidão deriva dessas reflexões sobre o conceito de *dominium*. O teólogo utiliza a mesma distinção aristotélica entre a servidão natural e a escravidão legal. Os títulos legítimos de redução de um homem à escravidão eram: a venda de si mesmo por causa de necessidade e a guerra justa.²⁸⁴ Domingo de Soto relaciona o primeiro título ao tráfico de escravos africanos feito pelos portugueses – “estes etíopes que se entregam aos portugueses forçados pela fome aguda e a inanição.”²⁸⁵ Francisco de Vitória, por sua vez, em uma carta ao padre Bernardino de Vique, legitima a aquisição de escravos e o tráfico português por meio das guerras intestinas e do *resgate*, e afirma o caráter redentor deste comércio.²⁸⁶ Somente em seu

282 Como diz Jaime Brufau Prats em sua introdução à lição *De domínio*: “El recurso al derecho de gentes sobre el que se apoya la propiedad privada, clásico ya entre los escolásticos, reviste en Domingo de Soto características especiales (...). En la elección se afirma que la propiedad privada fue dictada por el derecho natural, pero ejecutada por el derecho de gentes”. SOTO, Domingo de (O. P.). *De Dominio*, op. cit., p. 88-89.

283 TOSI, Giuseppe. “Raízes teológicas”, op. cit., p. 47.

284 Os títulos legítimos de redução de uma pessoa à escravidão eram: a guerra justa; a comutação da pena de morte; a alienação da liberdade pela pessoa ou pelo progenitor em caso de necessidade; e o nascimento. O título de nascimento nunca foi posto em questão. Sobre a guerra justa, inicialmente restrita a uma ofensa feita ao príncipe, era necessário definir a possibilidade e forma de sua delegação às autoridades coloniais ou aos conquistadores. Os casos de compra de um escravo (*resgate*) – tanto por motivo de guerras intestinas como por condenação à pena de morte – e de venda de si mesmo, eram os títulos mais difíceis de serem submetidos ao controle de uma autoridade jurídica, porque sua verificação só podia acontecer de forma indireta.

285 SOTO, Domingo de (O. P.). *De dominio*, op. cit., § 25, p. 151.

286 “Fragmento de uma carta al P. Bernardino de Vique”. Salamanca, 18 de março (não aparece o ano, Vitória morreu em 1546). In: VITÓRIA, Francisco de. *Relaciones sobre los indios*, op. cit., p. 27-29. É importante observar que Vitória se refere aos “esclavos que los portugueses traen de su India”, o que pode referir-se também ao tráfico de índios do Brasil. Essa hipótese pode ser reforçada pela referência comparativa com os índios das Índias Ocidentais: “Si fuese por acá, adonde no se pueden hacer esclavo el que una vez es libre, sería otra cosa”. Até a morte de Vitória não se havia definido o estatuto jurídico dos índios do Brasil como livres e as cartas de doação permitiam o comércio de índios escravos, novamente essa hipótese parece reforçada pelo seguinte comentário de Vitória: “Yo no creo que aquel sea trato, a lo menos común de los portugueses, aunque alguna vez haya acaescido”. O comércio de índios escravos

tratado *De iustitia et iure*, de 1553, Domingo de Soto diz que a legalidade desse comércio deveria ser verificada e acenava para a possibilidade de restituição da liberdade caso fosse comprovada sua injustiça (por ser realizado por engano e pela força). No mesmo tratado ele rejeita o argumento que considerava o tráfico como um meio para a salvação dos negros, porque a fé devia ser aceita somente por um ato de liberdade plena.²⁸⁷

Sobre a escravização por meio de uma guerra justa, Domingo de Soto recupera a etimologia de *servus*, que, como afirmava Santo Agostinho, originava-se de *servare*, no sentido de conservar a vida dos prisioneiros. O servo legal pertence totalmente ao seu senhor (*dominus*), mas não de forma absoluta, sendo proibido matá-lo ou provocar um dano físico permanente.

Recuperando o pensamento de Aristóteles, Domingo de Soto afirma que os homens de razão superior e prudentes eram senhores naturais, enquanto os robustos de corpo foram feitos pela natureza para servir; dessa diferença natural entre os homens surgia a categoria aristotélica de servidão natural.²⁸⁸ A diferença entre a servidão natural e a escravidão legal era definida pela utilidade. No caso da primeira, a submissão era útil ao servo e deveria ser voluntária, cabendo ao senhor instruí-lo e educá-lo nos bons costumes. Na escravidão legal, a utilidade era do senhor e pressupunha a ideia de alienação (dos bens, do produto do trabalho e da própria pessoa). Outra forma de escravidão legal eram os *fâmulos*, em que o senhor detinha os direitos sobre o produto do trabalho mediante o pagamento de um salário e da preservação da personalidade jurídica, definidos por um contrato.

Na introdução das *relecciones De Indis*, Francisco de Vitória estabelece “que nem o pecado de infidelidade nem outros pecados mortais impedem que os bárbaros sejam verdadeiros donos [*domini*], tanto pública como privadamente, não podendo os cristãos apoderar-se de seus bens por este título”.²⁸⁹ O fundamento dessa tese baseava-se em que o direito natural era idêntico tanto nos fiéis como nos infiéis, e a infidelidade,

para as Índias Ocidentais apesar de inconstante foi relevante, ao ponto de Carlos V regular esse comércio a partir de 1550. “Que los indios del Brasil ó demarcación de Portugal sean libres en las *Indias*”. Valladolid, 7 de julho de 1550. Cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 37 e ss.

287 ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l’institution de l’esclavage au Brésil*, op. cit., p. 260 e ss.

288 SOTO, Domingo de (O. P.). *De dominio*, op. cit., § 24, p. 147.

289 VITÓRIA, Francisco de. *Rellecciones sobre los indios*, op. cit., p. 57. Análise semelhante é feita por Domingo de Soto em sua lição *De dominio*, em que nega também os títulos de guerra justa e de “reconquista” em relação à América, op. cit., § 32, p. 171 e ss.

seguindo Tomás de Aquino, não fazia perder nem o direito natural nem o direito humano. Os índios não podiam impedir a predicação evangélica em seu território, mas não eram culpados se não recebessem a fé por causa de sua ignorância e estavam obrigados a aceitá-la quando estivessem convencidos de que a religião cristã era a verdadeira.

Sobre a legitimidade do domínio do papa e do imperador sobre a América, Domingo de Soto e seu mestre Francisco de Vitória negam que o papa tenha concedido aos Reis Católicos o *dominium rerum* sobre as terras descobertas e que o imperador tivesse uma jurisdição universal, contrariando a opinião do preceptor de Carlos V, Adriano de Utrech. Soto reforça a distinção entre as duas acepções de *dominium*, negando o *dominium proprietatis* tanto do imperador como do papa, mas reconhecendo o título das bulas de Alexandre VI no que se refere ao *dominium iurisdictionis* e à perspectiva apostólica da colonização.²⁹⁰ Soto chama de tirania turca a ideia de dar ao príncipe a propriedade dos súditos, afirmando que a república transmite ao príncipe a *potestas*, o *imperium* e a *iurisdictio*.²⁹¹

Domingo de Soto e Francisco de Vitória afirmavam que o poder temporal do papa se restringia à finalidade espiritual. É por meio dessa lógica de poder indireto – *ordinare temporalia sicut expedit spiritualibus* – que se tornava legítima a concessão de monopólio comercial e de exclusividade missionária pelo papa aos reis portugueses e espanhóis.²⁹² Vitória não questiona os títulos em sua essência – guerra justa, crime, venda de si mesmo ou nascimento –, mas define as condições de sua validade, que deveria ser garantida por meio da autoridade espiritual e da autoridade régia, em detrimento dos conquistadores. “Francisco de Vitória se mantém dentro do quadro da guerra justa. Mas cuida muito bem de advertir que o dito deve situar-se na zona dos

290 BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca*, op. cit., p. 44 e *El pensamiento de político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 208 e ss.

291 “O príncipe não é dono de seus súditos, como tampouco o é o juiz ou o prelado; e, quando pretende ser-lo servindo-se de seus súditos para sua própria utilidade, se converte em tirano”. Domingo de Soto, *De Iustitia et Iure*, IV, q. 1, a. 1, apud BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 24.

292 “A alusão às Bulas de Alexandre VI é notória, mesmo que Vitória não as cite expressamente; e, ademais, suas palavras não somente encerram a interpretação que dava ao conjunto dos ditos diplomas pontifícios, senão que parecem um comentário aos mesmos”. Como observa Brufau Prats a preocupação de Vitória é estabelecer uma interpretação consensual das bulas papais, que destaca o sentido missional da colonização. BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 191, ver também p. 212-218.

princípios, *per se loquendo*, e evitar assim falsas interpretações, *ne hoc per se licitum est, reddatur malum per accidens*".²⁹³

Essa preocupação também aparece em Domingo de Soto, que recusa a associação entre *dominium* e *potestas*, procurando aproximá-la da noção de *facultas*.

"Para o teólogo dominicano o vocábulo facultas deriva etimologicamente de facile, pelo qual o tirano, que abusa dos bens dos cidadãos, não tem facultas ou facilitas por que lhe falta a permissão dos titulares do dominium ou uma justa causa de intervenção; ou seja, a facultas implica sempre um poder moral, um poder jurídico ou, se preferir, um direito subjetivo. Mas esta facultas tem a qualidade de ser facultas propia; quer dizer, contrariamente ao que acontece no uso e no usufruto, tal faculdade não depende da vontade do outro, é uma faculdade independente".²⁹⁴

Diante da negativa de que o imperador ou o papa eram senhores do mundo, Domingo de Soto indica os títulos legítimos que iriam substituir aqueles: o direito a pregar o Evangelho e o direito de defesa contra aqueles que impediam tal pregação.

"¿con qué derecho retenemos el Imperio ultramarino que ahora se descubre? En verdad, yo no lo sé. En el Evangelio tenemos: Id, predicad el Evangelio a toda criatura (Mc. 16); donde nos es dado el derecho de predicar en todo lugar de la tierra y, consiguientemente, nos es dado el derecho a defendernos de cualesquiera que nos impidiesen la predicación. Por lo cual, si no estuviésemos seguros, podemos defendernos de ellos a sus expensas; pero tomar más allá de esto sus bienes o someterlos a nuestro imperio, no veo dónde nos venga tal derecho. (...) No dijo [Cristo] que en contra de su voluntad les predicásemos, sino que, saliendo, dejásemos la vindicación a Dios. Y no es mi intención decir estas cosas para condenar todo aquello que se hace en estos insulares, porque los juicios de Dios son insondables, y quizá quiere Dios converter así tantas gentes por una vía desconocida para nosotros".²⁹⁵

Na lição *De dominio*, diante das notícias das atrocidades da conquista do Peru, conduzida na lógica do *dominium* privado, Domingo de Soto apresenta a legitimidade sobre o império ultramarino como uma dúvida. A passagem acima revela a prudência de, ao questionar o *dominium* como propriedade dos europeus sobre a América e os índios, não pôr em causa a legitimidade da conquista e dos poderes político e apostólico do imperador e do papa. A dúvida foi plenamente resolvida pelo mestre Francisco de

293 Ibidem, p. 192.

294 BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 25.

295 SOTO, Domingo de (O. P.). *De dominio*, op. cit., § 34, p. 177. A caracterização dos nativos como *insulanos* reporta a doutrina *omni-insular* analisada por WECKMANN, Luis. *Constantino el grande y Cristóbal Colón. Estudio de la supremacia papal sobre islas (1091-1493)*. México, FCE, 1992 [1949], p. 17-26.

Vitória e pela guinada da política régia por meio das *Leis Novas*; Domingo de Soto incorporou essa nova legitimidade em seu tratado *De iustitia et iure*.

Pelo direito de comunicação e de sociabilidade universal, Francisco de Vitória assim definiu os novos títulos: os espanhóis podiam percorrer as terras ocupadas pelos *bárbaros* e fixar-se nelas, utilizar os portos e os rios, negociar e comercializar nessas províncias e explorar as riquezas naturais. Além disso, reafirmava o direito, e até o dever, de a Igreja predicar e anunciar o Evangelho em terras de pagãos. Se os índios impedissem qualquer uma dessas coisas pela violência, era lícito mover uma guerra contra eles, com autorização do príncipe, depondo seus senhores tradicionais, apropriando-se de seus bens e submetendo-os à escravidão. Justificava-se também a guerra contra a tirania dos chefes indígenas e a antropofagia, em razão das alianças estabelecidas com os grupos nativos. A questão de legitimidade do domínio sobre a América e os índios referia-se, principalmente, às disputas internas aos agentes europeus:

*“Em verdade, se os índios não são homens, senão macacos, non sunt capaces injuriae. Mas se são homens e próximos, et quod ipsi proese ferunt, vassalos do Imperador, non video quomodo escusar a estes conquistadores de última impiedade e tirania, nem sei que tão grande serviço fazem a sua Majestade de tirar-lhe seus vassalos. Se eu desejasse muito o arcebispado de Toledo, que está vago, e me o houvessem de dar porque eu assinasse ou afirmasse a inocência destes peruleiros, sem dúvida não o ousaria fazer. Antes se me seque a língua e a mão que eu diga nem escreva coisa tão desumana e fora de toda cristandade”.*²⁹⁶

Vitória mostra que havia uma pressão na corte de Carlos V pelo reconhecimento de seu poder como *dominus orbis*, da legitimidade da conquista da América e da sujeição privada dos índios. A posição régia pendia para a ação dos conquistadores, em virtude dos interesses econômicos e do momento da conquista. Francisco de Vitória chama a atenção para o absurdo – *tirano abuso*²⁹⁷ – daquela situação: o *dominium* privado dos conquistadores sobre os índios alienava o poder do imperador e da Igreja sobre seus vassalos e fiéis.

As forças políticas europeias disputavam o *dominium* sobre os indígenas para definir a preeminência política sobre os espaços coloniais. A definição do poder temporal do papa por meio de sua finalidade espiritual e a reafirmação da evangelização como a única forma de legitimação do domínio e do monopólio espanhol sobre a

296 “Carta ao P. Miguel de Arcos”. Salamanca, 8 de novembro de 1534. In: VITÓRIA, Francisco de. *Rellecciones sobre los indios*, op. cit., p. 25.

297 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portugues & Latino*, op. cit., p. 52.

América estabeleciam a preeminência do poder apostólico/missionário sobre a colonização. No embate entre o poder universal do imperador e o poder temporal do papa, a posição de Domingo de Soto e de Francisco de Vitória era mais favorável ao poder apostólico e acabava por subordinar o processo de colonização e a autoridade do imperador.

Em relação ao *dominium* sobre os indígenas e africanos, Domingo de Soto e Francisco de Vitória reafirmavam a validade das bulas *Romanus Pontifex* (1455) e *Inter caeteras* (1493). A Coroa castelhana precisava restringir a escravização indígena e elaborar, do ponto de vista político-jurídico, a forma de inserção dos índios à monarquia e à sociedade colonial (definindo os estatutos políticos, jurídicos e laborais dessas populações). No caso português, o tráfico de escravos africanos havia sido chancelado pelo papa e as relações com o continente eram indiretas. Francisco de Vitória e Domingo de Soto se apropriaram dessa geopolítica atlântica, definida pelos diplomas pontifícios, e procuraram estabelecer uma interpretação consensual voltada à finalidade apostólica, como a única capaz de subordinar os interesses econômicos e privados da colonização. Os negros escravizados pelos portugueses na África, verificada a legitimidade desse comércio, eram incorporados ao *dominium* dos agentes colonizadores como propriedade privada. O mesmo acontecia com os índios *exlege*²⁹⁸, que, pela sua condição bárbara, podiam ser caçados e submetidos à escravidão legal. Havia ainda a categoria dos *fâmulos*, que eram escravos temporários. Enquanto os índios aliados, pacíficos, amigos etc. seriam submetidos pela lógica da tutela e do poder indireto, preservando sua liberdade e *dominium*, servindo voluntariamente aos europeus e reconhecendo de livre vontade a soberania do imperador e o poder apostólico do papa. O sistema de domínio ibero-atlântico se define pela complementaridade entre essas modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos.

Em 1537, o papa Paulo III, por meio do reconhecimento da liberdade indígena, reafirmou a eminência do poder apostólico sobre a América.²⁹⁹

298 Domingo de Soto diferencia dois tipos de barbárie. A primeira, daqueles infiéis que não sabiam governar-se a si mesmo, que compreendia a maior parte dos índios americanos e exigia uma sujeição política voluntária na lógica paternalista ou senhorial. Mas existiam também os infiéis *exlege* que se negavam, de forma violenta, a aceitar a presença ou a sujeição natural aos europeus, contra esses era justo mover a guerra e promover a escravização. TOSI, Giuseppe. “Raízes teológicas”, op. cit., p. 49.

299 “Breve de Paulo III facultando ao arcebispo de Toledo para excomungar aqueles que escravizem os índios” [*Pastorale officium*]. Roma, 29 de maio de 1537. In: LEAE, p. 634. Ver também “Breve de Paulo III declarando que os índios não devem ser reduzidos à servidão”. Roma, 9 de junho de 1537. In: idem, p.

“Dilecto hijo nuestro, salud y bendición apostólica. Ejerciendo con el mayor amor el oficio pastoral con las ovejas que por celeste disposición se nos ha confiado, tanto nos afligimos con su pérdida, como nos regocijamos con su aumento, y no sólo alabamos sus buenas obras, sino que interponemos difusamente los esfuerzos de la mediación apostólica, a fin de que disfruten de los acontecimientos agradables. (...) Nosotros, pues, atendiendo a que los indios, aunque estén fuera del seno de la Iglesia, no están privados, ni se les puede privar, de su libertad, ni de la posesión de sus cosas, ya que como hombres y, por tanto, capaces de fe y salvación, no deben ser destruidos con la esclavitud, sino atraídos a la vida con las predicaciones, buenos consejos y otros medios, y deseando reprimir los atrevimientos tan perjudiciales de esos hombres, a fin de que los indios no se exasperen con las injurias y daños, y se muestren más rebeldes a abrazar la fe de Cristo.”³⁰⁰

O breve *Pastorale officium*, endereçado ao arcebispo de Toledo, ameaçava de excomunhão quem maltratasse os indígenas, reafirmando a mediação e autoridade apostólicas a despeito da postura favorável à guerra justa e à conquista determinadas por Carlos V em 1534. A postura do pontífice, embasada nas notícias da conquista continental – particularmente do Peru – e em consonância com os teólogos dominicanos, pode ser qualificada como uma justa intervenção do poder espiritual sobre o temporal, que era legitimada por sua finalidade apostólica. A “liberdade indígena” se transforma em uma tópica que legitima um poder de exceção e uma intervenção nas relações de poder sobre a América, como *facultas propria* ou como manifestação de sua *plenitudo potestatis*, enquanto *potestas extraordinaria*.³⁰¹

As disputas pelo *dominium* sobre a América e os indígenas possuíam dois níveis. O primeiro travado na alta política europeia – pelo imperador, pela Igreja e pelas monarquias cristãs –, em que se destacavam os elementos político-jurídicos, que definiam a preeminência do poder e o monopólio sobre as terras e riquezas descobertas. O segundo, travado nos espaços ultramarinos – pelos missionários, funcionários e colonos –, definia os agentes responsáveis e a forma de realização do domínio, a dominação.

A evidência da disputa nesse primeiro nível se depreende da reação imediata de Carlos V, que pressionou Roma para que anulasse os efeitos da bula –, revogação feita

635-636. E “Bula do papa Paulo III proibindo escravizar os índios”. Roma, 22 de junho de 1537. In: idem, p. 636-637.

300 “*Pastorale officium*”, 29/5/1537, in: LEAE, p. 634.

301 Nesse sentido, discordamos da leitura de Georg Thomas, que entende a bula *Sublimis Deus* como uma expressão do “chefe supremo da Igreja [que] se fazia porta-voz dos indígenas americanos”. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 62. Paulo III é o porta-voz do poder apostólico, representante máximo da hierarquia católica, que reconhece na questão indigenista um fator de intervenção temporal na América, que se justificava pela finalidade espiritual.

em 19 de junho de 1538, através do breve *Non indecens* que, todavia, não invalidava a bula de 1537. Os dominicanos e o papa mostravam ao imperador que o período de acomodação com os interesses dos conquistadores, 1512-1534, havia acabado, e que era necessário intervir de forma mais contundente no *dominium* sobre os indígenas. O domínio régio sobre a América delineia-se entre a ação privada e senhorial dos colonos – que define as bases da ocupação e exploração econômica – e a postura político-religiosa do papa e dos dominicanos – que estabelece os fundamentos de legitimidade do domínio ibérico. A partir de Domingo de Soto e Francisco de Vitória, os debates se concentraram na definição de quais seriam os responsáveis por essas mediações no espaço ultramarino. Os reis ibéricos, da sua parte, procuraram garantir o controle dessas mediações; é o que analisaremos em seguida.

2.2. Perspectivas do poder régio nas Américas: *Leis Novas*, governo-geral e ampliação do tráfico de africanos

Definidos quatro pontos estratégicos da colonização castelhana sobre o continente americano (Nova Espanha, Guatemala-Nicarágua, Ilha Espanhola e Peru), diante das ações e poderes dos Pizarro e Almagro e da afirmação da *plenitudo potestas* do papa sobre os índios e a América, as *Leis Novas* pretendiam restituir a eminência régia sobre o processo de colonização. O caso peruano, é o quarto exemplo de uma política que intercala um período de concessão de poderes e de *dominium* sobre os nativos com um momento de intervenção nas relações políticas coloniais por meio do controle da relação com os nativos.

Em São Tomé essas duas etapas perfizeram um período de cerca de trinta anos (1493-1522); na Ilha Espanhola foram apenas nove anos entre as concessões de Colombo e o envio de Nicolas de Ovando (1492-1501); no México foram dezesseis anos (1519-1535), e, no Peru, entre as concessões feitas para a conquista de Pizarro e a criação do vice-reinado foram treze anos (1529-1542). No Brasil, entre a doação das capitanias e a instituição do governo-geral, temos um período de aproximadamente quinze anos. Intervalos e um movimento semelhante serão observados em Angola.³⁰² Longe de significar uma política ambígua da Coroa, esse movimento representa sua própria dinâmica, que, entre a liberalidade e a intervenção política radical, acaba por definir um espaço político em que há o reconhecimento de sua autoridade e a abertura para o estabelecimento de outros grupos de poder. Nesse sentido concordamos com a expressão de Luiz Filipe de Alencastro do “aprendizado da colonização”, noção que ampliamos para outras partes do império e em sua articulação política ibérica.³⁰³

Por meio dessa perspectiva, analisaremos esse novo marco das políticas ultramarinas de Portugal e Castela, que articulavam uma política em relação aos indígenas à definição de um aparato político-administrativo nesses espaços. Nas Índias Ocidentais, as *Leis Novas* e o vice-reinado, no Brasil, o primeiro esboço de política

302 Os agentes coloniais reconhecem esse movimento da política régia. As inconstâncias da graça e mercê régia exigiam o estabelecimento de um poder consistente nos espaços ultramarinos, em grande parte dependente dos mecanismos e estratégias de *dominium* sobre os indígenas e africanos. A voracidade de um Pizarro, a insubordinação de João de Mello, a independência de Cortés indicam essa percepção. A inconstância do favorecimento régio estimula as empresas aventureiras que visam o bem próprio de seus capitães e agentes.

303 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 11 e ss.

indigenista e o governo-geral. Para auxiliar os reis nesse processo, os missionários jesuítas e dominicanos, os funcionários régios e a ampliação do tráfico de escravos africanos.

Segundo as estimativas de Philip Curtin, o número de escravos africanos desembarcados no Brasil foi de 10 mil, entre o período de 1551 a 1575. Na América espanhola, o desembarque de africanos saltou de 12,5 mil (1526-1550) para 25 mil no período seguinte. Entre 1551 e 1575, o tráfico de africanos para a América, cerca de 35 mil, superou a quantidade de escravos transportados para Europa e as ilhas atlânticas, que totalizaram 26,3 mil. É a viragem americana do escravismo europeu.³⁰⁴ Carlos V e Felipe II negociaram diretamente com os reis portugueses e estimularam a ampliação do tráfico de africanos para as Índias Ocidentais. Os reis castelhanos controlaram com extremo cuidado as licenças e privilégios desse comércio, inserindo-os no sistema de graças e mercês. Outra interessante articulação foi a determinação de Carlos V de que os índios do Brasil transportados à América espanhola fossem considerados livres.³⁰⁵

*

Dividiremos o estudo das *Leis Novas* nas seguintes partes: (1) o contexto europeu; (2) o texto das Leis e a intenção régia; (3) a relação com o tráfico de africanos; (4) a reação colonial e a definição do poder régio como caminho do meio. Como hipótese, destacamos um importante mecanismo da intervenção régia: as formulações jurídicas radicais, definidas em relação ao *dominium* sobre os nativos da América, em vez de representar uma política de controle total sobre os espaços e agentes ultramarinos, visavam, fundamentalmente, restituir o lugar da autoridade régia sem romper com os mecanismos de sujeição que garantiam a exploração econômica e os fluxos comerciais entre os diferentes espaços do império. E, mais do que isso, essa intervenção favorecia a organização produtiva e extrativista, ampliando a circulação de riquezas e os benefícios da colonização.

Em relação ao contexto europeu, Carlos V sugeria a seu herdeiro, Felipe II, que a segurança do domínio sobre a América dependia do fortalecimento da aliança com Portugal, somente essa aproximação ibérica permitiria fazer frente aos ataques e interesses franceses:

304 Dados retirados de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 69.

305 “Que los indios del Brasil ó demarcación de Portugal sean libres en las Indias”. Valladolid, 7 de julho de 1550. Essa lei foi reeditada em 1556. Cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 37 e ss.

“Y quanto a las Indias debeys tener cuydado de mirar siempre dichos Franceses querrian embiar armada házia allá a la disimulada, o de otra manera, y debreys aperceuir los Governadores de aquellas partes para que esten sobre auiso, y aunque ellos auian emprendido muchas vezes de yr alli se a visto que sus armadas no na [ha?] durado, y demas desto quando se las resisten, luego afloxan y se deshazen, y assi haze mucho al caso sairles presto a la mano, y deureis tener buena intelligencia com Portugal señaladamente por lo que tocara a las dichas Indias, y defension dellas.”³⁰⁶

A aliança com Portugal e a elaboração das *Leis Novas* para a América estabeleciam uma solução ibérica e imperial atlântica que procurava fortalecer as Coroas contra as ingerências da França e do papado.

O maior desafio e inovação das *Leis Novas*³⁰⁷ era a passagem de um sistema de domínio privado e senhorial, representado pelos *repartimientos* e *encomiendas* de índios, para um sistema de domínio senhorial e político, baseado na relação de vassalagem, na prestação de serviços e no pagamento de tributos. A introdução do documento, além de enumerar com grande pompa os títulos do imperador Carlos, descreve a nova complexidade político-administrativa das Índias Ocidentais e sua estrutura hierarquizada. O documento se organiza segundo essa hierarquia e trata das obrigações do *Conselho de Índias*, das Audiências e dos vice-reis, presidentes de Audiências e dos governadores.

As *Leis Novas* reorganizavam o *Conselho de Índias*, proibiam a escravização dos índios e exigiam o fim gradual do sistema de *encomiendas*, determinando que, com a morte do *encomendero*, os índios fossem subordinados diretamente à Coroa de Castela. É pelo estabelecimento de novas regras de herança, que a Coroa se reapropria do *dominium* sobre os indígenas, o rei reafirmava a inalienabilidade de seu sobre eles.

Em relação ao *Conselho de Índias*, vale destacar que nenhum parente, conhecido ou funcionário poderia estar envolvido em negócios naquelas partes e que eles deveriam se desfazer, progressivamente, de suas *encomiendas*. Diferentemente das provisões dos Reis Católicos, que davam privilégios para os funcionários adquirirem índios de *repartimiento*, as *Leis Novas* mostram a intenção de profissionalizar a atuação dos

306 “Avisos , o instruccion del Emperador al Principe su hijo”, 19 de janeiro de 1548. In: SANDOVAL, Prudencio de. *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V.* Vol. 2. [1614-1618], p. 650. In: GUILLAMÓN ÁLVAREZ, Francisco Javier e RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (comps.). *Obras Clásicas sobre los Austrias. Siglo XVI.* Madri, Fundación Histórica Tavera, Digibis, 1998 (CD-Rom).

307 “*Leis Novas de Índias*”. Barcelona, 20 de novembro de 1542. In: IPA, p. 156-164.

funcionários, separando as funções políticas e administrativas das atividades econômicas, e distinguindo conceitualmente o *bom governo* dos *negócios particulares*.

O imperador dava maior autonomia às Audiências indianas já existentes (Nova Espanha e Ilha Espanhola) e determinava a criação do vice-reinado, da Audiência do Peru (com quatro ouvidores letrados e presidida pelo vice-rei) e da Audiência da Guatemala e Nicarágua. É de se notar a posição estratégica dessas quatro Audiências reais, que constroem a imagem de um domínio ibérico sobre as diferentes partes das Índias Ocidentais. As *Leis Novas* determinavam a investigação de todos os governadores e oficiais coloniais e exigiam cuidado especial com a justiça em relação aos índios. As Audiências também eram responsáveis por dar licenças para *novos descobrimentos*.

Em relação aos índios, determinava:

- 1) O fim da guerra justa e da escravização³⁰⁸;
- 2) O fim dos serviços pessoais contra a vontade dos índios³⁰⁹;
- 3) Os senhores eram obrigados a apresentar o título de seus *encomendados*, caso contrário seriam colocados em liberdade;
- 4) Moderação nos carregamentos feitos pelos indígenas e uma providência imediata em relação à mortandade entre índios e negros provocada pela pesca de pérolas.³¹⁰

As *Leis Novas* visavam à incorporação dos indígenas à sociedade colonial. A conversão ao cristianismo e o trabalho se transformavam em princípios fundamentais para o reconhecimento da liberdade dos indígenas e de sua condição como súditos – senhores de sua vontade, capazes de ter propriedade e de pagar impostos. Em relação aos escravos, o rei afirmava seu poder sobre a morte e colocava a vida dos escravos

308 “(...) ordenamos y mandamos que de aquí adelante, por ninguna causa de guerra ni outra alguna, aunque sea so título de revelión ni por rrescate ni de otra manera, no se pueda hazer esclauo yndio alguno, y queremos que sean tratados como vasallos nuestros de la corona de Castilla, pues lo son”. “*Leis Novas*”, 20/11/1542. In: IPA, p. 160.

309 “Ninguna persona se pueda seruir de los yndios por vía de naboría ni tapia ni outro modo alguno, contra su voluntad”. Ibidem.

310 “Porque nos ha sido fecha rrelación que de la pesquería de las perlas averse hecho sin la buena orden que convenía se an seguido muertes de muchos yndios y negros mandamos que ningún yndio libre sea llevado a la dicha pesquería contra su voluntad, so pena de muerte, y que el obispo y el juez que fuere a Beneçuela hordenen lo que les paresçiere, para que los esclauos que andan en la dicha pesquería, ansi yndios como negros, se conseruen, y çessen las muertes, y si les paresçiere que no se puede escusar a los dichos yndios y negros el peligro de muerte, çesse la pesquería de las dichas perlas, porque estimamos en mucho más, como es rrazón, la conseruación de sus vidas, que el ynterese que nos puede venir de las perlas”. Ibidem, p. 161.

acima dos interesses econômicos da extração de pérolas. Disciplina, portanto, a atividade econômica e subordina-a aos interesses do bom governo. A estrutura doméstica e o ordenamento estatal eram dois espaços complementares do universo político em que o rei era superior. O processo de definição da soberania política foi concomitante e dialético à definição da autonomia do espaço doméstico e privado.

“(...) y en lo del Perú, allende de lo susodicho, el visorrey y Abdiencia se ynformen de los exçesos hechos en las cosas subçedidas entre los gouernadores Piçarro y Almagro, para nos embiar rrelación dello, y a las personas prinçipales que notablemente hallaren culpadas en aquellas rreboluciones les quiten luego los yndios que tuvierén y los pongan en nuestra rreal corona”.³¹¹

A afirmação do poder régio sobre os conquistadores e suas revoluções se fazia pela privação do *dominium* sobre os indígenas. Em Nova Espanha, os *encomenderos* que tinham índios em excesso – e o documento os cita nominalmente – seriam confiscados e seus índios redistribuídos aos antigos conquistadores sem *repartimientos*. Essas ações deflagram uma característica fundamental da soberania régia: o rei é um dispensador de domínio, sobre terras e sobre homens – “la principal preeminencia de los reyes en las Indias, después de la justicia, es el repartir o encomendar indios”.³¹² A *encomienda*, assim como a sesmaria, é dada nas áreas de fronteira e agrega o elemento produtivo à terra – o *dominium* sobre as populações limítrofes para fixação produtiva e para garantir a defesa dessas novas terras. Feita como graça e mercê, em retribuição pelos serviços prestados, ela estabelece um vínculo de dominação e dependência entre o rei dispensador e o vassalo fiel. Ao mesmo tempo, os mouros e índios incorporados ao espaço de *dominium* dos *senhores de terras* são a fonte de um poder de fato – econômico, militar e político – e de autonomia perante o rei. O rei, então, interfere nesse *dominium* e procura incorporar essas populações diretamente a ele. Essa intervenção põe em risco o próprio sistema hierárquico de domínio. O equilíbrio instável de poder define-se, desta forma, pela legitimação e regulação das relações de *dominium* com as populações não cristãs.³¹³

311 Ibidem, p. 162.

312 MURO OREJÓN, Antonio. “Repartimientos”. In: *Gran Enciclopedia Rialp*, op. cit.

313 Comentando o antecedente das *encomiendas* no processo de “reconquista” em Extremadura, diz Brufau Prats: “Los comendadores de estas encomiendas mantenían su jurisdicción sobre territorios y gentes, pero todas estas concesiones o dignidades imponían de un modo específico la obligación de servir”. BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p. 195-196. Novamente, a analogia com o processo de conquista da Terra Prometida é extremamente significativo, diz Javé: “Não os expulsarei da sua frente num ano só, para que a terra não fique deserta nem as feras se

Os chefes indígenas deveriam garantir o fornecimento de mão de obra e pagar tributos ao rei. Os tributos pagos ao *encomendero* deveriam ser moderados.³¹⁴

“a las dichas personas que por nuestro mandado están descubriendo, que en lo descubierto hagan luego la tasación de los tributos y seruiçios que los yndios deven dar como vassallos nuestros, y el tal tributo sea moderado, de manera que lo puedan çufrir, teniendo atençión a la conseruaçión de los dichos yndios, y con el tal tributo se acuda al comendero, donde lo oviere, por manera que los españoles no tengan mano ni entrada con los yndios ni poder ni mando alguno ni se sirvan dellos por vía de naburía ni en otra manera alguna, en poca ni en mucha cantidad, ni ayan más del gozar de su tributo, conforme a la orden que la Avdiencia o gouernador diere para la cobranca del, y esto entre tanto que nos, ynformados de la calidad de la tierra, mandemos proueer lo que convenga; y esto se ponga entre las otras cossas en la capitulacion de los dichos descubridores”.

Observa-se nessa passagem uma partilha do *dominium*, ordenado pelo poder régio, que dava a cada um o que lhe era devido no processo de exploração dos indígenas e das riquezas americanas. Os pleitos relativos a pedido de *encomiendas* deveriam ser remetidos diretamente ao rei, o que intervinha na atribuição de jurisdição dada ao *Conselho de Índias*.³¹⁵

O documento substitui o termo “conquista” por “descobrimento”, retirando a conotação de guerra privada inerente ao primeiro, ao passo que a ideia de descobrimento estava de acordo com os termos das doações alexandrinas e procurava enfatizar o princípio de legitimidade do domínio castelhano. A Coroa passa a definir a maneira como deveriam se dar esses descobrimentos, proibindo, sob pena de morte, que deles se trouxessem índios. Os vice-reis e governadores eram proibidos de participar dessas expedições “pelos inconvenientes que se seguiram de ser uma mesma pessoa governador e descobridor”.³¹⁶ O objetivo era distinguir a conquista da colonização e o

multipliquem. Eu os expulsarei pouco a pouco, até que você se multiplique e tome posse da terra. Eu marcarei as fronteiras do seu país, desde o mar Vermelho até o mar dos filisteus, e desde o deserto até o rio Eufrates. Entregarei em suas mãos os habitantes da terra, para que você os expulse de sua frente. Não faça aliança com eles, nem com seus deuses. Não os deixe habitar em sua terra, para que eles não façam você pecar contra mim, adorando os deuses deles, que serão uma cilada para você.” Êxodo, cap. 23, vv. 29-33, *BÍBLIA SAGRADA*, op. cit., p. 97. A própria denominação *Leis Novas* está impregnada da experiência bíblica que visa marcar o fim da conquista, a tomada de posse definitiva das terras concedidas por Deus e a sujeição total das populações autóctones. Mas a mistura e as formas de *dominium* senhorial e doméstico sobre essas populações deixam o caminho aberto para o pecado de infidelidade e o crime contra o Deus ou Senhor único. O pecado de infidelidade é um crime político.

314 “*Leis Novas*”, 20/11/1542. In: IPAH, p. 163.

315 “(...) y qualquiera pleito que sobre esto [demandar los españoles indios] al presente pendiere, ansi en el nuestro Consejo como en las Yndias o en otra qualquier parte, mandamos que se suspenda y no se oya más, rremitiendo la causa a nos”. In: IPAH, p. 163.

316 Ibidem.

papel de cada agente nesses processos. As ações de conquista estavam marcadas pela iniciativa e interesses privados – envolviam trabalho, gastos e perigos pessoais – e os funcionários régios, envolvidos nesse processo, sobrepunham esses interesses ao serviço da Coroa e do bem comum. A conquista contra o inimigo comum deve ceder espaço ao ordenamento político para a restituição da autoridade do rei.

A finalidade das leis indigenistas é a restituição e definição da supremacia régia em um novo momento do processo de colonização. Ou seja, o ordenamento do *dominium* sobre os indígenas é o meio de caracterização da soberania política sobre a América. As *Leis Novas* não se definem por um problema de consciência, mesmo no documento essa é uma questão secundária, e nem por uma finalidade humanitária que visasse ao bem dos índios. As *Leis Novas* afirmam a legitimidade do domínio régio castelhano sobre a América e seus *naturais*, que ocupam o último lugar da hierarquia social definida pelo documento, mas, ao mesmo tempo, ocupam o centro de toda a regulação política, econômica e social daquele espaço de domínio, porque são o meio de sua realização histórica.

Para a execução das *Leis Novas* nas Índias Ocidentais, o *Conselho de Índias* nomeou visitantes. Para Real Audiência da Guatemala, foi enviado o licenciado Tomás López Medel, que fez a seguinte sugestão ao rei para que sua nova política em relação aos índios fosse aplicada:

*“E si Vuestra Alteza fuere servido de mandar inviar algunos negros para este destrito, soy cierto que serian bien pagados e Vuestra Alteza les haria grande merced e seria cautela para que las leyes de Vuestra Alteza se guardasen mejor, porque estos pobladores padecen de grande necesidad de servicio, por quitársele tan de golpe y sin apercibillos los esclavos e servicio personal.”*³¹⁷

O visitante Tomás López de Medel reforçava uma ideia já conhecida da Coroa: para garantir a política indigenista e favorecer a autoridade política do rei sobre a América e seus habitantes, era necessário ampliar o tráfico de escravos africanos. O visitante reforçava a ideia de complementaridade entre as modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos, em um sistema atlântico de poder e *dominium*. Como indicamos acima, o pensamento de Francisco de Vitória e Domingo de Soto mostra a mesma articulação, que também estará presente na política missionária dos padres Bartolomeu de las Casas e Manuel da Nóbrega e na obra de Luís de Molina.

317 LÓPEZ MEDEL, Tomás. *Colonización de América : informes y testimonios (1549-1572)*. Madri, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 51.

Além da importância como mão de obra, a doação e o acesso aos escravos africanos já cumpriam um importante papel na construção das lealdades políticas e redes clientelares, bem como na composição das forças militares. Nas vitórias das tropas reais diante das rebeliões comandadas por Gonzalo Pizarro e Francisco Hernández Girón, esses aspectos ficaram evidentes.

*“La victoria de las fuerzas reales precipitó una acelerada redistribución de los esclavos negros en la colonia. Para mantenerse en el poder, Pizarro había recompensado a sus seguidores con los negros, los ganados y los haberes líquidos pertenecientes a sus enemigos, y ahora la Corona victoriosa adoptó la misma estrategia. (...) Además, en 1550 siete de los más proeminentes defensores de la Corona recibieron aproximadamente 1700 licencias libres de impuestos para esclavos, como compensación de sus gastos. // La última revuelta que atormentó a Perú durante ese período fue la encabezada por Francisco Hernández Girón entre 1553 y 1554. Una vez más el problema fue la autoridad de la Corona sobre la población india, pero esta vez muchos conquistadores, fresco en la memoria el ejemplo de Gonzalo Pizarro, no se atrevieron a desafiar la voluntad real. Desesperado por aumentar su facción, Henández hizo lo que nunca se había atrevido a intentar ningún comandante español antes que él: ofreció la libertad a todos los esclavos que se le unieran y armó a sus seguidores negros para participar en la batalla. (...) La Corona por su parte empleó a africanos en los preparativos militares para suprimir la rebelión, y muchos de sus partidarios llevaron sus negros como ayudantes a lo que fue una victoria”.*³¹⁸

As *Leis Novas* buscavam, particularmente, o fim da conquista peruana, marcada pela violência e pela disputa entre bandos espanhóis que, em suas ações privadas, colocavam em causa a autoridade régia e a legitimidade do domínio espanhol sobre a América. Não obstante, ao invés de definir a autoridade régia sobre esse espaço, as *Leis Novas* levaram à sublevação dos conquistadores em 1544 e em 1553. O sufocamento das rebeliões de Gonzalo Pizarro, que foi decapitado, e de Hernández Girón, assim como a radicalidade das determinações das *Leis Novas*, era uma demonstração de poder e força. As ponderações legislativas de 1545 e 1549 não revogavam essas determinações e redefiniam o espaço da autoridade régia sobre aquelas sociedades.³¹⁹

318 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 29-30.

319 “Que prohíbe la antigua forma de el servicio personal, y le permite, con cierta calidades”. Valladolid, 22 de fevereiro de 1549. In: IPAH, p. 251. A lei, reeditada em 1563 e 1601, condenava as antigas formas de *repartimiento* e acusava “alguns ministros dissimulados” pelos excessos praticados e pela ignorância do rei. Ao mesmo tempo, admitia a necessidade de forçar os índios ao trabalho para o “bem universal e particular daquelas províncias”. Em substituição aos antigos *repartimientos* estabelecia que os índios deviam oferecer sua mão de obra em praça pública em troca de um salário, e *compelia* também os “espanhóis vagabundos e ociosos e os mestiços, negros, mulatos e zambaigos livres” para que fizessem o mesmo, trabalhando em “serviços da República”. Os vice-reis e governadores ficavam responsáveis pela taxaço dos indígenas.

As leis radicais, mais do que uma solução definitiva, eram uma demonstração de poder, e podiam ser negociadas dentro de um sistema social hierárquico. As *encomiendas* confiscadas dos pizarristas foram doadas aos partidários da Coroa, o rei concedeu anistia aos rebeldes que apoiaram Hernández Girón e lhes deu licença para conquistar os Chunchos.³²⁰

A consciência régia sobre essa realidade e os mecanismos que permitiriam o destacamento de sua autoridade estão claros também no testamento de Carlos V. Vejamos algumas de suas recomendações ao príncipe herdeiro:

*“las dichas Indias seran gouernadas con justicia, y se tornen a poblar, y rehazer, y para que se obuie a las opresiones que los conquistadores, y otros que an sido alla con cargo y auctoridad y socolor desto, y con sus dañadas intenciones, an hecho, y hazen para que los Indios sean amparados en lo que fuere justo, y tengays sobre ellos y los dichos conquistadores, y sus haziendas, la auctoridad, superioridad, preeminencia, y conocimiento que es raçon y conuiene para ganar, ya auer la buena voluntad y fidelidad de los dichos Indios, y que el Consejo de las Indias se desuele en esto sin outro algun particular respecto y como cosa que importa muy mucho”.*³²¹

Segundo o imperador, era necessário reconstruir as Índias, conter a ação dos conquistadores e evitar o abuso das autoridades. As *Leis Novas* reafirmavam a eminência do poder régio sobre os agentes da colonização. O *Conselho de Índias* deveria agir em nome dos interesses régios e do bem comum.

*“Y quanto al repartimiento de los Indios (...) consultar todo el negocio con hombres de buen juyzio, y que entiendan las cosas de alla, y que tengan principal fin y respecto de la preeminencia Real, y lo que toca al bien comum de las dichas Indias, y que com esto el repartimiento que se hara sea moderado y menos prejudicial que se pudiere”.*³²²

A intenção do imperador não era extinguir os *repartimientos*, mas reformá-los para o bem comum, garantindo a exploração econômica dos índios e reforçando a preeminência régia sobre as relações de *dominium*. Por fim, a postura dos dominicanos podia ser tão perigosa quanto a ação dos conquistadores, conforme observa o cronista Prudêncio de Sandoval:

320 HEMMING, John. *La conquista de los incas*, op. cit., p. 315 e ss.

321 “Avisos , o instruccion del Emperador al Principe su hijo”, 19/1/1548, in: SANDOVAL, Prudencio de. *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, vol. 2, op. cit., p. 654.

322 Ibidem, p. 655.

*“Fray Bartolome de las Casas, Frayle de la Orden de San Domingo, que fue Obispo de Chiapa, dio memoriales al Emperador, diciendo, que los Indios eran muy mal tratados de los Españoles, que les quitauan las haziendas y las vidas cruelmente. Que los ponian en minas, pesquerias y trabajos, donde perecian, y las tierras se assolauan, como lo estuan ya grandes islas. Apretaua Fray Bartolome de tal manera, que si se hiziera lo que el queria, no fuera España Señora de las Indias”.*³²³

Assim, o poder de Carlos V sobre a América devia estabelecer um equilíbrio, mesmo que instável, entre a postura missionária e a ação dos colonos.

A intervenção régia no Brasil, ocorrida poucos anos depois dos sucessos peruanos, também se baseou no estabelecimento de um aparato político-administrativo que representava a Coroa, o governo-geral, e no ordenamento das relações com os indígenas.

A Coroa portuguesa também se aproximou das ordens religiosas, principalmente dos jesuítas, que, ao lado dos funcionários régios, deviam marcar o contraponto das modalidades de *dominium* estabelecidas pelos colonos. Assim como o surgimento da ordem dominicana, no século XIII, fortaleceu o papa perante os interesses de subordinação da Igreja ao poder temporal, representado pelo imperador Frederico II – processo semelhante observado nas disputas entre o papado e o imperador Carlos V analisado acima –, a criação da Companhia de Jesus, em 1540, procurava fortalecer a hierarquia católica diante da desagregação reformista e sua aliança com príncipes cristãos.³²⁴ A Coroa portuguesa, da sua parte, procurou se aproveitar da militância missionária jesuíta para fortalecer sua política imperial.

O Dr. Diogo de Gouveia aparece novamente como figura relevante para a ideia de um governo-geral para o Brasil e como intermediário entre D. João III e a Companhia de Jesus, em fase de reconhecimento papal. Na carta enviada de Paris em 17 de fevereiro de 1538, Gouveia diz que as ameaças francesas no Brasil não haviam sido dissipadas e sugeria a colonização efetiva, destacando a missão evangelizadora nesse processo. Para esse trabalho indicava os jovens que, em Roma, pleiteavam a fundação da nova ordem religiosa, a Companhia de Jesus.³²⁵

323 Ibidem, p. 428.

324 Essa interpretação coincide com a análise de Jaime Cortesão em *História da expansão portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, p. 360.

325 “Carta de Diogo de Gouveia ‘o velho’ a D. João III”. Paris, 17 de fevereiro de 1538. In: CPJB, I, p. 87-97. Diz Gouveia que o primeiro plano desses missionários era ir a Jerusalém converter os muçulmanos. Ibidem, p. 94. Mas foram impedidos de prosseguir nesse intento, daí que Gouveia sugeria que fossem à Índia. Dentre eles estava o Mestre Simão Rodrigues, futuro provincial dos jesuítas, que era irmão de Diogo Ortiz de Vilhegas, primeiro bispo de São Tomé (1534-1540). Ibidem, p. 95.

O padre Pedro Fabro escreveu ao Dr. Diogo de Gouveia que ele e seus companheiros se interessavam muito pela conversão dos *indianos*, mas deixava explícito que essa missão dependia da autorização do papa, a quem haviam feito voto de obediência em Montmartre, no dia 15 de agosto de 1534.³²⁶ Para reforçar a disposição que tinham, Fabro diz que haviam pedido permissão ao papa para converter os “índios, que os espanhóis vão sujeitando ao Imperador” (Carlos V). Mas o papa não consentiu. A Companhia de Jesus surgia como ordem militante disposta a atuar no *front* da república cristã, subordinando-se diretamente ao poder papal. Ela buscava o apoio dos poderes temporais, particularmente das principais potências ultramarinas, que abririam as portas do mundo à religião cristã e à fé católica. Da sua parte, Paulo III preferia aliar-se ao rei e não ao imperador, e realimentava, assim, as disputas políticas na península ibérica.

A monarquia portuguesa também procurou afirmar sua preeminência sobre as questões religiosas, com a criação da Mesa da Consciência, em 1532.³²⁷ A instituição tinha como missão tratar todos os assuntos relativos à consciência do rei, e todas as matérias políticas na relação com a Igreja e a religião. Estava incumbida de visitar e reformar as ordens religiosas e as universidades, de se ocupar da redenção dos cativos e da orientação, assistência e promulgação da fé católica nos territórios ultramarinos. Cumpriria, assim, um papel de destaque nas questões relativas ao *dominium* dos nativos, com consequências tanto para a definição do tráfico de escravos africanos como para política em relação aos índios.

Segundo uma instrução dada em Roma ao núncio Lippomano, a Mesa da Consciência era “um novo modo de pilhar a jurisdição eclesiástica”, que, “sob o pretexto” da consciência régia, interferia nas questões religiosas sem ter para isso

326 Diz a passagem: “Todos nós, os que estamos mutuamente ligados nesta Companhia nos pusemos à disposição do Sumo Pontífice, como a senhor de toda a messe de Cristo; e com essa entrega mostramos-lhe que estamos preparados para tudo quanto ele decidir de nós em Cristo; se, portanto, ele nos mandar para onde nos chamais, iremos com gosto; e a causa por que assim nos sujeitamos ao seu parecer e vontade, foi sabermos que ele possui maior conhecimento do que convém a toda a Cristandade.” “Carta do padre Pedro Fabro e companheiros ao Dr. Diogo de Gouveia”. Roma, 23 de novembro de 1538. In: *idem*, p. 98-101.

327 Em 1536, foi instituído o Tribunal do Santo Ofício em Portugal. Ainda no reinado de D. João III destaca-se, em 1551, a incorporação dos bens das ordens militares à fazenda real. Com a incorporação das ordens militares de Avis, Cristo e Santiago, as competências da Mesa foram ampliadas, e seu nome passou a ser Mesa da Consciência e Ordens. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 133.

autorização do papa ou de seus ministros.³²⁸ As invenções institucionais do século XVI procuravam ampliar as atribuições do poder régio e reforçar sua autoridade, particularmente nos assuntos que envolviam o ultramar e a religião.

As primeiras missões se dirigiram às Índias, Congo e Brasil. Os primeiros missionários integraram a expedição do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, o superior da missão era o padre Manoel da Nóbrega. No regimento³²⁹ a Tomé de Sousa, de 1548, a Coroa tinha consciência clara sobre a situação da colônia.³³⁰ Os objetivos centrais eram: (1) impedir os abusos dos capitães-donatários e seus representantes; (2) auxiliar as capitanias isoladas nas guerras contra os índios inimigos e os invasores estrangeiros; (3) fiscalizar a arrecadação dos direitos da Coroa; (4) conciliar os moradores.³³¹ Excetuando o terceiro ponto, os outros implicavam diretamente no ordenamento das relações com os indígenas, destacando a centralidade da questão na definição da autoridade régia sobre esse espaço.

Era preciso frear o ímpeto dos colonos, que agiam movidos pela ganância, explorando indiscriminadamente os indígenas e acabando com a paz e a segurança nos domínios do rei. D. João III delegava o poder de intermediação com os nativos ao governador-geral, responsabilizando-o pela restauração da ordem na colônia.

“Eu sou informado que os gentios que habitam ao longo da costa da capitania de Jorge de Figueiredo, da Vila de S. Jorge até a dita Bahia de Todos-os-Santos, são da linhagem dos Tupinambás, e se levantaram já, por vezes, contra os cristãos e lhes fizeram muitos danos, e que ora estão ainda levantados e fazem guerra e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra para se poder povoar assim dos cristãos como dos gentios da linhagem dos Tupiniquins, que dizem que é gente pacífica, e que se oferecem a os ajudar a lançar fora e a povoar e defender a terra. (...) com os gentios das terras Peraçuí e de Totuapara e com quaisquer outras nações de gentios

328 Ver ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil*, op. cit., p. 376-377, n. 27.

329 A função dos regimentos era instruir os funcionários em suas respectivas áreas, determinando as atribuições, obrigações e jurisdição dos diversos cargos e órgãos incumbidos de gerir a administração colonial.

330 “Regimento de Tomé de Sousa”. Almeirim, 17 de dezembro de 1548. In: TAPAJÓS, Vicente (coord.). *História administrativa do Brasil* (a partir de agora abreviada por HAB). Vol. 2: A política administrativa de D. João III. S.l. Rio de Janeiro: Dasp, 1966, p. 253-269. Francisco C. Cosentino nega a ideia de centralização ao analisar o regimento de Tomé de Sousa. COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo, Annablume; Belo Horizonte, Fapemig, 2009, p. 220-221. A crítica ao chamado “paradigma estadualista” levou à rejeição do vocabulário a ele associado. Em alguns casos essa rejeição nos parece excessiva, como, por exemplo, na palavra centralização. Essa ideia nos parece coerente com a perspectiva corporativa do poder, em que o rei, representando a cabeça (*caput*) da monarquia, destacava seu papel como fonte do direito e do ordenamento social.

331 Cf. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 44-45.

que houver na dita capitania da Bahia assentareis paz e trabalhareis porque se conserve e sustente para que nas terras que habitam possam seguramente estar cristãos e aproveitá-las, e quando suceder algum alevantamento acudireis a isso e trabalhareis para pacificar tudo o melhor que puderdes, castigando os culpados.”³³²

O binômio Tupiniquim-Tupinambá enfatizava o lugar estratégico dos Tupiniquim para a defesa e povoamento da terra, que auxiliariam na expulsão dos inimigos Tupinambá e permitiria o assentamento dos portugueses naquelas terras. Observamos na passagem acima a ideia de guerra justa, que era determinada pelo príncipe por causa das guerras movidas pelos Tupinambá. A Coroa diferenciava os nativos de paz, que garantiriam o domínio sobre as terras, daqueles que podiam ser escravizados. E procurava se apropriar dos conflitos internos aos grupos indígenas para o bem da colonização – “sou informado que a linhagem dos tupiniquins destas capitanias são inimigos dos da Bahia e desejam de serem presentes ao tempo que houverdes de fazer guerra para ajudarem nela e povoarem alguma parte da terra da dita Bahia”.³³³

“Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica, vos encomendo muito que pratiquéis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter, e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos, e para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consentam que lhes seja feita opressão nem agravo algum, e fazendo-se-lhe lho façam corrigir e emendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhas fizerem sejam castigados como for justiça.”³³⁴

Também aparece indicada no Regimento a ideia dos *descimentos* e dos *aldeamentos*.³³⁵ Os índios deveriam ser retirados de suas comunidades originais e ressocializados no contexto da sociedade colonial. O documento destaca o lugar estratégico da conversão dos meninos e dá um importante sentido pedagógico a esse processo, como observamos a seguir:

“Porque parece que será grande inconveniente os gentios que se tornaram cristãos morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles, e que será

332 “Regimento de Tomé de Sousa”, 17/12/1548. In: HAB, vol. II, p. 259.

333 Ibidem, p. 255.

334 Ibidem, p. 261.

335 Aldeias: sítio livremente escolhido pelos nativos para estabelecer residência. Aldeamento: moradia que lhes era compulsoriamente fixada pelas autoridades. ZERON, Carlos A de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 79.

*muito serviço de Deus e meu apartarem-nos de sua conversação, vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem cristãos morem junto, perto das povoações das ditas capitânias, para que conversem com os cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa Santa Fé, e aos meninos porque neles imprimiram melhor a doutrina trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios”.*³³⁶

A instituição do governo-geral também foi uma demanda de alguns moradores, como Luís de Góis, Pedro de Góis, Pedro do Campo Tourinho e Duarte Coelho. Parte de suas demandas foi incorporada no regimento de Tomé de Sousa, outras medidas ultrapassaram, em muito, seus interesses, mostrando que a intervenção régia possuía um sentido próprio.

A mudança na postura de Duarte Coelho exemplifica esse processo. Entre 1542 e 1546, ele pediu a interferência da Coroa contra os abusos dos feitores régios, a negligência de outros capitães e contra os excessos dos moradores.³³⁷ Em carta de 1548, ele procurou saber o sentido da intervenção régia que se anunciava: “Não tenha V. A. em tão pouco estas terras do Brasil (...), pois não provê nem me responde às cartas (...), escrevo para bem de seu serviço e responder-me para que eu saiba sua intenção”.³³⁸ Diante do boato de arrendamento por vinte anos do pau-brasil de toda costa e dos dízimos e das rendas, Duarte Coelho diz: “me sofri e calo e o não faço por não ter certeza se o de mim V. A. tomará”.³³⁹

A intervenção régia, como podemos observar, podia sobrepor-se aos interesses dos capitães e contradizer o conteúdo das doações. Diante desses temores o povo ficou inquieto, mas o capitão pacificou os ânimos e a câmara³⁴⁰, que fez uma petição de justiça para que suas mercês e privilégios fossem confirmados.³⁴¹ O capitão se tornava, assim, porta-voz daquela sociedade nova: “não consinta V. A. lá bulirem em tais coisas, porque não é tempo para com tal se bulir, mas para mais acrescentar as liberdades e

336 “Regimento de Tomé de Sousa”, 17/12/1548. In: HAB, vol. II, p. 268.

337 Cartas de Duarte Coelho, de 27/4/1542 e de 20/12/1546. In: ADCB, p. 92-100.

338 “Carta de Duarte Coelho”. Olinda, 22 de março de 1548. In: idem, p. 101

339 “Carta de Duarte Coelho”. Olinda, 14 de abril de 1549. In: idem, p. 106.

340 O senado da câmara ou conselho municipal era constituído por dois juízes ordinários, três conselheiros ou vereadores e por um procurador. Em Portugal, os cargos eram ocupados, normalmente, por períodos de três a quatro anos, enquanto nos *cabildos* da América espanhola esses cargos eram muitas vezes perpétuos.

341 Assim como acontecera em São Tomé, em que a comunhão entre os primeiros povoadores – representados como corpo único, o povo – e o capitão Álvaro de Caminha representava os interesses da sociedade nova estabelecida e exigia a confirmação régia das doações e privilégios concedidos. A ideia de sociedade nova é enfatizada, no caso de Pernambuco, por sua denominação como Nova Lusitânia.

privilégios e não para os diminuir”.³⁴² Em carta de 1550, acrescentava: “é muito odiosa coisa e prejudicativa ao serviço de Deus e seu e proveito de sua fazenda e bem e aumento das coisas, que tão caro custam, quebrar e não guardar as liberdades e privilégios aos moradores e povoadores e vassalos”.³⁴³

Assim como o capitão de São Tomé, Álvaro de Caminha, Duarte Coelho utilizava a tópica dos “perigos, gastos e trabalhos” para enfatizar o pedido de confirmação das doações, caso contrário, os povoadores “largariam a terra”.³⁴⁴ As reclamações de Duarte Coelho foram ouvidas e o rei não enviou o governador ou o ouvidor para fazerem *correição* em suas terras.³⁴⁵ Essa exceção só foi possível em virtude do poder efetivo estabelecido por ele em sua capitania, em que a gestão daquela sociedade nova lhe permitia garantir seus direitos diante da intervenção régia.

Diante do estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento e do início da exploração econômica da terra, a Coroa intervinha sobrepondo seu poder à iniciativa privada e senhorial dos moradores e dos capitães-governadores. Com a instituição do governo-geral no Brasil, o rei estabelecia um aparato político-administrativo com a intenção de subordinar os poderes locais e passou a interferir nas relações com os indígenas.³⁴⁶ O rei afirmava seu “poder absoluto”³⁴⁷ e diferenciava as atribuições de seu poder (político³⁴⁸, religioso³⁴⁹, jurídico³⁵⁰, militar³⁵¹ e fazendário³⁵²).

342 “Carta de Duarte Coelho”, 14/4/1549, in: ADCB, p. 111.

343 “Carta de Duarte Coelho”. Olinda, 24 de novembro de 1550. In: idem, p. 115.

344 Ibidem, p. 114.

345 “(...) cá não se entenda em mim o que tinham mandado a Tomé de Sousa, nem ele venha cá nem entenda em minha jurisdição”. “Carta de Duarte Coelho”, 14/4/1549, in: idem, p. 113.

346 Ver também RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial : Brasil c. 1530- c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 138 e ss.

347 De acordo com a fórmula “meu próprio moto e certa ciência, poder real e absoluto”. “Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, 25/9/1534, in: ADCB, p. 78.

348 “(...) dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando”, “se dar favor e ajudar às outras povoações”, “prover nas coisas que cumprirem a meu serviço”, atribuições delegadas ao governador-geral. “Regimento de Tomé de Sousa”, 17/12/1548, in: HAB, vol. II, p. 253-269.

349 “(...) para exalçamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles”, atribuições delegadas por meio do padroado régio e aos padres da Companhia de Jesus. “Regimento de Tomé de Sousa”, 17/12/1548, in: HAB, vol. II, p. 253-269.

350 “(...) se ministrar justiça”, a cargo do ouvidor-geral, ibidem.

351 Para a defesa da costa foi designado um capitão-mor da costa, enquanto o alcaide-mor era responsável pela segurança nas vilas.

352 “(...) prover nas coisas que cumprirem (...) aos negócios de minha fazenda”, a cargo do provedor-mor. “Regimento de Tomé de Sousa”, 17/12/1548, in: HAB, vol. II, p. 253-269. Ver também “Regimento de Antônio Cardoso de Barros”. Almeirim, 17 de dezembro de 1548. In: ADCB, p. 137-146. E “Regimento dos provedores da fazenda de el-rei nosso senhor nas terras do Brasil”. Almeirim, 17 de dezembro de 1548. In: idem, p. 146-165.

O restabelecimento da paz e da ordem pública justificava o exercício de um poder de exceção por parte do príncipe, que lhe permitia intervir nos espaços de jurisdição delegados aos capitães e redefinir o ordenamento político da sociedade colonial.³⁵³ Esse aspecto está presente no regimento de Tomé de Sousa, particularmente no que diz respeito às consequências da escravidão indiscriminada dos indígenas, que colocava em risco a ordem colonial. Essa situação de exceção vai se transformar no mecanismo privilegiado para justificar a intervenção régia sobre o espaço ultramarino, e a sociedade colonial passa a ser caracterizada pela ameaça constante de desagregação social, como república da instabilidade.

As Coroas ibéricas, ao proclamar o fim progressivo das *encomiendas* ou a subordinação dos indígenas à sua autoridade, reafirmavam seu poder sobre os espaços e agentes coloniais. Observavam, por meio dessas medidas, o limite dos laços que vinculavam as sociedades novas ao seu poder e a importância do tráfico de africanos para a realização dessa política americana. O principal elemento de definição da autoridade régia sobre os espaços ultramarinos era o controle das modalidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos.

353 Os discursos político-jurídicos ibéricos definiam algumas situações em que o príncipe exercia um poder de exceção ou extraordinário (*potestas extraordinaria*). Nesses casos, o poder supremo do príncipe rompia com o paradigma do poder jurisdicional. Os pretextos para o estabelecimento dessa forma de poder eram: (1) A repressão de desordens; (2) O pretexto da necessidade; (3) O motivo da “defesa” ou da “proteção”. Nessas manifestações, Villanueva López destaca a ideia de intervenção, porque essas situações eram temporárias, doravante, o ordenamento jurisdicional devia ser restabelecido. Todavia, havia os casos que pressupunham a afirmação da autoridade extrajudicial, absoluta, como um princípio autosuficiente e permanente. Eram os casos: (1) Da “potestas oeconomica”, ou “razão política”; (2) A apelação ao direito natural. VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía*, op. cit., p. 223-274.

2.3. A emergência do poder missionário

Paralelamente ao envio de funcionários, ao estabelecimento de instituições político-administrativas nas colônias e às novas orientações da política indigenista, as Coroas ibéricas, por meio da aproximação com as ordens dominicanas e jesuítas, destacaram a importância da mediação missionária para o fortalecimento de sua política, particularmente na relação entre os colonos e os indígenas. Analisaremos neste item as aproximações e distanciamentos entre essa intenção régia e a perspectiva das políticas missionárias desenvolvidas pelos padres Bartolomeu de las Casas e Manuel da Nóbrega.

A dimensão política dos debates sobre o *dominium* dos indígenas foi particularmente importante entre as ordens missionárias que atuavam na América – principalmente entre os dominicanos e os jesuítas –, porque elas também dependiam da exploração da terra e do trabalho indígena e africano para a sustentação das missões.³⁵⁴ Essa condição exigia dos missionários e teólogos a diferenciação das relações de *dominium* por eles estabelecidas com os indígenas daquelas estabelecidas pelos outros agentes coloniais, justificando, por essa via, sua preeminência sobre os habitantes do Novo Mundo. Os padres Manuel da Nóbrega e Bartolomeu de las Casas representaram de forma exemplar esse desafio, e a observação de suas trajetórias permite ver as aproximações e distanciamentos entre a questão do *dominium* sobre os indígenas nas Índias Ocidentais e na América portuguesa.

Bartolomeu de las Casas chegou a América na condição de colono, tornando-se, por volta de 1510, um “clérigo encomendero”.³⁵⁵ As mudanças em seu posicionamento diante da questão indígena se deram de acordo com os principais marcos do processo de colonização e com sua inserção política na América e nas Espanhas.

Seu primeiro projeto reformador foi delineado no “memorial de remedios para las Indias”, de 1516. Nesse documento, ele sugeria ao cardeal Cisneros a substituição das *encomiendas* privadas por *encomiendas* coletivas, o favorecimento à imigração de camponeses espanhóis e ao tráfico de escravos africanos. Definia, assim, uma divisão social tripartite das populações subalternas, que visava ao estabelecimento da autoridade

354 ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil, op. cit.*, p. 207-208.

355 A expressão é de Fernando Ortíz, no prólogo a obra de HANKE, Lewis. *Bartolomé de las Casas : pensador político, historiador, antropólogo*. La Habana: Sociedad Económica de Amigos del País, 1949, p. X. Expressão semelhante, “clérigo-colono”, aparece em BATAILLON, Marcel. *Estudios sobre Bartolomé de las Casas*. Barcelona: ediciones península, 1976 [1965], p. 46 e ss.

régia, como exigência das doações papais, e à restauração da aliança entre o poder temporal e o espiritual para a realização da colonização.³⁵⁶

Em uma *Petición* de 1518 dirigida a Carlos V, Las Casas sugere ao rei a seguinte solução para o estabelecimento e reconhecimento pacífico dos espanhóis em Terra Firme:

“hánles de decir, cómo es venido a España un rey y señor suyo nuevamente, qu'es V. A. (...) y que ha sabido los grandes agravios que han recebido y que se duele dellos y que le ha pesado mucho, y que les quiere hacer mercedes en servirse dellos como de vasallos”.³⁵⁷

Até 1542, Bartolomeu de las Casas parece entender o poder dos reis castelhanos sobre a América e os índios como um poder análogo ao que os reis tinham sobre seus reinos e súditos. Ele afirmava a legitimidade das doações alexandrinhas como título de domínio sobre os índios – “concedidos y encomendados por Dios e por su Iglesia a los reyes de Castilla, para que se los regiesen e governassen, convertiessen e prosperasen temporal y espiritualmente”.³⁵⁸

O que estava em questão não era a legitimidade do domínio castelhano, mas a forma como se dava a colonização. Os conquistadores submetiam os indígenas pela lógica privada e senhorial, como tiranos, e ameaçavam a autoridade régia: “se pongan y reduzcan y incorporen en la Corona real de Castilla y León en cabeza de vuestra Magestad, como súbditos y vasallos que son”.³⁵⁹ A reafirmação da autoridade régia era uma obrigação:

“por tanto los dichos señores reyes de Castilla no pueden abrir mano de la dicha real industria y cuidado y providencia, etc., cometiendo e traspasando a ningún particular jurisdicción alguna alta ni baxa, como sus Altezas la tienen sobre aquellas naciones”.³⁶⁰

356 BATAILLON, Marcel; SAINT-LU, André. *El padre Las Casas y la defensa de los indios*. Barcelona: Editorial Ariel, 1976 [1971], p. 115 e ss.

357 Apud GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*, op. cit., p. 434 e ss.

358 CASAS, Bartolomeu de las. *Brevísima relación de la destrucción de las Índias*. Alicante, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006 (ed. de José Miguel Martínez Torrejón). Disponível em: <URL: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=12345&portal=244>> Acesso em: 23 mar. 2010.

359 CASAS, Bartolomeu de las. *Entre los remedios que don fray Bartholome de los Casas ... refirió por mandado del Emperador ... en los ayuntamientos que mando hacer su magestad de perlados y letrados y personas grandes en Valladolid el año de mil a quinientos y quarenta y dos para reformación de los Indias...* Sevilha: Casas de Jacome Cróberger, 1552. Apud GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*, op. cit., p. 435.

360 Ibidem.

A crítica de Las Casas está inserida na distinção entre o *dominium rerum* e o *dominium iurisdictionis* e reforça a interpretação das bulas alexandrinas estabelecida por Domingo de Soto e Francisco de Vitória. As doações papais em relação à América e aos índios referiam-se exclusivamente ao domínio de jurisdição e, assim como as doações régias, não implicavam em alienação desses poderes nem da liberdade e direitos dos indígenas. Novamente, a definição dos poderes papal e régio dependia do reconhecimento da liberdade jurídica dos indígenas e de seu estatuto político. No processo de conquista, os agentes ultramarinos subordinaram a população nativa na lógica do domínio privado. Essa apropriação indevida tinha duas consequências políticas graves:

- 1) Deslegitimava o título da doação papal (relacionada à cláusula da evangelização);
- 2) E implicava na alienação da soberania régia e do poder apostólico.

A partir de 1531, em carta endereçada ao *Conselho de Índias*, Las Casas começa a destacar a mediação apostólica como a única capaz de realizar uma colonização justa da América.³⁶¹ Em 1535, definiu que a evangelização devia preceder a sujeição política e, contemporaneamente às *relecciones* de Domingo de Soto e Francisco de Vitória e os documentos do papa Paulo III, iniciou uma nova etapa da política missionária em Guatemala (Vera Paz).³⁶² Essas ideias, esboçadas desde o início da década de 1530 – momento em que Las Casas atuava diretamente nas Índias –, tomaram forma definitiva no contexto de fortalecimento do pensamento dominicano e sua aproximação dos interesses papais, influenciando também representantes do poder régio. Além disso, a dramaticidade das experiências históricas vividas no Peru corria a Europa e dava argumentos aos críticos do poder imperial, do monopólio ibérico no ultramar e reforçavam a suspeição em relação ao papa e sua interferência nas questões temporais.

Las Casas passou a negar a legitimidade de qualquer guerra movida pela resistência à pregação, à perseguição de cristãos ou pelo sacrifício de inocentes. Reviu também a ideia de um domínio de jurisdição pleno dos reis castelhanos sobre a América e passou a falar em um “soberano e universal império”, como “imperadores sobre

361 “Carta al Consejo de *Indias*”, 20 de janeiro de 1531. In: BATAILLON, Marcel; SAINT-LU, André. *El padre Las Casas y la defensa de los indios*, op. cit., p. 156 e ss.

362 “Carta a un personaje de la corte”, 15 de outubro de 1535. In: idem, p. 175 e ss.

muitos reis”.³⁶³ Na controvérsia com Juan Ginés de Sepúlveda, entre 1550-1551, Las Casas revelou as últimas consequências dessa nova doutrina:

*“Y en caso que después de cristianos no quisiessen el tal supremo señor recibir e obedecer (lo qual en los indios, mayormente los pueblos, no a lugar, porque de su naturaleza son mansísimos, humildes e obedientes), no se sigue por esso que se les puede hazer guerra (como el doctor Sepúlveda dize) mientras ellos permaneciessen en la Fée y en la observación de la Justicia. La razón es porque siempre se ha de tener respecto al fin e causa final por el qual el tal supremo e universal señor se les pone, que es su bien e utilidad, y a que no se les convierta el tal supremo señorío en daño, pernicié y destrucción. Porque si assí fuesse, no ay que dubdar, sino que desde entonces inclusivamente sería injusto, tiránico e iniquo el tal señorío.”*³⁶⁴

Mesmo que a observância da lei natural pelos índios favorecesse o reconhecimento da autoridade régia, ela era secundária comparada à finalidade apostólica. O poder espiritual se tornava princípio de legitimidade (relacionado às doações papais), meio para a realização e finalidade da colonização, subordinando a autoridade régia. Como enunciou o cronista de Carlos V: *“Aprettaua Fray Bartolome de tal manera, que si se hiziera lo que el queria, no fuera España Señora de las Indias”*.³⁶⁵

O pensamento de Las Casas atingiu sua radicalização máxima diante do plano de vendas de *encomiendas* perpétuas no Peru, projeto aprovado por uma junta em 1555 e aceito pelo recém-empossado Felipe II, em 1556. O projeto tinha sentido diametralmente oposto às *Leis Novas* e às posições jurídicas dos teólogos dominicanos, porque alienava as autoridades régia e apostólica por meio da venda dos súditos e fiéis americanos. (Voltaremos a esse ponto no próximo item). Essa radicalização se depreende, por exemplo, de uma carta escrita a Bartolomeu de Carranza Miranda, em 1555.

363 Essa nova doutrina está expressa em: CASAS, Bartolomeu de las. *Aquí si co[n]tiene[n] treynta propositiones muy juridicas: en las quales sumaria y succintamente se toca[n] muchas cosas pertenecie[n]tes al derecho q[ue] la yglesia y los principes christianos tienen, o puede[n] tener sobre los infieles de qual quier especie que sean...* Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008 (ed. fac-símile da edição de Sevilha, casa de Sebastián Trugillo, 1552). Disponível em: <URL: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=29816&portal=244>>. Acesso em: 23 mar. 2010, ver proposições 17 e 18. Ver também *Tratado comprobatorio del imperio soberano y principado universal que los Reyes de Castilla y León tienen sobre las Índias*. Cf. GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*, op. cit., p. 435-438.

364 CASAS, Bartolomeu de las. *Aquí si co[n]tiene[n] treynta propositiones muy juridicas...*, op. cit. Apud GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*, op. cit., p. 217-218.

365 SANDOVAL, Prudêncio de. *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, vol. 2, op. cit., p. 428.

“Al sexto presupuesto de vuestra Paternidad, que contiene que son los españoles por los indios y para su policía necesarios, especialmente para la religión, digo (...) que para tener los indios enteros y restaurarse en sus humanas y temporales policías, no habia de quedar hombre español en las Indias (...). Quanto a lo de la religión, también digo que, si fuera posible distinguir y apartar ésta, repugnar de términos de estar y no estar los españoles en Indias (estar para mantener la superioridad y señorío soberano en ellas de los Reyes de Castilla, y no estar por que no impidan y corrompan la Fée y religión de Christo con sus obras corruptísimas y exemplos mortíferos), echarlos todos de ella, si no fueran algunos escogidos para que rescibieran los indios la Fée y costumbres cristianas y se arraigan en ella, afirmo delante de Jesuchristo ser necesario, y que fuera la cosa mejor proveída que pensarse podía”.³⁶⁶

Aqui, o elemento retórico do discurso de Las Casas define-se pela expressão “si fuera posible”, em que a restituição e o abandono das possessões ultramarinas são tópicos³⁶⁷, apresentadas toda vez em que há uma polarização entre projetos de domínio antagônicos. Nesse caso, representada pela posição apostólica/papal, radicalizada por Las Casas, e pela posição senhorial/privada, naquele momento reconhecida como alternativa político-econômica pelo rei Felipe II através do projeto de *encomiendas perpetuas*.

Bartolomeu de las Casas faz, na passagem acima, sua opção política, que coloca o poder apostólico acima da autoridade régia. O reconhecimento radical do direito de domínio dos indígenas sobre seus corpos, coisas e organização política não tem como finalidade o estabelecimento de senhorios indígenas independentes – pelo menos não foi essa a experiência estabelecida em Vera Paz ou em qualquer outra parte da América –, mas sua subordinação a *plenitudo potestas* do papa e de seus ministros. Mesmo quando seu pensamento atingiu a radicalidade apostólica, ele ainda afirmava o direito de domínio régio, distinguindo agora o *ius ad Indias* e o *ius in Indiis*.³⁶⁸

Las Casas, em vez de ser considerado o “protetor dos índios”, precisa ser entendido como defensor de um projeto específico de domínio espanhol sobre a

366 Apud GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*, op. cit., p. 438.

367 Confirmada pelo fato de que não há nenhum registro histórico de restituição ou abandono, antes ou depois da evangelização ou “policia” dos índios.

368 Segundo essa distinção, o *ius ad Indias* era garantido ao rei da Espanha por concessão do papa Alexandre VI, mas para que esse direito fosse operativo, era necessário transformá-lo em *ius in Indiis*, por meio do livre consentimento dos nativos. Nessa formulação, o *dominium* sobre os indígenas é o meio de realização do direito espanhol sobre a América e da autoridade régia. A condenação do processo de conquista, como injusta e tirânica, não significava que o rei tivesse que abandonar os territórios conquistados. Las Casas acaba ponderando que esse abandono prejudicaria os próprios índios e pioraria a situação das Índias Ocidentais. Estudo preliminar de Pedro Borges in: PEÑA, Juan de la. *De bello contra insulanos intervencion de España en America. Escuela Española de la Paz. Segunda Generación, 1560-1585. Posición de la Corona*. Vol. X. Madri: CSIC, 1982, p. 40-41.

América. As mudanças em seu posicionamento, teórico e prático, acompanham os diferentes momentos da colonização espanhola na América, das quais podemos destacar três momentos. Em primeiro lugar, o clérigo *encomendero*, que se converteu diante da violência da conquista, mas reconhecia a necessidade de sujeição e exploração dos indígenas. Em segundo lugar, a ideia de reforma das instituições de *dominium* sobre os indígenas, sua combinação com o tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de um colonato europeu. Nesse momento, a estratégia de Las Casas enfatiza a aliança entre o poder temporal e o espiritual para conter os mecanismos de *dominium* e poder privado estabelecido pelos colonos. No terceiro momento de sua argumentação, depois de 1542, o domínio régio se transforma em meio para a realização de uma organização político-social mais perfeita, a república cristã. Ou seja, a partir do momento em que o pensamento escolástico, difundido pela Universidade de Salamanca, se torna hegemônico no ambiente doutrinal e nas esferas de governo, Las Casas adota, definitivamente, a perspectiva apostólica de seu pensamento político.³⁶⁹

É possível relacionar esses três momentos da política missionária de Bartolomeu de las Casas com a trajetória do padre Manuel da Nóbrega no Brasil.³⁷⁰ A diferença fundamental refere-se ao primeiro momento, em que Las Casas esteve diretamente envolvido com o pioneirismo da colonização castelhana, participando, desde o começo, da contradição que envolvia o *dominium* sobre os indígenas. O padre Manuel da Nóbrega chegou ao Brasil no momento de intervenção régia e devia estabelecer um contraponto em relação às formas de sujeição dos indígenas estabelecidas pelos colonos. Esse fato permitiu construir uma ideia de virtude jesuíta amplificada pela cobiça dos colonos, opondo as formas de sujeição privada dos primeiros à tutela e à perspectiva apostólica da missão jesuíta.

Nos dois outros momentos, as posturas deles se aproximavam. Primeiramente, ao definir a separação entre os poderes temporal e espiritual, eles propunham uma aliança entre a Coroa e a Igreja para o restabelecimento da ordem colonial. Mas, em

369 Na década de 1550, como nos lembra Brufau Prats: “o horizonte doutrinal e o ambiente ideológico eram muito distintos dos que reinavam quando ele [Domingo de Soto] lecionou sua *relección De Dominio*: as ideias vitorianas haviam encontrado eco não somente entre os teólogos da Universidade de Salamanca, senão também em toda Espanha e mesmo na América, no ambiente universitário e nas esferas de governo”. BRUFAU PRATS, J. *El pensamiento político de Domingo de Soto*, op. cit., p.194.

370 Carlos Zeron identifica três momentos da missionação do padre Manuel da Nóbrega: a primeira, marcada pela oposição aos colonos e pelo otimismo da evangelização dos indígenas; um segundo momento, definido pela descrença com a missionação, que leva a ideia de sujeição militar dessas populações; e, uma última fase, caracterizada pela ideia de poder indireto e de tutela. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 44-171.

seguida, revelaram uma descrença em relação à capacidade da Coroa de fazer valer as autoridades política e religiosa sobre os interesses econômicos da colonização. Esse estado de coisas exigia a concentração do poder sobre os indígenas nas mãos dos religiosos e define um ponto de distanciamento em relação ao poder temporal.

É importante observar que os momentos do projeto missionário de Nóbrega se sucedem de forma muito mais rápida do que as mudanças na postura de Las Casas. A primeira postura do padre Manuel da Nóbrega define-se em suas primeiras cartas, escritas a partir de seu desembarque no Brasil. A segunda postura já pode ser identificada nas cartas de 1553, e seu posicionamento definitivo é construído a partir de 1555. Acompanhemos em mais detalhes essas mudanças.

Na carta de nove de agosto de 1549, o superior dos jesuítas no Brasil denuncia os assaltos e enganos praticados pelos cristãos para escravizar os indígenas: eles eram responsáveis pelo estado de guerra que havia naquela conquista – “os primeiros escândalos são por causa dos cristãos, e certo que, deixando os maus costumes que eram de seus avós, em muitas coisas fazem vantagem aos cristãos, porque melhor moralmente vivem e guardam melhor a lei da natureza”.³⁷¹ Essa repreensão reforçava as críticas contra a escravização indiscriminada dos indígenas presente no regimento de Tomé de Sousa.³⁷²

Para combater os excessos praticados pelos cristãos, Nóbrega pedia mais poderes para o papa e dirigia-se ao rei para que intercedesse contra essas ações dos moradores, propondo que os índios, escravizados injustamente, fossem restituídos às suas terras e se colocasse um padre da Companhia em suas aldeias, para sua educação.

A primeira visão de Nóbrega responsabilizava os maus cristãos e convocava a aliança entre o poder temporal e o poder espiritual para o estabelecimento do domínio colonial sobre a América – “debaixo da obediência de um pai que os reja [o rei], e de um Padre nosso que os doutrine”.³⁷³ O irmão Pero Correia pede ao padre Simão Rodrigues que negocie com o rei os meios necessários para a ampliação da missão e promete, em contrapartida, a sujeição dos índios e a garantia de que prestariam

371 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”. Bahia, 9 de agosto de 1549. In: idem, p. 122.

372 “Informação das terras do Brasil. Do p. Manuel da Nóbrega, aos padres e irmãos de Coimbra”. Bahia, agosto? de 1549. In: CPJB, vol. I, p. 148-150.

373 “Carta do p. Manuel da Nóbrega a D. João III rei de Portugal”. Bahia, princípios de julho de 1552. In: idem, p. 346-347.

serviços aos moradores.³⁷⁴ Daí que o trabalho do colégio jesuíta, como dizia o padre João de Azpicuelta Navarro, não se restringia à educação e doutrinação das crianças, “mas también para paz y sossiego de la tierra y provecho de la república”.³⁷⁵

Nóbrega criticava o fato de o governador Tomé de Sousa se ausentar de Salvador e favorecer as guerras contra os indígenas, que aparecia como elemento de desestabilização social que impedia a missão religiosa. O superior dos jesuítas não se opunha à escravidão indígena, mas se mostrava preocupado pela guerra contra os índios aliados ou potencialmente aliados.

Nesse primeiro momento, o trabalho catequético se deu por meio das “missões volantes”: os missionários se dirigiam às aldeias indígenas, promovendo uma evangelização em massa, através do batismo e dos ensinamentos da doutrina cristã.³⁷⁶ Os índios eram descritos como o “papel em branco” ou como a “cera virgem”, em que os missionários podiam escrever ou moldar à sua vontade. Nóbrega acreditava na disposição do índio em se converter à fé católica e apostava no sucesso do trabalho catequético, que é descrito com otimismo: “va todo en grande crecimiento”.³⁷⁷

Em uma carta, escrita em italiano, ao padre Simão Rodrigues, Manuel da Nóbrega observava que muitos moradores tinham problemas de consciência por causa dos escravos que tinham contra a justiça.

*“Sathanasso tiene al tutto ligate le anime in questo modo, et è molto difficile levare questo abuso perché li huomini che di qua vengono non hanno altra vita che di schiavi (...). Perchè li sacerdoti di qua non ne fanno scrupolo alcuno, il miglior rimedio per questo saria che il Re mandassi inquisitori et commissarii per fare liberare li schiavi.”*³⁷⁸

O padre pedia a interferência da Coroa por meio da Inquisição e que os índios escravizados por engano fossem libertados e entregues à tutela da Companhia. A denúncia de Nóbrega contra os moradores se assemelhava às condenações feitas pelo padre Montesinos na Ilha Espanhola. Com que direito, com que justiça os índios eram

374 “Carta do ir. Pero Correia ao p. Simão Rodrigues”. São Vicente, 10 de março de 1553. In: idem, p. 443-444.

375 “Carta do p. João de Azpicuelta Navarro aos padres e irmãos de Coimbra”. Salvador, agosto? de 1551. In: idem, p. 281.

376 Ver como exemplo de “missão volante” a “Carta do p. João de Azpicuelta Navarro aos padres e irmãos de Coimbra”. Bahia, 28 de março de 1550. In: CPJB, vol. I, p. 183-184.

377 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpiculeta Navarro”. Bahia, 10 de agosto de 1549. In: idem, p. 132-145.

378 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”. Porto Seguro, 6 de janeiro de 1550. In: idem, p. 166-167.

reduzidos à escravidão? Com que autoridade essas guerras foram movidas? A instituição do governo-geral e, mais particularmente, a ação dos missionários pretendia restituir a justiça que o processo de conquista havia ignorado, para isso era necessário aumentar o poder dos missionários e dar a eles a tutela dos indígenas. Segundo o irmão Pero Correia, os missionários restituíam a justiça na ausência física do rei: “Y sy oviera Rey, el convertido, fueron todos, mas ya que no lo ay, para convertilos há de ser necesario passar aquí muchos hermanos”.³⁷⁹

Outra vertente do trabalho missionário era a evangelização dos escravos, no qual os jesuítas diziam fazer grandes frutos.³⁸⁰ Quando da sua passagem pela capitania de Pernambuco, o padre Antônio Pires observou que havia muitos escravos e escravas na capitania.³⁸¹ Como analisamos acima, o capitão e governador de Pernambuco, Duarte Coelho, resistiu à interferência do governo-geral em sua capitania. Mas os missionários interferiam no *dominium* dos senhores sobre os escravos e conseguiam, por essa via, intervir nas relações político-econômicas da capitania, como se observa no trecho a seguir:

*“Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos, quanto é a fama que tem, e certo creio que por eles não castigou a justiça do Altíssimo tantos males até agora. E porém é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça, e por isso a jurisdição de toda a costa devia ser de V. A.”*³⁸²

Nóbrega escrevia diretamente ao rei, mostrando a capacidade dos jesuítas de penetrarem, em nome do poder espiritual, na esfera temporal da colônia, sugerindo que a Coroa retomasse a jurisdição da principal capitania do Brasil.³⁸³ Nóbrega acompanhou o ouvidor-geral, Pero Borges, em sua correição pelas capitanias. Em carta ao rei, o ouvidor reforçava a argumentação dos jesuítas: “a causa que principalmente fazia a

379 “Carta do ir. Pero Correia ao p. Simão Rodrigues”. São Vicente, junho de 1551. In: idem, p. 231.

380 Como exemplo, ver “Carta do p. Manuel da Nóbrega aos padres e irmãos de Coimbra”. Pernambuco, 13 de setembro de 1551. In: idem, p. 287. O padre Francisco Pires dizia: “O fervor dos escravos com as pregações na língua e doutrina é tanto que envergonhavam aos senhores, e melhor sabem a doutrina cristã que os senhores”. “Carta do p. Francisco Pires aos padres e irmãos de Coimbra”. Bahia, 7 de agosto de 1552. In: idem, p. 395.

381 “Carta do p. Antônio Pires aos padres e irmãos de Coimbra”. Pernambuco, 2 de agosto de 1551. In: CPJB, vol. I, p. 259-260

382 “Carta do p. Manuel da Nóbrega a D. João III rei de Portugal”. Olinda, 14 de setembro de 1551. In: idem, p. 291.

383 A última carta do padre Manuel da Nóbrega para o rei D. João III é de 1553; segundo Serafim Leite, a proibição de escrever diretamente ao rei deve ter partido do provincial de Portugal Diego Mirón (1552-1555). In: CPJB, vol. II, p. 419, n. 23.

estes gentios fazer guerra aos cristãos era o salto que os navios, que por esta costa andavam, faziam neles.”³⁸⁴ E por requerimento dos jesuítas, o ouvidor libertava os índios escravizados por engano; e os índios, então, reconheciam que a justiça fora feita e deixavam de fazer guerra.

Os limites das “missões volantes” logo se revelaram; ao retornar àquelas aldeias os padres encontravam os índios entregues aos vícios de sempre: poligamia, bebida, nudez e antropofagia.

O segundo momento da ação missionária procurava pôr em prática as ideias esboçadas no Regimento de 1548: *descimento* e *aldeamento*. Procurava tratar o *dominium* sobre os indígenas por meio da divisão entre os poderes temporal e espiritual, que garantiriam a salvação religiosa, a produção econômica e a autoridade do rei. Os índios deviam ser retirados de suas aldeias e ressocializados nos *aldeamentos* próximos às vilas coloniais e zonas açucareiras. Índios nômades de diferentes tribos foram sedentarizados e suas vidas passaram a ser organizadas pelo ritmo do trabalho agrícola e da oração. Essa estratégia possuía dois objetivos básicos:

- 1) A defesa contra as ameaças internas (tribos inimigas e escravos amotinados) e externas (franceses, holandeses e ingleses);
- 2) Arregimentar os índios, criando um contingente disponível de mão de obra.

O sistema de *aldeamentos* era uma forma de organização em que os jesuítas mediavam as relações entre os colonos e os indígenas, fornecendo mão de obra disciplinada e barata para a exploração colonial; mas este equilíbrio também se revelou frágil. Os aldeamentos sofreram o impacto das resistências indígenas e da mortandade causada pelas epidemias. Os colonos aumentavam a demanda pela mão de obra à qual os *aldeamentos* não conseguiam responder. Novamente a colônia se encontrava em perigo.

Essa nova atitude revelou uma mudança na percepção do índio e do trabalho de conversão. A inconstância indígena exigia o isolamento e o controle direto dos jesuítas. Esse novo olhar sobre a questão indígena construiu a ideia de tutela, em que o *dominium* era definido por meio das relações domésticas.³⁸⁵ Segundo os jesuítas, os

384 “Carta do Dr. Pero Borges a D. João III rei de Portugal”. Porto Seguro, 7 de fevereiro de 1550. In: CPJB, vol. I, p. 175.

385 O historiador jesuíta Serafim Leite atribui aos indígenas o motivo dessa transformação: “Esta igualdade na justiça era a incorporação jurídica dos Índios ao sistema legal dos colonizadores. A experiência, porém, demonstrou que eles, devido o seu atraso mental, não estavam ainda preparados para tal incorporação. Estabeleceu-se, portanto, um regime particular, diferenciado da justiça colonial

índios dependiam da presença e de sua consciência para não retornarem ao estágio anterior à conversão. No entanto, essa nova postura dos jesuítas passava a entrar em contradição com a atuação dos funcionários régios, como o governador Tomé de Sousa.

Em 1553, Nóbrega descreveu o projeto de ir ao sertão, partindo de São Vicente, e dizia que alguns moradores, descontentes com o governador ou com esperanças de encontrar ouro e prata, o queriam acompanhar.³⁸⁶ Tomé de Sousa impediu a jornada, porque se abriria a porta para grandes males e a capitania se despovoaria, e pelas disputas territoriais entre Portugal e Espanha pela região, a qual Nóbrega assegurava “estar na Conquista do Rei de Portugal”.³⁸⁷ O governador também proibiu que os jesuítas vivessem entre os gentios em qualquer capitania. Nóbrega desabafava: “Finalmente, que por todas as vias estamos como presos e não temos liberdade de servir a N. S. como entendemos O ser servido.”³⁸⁸

A argumentação de Nóbrega é construída por meio da afirmação da obediência ao governador e de sua negação, ao revelar que a atitude do governo temporal impedia a exploração das riquezas do sertão e o desenvolvimento do projeto missionário. Havia, portanto, um conflito entre o governo temporal e o espiritual. O governador propunha a ideia das missões volantes – pregar o Evangelho e voltar para as capitanias. Mas Nóbrega contestava, argumentando que a ausência de ídolos entre os gentios exigia um trabalho missionário contínuo, os padres serviriam de exemplo, vivendo com eles, e educariam as crianças.

*“Ajúntase a esto todo llevar el Obispo y su Visitador otro modo de proceder, como ellos quieren y entienden, lo qual, dado que pueda ser el mejor y el que N. S. quiera, es de todo contrario al fundamento que nosotros teníamos echado en estas partes, y mucho más pudiéramos obrar entre christianos con el temor que les poníamos con la venida de la justicia eclesiástica que agora después de venida. Y solamente diré una cosa general a V. R. para le dar ocasión de llorar, i es que donde podía sacar dinero, aunque no ubiesse pecado, allí avía grandes exámenes, y donde no, aunque ubiesse graves pecados, hazíase poca cuenta deso.”*³⁸⁹

propriamente dita. Consistia numa forma de tutela, em que os Índios se equiparavam, na prática, a filhos-famílias, e em que o exercício da autoridade se desenvolvia, reciprocamente, de modo paternal, com as manifestações concomitantes de correção, proteção, assistência e defesa.” In: HCJB, I, p. 76.

386 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”. São Vicente, 10 de março de 1553. In: CPJB, vol. I, p. 448-458.

387 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”, 10/3/1553, in: CPJB, vol. I, p. 451.

388 Ibidem, p. 452.

389 Ibidem, p. 454. Parecer semelhante foi dado pelo irmão Pero Correia em uma carta ao padre Simão Rodrigues, 10/3/1553, In: idem, p. 435-437.

O medo da chegada do bispo e do visitador era mais eficaz do que a presença destes, porque eles praticavam a justiça eclesiástica movidos pelo dinheiro. Em relação ao governador, sua crítica era mais cuidadosa; mas contundente, se analisarmos as entrelinhas do documento. Vejamos o trecho a seguir:

*“El Governador tiene hecho en esta costa mucho, tanto que nunca cesamos de loar a N. S. por dar tal saver y tal virtude a un hombre. Todo puso en su lugar en la visitación desta costa, pero como N. S. es perfecto solamente, non puede el hombre tener todo. Digo esto porque, quando la cosa es de calidad que es servicio de Dios N. S., y el Rei también N. S. en la tierra va mesturado, todo junto, no ai que dezir sino que lo haze mejor que quantos hombres lo pudieran hazer; porque quando puede adivinar que el servicio, aunque sea cierto, puede prejudicar al servicio del Rei, dudoso, no lo haze ni lo permite hazer; y aver en un hombre tam pouco mal es mucho de loar.”*³⁹⁰

Nóbrega começava elogiando o governador, com a ressalva nas questões conflituosas entre o governo temporal e o espiritual. Essas duas instâncias de governo estavam misturadas na colônia e quando o governador suspeitava de que certa medida, mesmo que necessária e correta, poderia prejudicar o serviço do rei (o governo temporal), ele a impedia.

Nóbrega mostrava prudência, não queria interferir na justiça temporal porque isso causaria escândalos e resistência por parte dos moradores, mas sua argumentação sugere que ele era impelido a isso.

*“Dixe al Governador que proveyese en ello y, como él haze todo com mucho consejo, y algunos de su consejo tienen también los Indios en casa, es [de] parescer que no se toque en esso por el prejuizio que verná a muchos hombres, y que mejor es estar en subjección, y que sirvan las haciendas; y que esto es más servicio del Rei y bien de la tierra y de los moradores della; y de otra manera, como esto toca a casi todos, será grande mal para la tierra, y otras razones semejantes.”*³⁹¹

Alguns conselheiros do governador também praticavam irregularidades em relação ao cativo indígena e justificavam isso por ser prática costumeira e pela necessidade de mão de obra, que viabilizava a exploração econômica da terra, sendo serviço do rei. Ou seja, segundo a lógica dos moradores e do governador, mais valia garantir a sujeição doméstica dos índios e, conseqüentemente, o serviço do rei e o bem da terra, do que tentar inverter essa equação, que seria colocar os índios sob o domínio

390 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”, 10/3/1553, in: CPJB, vol. I, p. 455.

391 Ibidem, p. 456.

dos jesuítas e, por essa via, sedimentar a autoridade régia, aumentar sua fazenda e garantir o bem comum da sociedade colonial.

“Y a mí parecíame que no se devía dexar de hazer razón y justicia yualmente por todas sus razones, porque la cosa donde no la ai no la favorece N. S., y por mucho maior bien tengo de la tierra dar a cada uno lo que es suio, que no con pecados de que nunca saldrán sustentarla; y creo que entonces darán los ingenios más açúcar y más dézimos a S. A.”.³⁹²

O aumento da arrecadação e da produtividade da terra dependia da aplicação da justiça e lei cristãs na relação com os índios, que só podia ser garantida pelos jesuítas. Tanto o bispo³⁹³ como o governador foram incompetentes nesse sentido. O primeiro agiu por interesses econômicos e preocupava-se unicamente com os portugueses, e o segundo não submeteu os índios à justiça, preferindo que continuassem praticando seus pecados como escravos dos portugueses. Pela expressão “dar a cada um o que é seu”, Nóbrega propunha a separação do poder temporal do espiritual e que o domínio sobre os indígenas deveria estar a cargo dos jesuítas. Para confirmar o que dizia, assim se referia ao futuro do governador Tomé de Sousa: “folgará muito de viver cá, não por Governador, senão por morador, com o que cá tem. Digo de sua criação e seus escravos, porque é muito contente desta terra e acha-se muito bem nela”.³⁹⁴ Ao fim do mandato do primeiro governador do Brasil, Nóbrega tocava na contradição central do processo de colonização, em que os diferentes agentes coloniais, ao se envolverem com a produção colonial e com as modalidades de *dominium* privado e doméstico sobre os indígenas, passavam a agir de forma independente aos interesses da Coroa. (Analisaremos esse paradoxo em relação aos governadores-gerais e vice-reis no capítulo 3).

A retórica de Nóbrega define a virtude jesuíta e a especificidade de seu *dominium* sobre os indígenas pelo contraste em relação aos colonos, clero regular e funcionários régios, em que as autoridades coloniais ou se vinculavam aos interesses

392 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”, 10/3/1553, In: CPJB, vol. I, p. 456.

393 O bispo D. Pedro Fernandes, em contrapartida, contestava os métodos pouco ortodoxos praticados pelos jesuítas na evangelização dos indígenas e o envolvimento deles no comércio colonial. O bispo refere-se aos padres jesuítas no Brasil como mancebos e pede a visitação de um superior a cada três anos. “Carta de D. Pedro Fernandes ao padre Simão Rodrigues”. Bahia, julho de 1552. In: ADCB, p. 357-366. Assim se refere ao padre Manoel da Nóbrega: “es virtuoso y letrado, mas poco experimentado y muy casado com su parecer, por lo que me parece que tiene mejor talento para ser súbdito, que para mandar”. “Carta de D. Pedro Fernandes ao reitor do colégio de S. Antão de Lisboa”. Salvador, 6 de outubro de 1553. In: CPJB, vol. II, p. 10.

394 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”. Bahia, 10 de julho de 1552. In: CPJB, vol. I, p. 354.

privados e escravistas ou se envolviam diretamente com esse sistema produtivo e político. Os jesuítas deviam, portanto, reunir tanto o poder temporal como o espiritual sobre os indígenas e, somente desta forma, a justiça e autoridade régias se realizariam e se aumentaria a eficiência econômica da exploração colonial.

É preciso analisar se essa diferenciação retórica das formas de *dominium* era efetiva nas práticas jesuítas, ou se eles, assim como todos os outros agentes coloniais, também estavam sujeitos à ambivalência conceitual e prática do conceito de *dominium*, definida pela exploração privada e econômica dos indígenas e africanos que se sobrepunha ao bem comum e às autoridades políticas em Portugal e em Roma.

Segundo o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, em um documento ao rei Felipe II, os jesuítas impediam a separação entre o poder temporal e o espiritual nos *aldeamentos*. Eles concentravam ambos os poderes sobre os indígenas, pois queriam fazê-los “forros de seu poder absoluto.”³⁹⁵ Gabriel Soares define o estatuto indígena nos aldeamentos jesuíticos pela condição social de “forro”, ou seja, o escravo liberto ou o servo, como se a ideia de “liberdade” indígena fosse um subterfúgio para o exercício de um domínio doméstico, que tirava dos particulares a possibilidade de usufruto do trabalho indígena e alienava o domínio político-jurídico do rei. Os jesuítas passavam a controlar a reprodução social dos indígenas, e o domínio doméstico exercido sobre eles se convertia em poder temporal e absoluto.

Seguindo sua argumentação, Gabriel Soares diz que a independência econômica, conseguida com o auxílio dos reis, reforçava a autonomia política dos jesuítas, que passaram a ser odiados pelo povo. Os padres questionam a aparente opulência descrita por Soares e enfatizam a imagem de pobreza em que viviam, respondendo da seguinte forma às suas graves acusações:

*“As Aldeias, que têm [os jesuítas], são de El-Rei e do povo, e dos índios nos servimos, como os mais da terra, por seu estipêndio, e não têm os Padres estas aldeias como eles [os senhores] têm as suas, em Jaguaribe, e outros particulares em suas terras, das quais eles sós se servem, e ninguém se atreve a bulir nelas, nem são mais que quatro aldeias, as quais se vão consumindo, pelos contínuos serviços em que os trazem, de guerras, rebates de Ingleses, fortes, baluartes, ir às minas com o informante, e coisas semelhantes.”*³⁹⁶

395 “Capítulos que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou” [1592]. In: ABN RJ, vol. 62. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 377.

396 Ibidem, p. 351.

Os jesuítas invertem a acusação. Em suas aldeias não havia alienação do poder régio ou do povo, eles se serviam do trabalho indígena em troca de um salário e os faziam disponíveis às necessidades do povo, visando ao bem comum. Os jesuítas destacam os serviços relacionados à defesa da terra, como força militar e mão de obra para a construção das fortalezas, além da busca de minas.³⁹⁷ Já nas aldeias senhoriais, os indígenas serviam somente ao bem privado dos particulares, alienando o poder régio e contradizendo os interesses do povo e o bem comum, o que permitia, em última instância, a emergência de uma força política autônoma. O domínio dos jesuítas sobre os indígenas era, portanto, superior ao domínio privado dos senhores, porque era o único que podia garantir o bem dos indígenas, o bem comum e a autoridade régia.

Nesse sentido, Nóbrega argumentava que o serviço divino e o crescimento da Companhia dependiam de alguma criação de gado, do trabalho dos escravos e da aquisição de algumas terras, mas mostrava prudência diante dos murmúrios daqueles que condenavam que os jesuítas adquirissem bens de raiz. A independência econômica era entendida por Nóbrega como uma condição *sine qua non* para a realização da missão jesuítica. O superior procurava circunscrever essa atividade à lógica da casa – como necessidade de manutenção do colégio e dos alunos³⁹⁸ –, enquanto seus críticos entendiam que elas extrapolavam esse âmbito, caracterizando-as como comércio e atividade produtiva.³⁹⁹

O padre Manuel da Nóbrega decide, então, que os aldeamentos deviam se afastar do assédio dos colonos, e as dificuldades na conversão do gentio exigiam uma “sujeição moderada”. Nóbrega passou a descrever o índio como o “ferro frio e duro” que precisava ser forjado, exigindo temor e sujeição. Essa nova atitude da Companhia de Jesus perante o domínio sobre os indígenas coincidiu com a chegada do novo

397 O padre Luís da Fonseca, em representação ao rei Felipe II, enfatiza a importância dos aldeamentos para a defesa militar do Brasil, que são como “fortalezas”, particularmente na sujeição dos escravos de Guiné. “Representação de Luís da Fonseca a El-Rei”. Bahia, 13 de janeiro de 1585. In: HCJB, t. 2, p. 621.

398 Carlos Zeron destaca três formas de financiamento da missão estabelecida pelos jesuítas: (1) Rentabilização das terras e dos bens imóveis; (2) Atividades econômicas de subsistência e de produção voltadas ao comércio interno e externo; (3) Sistema de empréstimo e crédito. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 96 e ss.

399 “Carta de D. Pedro Fernandes ao padre Simão Rodrigues”, 7/1552. In: ADCB, p. 302. A resposta de Nóbrega às críticas do bispo aparecem em sua carta de 10 de março de 1553, em que diz que caso os inácianos não tivessem poder temporal sobre os índios, a missão seria inviabilizada porque se tornaria simples deleite erudito e se restringiria à educação das crianças. “Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues”. São Vicente, 10 de março de 1553. In: CPJB, vol. I, p. 457.

governador-geral do Brasil, Duarte da Costa.⁴⁰⁰ Mas, no interior da Companhia, surgiram opositores à postura pragmática de Nóbrega – que conciliava escravismo e tutela indígena, vinculando a missionação a um projeto distinto de colonização.

Esse novo momento da política missionária do padre Manoel da Nóbrega partiu da constatação da incapacidade de o poder temporal agir de forma independente dos interesses econômicos que favoreciam os abusos contra os índios e dificultavam o pleno estabelecimento dos *aldeamentos* jesuítas. Dizer que na colônia os poderes temporal e espiritual estavam misturados implicava na demanda de que os jesuítas controlassem ambos os aspectos da administração dos índios. A escolha dessa via, definida por Carlos Zeron como pragmática, tinha o empecilho de aproximar o sistema de exploração dos indígenas e dos africanos feito pelos jesuítas do sistema de exploração dos colonos.

É possível observar também uma influência das notícias sobre a descoberta de riquezas minerais no Peru e do processo de colonização castelhana nas mudanças observadas na missionação jesuíta, principalmente entre os anos 1553-1558. A decisão do padre Manuel da Nóbrega de estabelecer missões entre os Carijó e no sul do Brasil é uma evidência disso. O padre Leonardo Nunes foi o primeiro a dar notícias a Nóbrega dos Carijó:

*“hablé con unos castellanos que aquy estão, y vinieron del Perú hastaquy por tierra; y después destos llegaron otros del Paragay, adonde tienen una grande población (...) me dixerón mil bienes de aquellos gentiles adonde están, que son los Carijós, y la disposición que tienen para ser buenos christianos. (...) Deseando escrevir a V. R.^a grandes minas de animas que nuestro Señor tiene descubiertas, muy apareyadas para se comprry su sanctíssima fe en ellas, aún por carta no podre dizirle todo lo que see”.*⁴⁰¹

As notícias do Peru e da boa disposição dos Carijó para serem cristãos são transmitidas ao provincial por uma metáfora que estabelece uma analogia entre a mineração e a evangelização: “grandes minas de almas”. Alguns meses depois, o padre Manuel da Nóbrega já se encontrava em São Vicente e, de lá, informava o provincial de Portugal Simão Rodrigues:

400 O novo governador foi nomeado em março de 1553 e chegou à Bahia no dia 13 de julho do mesmo ano. De sua história familiar gostaríamos de destacar o papel exercido por seu pai, D. Álvaro da Costa, no casamento de D. Leonor, filha do imperador Carlos V, com D. Manuel de Portugal; consolidando a união entre a dinastia de Avis e a dos Áustrias que terá consequências decisivas com a morte de D. Sebastião. In: CPJB, vol. I, idem, p. 73.

401 “Carta do P. Leonardo Nunes ao P. Manuel da Nóbrega”. São Vicente, 29 de junho de 1552. In: CPJB, I, p. 336-339.

*“Yo é pedido al Governador licentia para nos dexar entrar por alguna otra Capitanía de la costa adonde no oviesse los inconvenientes que en esta ai, los quales son ser descubiertas minas, y presumen ser plata, aunque por falta de quien la funda no se save de cierto lo que es. Las quales minas hallaron y descubrieron los castellanos de Paragai, que estarán de aquí desta Capitanía 100 leguas, i está averiguado estar en la Conquista del Rey de Portugal, y por estas y otras cosas a cerrado el Governador el camino así a portugueses como a castellanos. Y así se tiene noticia de una gentilidad en estas partes de mucho oro, en pos del que andan los castellanos por vía del Perú”.*⁴⁰²

Nóbrega trata diretamente das riquezas minerais presentes nessa região de fronteira incerta, que ia de São Paulo ao Peru, mas que ele assegura estar na conquista de Portugal. Ele pede ao padre Simão Rodrigues que trate esse assunto diretamente com o rei, porque o governador estorvava a expansão da missionação para aquela região e, consequentemente, a descoberta das minas de ouro e prata.

Um dos castelhanos que chegaram do Paraguai, em 1552, dando notícia das minas e das almas, foi Antônio Rodrigues. Na qualidade de conquistador, Antônio Rodrigues partira de Sevilha em 1535, ao comando de D. Pedro de Mendoza. Essa expedição avançou até as portas do Peru, passando por Buenos Aires, Assunção e o Chaco. Nóbrega o recebeu na Companhia, como irmão, em 1553. Diz o irmão:

*“Ya os tengo contado, Charísimos Hermanos, la mies que vy por esta tierra así en todos estos gentiles y Carijos como en el Perú, adonde ay gran necesidad de Padres de la Compañia, porque a la fin los que allá van llevan más su intento en el oro que en las ánimas y más impiden con su codicia su salvación.”*⁴⁰³

Novamente, mineração e evangelização se entrelaçam profundamente. O irmão Antônio Rodrigues convocava os inicianos de Coimbra a se engajarem naquela nova área de missão, colocando as riquezas minerais a serviço da finalidade apostólica. Nessa perspectiva foi fundado, pelo padre Manuel da Nóbrega e pelo irmão José de Anchieta, o colégio dos jesuítas em São Paulo. Anchieta define claramente as sugestões indicadas acima:

“A isto acrescenta-se também que, tendo-se dirigido todas as orações e gemidos dos nossos Irmãos, desde que estão cá, a pedirem contínua e fervorosamente a Deus se dignasse mostrar claramente o caminho, pelo qual estes gentios se haviam de levar a fé, agora acabou Ele por mostrar grande abundância de ouro, prata, ferro e

402 “Carta do p. Manuel da Nóbrega ao p. Simão Rodrigues”, 10/3/1553, in: idem, p. 451.

403 “Carta do ir. Antônio Rodrigues aos padres e irmãos de Coimbra”. São Vicente, 31 de maio de 1553. In: idem, p. 480.

*outros metais, antes bastante desconhecida, como todos dizem, e esta abundância julgamos que será ótimo e fácil meio, como já nos ensinou a experiência. Pois, vindo para aqui muitos cristãos sujeitarão os gentios ao jugo de Cristo, e assim estes serão obrigados a fazer, por força, aquilo a que não é possível levá-los por amor”.*⁴⁰⁴

A descoberta das minas de ouro, prata, ferro e outros metais era uma obra divina, que definia os meios para a sujeição dos índios ao *jugo de Cristo*. A realização dessa missão se daria pela atração de muitos cristãos e pela força. O mesmo método foi sugerido pelo padre Manuel da Nóbrega, que evocava, então, a forma castelhana de incorporação dos índios à sociedade colonial:

*“E os que não quisessem recebê-lo [o jugo da razão], sujeitá-los e fazê-los tributários ao serviço d’El-Rei e dos cristãos, que os ajudassem a senhoriar, como se fez em todas as terras novas que são conquistadas, como do Peru e outras muitas”.*⁴⁰⁵

A diversificação das relações de poder e de *dominium* definem-se por meio das experiências em diferentes partes do império ultramarino de Portugal e Castela.⁴⁰⁶ Esse mapa, das modalidades de *dominium* dos índios nos engenhos e *aldeamentos* do litoral brasileiro e nos espaços de mineração castelhanos, se completava com a escravidão dos negros, “da terra” e “etíopes”.

*“A estes seguem-se inumeráveis outras gentes a ocidente, pelo interior até a Província do Peru (...). E outra infinita multidão de nações está vizinha destes, chamados pelo próprio nome Escravos [“Servi”], por meio dos quais se vai até ao Amazonas, e julgamos que vivem etíopes na outra banda do mar”.*⁴⁰⁷

404 “Carta do ir. José de Anchieta ao p. Inácio de Loyola”. São Paulo de Piratininga, 1 de setembro de 1554. In: CPJB, II, p. 116-118.

405 “Carta do padre Manuel da Nóbrega ao padre Miguel de Torres”. Bahia, agosto de 1557. In: idem, p. 401.

406 A reflexão dialógica entre a experiência de colonização castelhana e a do Brasil aparece em outras cartas de Nóbrega. Ver a “Carta do padre Manuel da Nóbrega ao padre Miguel de Torres”. Bahia, 8 de maio de 1558. In: CPJB, II, p. 453. E a “Carta do padre Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa antigo governador do Brasil”. Bahia, 5 de julho de 1559. In: CPJB, III, p. 92 e ss.

407 “Carta do ir. José de Anchieta ao p. Inácio de Loyola”, 1/9/1554, in: CPJB, II, p. 116-117. Encontramos uma construção geográfica semelhante na descrição do cronista Guaman Poma de Ayala: “Has de saber que todo el reino tenía cuatro reyes, cuatro partes, Chinchaysuyo a la mano derecha, al poniente del Sol; arriba, a la montaña hacia la mar de el Norte, Andesuyo; de adonde nace el Sol, a la mano izquierda, hacia Chile, Collasuyo; hacia la Mar del Sur, Condesuyo. (...) La mitad del reino hacia la mar del Norte no está conquistado y mucho más los indios de Chile y los indios Arauquas y Mosquitos que pega con el reino de Guinea, que casi todo tenían sujeto los reyes ingas. POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva corórina y buen gobierno*. Vol. II. México: Fondo de Cultura Económica, 2005 [1615], p. 810-811.

As questões relativas ao *dominium* sobre os indígenas e africanos foram colocadas no interior da Companhia de Jesus e a substituição de Manoel da Nóbrega por Luís da Grã, no provincialato do Brasil, indica que as propostas e práticas de Nóbrega desagradavam aos seus superiores. O padre Luís da Grã questionava a prática da escravidão no interior dos aldeamentos, fazendas e colégios jesuítas. Nóbrega respondeu a esses conflitos por meio de uma postura conciliatória, sem abrir mão de seu pragmatismo pró-escravista.

*“De Sant Vicente escrevi, conformando-me com o Padre Luís da Grã, que nos parecia não se haver de aceitar d’El-Rey terras nem escravos para granjearia. Agora, conformando-me com o que de lá [São Vicente] escrevem e com o parecer dos Padres de aqui [Bahia], digo que se aceite tudo até palhas; e digo que se S. A. nos quisesse mandar uma boa dada de terras, onde ainda não for dado, com alguns escravos de Guiné, que façam mantimentos para esta Casa e criem criações, e assim para andarem em hum barco pescando e buscando o necessário, seria muito acertado, e seria a mais certa maneira de mantimento desta Casa. Escravos da terra não nos parece bem tê-los por alguns inconvenientes. Destes escravos de Guiné manda ele trazer muitos à terra. Podia-se haver provisão para que dos primeiros que viessem nos desse os que Sua Alteza quisesse”.*⁴⁰⁸

Os escravos nas aldeias e colégios jesuítas eram justificados pela manutenção dos alunos índios e dos órfãos – assim como havia justificado o capitão de São Tomé, Álvaro de Caminha, para o sustento dos *moços* judeus. Sobre a resistência de se utilizar escravos da terra, Nóbrega sugere a utilização de escravos de Guiné. Os olhos de Nóbrega estavam voltados para os dois lados do Atlântico, logo que chegou à Bahia perguntou ao Provincial sobre a missão no Congo, para ele os domínios ultramarinos se apresentavam como um todo, e a política imperial devia superar uma percepção fragmentada da realidade.

O “pragmatismo” de Nóbrega é uma expressão da consciência de que havia uma distância entre as determinações e leis régias e as experiências de colonização ultramarina. Essas experiências, que já possuíam uma perspectiva imperial, procuravam combinar as diferentes formas de *dominium* sobre as populações não cristãs e exigiam de seus superiores, temporais e religiosos, o reconhecimento dessa aprendizagem colonial. Os missionários definiram uma classificação hierárquica dessas populações e relacionaram a ela sistemas diferenciados de *dominium*, distinguindo aqueles que eram capazes de trabalhar, de tecer e de se vestir etc. e, portanto, podiam ser salvos, e aqueles

408 “Carta do padre Manuel da Nóbrega ao padre Miguel de Torres”. Bahia, 2 de setembro 1557. In: CPJB, II, p. 411.

que, ao contrário, estavam condenados a permanecer no estado de barbárie, por causa de sua inconstância, pela falta de indústria ou por sua preguiça.

Manuel da Nóbrega e Bartolomeu de las Casas revelaram, ao fim de sua trajetória política, a emergência de novos projetos de colonização, fundamentado no “governo do gentio” por parte dos missionários e pela subordinação do poder temporal ao poder apostólico do papa. No Brasil, o envolvimento dos jesuítas na economia colonial e a apropriação do *dominium* sobre os indígenas e africanos estabeleciam um novo grupo de poder, com um importante grau de autonomia perante a Coroa e que incomodava, inclusive, a hierarquia da Companhia de Jesus.⁴⁰⁹

409 A própria D. Catarina, antiga entusiasta da Companhia, comenta com o Papa Pio V: “e é coisa de muito sentimento e a que se deve acudir com remédio, que uma Religião tão útil ao povo cristão, e que foi tão venerada nestes reinos (...) esteja tão infamada e desacreditada com perda do fruto espiritual que costumava fazer, porque, entendendo-se que estimam tanto seu interesse e o mando temporal que no reino têm, que pelo conservar podem sofrer que o rei seja tão malquisto e o reino escandalizado e Deus ofendido, a devoção que lhes tinham se converteu em ódio quase universal em todos os estados de gente”. Lisboa, 8 de junho de 1571. In: RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. T. 2, vol. 2. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1938, p. 375.

2.4. A especificidade do poder régio na colonização das Américas

Destacamos, ao longo deste capítulo, as mudanças ocorridas no pensamento e nas práticas de *dominium* e poder sobre a América e os indígenas, que estavam em íntima conexão com as experiências e fatos do processo de colonização. Paralelamente às primeiras leis e políticas em relação aos índios e ao estabelecimento de aparatos político-administrativos, as Coroas ibéricas inseriram e favoreceram novos agentes e mediadores no contexto das relações coloniais.

Os diferentes agentes enviados a esses espaços envolviam-se nas relações produtivas e sociais aí existentes, aproximando-se de grupos de interesse já constituídos ou definindo novos grupos de poder. As Coroas diversificaram, então, essas agências e procuravam arbitrar os conflitos entre elas, definindo os marcos de intervenção e de liberalidade, os agentes a serem favorecidos e aqueles que precisavam ser controlados. Era preciso também constituir uma “forma escrita de comunicação política susceptível de ser ‘armazenada’ (em arquivos), constituir valor probatório e criar dispositivos de práticas administrativas prospectivas”.⁴¹⁰ A criação do Arquivo de Simancas, em 1540, é um exemplo disso.⁴¹¹

As Casas da Mina, Guiné e Índia e a de *Contratación* registravam as relações de troca, os fluxos comerciais. O *Conselho de Indias* auxiliava o rei diretamente nos problemas que envolviam o ultramar. A Mesa de Consciência e Ordens tratava as questões relativas à religião e evangelização dos povos. Em todas essas ações, informações e fluxos, definiam-se as dimensões do império e as especificidades das monarquias ibéricas. Nesse processo de configuração e reconfiguração das relações de poder, o *dominium* sobre as populações indígenas e africanas era um elemento central para a definição do poder político.

O projeto de venda de *encomiendas perpetuas* no Peru, aprovado por Felipe II em 1556, representa as situações extremas na definição das relações de *dominium* e

410 SUBTIL, José M. “A administração central da Coroa”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 3, op. cit., p. 79. Nas palavras de Francisco Cosentino, “em Portugal houve um acúmulo de conhecimentos que foram sendo obtidos através do exercício da administração no Império português. Esse acúmulo de informações e práticas possibilitou o desenvolvimento de estratégias e a construção de uma memória, dedicadas ao exercício do governo, com todas as suas implicações, inclusive a elaboração da documentação escrita que norteava e delimitava os direitos e deveres, como eram os regimentos dos governadores gerais”. COSENTINO, Francisco C. *Governadores gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)*, op. cit., p. 207.

411 Ver STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español*, op. cit., p. 109 e ss.

poder no processo de colonização. Nas palavras do vice-rei, conde de Nieva: “Bien considerado y mirado, en todo ay naufragio y trauajo, pues todo el punto de gouierno uiene a batir y estribar en si serán mejor gouernados los indios por españoles encomenderos perpetuos o por ministros españoles en nombre de V^a Mgd”.⁴¹²

Diante da resistência às *Leis Novas*, que tinham o sentido diametralmente oposto a esse novo projeto, Felipe II, recém-empossado, considerou seriamente essa alternativa e estabeleceu uma Junta, que aprovou sua implantação em 1555. O *Conselho de Índias*, da sua parte, mostrava prudência e sugeriu que o melhor era dar esperanças de perpetuidade aos espanhóis sem, todavia, ratificar o projeto.

A população espanhola do Peru era, na época, de aproximadamente 8 mil pessoas, dentre elas, cerca de 500 possuíam *encomiendas*. Portanto, havia uma enorme pressão pela concessão de novas *encomiendas*, que só podia ser feita por meio de novas conquistas ou pela redistribuição das já existentes. Além de dar novas licenças de “descobrimento”, em setembro de 1556 Felipe II aprovou a implementação das *encomiendas* perpétuas, concedendo ainda jurisdição civil e criminal aos *encomenderos*. Diante da crise financeira vivida pela Coroa espanhola, Felipe II decide vender seus “próprios vassalos”.⁴¹³

A decisão alienava, além do domínio régio sobre as Índias Ocidentais, o poder da Igreja e do Papa sobre os indígenas. Foi nessa situação extrema, em que a Coroa subvertia todos os princípios de seu domínio político-jurídico sobre a América, conferindo a si própria um *dominium rerum* (propriedade) sobre os indígenas, que o pensamento de Bartolomeu de las Casas atingiu sua radicalidade máxima. A tópica de restituição das Índias aos senhores naturais foi colocada nesse contexto, para reforçar as consequências últimas daquela decisão da Coroa, que legitimava a *tiranía dos encomenderos*. Las Casas exige a pronta extinção das *encomiendas* e a imposição do soberano senhorio e jurisdição real sobre seus vassalos espanhóis, mesmo que fosse necessária a utilização da força contra os colonos.

412 “Informe sobre la perpetuidad”, 4 de maio de 1562. Apud LOHMANN VILLENA, Guillermo. *El corregidor de indios en el Perú bajo los Austrias*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001, p. 67-68.

413 SOMEDA, Hidefujii. *Apología e Historia : Estudios sobre el fray Bartolomé de las Casas*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005, p. 118-119.

O *Conselho de Índias*⁴¹⁴, que na maioria das vezes assumia uma postura pragmática e mais próxima aos agentes econômicos da colonização, foi contrário ao projeto. Podemos destacar as seguintes implicações por meio de seu parecer e recomendação:

- 1) Alienação do domínio político-jurídico.
 - a) O projeto era contra o serviço do rei e o bem dos “naturais”, porque alienava o domínio régio e dava poder aos *encomenderos* para fazer dos índios seus vassalos próprios, o que levaria à escravização e servidão perpétuas e provocaria sua extinção.⁴¹⁵
 - b) O rei estaria abrindo mão de seu domínio em proveito de trezentos ou quatrocentos *encomenderos*, que se tornavam, dessa forma, senhores da terra.⁴¹⁶ A perpetuidade implicaria na perda do domínio sobre as terras indígenas.⁴¹⁷
 - c) Com a perpetuação, os *encomenderos* teriam o poder de prover os alguaziles, criados e outros ofícios relacionados à exploração do trabalho indígena, além de prover os padroados.
 - d) Finalmente, a Coroa perdia a possibilidade de fazer mercê, uma de suas maiores prerrogativas.
- 2) Alienação do domínio político-econômico do rei.
 - a) As ofertas feitas pelos *encomenderos* eram falsas e toda riqueza seria retirada do trabalho indígena. Os valores arrecadados rapidamente se

414 “Parecer do *Conselho de Índias* de 21 de outubro de 1556 em resposta de certos capítulos que sua Majestade enviou a consultar desde Gante tocante à perpetuidade das Índias”. E “Recomendações do Conselho de Índias sobre a perpetuidade no Peru”. In: PEÑA, Juan de la. *De bello contra insulanos intervencion de España en America*, op. cit., p. 94-97 e 98-101.

415 “(...) si son ellos [os índios] carneros que los an de andar vendiendo, siendo libres y vasallos del rey. “Recomendações do Conselho de Índias”. In: ibidem, p. 98. “(...) una de las mayores fuerzas que su Magestad tiene en aquella tierra es tener los naturales de su mano para cualquier cosa que se podria ofrecer por ser lo mas de aquella tierra para la conservar y el autoridad y señorío de su Magestad della”, ibidem.

416 “(...) quedavan los encomenderos de manera que harian su voluntad y podrian, si quisiessen eximirse del domínio de Vuestra Magestad”, “Parecer do *Conselho de Índias*”, op. cit., p. 95. Nas “Recomendações do Conselho de Índias”: “hazer aquel Reyno de por si y nombrar nuevo rey”, op. cit., p. 98.

417 “(...) los pueblos de españoles estan poblados en tierras de los naturales y se an dado tierras a los españoles donde tienen hechas sus heredades, y como se perpetuasen, luego entrava una confusion muy grande sobre pedirlo, y no se podria dar asiento sobre ello”, “Recomendações do *Conselho de Índias*”, op. cit., p. 100.

gastariam e o rei perderia seus vassallos, sem poder mais socorrer-se deles.

- b) A perpetuidade implicava na estagnação do comércio: “cesan las contrataciones gruesas que en ella ay, porque los encomenderos como se van a sus repartimientos y comen a costa de los indios y se visten de paño pardo, no gastan y ahorran los tributos y grangerias”.⁴¹⁸
 - c) O sistema de *encomiendas* perpétuas instaurava uma relação de domínio doméstico, em que se encobriam as minas “entre o amo e os índios”, de tal forma que não se poderia livremente fazer novas lavras “e se ocultariam os quintos de sua Majestade”.⁴¹⁹
- 3) Instabilidade social e revolução.
- a) O projeto aumentaria a cobiça dos *encomenderos*, a criminalidade e os pleitos e provocaria “nuevos levantamientos”. Aqueles que esperavam receber as terras e *encomiendas* vagas, entre 5 e 6 mil homens, promoveriam uma revolução.
- 4) Ilegalidade do projeto e alienação de outros poderes.
- a) Não se podia alienar esse domínio da Coroa por ser contrário à concessão papal, que, dessa forma, ficava impedida de evangelizar os índios. Tal alienação exigiria a reunião das Cortes, a aprovação dos procuradores das cidades e do Conselho, e mesmo assim esse ato poderia ser questionado e invalidado.

Nesses dois pareceres do *Conselho de Índias*, em singular concordância com o pensamento de Bartolomeu de las Casas, observam-se, como em uma radiografia, todos os elementos relacionados ao *dominium* sobre os indígenas e suas diferentes implicações na definição dos poderes políticos no processo de colonização. Em relação ao seu domínio político-jurídico, a Coroa alienava seu poder sobre os indígenas, as terras americanas, os ofícios e sua prerrogativa de fazer mercê. Do ponto de vista político-econômico, a “venda dos súditos” implicava na perda dos tributos e dos benefícios da exploração da mão de obra indígena, na ruptura com a circulação comercial e perda das riquezas naturais. Assim, a perpetuidade das *encomiendas* representava a destruição da arquitetura de domínio que estabelecia os vínculos de

418 “Recomendações do *Conselho de Índias*”, op. cit., p. 99.

419 Ibidem, p. 100.

dominação e dependência entre as diferentes partes que compunham aquele corpo político.

Para a Coroa e para a Igreja, os índios eram o elemento de legitimidade e instrumento de poder, que justificava sua intervenção nesses espaços e a subordinação política dos agentes coloniais. Para a Coroa, viabilizava o estabelecimento da soberania e a expansão territorial e comercial no contexto de formação e disputa entre as nações europeias pelo ultramar. Para a Igreja permitia a realização da *plenitudo potestas* apostólica e da república cristã. Esses projetos políticos precisam de súditos e fiéis, portanto, de homens livres. Para os senhores de engenho e *encomenderos*, a “questão indígena” não era um problema, eles queriam escravos e dependentes na lógica econômica, e o controle sobre a reprodução social indígena transformava seu domínio doméstico em poder político.

Em contraposição ao projeto, o *Conselho de Índias* recomendava:

*“La perpetuidad se ha de ordenar de manera que este bien a todos, a Vuestra Magestad y a los encomenderos y a los naturales, para que dure el edificio y por no aver igualdad en el fundamento no se desplome y cayga en poco tiempo. Esto se podría hazer dándose orden como el señorío y vasallaje de todas aquellas provincias estuviesse en la Corona Real de Vuestra Magestad poco a poco, de que seria su Real patrimonio muy acrescentado y los naturales bien tratados y sobrellevados y los conquistadores podrían ser gratificados y aprovechados perpetua o temporalmente conforme a los meritos de cada uno, y Vuestra Magestad podría ser servido para la presente necesidad y para otras que adelante ofreciessen.”*⁴²⁰

O domínio régio sobre a América e os indígenas procura estabelecer um equilíbrio entre o discurso da legitimidade – inclinado, desde a década de 1540, para o posicionamento dos juristas-teólogos da segunda escolástica – e a prática colonial – levada a cabo pelos moradores, missionários e funcionários. O movimento da política régia, entre a postura missionária e a dos colonos, representava a essência de seu mecanismo político. A suspensão de uma decisão diante dessas posturas antagônicas reafirmava o poder de arbítrio do rei, e definia um lugar jurídico para intervir de acordo com seus interesses.

As sociedades americanas caracterizavam-se pela instabilidade política e social – definida pela indistinção prática entre público e privado e entre as atribuições de poder –, em que a autoridade política suprema se manifesta como poder de exceção, o que dava aos outros agentes políticos a percepção de que ela também agia segundo interesses

420 “Parecer do *Conselho de Índias*”, op. cit., p. 96.

privados, caracterizando-a como tirânica e ameaçando romper os elos políticos pelo direito de insurreição. A autoridade política precisava, então, repactuar com os agentes políticos por meio do reconhecimento e da legitimação do *dominium* sobre os indígenas e africanos. O paradoxo definido pelas relações de poder e *dominium* levou à construção de uma soberania política imperial e à complementaridade entre os sistemas de domínio europeu, africano e americano. Podemos dizer, adaptando um conceito marxista, que se tratava de uma divisão imperial do trabalho e do poder.

O debate entre Sepúlveda e Las Casas encerra o período americano dessa construção. Na década de 1570, quando se consolidarem as bases do povoamento e da economia colonial americana, o debate se deslocará para a África, por meio da conquista de Angola em seu nexos americano. Com a reunião das Coroas em Felipe II, a construção da soberania régia passa a ter um sentido ibero-atlântico, que, levada a cabo no reinado de Felipe III, também mostrará suas limitações e incompletude.

Capítulo 3

A disputa pelo *dominium* dos indígenas e africanos e a criação do espaço ibero-atlântico (1570-1596)

No período que vai de 1570 e 1596 definiram-se as bases do expansionismo ultramarino ibérico e delineou-se uma política imperial atlântica. A estratégia territorial e de povoamento colonial centrou-se na América, enquanto a relação com a África subsaariana e a Ásia baseou-se nas feitorias e protetorados.⁴²¹ A colonização da América favoreceu o comércio e a exploração do continente africano (por via atlântica) e asiático (pela via índica ou pacífica). O objetivo de domínio direto sobre a América reforçava a problemática relacionada à forma de incorporação das sociedades ameríndias, ao passo que na África e na Ásia se buscava o aperfeiçoamento das políticas de embaixada e de domínio indireto.

A determinação da conquista de Angola constitui uma exceção a esse modelo africano, e, junto com a conquista do império inca, foi o evento desencadeador dessa primeira construção atlântica. A definição dos sistemas produtivos, do domínio político-jurídico sobre a América e as modalidades de *dominium* sobre os ameríndios se fez em consonância com o domínio político-econômico do tráfico de escravos em Angola. Essa política complementar entre a África e a América foi definida pelo deslocamento do centro de gravidade da colonização e do comércio português e castelhano para o Atlântico. É nesse momento que a ideia de complementaridade entre o tráfico de escravos africanos e a política indigenista se transforma em uma política consciente por parte das Coroas.

O crescimento do tráfico europeu de escravos africanos foi de 53%, de 61,3 mil, entre 1551 e 1575, para 93,8 mil, no período 1576-1600.⁴²² Ocorre nesse momento a viragem brasileira do tráfico de escravos africanos, com 40 mil escravos, além de 37,5 mil para a América espanhola e 15 mil para as ilhas atlânticas. Na Europa, o número de

421 OLIVEIRA, Francisco Roque de. “Os portugueses e a Ásia marítima, c. 1500 - c. 1640: contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente. 2ª parte: o Estado português da Índia”. *Scripta Nova : Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. VII, n.º 152, p. 133-156, novembro de 2003. Disponível em: <URL: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-152.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2009.

422 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 69.

escravos desembarcados volta a diminuir, agora para 1,3 mil, reforçando a ideia de que havia uma diferenciação e complementaridade entre esses espaços de poder e *dominium*.

A Coroa portuguesa, pela primeira vez, tomou medidas coordenadas em relação ao tráfico de escravos africanos e à legislação indigenista. A Mesa de Consciência e Ordens definiu os termos da primeira lei indigenista para o Brasil e da carta de doação e conquista de Angola. Antes, portanto, do estabelecimento do governo-geral em Angola ou dos conflitos sul atlânticos entre a monarquia hispânica e os Estados Gerais, a Coroa portuguesa revelava sua política imperial de domínio, que vinculou as duas margens do oceano.

Segundo nossa tese, a perspectiva atlântica do domínio colonial ibérico é anterior à união das Coroas, antecipando os marcos analíticos propostos por Luiz Felipe de Alencastro. A ideia de complementaridade atlântica presente na tese de Alencastro ainda está fortemente marcada pela ideia marxista de substituição da mão de obra indígena pela africana. Mesmo que extrapole a perspectiva de acumulação primitiva e destaque a questão missionária nesse processo, seu modelo explicativo ainda depende das categorias antagônicas de *escravidão africana e liberdade indígena*.⁴²³ Além disso, Luiz Felipe de Alencastro fundamenta a complementaridade entre o Brasil e Angola em um equívoco, em que a ação dos jesuítas garante a liberdade indígena e restringe a escravidão aos negros africanos.

O governo de Mem de Sá (1557-1572) deu as bases para a consolidação da colonização do Brasil e, ao lado do projeto missionário do padre Manuel da Nóbrega e das ações dos moradores, definiu as formas de incorporação dos indígenas à sociedade colonial. Esses projetos, políticas e ações se desenvolveram em perspectiva dialógica com a experiência castelhana (particularmente no Peru), e atenta às notícias e *peças* que vinham da Guiné, Congo e Angola.

Nas Índias Ocidentais, desde o princípio da colonização, a importação de africanos era vista como uma alternativa para complementar os sistemas de exploração e dominação dos indígenas. A partir de 1542 se consolidou a postura da Coroa castelhana contra as conquistas armadas, mas o ambiente americano, particularmente no Peru, ainda dependia da ação privada dos conquistadores. A polêmica entre Bartolomeu de las

423 Estudos mais recentes mostram que, até pelo menos o fim do século XVII, a população de índios aldeados era consideravelmente superior ao número de escravos africanos, o que põe em causa a ideia de substituição da mão de obra e do “exclusivismo” escravista africano. Cf. ZERON, Carlos A. de M. R. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português*, op. cit., p. 5 e ss.

Casas e Juan Ginés de Sepúlveda pôs em cena as posturas antagônicas que justificavam o domínio castelhano sobre a América. E, em posição diametralmente oposta à perspectiva das *Leis Novas*, Felipe II aprovou, em 1556, a venda de *encomiendas* perpétuas no Peru.

Um novo contexto foi vislumbrado no fim da década de 1560. Primeiro pelo tratado de Acobamba, em que o inca Titu Cusi “reconhecia” a soberania de Felipe II sobre o Peru, e, em seguida, o vice-rei D. Francisco de Toledo determinou a conquista do último reduto inca, em Vilcabamba e a execução de Tupac Amaro. Toledo também foi o responsável por uma nova organização do sistema de *mita* mineira, que obrigava 13,5 mil indígenas a trabalhar nas minas de prata de Potosí e nas de mercúrio em Huancavelica.⁴²⁴ Definida a sujeição dos incas e a forma de exploração das riquezas minerais, a Coroa passou a definir as novas bases de legitimação de seu domínio sobre a América. O jurista Juan de Ovando, membro do Conselho da Inquisição, realizou uma detalhada inspeção do *Conselho de Índias*, iniciou um trabalho de organização e compilação das leis *indianas*, que resultaram na redação das *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación*, em 1573.⁴²⁵ No ano seguinte, Felipe II avaliava a possibilidade de colocar o tráfico de escravos sob monopólio régio para vendê-los aos colonos, que explorariam as minas em áreas pouco desenvolvidas das Índias Ocidentais.

O novo contexto americano, definido pelos espaços de domínio europeu, pela intensificação da atividade econômica e pelo despovoamento indígena das regiões ocupadas, permitia falar em direito adquirido, em domínio de fato. Representando um novo momento da dominação, intensificou as disputas internas entre os agentes europeus pelo *dominium* dos indígenas e africanos e transformou as bases de sua legitimidade. A teologia, o direito e a centralização dos debates na Europa cederam espaço a uma legitimidade construída por meio da experiência, que incorporou as especificidades das diferentes realidades nativas e coloniais, e fizeram da história e da “etnografia” os novos discursos privilegiados de dominação.

424 RUIZ, Rafael. *A vila de São Paulo*, op. cit., p. 163.

425 Segundo Frederick Bowser a importação de escravos africanos para as minas se tornou uma alternativa real durante a década de 1550. No vice-reinado de D. Francisco de Toledo foi estabelecida uma legislação que obrigava os negros e seus descendentes livres a trabalhar nas minas em troca de um salário. Com a união das Coroas em Felipe II essa alternativa foi estimulada. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 44-47.

Os textos de José de Acosta e de Francisco de Toledo são exemplos castelhanos dessa nova construção. Já a construção da legitimidade da conquista de Angola e do monopólio ibérico sobre o tráfico de escravos tinha uma expressão importante nos documentos produzidos pelo padre Baltasar Barreira e na obra de Luís de Molina. Entre as lições desse último e a redação de seu tratado *De iustitia et iure*, 1568-1594, passa-se de uma política ultramarina indicativa da complementaridade entre esses espaços a uma política ibero-atlântica.

A definição desses novos marcos político-jurídicos da colonização americana foi também o resultado das relações de poder no contexto europeu. A bancarrota financeira de 1575 aumentou a dependência da Coroa castelhana pelas minas americanas. A morte de Isabel de Valois, terceira mulher de Felipe II, precipitou o conflito religioso europeu. Somam-se a isso as derrotas perante o Império Otomano, depois da batalha de Lepanto, o início dos movimentos de independência em Flandres e a revolta dos mouros em Granada. Todos esses eventos deixaram a política Habsburgo em situação extremamente frágil na Europa. A perspectiva de um império ultramarino atlântico, e sua conexão asiática, favoreceu a ideia de união das Coroas ibéricas, estimulada pela presença de Catarina de Áustria em Portugal; e realizava uma alternativa política arquitetada há pelo menos cem anos. A “viragem atlântica”, um dos pontos de partida da União Ibérica, permitirá e exigirá uma nova racionalidade imperial ultramarina.

3.1. O fortalecimento dos governadores-gerais e vice-reis

De acordo com a política de diversificação dos agentes responsáveis pelo *dominium* sobre os indígenas, as Coroas ibéricas favoreceram, entre os anos de 1558 e 1580, a mediação dos governadores-gerais e vice-reis.⁴²⁶ Nesse sentido, destacamos para o Brasil a atuação de Mem de Sá e, para o Peru, o vice-reinado de D. Francisco de Toledo.

A carta de nomeação de Mem de Sá (1558-1572) diz expressamente que as doações de capitanias não embargavam os poderes a ele delegados, que possuía uma jurisdição superior e tinha o direito de suspender os capitães.⁴²⁷ Seu governo deu as novas bases da colonização portuguesa na América e, além de consolidar a aliança entre a Coroa (D. Catarina, D. Henrique e D. Sebastião) e a Companhia de Jesus, a aprovação geral de seu governo indica o favorecimento de outros grupos sociais da colônia. Um documento fundamental para avaliar a política de Mem de Sá é a carta de serviços, feita por ele, com o depoimento de distintos moradores.⁴²⁸ Os diferentes itens que compõem esse documento revelam a importância estratégica do Brasil para as expedições que rumavam para o Oriente, a relevância da atuação do governador nas contendas locais, no incremento da fazenda régia e na construção dos marcos que representam a ordenação do espaço segundo a lógica colonial – os templos religiosos, a fortaleza e a casa dos governadores. Mas o aspecto mais importante de seus serviços refere-se às relações estabelecidas com os indígenas nas diferentes capitanias do Brasil.

De um lado, os índios estavam rebelados em diferentes capitanias, por outro, os diferentes agentes coloniais disputavam o *dominium* sobre os indígenas, esse foi o ponto fundamental do sucesso do governo de Mem de Sá, que promoveu uma política

426 Recapitulando esse processo no Brasil, vimos que os conquistadores e donatários foram os primeiros a se beneficiarem da liberalidade régia que permitiu a expropriação das terras e da força de trabalho indígena. Com a instituição do governo-geral os jesuítas passaram a ser os agentes privilegiados para a realização da política régia em relação aos índios e à colonização.

427 Nomeado em 23 de julho de 1556, por três anos e com os mesmos vencimentos e poderes de seu predecessor. “Carta Régia pela qual Sua Majestade fez mercê a Mem de Sá de Governador-geral das Capitanias do Brasil por 3 anos com 400\$ RS. de ordenado”. Lisboa, 23 de julho de 1556. In: ABNRJ, vol. 27, 1906, p. 219-221.

428 “Instrumentos dos serviços de Mem de Sá”. Salvador, 7 de setembro de 1570. In: ABNRJ, 27, p. 129-218. Os instrumentos de serviço ou cartas de serviço eram documentos elaborados pelos governadores, nos quais eram pontuados os serviços prestados à Coroa durante determinado governo, em seguida, eram chamadas pessoas de destaque na vida social para discorrer sobre cada um dos pontos indicados pelo governador; um escrivão registrava o depoimento desses “homens bons”. O “Instrumento dos serviços de Mem de Sá” é o primeiro documento do gênero no Brasil.

diferenciada em relação aos grupos indígenas do Brasil, a fim de atender os diferentes interesses presentes no processo de colonização. A guerra justa foi o ponto de partida de sua ação e, a partir dela, o governador estabeleceu as seguintes formas de *dominium*:

- 1) Privadas e senhoriais, baseadas na escravização dos prisioneiros de guerra⁴²⁹, no *resgate* ou na administração das *aldeias* por colonos⁴³⁰;
- 2) Administração das *aldeias* a cargo dos jesuítas⁴³¹;
- 3) Administração por capitães leigos⁴³² (diretamente vinculados ao governador e à Coroa);
- 4) Diferenciação entre a administração temporal e a espiritual.⁴³³

429 Destaca-se a guerra justa contra os Caeté. Em junho de 1556, o Bispo Sardinha e outros companheiros foram devorados em um ritual de antropofagia que justificou um decreto de guerra justa e escravização, feito pelo governador por volta de 1562 e aceito pelos jesuítas. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 78-80.

430 Temos pouca informação documental sobre as aldeias sob administração dos colonos. Em São Paulo, por exemplo, os deputados da Câmara elegeram um capitão dos índios em 1553, nas palavras de Georg Thomas: “A imposição do capitão assegurou, pois, à população de São Paulo, um direito fundamental de intervenção ativa no cuidado dos índios, antes que os jesuítas tivessem podido construir uma administração nas aldeias de acordo com o modelo da Bahia”. Ibidem, p. 90. Carlos Zeron e Georg Thomas aceitam a ideia do historiador jesuíta Serafim Leite de que as aldeias jesuítas foram as únicas que sobreviveram à escravização dos colonos e às fugas e lutas de resistência dos indígenas, principalmente depois da determinação de guerra justa contra os Caeté. A documentação não nos permite fazer uma afirmação peremptória. A posição de Serafim Leite procura construir uma memória histórica que valoriza a mediação jesuíta como única forma possível de administração das aldeias e de civilização fundamentada no bem indígena e na moral cristã. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 75. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 86-87. Em referência a HCJB, 1, p. 71-72.

431 No caso dos índios do chefe Boca Torta, a guerra justa foi declarada por causa do canibalismo, as pazes foram concedidas pela conversão ao cristianismo e pelo ajuntamento das aldeias. Entregues à tutela jesuítica, eles se transformaram no principal apoio militar do governador na Bahia. Foi no Recôncavo baiano que se estabeleceram as primeiras *aldeias* sob administração jesuíta, havia dez missões entre a Bahia e Camamu.

432 A carta de serviços fala genericamente em sujeição e vassalagem à Coroa, com pagamento de tributos, nas aldeias dos Tupiniquim de Ilhéus e dos índios Tapuia de Paraguaçu, chefiados por Tarajó. Quem confirma o pagamento de tributos pelos índios de Paraguaçu é o depoente Vicente Dias. “Instrumentos dos serviços de Mem de Sá”, 7/9/1570. In: ABNRJ, 27, p. 192.

433 Segundo Gabriel Soares de Sousa, Mem de Sá havia determinado a separação entre a administração espiritual, entregue aos jesuítas, e a administração temporal, sob responsabilidade de um meirinho (oficial de justiça de jurisdição inferior, aparecem também os termos *protetor*, *capitão*, *juiz* e *alcaide* para designar esse cargo). Os meirinhos podiam ser portugueses ou indígenas. Em uma carta de 31 de março de 1560, o governador esclarece que esses meirinhos eram indígenas: “por menos despesa e pela necessidade que havia deles ordenei de fazer um meirinho dos do gentio em cada vila por que folgavam eles muito com estas honras e contentam-se com pouco”. A designação de meirinhos indígenas relacionava-se também à falta de missionários. Na mesma carta, descreve Mem de Sá: “também mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos têm”. “Carta de Mem de Sá, governador do Brasil para El Rei em que lhe dá conta do que passou e passa lá e lhe pede em paga dos seus serviços o mande vir para o Reino”. Rio de Janeiro, 31 de março de 1560. In: idem, p. 228. Na lei de

A prontidão com que Mem de Sá atuou indica um mapeamento prévio dos grupos indígenas rebeldes e um planejamento das guerras. Mem de Sá atuou em sete capitanias (Bahia, Itaparica, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente) e atendeu aos interesses de diferentes grupos sociais da colônia (Coroa, jesuítas, moradores, capitães, bem como seus próprios interesses por meio de suas relações familiares). A atuação de Mem de Sá é exemplar porque mostra a capacidade de favorecer diferentes interesses presentes no processo de colonização.⁴³⁴

Paralelamente ao incentivo da política conduzida por Mem de Sá em relação aos indígenas, a Coroa estimulou a importação de escravos, particularmente do Congo e por via de São Tomé. Deu, por exemplo, estímulos fiscais para os senhores de engenho.⁴³⁵

Apesar dessa diversificação e ampliação das possibilidades de *dominium* sobre os indígenas e africanos, que favorecia diferentes grupos coloniais, os oficiais da fazenda de Salvador mostravam, em uma carta à Rainha, seu descontentamento pela interferência do governador no *dominium* sobre os indígenas. Eles pediam que o novo governador fosse:

“homem honrado virtuoso e que não seja cobiçoso – e será por nos fazer maior mercê que não possa na terra resgatar senão mantimentos para sua casa por que senão vem com esta condição somos perdidos como estamos por que tomaram todos os resgates do âmbar e escravos”.⁴³⁶

Nessa carta a figura do governador aparece como concorrente, que utiliza de suas prerrogativas políticas para se apropriar pessoalmente do *resgate* de escravos, em

1587 cria o cargo de procurador dos indígenas, mas não define se seria português ou indígena, na lei de 1596, o rei esclarece que o juiz “será português”. “Lei que S. M. passou sobre os Índios do Brasil que não podem ser cativos e declara o[s] que o podem ser”, de 24 de fevereiro de 1587, e “Lei de 26 de julho de 1596 sobre a liberdade dos Índios”. In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 223 e 226.

434 A colonização estava baseada na sujeição e reorganização das sociedades indígenas segundo os interesses dos portugueses, para: (1) Uso militar no confronto com os grupos indígenas hostis, negros rebeldes e com os estrangeiros; (2) Obtenção de mão de obra – que distingue a escravidão de outros sistemas de trabalho compulsório assalariado; (3) Subordinação política, em que os índios *aldeados* ou escravizados eram *repartidos* segundo uma hierarquia das relações de domínio; (4) Dizimação e escravização para ocupação e exploração econômica de novas terras; (5) Descoberta de minas no Brasil; (6) O comércio local e regional.

435 “Alvará sobre se poderem trazer escravos de São Tomé”. Lisboa, 29 de março de 1559. In: *DOCUMENTOS para a história do açúcar*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Serviço especial de documentação histórica, 1954-1963, p. 147-149.

436 “Carta dos Oficiais da fazenda de Salvador em que dizem a El Rei que depois de D. João seu avô lhe ter escrito uma carta das coisas daquela terra e dos termos em que se tinham visto e experimentado lho faziam presente novamente”. Salvador, 24 de julho de 1562. In: ABNRJ, 27, p. 241.

detrimento do povo, que merecia o proveito deste porque “ganhou a custa de seu sangue e trabalho”, ao contrário do governador, que, com as “mãos lavadas”, se apropriava do suor de trabalhos alheios. As críticas dos oficiais mostravam o impacto da instituição do governo-geral nas relações de poder, definidas pelo controle das formas de *dominium* sobre os indígenas. O favorecimento pela Coroa de uma nova mediação nas relações de *dominium* sobre os indígenas, a do governador-geral, aumentava as disputas pelo poder. Os oficiais da fazenda sugeriam que o provedor da Bahia, ou o escrivão da fazenda, assumisse o cargo de provedor-mor e reclamavam também dos grandes poderes concedidos ao ouvidor-geral, sugerindo o estabelecimento de um Desembargo, formado por cinco juízes ordinários que despachariam com o governador. É a primeira sugestão que conhecemos de criação de um tribunal de justiça no Brasil, que, nessa proposta, visava diminuir a concentração de poder na figura dos funcionários régios e favorecer o provimento de cargos pelas elites coloniais.

Mem de Sá, da sua parte, entendia que o Brasil não podia se regular pelas mesmas leis e estilos do Reino, ressaltando que o governador e o ouvidor deveriam ter muito mais poder e jurisdição para castigar e perdoar.⁴³⁷ O governador também indicava que as capitanias de Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente e Espírito Santo deveriam ser tiradas de seus capitães e entregues a pessoas honradas.⁴³⁸ Mem de Sá ressaltava que a maioria das guerras contra os indígenas foram feitas com gastos de sua fazenda, argumento econômico que justificava suas ações e apropriações privadas. Assim, o instrumento de serviços procurava conciliar os aspectos privados de sua ação com a representação política da autoridade régia.

As guerras sistemáticas promovidas por Mem de Sá no Brasil, grande parte delas aprovada pela Coroa⁴³⁹, contra uma diversidade de grupos indígenas e em pontos estratégicos do litoral brasileiro, mostram a intenção de uma sujeição contundente para consolidação desses pontos de colonização portuguesa.⁴⁴⁰ Podemos dizer que, em vez de

437 “Carta de Mem de Sá”, 31/3/1560. In: *ibidem*, p. 228.

438 A política de reapropriação das capitanias ao patrimônio da Coroa, ou para nova doação, representa um processo constante e crescente da política régia, que terá, durante a monarquia Habsburgo, um período de destaque. Cf. SALDANHA, Antônio V. de. *As capitanias do Brasil*, op. cit.

439 “As medidas do Governador tiveram o apoio total da Coroa. Dona Catarina, a Regente portuguesa, manifestou a Sá o seu contentamento pelo sucesso no Espírito Santo e o incentivou a novas empresas contra os inimigos da Coroa”. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 76.

440 É fundamental referir-se às conquistas dos séculos XVI e início do XVII como pontuais, que visavam ao estabelecimento de povoações e vilas coloniais estrategicamente localizadas ao longo da costa. A

uma guerra de conquista, em que os atos de violência estão disseminados sem que seja possível a identificação de um comando ou sentido estratégico claro, temos uma guerra de sujeição, comandada pelo governador em nome do rei, o que não desfaz a possibilidade de apropriação privada do butim e a contradição entre *dominium* privado/doméstico e a autoridade régia. Essa guerra planejada, para ser eficaz do ponto de vista das relações coloniais, deve favorecer os diferentes grupos sociais da colônia em formação, por meio da concessão de diferentes modalidades de *dominium* sobre os indígenas, segundo os serviços e a condição social dos participantes. O favorecimento da mediação do governador-geral por parte da Coroa realçava a percepção de que a definição das formas de *dominium* sobre os indígenas era uma prerrogativa régia, o que fortalecia o lugar de sua autoridade em um sistema hierárquico das relações de domínio e no contexto das sociedades senhoriais e escravistas estabelecidas nos espaços ultramarinos.

Todavia, a ação de Mem de Sá tinha um importante grau de independência em relação aos interesses da Coroa.⁴⁴¹ E, após a morte do governador, o rei volta a intervir nas relações de *dominium* e na definição do governo-geral, marcando um novo momento do processo de colonização. Esse novo marco é definido pela coordenação entre a primeira lei indigenista e a conquista de Angola e pelo reordenamento do governo-geral no Brasil, por meio da divisão entre as repartições Norte (com sede em Salvador) e Sul (com sede no Rio de Janeiro).⁴⁴²

A lei de 1570 foi justificada pelas informações de escravização ilegal dos índios, o que causava grandes inconvenientes às consciências dos que assim os cativavam, ao serviço do rei e de Deus, e ao bem e conservação do “estado das ditas partes”. Para além dos problemas de consciência, definia-se a relação com os indígenas como elemento central para o estabelecimento do poder político no espaço ultramarino. A lei

expressão “conquista da capitania x” é uma invenção histórico-espacial que não tem realidade concreta e pretende fazer real a construção do território imaginário (colonial, imperial ou nacional).

441 O bacharel Afonso, sexta testemunha de sua folha de serviços, esclarece que as guerras em Ilhéus foram motivadas pelos pedidos de socorro do capitão, sendo discutidas em conselho, no qual muitos foram de parecer contrário à guerra, “por não ter poder para lhe resistir [aos índios] e nem todo o poder do imperador”. “Instrumentos dos serviços de Mem de Sá”, 7/9/1570. In: ABNRJ, 27, p. 167-168. Mem de Sá determinou ir por sua conta, com “muito pouca gente”, contra o poder Tupiniquim e sem autorização do *imperador*. Esses poderes, postos lado a lado, revelam que a liberdade e o poder indígena eram as condições *sine qua non* para a emergência de um poder verdadeiramente político sobre os espaços e agentes coloniais.

442 Nesse período a produção açucareira no Brasil teve um importante incremento, aumentando a demanda pela mão de obra indígena e exigindo a regulação da relação com os indígenas. Na década de 1570 o Brasil passou a suplantiar a ilha da Madeira como maior produtor mundial de açúcar.

diferenciava os índios livres e aqueles que podiam ser escravizados – prisioneiros de guerras justas (com licença do rei ou do governador-geral), aqueles que atacassem os portugueses e os que praticassem a antropofagia, como os “Aimoré e outros semelhantes”. Os índios escravizados deveriam ser declarados nos livros da provedoria em dois meses, caso contrário,

“hei por bem que percam a alçada dos ditos cativos e senhorio e que por esse mesmo feito sejam forros e livres e os gentios que por qualquer outro modo ou maneira forem cativos nas ditas partes declaro por livres e que as pessoas que os cativarem não tenham neles direito nem senhorio”.⁴⁴³

O governador, o ouvidor-geral, os capitães, os ouvidores, oficiais de justiça e demais pessoas deviam fazer cumprir essa determinação.⁴⁴⁴ A afirmação das prerrogativas régias em relação ao *dominium* sobre os indígenas revela a evolução da lei em relação ao que estava definido nas cartas de doação das capitanias e no regimento de Tomé de Sousa. O rei procurava controlar a escravização indígena por meio de instrumentos político-jurídicos, pelo controle da guerra justa – com a concessão de escravização de uma nova etnia – e pela restrição dos *resgates*⁴⁴⁵ aos “índios de corda”. A lei definia as situações jurídicas dos indígenas por meio de um sistema social tripartite – livre, forro ou escravo –, mas silenciava sobre seu estatuto político, a condição de “naturais” não implicava na condição de *súdito* ou cidadão, qualificação presente na legislação da América espanhola. Sobre as formas de administração das *aldeias*, a lei de 1570 não diz nada.

Junto com a nova lei, a Coroa decidiu dividir o Estado do Brasil em duas repartições.

“Dom Sebastião, etc. Faço saber aos que esta virem que considerando eu como por as terras da costa do Brasil serem tão grandes e tão distantes umas das outras e haver já agora nelas muitas povoações e esperança de se fazerem muitas mais pelo tempo em diante, não podiam ser tão inteiramente governadas como cumpria com um só governador, como até aqui nelas houve, assentei assim para o que convém à conversão do gentio daquelas partes, e se dilatar nelas nossa santa fé, como para mais

443 “Lei de 20 de março de 1570, sobre a liberdade dos gentios”. In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 221-222.

444 O governador deveria publicar a norma em todas as capitanias e povoações, com registro nos livros de Chancelaria, Câmara, Desembargo do Paço, Relações e das Casas da Suplicação e do Cível.

445 No Brasil a palavra “resgate” passou a designar os métodos, muitas vezes enganosos, para aquisição de escravos capturados em guerra contra os seus inimigos naturais e comprados pelos colonos. O “resgate de índios de corda” referia-se à escravização dos índios que seriam comidos em um ritual de antropofagia. Cf. ZERON, Carlos A de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 380, n. 32.

*brevemente se administrar a justiça e elas se poderem melhor defender, e por outros respeitos, de mandar dois governadores às ditas partes, um para residir na cidade do Salvador da capitania da Bahia de Todos os Santos, e outro na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”.*⁴⁴⁶

A decisão de dividir o Brasil nas repartições Norte e Sul mostra a consolidação de povoações, estrategicamente localizadas, e o interesse em aumentar o controle sobre as relações coloniais, enfatizando a importância da questão indígena nesse processo.⁴⁴⁷ As guerras de conquista e a escravização indiscriminada da população nativa deviam ceder espaço para a organização político-administrativa e político-econômica dessas sociedades novas. Essa transformação qualitativa da colonização enfatiza as divergências na forma de condução e organização dessas sociedades, em que os diferentes agentes coloniais disputam o *dominium* sobre os indígenas. Esse processo foi acentuado entre a redação da primeira lei indigenista e sua reformulação, ocorrida no dia 6 de janeiro de 1574, na qual se destacou a atuação dos jesuítas, dos governadores Luís de Brito e Antônio Salema e do ouvidor-geral Fernão da Silva.⁴⁴⁸

446 “Carta de nomeação a Luis de Brito”. Évora, 10 de dezembro de 1572. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. T. 1. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 358-359.

447 A divisão do estado do Brasil coincide com a criação do colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro e revela uma atitude deliberada tanto da Coroa como da Companhia de Jesus de consolidar essas áreas de povoamento, definindo seus centros administrativos.

448 Varnhagen assim resume os artigos da reformulação de 1574: “O primeiro proibia os resgates de gente entre os índios mansos ou de pazes. Pelo segundo se exceptuaram da proibição os índios que depois de aldeados se fossem para o mato, e andassem ausentes por mais de um ano. Limitava o terceiro a escravidão dos índios aos aprisionados em guerra manifestamente lícita, e aos que, estando cativos de outro gentio, e com mais de vinte e um anos de idade, preferissem o cativo dos nossos. Pelo quarto se declararam defesos os resgates feitos sem licença dos governadores ou dos capitães; sendo incumbidos do exame deles os provedores, e mais dois indivíduos, eleitos em câmara no princípio de cada ano. Dispôs-se pelo quinto que as pessoas vindas com os índios de resgate, quer por mar, quer por terra, se apresentassem na respectiva alfândega, antes de haver feito escala ou comunicado com alguém. Recomendou-se pelo sexto que os índios do resgate, nesta conformidade registrados, que fugissem, seriam a todo tempo entregues a seus primeiros senhores, mediante a propina de mil réis, e a indenização das despesas. Pelo sétimo os índios resgatados de que não houvesse registros declaravam-se forros. Pelo oitavo se fixou que fossem consideradas guerras justas as que os governadores fizessem conforme seus regimentos, ou as que ocasionalmente se vissem obrigados a fazer os capitães, com voto dos oficiais da Câmara e outras pessoas de experiência, dos padres da Companhia, do vigário da terra, e do provedor da Fazenda, de cuja resolução se devia lavar tudo. O nono declarou forros os índios que os capitães tomassem sem esta última cláusula, e as penas que sofreriam, tanto eles capitães, como outros quaisquer indivíduos que fossem contra o que se ora deliberava. Mandou, finalmente, o décimo que os delinquentes, sendo peões, fossem açoitados em público, com braço e pregão, e pagassem quarenta cruzados de multa; e sendo de maior qualidade, além da dita pena em dinheiro, fossem condenados a dois anos de degredo; isto afora as outras partes em que pudessem incorrer, segundo as ordenações, leis e regimentos do Reino”. VARNHAGEN, Francisco A. de. *História Geral do Brasil*, I, op.cit., p. 359-360.

A lei de 1570 sofreu resistência por parte dos moradores, particularmente no que se referia à tentativa da Coroa de controlar os processos de guerra e escravização dos indígenas. A reformulação procurou, então, estabelecer um “consenso colonial” em torno da questão indígena no Brasil, como um pacto que representava a vontade do povo diante do rei, restaurando todas as formas de *resgate* e a possibilidade das autoridades locais – capitães, Câmara e jesuítas – de determinarem expedições punitivas, guerras justas e *descimentos* –, definindo, mesmo assim, algumas restrições a essas práticas.

Na reformulação de 1574, os índios considerados ilegalmente escravizados eram colocados na condição de forros, uma importante diferenciação da lei de 1570 que os considerava livres. Essa condição social enfatizava o lugar subalterno ocupado pelos índios naquela sociedade e justificava a diversificação das formas de *dominium* que seriam partilhadas pelas instituições e agentes coloniais. Mas, os eventos que se seguiram à reformulação da lei de 1570 evidenciaram a dificuldade de realizar esse “pacto colonial” e acentuaram as divergências existentes em torno da forma de assentamento e inserção dos indígenas àquela sociedade.

Esse processo político, entre a determinação régia e a reformulação colonial, representava o trâmite natural das deliberações político-jurídicas da época, o que nos permite discordar da ideia de um “recuo” por parte da Coroa em relação a sua política indigenista, como afirma Georg Thomas.⁴⁴⁹ Por outro lado, é possível questionar a ideia de que o direito costumeiro se sobrepunha à preeminência régia, afinal o rei determinou que as decisões da Junta valessem por três anos, podendo revogá-las a qualquer momento.

Enquanto os colonos reafirmavam a legitimidade dos *resgates* no Brasil por meio das experiências do *resgate* de escravos na Guiné, e punham os índios escravizados em uma condição semelhante aos africanos (daí a expressão *negros da terra*), o rei procurava diferenciar essas formas de escravização. No Brasil, a escravização deveria estar fundamentada na preeminência político-jurídica do rei de determinar uma guerra justa e na restrição do *resgate*, forma privilegiada de obtenção dos escravos na Guiné e fundamentada na ação privada de aventureiros (*tangomaus*) e comerciantes.⁴⁵⁰ No Brasil, espaço de domínio político-jurídico do rei português, a

449 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 107.

450 ZERON, Carlos A. de M. R. “Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África”. In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS, SÉCULOS XV

escravidão, como instituição, precisava ser controlada pela autoridade política. A Coroa aceitava a reintrodução dos *resgates* ao estilo da Guiné, mas indicava seu objetivo de restringir essa prática. Em relação às formas de administração das *aldeias* introduzidas por Mem de Sá – com o apoio dos colonos e jesuítas –, as referências são as experiências castelhanas. As experiências jesuítas dialogavam com as dominicanas de Vera Paz, e as laicas, com as *encomiendas* de serviço disseminadas pelas Índias Ocidentais.⁴⁵¹ Essa arquitetura das relações de *dominium* possuía um componente externo, o tráfico de escravos africanos.

A colonização do Brasil era ainda recente se a compararmos com o processo espanhol, em que a conquista foi desencadeada pela descoberta de metais preciosos. A existência de estruturas político-sociais mais centralizadas entre os indígenas da América espanhola, a organização do trabalho e da tributação, bem como o conhecimento e exploração das minas, anterior à chegada dos europeus, favoreceram a eficácia da conquista e exigiram uma atuação rápida da Coroa na definição dos mecanismos de *dominium* sobre os indígenas e suas terras. No caso português, as dificuldades em estabelecer um sistema de domínio político e laboral – dadas as especificidades da organização das sociedades indígenas (como a inexistência de instituições como a *naboría*, *yanacona* etc.) – exigiam uma legislação mais lacunar, que favorecesse o desenvolvimento de mecanismos variados de *dominium*, relacionados aos objetivos produtivos de cada região e as particularidades das sociedades aí existentes.

O início da década de 1570 também foi um momento decisivo de definição da soberania castelhana sobre a América. Diferentemente da Coroa portuguesa, que podia estabelecer esse domínio por meio da complementaridade político-econômica entre os espaços africanos e o Brasil, o domínio castelhano dependia novamente dos fundamentos político-jurídicos diretamente relacionados ao domínio sobre os indígenas. Esse novo marco institucional foi definido pelas *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias*, de 1573.⁴⁵² Mas antes que esse novo estatuto

A XVIII, 1999, Lagos. *Passar as fronteiras: actas do II colóquio internacional*. Lagos: Centro de estudos Gil Eanes, 1999, p.15-38.

451 Georg Thomas considera que as formas de administração das aldeias por chefes indígenas, colonos e capitães leigos relacionavam-se aos modos de trabalho forçado índio, próximos ao *servicio personal* nas das Índias Ocidentais. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 112.

452 “Real Provisión de Felipe II en que se declara la orden que se ha de tener en las *Indias*, en nuevos descubrimientos y poblaciones que en ella se hicieren”. Segóvia, 13 de julho de 1573. In: IPA, p. 164-181.

fosse definido, era necessário consolidar a presença espanhola nas principais regiões das Índias Ocidentais, particularmente no Peru e em relação aos incas.

A premeditação de uma causa bélica contra os incas aparece em diferentes informações do governador García de Castro⁴⁵³, dos *encomenderos* e do vice-rei Francisco de Toledo a Felipe II, que, no mínimo, consentiu com essa solução depois da morte de Sairy-Túpac e das resistências de Titu Cusi de abandonar Vilcabamba.⁴⁵⁴ A campanha de D. Francisco de Toledo contra o inca Túpac Amaro, em Vilcabamba, foi justificada pelas “embaixadas frustradas” de Gabriel de Oviedo e de Atilano de Anaya e pelo martírio do frei Diego Ortiz.⁴⁵⁵

No Peru, o destacamento dos vice-reis como mediadores privilegiados do *dominium* sobre os indígenas foi definido pela atuação de D. Francisco de Toledo.⁴⁵⁶ Dentre as medidas tomadas por Francisco de Toledo, destaca-se a primeira visita completa que um vice-rei fez por todo o Peru, empreendida em outubro de 1570. D. Francisco de Toledo organizou o sistema de *mita* mineira, que foi sancionado pela

453 “estoy determinado de hacer que los vecinos de Cuzco y de Huamanga se aperciban para echarlo [o Inca Titu Cusi] de allí y se pueble el asiento que tiene”. “Carta de García de Castro a Felipe II”, 6 de março de 1565. Apud HEMMING, John. *La conquista de los incas*, op. cit., p. 370.

454 Os espanhóis tentaram implicar o novo inca na morte de Sayri-Túpac, acusando-o de usurpação, e procuraram conciliar uma política de embaixada às ameaças de ocupação militar de Vilcabamba. Na real cédula de 29 de novembro de 1563, Felipe II recomendava ao licenciado Lope García de Castro, governador-geral e presidente do conselho, que atraísse Titu Cusi para Lima oferecendo-lhe uma renda adequada. Quando as negociações pareciam encaminhar-se para uma solução, surgiram acusações de que Titu Cusi fomentava insurreições no Chile, em Tucumán e entre os *juries* e *diaguitas* contra “Dios y contra tu rey, y tienen tratado y concertado de alzarse con el reino”. Felipe de Segovia, *encomendero* de Jauja, acusou ainda o Inca de ter “um bohío muy grande cubierto de paja” em que se trabalhava ativamente na fabricação de armas, “y ser como sois pocos y los indios tantos y tan bien armados: entrarán publicando libertad a los mestizos y esclavos.” “Carta de Felipe de Segovia Briceño de Balderrábano al gobernador García de Castro”, 3 de dezembro de 1564. Ibidem, p. 361-364. Titu Cusi parece ter tomado todas as medidas para evitar um incidente que desse aos espanhóis um *casus belli* – aceitando a entrada de missionários, de um corregedor, convertendo-se ao cristianismo, impedindo as agressões aos espanhóis e omitindo as riquezas minerais da região. Mas o “tratado” de Acobamba tratava de forma vaga da saída de Titu Cusi e de seus irmãos de Vilcabamba para estabelecerem-se no Peru espanhol, o que levou à decisão de Francisco de Toledo de marchar contra o último reduto inca. Ibidem, p. 404.

455 Ibidem, p. 506-510. A passagem da década de 1560 para a de 1570 está marcada pela utilização dos martírios e das “embaixadas frustradas” como justificativa das guerras de conquista. Em Monomotapa, pelo martírio do padre Gonçalo da Silveira. Em Angola pela “embaixada frustrada” de Paulo Dias de Novais e pela prisão e morte do jesuíta Francisco de Gouveia. Houve planos mais ambiciosos de legitimar as conquistas do Egito, motivada pelo cativo de Fulgêncio Freire, e da China, mas, nesses casos, o poderio militar europeu era insuficiente. A semelhança e a coordenação entre esses diferentes projetos de conquista indicam sua premeditação, no intuito de expandir o domínio cristão em escala global. Podemos dizer, então, que nas ideias de “embaixadas frustradas” e de martírio se delineiam outra tópica legitimadora da ação bélica e do estabelecimento de espaços de domínio, direto ou indireto, europeu.

456 Sobre os feitos de D. Francisco de Toledo, ver ibidem, p. 473-551.

Coroa.⁴⁵⁷ A Coroa se mostrava favorável à utilização desse sistema na mineração, mas procurou restringir a *mita* e as instituições de *naborías* e *yanaconas*⁴⁵⁸ na agricultura. Para isso, foi sugerido, em 1574, que a Coroa colocasse o tráfico de escravos africanos sob monopólio régio para vendê-los aos colonos, que explorariam as minas das zonas pouco desenvolvidas das Índias Ocidentais e desenvolveriam a agricultura, tanto para o mercado interno como externo. Mas o vice-rei D. Francisco de Toledo rejeitou a liberação dos *yanaconas* e, ao contrário do que ordenava o rei, instituiu legalmente o sistema.

“Dispuso que esas fuerzas laborales campesinas no pudieran separarse de la gleba. Sus amos, por su parte, no podían enajenarlos o transferirlos y tenían que procurarles vestido y todo lo necesario, preocuparse de su bienestar espiritual, concederles el usufructo de una parcela y pagar los tributos que esos indios debían a la corona”.⁴⁵⁹

O sistema laboral peruano possuía também três modalidades básicas de *dominium* sobre as populações indígenas e africanas: a *mita* era uma forma de trabalho forçado, assalariado e temporário, utilizado principalmente na mineração; a mão de obra na agropecuária, para os mercados interno e externo, era suprida, principalmente, pelos índios *yanaconas*, por meio de um *dominium* senhorial/doméstico próximo à servidão de gleba; os escravos africanos, propriedade de seus senhores, trabalhavam tanto na mineração como na agricultura. É importante destacar que os colonos do Peru reivindicavam a legitimação das modalidades de *dominium* senhorial e doméstico sobre os indígenas, enquanto a Coroa procurava estimular a introdução de escravos africanos

457 A *mita* consistia na adjudicação coativa de forças laborais ao Inca, existente antes da chegada dos espanhóis, mas transformada por eles segundo sua lógica produtiva e social. Essa nova instituição visava proporcionar aos *encomenderos*, por um tempo determinado, o serviço dos indígenas. Ela se desenvolveu particularmente nas minas peruanas e foi ordenada pelo vice-rei, D. Francisco de Toledo, em 1574. Os caciques de cada província deveriam preparar o número de trabalhadores especificados para sua localidade. As Ordenanças de Toledo previam um mecanismo de revezamento desses índios, submetidos ao trabalho mortal nas minas de prata e mercúrio. KONETZKE, Richard. *La época colonial*, op. cit., p.280 e ss.

458 A palavra yanacóna é da língua quéchua e significava, originalmente, os servidores da corte do Inca. “Tras la conquista del Perú, los europeos encontraron numerosos indios nómadas que no tenían lugar fijo de residencia ni se hallaban sometidos a cacique alguno. Las autoridades adjudicaron esos indios de por vida a los conquistadores, en calidad de sirvientes y peones. Como los yanacónas habían sido repartidos a los diversos españoles por una disposición legal, en un primer momento se les equiparó a los indios repartidos en encomiendas. Pronto llegaron quejas a la corte, procedente de círculos eclesiásticos, según las cuales esos yanacónas estaban en una situación peor que los esclavos y a la muerte de su amo pasaban como siervos a mano de otro español”. KONETZKE, Richard. *La época colonial*, op. cit., p. 183.

459 Ibidem, p. 183.

para restringi-las. As medidas tomadas por Francisco de Toledo, entre o reconhecimento das demandas dos *encomenderos* e as determinações da Coroa, possuem também uma importante marca personalista, em que a gestão das formas de *dominium* sobre os indígenas e africanos o deixava em uma posição de poder incômoda tanto para os poderes locais como para a Coroa.

Segundo o cronista Guaman Poma de Ayala,

*“Cómo don Francisco de Toledo se enojó muy mucho contra Topa Amaro Inga porque le habían informado que había dicho el Inga como muchacho y con razón, cuando le envió a llamar dijo que no quería ir a un mayordomo de un señor inga como él. Y de esto hubo odio y sentencia de muerte de enojo contra el Inga, y lo sentenció a cortarle la cabeza a Topa Amaro Inga. ¡Oh cristiano soberbioso que habéis hecho perder la hacienda de su Majestad, de los millones que daba la ciudad y los tesoros escondidos de sus antepasados y de todas las minas y riquezas ha perdido su Majestad por quererse hacerse más señor y rey don Francisco de Toledo, no sáis como él.”*⁴⁶⁰

O rei espanhol, então, procurava restituir sua autoridade sobre as relações coloniais, e a execução de Tupac Amaro lhe serviu como pretexto. A Coroa utilizou o evento para mostrar sua autoridade e condenar os excessos de Francisco de Toledo e o deixou em situação, no mínimo, incômoda para quem reconhecia em suas ações o desejo imperativo de servir ao rei e esperar o reconhecimento de seus serviços.

Definidas as formas básicas de *dominium* sobre as populações nativas e a conquista do último reduto inca, a Coroa passou a definir um novo marco de seu domínio político-jurídico sobre a América. O jurista Juan de Ovando foi o responsável por essa nova construção. Depois de um profundo estudo sobre a “legislação indiana”, que deu início a sua compilação, propôs uma ampla reforma no *Conselho de Índias*, aprovada em 1571, e passou a presidi-lo.

*“Todos los indios naturales del Estado de las Indias son nuestros vasallos y de nuestra jurisdicción, imperio y señorío, así por la concesión que de ello tenemos, como por la justa adquisición que de ellos hemos hecho, por descubrimiento los haber descubierto y hallado, apprehendido y adquirido al gremio de la santa Iglesia en lo spiritual y a nuestro Reino en lo temporal, en todas las partes de las dichas Indias, y en tantas y tan grandes partes de ellas, que suficientemente tenemos ya adquirido derecho en todo el Estado de las Indias”.*⁴⁶¹

O primeiro título era o da concessão papal, o segundo, de descobrimento, e o terceiro era a realização justa da subordinação espiritual e temporal das Índias e dos

460 POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva corórina y buen gobierno*, vol. II, op. cit., p. 347-348.

461 Apud GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*, op. cit., p. 444.

ameríndios. Alfonso Garcia-Gallo, em seu artigo “Las Indias en el reinado de Felipe II: La solución del problema de los justos títulos”⁴⁶², se pergunta: por que Carlos V não resolveu essa questão de legitimidade na sequência do debate entre Las Casa e Sepúlveda? A resposta está nesse trecho de Ovando. Somente na década de 1570, com o golpe final contra o império inca, se define esse domínio como direito adquirido, em que a jurisdição, o império, o senhorio régio e o poder espiritual estão presentes nas diferentes partes daquele Estado. A soberania régia sobre as Índias Ocidentais emerge como indivisível e inalienável.

Nas *Ordenanzas* de 1573, redigidas pelo mesmo jurista, a *conquista* – caracterizada pela iniciativa privada – deveria ser descartada do léxico e das práticas coloniais. As novas empresas de ocupação territorial e subordinação dos indígenas deveriam ser caracterizadas como *pacificação*. A tinta e o papel construíam uma soberania imaginada, em que o *dominium iurisdictionis* do rei se impunha sobre o *dominium rerum* dos conquistadores.

Nesse contexto de disputa pelo *dominium* sobre os indígenas, de intensificação da exploração colonial e de definição de uma nova legitimidade do domínio ibérico, a ampliação do tráfico de africanos era uma estratégia central para a reafirmação do poder da Coroa na América e para o incremento do comércio colonial. A necessidade de mão de obra nas Índias de Castela e a importância estratégica, política e militar, dos negros aumentavam a demanda e exigiam uma nova etapa do comércio de escravos. Felipe II, em 1566, estabeleceu contatos com a Coroa portuguesa a fim de ampliar esse tráfico e, em 1574, pretendia colocar esse comércio sob monopólio régio.⁴⁶³ Angola era a porção continental privilegiada para esses planos, possuía uma estrutura político-militar menos organizada que a do Congo e se mostrara uma fonte aparentemente inesgotável de escravos. A decisão de conquistar Angola aparece, assim, como estratégia político-econômica comum para os reis português e espanhol na construção de uma política imperial atlântica.

O projeto de “conquista de Angola” foi aceito por D. Sebastião, depois das experiências frustradas de embaixadas de Paulo Dias de Novais e da prisão e morte do jesuíta Francisco Gouveia. A empresa, solicitada por Paulo Dias de Novais, contou com o apoio dos jesuítas e de autoridades representadas na corte de D. Sebastião.

462 In: ibidem, p. 425 e ss.

463 Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, 4, op. cit., p. 170 e ss.

*“D. Sebastião etc. Aos que esta minha carta virem faço saber que vendo e considerando eu quanto convém a serviço de nosso Senhor e também ao meu mandar sujeitar e conquistar o Reino de Angola, assim para se nele haver de celebrar o culto e ofícios divinos e acrescentar a nossa Santa fé católica e promulgar o Santo Evangelho, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e Senhorios e aos naturais deles de se o dito reino de Angola sujeitar e conquistar”.*⁴⁶⁴

A determinação da conquista e sujeição do reino de Angola é um fato inédito na expansão atlântica portuguesa, somente comparável às conquistas do Peru e do México promovidas pelos espanhóis. De uma posição de reconhecimento dos poderes africanos e de uma política de influência baseada no apoio militar e na conversão religiosa com fins mercantis, a Coroa, estimulada pela expansão do mercado escravista na América, delegou a Paulo Dias de Novais uma empresa de conquista e sujeição político-jurídica.

A conquista de Angola se justificava pelo serviço de Deus e do rei, para o bem de seus reinos e senhorios e de seus súditos. Para legitimá-la eram evocadas as bulas apostólicas concedidas aos reis passados, reforçando os direitos determinados nas doações papais. No entanto, a carta de doação não especifica os motivos que levaram à determinação de conquista. Os títulos que parecem estar de acordo com ela foram o de impedimento, por parte do *Ngola*, de promulgação da fé católica em seu reino, principalmente depois da prisão do padre jesuíta Francisco Gouveia, ou de ruptura com um suposto pacto de aliança entre o *Ngola* e o representante português, Paulo Dias de Novais.

O órgão responsável por essa decisão foi a Mesa de Consciência e Ordens, que, no mesmo momento, havia despachado a primeira lei indigenista para o Brasil. A carta de doação a Paulo Dias de Novais incorpora diferentes experiências de domínio ibérico sobre o ultramar: as doações papais, o modelo de doação de capitânias portuguesas e as experiências de subordinação de reinos ou impérios na América espanhola.

Embora o significado da doação de Angola fosse muito distinto do das capitânias de São Tomé e do Brasil – conquista, em vez de descobrimento e povoamento – elas serviram de modelo para sua redação.⁴⁶⁵ Os serviços prestados por Paulo Dias em Angola, a disposição de conquistar o reino a sua custa⁴⁶⁶ e a memória dos feitos de seu

464 “Carta de doação a Paulo Dias de Novais”. Lisboa, 19 de setembro de 1571. In: MMA, 1, III, p. 36.

465 Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 15.

466 Segundo Jerônimo de Castanho, Paulo Dias de Novais não tinha bens suficientes para patrocinar a conquista, tendo buscado seu apoio financeiro e o de Jorge da Silva por meio dos padres da Companhia de Jesus. “Memórias de Jerônimo Castanho a El-Rei”, 5 de setembro de 1599. In: MMA, 1, IV, p. 606.

avô, Bartolomeu Dias, justificavam a doação. Seguia-se a mesma fórmula usada nas doações a Álvaro de Caminha e das capitanias brasileiras: “de meu moto próprio, certa ciência, poder real e absoluto”.

O rei doava a Paulo Dias dois espaços distintos de jurisdição. O primeiro referia-se às terras entre os rios Dande e Cuanza, que eram doadas pela vida de Paulo Dias. O rio Dande foi definido como fronteira norte de Angola, se sobrepondo às reivindicações de soberania do rei do Congo sobre a região. O segundo espaço era a capitania de 35 léguas ao sul do Cuanza, doada de juro e herdade, em que Paulo Dias e seus herdeiros teriam os cargos e honras de capitães e governadores, com poderes jurídicos, direitos econômicos e de distribuição de sesmarias semelhantes aos dos donatários brasileiros – o capitão tinha direito a enviar 48 escravos isentos de tributos por ano, com a obrigação de seguirem a Lisboa, as restantes pagariam mil e seiscentos réis por peça. Paulo Dias tinha o direito de escolher 20 léguas de terras livres e isentas, “repartidas em quatro ou cinco partes e não sendo de uma a outra menos de duas léguas”. Acrescentava, em relação às doações do Brasil, a condição de serem aproveitadas em quinze anos, “e não o cumprindo assim ficarão as ditas terras livremente a mim para poder delas fazer o que for meu serviço”.⁴⁶⁷

Além dessa última condição, é de se notar que a Coroa reservava para si a região mais importante do comércio de escravos e de *nzimbo*s (conchas retiradas principalmente da ilha de Luanda e que serviam como moeda no Congo e Angola). Com a morte de Paulo Dias seria mandado um governador e oficiais de justiça para essa parte de Angola, explicitando, no conteúdo da doação, que as capitanias representavam uma etapa inicial de povoamento que deveria ser sucedida de uma intervenção político-administrativa por parte da Coroa. As obrigações de Novais eram: levar um galeão, duas caravelas, cinco bergatins e três muletas, para explorar até o Cabo da Boa Esperança; além de quatrocentos homens para a guerra, de mantimentos para sustentar todos por um ano; não levar cristãos-novos; fazer três castelos em dez anos (com determinação da localização de um deles, tamanho e material, podendo demorar um pouco mais com a autorização do rei); em três anos deviam ter, ao menos, vinte éguas e cavalos; em seis anos estabelecer na capitania cem moradores com suas mulheres e filhos, lavradores com sementes do Reino e de São Tomé. Correndo tudo a sua custa. No fim do documento o rei acrescentava outras obrigações: levar três padres e o necessário para os

467 “Carta de doação a Paulo Dias de Novais”, 19/9/1571, in: MMA, 1, III, p. 41.

cultos; fazer uma igreja para São Sebastião e outras igrejas; e ainda, os escravos deveriam ser justificados conforme o regimento passado pela Mesa da Consciência para São Tomé.

As regras de sucessão e herança eram iguais às brasileiras e também não podiam ser embargadas pela Lei Mental. Apesar das amplas concessões presentes no documento, a suspensão da doação poderia ser determinada pelo rei, e os privilégios escravistas foram restringidos. Além disso, as condições da doação eram extremamente difíceis de serem cumpridas.

Na América portuguesa, a fase da conquista foi delegada a particulares e seguida pela instituição de uma estrutura político-administrativa (o governo-geral), representada por Tomé de Sousa, e pela chegada dos jesuítas, representados pelo superior jesuíta Manuel da Nóbrega. Em Angola, a conquista foi delegada ao donatário Paulo Dias de Novais e teve participação direta dos jesuítas, representados pelo superior Baltasar Barreira. Portanto, um dos conflitos fundamentais da colonização da América portuguesa, entre colonos e jesuítas, não existiu na realidade angolana, em que a conquista foi o resultado da ação conjunta de Paulo Dias e Baltasar Barreira.

A doação a Paulo Dias coincidiu com o término do contrato de São Tomé, e a expedição partiu de Lisboa no fim de 1574, desembarcando em Angola no ano seguinte. O conflito teve início, segundo as fontes portuguesas, quando o *Ndambi a Ngola*⁴⁶⁸ mandou matar todos os portugueses de sua cidade, em 1579.⁴⁶⁹ Este evento foi a causa para o início das ações bélicas portuguesas. Ao invés de uma “parceria instável” entre o governador e o *Ngola*, entre os anos de 1575 e 1580, o mais correto é considerar a preparação da conquista e definição das estratégias de guerra.

As guerras de conquista, movidas por forte sentimento religioso⁴⁷⁰, não tiveram tréguas e visavam às minas de prata de Cambambe, à tributação dos chefes nativos e aos escravos para o mercado americano. No processo de conquista o governador e os

468 HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 182.

469 “História da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola, e coisas tocantes ao Reino, e conquista”. Luanda, 1 de maio de 1594. In: MMA, 1, IV, p. 572-573.

470 Diz o padre Baltasar Barreira: “Deus lhe fizera guerra e os pusera em fugida; e assim é corrente na terra que anda com os nossos chamar à guerra dos portugueses, guerra do Céu e de Deus”. “Carta do padre Baltasar Barreira para o Provincial”, 20 de novembro de 1583. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). *Angola no século XVI*, op. cit., p. 124-127.

capitães doaram os *sobas*⁴⁷¹ a particulares e jesuítas por meio de um sistema de *dominium* senhorial/doméstico, denominado *amos*.⁴⁷² Os *sobas* eram doados em pagamento aos serviços prestados na conquista e, de acordo com o estatuto social do beneficiário, cabia a este “protegê-los” e cristianizá-los em troca do pagamento de tributos – pagos em escravos. Esses elementos aproximam o sistema de *amos* angolanos ao das *encomiendas* americanas.

Segundo o historiador Alberto da Costa e Silva,

“[Paulo Dias de] Novais resolveu aplicar esse sistema de tutela aos nativos que a ele se aliavam ou se submetiam (...). A cada *soba*, chefe de aldeia ou cabeça de linhagem o donatário deu um ‘amo’ português, que pronto se transformou em amo, em mais do que patrão, em senhor. (...) Era de se esperar que essa gente interpretasse a tutela como um senhorio: o *soba* lhe havia sido doado para seu serviço e, em última análise, pertencia-lhe, com todos os seus dependentes”.⁴⁷³

As guerras de conquista em Angola dependiam da aliança com diversos *sobas*, que arregimentavam guerreiros, a chamada *guerra preta*. Esse exército auxiliar africano era entregue ao comando de um *tandala do Reino*.⁴⁷⁴

As questões relativas à legitimidade do *dominium* se colocaram, em Angola, a partir do momento da determinação de sua conquista. O primeiro aspecto desse problema era a legitimidade da guerra e de domínio do rei português sobre o *Ngola* e seu reino. O segundo referia-se ao domínio dos conquistadores e jesuítas sobre os *sobas*. Em terceiro lugar, colocavam-se as questões relativas à legalidade do comércio de escravos, ao monopólio português e ao envolvimento dos jesuítas neste comércio. A elaboração dos discursos de legitimação teve início paralelamente ao processo de

471 Nei Lopes indica que a palavra *soba* vem do quimbundo e significa chefe ou governante. LOPES, Nei. *Novo dicionário Banto do Brasil : contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

472 Em seu uso mais antigo, o termo *amo* era utilizado como tratamento dado ao rei por seus vassallos. Não encontramos esse uso na documentação trabalhada nesta tese. Nela, o termo significava senhor da casa, particularmente na relação entre o senhor e seus criados e, progressivamente, será utilizada para diferenciar os sistemas de domínio doméstico/senhorial dos sistemas de domínio político, em que eram utilizados os termos *vassalo* e *súdito*.

473 SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo*, op. cit., p. 417.

474 Beatrix Heintze diz ser o *tandala* o primeiro entre os *makota* – conselheiros do *Ngola* –, uma espécie de primeiro-ministro do rei, sempre um escravo, que tinha poderes judiciais e na definição do sucessor do *Ngola*. Seu título foi incorporado pelos portugueses para designar os chefes militares da *guerra preta*. HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 221-223.

conquista. Em relação a esse primeiro nível de domínio, diz o padre Baltasar Barreira em sua “Informação acerca dos escravos de Angola”:

*“Este reino de Angola começou no bisavô do que agora reina, porque antes todo era de Senhores particulares, que não reconheciam ninguém sobre si. E como isentos e livres de toda sujeição, defendiam suas terras e faziam guerra a quem os agravava. E acrescentavam seus limites à força de armas, como fez o primeiro Rei, que sendo Senhor particular como cada um deles, os sujeitou a todos, mas de tal maneira que ficaram Senhores das terras que antes possuíam, pagando seus tributos”.*⁴⁷⁵

Esse trecho, que só com muita cautela pode ser utilizado como fonte de informação etno-histórica, justificava o domínio europeu, atribuindo ao *Ngola* um domínio recente, adquirido por meio da violência e caracterizado como domínio privado.⁴⁷⁶ Baltasar Barreira definia também como costumeira a forma de sujeição senhorial dos *sobas* e o pagamento de tributos, o que legitima o *dominium* dos conquistadores e jesuítas.

No parágrafo seguinte, o jesuíta passava a analisar a legitimidade do negócio escravista. Começa tratando da ausência de moeda, o que dava às mercadorias um valor de troca, sendo os escravos um produto de destaque. Ao descrever as feiras, o autor passa a discutir a legitimidade dos escravos vendidos (*resgates*). A principal feira ocorria em Cabaça, capital onde vivia o *Ngola*, que, segundo Barreira, tinha um funcionário régio que garantia a boa procedência dos escravos, restituindo a liberdade dos injustamente escravizados. O mesmo procedimento se verificava nas outras feiras, porque todas eram regidas por oficiais do rei. Outra evidência dessa legitimidade se observava pela forte resistência dos que eram injustamente cativos.

475 “Informação acerca dos escravos de Angola”, 1582-1583. In: MMA, 1, III, p. 227.

476 Veja a semelhança da argumentação, nesse caso com um aspecto quase irônico, quando D. Francisco de Toledo, vice-rei do Peru, comunica aos descendentes dos Incas as conclusões de sua inquirição: “les dijo por una lengua (...) que los Incas habían sido señores deste reino y los llamaban ellos: *reyes*, que no se lo podían decir ni habían sido reyes dél, sino *usurpadores*, por lo cual los Incas, sus deudos y nietos se enfadaron con él, y para mitigarlos les volvió a decir que no se maravillasen de ello, porque el rey de Castilla tenía muchos reinos de otros, tomados por fuerza de armas, y que también los habían tomado como los Incas”. Apud HEMMING, John. *La conquista de los incas*, op. cit., p. 501. O historiador Pedro Borges, em sua análise do debate sobre a legitimidade da conquista nas Índias Ocidentais, observa que essa tópica, da ilegitimidade da soberania dos chefes indígenas, foi utilizada de forma generalizada pelos funcionários régios. O mesmo autor destaca a postura favorável às guerras de conquista por grande parte dos franciscanos no México, entre eles o frei Toribio de Benavente, ou Motolinia, que justificava o domínio espanhol porque os imperadores astecas haviam usurpado o império pela guerra e perpetravam uma série de delitos contra inocentes. PEÑA, Juan de la. *De bello contra insulanos*, op. cit., p. 22 e 33.

No terceiro parágrafo, Baltasar Barreira descreve a existência de três tipos de *peças* em Angola:

*“umas que os Senhores de Vassalos tem em suas terras para as cultivar, nascidos e procriados de outros que seus antepassados tomaram em guerras e fizeram quando não reconheciam superior, outros que eles mesmos tomaram nas guerras feitas com licença de seu Rei, o qual examina as coisas etc. Outros que foram compreendidos em delitos, pelos quais mereciam a morte”.*⁴⁷⁷

Esses eram os títulos legítimos de escravização – por nascimento, guerra justa e comutação da pena de morte, que respondiam aos problemas de consciência e direito portugueses; o que não era possível era averiguar o título de cada uma das *peças*.

*“todas estas três sortes de peças andam de feira em feira, e as vendem uns negros a outros, parte para cultivar suas terras, parte para os tributos que pagam a seu Rei, e parte para se ajudarem delas em seus trabalhos e necessidades, vendendo-as, ou dando-as, não é possível tirar-se a limpo de que título são, as que os nossos compram. E além disso é coisa de riso entre eles perguntar lhe[s] por isso, nem respondem outra coisa senão que são suas peças, por ser extraordinário o segredo que guardam em suas coisas”.*⁴⁷⁸

A escravização era justa, mas o título não podia ser confirmado por causa do dinamismo daquele comércio em Angola, profundamente arraigado nas práticas locais e envolto em certo segredo comercial. Daí, concluía o padre, ser aquela guerra e aqueles escravos os mais justos de toda a Guiné.

*“E a conclusão será, que quanto mais entramos pela terra, e tratamos dos negros, tanto mais experimentamos que de nenhuma parte de Guiné vão peças que se possam comprar mais seguramente que as de Angola. E a todas as coisas sobre ditas se ajunta que é muito justa a causa porque os nossos lhe fazem agora guerra.”*⁴⁷⁹

477 “Informação acerca dos escravos de Angola”, 1582-1583, In: MMA, 1, III, p. 228.

478 Ibidem.

479 Ibidem, 228. Grande parte da argumentação de Baltasar Barreira já estava presente em uma carta, de 1576, do padre Garcia Simões, em que mostrava preocupação em saber como eram cativos os cerca de 14 mil escravos anuais de Angola, que dizia: “houve um Angola grande, que dizem sujeitou toda esta gente por armas donde ficaram eles cativos, e os senhores têm vila e lugares que o mesmo Rei lhes dá com alçada, e sendo-lhes traidores e alevantados os sujeitam, de maneira que os podem matar ou os vendem. Também dizem ser / certo que se se provar que homem compra ou vende pessoa livre será destruído e punido como ladrão, com pena de morte, e que também que as mesmas peças se não são cativas logo reclamam e não se deixam vender”. “Carta do padre Garcia Simões ao padre Luís Perpilhão”. Angola, 7 de novembro de 1576. In: MMA, 1, III, p. 146. São essas informações e ideias que Luís de Molina usou para a redação de seu tratado *De iustitia et iure*, ver o item 3.5.

A informação de Barreira refere-se à legitimidade do *dominium* português sobre Angola; por ela o padre justifica o domínio político-jurídico do rei português, o domínio doméstico sobre os *sobas* e o pagamento de tributos, o tráfico de escravos e a participação dos jesuítas. Não obstante, Beatrix Heintze, em sua descrição sobre a organização do “Estado do Ndongo”, entende que havia “inspetores nomeados pelo rei [que] controlavam o comércio de escravos em Cabaça e nos outros mercados e zelavam para que não fossem vendidas pessoas livres.”⁴⁸⁰ Ainda segundo a autora, “é possível que (...) esse serviço de inspecção tenha sido criado por influência de uma instituição análoga no Congo”.⁴⁸¹ Já discutimos, no capítulo 1, as circunstâncias do comércio de escravos e os interesses do rei do Congo e de seus conselheiros portugueses, que definiram esse discurso do comércio com certificado de qualidade e justiça. Nesse caso, Baltasar Barreira recupera essa tópica para legitimar o processo de conquista, o deslocamento do tráfico para Angola e, principalmente, o envolvimento dos jesuítas nesse negócio.

Destacamos, no primeiro item deste capítulo, que o favorecimento da mediação dos governadores e vice-reis em relação ao *dominium* dos indígenas, não desfazia a contradição entre *dominium* privado e autoridade política. O envolvimento com o sistema produtivo colonial, sua contingência escravista/senhorial e seus desdobramentos nas relações de poder afetavam todos os agentes ultramarinos e definiam o distanciamento entre as medidas e ideias que emanavam das instituições estabelecidas na Europa (Companhia de Jesus, Igreja, Coroa etc.) e as experiências de *dominium* e poder estabelecidas nas realidades coloniais. Em outras palavras, havia um distanciamento entre os discursos de domínio (de legitimidade político-jurídica) e as práticas de dominação (base da exploração econômica). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico observado a partir da década de 1570 faz com que exista um movimento de convergência entre esses níveis de *dominium*. Os agentes coloniais incorporam e adaptam as figuras jurídicas e políticas ao seu discurso, ao passo que as autoridades, nos centros de poder na península ibérica e em Roma, reconhecem a primazia da experiência e a legitimam.

O domínio político-jurídico sobre a América é construído pela combinação de diferentes modalidades de *dominium* sobre os africanos e indígenas em função de uma

480 HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 201.

481 Ibidem, p. 201-202.

divisão social tripartite, das realidades organizacionais nativas e dos sistemas produtivos coloniais. A complementaridade da colonização atlântica se assenta na ambivalência do próprio conceito de *dominium* e suas implicações concretas no processo de colonização: entre o controle do tráfico de escravos e da instituição escravidão e o direito privado sobre os contratos, *resgates* e escravos; entre o poder político-jurídico sobre os reis africanos, *sobas*, chefes indígenas e índios e o *dominium* senhorial ou doméstico sobre eles. Analisaremos, em seguida, em que medida a colonização atlântica favoreceu a união das Coroas e reconfigurou as relações de poder na Península.

3.2. A União Ibérica em perspectiva atlântica

A perspectiva adotada nesta tese baseou-se na observação dos elementos de constituição política do império português, principalmente em relação ao Brasil e Angola. Portanto, em vez de nos debruçarmos sobre as discussões acerca da forma de incorporação do reino de Portugal e de suas possessões ultramarinas no contexto reinol, interessa-nos analisar esse processo partindo das políticas desenvolvidas para o ultramar e suas reconfigurações determinadas pelas especificidades sociais, políticas e econômicas desses espaços.

Antes de entrarmos na análise das políticas ultramarinas de Felipe II e Felipe III, precisamos fazer alguns comentários que apresentem nossa discordância de fundo com a “historiografia jurisdicionalista”. Após referir-se à inexistência de normas de sucessão depois da morte de D. Sebastião⁴⁸², Pedro Cardim passa a analisar as dúvidas sobre “qual seria o estatuto do reino de Portugal” caso Felipe II fosse aclamado rei. Havia, na época, uma oscilação entre duas perspectivas: a conquista ou a agregação pacífica. Depois de uma entrada fulgurante do exército de Felipe, do saque de Lisboa e das cenas de violência e destruição, comenta o autor:

*“D. Felipe teve a oportunidade de declarar que Portugal era uma conquista, quer dizer, poderia ter tirado partido dessa situação e alterado os foros do reino, adaptando-os às suas conveniências. Contudo, e um pouco contra o que seria de prever, D. Felipe decidiu noutro sentido, acedendo a dialogar com os ‘três estados do reino’ numa reunião das Cortes de Portugal”.*⁴⁸³

A assertiva em relação à alternativa de conquista – “um pouco contra o que seria de prever” – parece-nos questionável. Portugal era um reino irmão de Castela, com muitos vínculos dinásticos entre suas casas reais. Para citarmos somente um exemplo, há pouco vivia em sua corte D. Catarina de Áustria, viúva de D. João III, avó de D. Sebastião e tia de Felipe. A ideia de uma conquista pura e simples, a alteração dos foros do reino e a imposição das conveniências de Felipe levariam à rebelião aberta no reino e no ultramar e à desagregação política e econômica de Portugal e de seu império. Era tudo o que Felipe não queria. A oscilação entre a conquista e a subordinação legal e

482 CUNHA, Mafalda Soares da. “A questão jurídica na crise dinástica”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 552-559.

483 CARDIM, Pedro. “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Felipe I.”, op. cit., p. 278.

pacífica não significava que Felipe estivesse diante de uma encruzilhada – como opções antagônicas –, assim, demonstrou sua força e ofereceu seu amor. A apresentação dos títulos de legitimidade sucessória (construção que, por meio da história, dá coesão e coerência ao novo corpo político em formação)⁴⁸⁴, a entrada militar (demonstração de força que revela a superioridade militar) e o Tratado de Tomar (produção de um documento fundador, representativo do pacto entre as partes, em que o povo sujeito reconhece os benefícios da nova sujeição) são as diferentes partes que constituem o processo de domínio castelhano sobre Portugal. Em seguida iniciam-se as mudanças políticas para incorporação do novo reino à monarquia hispânica, sendo os espaços ultramarinos um lugar privilegiado para o início desse processo.

É de se notar, durante os dois primeiros reinados da União Ibérica⁴⁸⁵, uma série de reformas e invenções institucionais que exigem cuidado na apreciação da máxima historiográfica “as instituições portuguesas foram preservadas tal qual, em respeito ao Tratado de Tomar”. Aliás, esse próprio Tratado não poderia ter outro estilo e seus capítulos precisam ser confrontados com as transformações político-administrativas e político-econômicas promovidas no período e sua relação com a política dos reis portugueses.

Manuel Subtil ressalta que no fim do século XV havia apenas um tribunal dependente do monarca⁴⁸⁶ e que, um século depois, o “aparelho político-administrativo centralizado em torno do monarca” era muito maior. É interessante destacar as datas de criação dessas instituições. Eram quatro conselhos (Estado⁴⁸⁷, 1562; Fazenda⁴⁸⁸, 1591; Índia, 1604; e Mesa de Consciência, 1532), três tribunais superiores (Casa da Suplicação, presente nas Ordenações Afonsinas, de 1446; Relação do Porto, 1582; e Desembargo do Paço, 1533), e três organismos sediados fora do reino (Conselho de

484 BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. “De um fin de siglo a otro”, op. cit., p. 1453-1463.

485 A expressão “União Ibérica” não é uma categoria da época. Adotamos essa nomenclatura por uma razão de uso corrente nos meios historiográficos.

486 No fim do século XV já existia o Conselho do Rei, a Casa de Justiça da Corte ou Tribunal da Corte (depois Casa de Suplicação) e a Casa da Guiné, Mina e Índias.

487 Na regência de D. Henrique foi criado o Conselho de Estado, que era um órgão consultivo. Durante a União Ibérica, cabia ao vice-rei agendar as matérias que julgava relevantes, destacaram-se os assuntos relacionados ao império. Nem todos os indivíduos que tinham o título de “conselheiro de Estado” o eram de fato, sendo, na maioria das vezes, um elemento de distinção social. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 132.

488 Responsável pelos “assentamentos do reino, as terras, a compra e o provimento de navios, o tráfico comercial, as receitas das explorações ultramarinas e dos almoxarifados do reino, a administração das praças do Norte de África”, bem como a superintendência dos “Contos, Casa da Índia, aparelho fiscal e feitores espalhados pelos vários cantos do império”. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 133.

Portugal⁴⁸⁹, 1582; Relação da Índia, 1544; e Relação do Brasil, 1609). Esse quadro das criações institucionais indica a longa duração desse processo, que começou independentemente de Castela e também a influenciou.

Já as novidades durante os dois primeiros reinados da União Ibérica foram:

➤ Novos conselhos:

- Conselho de Portugal (reforma em 1602);
- Conselho da Fazenda e juntas;
- Conselho da Índia⁴⁹⁰ (1604-1614).

➤ Conselhos reformados:

- Desembargo do Paço⁴⁹¹;
- Mesa de Consciência e Ordens (1608).⁴⁹²

➤ Mudanças legislativas:

- Ordenações filipinas (1595-1603).

António M. Hespanha explica as transformações observadas durante a União Ibérica, por meio da ideia de “modernização” e da contraposição entre uma “*forma* ‘espanhola’ do Poder” – que aponta “para um Poder central mais centralizado, liberto de limitações corporativas” e, portanto, “mais eficaz” e “mais ‘moderno’” – e uma “*forma*

489 O Conselho de Portugal era um órgão consultivo que tratava de todos os assuntos lusitanos. Devia residir junto ao monarca, ser composto por portugueses e redigir os documentos nessa língua. O regimento data de 1586.

490 Para diferenciarmos o *Conselho de Índias* de Castela do novo Conselho manteremos a denominação deste último no singular.

491 Fernanda Olival assim resume suas atribuições: “O Desembargo do Paço inicialmente escorara a sua importância em larga medida no facto de ser em parte um tribunal de graça. Ou seja, ocupava-se de matérias dependentes da plena liberalidade régia, sem constrangimentos que não fossem a consciência de Sua Majestade. A outorga de perdões e legitimações constituía a este respeito um bom exemplo. Para além disso, no plano da justiça, fazia exames que possibilitavam o ingresso nas carreiras ‘de letras’ da coroa (magistratura propriamente dita e administração periférica da coroa), pois não bastava ter o diploma universitário de formatura para ingressar nestas. Tratava também das nomeações, promoções e residências destes elementos. Estas últimas eram feitas após o exercício de um cargo. Consistiam num inquérito a testemunhas para apurar se o indivíduo exercera de forma correcta e aceitável as suas funções. Ainda faziam parte das competências do Desembargo do Paço a censura de livros e o exame dos tabeliães, habilitando cada um deles ao exercício do seu múnus. // As atribuições do Desembargo do Paço foram sendo pouco e pouco ampliadas. Assim aconteceu de forma notória desde os finais do século XVI e início do XVII. O apuramento das pautas das câmaras e o arbitrar de conflitos de jurisdições eram exemplos destas novas realidades”. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II, op. cit.*, p. 132.

492 Fernanda Olival considera o regimento mais importante na história dessa instituição. Ibidem, p. 133.

‘portuguesa’”, “mais próxima das matrizes tradicionais do sistema político europeu-ocidental”.⁴⁹³ Parece-nos importante considerar essa diferenciação e os campos de influência entre elas como processos anteriores à União Ibérica, e procuramos indicar alguns elementos desse processo, ao longo desta tese, particularmente no que se refere à política ultramarina.

É interessante destacar, por exemplo, que o processo de expansão ultramarina exigiu, antes da União Ibérica, uma transformação na forma de caracterização do poder régio e de comunicação política entre a Coroa e os “poderes periféricos”. A representação dos poderes coloniais era dificultada pela distância entre esses espaços políticos, o que exigiu uma série de criações institucionais e a definição das atribuições de cada uma dessas instituições, demandando dos poderes coloniais, representados como corpo único (o povo) ou nas divisões de grupos de interesse (jesuítas, colonos etc.), o encaminhamento de uma reivindicação a um organismo específico da monarquia e, algumas vezes, diretamente ao rei. Os grupos de interesse representavam-se de forma hierarquizada, e a personificação do poder régio na figura do governador-geral promovia “a imagem da unidade do reino como corpo político, dotado de uma cabeça (*capital*) e de extensões territoriais também *encabeçadas* pelas suas cidades e vilas mais notáveis”.⁴⁹⁴ A diversidade de espaços de poder e jurisdição nas Espanhas fazia dessa tarefa uma questão mais difícil e premente, em que havia necessidade de se reafirmar constantemente a primazia castelhana do domínio sobre a América e exigiu uma forma de representação mais rígida. A “imagem da unidade do reino” português esteve profundamente marcada pela relação com Castela, particularmente no que se refere às disputas pelo domínio dos espaços ultramarinos e às definições políticas e espaciais estabelecidas pelas doações papais.

Em relação ao chamado “regime polissinodal”, definido por José Manuel Subtil pelas instituições que “funcionavam colegialmente, tanto para aconselhar o rei (...) como para exercerem funções normativas, de governo ou de tribunal”, deve-se salientar que suas funções de governo deviam ser aprovadas pelo rei, como última instância de poder, e, portanto, é errônea sua caracterização como unidades de poder auto-

493 HESPAÑA, António M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit., p. 51.

494 Ibidem, p. 53. Essa tendência foi enfatizada nos reinados de Felipe II e Felipe III, como podemos observar, por exemplo, na insistência de fazer da Bahia a *cabeça* do Estado do Brasil e o destacamento de Luanda com um sentido semelhante.

reguladas.⁴⁹⁵ Por meio do sistema de conselhos, pelo menos no que se refere à política ultramarina, o rei especializou e centralizou as atribuições de seu poder, cabendo a ele, como última instância de poder, confirmar, ou não, as deliberações dos conselhos. Além disso, algumas criações institucionais, como a do Conselho da Índia, se sobrepuseram às atribuições de outros conselhos com o objetivo de aumentar a interferência régia nos assuntos do ultramar português. Finalmente, muitas das reformas ultramarinas foram enviadas pelo rei já com o encaminhamento do que deveria ser feito, e não como consulta.

A expressão “polissinodia” também cria uma falsa impressão de nivelamento entre esses conselhos. Como mostra Fernanda Olival, em sua análise sobre o “circuito de um requerimento até obter resolução régia”, o Conselho de Portugal, que devia residir “junto do monarca” – e, portanto, era mais dependente das graças e mercês régias –, servia como uma “terceira instância” na ordem dos despachos, e, só então, o monarca dava o despacho final, como “a quarta e última instância”.⁴⁹⁶ A criação do Conselho de Portugal não reforçou a chamada “administração sinodal”, porque, na ordem dos despachos e na própria hierarquia de poder, estava acima dos outros conselhos e do próprio vice-rei e reforçava o domínio castelhano sobre Portugal. Todos os despachos eram encaminhados a ele, que tratava de todas as temáticas relativas a Portugal. O Conselho da Índia foi criado por determinação do rei, do valido e de seus conselheiros mais próximos, depois da reforma do Conselho de Portugal, de 1602, que havia criado uma secretaria especializada nos assuntos ultramarinos. O Conselho de Portugal redigiu seu regimento e apoiou, constantemente, suas alargadas jurisdições.⁴⁹⁷

Sobre a substituição das vedorias da Fazenda pelo Conselho da Fazenda, tanto a ideia de uma “modernização espanhola” como a explicação *sinodal* parecem problemáticas. Primeiramente, devemos destacar que a criação institucional de um

495 SUBTIL, José Manuel. “A administração central da Coroa”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume, op. cit., p. 78 e ss. Segundo Hespánha: “conselhos, com atribuições determinadas por lei e garantidas por eficazes mecanismos jurídicos contra qualquer usurpação, mesmo por parte do rei”. O autor também enfatiza a ideia de unidade autônoma de poder. HESPANHA, A. M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit., p. 58.

496 OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 137-138.

497 Georg Thomas também destaca a influência decisiva do Conselho de Portugal na definição das leis indígenas no Brasil. No entanto, o autor trata as deliberações desse Conselho como a expressão dos interesses de Lisboa. É importante ressaltar que a maioria das deliberações sobre os índios do Brasil partiram diretamente do rei, do valido e do Conselho de Castela, o que enfatiza a ideia de administração ativa da Coroa e favorece a aproximação com as linhas gerais da política indígenista das Índias Ocidentais. (Voltaremos a esses pontos a seguir). THOMAS, Georg. *Política indígenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 112-113 e 129-130.

órgão responsável pelos aspectos econômicos do ultramar foi obra portuguesa. Foi a Casa da Mina que influenciou a criação da *Casa de Contratação de Sevilha* e foi também dentro desse órgão que surgiu a primeira repartição específica para o comércio de escravos, criada por volta de 1486. A criação do Conselho da Fazenda foi o primeiro movimento de intervenção castelhana nos assuntos da fazenda portuguesa, na qual o comércio ultramarino já cumpria papel de destaque. No reinado seguinte, criou-se uma Junta da Fazenda de Portugal que, formada por ministros castelhanos, atuou diretamente em Lisboa, ou seja, na praça comercial que concentrava a maior parte das riquezas portuguesas. Outra junta, seguindo de certa forma a política ultramarina portuguesa, tratou especificamente do comércio de escravos.

A definição do monopólio comercial, de contratos, particularmente o do tráfico de escravos, e dos direitos de domínio sobre os espaços africanos foi uma criação portuguesa, confirmada pelos papas e desenvolvida pelos reis hispânicos, por meio dos *asientos*, a partir de 1587, e da instituição do governo-geral em Angola, em 1592. Essas medidas nos permitem inferir que Felipe II e Felipe III deram continuidade à política ultramarina portuguesa, mas aprofundaram e criaram novos mecanismos de controle e eficiência. Na verdade, o estabelecimento de um campo unificado de experiências de colonização ibero-atlânticas dificulta uma separação nítida entre o que é português e o que é castelhano (a correlação entre os períodos de conquista e intervenção régia e o jogo entre a política indigenista e o tráfico de escravos são o maior exemplo desse processo). Em linhas gerais, a política portuguesa parece ter uma experiência maior no campo comercial e econômico, ao passo que Castela, desde o processo de “reconquista”, parece ter tido maiores desafios e aprendizagens de domínio político-jurídico. Mas não devemos desprezar as experiências portuguesas em relação a esse segundo âmbito, na política de embaixada desenvolvida em relação ao reino do Congo, no aprendizado da colonização insular – seus desafios políticos, comerciais e produtivos –, na dinâmica política eficiente entre a delegação de poderes e a intervenção e afirmação de sua autoridade.

Hespanha opõe também o sistema de conselhos – “administração passiva”, “sinodal” e “jurisdicionalista” – ao sistema de juntas – “administração ativa”, unitária/centralista e “política” – e afirma que o primeiro modelo entra em crise no

início do século XVII.⁴⁹⁸ Do nosso ponto de vista, não existe contradição entre o sistema de conselhos e o de juntas, pelo contrário, as juntas representam o aprofundamento das intervenções régias e do domínio castelhano, e da especialização das funções e da centralização dos despachos.

A “ação política” é definida, por essa historiografia, por meio do paradigma “jurisdicionalista” que, segundo Subtil, “correspondia a uma forma de administração ‘passiva’, cujos objectivos nucleares eram a salvaguarda dos direitos adquiridos (*mixtum imperium*) e a manutenção da paz (*merum imperium*)”.⁴⁹⁹ Desconhecemos essa forma de caracterização do *merum* e *mixtum imperium*. Sobre a “administração passiva”, afirma Hespanha: “ouvir os tribunais e conformar-se com as consultas eram o modelo do bom governo”.⁵⁰⁰ Além de definir muitas das pautas tratadas nos conselhos e de ser a última instância de poder, a escolha dos conselheiros e secretários estava a cargo do rei, escolha pautada pela fidelidade à nova casa dinástica, e pela aproximação, e mesmo conformação, aos interesses régios. Esse parece o motivo que leva o rei a concordar com os pareceres dos conselhos, e as futuras mercês, graças e espaços da corte eram definidos pelos serviços. Ou seja, a vontade do rei é eminente e sua política, ativa. Finalmente, Subtil define o estilo de decisão como burocrático, que equivalia ao expediente administrativo da “consulta”.⁵⁰¹

Hespanha trata também da diferenciação entre o pessoal que compunha as juntas e comissões, com o perfil de “validos, nobres ou não, e oficiais subalternos e práticos, sobretudo da administração financeira”⁵⁰², enquanto os conselheiros eram mais poderosos e, principalmente, juristas. Os primeiros, “pessoal sempre dependente do rei, destituído das garantias institucionais dos membros dos conselhos ordinários – ou, em geral, dos detentores de ofícios ordinários; e, por isso, pagando a permanência em funções com a maleabilidade e a obediência ao rei e seus ministros”.⁵⁰³ Ao mesmo tempo, não se deve subestimar a capacidade dos reis anteriores de definir os quadros

498 HESPANHA, A. M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit., p. 58 e ss.

499 SUBTIL, José M. “A administração central da Coroa”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, 3, op. cit., p. 79.

500 HESPANHA, A. M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit., p. 59.

501 SUBTIL, José M. “A administração central da Coroa”. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, 3, op. cit., p. 79.

502 HESPANHA, António M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit., p. 60.

503 Ibidem.

dos conselhos por meio do sistema de graça e mercê que, em épocas de sucessão dinástica, era ainda mais eficiente. A tendência de favorecimento de uma “nobreza de serviço”, particularmente para o ultramar, também é estratégia reconhecida pelos historiadores desde o reinado de D. João II. E essa foi a orientação seguida na definição dos conselheiros da Índia, a valorização da experiência colonial e da dependência ao poder régio.⁵⁰⁴

Cabe ainda indicar que a política ultramarina de Felipe III representa uma continuidade à de Felipe II, particularmente no Brasil e em Angola e em relação ao governo-geral, ao tráfico de escravos e à política indigenista. Além de algumas medidas terem sido reeditadas, muitas delas, planejadas no reinado de Felipe II, foram postas em prática no reinado seguinte.⁵⁰⁵ Essas reformas não instituíram um poder “absolutista”, as rivalidades pessoais e estatutárias e a lentidão dos processos de administração ativa permaneceram. O sistema de juntas explicitou o caráter intervencionista e centralizador do domínio castelhano, que levou à revolta, e que não se restringiu a Portugal. As políticas adotadas durante a dinastia Habsburgo, em que a situação do erário régio e a concorrência político-econômica entre os países europeus se intensificaram, possuíam certa continuidade intervencionista e centralizadora. Experimentaram-se, do ponto de vista histórico, os limites dos vínculos de dominação, entre o amor e a força, e a ruptura desse domínio político permitiu a visualização dessas situações-limite. Para os espaços ultramarinos analisados nesta tese, as ameaças de ruptura com o domínio espanhol referiram-se à política de liberdade indígena, à tentativa de ruptura com o sistema de *amos* e de apropriação do tráfico de escravos pela Coroa ou por comerciantes espanhóis. A continuidade institucional e do modo de governo ultramarino, sob a administração bragantina, mostra a força dessas experiências.

Nossa discordância de fundo com a historiografia jurisdicionalista é de que as mudanças observadas no aparato político-administrativo e na forma do poder em Portugal sejam o resultado de uma “modernização” espanhola, que teve por marco a política de Felipe III, ou por meio de uma “revolução” iluminista, implantada pelo marquês de Pombal. Quando António Manuel Hespanha analisa o processo de

504 Destacaremos a trajetória de dois governadores de Angola, D. Francisco de Almeida e João Furtado de Mendonça, que ocuparam o Conselho da Índia. No Conselho da Fazenda, podemos destacar o antigo ouvidor-geral e governador interino do Brasil, Cosme Rangel.

505 Podemos citar o estabelecimento da Relação do Brasil, as leis indigenistas, o favorecimento dos comerciantes de Sevilha no tráfico de escravos, dentre outras que serão analisadas em seguida e no próximo capítulo.

constituição política portuguesa, ele indica o momento de viragem estrutural no ministério pombalino.⁵⁰⁶ Quando analisa as estruturas políticas durante a União Ibérica, identifica um processo de transformação como resultado da influência da “*forma de poder espanhola*”.

Do ponto de vista desenvolvido nesta tese, esse processo de transformação foi anterior à União Ibérica e se intensificou a partir desse período, principalmente depois do reinado de Felipe III, e assumiu características próprias relacionadas ao modo de governo castelhano e imperial. É interessante observar, como sugere Vitorino Magalhães Godinho, que “1580 é muito mais um ponto de chegada do que um ponto de partida”⁵⁰⁷, porque realiza a ideia de União Ibérica, ensaiada desde o fim do século XV e que tinha como perspectiva o início da expansão ultramarina atlântica.⁵⁰⁸ Essa perspectiva se consolida a partir de meados do século XVI, perante o recrudescimento dos conflitos europeus e com o império otomano, e que cristaliza um elemento central do império atlântico construído por meio da articulação do domínio político-jurídico sobre a América e os ameríndios e o desenvolvimento do comércio de escravos com a conquista de Angola.

Como acrescenta Sanjay Subrahmanyam, essa viragem atlântica “fazia parte de uma conjuntura global que conduziu à tomada do trono de Portugal por Felipe II, em 1580”.⁵⁰⁹ Ou seja, a perspectiva atlântica favoreceu e conduziu à União Ibérica e foi um fator determinante na configuração das relações de poder europeias. Apropriando-se da ideia de Luiz Felipe de Alencastro, de que o Brasil se formou fora do espaço depois definido pelas fronteiras nacionais, podemos dizer que a Europa, e particularmente a Ibéria, constituiu-se por meio de uma perspectiva imperial em que a relação entre o domínio americano, o saque africano e a feitorização da Ásia foram essenciais à sua formação política.⁵¹⁰

506 HESPAÑA, António M. *As vésperas do Leviathan*, op. cit.

507 GODINHO, Vitorino Magalhães. “1580 e a Restauração”. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio sobre a História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Livraria Sá Costa editora, 1968, p. 257.

508 Não por acaso, foi a esse período histórico que Felipe procurou fundar sua legitimidade na sucessão de Portugal. BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. “De um fim de século a outro”, op. cit., p. 1453-1463.

509 SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700. Uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1995.

510 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 9.

3.3. Leis indigenistas, *asiento* de escravos africanos e governo-geral em Angola

A política ultramarina de Felipe II teve no *dominium* sobre os africanos e indígenas o elemento central para a subordinação política dos agentes coloniais.

*“Os setores mercantis lusos, atraídos pela lucratividade do comércio com as Índias Ocidentais (tanto espanholas como portuguesas), viam na união dos dois reinos a possibilidade quer de fortalecimento militar, na defesa contra as atividades de ingleses, franceses e holandeses naquelas áreas, quer econômico, através da participação mais ampla no comércio com a América espanhola. Uma das reivindicações básicas dos grupos mercantis era o direito de asiento, ou seja, o monopólio do fornecimento de escravos para as colônias espanholas na América. Por esse rendoso negócio, os comerciantes portugueses obtinham a prata tão necessária às trocas com o Oriente”.*⁵¹¹

O ponto de vista dos comerciantes sevilhanos se opunha frontalmente a esses planos, e para a Coroa, com o controle de fato da costa africana, “era possível calcular e satisfazer a demanda americana, assegurar os ingressos do governo mediante contratos de monopólio e fazer com que o fluxo de metal resultante permanecesse dentro do império”.⁵¹² Essas diferentes expectativas mostram a centralidade do tráfico de escravos para obtenção das riquezas americanas, particularmente a prata, mas também o açúcar e outros produtos.⁵¹³ Ao mesmo tempo em que alimentaram as esperanças desses diferentes grupos de interesse, intensificaram a disputa entre eles e as pressões sobre Felipe II.

A perspectiva de maior controle do tráfico de escravos africanos, nos dois primeiros reinados da União Ibérica, permitiu uma política mais consistente da Coroa em relação aos indígenas americanos. Assim, antes mesmo de concluída a união dinástica, Felipe II fez, em 1580, um contrato por dez anos com Ventura Espino, empresário mineiro peruano, para a mineração nos distritos das audiências de Lima, Charcas e Quito, além das minas que descobrisse. A Coroa ficaria com 40% do metal extraído e concedia o direito de importar mil escravos negros, da África ou das

511 SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 30.

512 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 80.

513 Stuart Schwartz destaca que os principais interesses dos Habsburgo no ultramar eram as especiarias da Índia e o tráfico de escravos africanos. SCHWARTZ, Stuart B. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”, op. cit., p. 34.

províncias do Brasil. A concessão visava diminuir a necessidade de índios *mitayos*, como podemos observar no trecho a seguir:

*“parece haber sido a la vez un serio intento por parte de la Corona de demostrar la posibilidad de emplear mano de obra africana en las minas y una sutil advertencia a otros colonizadores para que no se apoyaran tanto en la mita, con el riesgo de que sus empresas volvieran al gobierno”.*⁵¹⁴

As resistências no Peru foram enormes e Espino viu que seus recursos eram muito mais limitados que suas ambições. O plano não foi adiante.

No último ano da estadia de Felipe II em Lisboa, 1583, iniciaram-se as reformas. Em Angola, a intervenção foi iniciada por meio de um mecanismo já bem conhecido dos monarcas ibéricos, o envio de um corregedor. O licenciado João Morgado de Resende foi nomeado ouvidor e provedor-mor de Angola. Seu regimento destacava, entre outras coisas, a preocupação da Coroa com a renda dos defuntos, que deveria ser investida em escravos. Estes seriam mandados ao Brasil por um funcionário do rei, onde seriam vendidos em leilão. Parte da renda ia para a Fazenda real, e o restante, para os herdeiros dos defuntos. O comentário de Frederick Bowser, transcrito acima, e essa orientação a João Morgado mostram que a Coroa se envolvia diretamente com o tráfico de escravos e utilizava de suas prerrogativas políticas para ter benefícios privados dele e, portanto, a contradição que define a ambivalência do conceito de *dominium* afetava também a política régia.

João Morgado levava também reforços militares para a região.⁵¹⁵ O anúncio de uma expedição, vinda de Portugal, causava mais receio do que contentamento, os conquistadores temiam a intervenção de Felipe II e a perda de seus privilégios. Por isso, Paulo Dias de Novais tratava de pedir, ao novo rei, a confirmação de sua doação.⁵¹⁶ Os documentos descrevem o aniquilamento da expedição militar, e a última notícia que temos de João Morgado refere-se a sua partida para uma jornada no interior de Angola, em companhia do superior dos jesuítas, o padre Baltasar Barreira.

514 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 156.

515 “Regimento de D. Felipe I a João Morgado”. Lisboa, 19 de agosto de 1583. In: MMA, 1, IV, p. 244-247. “Regimento ao Provedor da Fazenda”. Lisboa, 19 de agosto de 1583. In: MMA, 1, IV, p. 244-247. “Regimento ao Provedor da Fazenda”. Lisboa, 27 de outubro de 1583. In: idem, p. 250-255. “Alçada ao Licenciado João Morgado”. Lisboa, 14 de janeiro de 1584. In: idem, p. 262-264.

516 As doações precisavam ser confirmadas depois da morte do donatário ou do rei. “Memorial de Paulo Dias de Novais”, 31 de outubro de 1584. In: idem, p. 285-294.

Diante da crise econômica e das dificuldades vividas pelo erário régio, particularmente pelos gastos vultosos feitos nas guerras europeias, Felipe II dedicou especial atenção às questões da Fazenda, tanto em Portugal como nas Espanhas. Em 1587, foi definido o primeiro *asiento* de escravos em Angola.⁵¹⁷ O *asiento* visava suprir de mão de obra africana as possessões ultramarinas das Índias de Castela e de Portugal. Embora os comerciantes portugueses detivessem grande parte do conhecimento sobre esse negócio, Felipe II esforçou-se por estabelecer um contrato com comerciantes sevilhanos, entre 1590-1591. Apesar do insucesso de estabelecer um contrato com comerciantes espanhóis, esse plano mostra o interesse régio de afastar os portugueses do comércio de escravos e, em contrapartida, favorecer os comerciantes de Sevilha, vinculados à Casa de Contratação e com forte influência sobre o *Consejo de Índias* e outros organismos da monarquia espanhola.⁵¹⁸ Esse plano será retomado no reinado de Felipe III, principalmente entre os anos de 1605-1614.

Paralelamente à assinatura do primeiro *asiento* de escravos, a Coroa pediu uma investigação sobre as alternativas de mão de obra a serem utilizadas nas minas, visando diminuir a dependência ao sistema de *mita*, melhorar a situação dos índios e aumentar os ingressos da fazenda régia. A Coroa destacava, como exemplo, a utilização de negros nas minas de ouro do Peru.⁵¹⁹

Um dos problemas centrais do sistema de *mita* era a mortandade provocada pelo deslocamento de populações do altiplano andino para as zonas tropicais, e vice-versa. Assim, para o projeto de construção de uma ponte de pedra sobre o rio Apurímac, D. Antonio de Torres Fresnada, protetor geral dos índios, se opôs à utilização de índios da serra nas obras, sugerindo, em contrapartida, que se comprassem escravos africanos que, depois do serviço, seriam *repartidos* pelas comunidades indígenas. O vice-rei, marquês de Cañete, aceitou a proposta e começou a implementá-la em 1595. A compra

517 “Qu’est-ce maintenant qu’un Assiento de nègres? C’est dans sa forme générale un contrat de droit public, par lequel un particulier ou une compagnie s’engage, vis-à-vis du Gouvernement espagnol, à le remplacer dans l’administration du commerce de la main-d’oeuvre noire, aux Indes ou dans une région des Indes occidentales”. SCELLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 26-27. Como indicamos anteriormente, a Coroa portuguesa já estabelecera contratos com particulares para o comércio de escravos, a novidade castelhana é o detalhamento desse contrato e sua ampliação visando o abastecimento das Índias Ocidentais. Ver também OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 180.

518 SCHWARTZ, Stuart B. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”, op. cit., p. 38. O contrato de *asiento* com os comerciantes de Sevilha, de 1590, não foi levado a cabo. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 59, n. 21. Ver também SCELLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 341-43 e 799-809.

519 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 157.

de escravos foi financiada pelos fundos das comunidades dos quatorze distritos índios afetados pela obra. Não obstante, ao final dela, que acabou sendo de madeira, as autoridades enviaram os negros para a capital para serem arrematados em praça pública. Frederick Bowser não considera a hipótese de que tanto D. Antonio de Torres como Cañete e seu sucessor, D. Luis de Velasco, tenham sido motivados por interesses pessoais nessa empresa, afinal, utilizaram-se da vontade régia de substituir a *mita* por escravos africanos para usar os fundos indígenas na compra de escravos e ainda os revenderam em Lima.⁵²⁰ A hipótese parece ter sido aventada pela Coroa, que até 1610 estava tentando esclarecer o assunto e recuperar o dinheiro da venda dos escravos.

Frederick Bowser observa que, apesar dos interesses da Coroa em promover o tráfico de africanos em substituição ao sistema de *mita*, ela não estava disposta a financiar, com recursos próprios, essa empresa. Além disso, a Coroa observava que tais planos aumentavam as possibilidades de fraude e de associação de funcionários régios com comerciantes de escravos, principalmente portugueses, transformando a “solução” em um novo problema.⁵²¹

Paralelamente ao esforço de restringir a *mita* pela importação de escravos africanos, a Coroa voltou a discutir a possibilidade de forçar ao trabalho os mestiços livres. Um exemplo foi a substituição dos correios índios (*chasquis*) pelo trabalho de negros e mulatos livres ou de espanhóis mestiços desocupados, o mesmo foi definido para outras atividades. Em 1595, ordenou-se ao vice-rei Velasco que reunisse as pessoas ociosas da colônia e as obrigasse a aprender um ofício. Em 1596, o *Conselho de Índias* recomendou que se obrigasse a trabalhar os negros, mulatos e *zambaigos* (afroíndios). “A opinião da Coroa seguia sendo a de que a inclusão destes à força de trabalho (...) não só reduziria a carga da *mita* como reduziria também a taxa de crime e agitação no Peru”.⁵²² Novamente nos deparamos com um sistema social e laboral fundamentado em uma divisão tripartite das classes subalternas, em que a combinação do trabalho escravo com diferentes modalidades de trabalho forçado, que não anulava o estatuto jurídico de livre⁵²³, permitia à Coroa um maior campo de atuação e interferência nas relações

520 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 161.

521 VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

522 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 162.

523 Como analisamos ao longo desta tese, o conceito de liberdade se inseria em uma visão hierárquica da sociedade, em que a cada um cabia uma liberdade adequada a sua condição sócio-religiosa. Dentro dessa perspectiva, os índios e mestiços livres pertenciam à camada social mais baixa entre os livres e forçá-los ao trabalho não implicava uma contradição com esse estatuto jurídico.

sociais e produtivas daquelas sociedades. Como já indicamos anteriormente, a liberdade indígena podia ser usada como um meio para a interferência da Coroa nas relações coloniais, a mesma estratégia foi utilizada em relação aos “vagabundos” ou aos forros.

Esses sistemas sociolaborais (escavidão, trabalho livre forçado e modalidades de trabalho indígena) eram complementares, e a interferência em um desses campos acarretava uma transformação nesse outro segmento, a política da Coroa em relação às populações livres se torna um mecanismo privilegiado de interferência em toda realidade colonial e mesmo no poder privado e senhorial dos colonos. A ideia de “absolutismo régio” é tão questionável quanto a noção de “absolutismo doméstico”, porque o Estado e a Casa não se constituíam como espaços jurídicos autônomos, e a interferência em um desses campos tinha, necessariamente, impacto sobre esse outro universo de domínio. Há um esforço de distinção desses espaços de poder, mas, a todo momento e nas ações dos diferentes agentes políticos europeus, existe uma sobreposição e intersecção entre as esferas de *dominium*. As sociedades escravistas e senhoriais americanas acabam por reafirmar a ambivalência desse conceito, entre a propriedade e o poder doméstico e a política econômica e a autoridade política.

A ideia de um “exclusivismo escravista” precisa ser posta em questão, porque mesmo nos engenhos de açúcar a escavidão aparece combinada com outras formas de inserção social e de exploração. Trata-se, portanto, de um sistema de *dominium* compósito que combina a instituição escavidão com outros mecanismos de subordinação e dependência. A disputa pelo poder se torna mais complexa a partir da década de 1570. Não basta ter escravos, os diferentes agentes europeus passam a disputar o controle das diferentes instituições e formas de exploração das populações subalternas.⁵²⁴

524 Nosso uso do termo *subalterno* procurou englobar as diferentes categorias sociais que vão do escravo aos homens livres pobres. No dicionário de Rafael Bluteau, subalterno: “Compõem-se das palavras latinas *Sub*, & *alter*, que valem o mesmo que *Debaixo de outro. Inferior, oris*”. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português & Latino*, op. cit, p. 756. É importante lembrar que o direito romano vinculava o direito (*ius*) ao *dominium* (como propriedade), ou seja, somente o homem com propriedade tinha direito e, por extensão, liberdade e cidadania. Como analisamos nos capítulos anteriores desta tese, São Tomás de Aquino e os teólogos de Salamanca se esforçaram por desfazer essa associação, vinculando o direito ao justo e ao bem comum, no entanto, esses autores mantiveram a relação entre *ius* e *libertas*, considerando a propriedade como uma característica intrínseca do homem e como condição necessária à sua liberdade. Esses princípios norteadores do direito romano e do pensamento político-jurídico explicam, por exemplo, a importância de se ter escravos, mais do que um luxo, era por esse meio que o homem se definia como livre e com direitos políticos.

No Brasil, disputavam-se o acesso privilegiado aos escravos que vinham da África e o poder de determinar uma guerra justa ou uma expedição que permitiria a escravização dos indígenas; a forma de administração dos índios livres ou forros, bem como as formas de dependência e as clientelas estabelecidas em relação à população livre. Os capítulos de Gabriel Soares de Sousa e as respostas dos jesuítas, produzidos no início da década de 1590, mostram que essas disputas atingiram um ponto culminante nesse período, e a existência de um novo monarca exigia a persuasão e a soma de forças para o estabelecimento de uma política hegemônica.⁵²⁵ A favor dos colonos estavam as necessidades da fazenda real e as resistências de Felipe II em relação aos jesuítas, e vice-versa.⁵²⁶ A favor dos jesuítas estava o reconhecimento, patente em comparação com a realidade da América espanhola, de que a mediação deles no controle dos colonos, por meio do governo dos indígenas, era um elemento político estratégico que não podia ser ignorado. Para além dessas duas opções de orientação da política colonial, Felipe II procurou estabelecer um sentido próprio à colonização atlântica, por um lado, favorecendo os colonos, por outro, tentando subordinar a Companhia de Jesus à autoridade régia.⁵²⁷

O traço mais marcante da política de Felipe II é definido pela máxima do *divide et impera*. O novo rei rompe com uma tendência estabelecida até aquele momento, que destacou diferentes mediações em relação ao *dominium* sobre os indígenas (conquistadores, jesuítas e governadores) ao longo do processo de colonização e passa a desenvolver uma política que favorece a diversificação das mediações, ao mesmo tempo em que exige a subordinação dos diferentes grupos de interesse ao poder régio. Nessa perspectiva, a ideia de conflito de jurisdições pode corresponder a uma estratégia da política régia que, ao favorecer as disputas entre os agentes políticos, destaca sua arbitragem e define, principalmente por meio das questões relativas ao *dominium* sobre

525 Gabriel Soares de Sousa foi até Madri “a fim de apresentar, junto com seus planos para a procura de metais no sertão brasileiro, também a questão da sustentação dos jesuítas e de suas missões, assim como para pressionar em favor do ponto de vista dos colonos e do Governador”. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 116.

526 RODRIGUES, Francisco (S.J.). *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Vol. 2. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1938, p. 421-445.

527 As notícias da vitória de Felipe II, primeiro de Portugal, levaram à sua aclamação no dia 25 de maio de 1582, na Câmara de Salvador, sem apagar, no entanto, as reticências ao domínio espanhol no ultramar lusitano. A aclamação foi feita pelo juiz Francisco Fernandes Pantoja, pelos vereadores Antônio da Costa, Fernão Vaz e Gabriel Soares de Sousa, pelo procurador João Ribeiro, o escrivão João Pereira, o bispo D. Antônio Barreiros, entre outras autoridades. SERRÃO, Joaquim V. *Do Brasil filipino*, op. cit., p. 12.

as populações subalternas, uma série de situações de exceção, que lhe permite intervir nas realidades sociais e produtivas coloniais com um reforço de poder.

Para favorecer os interesses dos colonos no Brasil, a Coroa concedeu e estimulou as expedições para a descoberta de minas. Vale destacar aquelas dadas ao colono Gabriel Soares de Sousa (na região do rio São Francisco, em que pode se tornar o primeiro capitão e governador do sertão). As guerras de expansão também foram estimuladas, mas as povoações, presídios e nas novas capitanias (Sergipe, Paraíba, Ceará) foram incorporados ao patrimônio real.

Contra os jesuítas, Felipe II procurou romper as alianças estabelecidas entre eles e os governadores-gerais.⁵²⁸ Em seu debate com Gabriel Soares, os inicianos reconhecem dois momentos de suas relações com os governadores: bom, com Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá, Lourenço da Veiga e D. Francisco de Sousa⁵²⁹; e conflituoso, com Luiz de Brito, Manuel Teles Barreto⁵³⁰ e Francisco Giraldes⁵³¹ (que não chegou a assumir o cargo). Podemos acrescentar a essa última lista: D. Diogo Botelho⁵³² e D. Diogo de Meneses⁵³³. São cerca de vinte anos de oposição entre os

528 O padre José de Anchieta, provincial dos jesuítas entre 1577 e 1587, assim descreveu o processo de sucessão monárquica: “Ainda que a confusão das coisas de Portugal (como da cabeça) não pode deixar de confundir os membris de seus estados, não falando ainda nos particulares açoitados, que cada um teve”. “Carta ânua da província do Brasil, de 1581, dirigida a Cláudio Acquaviva”. Bahia, 1º de janeiro de 1582. In: ANCHIETA, Pe. José de (S.J.). *Cartas: correspondência ativa e passiva*. Obras completas, 6º volume. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1984, p. 302.

529 D. Francisco de Sousa, em sua alcunha “das manhas”, representa a habilidade política que permitiu a articulação e o favorecimento de diferentes forças políticas coloniais, conduzidas por meio de ações com forte marca personalista. Outro governador que representa essa habilidade política é Mem de Sá. A nomeação de D. Francisco de Sousa, na década de 1590, já mostra o interesse filipino em descobrir minas no Brasil. Sua atuação, centrada na Repartição Sul, indica a diferenciação dos projetos político-econômicos para as duas partes do Brasil, que serão confirmadas pela nomeação de 1607. D. Francisco de Sousa soube favorecer os padres da Companhia, o que também pode indicar a diferenciação do projeto missionário nessas duas regiões da colônia.

530 Pessoa de confiança do rei, que apoiara a causa Habsburgo desde 1579, ano em que foi eleito vereador da Câmara de Lisboa e começaram seus conflitos com os jesuítas. SERRÃO, Joaquim V. *Do Brasil filipino*, op. cit., p. 26. Sobre o conflito entre os jesuítas e o governador Manuel Teles, declara o chantage da Sé de Salvador, Sebastião da Luz: “visto que estamos mui longe de S. M.de e em parte onde os Governadores podem fazer o que quiserem”. “Cópia da certidão que deu o Vigário Geral do Brasil em favor do padre dos Ilhéus”. Salvador, 18 de agosto de 1584. In: HCJB, II, p. 619.

531 Francisco Giraldes estava em litígio com os jesuítas em relação a terras da capitania de Ilhéus, da qual era donatário. “Capítulos que Gabriel Soares de Sousa”, op. cit., p. 352-354 e 357. Sobre o governador, ver COSENTINO, Francisco C. *Governadores gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)*, op. cit., p. 139 e ss.

532 D. Diogo Botelho, apesar de favorecer alguns aldeamentos jesuítas, sua política em favor dos colonos acaba por se destacar. Voltaremos a ele no próximo capítulo.

governadores-gerais e os jesuítas. Nesse contexto, a estratégia dos jesuítas passou a ser a de aliança com os ouvidores-gerais e bispos. Entre os ouvidores, Soares cita: Fernão da Silva, Cosme Rangel e Martim Leitão; e, entre os bispos, devemos citar D. Antônio Barreiros. Foi também no governo de Manuel Teles Barreto que se estabeleceram novas ordens religiosas no Brasil – beneditinos, franciscanos⁵³⁴, capuchos de Santo Antônio e carmelitas.⁵³⁵ Por meio dessa medida, Felipe II acabava com o monopólio missionário dos jesuítas.

A escolha de Manuel Teles Barreto foi feita durante a permanência de Felipe II em Lisboa e, junto com ele, partiu, em março de 1583, Cristóvão Gouveia, responsável pela segunda visita à Companhia de Jesus no Brasil. O favorecimento da administração das aldeias por capitães leigos e a condenação do envolvimento dos missionários na escravidão indígena e africana mostram uma aproximação entre a política desenvolvida pelo governador, a política de Felipe II e a direção da Companhia de Jesus em Roma – o novo Geral, Cláudio Aquaviva (1581-1615), manteve a orientação de Francisco de Borja. Não obstante, Georg Thomas atribui o conflito do governador com os missionários e a orientação da política indigenista nos primeiros anos do reinado de Felipe II a um conflito pessoal.⁵³⁶ Na verdade, essa orientação deve ser relacionada às disputas internas na Companhia de Jesus e à interferência crescente de Felipe II na ordem.⁵³⁷

A independência econômica dos jesuítas na província do Brasil e sua articulação com a conquista de Angola, proporcionada pela exploração da mão de obra indígena e pelo tráfico de escravos africanos, transformam o *dominium* em poder de fato e

533 D. Diogo de Meneses e Manuel Teles Barreto são os casos exemplares de oposição aos jesuítas na política indigenista. Cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 136-161.

534 Do ponto de vista do franciscano Frei Vicente de Salvador, Manuel Teles Barreto foi um “bom governador”, *História do Brasil*, op. cit., p. 269.

535 Os beneditinos estabeleceram-se na cidade de Salvador, em 1584, posteriormente, no Rio de Janeiro, sob a proteção de Salvador Correia de Sá, e, em Olinda, no ano de 1596, com o apoio do bispo D. Antônio Barreiros. Os capuchos se instalaram em Pernambuco por iniciativa de Jorge de Albuquerque, em 1585, e, depois, na Bahia e no Rio de Janeiro. Os carmelitas fundaram conventos em Olinda e Santos, constituindo uma província no Norte e outra no Sul. VARNHAGEN, Francisco A. de. *História Geral do Brasil*, t. 1, op. cit., p. 388-389.

536 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 113 e ss.

537 Cf. MILLÁN, José Martínez. “La crisis del ‘partido castellano’ y la transformación de la Monarquía Hispana en el cambio de reinado de Felipe II a Felipe III”. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, Anejo II, p. 11-38, 2003. Disponível em: <URL: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=975298>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

desagradam tanto à direção da Companhia quanto à Coroa. Portanto, uma mudança qualitativa se processou na forma de relacionamento entre a Coroa e a Companhia de Jesus, entre a instituição do governo-geral e a política de Felipe II. Um exemplo dessa transformação pode ser observado no conflito entre os colonos e o jesuíta Diogo Nunes, em Ilhéus. O governador, depois de acusar o padre, exigiu da direção da Ordem a sua substituição. É interessante destacar a inversão do sistema de comunicação em comparação aos primeiros anos da missão no Brasil. Naquele período, como indicamos no capítulo 2, era o padre Manuel da Nóbrega que se dirigia diretamente ao rei e procurava influenciar sua política indigenista, agora, é o governador que escreve ao Geral da Companhia exigindo a expulsão de um padre. O sentido de subordinação das ordens religiosas ao poder do rei, como seu administrador, é acentuado pela dinastia Habsburgo e dá ao governador a pretensão de definir os quadros da Companhia no Brasil.

A diversificação dos agentes e instituições responsáveis pela política indigenista também foi estimulada, como o projeto de criação do primeiro tribunal de justiça da colônia, a Relação da Bahia. Foi da “Junta da justiça de Portugal”, instituída em 1581, que partiu o projeto de estabelecimento de novos tribunais, no reino (a Relação do Porto) e no ultramar (a Relação da Bahia), e foi no governo de Francisco Giraldes que esse plano começou a ser posto em prática, por meio do envio de desembargadores. No entanto, seu funcionamento institucional teve início somente no governo de D. Diogo de Meneses, em 1609, quando reinava Felipe III.

O primeiro marco da questão indígena durante a monarquia Habsburgo foi a “Resolução que o Bispo, e Ouvidor-geral do Brasil tomaram sobre os injustos cativeiros dos índios do Brasil, e do remédio para aumento da conversão, e da conservação daquele Estado”⁵³⁸, feita pela junta provisória de governo, formada pelo bispo D. Antônio Barreiro, pelo provedor da fazenda Cristóvão de Barros e pelo ouvidor-geral, Cosme Rangel. Esse documento, redigido em 1582, deu as bases para as leis de 1587, 1595 e 1596 e para o regimento de Francisco Giraldes, de 1588.

Destaca-se no título a importância da política indigenista relacionada à “conservação do Estado”, ou seja, como elemento central na definição do poder e soberania régia sobre o Brasil. Cosme Rangel e D. Antônio descrevem a falta de índios

538 “Resolução que o Bispo, e Ouvidor-geral do Brasil tomaram sobre os injustos cativeiros dos índios do Brasil, e do remédio para aumento da conversão, e da conservação daquele Estado”. In: ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 684-687.

no litoral e a necessidade de deslocamento por 200 ou 300 léguas para encontrá-los, de onde eram *descidos* por engano, provocando a morte de muitos no caminho até a costa. O mau tratamento e os cativeiros ilícitos, promovidos pelos portugueses, eram os principais motivos dessa desolação; somava-se a isso a ineficácia da política indigenista dos reis passados e a incompetência dos funcionários régios em fazer cumprir suas determinações.

Era necessária uma lei que proibisse a escravidão indígena, anulando os justos títulos que haviam sido definidos na reformulação de 1574. O título de guerra justa era usado, sob qualquer pretexto, para a escravização dos índios. O *resgate*, compra dos prisioneiros das guerras intertribais, não fazia parte dos costumes indígenas e também aparecia como subterfúgio para os interesses escravistas. O terceiro título criticado era daqueles que se vendiam a si mesmos, o documento indica o desconhecimento dessa prática pelos indígenas, que eram induzidos a ela por engano, sendo raros os chefes que vendiam aos portugueses alguns parentes ou amigos pobres.⁵³⁹ O texto indica também a má fé dos moradores, que usavam as práticas de parentesco indígena para aquisição de escravos.

A solução proposta pelo ouvidor e pelo bispo estabelecia que as licenças para ir ao sertão fossem concedidas somente às pessoas de bem e de boa consciência, que garantissem a liberdade indígena nas povoações litorâneas. Os gastos decorrentes dos *descimentos* deviam estar a cargo da fazenda régia.⁵⁴⁰ Os governadores e capitães trabalhariam para que nada faltasse aos índios, que seriam *aldeados* pelos jesuítas e em povoações próximas às vilas e engenhos. A proposta determinava que os laços de parentesco indígena fossem preservados. As visitas e devassas deviam ser feitas pelo ouvidor e, na sua ausência, pelo governado-geral ou pelos capitães, inquirindo diretamente os indígenas sobre possíveis agravos praticados (em relação aos contratos de trabalho, preservação dos vínculos de parentesco etc.). Os chefes indígenas deveriam comparecer diante das autoridades coloniais para denunciar os abusos praticados pelos moradores.

539 Sobre os títulos de resgate e venda de si mesmo, a posição da junta estava de acordo com a do padre Manuel da Nóbrega, expressa no “Caso de Consciência de 1566/1567”. Ver THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 102-104.

540 Lembremos, nesse sentido, que a tópica dos gastos privados nas guerras justas e na “atração” de índios para o litoral era usada para justificar o direito de *dominium* dos agentes coloniais sobre os indígenas.

Os escravos já existentes deveriam ser examinados para se averiguar se provinham de justos cativeiros, caso contrário deveriam ser postos em liberdade. Os senhores de engenho e outros moradores podiam ter índios forros ao seu serviço, desde que o fossem por vontade própria, sendo bem tratados, pagos por seus serviços, doutrinados no cristianismo, conservados em sua liberdade e sem que fossem divididos. Os índios forros não poderiam ser alugados ou trespassados.

A política indigenista, nessa proposta, diferenciava e articulava os diferentes níveis do poder colonial: o rei era a fonte do bom governo e da justiça e deveria garantir sua realização por meio do governador e do ouvidor-geral; estes deveriam controlar as forças políticas locais, o governador elegendo os “homens bons” responsáveis pelo *descimento* voluntário dos indígenas, e o ouvidor, por meio de instrumentos jurídicos que garantissem a liberdade indígena. Os índios viveriam em povoações sob a tutela dos jesuítas, que se responsabilizavam pela catequese e pela mediação produtiva colonial. Os chefes e indígenas deviam reconhecer nessas autoridades a defesa de sua liberdade e direitos. A proposta, portanto, diferencia as esferas de *dominium* em relação aos indígenas e as articula em um projeto colonial harmônico.

*“Desta maneira parece que os índios com bom tratamento que lhes hão de fazer, e liberdade, e que se hão de conservar, folgarão muito de estar entre os Portugueses e os que andam pelo Sertão sabendo que cá são bem tratados & que não são cativos, nem agravados folgarão de vir viver entre eles, do qual se seguirá muita glória de Deus em sua conversão & bem da terra, assim para a defender, como para serviço das fazendas”.*⁵⁴¹

Em 1584 iniciou-se a segunda visitação da Companhia de Jesus ao Brasil, sob responsabilidade do padre Cristóvão de Gouveia. Antes de partir de Lisboa, Felipe II encarregou ao visitador informar-lhe sobre as decisões que julgava convenientes sobre a questão indígena para o serviço de Deus, seu e bem do estado. Gouveia considerou que a “Resolução” não era viável, porque não tinha o apoio do governador e dos juízes na colônia. O visitador sugere então que “se o rei não estivesse disposto a fortalecer a posição dos jesuítas nas aldeias, a Ordem deveria entregá-las”.⁵⁴²

A primeira lei indigenista do período filipino, de 1587, contradiz as recomendações do visitador Cristóvão de Gouveia e pontos fundamentais da

541 “Resolução que o Bispo, e Ouvidor-geral do Brasil tomaram sobre os injustos cativeiros”. In: ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op.cit., p. 687.

542 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 117.

“Resolução” de 1583, aproximando-se dos interesses dos colonos e da posição do governador Manuel Teles Barreto.⁵⁴³ A lei circunscreve o campo de atuação dos jesuítas, principalmente aos *descimentos*⁵⁴⁴ e à repartição dos indígenas, e limita sua interferência na administração temporal, diretamente subordinada aos colonos e funcionários régios. No comentário do historiador jesuíta Francisco Rodrigues: devem-se “considerar esses favores mais como artes políticas de quem os queria cativar e prender a seu partido do que demonstrações de sincera amizade e afeição”.⁵⁴⁵ A interferência crescente de Felipe II na Companhia de Jesus se tornava evidente e exigia sua subordinação à política régia e aos interesses econômicos afinados com as demandas dos moradores.

Diferentemente da “Resolução” de 1583, que deixa clara a separação entre a *aldeia* e a prestação de serviços temporários nas fazendas, na lei de 1587 a administração indígena fica nas mãos dos colonos, que devem registrar os índios nos livros da câmara, doutriná-los (mantendo um prelado, sem especificação de ordem religiosa, em suas terras), pagar os salários, e estavam proibidos de vender ou maltratar os índios. Os índios eram livres para sair das fazendas em que trabalhavam. O objetivo dos *descimentos* era “servir aos ditos meus vassalos em seus engenhos e fazendas”. A lei destaca o assentamento dos índios nessas propriedades, de forma semelhante ao sistema de *servicio personal*, e as obrigações dos senhores se aproximam muito daquelas definidas para os *encomenderos*.

*“Em comparação com a prática anterior, essas determinações significaram uma mudança fundamental. Enquanto, até então, a maior parte dos índios do sertão se tinham estabelecido nas aldeias jesuítas e, conseqüentemente, se encontravam colocados à disposição dos colonos, como mão de obra, para um tempo máximo de três meses, os agricultores receberam agora o direito de manter um número maior de índios nas suas possessões”.*⁵⁴⁶

Além de representar uma continuidade à lei de 1570, a comparação com as leis castelhanas nos reportaria à lei de Burgos de 1512, embora mais lacunar e aberta aos

543 “Lei que S. M. passou sobre os Índios do Brasil que não podem ser cativos e declara os que o podem ser”. Madri, 24 de fevereiro de 1587. In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 222-224.

544 Georg Thomas trata os *descimentos* dos índios do sertão como “escravização dos índios do sertão”, o que é um erro. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 120.

545 RODRIGUES, Francisco (S.J.). *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, vol. 2, 2ª p, op. cit., p. 443.

546 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 121.

abusos coloniais.⁵⁴⁷ As semelhanças referem-se à: diferenciação dos agentes responsáveis pelo *dominium* sobre os indígenas, com a preponderância da exploração econômica pelos colonos; o *dominium* sobre os indígenas é caracterizado como prerrogativa régia delegada como graça e mercê⁵⁴⁸; a importância dos funcionários régios nas investigações e devassas para garantir a liberdade indígena; o envio da Casa da Relação dialoga com a experiência da Audiência; a repartição de terras para os índios garantirem seu sustento.

Diferentemente do que sugeria a “Resolução” de 1583, a escravização indígena era aceita no caso de guerra justa, com autorização régia ou do governador, ou por meio do resgate de “índios de corda”. Nesse caso, o tempo de cativo era definido pela restituição do valor pago pelo senhor por meio do trabalho do cativo, condição intermediária entre a escravidão e a liberdade, como os *fâmulos*.

O sistema de *dominium* definido pela lei é fundamentalmente senhorial e doméstico, e não estabelece o estatuto político dos índios e cuja condição jurídica de livres os diferencia pouco dos *insulanos* caribenhos da década de 1510.

No regimento de Francisco Giraldes, de 1588, a política indigenista é detalhada.⁵⁴⁹ O rei pede informações sobre as relações entre os moradores e os *gentios comarcões*, que deveriam ser favorecidos, e sua subordinação deveria servir de exemplo para *pacificar* os outros gentios. O rei pedia atenção especial aos índios da Bahia. O rei propunha que os índios convertidos fossem favorecidos com a isenção do dízimo⁵⁵⁰ e com terras para sua subsistência, não consentindo que sofressem agravos. A questão indígena se tornara ainda mais premente pelas ameaças representadas pelos negros de Guiné e de Angola rebelados. Esses eram colocados na mesma situação dos índios tomados em guerra justa e deveriam ser forçados ao trabalho nas galeras.

547 “Ordenanzas Reales para el buen regimiento y tratamiento de los indios”, 27/1/1512. In: IPA, p. 104-114.

548 Georg Thomas destaca, por exemplo, a concessão dada a D. Fernando de Noronha, conde de Linhares, de descer anualmente do sertão índios para a sua fazenda. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 121.

549 “Regimento do governador Francisco Giraldes”. Lisboa, 30 de março de 1588. In: MENDONÇA, Marcos C. de (Org.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. T. 1. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 259-277.

550 A falta de uma definição do estatuto político dos indígenas parece relacionar-se diretamente com as dúvidas sobre a cobrança de impostos. Georg Thomas não encontra uma cobrança específica que recaísse sobre os índios, apesar das referências presentes em alguns documentos, como os de Mem de Sá. Sobre os dízimos eclesiásticos, diz que prevaleceu a política de isenção até pelo menos o início do século XVII. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 123-125.

Os religiosos também deveriam ser favorecidos pelo seu conhecimento das sociedades indígenas e por seus bons hábitos e virtudes. Eles seriam mantidos pela fazenda régia. Aspecto que vai ser acentuado durante o reinado dos Felipes, afastar os jesuítas da produção colonial, aumentava sua dependência econômica e política em relação à Coroa.

Aos índios rebelados, no caso de Jaguaripe, deveria ser dado um castigo exemplar. Os tapuias deveriam ser *descidos* para Salvador e convertidos ao cristianismo, liberando, assim, as minas de salitre do sertão. Os jesuítas eram designados a essa ação, e deveriam praticá-la de forma suave, “sem as moléstias e injustiças das entradas”. O regimento proibia o comércio de armas com os índios infiéis e mandava organizar as feiras nas vilas para que os cristãos não fossem às aldeias.

Paulo Dias de Novais morreu em 1589, e a Coroa passou à ação definitiva em 1592. A decisão de instituir um governo-geral em Angola é muito significativa para nossas reflexões sobre um aprendizado da colonização ibérica, que reconhece as especificidades dos diferentes espaços coloniais e procura dar um sentido imperial a sua política ultramarina. No interior dessa experiência histórica, a morte do donatário, no caso Paulo Dias de Novais, ocorrida em 1589, inaugurava um momento de intervenção régia que deveria se sobrepor aos mecanismos de domínio senhorial estabelecidos pelos conquistadores. Os marcos de criação político-administrativa (governo-geral ou vice-reinado) coincidiam com os marcos de interferência nas relações de *dominium* sobre os nativos. O sentido geral dessa intervenção era a ruptura com o domínio privado ou senhorial dos agentes da colonização sobre essas populações e a exigência de uma subordinação direta à Coroa. Como viemos caracterizando ao longo desta tese, essa ruptura não se efetiva e é sua tensão que caracteriza as relações de poder entre os diferentes agentes ultramarinos e metropolitanos.

D. Francisco de Almeida foi o responsável pela instituição do governo-geral e pela extinção do sistema de *amos*.⁵⁵¹ Os *sobas*, chefes nativos, deveriam ser submetidos diretamente ao poder real como vassalos e pagar tributos em escravos. O padre jesuíta Pero Rodrigues, visitador em Angola, deveria auxiliar o primeiro governador nessa difícil tarefa. Mas o navio em que ia Pero Rodrigues se separou da armada de Francisco de Almeida, e aportou no Brasil. Na Bahia, participou, com seus colegas inacianos, da Congregação dos jesuítas, que decidiu, entre outras coisas, que os *sobas* de Angola

551 D. Francisco de Almeida recebeu carta de nomeação em 9 de janeiro de 1592. In: ATT, Chancelaria de D. Felipe I, l. 23. f. 138v.

deveriam continuar sob o domínio dos jesuítas e dos conquistadores, contrariando a intenção de Felipe II e da direção da Companhia.⁵⁵²

Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, o governador Francisco de Almeida foi preso pelos moradores e obrigado a regressar para Portugal. No seu lugar foi posto seu irmão, Jerônimo de Almeida, que acatou a vontade dos colonos e dos jesuítas, revogando a lei real em 10 de junho de 1593.⁵⁵³ O documento *Apontamentos do padre Baltasar Barreira a favor dos conquistadores de Angola* foi escrito nesse momento. A tentativa de colonizar os colonos⁵⁵⁴ e os missionários, por meio da subordinação dos *sobas* à autoridade régia, defrontava-se com uma resistência poderosa, estabelecida pela aliança entre conquistadores e jesuítas, que revelavam, nesse momento, sua articulação atlântica. É nesse contexto que se insere o documento produzido pelo padre Baltasar Barreira, que, logo em seu título, posicionava-se a favor dos conquistadores.

*“Sua Majestade no que toca a esta conquista, não foi informado como convinha, porque segundo a prudência de que é dotado e juízo grande que tem de governar os Reinos e Senhorios de seus estados, se lhe constarão os serviços que os conquistadores vivos e mortos lhe têm feito neste reino e o título com que tem e possuem so sobas egis [?] e o pouco que até agora lhe têm rendido, e uso deste gentio e modo de correr com seu Rei, é de crer que os não mandara privar deles absolutamente”.*⁵⁵⁵

A doação e o *dominium* sobre os *sobas* são tratados como remuneração aos serviços prestados pelos conquistadores. O documento enfatiza as questões de domínio relacionadas à terra, como sesmária, e pressupõe que a esse direito de conquista estavam vinculados o *dominium* sobre os *sobas* e os tributos pagos em escravos. O superior de Angola tem plena consciência das motivações dos atores sociais envolvidos no processo de conquista:

*“as sesmarias de terras não a dão os Reis só pelo proveito de seus vassallos, senão também pelo acrescentamento de suas rendas. E quando O Rei Dom Sebastião, que esteja em glória, mandou ao governador Paulo Dias que repartisse em sesmarias as terras desta conquista, teve intento de acrescentar com isso sua real fazenda, como acrescentou, pois rende esta conquista o que já tenho dito, e há esperança de render muito mais à Coroa de S. Majestade.”*⁵⁵⁶

552 Cf. ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 193.

553 “Lei real de 10 de junho de 1593”. In: MMA, 1, III, p. 466.

554 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 22.

555 “Apontamentos do padre Baltasar Barreira a favor dos conquistadores de Angola”, fim do século XVI. In: MMA, 1, XV, p. 376.

556 Ibidem, p. 379.

Os serviços foram prestados em nome do rei, com muitas mortes e cativos entre os conquistadores, os custos da empresa couberam a Paulo Dias de Novais e os benefícios econômicos deviam ser distribuídos segundo a qualidade e serviço das pessoas. A terra, descrita como pestilencial, e os nativos, como gente agressiva e guerreira, enfatizavam os merecimentos dos conquistadores, que, além de avançarem até o sertão e o sujeitarem ao rei, permitiram a retomada do tráfico de escravos e o aumento da arrecadação régia. Como a guerra se justificava? A quem ficava, por direito, o domínio das terras, dos senhores e dos escravos?

*“o direito para conquistar este Reino por armas não procedeu de algum dano que o Rei de Angola fizesse a sua real fazenda, senão do que fez às fazendas e vidas de seus vassallos. E posto que a injúria foi feita a ele, a perda foi dos que andavam neste Reino em companhia do governador Paulo Dias de Novais, porque tratando com ele o dito governador em bela paz, como trazia encomendado do Rei Dom Sebastião, que esteja em glória, e ajudando-o nas suas guerras matou à traição perto de trinta dos seus principais companheiros; e além de lhe tomar e matar obra de dois mil escravos soltos, que são de muito preço, roubou e houve a suas mãos a fazenda de doze navios que lá tinham levado para carregar de peças que iam resgatar ao Coalayuda, o que fica dito que depois de quebradas as pazes e se cerrar o trato deste Reino por causa desta traição, o governador Paulo Dias e os conquistadores entraram pela terra dentro e o abriram à força de armas”.*⁵⁵⁷

O padre Baltasar Barreira afirmava que o direito de domínio sobre a conquista de Angola pertencia aos conquistadores, a injúria, ponto de partida para a guerra justa, fora cometida contra o governador e seus companheiros, e não contra o rei, a legitimidade da guerra e seus despojos pertenciam, portanto, a eles. Paulo Dias de Novais aparece como aliado do rei de Angola, auxiliando-o em suas guerras. A guerra justa foi deflagrada pela traição e como reação ao ataque do Ngola.

Outro elemento fundamental dos *Apontamentos* aparece na distância, observada por Barreira, entre a intenção do Rei e a realidade da conquista.

*“(…) nas terras novas não se podem sempre executar as coisas que se ordenam no Reino, aonde não há experiência delas, nem se veem as dificuldades, que depois sucedem; e assim aconteceu ao governador Paulo Dias, porque depois de chegar a este Reino achou tantas dificuldades, e teve tanta resistência de S. Tomé e de Congo, e as coisas se foram pondo em tal estado que ficou impossibilitado para cumprir as condições que lhe puseram”.*⁵⁵⁸

557 “Apontamentos do padre Baltasar Barreira”, fim do século XVI, In: MMA, 1, XV, p. 377-378.

558 Ibidem, p. 380.

As terras novas, e sociedades aí estabelecidas, tinham particularidades desconhecidas pelo poder régio, o que enfatiza o poder de arbítrio do governador. A dinâmica social em Angola dependia de uma configuração regional definida pelas relações com São Tomé e o Congo. Barreira reivindicava o controle dos *sobas* pelos conquistadores e reafirmava a associação entre a exploração econômica e a propagação da fé católica:

*“é que povoando-se além de cumprir com a obrigação que tinha de entender na conversão desta gentildade (...). E que além dos dízimos tinham direito das peças que saíssem deste Reino, e que havia muitas minas de prata, cobre, ferro, estanho e outros metais, que lavrando-se podiam acrescentar muito em suas rendas; de maneira a sua intenção quando mandou conquistar não foi aplicar a sua real coroa os sobas deste Reino, pois nas doações do governador não faz menção alguma disso, senão que se repartisse por aqueles que a conquistassem”.*⁵⁵⁹

Aqui o direito de conquista se estende para o *dominium* sobre os *sobas*, na mesma lógica da doação de sesmarias, e pela ideia de repartimento. O provincial de Angola não diz como a conversão se dava, os batismos eram feitos em massa, no momento de embarque nos navios negreiros ou somente nas terras americanas. O autor reafirma ao longo de todo o texto o objetivo da escravização e o valor monetário das peças: “E como os naturais não usam moeda alguma não têm outro tributo que pagar. E assim o cabedal dos moradores serão negros de seu serviço”.⁵⁶⁰

O sucesso daquela missão e conquista se estendia pelo Atlântico, afinal, de Angola “sai a escravaria com que as suas rendas se acrescentam nas Índias e no Brasil”.⁵⁶¹ Sobre as concessões reais, acrescentava:

*“era necessário provocar com estas liberdades a gente do seu Reino a que viessem povoar terras tão estranhas, tão quentes, tão doentias e tão remotas de sua pátria e natureza, e não é de maravilhar fazer-se repartição de terras tão incômodas com liberdades e favores dos Reis, pois se faz o mesmo no Brasil, Rio de Prata e Índias, que são terras mais acomodadas para a vida humana”.*⁵⁶²

A configuração regional, definida pelo relacionamento entre Angola, São Tomé e o Congo, se insere em um universo mais alargado, de âmbito imperial. As dificuldades da colonização, a obrigação de remuneração dos serviços e a circulação dessas

559 “Apontamentos do padre Baltasar Barreira”, fim do século XVI, in: MMA, 1, XV, p. 382.

560 Ibidem, p. 383.

561 Ibidem, p. 378.

562 Ibidem, p. 382.

experiências e modos de colonizar, permitem a reivindicação de direitos por parte dos conquistadores. A repartição de terras aqui também pressupõe o *dominium* sobre os *sobas*, e da sujeição destes partem os escravos que fazem circular as riquezas do Atlântico, entre Angola, Brasil, rio da Prata e as Índias de Castela.

Finalmente, são essas relações imperiais e o reconhecimento do direito de *dominium* dos colonizadores e jesuítas sobre os africanos e indígenas que definem a base de sustentação do poder régio e dos vínculos de lealdade:

*“A 4ª que em nenhuma conquista foi Sua Majestade reconhecido com mais facilidade e obedecido com mais inteireza. E constância que nesta, porque só por eu dizer aos conquistadores que tinha uma carta do Brasil em que os padres daquela província me disseram que Sua Majestade era recebido por Rei, logo o aceitaram e reconheceram por tal, e até agora perseveram em sua obediência e vassalagem sem haver nunca alteração nem mudança alguma, pelas quais razões estavam todos mui confiados e esperavam da liberdade, justiça e, magnificência do dito Senhor que aos filhos e herdeiros dos defuntos faria muitas mercês, conservando o que seus Pais ganharam, e compraram com as vidas e tomando-as debaixo de sua real proteção e aos vivos além de lhe confirmar nas datas de suas doações as honrarias, acrecentaria e engrandeceria com as mercês que a tais serviços são devidos”.*⁵⁶³

Segundo Barreira, a legitimação de Felipe II dependeu da atuação e da conexão da Companhia de Jesus no Brasil e em Angola. Ou seja, além da circulação de mercadorias, experiências e modos de colonização que permitiam a reivindicação de direitos por parte dos agentes coloniais, o próprio reconhecimento da autoridade régia possuía uma dimensão sul-atlântica, dependente dos sistemas de *dominium* sobre os indígenas e africanos. A expectativa dos conquistadores era que o novo rei ampliasse os benefícios da colonização, mas Felipe II, dando prosseguimento ao processo de colonização, que intercalava um período de delegação a um período de intervenção, promovera mudanças, intervindo no elemento definidor das relações hierárquicas de domínio. Era o rei, portanto, que rompera o sistema de domínio, promovendo a ruptura com os mecanismos de domínio intermédio e exigindo a subordinação dos nativos diretamente a ele, que acabava colocando em causa seu próprio poder e autoridade.

O padre Barreira encerra seus *Apontamentos* prevenindo o rei dos perigos decorrentes da alteração da realidade em Angola a partir da ação de Dom Francisco de Almeida, o melhor é “deixar correr os *sobas* como antes, sem mudar nem alterar coisa alguma, e aquietar com isto a terra”.⁵⁶⁴ A rebelião em Angola poderia ter o sentido

⁵⁶³ “Apontamentos do padre Baltasar Barreira”, fim do século XVI, In: MMA, 1, XV, p. 376-377.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 384.

inverso da aclamação de Felipe II, os jesuítas levantariam o povo em Luanda e seus irmãos do Brasil, sem *dominium* sobre os africanos e indígenas não haveria reconhecimento do rei.

Segundo Domingos de Abreu e Brito (que foi, por ordem régia, fazer um inquérito à conquista de Angola) “cinquenta & duas mil e cinquenta e três peças de escravos” foram tiradas de Angola, entre 1575 e 1591.⁵⁶⁵ Dessas, entre 1575 e 1587, saíram com destino às Américas e ilhas atlânticas, sem contar o enorme contrabando, 31922 escravos, numa média de 2660 por ano, e para 1587 e 1591, 20131 escravos, com uma média anual de 5032.⁵⁶⁶ Desde a criação do primeiro *asiento* de escravos sob o reinado de Felipe II, e a conquista promovida por Paulo Dias de Novais em Angola, o tráfico quase dobrara seu fluxo. Considerando os escravos contrabandeados, Vitorino de Magalhães Godinho estima uma média anual de quatro mil escravos no primeiro período, e 7500 para o segundo.⁵⁶⁷

Abreu e Brito destaca também a importância crescente de comerciantes do Brasil diretamente envolvidos com o tráfico em Angola, diz ele:

*“Estando eu em Pernambuco aonde vim fazer as diligências sobre os desserviços que elRey do Congo tinha feitos a V. Ms. de tomei informação de pessoas de verdade & crédito que se podiam tirar das capitanias do estado do Brasil quinhentos Mamelucos culpados & homiziados (...) que as justiças por seus Reis apontaram, & não deixara de ser grande serviço de Deus, desapresarem estas terras de tantos malfeitores os quais sofreram bem os trabalhos da guerra, por serem cursados nela”.*⁵⁶⁸

Em 1596, São Salvador do Congo foi elevada à categoria de cidade e tornou-se a sede do bispado da nova diocese do Congo e Angola, que se tornava independente do bispado de São Tomé.⁵⁶⁹

No Brasil, as leis indigenistas de 1595 e 1596 representaram uma vitória momentânea dos jesuítas e foram redefinidas no reinado de Felipe III, por meio das leis

565 BRITO, Domingos de Abreu e. *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*. Edição de Alfredo de Albuquerque Felner. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931 [1592], p. 30 e ss.

566 Cf. SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 415 e ss.

567 GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 4, op. cit., p. 164-165.

568 BRITO, Domingos de Abreu e. *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil*, op. cit., p. 9.

569 SILVA, Chantal Luís da. “L’évêché du Congo et de l’Angola (1596-1760)”. In: *Anais de História de Além-Mar*, IV. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 295-334.

de 1609 e 1611.⁵⁷⁰ Pouco a pouco a direção da Companhia de Jesus e a Coroa reconheceram a preeminência da experiência colonial e a articulação entre o tráfico de escravos e da política indigenista na América. As medidas de Felipe II esboçaram a ideia e o desejo de controlar essa complementaridade, mas sua atuação ainda não teve a força e coordenação necessárias para reverter o sentido daquelas relações.

570 “Lei sobre se não poderem cativar os gentios das partes do Brasil, e viverem em sua liberdade, salvo no caso declarado na dita lei”, 11 de novembro de 1595. In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 224-225. “Lei de 26 de julho de 1596 sobre a liberdade dos índios”, in: ibidem, p. 225-226. Ver ZERON, Carlos A. de M. R. Tese de Doutorado: *La Compagnie de Jésus et l’institution de l’esclavage au Brésil*, op. cit., p. 390-424.

3.4. O *dominium* e o poder político em perspectiva ibero-atlântica

A partir da década de 1570 se inicia um terceiro período do domínio ibérico sobre o Atlântico. A queda do império inca e o estabelecimento de pontos estratégicos na América portuguesa permitiram a consolidação de um novo estatuto político-jurídico do domínio ibérico sobre a América, como direito adquirido. Por meio do qual, o poder régio podia subordinar, ou controlar, de forma mais contundente a conquista e a ação dos moradores. As *Ordenanzas* de 1573 pretendiam abolir do vocabulário e das práticas ultramarinas a palavra “conquista”, além de fortalecer as proibições à escravidão indígena e incentivar o tráfico de africanos.

Com as leis indigenistas articuladas à conquista e ampliação do tráfico em Angola, a Coroa ibérica procurou dar uma resposta à questão do *dominium* e definiu o sentido atlântico da colonização. Entre o fim da década de 1560 e início de 1570, o debate sobre a legitimidade de domínio se deslocou para a África – Monomotapa, 1568-1569, Angola, 1570 e Congo, 1571 – a fim de justificar uma presença mais efetiva e o aprofundamento da exploração colonial nessas regiões.⁵⁷¹ O fornecimento em massa de escravos legais favoreceu a consolidação desse novo momento de domínio político-jurídico sobre a América. O poder e o *dominium* assumiam sua dimensão atlântica.

Nas palavras do padre Pero Rodrigues, visitador de Angola (1592-1594) e provincial da Companhia de Jesus no Brasil (1594-1603),

*“A quantidade de escravos que cada ano se tira de Angola é mui grande, como se vê dos muitos que se levam a Portugal, e muito mais pera o estado do Brasil, e minas das Índias de Castela, como também dos muitos contos de renda que da saqua [saca?] deles tem a fazenda de sua Majestade”.*⁵⁷²

A Coroa hispânica, no lugar dos *servicios personales*, estimulou um novo ordenamento do trabalho e do *dominium*, administrado por autoridades políticas, como D. Francisco de Toledo, e definido pela ideia de serviço público para o bem do estado e bem comum. No caso português, destaca-se a política do governador Mem de Sá e a

⁵⁷¹ Nas Filipinas e na China esse debate é travado durante a década de 1580. Cf. MILLÁN, José Martínez. “La crisis del ‘partido castellano’ y la transformación de la Monarquía Hispánica”, op. cit., p. 11-38.

⁵⁷² “História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e coisas tocantes ao Reino, e Conquista”, 1594, in: MMA, 1, IV, p. 560-561.

diversificação na administração dos aldeamentos, por meio da tutela jesuítica ou da administração laica.

Da sua parte, os agentes coloniais, particularmente os colonos e os jesuítas, passaram a atuar sobre essa nova realidade buscando controlar as formas de *dominium* sobre os nativos e fundamentando seu poder nesse novo contexto geopolítico. Um exemplo dessa atitude se depreende do envolvimento dos jesuítas no financiamento das guerras angolanas e na divisão do butim, através da subordinação dos *sobas* e da arrecadação de escravos como tributos. As reivindicações e práticas de dominação estabelecidas pelos agentes coloniais reforçaram as intersecções e confusões entre os diferentes âmbitos de *dominium* e poder.

A União Ibérica colocou frente a frente as experiências coloniais de Portugal e da Espanha, e, de ambos os lados, se vislumbrava a possibilidade de encontrar uma nova peça para a montagem da colonização atlântica. Em seguida iniciaram-se as mudanças políticas que deviam realizar a constituição da nova monarquia império, sendo os espaços ultramarinos um lugar privilegiado para o início desse processo.

Com a colonização de pontos estratégicos na América, o desenvolvimento da produção de açúcar⁵⁷³, no Brasil, da mineração de prata e ouro, nas Índias Ocidentais, do tráfico de escravos, em Angola, a Coroa ibérica podia consolidar essa arquitetura do poder e do *dominium* sobre os indígenas e africanos em sua dimensão ibero-atlântica. Nesse novo fim de século, o sentido da complementaridade entre esses espaços passou a ser definido pela preeminência do poder temporal.

573 “A população que, em torno de 1549, não ultrapassava três a quatro mil colonos europeus, ‘aumentara para 20 mil por volta de 1570 (mais de 60 por cento do total na Bahia e Pernambuco) e, aproximadamente, 30 mil por volta de 1580 (mais de 80 por cento na Bahia e Pernambuco)’. Crescia o número de engenhos e ampliava-se o número de regiões onde se localizavam. Em 1570, funcionavam sessenta engenhos localizados em sete capitanias. Em 1583, eram cento e dezoito em sete outras capitanias. Eram duzentos e um engenhos, no ano de 1612, espalhados por dez capitanias e, trezentos e cinquenta engenhos, em sete capitanias, em 1629. (...) A produção brasileira [de açúcar], em números estimados, cresceu de seis mil toneladas em 1580 para dez mil toneladas em 1610 e, na década de 1620, apresentava uma capacidade produtiva de bem mais de 45000 toneladas.” Informações sintetizadas por COSENTINO, Francisco C. *Governadores gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)*, op. cit., p. 224-225.

Capítulo 4

A configuração das relações de poder político e *dominium* em perspectiva ibero-atlântica (1601-1615)

Os anos iniciais do reinado de Felipe III, entre 1598 e 1603, foram de transição. A reforma política iniciou-se na península ibérica, com a reestruturação dos conselhos reais, com mudanças em sua composição e pelo estabelecimento de juntas. Partindo do topo da estrutura político-administrativa, a reforma atingiu os diferentes níveis de domínio e foi particularmente significativa no espaço ultramarino, principalmente entre os anos de 1604 e 1614. A primazia do poder Habsburgo na Europa dependia da eficácia de seu projeto colonial e, no espaço Atlântico, da articulação entre o tráfico de escravos e a política indigenista.

Esse processo de transformação político-administrativa – que tinha elementos de continuidade em relação aos reinados de Felipe II e dos reis portugueses – foi uma política consciente de afirmação da autoridade régia e de consolidação do domínio castelhano sobre Portugal e o ultramar, e teve uma vertente político-jurídica e outra político-econômica.

Em seu âmbito político, as reformas se caracterizaram pelo fortalecimento do Conselho de Portugal, como instância superior em relação aos organismos tradicionais da monarquia portuguesa e ao próprio vice-rei. A Coroa ampliou sua influência sobre esse conselho e afastou o conselheiro D. Cristóvão de Moura, enviado como vice-rei de Portugal, em 1601.⁵⁷⁴ D. Juan de Borja, tio materno do duque de Lerma, passou a ser o conselheiro mais importante nessa nova fase do conselho.⁵⁷⁵

Entre 1601 e 1606, a Corte estabeleceu-se em Valladolid, decisão que revelava a influência crescente do Duque de Lerma⁵⁷⁶, valido de Felipe III, e permitia o

574 Em 1600, Portugal voltou a ser governado por um vice-rei e não mais por uma junta de governadores. Os críticos desse sistema temiam a concentração de poderes em uma só pessoa e alegavam a falta de tradição portuguesa pelo cargo. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 148-149. Sobre os poderes limitados do vice-rei português, ver *ibidem*, p. 142-143.

575 A escolha de D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, “seria uma forma de o afastar por completo da corte e inclusivamente do Conselho de Portugal, pois também corriam boatos de o substituir naquele lugar por D. Juan de Borja”. *Ibidem*, p. 149-150.

576 Sobre a importância de Lerma no reinado de Felipe III ver OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 143-145.

distanciamento das pressões políticas e das resistências às reformas planejadas para esse novo reinado.

Em 1602, foi estabelecida uma junta do Conselho de Estado para discutir uma reforma do Conselho de Portugal.⁵⁷⁷ A reforma separou as atribuições do secretário de Estado, ou do reino, das do secretário da Índia.⁵⁷⁸ Essa reforma é o primeiro sinal da vontade régia de tratar os assuntos de governo do ultramar português em uma repartição especializada, que deu origem ao Conselho da Índia. Neste mesmo ano, a Coroa intensificou o controle sobre os funcionários régios: os governadores-gerais recém-chegados eram obrigados a produzir uma informação detalhada sobre as colônias (ofícios ocupados, soldos referentes, situação da defesa etc.) e todos deveriam ser submetido à devassa ao final de seu mandato.⁵⁷⁹ A Coroa afinou o sistema de informação que a ligava ao espaço ultramarino e procurou debater e despachar esses assuntos com prontidão.

No campo legislativo foram publicadas, em 1603, as Ordenações Filipinas, que reformavam a Casa de Suplicação e o Desembargo do Paço, e mudaram o sistema de pagamento e eleição dos funcionários de justiça, vereadores e outros oficiais da Câmara. As Ordenações determinaram uma nova forma de inquirição dos diferentes organismos da administração portuguesa. No título 26 do livro II eram definidos os direitos reais, alguns resultantes da noção de *sumo império*, e outros *adventícios*, decorrentes de pactos, convenções e costumes. No título 66 do livro III o poder régio era assim resumido:

*“somente ao Príncipe, que não reconhece Superior, é outorgado por direito que julgue segundo sua consciência, não curando de alegações ou provas em contrário, feitas pelas partes, porquanto é sobre a lei, e o Direito não presume que se haja de corromper por afeição. A qual presunção é tão veemente por motivo de sua alta preeminência que em nenhum tempo se receberá contra ela prova.”*⁵⁸⁰

O Código reafirmava a preeminência do rei sobre as leis e restringia os privilégios da justiça eclesiástica e as isenções tributárias em favor da Igreja. O direito

577 A junta era formada por dois representantes de Portugal e dois castelhanos, *ibidem*, p. 135-137 e 154-155.

578 LUZ, Francisco P. M. da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 72-73.

579 “Alvará para que se tirem informações de como serviram os governadores do Brasil, Ilhas, Algarve, etc. logo que tenham terminado o prazo dos seus governos”, 20 de julho de 1602. In: ATT, Livro 2 de Leis, ff. 55-55v. E “Lei que sua Mj.de mandou passar para se tomar residência aos oficiais da just.a sem embargo de darem residência cada três anos”, 1602. *Idem*, ff. 56-57.

580 Apud AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, Ministério da Educação e da Cultura, 1970, p. 105.

romano tornava-se o fundamento das ordenações e era separado do direito canônico, reafirmando a subordinação do poder espiritual ao poder temporal. O rei ampliava as atribuições de seu poder econômico e promovia, entre outras coisas, uma ampla regulamentação da mineração.⁵⁸¹ Por mais que seguisse a tradição portuguesa das ordenações, é de se notar as novidades introduzidas pela dinastia Habsburgo e sua vigência após esse período.

Em sua vertente político-econômica, as reformas e a interferência castelhana em Portugal deram-se por meio do sistema de juntas. Em 1601 foi criada a Junta da Fazenda de Portugal, que era composta por conselheiros castelhanos com passagem pelo *Conselho de Índias* e pela *Casa de Contratação de Sevilha*.⁵⁸² A importância de se estabelecer uma junta de Fazenda em Portugal parece evidente, tratava-se de fiscalizar de perto o comércio e a produção que circulava pela praça de Lisboa.

Também foram criadas juntas para tratar de questões específicas, tal foi o caso do tráfico de escravos africanos.⁵⁸³ As juntas permitiam uma intervenção mais consistente da Coroa nas questões econômicas e muitas vezes trocaram correspondência diretamente com o rei e seu valido.⁵⁸⁴ Por esses motivos as juntas desrespeitavam diferentes aspectos do Tratado de Tomar e sofreram a oposição contumaz do vice-rei Cristóvão de Moura.

A intervenção castelhana destacava o comércio de escravos por sua relevância própria e por ser o principal meio de obtenção de mercadorias das Índias Ocidentais e do Brasil, ou seja, era através desse produto que se articulava grande parte do comércio legal e do contrabando entre o ultramar português e o castelhano.⁵⁸⁵ As instruções da

581 Ver também o regimento de 15 de agosto de 1603. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, op. cit., p. 299-311.

582 O Conselho de Portugal autorizou o envio de uma junta de ministros castelhanos para Lisboa, em setembro de 1600, responsável de supervisionar a fazenda. Ela era formada pelo licenciado Molina de Medrano (do *Conselho de Índias*), por Diego Herrera (contador de contas) e por Francisco Duarte (feitor da Casa de Contratação de Sevilha). Em 1 de abril de 1601, o rei aprovou seu funcionamento. A Junta da Fazenda de Portugal tinha jurisdição econômica acima dos conselhos de Portugal e da Fazenda. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 151-152 e 170-184. Ver também LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de. “El control de la hacienda portuguesa desde el poder central”, op. cit., p. 119.

583 SCALLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 383 e 392.

584 Além da intervenção régia na economia e do aprimoramento do sistema de comunicação, Fernanda Olival destaca que as Juntas defendiam os interesses castelhanos no ultramar. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 180.

585 “Desde los primeros días de la colonización España había tratado de excluir la participación comercial extranjera de América y había otorgado el monopolio del comercio colonial al consulado de mercaderes de Sevilla. Pero los esfuerzos por monopolizar ese comercio estaban condenados a fracasar por el colapso de la industria española y por la rigidez y el costo del sistema de la flota anual del que

Junta determinavam que os navios provenientes das Índias Ocidentais seguissem para Sevilha, sem escala nos portos portugueses, e especificava que os navios de João Rodrigues Coutinho, contratador do comércio de escravos e governador de Angola, fossem vistoriados por ela. O comércio de escravos africanos favorecia também a política da Coroa em relação aos indígenas, sendo um elemento importante para a definição de sua autoridade sobre as Américas.

Antes de qualquer alteração na política em relação aos índios no Brasil, iniciada em 1605, o novo *asiento* de escravos, firmado com João Rodrigues Coutinho, foi seguido de uma importante reforma das leis indigenistas na América espanhola, que pretendia, entre outras coisas, abolir o sistema de *mita*, acabar com os abusos nos *repartimientos*, além de definir regras específicas para diferentes ramos laborais.⁵⁸⁶

D. Diogo Botelho e João Rodrigues Coutinho foram os dois primeiros governadores do Brasil e de Angola no reinado de Felipe III.⁵⁸⁷ Coutinho desembarcou com a maior expedição jamais vista em Angola, em uma mão tinha o contrato do tráfico de escravos, dos direitos e de exploração das minas, e, na outra, o cargo de governador. Botelho deveria reformar o governo-geral, além de informar a Coroa sobre as relações estabelecidas entre os moradores e os indígenas. O envio simultâneo dos governadores e as orientações recebidas indicam a preparação de uma reforma na política ultramarina e uma nova articulação das relações entre os espaços de colonização do Atlântico.

dependía el comercio. A medida que los bienes transportados legalmente a América se volvían cada vez más costosos, los comerciantes portugueses, ávidos de beneficios, empezaron a suplementar sus cargamentos legítimos con esclavos y mercancías ilegales. El alcance de ese contrabando es discutible, pero por lo menos fue suficiente para enfurecer a los mercaderes de Sevilla, que afirmaron que el contrabando portugués, disfrazado de comercio legítimo de negros según el asiento, drenaba grandes cantidades de metal que de otro modo hubieran fluido por los canales legales hacia el sostenimiento del sistema de flotas y la construcción del império español”. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 58. A ampliação da importação de africanos nas Índias Ocidentais favoreceu o estabelecimento e a influência de comerciantes e colonos portugueses. Sobre esse tema ver VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica*, op. cit.

586 Trata-se da “Real Instrução acerca do trabalho dos índios”, 24 de novembro de 1601. Nessa reforma, a Coroa estendeu a proibição do emprego de mão de obra indígena às plantações de oliva, pesca de pérolas e outras atividades. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 131. Ver também KONETZKE, Richard. *La época colonial*, op. cit., p. 184 e ss.

587 “Nomeação de João Rodrigues Coutinho”, 30 de janeiro de 1601. In: ATT, Chancelaria de D. Felipe II, l. 7, f. 174. “Nomeação de Diogo Botelho para o governo do Brasil”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1601. In: idem, l. 9, ff. 234v.-235v. Para a nomeação de governadores coloniais (Brasil, Angola, Cabo Verde, Mina e São Tomé) os conselhos indicavam três ou quatro nomes e cabia ao monarca a escolha definitiva.

4.1. A disputa pela vassalagem dos *sobas* e pelo tráfico de africanos

João Rodrigues Coutinho era filho de Lopo de Sousa Coutinho, soldado da Índia e antigo capitão da Mina, onde entrou para o ramo do tráfico de escravos. João e seus dois irmãos, Gonçalo Vaz e Manuel de Sousa – o futuro Frei Luís de Sousa –, representaram como poucos a dimensão das relações políticas e econômicas no Atlântico e a centralidade do escravismo africano nessa história.

João Rodrigues Coutinho também foi capitão de São Jorge da Mina.⁵⁸⁸ Em seu governo foi acusado de saquear barcos inimigos, de apropriar-se indevidamente da renda dos defuntos, e estabeleceu negócios em São Tomé.⁵⁸⁹ Nessa mesma época, Gonçalo Vaz Coutinho era governador de São Miguel nos Açores.

As experiências e o dinheiro adquiridos na África permitiram a arrematação do contrato de Angola (referente à cobrança dos direitos régios), do *asiento* de escravos e de exploração das minas de prata.⁵⁹⁰ De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, o governador teve o apoio de pequenos acionistas espanhóis, que na verdade eram testas-de-ferro de portugueses cristãos-novos.⁵⁹¹ Outro elemento que mostra o vínculo de João Rodrigues com comerciantes de outras praças europeias foi a negociação entre seu irmão Gonçalo e João do Porto para a importação de ferro e cavalos de Hamburgo.⁵⁹² Sem desprezar esses auxílios econômicos, devemos notar que o principal parceiro de Coutinho foi o próprio monarca, que, ao permitir a associação do cargo de governador aos direitos e tratos de Angola, dava os instrumentos fundamentais para a realização de seus planos. Cabe investigarmos em que medida esses planos coincidiam com os da Coroa.

O *asiento* de Coutinho teve como referência o contrato estabelecido com Pedro Gomes de Reynel e algumas novidades determinadas pela junta do comércio de

588 “Carta da capitania de São Jorge da Mina”, 1 de abril de 1586. In: ATT, Chancelaria de D. Felipe I, l. 15, f. 287.

589 “Acontecimentos ocorridos na Mina”, 1592. In: MMA, 1, III, p. 454-459.

590 VILA VILAR, Enriqueta. *Hispano-América y el comercio de esclavos. Los asientos portugueses*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1977, p. 106-108.

591 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, op. cit., p. 80 e ss.

592 SCELLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 390, n. 2. O contrato era de nove anos, ao custo de 24 000 000 réis por ano. MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, vol. 1, op. cit., p. 215.

escravos.⁵⁹³ Segundo o contrato de Reynel, o *asentista* deveria fornecer 4.250 escravos anualmente para as Índias de Castela.⁵⁹⁴ O principal porto de desembarque na América espanhola era Cartagena, de onde as peças partiam para as ilhas do Caribe e para o interior do continente americano. Os contratos proibiam os vínculos entre os *asentistas* e os interesses locais do Peru e do Chile, mas liberava a entrada de escravos em Buenos Aires.

Quatro meses depois de sua nomeação, Coutinho estabeleceu um contrato com Jorge Sólis, em que vendia uma licença de 400 escravos em Angola.⁵⁹⁵ No ano seguinte, despachou seu irmão, Manuel de Sousa, e seus feitores para anunciarem as novas do reino e as perspectivas sobre o futuro de Angola, alimentando as esperanças dos senhores de escravos americanos.⁵⁹⁶

Mesmo com as tentativas malogradas de vender os contratos de escravos a espanhóis, a Coroa estimulava o controle dos *asientos* por meio do *Conselho de Índias* e da *Casa de Contratação de Sevilha* – evitando as especulações no momento de arremate dos contratos e elegendo funcionários que deveriam combater os abusos e desvios.⁵⁹⁷ Coutinho não cumpria com os pagamentos do contrato e pediu seu adiamento, que foi aceito até o momento de sua partida para Angola.

O contrato comercial entre a Coroa e o *asentista* representa uma das camadas do tráfico de escravos, entre as praças comerciais e bancárias dos Países Baixos e Alemanha e os interesses econômicos e políticos em Lisboa, Sevilha e Madri. Depois de vistoriados seus navios pela nova Junta dos escravos, em Lisboa, João Rodrigues Coutinho passa a tecer as relações atlânticas do negócio. Seu irmão e os feitores partem

593 SCALLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 383. O contrato estabelecia um oligopólio em que o asentista era obrigado a vender licenças nas praças de Lisboa e Sevilha. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 4, op. cit., p. 178.

594 Desse total, o rei repartia 2000 mil peças a sua vontade. SCALLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 384, n. 2. A Coroa estimava que os *asentistas* mandavam entre 7000 e 8000 escravos anualmente para América espanhola, extrapolando quase o dobro do que fixava o contrato. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 4, op. cit., p. 179. Para se ter dimensão da ampliação do tráfico e de seu controle, durante o reinado de Felipe III, ver os fundos, no Arquivo das Índias, referente ao *asiento* de João Rodrigues Coutinho. In: Archivo General de *Indias*, Contaduría, Legajos 258-260.

595 “Contrato dos Escravos de Angola”. Madri, 2 de maio de 1601. In: SCALLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 811-812.

596 George Scelle diz que Manuel de Sousa foi para Cartagena como administrador geral do *asiento*, partindo no dia 28 de abril de 1602. Ibidem, p. 387.

597 “Lei que sua M.e mandou passar sobre os contratadores de suas Rendas como hão de ser castigados dos crimes e delitos que cometerem no p. de seus contratos e arrendamentos”, 20 de fevereiro de 1603. In: ATT, Livro 2 de Leis, f. 61v.

para os portos estratégicos da América, de Cartagena a Buenos Aires. Ele vai para Angola, onde as relações sociais eram distintas, seu conhecimento prévio das ilhas e os contatos de São Tomé deveriam auxiliá-lo nessa nova tarefa.

O padre Fernão Guerreiro, em sua *Missão dos jesuítas de Angola*, descreveu com clareza as relações de domínio entre o rei, os jesuítas, os colonos e as chefaturas angolanas (os *sobas*).

*“Conforme ao costume daquela gente, toda a segurança da conquista do reino de Angola estava em se conservar o que eles usam, que era em se sujeitando um soba, a primeira coisa que fazia pedia logo amo a quem tivesse no corte do Governador, por conservador e protetor (...). Porém ainda que estes protetores têm este como domínio sobre eles, o proveito não é muito. E assim muitos em ficando sujeitos, diziam logo que queriam ser dos padres, os quais não aceitavam isto mais que para os consolarem e aquietarem, nem havia sobas mais leais e seguros que os dos padres pelo bom tratamento que lhes faziam e amor que lhes mostravam. Nem pudera haver outro melhor modo para os conquistarem a todos e os terem seguros que fazerem-nos sobas dos padres; pois o serem-no nem um só ponto diminuía na jurisdição e poder de Sua Majestade.”*⁵⁹⁸

Diante da pressão crescente em subordinar os indígenas e africanos diretamente à Coroa, os agentes ultramarinos procuravam justificar suas estratégias de domínio por meio dos costumes da terra, desfazendo a contradição entre estas estratégias e o poder real. Segundo Fernão Guerreiro havia um equilíbrio político definido pela hierarquização das relações de domínio, que determinava a subordinação político-jurídica – vassalagem – e o pagamento de tributos – no caso dos *sobas* pagos em escravos. Os padres e moradores eram os senhores, ou *amos* dos *sobas*, o que não interferia no poder do rei sobre seus vassalos e sobre a conquista.

Segundo o mesmo padre, no momento da chegada de João Rodrigues Coutinho, mais nenhum chefe nativo estava submetido à Coroa. O motivo desta desolação era que os *sobas*, tirados do controle dos jesuítas e dos conquistadores, haviam se rebelado contra os portugueses e o rei.

“Estando as coisas neste estado, certos homens, não bem intencionados e movidos por seus particulares interesses e paixões, assim cá na corte de Espanha a alguns ministros de Sua Majestade, como lá aos que então governavam, procuraram persuadir que não convinha que os sobas reconhecessem outro senhor senão Sua Majestade e que assim aos capitães como aos padres se tirassem todos. Tiram os sobas aos capitães e homens principais (...) tiram-nos aos padres, que era o alvo principal a

598 “Missão dos jesuítas em Angola”, 1602-1603. In: MMA, 1, V, p. 51.

que apontavam, e vendo-se os sobas desta maneira, começaram a perturbar e alevantar e pouco a pouco se foram unindo entre si contra os portugueses.”⁵⁹⁹

O fim do sistema de *amos* e a exigência de subordinação dos chefes nativos diretamente à Coroa foram determinados, como vimos no capítulo anterior, no momento de instituição do governo-geral em Angola, em 1592. É por meio desse evento que devemos interpretar o relato do padre Fernão Guerreiro. O padre atribuía a medida aos interesses privados de alguns ministros na corte espanhola, referindo-se, provavelmente, ao Conselho de Portugal, e aos governadores Francisco de Almeida e João Furtado de Mendonça.⁶⁰⁰ A medida visava a ruptura das relações de domínio dos agentes coloniais e o estabelecimento de um senhorio eminente e único, o do rei. Segundo Guerreiro, a rejeição dessa medida partia dos próprios *sobas* e eximia, desta forma, os jesuítas e os conquistadores de terem se rebelado contra a decisão régia. Nesse caso, a “agência africana” aparece como justificativa para a contestação da autoridade régia e como meio de preservação do domínio senhorial estabelecido pelos moradores e religiosos. Segundo o padre, a medida rompia com a base do sistema de domínio, gerando uma reação em cadeia que, em última instância, ameaçava o domínio político da Coroa sobre seus vassalos e sua conquista.

*“Porém chegando João Roíz, como era um fidalgo tão bem acondicionado e magnífico e de tanta prudência em saber levar aquela gente, e ia com tanto poder qual nunca se juntou em Angola, logo se começaram a vir para ele muitos sobas, e ainda que lhe morreu muita gente da que levou, depois de lá estar, fez contudo seu campo de quase seiscentos portugueses e muitos mil negros que se lhe vieram sujeitar e com este entrou pela terra dentro e se foi logo alojar junto às terras de um poderoso soba, por nome Cafuche, que foi o que no tempo de um dos governadores passados destruiu os nossos portugueses e ficou tão soberbo com esta vitória, que não somente cuidava que dali por diante podia comer os brancos, como ele dizia, se não que até ao próprio rei de Angola fazia medo.”*⁶⁰¹

João Rodrigues Coutinho restaurou aquele sistema de domínio por meio da aliança com os *sobas* amigos e das guerras de sujeição, colocando novos chefes africanos sob o domínio régio com a proteção dos *amos* leigos e religiosos. Avançou até o *soba* Cafuche, onde sucumbiu por causa de uma doença da terra.

⁵⁹⁹ Ibidem, p. 52.

⁶⁰⁰ Francisco de Almeida foi conselheiro do Conselho da Índia entre 1604 e 1612 e João Furtado de Mendonça entrou nele em 1608. Voltaremos a esse ponto adiante.

⁶⁰¹ “Missão dos jesuítas em Angola”, 1602-1603. In: MMA, 1, V, p. 53.

No relato do padre Pêro de Sousa, o governador foi o responsável pelo descumprimento das ordenações régias:

*“quando João Rodrigues Coutinho veio, no regimento que el-rei lhe deu trazia que não daria os sobas a ninguém, mas zombou disso e todos os deu trazia senão a nós; morto ele todos os tornei haver e os tenho confirmados pelo governador presente. E fiz capazes aos senhores a quem João Rodrigues os tinha dado, e de dois me aproveito que estão à obediência, os outros não correm, correndo serão nossos com o favor divino.”*⁶⁰²

O trecho indica que o regimento de João Rodrigues Coutinho destacava a necessidade de romper com o sistema de amos, sendo a submissão dos *sobas* à Coroa um tema caro à política régia. Não obstante, o governador, com o apoio dos religiosos e senhores locais, zombou da ordem régia (consequentemente da própria autoridade do rei) restaurando o sistema de domínio colonial. Diferentemente do texto de Fernão Guerreiro, aqui a “agência africana” está ausente do discurso, para Pêro de Sousa são exclusivamente os agentes coloniais que definem as relações de domínio. João Rodrigues Coutinho restituiu o lugar de mando daquela sociedade e sua morte não abalou a ordem colonial restaurada, que foi garantida pelo novo governador, Manuel Cerveira Pereira, aliado dos jesuítas e dos conquistadores.⁶⁰³

As autoridades europeias, da Monarquia e da Igreja, em Portugal e em Roma, são eclipsadas pelas especificidades das relações de domínio colonial. Somente os agentes coloniais podem realizar, por meio da experiência, o domínio daquelas populações e o próprio sistema de legitimação depende exclusivamente das autoridades locais – “fiz capazes aos senhores”. E, em última instância, dos colegas da outra margem, conscientes das necessidades e lógicas do sistema atlântico de domínio.

“E o P.e Geral não quer que mandemos como os da terra comprar escravos; donde nos há logo vir a sustentação. Uma só consolação me fica e é ordenar o P.e Geral que nos venha visitar um padre do Brasil, porque ele como experimentado,

602 “Carta do padre Pêro de Sousa ao padre João Álvares”. Luanda, 18 de maio de 1604. In: MMA, 1, XV, p. 393.

603 “O Governador é grande meu amigo, e de toda a nossa Companhia, manda-me que me aproveite do tempo e que peça, pois não sei o que será ao diante, assim o faço; nunca sai de casa e nela se confessa, todos geralmente estão bem conosco, atribuo isto aos bons governadores, porque no tempo de Dom Francisco e de João Furtado comer-nos-ão o bofe, mas agora com medo ou vergonha fazem o que queremos.” Novamente as referências aos dois primeiros governadores de Angola. “Carta do padre Pêro de Sousa”, 18/5/1604. In: MMA, 1, XV, p. 394. A aliança de Cerveira com os jesuítas pode ser confirmada pelos terrenos que doou à Companhia em seu governo. “Bens de raiz dos jesuítas em Angola”, 1612. In: MMA, 1, VI, p. 91-102.

ordenará o que for bem, pois sabe o trato e necessidades de cá, que não são como as do reino, aonde não há falta.”⁶⁰⁴

Assim como Pero Rodrigues consultara os jesuítas do Brasil para discordar das ordenações régias e de seus superiores, Pêro de Sousa pedia a intervenção de um colega do Brasil para a continuidade do sistema de amos. A aliança entre os jesuítas do Brasil e de Angola está claramente caracterizada no trecho acima.

A busca pelas minas de prata, assim como o tráfico de escravos, era uma demanda externa, utilizada para o comércio com a Ásia e para financiar a Coroa e suas guerras europeias. Além disso, como viemos observando ao longo dessa tese, a mineração foi uma justificativa para os empreendimentos guerreiros e para o saque privado, que visava, principalmente, a obtenção de escravos e o estabelecimento de sistemas de domínio pessoal.

“Continuou Sua Majestade dali por diante em mandar governadores & capitães àquele Reino com intento de conquistar as minas de prata de Cambambe, de que houve muitas grandes esperanças, dando juntamente os resgates dos escravos muito fruto, com o que aquele governo foi tido em mais estimação. E parecendo que a dita conquista das minas se poderia fazer com menos despesa por via de contrato, se fez com João Rodrigues Coutinho, no ano de 601. E ele se obrigou a dentro em seis [anos a] dar as ditas minas conquistadas, mas sucedendo falecer ele dentro no dito tempo, não houve efeito aquele contrato, e depois se aclarou que não havia minas de consideração, pelo que mandou Sua Majestade sobestar na conquista, e proveu governador para a terra e para pacificamente se continuar o resgate dos escravos e o mais que a terra dá.”⁶⁰⁵

Inicialmente, a conquista das minas favoreceu a ampliação do tráfico de escravos, e fez do governo de Angola um posto mais atrativo para os governadores e conquistadores. A Coroa estimulou esse processo e se beneficiou das expectativas econômicas vendendo um contrato para a exploração das minas. A mineração justificava a continuidade da conquista, mesmo que o controle régio ficasse frágil nessa circunstância. Mas, confirmada a ausência de prata em Cambambe, a conquista deveria ser substituída pelo governo pacífico e os escravos deveriam ser adquiridos por outras vias.

Uma delas era o controle comercial dos produtos indispensáveis à economia local. Daí a importância das minas de sal de Quiçama, do *soba* Demba; a Coroa sugeria

604 “Carta do padre Pêro de Sousa”, 18/5/1604. In: MMA, 1, XV, p. 395.

605 “Relação da costa da Guiné”, 1607. In: MMA, 1, XV, p. 388-389.

esse estratagema e os conquistadores buscavam sua realização.⁶⁰⁶ A vassalagem dos *sobas* ao rei seria selada por meio do pagamento de tributos ao rei, pagos em escravos, o que permitia um maior controle sobre o tráfico de escravos. Outra forma pacífica de subordinação dos *sobas* se dava por meio do comércio de produtos que serviam como símbolos de prestígio para os poderes nativos.

Não obstante, Manuel Cerveira Pereira e o povo optaram pela continuidade das guerras de conquista. Cerveira venceu o Cafuche⁶⁰⁷ e tomou as minas de prata de Cambambe, mandou degolar o *soba* e colocou outro em seu lugar.

A Coroa decidiu, então, interferir no andamento das coisas de Angola, procurando recuperar algo de sua autoridade sobre aquele espaço. O primeiro passo, já praticado em situações semelhantes, era o envio de um corregedor, daí a designação de Felipe Butaca para tirar residência em Angola. O procurador régio foi preso pouco depois de desembarcar em Luanda e foi despachado para Pernambuco, onde foi recebido pelo ouvidor-geral, Ambrósio de Siqueira.⁶⁰⁸ O caso nos permite analisar o sistema de informações e a forma de deliberação das questões ultramarinas.

No Conselho da Índia chegaram os documentos remetidos por Manuel Cerveira e Felipe Butaca, além da diligência do ouvidor-geral do Brasil e uma carta do rei do Congo.⁶⁰⁹ O Conselho desqualificou os autos produzidos por Manuel Cerveira, porque

606 “Informação do Reino de Angola e das suas minas de prata e sal”, final do século XVI. In: MMA, 1, XV, p. 371. O documento diz que o controle das minas de Quiçama permitiria a subordinação pacífica de muitos *sobas*. Ver também “Carta do Bispo Vice-Rei a el-Rei”, 13 de janeiro de 1607. In: MMA, 1, V, p. 246-247.

607 Segundo Beatrix Heintze tratava-se do sucessor de Xila Mbanza, designado por genro ou sogro do *Ngola*. “O Estado do Ndongo no século XVI”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 186.

608 Dentre as atividades desempenhadas por Ambrósio de Siqueira, ouvidor-geral e depois provedor-mor da Fazenda, destaca-se uma “Relação para sua majestade em cumprimento da carta que o dito senhor me escreveu”. Como resume Roseli Stella: “Na sua relação escrita em 1606 declarava os rendimentos e despesas das capitanias do Brasil, segundo o valor do contrato dos dízimos e dos ordenados pagos em cada uma delas. Discriminava anualmente, no período de 1601 a 1605, os gastos com os oficiais da Fazenda, da Justiça, militares e eclesiásticos e apresentava ainda as despesas de algumas capitanias, anteriores a 1601. Ambrósio de Siqueira apontava os ordenados dos oficiais da Fazenda de Pernambuco a partir de 1534 e da capitania de Itamaracá, os ordenados dos eclesiásticos a partir de 1574 e dos oficiais da Fazenda desde 1535. Relacionava as rendas e custos da capitania da Paraíba, desde 1592, e o mesmo com referência ao Rio Grande do Norte a partir de 1598, incluindo os gastos com eclesiásticos desta capitania também a partir da mesma data. Ainda que os apontamentos anuais anteriores a 1601 sejam escassos, exceto aqueles referentes ao registro dos ordenados dos oficiais da Fazenda de Pernambuco (1534, 1577, 1584, 1585, 1593, 1594, 1597, 1600), é certo que o Monarca pôde ter uma visão geral das finanças do Brasil desde 1534”. STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español (1580-1640)*, op. cit., p. 97-98.

609 “Consulta do Conselho da Índia”. Lisboa, 27 de julho de 1606. In: MMA, 1, V, p. 213-215.

eram “da parcialidade do governador” e, desta forma, “da opinião” dele. Cerveira acusava o bacharel de ser “mercador e tratante em escravos”. Os conselheiros recomendavam que um letrado acompanhasse o novo governador de Angola, Manuel Pereira Forjaz, e prendessem Cerveira. Na maioria das vezes, o Conselho da Índia emitia um parecer único, sem a opinião de cada um dos conselheiros, mas podemos supor que o conselheiro D. Francisco de Almeida, conhecedor das revoltas dos colonos de Angola, tenha feito um relato contundente contra Manuel Cerveira e o estado de coisas naquela conquista.

O despacho foi tratado no Conselho de Portugal três meses depois.⁶¹⁰ O documento repetia o parecer do Conselho da Índia, quase sempre confirmado pelo de Portugal⁶¹¹, e expunha a posição de cada conselheiro. A opinião do vice-rei, D. Pedro de Castilho (1605-1608) –, à qual se conformaram os conselheiros Francisco Nogueira⁶¹², Afonso Furtado de Mendonça⁶¹³ e Henrique de Sousa⁶¹⁴ –, determinava a prisão de Manuel Cerveira e seu julgamento em Portugal. D. Diego da Silva y Mendoza⁶¹⁵, conde de Salinas, acreditava que o julgamento deveria ocorrer em Angola. O posicionamento mais contundente foi o de Pedro Álvares Pereira⁶¹⁶, que exigia “grande demonstração” porque Butaca não era da jurisdição do governador que praticou “grave excesso” e usurpou a jurisdição real. O castigo deveria servir de exemplo para que as diligências encomendadas pelo rei fossem levadas a cabo, sem intimidação dos licenciados e para garantir o bom governo e a administração da justiça. Pedro Álvares recomendava um desembargador para Angola e a pena de morte para o governador, executada em Luanda.

Enquanto se discutia o que fazer com Manuel Cerveira, os irmãos de João Rodrigues Coutinho tentavam assegurar seus direitos e interesses. Manuel de Sousa Coutinho, agora no Rio de Janeiro, pediu a sucessão do governo de Angola, enquanto

610 “Consulta do Conselho de Portugal”. Madri, 16 de outubro de 1606. In: MMA, 1, V, p. 219-222.

611 No comentário de Francisco da Luz: “o Conselho de Portugal, sempre que era razoável, defendeu as prerrogativas do da Índia, pondo em relevo a utilidade de tal organismo e o profícuo labor que este ia desempenhando”. LUZ, Francisco P. M. da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 121.

612 Era desembargador do Paço e foi conselheiro do Conselho de Portugal entre 1598 e 1612.

613 Era eclesiástico e foi conselheiro de Portugal entre 1605 e 1608.

614 Era conselheiro de Estado e esteve no Conselho de Portugal entre 1602 e 1615.

615 Era espanhol e vedor da fazenda de Portugal, entrou para o Conselho de Portugal em 1605, aí permanecendo até 1615.

616 Foi secretário do Conselho de Portugal entre 1583 e 1602, passando a conselheiro.

Gonçalo Vaz figurava na lista de candidatos para o governo do Brasil.⁶¹⁷ O rei vetou as pretensões de governo dos irmãos, mas fez um novo contrato com Gonçalo Vaz para a sucessão no *asiento* de escravos. A junta do comércio de escravos, agora presidida pelo Conde de Lemos do *Conselho de Índias*, definiu as novas condições do contrato, que aumentaram significativamente o controle exercido pela Coroa.⁶¹⁸ O documento que registra o pedido de Manuel de Sousa possui a seguinte anotação lateral: “já nomeado D. Manoel Pereira⁶¹⁹, e ordenado que cesse a conquista, e se contratem por conta de sua Real fazenda os direitos, e provisão daquele Reino”.⁶²⁰ A anotação revela a preparação de uma mudança na condução dos tratos e governo de Angola, que deveria ser colocada em prática por meio do envio do novo governador.

Manuel Cerveira foi preso pelo novo governador, Manuel Pereira Forjaz, e teve início seu julgamento em Lisboa.⁶²¹ A residência tirada em Angola pelo bacharel Manoel Nogueira, a mando do Conselho da Índia, o considerou culpado por ter aceitado suborno em escravos para não guerrear contra os *sobas* de Cafuche, Cambambe, Angola Cabãga e com o próprio *Ngola*; por ter movido guerras injustas contra *sobas* aliados, o que pôs a perder o caminho para Monomotapa; por ter *tomado* as fazendas da terra, ameaçando os armadores e controlando o comércio local; por corromper a justiça com extorsões e favorecer pessoas condenadas pelo sindicante Felipe Butaca; por notificar

617 “Sobre una carta que escreveu Manuel de Sousa Coutinho a S. M. desde o Brasil”, 5 de junho de 1606. In: AGS, SP, l. 1476, ff. 102-102v. Manuel de Sousa Coutinho fazia referência ao direito de descobrir minas, presente no contrato régio com o irmão. “Sobre a candidatura de D. Gonçalo Coutinho para o governo do Brasil”, 21 de abril de 1606. In: AGS, SP, l. 1476, ff. 73-74v.

618 O *asiento* foi firmado em maio de 1604, tinha uma duração prevista de cinco anos e foi reajustado para 32 000 000 réis por ano. Gonçalo deveria quitar a dívida referente aos quatro anos de contrato do irmão, garantida por uma caução. O comércio de escravos em Buenos Aires voltava a ser proibido. Todas as licenças vendidas deveriam ser registradas na Casa de Contratação em Sevilha e o dinheiro colocado nos cofres da Coroa. Até as licenças vendidas na América deveriam ser depositadas nos cofres reais. Os lucros provenientes do tráfico seriam administrados pela Coroa, dos quais embolsaria 8%. Ver SCHELLE, George. *La traite négrière aux Indes de Castille*, I, op. cit., p. 392 e 394-396. MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, I, op. cit., p. 215.

619 “Carta de nomeação de Manuel Pereira Forjaz”. Lisboa, 2 de agosto de 1606. In: ATT, Chancelaria de D. Felipe II, l. 17, ff. 159v.-160.

620 “Sobre una carta que escreveu Manuel de Sousa Coutinho”, 5/6/1606. In: AGS, SP, l. 1476, f. 102.

621 “Traslado da sentença que absolveu Manuel Cerveira Pereira das acusações que lhe fizeram como Governador interino de Angola”. No traslado estão anexados três documentos: as recomendações do Conselho da Índia para a residência de Manuel Nogueira, dada em Lisboa no dia 3 de abril de 1607; a residência instaurada em Luanda no dia 16 de outubro do mesmo ano; e as sentenças de absolvição que datam de 23 de agosto de 1608, 21 de fevereiro de 1609 e 30 de março do mesmo ano, feitas em Lisboa. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola, e Benguela*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 421-426.

peessoas que iam à guerra, mas que foram liberadas em troca de presentes, muitas vezes suspendendo a empresa, por isso muitos soldados tornaram-se mercadores e penetraram no reino do Congo; por ter dormido com metade das mulheres brancas (que somavam cerca de cinquenta), utilizando “artifícios diabólicos, tratando com feiticeiras e alcoviteiras”, levando as mulheres casadas para o mato onde “lhe dava músicas de noite, só a fim de as infamar”; por ter recebido ordem de se apropriar do contrato de Gonçalo Vaz Coutinho para o bem da fazenda real, e ter colocado seu primo, João de Araújo, como provedor que fez acordos com os feitores de Gonçalo Vaz em troca dos direitos das *peças* exportadas; porque o “governador comia” a fazenda real; porque cobrava o quinto das guerras e dos assaltos sem registrar nos livros da feitoria. De um desses, arrecadou quatrocentas e cinquenta escravos e duzentas cabeças de boi, e as *peças* foram enviadas para o rio da Prata, mas com despacho como se fossem para o Brasil (o que significava a metade de impostos).

As ações de Manuel Cerveira corrompiam diferentes aspectos da política real em Angola, estando unicamente orientadas para seu benefício próprio e de seus aliados. Deu prosseguimento as guerras privadas e preservou as formas de domínio pessoal sobre os chefes nativos, distribuía *sobas*, terras e escravos para colonos e jesuítas. Reafirmou a mediação dos jesuítas na legitimação do domínio sobre os chefes nativos. Dispensou soldados que se tornaram intermediários do tráfico de escravos no Congo, os *tangomaus*⁶²², e que, provavelmente, eram seus agentes. Conduzia as guerras segundo as vantagens da empresa: perdoava chefes inimigos em troca de escravos e guerreava antigos aliados. Além disso, buscava o controle do comércio local, sonegava impostos no tráfico de escravos e estendia sua influência pelo comércio atlântico por meio de acordos ilícitos com os feitores de Gonçalo Coutinho.

Essa última acusação revela que a própria Coroa agia de forma dissimulada, estabelecia contratos com agentes privados, mas usava de suas prerrogativas políticas para quebrá-los em benefício próprio. As críticas do padre Fernão Guerreiro dirigidas aos ministros do Conselho de Portugal (e indiretamente ao rei) e ao conselheiro da Índia, D. Francisco de Almeida, acusa-os de agirem por “seus particulares interesses e paixões”. E a afirmativa do padre Pêro de Sousa, de que João Rodrigues havia zombado da ordem régia, ganha outro significado. Os agentes históricos enxergavam para além da moral religiosa e política, e reconheciam, nos espaços de poder da Corte e dos conselhos

622 ZERON, Carlos A. de M. R. "Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África", op. cit., p. 15-38.

ibéricos, a importância da dissimulação⁶²³ e, nos espaços coloniais, a necessidade da *manha*⁶²⁴.

Depois de ter pago a fiança, Manuel Cerveira foi posto em liberdade pela justiça do Conselho da Índia e do rei, afinal “não se mostra tanto contra o réu porque pena mereça”. A decisão foi tomada entre agosto de 1608 e março de 1609, momento em que Manuel Pereira Forjaz e D. Diogo de Meneses deveriam pôr em prática uma nova política imperial no Atlântico.

623 Segundo Rafael Bluteau a *dissimulaçam* é “fingimento. Disfarce. Rebuço. (...) uma espécie de Prudência, mas tímida, covarde, & (...) indigna da Majestade. No Teatro da Política, os dissimulados são Pirâmides, nunca se lhe[s] ve[ê]m de um jato as três faces, de que constam; sempre fica uma delas encoberta”. Em seguida, pondera o autor: “Ainda assim no comércio da vida humana, alguma dissimulação é necessária contra a malícia dos homens. A desnudez do ânimo, às vezes é tão indecente, & nociva, como a da cabeça; aos costumes, & ações granjeia respeito o não estarem sempre patentes aos olhos, & sujeitas aos discursos dos homens. No princípio do seu governo é sumamente necessária ao Príncipe a dissimulação das injúrias. Esta política observou David com grande acordo”. O exemplo de Davi serve bem aos dois primeiros Felipes, continua Bluteau: “Havia Joab morto com traição ao capitão Abner. Dilatou David o castigo, por se não achar ainda bem firme no trono. Aos seus amigos descobriu David sua dissimulação ‘Ecce adhuc delicatus sum, & unctus Rex’ [Eu ainda sou fraco, apesar de ter sido ungido Rei]”. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Português & Latino*, op. cit., p. 251-252. O texto bíblico está em Samuel 2, cap. 3, v. 39. *BÍBLIA SAGRADA*, op. cit., p. 338.

624 Escolhi a “manha” para o espaço ultramarino por causa da alcunha de D. Francisco de Sousa e da origem etimológica, sugerida por Rafael Bluteau, do latim *manus*, em que o sentido da experiência política ganha uma metáfora tátil, presente na expressão do governador D. Diogo de Meneses: “e quanto mais vou metendo a mão na experiência”. “Carta ao rei”. Olinda, 23 de agosto de 1608. In: ABN RJ, vol. 57, 1935, p. 38. No dicionário de Bluteau, assim como na época que tratamos, a expressão parece ter sentido mais positivo que negativo: “todo o gênero de artificiosa destreza no manejo dos negócios, & em tudo o que o engenho humano quer evitar, ou conseguir”. Em seguida, cita diferentes expressões da antiguidade clássica: “Tem manha para granjear as vontades (Tácito); Não basta pelejar com prudência, é necessário inventar alguma manha (Cícero); Para tudo tem manha (Tito Lívio)”. No Adágio Português: “Dize-me com quem andas, dir-te-ei que manhas has”. Ao final do verbete, uma rápida referência às “más manhas”: maus costumes, más inclinações. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Português & Latino*, op. cit., p. 292-293.

4.2. A disputa pelos índios e a configuração dos poderes políticos nas Américas

O tráfico de escravos africanos, além de um negócio, era um meio privilegiado para intervenção nos espaços produtivos nas Américas e nas relações de *dominium* entre os agentes coloniais e os índios, que definiam as bases da autoridade do rei e os benefícios da exploração colonial. Como indicamos acima, as primeiras reformas da legislação indigenista, ocorridas durante o reinado de Felipe III, referiam-se às Índias de Castela e estavam relacionadas à ampliação do tráfico de escravos africanos⁶²⁵ por meio do *asiento* do governador João Rodrigues Coutinho. As novas determinações foram definidas pela “Real Instrução acerca do trabalho dos índios”, de 24 de novembro de 1601.⁶²⁶

O decreto responsabilizava o *Conselho de Índias*, os funcionários coloniais e os colonos pelos abusos cometidos por meio dos sistemas de *mita*, *yanacona* e *repartimiento-encomienda*, que haviam obscurecido a visão régia sobre essa realidade. Admitia-se a necessidade de mão de obra indígena, mas só se poderia recorrer a ela quando estivesse garantido o bom tratamento dos índios, sua instrução religiosa e na medida em que não fosse possível substituí-los por escravos africanos e por espanhóis, mestiços e pessoas de cor livres.

Sobre a proibição da *mita* e das *yanaconas* na agricultura, o vice-rei Luis de Velasco (1596-1604) foi advertido que tal medida significaria a ruína da agricultura colonial e que comprometeria a produção de víveres para Potosí, colocando em risco a mineração de prata. Velasco aceitou os argumentos, mas restringiu as *yanaconas* àquelas distribuídas por D. Francisco de Toledo.

625 Frederick Bowser destaca a importância dos negros na América espanhola: 1) Nas guerras coloniais (e como tamborileiros e pífanos das forças reais); 2) Como mão de obra para agricultura; 3) Para o sistema de transporte (os chamados “mulateros negros”); 4) Para a navegação e o comércio de produtos pela costa do Pacífico (a maioria deles trabalhava como marinheiro, mas havia também os estivadores, pescadores etc.). O autor destaca a presença massiva de negros nas frotas reais e nas galeras. Bowser destaca também o costume de muitos proprietários de escravos urbanos alugarem seus escravos e viverem dos ingressos resultantes. Ainda nas áreas urbanas destacavam-se os serviços dos negros em monastérios, conventos e hospitais, em uma série de outras funções, como “quadrilheiros”, trabalhadores nas aduanas, armazéns, açougues, vendedores de alimentos e bebidas etc. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 131-140 e 165.

626 Como observa Bowser, a lei de 1601, somente comparável às *Leis Novas*, foi redigida após exaustivo exame das leis anteriores e de prolongadas deliberações do *Conselho de Índias*, em que foram solicitadas as opiniões da maioria dos funcionários e ex-funcionários mais destacados no governo da América. *Ibidem*, p. 163.

A *mita* mineira mostrava-se um problema ainda mais complicado, a Coroa não estava disposta a fazer nenhuma alteração que significasse a diminuição da produção de metais preciosos. Por isso, propunha aos vice-reis que incentivassem os empresários mineiros a aumentarem a presença de escravos africanos nas quadrilhas de trabalho. As tarefas de drenagem, por exemplo, seriam executadas exclusivamente por eles. Ao mesmo tempo, deviam oferecer incentivos para que os índios se fixassem nas regiões mineiras e trabalhassem em troca de um salário. Os índios de outras localidades seriam atraídos por meio da promessa de terras e, todos os espanhóis, negros e mestiços ociosos, das imediações, seriam constrangidos a trabalhar nas minas.

O decreto dava o prazo de um ano para que os empresários se adaptassem as novas regras que significavam a abolição do sistema de *mita*. Não obstante, a Coroa, em informações secretas ao vice-rei Luis de Velasco, admitia a dificuldade de se cumprir aquele prazo, a necessidade de forçar os índios ao trabalho e considerava a possibilidade de continuidade do sistema (que de fato perdurou até o século XIX). Como resume Frederick Bowser, “el anhelo reformista de la Corona era atemperado por la comprensión de que la perturbación de la economía colonial y la consiguiente disminución de sus propios ingresos eran un precio demasiado alto”.⁶²⁷ Mais uma vez as preocupações econômicas da Coroa falavam mais alto do que as intenções de definir sua autoridade sobre as Índias Ocidentais.

O documento volta a proibir que os *encomenderos* substituíssem os tributos devidos por serviços pessoais e exige o fim dos abusos nos *repartimientos*.⁶²⁸ Mas, também neste caso, os agentes coloniais vão se esforçar para desfazer a contradição entre as formas de domínio pessoal sobre os indígenas e o domínio político-jurídico da Coroa sobre os mesmos. O discurso colonial omite a existência do primeiro e concilia trabalho forçado, liberdade e cidadania, em nome do bem comum e da república. Diz o monje franciscano Miguel Agia: “Por ser uno Christiano no dexa de ser hombre y ciudadano, y miembro de la República: lo qual basta para poder ser forçado y compelido a trabajar en servicio de la mesma República”.⁶²⁹ Os decretos entregues a Velasco foram reeditados nos vice-reinados seguintes, do conde de Monterrey (1604-1606) e do marquês de Montesclaros.

627 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 165.

628 “Tampoco debían los españoles retener indios a su servicio, ni por deudas ni por ninguna otra razón, o tratarlos como de su propiedad personal”, *ibidem*.

629 Apud KONETZKE, Richard. *La época colonial*, op. cit., p. 192.

Para o governo do Estado do Brasil, a Coroa enviou D. Diogo Botelho, filho de Francisco Botelho, membro do Conselho de D. Sebastião. D. Diogo participou da batalha de Alcácer-Quibir e, depois de libertado, abraçou a causa de D. Antônio, o prior do Crato. O perdão dessa injúria, a anistia, e a nomeação para o governo do Brasil decorreram da influência de Nuno Álvares Pereira, seu sogro e secretário do Conselho de Portugal entre 1583 e 1586.

As preocupações da Coroa para o governo do Brasil relacionavam-se à justiça, à fazenda real e ao ordenamento da sociedade colonial. Para isso o governador deveria informá-la desses diferentes aspectos que lhe auxiliariam nas reformas do governo-geral e da política indigenista. A “administração do gentio” ocupava lugar de destaque nesse contexto.

Em seu governo, além de novas aldeias jesuítas, foram criadas aldeias sob a administração dos franciscanos e capuchinhos. Essa política, já observada no reinado de Felipe II, visava diversificar as ordens religiosas responsáveis pelos indígenas.⁶³⁰ O rei também mostrava preocupação em que os eclesiásticos e oficiais de justiça fossem pagos pontualmente.⁶³¹ Existia uma preocupação crescente por parte da Coroa de financiar os aldeamentos e religiosos, afastando-os da produção colonial e aumentando sua dependência.

Ao mesmo tempo, o governador se aproximava dos interesses dos moradores e propunha ao rei “ordenar o governo desse gentio na forma que se usa nas Índias de Castela”.⁶³² O documento não descreve o que Diogo Botelho estava exatamente pensando. Não conseguimos saber se se trataria das *encomiendas de servicio personal*, o que parecia em desacordo com a política régia, ou de administração leiga, aldeias organizadas como vilas. Como de fato promoveu, ao substituir algumas aldeias sob a administração dos jesuítas, por capitães leigos nomeados por ele. Georg Thomas destaca que o favorecimento da administração temporal ocorreu nesse governo e nos períodos

630 “Serviços de D. Diogo Botelho”. Olinda, 6 a 25 de setembro de 1603. In: RIHGB, 73, I, 1910, p. 64.

631 “Carta Régia para o governador do Brasil”, 31 de março de 1605. In: idem, p. 7.

632 Ibidem, p. 5. É interessante observar a postura de Varnhagen sobre esse aspecto: “Botelho desaprovava – esta seria outra causa de queixa dos jesuítas – como ineficazes e menos úteis ao Estado os meios adoptados pelos padres de os aldear colectivamente; e preferia antes a prática de trazê-los, embora com alguma quebra de sua liberdade, para os povoados, como, com êxito para a civilização, se praticou nos estados hispano-americanos”. VARNHAGEN, Francisco A. de. *História Geral do Brasil*, t. 2, op. cit., p. 56. Além de usar a forma de administração hispano-americana como modelo, Varnhagen nos revela, nessa passagem, a historicidade de seu pensamento, que estava de acordo com a ideia de integração e civilização dos indígenas por meio de uma ação firme do Estado.

de 1563-1564 e 1583-1584, ou seja, nos governos de Mem de Sá e Manuel Teles Barreto.⁶³³

O rei aprovou algumas medidas do governador em relação à justiça e ao ordenamento social da colônia:

*“O socorro que mandastes contra os Aimoré e pazes que com eles assentastes, tive por acertado e vo-lo agradeço e assim o castigo que destes aos negros da Guiné alevantados, e o socorro que mandastes à capitania de Porto Seguro e devassas que ordenastes tirar do alevantamento que os moradores fizeram contra seu capitão, predendo-o. Tudo tive por bem feito e conforme o meu serviço”.*⁶³⁴

Os Aimoré foram contidos e pacificados, com o auxílio dos Potiguar; os negros, alevantados, foram castigados com tropas de “mamelucos” e “tangomaus”; e o povo rebelde de Porto Seguro foi sujeito por meio de instrumentos de justiça.⁶³⁵ Os Potiguar da Paraíba combateram os Aimoré na Bahia, Ilhéus e Porto Seguro. Os mamelucos e tangomaus do litoral atacaram o quilombo do sertão, motivados “pelas mercês que esperam de Sua Majestade” e pelos interesses de resgatar escravos. E o governador mandou ir da Bahia o licenciado Pero de Azevedo e o capitão Francisco da Costa, “com soldados”, para pacificar a capitania de Porto Seguro. Caracteriza-se assim a complementaridade entre esses diferentes espaços de domínio e o rei reconhecia o sentido mais profundo da delegação de seu poder: fazer justiça. Que, naquele contexto, significava: reafirmar a condição social dos negros da terra e dos de Guiné como escravos; favorecer os índios aliados contra os “hostis”; premiar os homens pobres livres com alguns escravos; e sujeitar o povo rebelde, por meio da ameaça da força e dos instrumentos de justiça.

Diogo Botelho sugeria também o envio de uma Relação de letrados, sugestão que estava afinada com os interesses da Coroa e se assemelhava às Audiências Reais da América castelhana.⁶³⁶ Outra influência castelhana nas sugestões de Botelho foi o pedido de elevação do cargo de governador-geral ao de vice-rei. O antigo simpatizante da causa do Prior do Crato mostrava, agora, familiaridade com as formas institucionais castelhanas de governo dos cristãos e gentios.

633 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 139.

634 “Carta Régia a Diogo Botelho, governador do Brasil”. Lisboa, 19 de março de 1605. In: RIHGB, 73, I, p. 5.

635 Ver “Serviços de Diogo Botelho”, 6 a 25/9/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 58-172.

636 SCHWARTZ, Stuart B. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”, op. cit., p. 40, n. 31.

Definido alguns aspectos gerais do governo de Diogo Botelho e suas relações com o Peru, passamos a algumas análises de caso que mostram suas experiências de governo e a relação entre as orientações régias e as práticas de governo. Destacamos, de acordo com o objetivo dessa tese, dois eventos que evidenciam as relações estabelecidas entre a Coroa e os agentes coloniais mediadas pelo domínio sobre os indígenas, são eles: a guerra contra os Aimoré e a “jornada do Maranhão”.⁶³⁷

A guerra justa contra os Aimoré foi declarada na lei de 1570, ou seja, a mais de trinta anos se praticava a guerra e se escravizavam os índios por licença régia. As guerras movidas pelos Aimoré ameaçavam a colonização da Bahia, Tinhaém, Ilhéus e Porto Seguro. Os índios destruíram engenhos e mataram muita gente branca e de Guiné. Nesta descrição, feita por Francisco Sotil de Sequeira, provedor-mor dos defuntos, os índios inimigos ameaçavam a sociedade colonial, constituída nos engenhos e formada por brancos e escravos africanos.⁶³⁸ A descrição dos conflitos sociais no Brasil diferenciavam a posição dos indígenas e africanos. Em alguns casos os índios aparecem como elemento de pacificação, em outros são as milícias de negros que combatem os índios inimigos.⁶³⁹

No caso dos Aimoré, o governador-geral e o capitão-mor de Pernambuco formaram companhias de soldados indígenas para combatê-los, em que se destacaram os Potiguar e os Tabajara, trazidos da Paraíba.⁶⁴⁰ Manuel Mascarenhas Homem assim descrevia a formação das companhias de Potiguar:

*“o dito governador-geral mandou da capitania da Paraíba levar muitos índios Potiguar, com seus arcos e flechas e as mais armas com que costumam pelejar, persuadindo-os pessoalmente que fossem servir à Sua Majestade, o que eles fizeram de boa vontade, pelo bom tratamento e termo que com eles se teve”.*⁶⁴¹

637 “Auto que mandou fazer o Senhor governador-geral Diogo Botelho”. Olinda, 26 de janeiro de 1603. In: RIHGB, 73, I, p. 41-43. “Certidão da Câmara de Olinda e Pernambuco”, 29 de março de 1603. In: idem, p. 24-29. “Serviços de Diogo Botelho”, 6 a 25/9/1603. In: idem, p. 58-172. “Certidão da Câmara da Bahia”, 20 de dezembro de 1607. In: idem, p. 29-33.

638 “Testemunhas dos serviços do governador”, Francisco Sotil de Siqueira. Bahia, 20 de abril de 1608. In: idem, p. 34-36.

639 SCHWARTZ, Stuart B. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas”. *Afro-Ásia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 29-30. p. 13-40, 2003.

640 Depois da longa resistência dos Potiguar à colonização portuguesa, eles passaram, no início do século XVII, de inimigos a aliados. Ver HEMMING, John. *Red gold : the conquest of the brazilian indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, p. 161-182. Ver também GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)*. Bauru: Edusc, 2007.

641 “Depoimento de Manuel Mascarenhas Homem”, capitão-mor de Pernambuco. Olinda, 29 de junho de 1603. In: RIHGB, 73, I, p. 38. Feliciano Coelho de Carvalho diz que ele, Manuel Mascarenhas e o

Segundo o capitão-mor de Pernambuco, o governador agia de acordo com o principal objetivo da Coroa: o estabelecimento de alianças entre os interesses da sociedade colonial e os dos Potiguar, para o melhor serviço do rei.

Embarcados em Pernambuco, os Potiguar encheram seis caravelas e, ao longo do litoral, da Bahia até Porto Seguro, destruíram a ameaça Aimoré.⁶⁴² A harmonia da sociedade colonial era recuperada pela intervenção de um exército de índios aliados. Depois de combatidos os Aimoré, e justamente escravizados, os colonos resolveram escravizar seus aliados Potiguar, ou, segundo outros relatos, foram fixados nas capitanias em que combateram. A dúvida se refere à forma de sujeição dos índios aliados, no primeiro caso, os índios foram repartidos e encomendados entre aqueles que serviram na guerra, tratando-se de uma forma de domínio senhorial ou privado, na segunda hipótese, os índios foram “aldeados”, sua administração era entregue a um leigo ou religioso, e os moradores poderiam servir-se deles em troca de um salário, nesse caso, configura-se um sistema de domínio político com delegação administrativa. O capitão Manuel Mascarenhas Homem nos esclarece um pouco o fato:

*“sucendo na Paraíba e outras partes algumas inquietações do gentio Potiguar, causadas e movidas de algumas desordens de nossa parte, ele, governador-geral, acudiu a isso, com muita presteza e zelo, mandando tirar devassa, castigando e repreendendo os que achou serem culpados, de modo que as ditas alterações se aquietaram a satisfação do gentio, pois nessas desordens e alterações houve de nossa parte cativo de cópia grande de gentio, o que o dito governador-geral mandou pôr em sua liberdade, satisfazendo-os de modo que foram contentes e assim o estão ao presente de bom termo que com eles se teve”.*⁶⁴³

Segundo o capitão, os moradores que foram a Paraíba não seguiam os interesses da Coroa ou o bem dos indígenas, mas seus interesses privados: aprisionar índios como escravos. No caso dos Aimoré, fizeram isso dentro da lei régia, no caso dos Potiguar, contra. Ou seja, a lei e a política régia procuravam diferenciar o estatuto dos indígenas e controlar a mediação e a complementaridade entre os sistemas de domínio, ao passo que os colonos tendiam a sujeitar indistintamente os nativos ao seu domínio pessoal. Segundo o relato, a ação do governador procura reparar os abusos e restituir a ordem colonial, fundamentada no bem comum. Para isso, ele utilizou meios jurídicos e

governador trataram com o “principal do gentio Potiguar”, e D. Diogo “soube tão bem pedir, que o gentio lhe concedeu a gente”. “Serviços de Diogo Botelho”, 6 a 25/9/1603. In: idem, p. 85.

642 “Depoimento de Manuel Mascarenhas Homem”, 29/6/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 36-39.

643 Ibidem, p. 38-39.

restituiu a liberdade dos índios escravizados injustamente. A ênfase na “agência indígena”, segundo a qual os acordos eram estabelecidos conforme seus interesses, pode indicar sua importância ou ser um elemento retórico, utilizado para dizer que a política da Coroa estava sendo cumprida. Ainda nesse trecho, a ação do governador distinguia o domínio privado e o domínio político em relação aos indígenas. Mostrando que os interesses particularistas dos moradores eram disciplinados com instrumentos de justiça, para o melhor serviço do rei, caracterizando o lugar da autoridade régia para os colonos e indígenas aliados.

Para a “jornada do Maranhão”⁶⁴⁴, o governador fez uma reunião com as principais autoridades da colônia para tratar daquela empresa.⁶⁴⁵ Ela se justificava pela paz consolidada com os indígenas do Brasil, o que permitia uma “jornada do serviço de Sua Majestade” para descobrir novas terras para o acrescentamento da “coroa e estado real de Sua Majestade” e “principalmente por se ampliar e dilatar a nossa santa fé católica”. Além disso, a empresa servia para defender os indígenas dos franceses, porque estes iam “resgatar gentios e inquietá-los”, e estabeleciam alianças comerciais com eles. Diferentemente do que acontecera nas guerras contra os Aimoré, aqui não havia licença prévia do rei para promover uma guerra justa e escravizar os índios de Ibiapaba. Por isso, todos os envolvidos na expedição (colonos, tangomaus, funcionários régios etc.) precisam descrevê-la como *descobrimento* e *pacificação*, tirando a palavra *conquista* de seu vocabulário, como sugeriam as *Odernanzas* de 1573.

O discurso das autoridades locais estava cada vez mais coerente: organizavam uma expedição de conquista movida pelos interesses da Coroa e em nome da salvação dos indígenas. A expedição foi delegada a Pero Coelho de Sousa, “homem nobre e fidalgo”, que recebeu um regimento do governador-geral. O exército de Pero Coelho era composto por duzentos homens portugueses de baixa qualidade (“gente do sertão, mamelucos, tangomaus e homiziados”)⁶⁴⁶ e oitocentos *flecheiros* Potiguar e Tabajara.

Em seguida, o documento revelava os objetivos privados da jornada:

644 “Auto que mandou fazer o Senhor governador-geral Diogo Botelho”, 26/1/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 41-43.

645 Estavam presentes: o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, o antigo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, o desembargador Gaspar de Figueiredo Homem, Diogo de Campos Moreno, que era sargento-mor do Brasil e o capitão João Barbosa de Almeida.

646 O documento procura justificar a presença destes mamelucos porque é “gente que ainda que se arrisque não faz nenhuma falta ao serviço de Sua Majestade e ao bem comum deste estado”. “Auto que mandou fazer o Senhor governador-geral Diogo Botelho”, 26/1/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 42.

*“o primeiro, de merecer mercês e honras a Sua Majestade, o segundo fazer alguns resgates lícitos, que se diz que poderão fazer, contando também que há ali muito âmbar, ouro e escravos cativos, que o gentio tem em cordas para comer, os quais cativos em vindo, disse o Senhor governador, os mandaria examinar por padres religiosos, e não o sendo, mandaria polos em liberdade e castigar as desordens que na dita jornada houvesse.”*⁶⁴⁷

O discurso colonial procura, novamente, harmonizar os interesses privados dos moradores com a autoridade do monarca. A fórmula “merecer mercês e honras” definia o vínculo de lealdades entre os colonos e o rei. A expressão “fazer alguns resgates lícitos” procurava conciliar os objetivos privados da expedição às leis régias, no entanto, a escravização dos “índios de corda” havia sido proibida pela lei de 1595. A licitude desses resgates pode referir-se ao direito costumeiro, nativo ou colonial, mas o texto reconhece a fragilidade jurídica dessa ação por meio da expressão “que se diz que poderão”. O governador tentava convencer o rei por meio da promessa vaga da descoberta e da partilha de novas riquezas: âmbar, ouro e escravos cativos. Os resgates seriam examinados pelas autoridades religiosas e seculares. Os custos da empresa deveriam ser assumidos por Pero Coelho o que justificava também os benefícios privados da expedição. Nessa situação, o governador deveria manter o equilíbrio entre a autoridade do soberano e os interesses coloniais. Somente Manuel Mascarenhas Homem foi de parecer contrário à expedição.

As instruções dadas a Pero Coelho de Souza, no regimento de 21 de janeiro de 1603, repetiam os objetivos da jornada descritos no documento anterior.⁶⁴⁸ Sobre a ameaça representada pelas alianças entre os índios e os estrangeiros, acrescentava que os franceses agiam “contra pazes capituladas e fora da obediência a seu rei”. Ou seja, não era só o rei espanhol que era desobedecido quando se tratava de buscar as riquezas do ultramar por meio de alianças com os nativos.

Os soldados brancos deveriam ser divididos em companhias *governadas* por oficiais. A contradição entre o domínio sobre os nativos e as hierarquias existentes encontra-se revelada na seguinte passagem:

“por todas as vias procurará e não consentirá que pessoa alguma que saiba língua da terra fale com o gentio sem sua ordem e linguagem, porque desse

647 “Auto que mandou fazer o Senhor governador-geral Diogo Botelho”, 26/1/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 43.

648 “Regimento que há de seguir o capitão-mor Pero Coelho de Souza nesta jornada e empresa, que por serviço de Sua Majestade vai fazer”. Olinda, 21 de janeiro de 1603. In: idem, p. 44-47.

inconveniente tem a experiência mostrado perderem-se muitos capitães e assolar-se muito gentio, por inimizades que os tais semeiam.”⁶⁴⁹

Os soldados brancos, em relação direta com os indígenas e movidos por seus interesses privados, ameaçavam a hierarquia militar. Esse exemplo descreve como o superior militar, ou político, ou religioso, precisava garantir a mediação da relação com os indígenas para manter sua autoridade e poder. Para isso o governador criou o ofício de língua-mor da expedição, que seria o responsável de falar com o gentio em sua ordem e linguagem, representando os desígnios do governador.

Nas aldeias que aceitassem a paz o capitão deveria levantar uma cruz e procurar “a união de um gentio com outro, e sendo ofendido de algum contra razão se poderá defender se ofendê-lo, procurando o melhor modo que puder para sua redução.”⁶⁵⁰ O governador pretendia fazer novos aldeamentos, e as prerrogativas de defesa abriam brechas para a ação escravizadora da expedição: “usará nas coisas repentinas do que melhor lhe parecer (...) elevando por tal fundamento a ampliação da fé católica e a paz.”⁶⁵¹ Mesmo que a intenção do governador fosse blindar a expedição dos interesses privados, era impossível esconder a contradição estrutural que organizava aquela sociedade: o domínio sobre os indígenas, ao mesmo tempo em que era o motor daquela sociedade, ameaçava os poderes constituídos e levava a desagregação das hierarquias.

A expedição avançou até a serra de Ibiapaba e resultou na escravização de muitos indígenas.⁶⁵² A ação revelava as contradições que o discurso procurava ocultar. Diante dos abusos, o governador mandou consultar as autoridades coloniais para julgar o resultado da expedição. Agora, as autoridades eram convocadas para restabelecer a harmonia entre os interesses privados da conquista e a soberania régia por meio de uma junta, estabelecida em Pernambuco.

O auto e as devassas foram analisados em duas instâncias. Primeiro pelo

649 “Regimento que há de seguir o capitão-mor Pero Coelho de Souza”, 21/1/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 45.

650 Ibidem.

651 Ibidem.

652 “Um relatório sobre o mandato de Botelho supõe que o Ouvidor Geral, Ambrósio de Siqueira, teria declarado escravos os membros de toda a tribo do cacique Mel Redondo, da Serra do Ibiapaba, dos quais Coelho enviou para a Bahia ‘um barco carregado deles’. O próprio Governador estimou o número dos prisioneiros entre duzentos e trezentos”. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 143.

*“ouvidor-geral e provedor-mor da fazenda, Ambrosio de Siqueira,[que] viu o dito auto e as ditas devassas, com adjuntos, letrados e religiosos, e todos de conformidade, votaram e sentenciaram por cativos os que estavam presos em cordas e sujeitos à sua disposição, pelas guerras que uns e outros lá têm; e assim mais declararam por cativos os que se rebelaram, ajudando os franceses e tomaram armas contra nossa gente, quebrando a palavra que tinham dado e as cruces que tinham aceitado e adorado.”*⁶⁵³

Por unanimidade foram considerados verdadeiros escravos aqueles que iam ser comidos pelas guerras intestinas (resgate de índios da corda) – método considerado ilegal pela lei de 1595 –, e os que, aliados com os estrangeiros, se rebelavam contra a paz acordada e contra a religião católica (guerra justa, que exigia licença régia). As duas justificativas fundavam-se no direito costumeiro e estavam em contradição com a legislação indigenista.

Em segundo lugar, foram consultados os desembargadores Baltasar Ferraz e Francisco Sotil de Siqueira e o licenciado Pero de Azevedo Osório. Eles iniciaram a análise jurídica da questão fazendo uma “distinção entre os ditos gentios”. Os que se rebelaram contra a paz e o pacto estabelecidos com os portugueses, “ficam e devem ser julgados por cativos; e a razão é porque *violare foedus et pactum*”, configurando motivo para uma guerra justa, como estava presente na sagrada escritura (Reis 2, cap. 3), em que o rei Jorão atacou Mesa, rei de Moab. “E como esta conquista se fizesse por mandado de quem para ela tinha poder (...) claro fica que se justificam pela dita razão os que por ela cativaram os que estão bem cativos”.⁶⁵⁴ Nessa passagem, *post factum*, os desembargadores procuram justificar a guerra justa sem autorização régia.

A escravização da “outra qualidade de gentio” se justificava pela prática da antropofagia – tratava-se de “resgate de índios de corda”. Para analisar esse caso, os desembargadores citavam outras fontes:

*“jure sunt captivos, porque, de direito natural, omnes liberi nascebantur, e o direito das gentes introduziu a servidão para que nas guerras se não matassem tantos: morte commutata in perpetuam servitute[m], e assim se chama esses – os guardados: vocantur enim servi a servando se eo illud notissimo.”*⁶⁵⁵

653 “Auto que o Senhor governador-geral mandou fazer sobre o assento que tomou acerca das sentenças e pareceres que se deram sobre o cativo dos índios da serra de Jaguaribe, província do Maranhão”, 26 de março de 1605. In: RIHGB, 73, I, p. 52.

654 “Auto sobre o assento que se tomou do cativo dos índios de Jaguaribe, e que o Senhor governador remete a Sua Majestade por saber o que há de fazer sobre o assunto”. In: RIHGB, 73, I, p. 53-54.

655 Ibidem, p. 54.

Tratava-se, portanto, de escravização por direito de gentes e de guerra, como comutação à pena capital. Aqui, os desembargadores produzem uma justificativa para a escravização dos índios de corda que não estava de acordo com as leis régias.

Um terceiro tipo de gentio não podia ser escravizado, “porque contra ele não pode haver causa bastante nem justa razão de guerra”, porque a guerra não era justa: pela não aceitação do catolicismo; para se dilatar o império do Rei ou sua honra; por dizer que eram nações bárbaras “mais aptas para serem governadas de nós que para se governarem”; ou por serem idólatras. A fonte citada, nesse caso, era Luís de Molina, que estava de acordo com as políticas e leis vigentes. Sem dizer a quais índios se referiam nesse último caso, consideravam-no injusto, mas reafirmavam a justiça nos dois outros, confirmando a sentença do ouvidor-geral.⁶⁵⁶ A ordem da sociedade colonial, fundamentada no equilíbrio entre o domínio privado dos senhores sobre os escravos e no domínio político do rei sobre seus vassallos, era restituída pelo discurso histórico e jurídico.

Mesmo configurada a unanimidade das autoridades coloniais em torno do cativo, o governador enviou um auto e as devassas para a confirmação do rei.

*“posto que muitos capitães gerais se puderam aquietar com uma sentença destas, quanto mais com duas, dadas por diferentes ministros, todos de Sua Majestade, letrados, doutos, honrados e cristãos velhos, e sobre uma conquista, que ele, Senhor governador mandou fazer à sua custa, todavia o mesmo Senhor se resolveu em antepor a tudo a devida obediência que deve a Sua Majestade, como tão leal vassallo e criado seu.”*⁶⁵⁷

A capacidade de estabelecer um *consenso* em torno da questão, a presença de ministros do rei, a constituição de uma *intelligentsia* e o financiamento da conquista pelo governador procuravam mostrar que aquela sociedade já podia andar com suas próprias pernas e que cabia ao rei, simplesmente, confirmar aquelas deliberações.

No entanto, a criação do Conselho da Índia mostrava que o rei desejava afirmar seu poder sobre os espaços e agentes coloniais precisando, para isso, intervir nas relações de domínio sobre os indígenas.

656 Georg Thomas diz que os desembargadores declararam-se contra o cativo, o que, sem dúvida, é um erro de análise documental. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 144.

657 “Auto que o Senhor governador-geral mandou fazer”, 26/3/1605. In: RIHGB, 73, I, p. 52.

*“Por provisão, de 5 de junho de 1605 – foi estabelecido que em nenhum caso se pudessem cativar os gentios do Brasil; porque, com quanto houvesse algumas razões de direito para se poder em alguns casos introduzir o dito cativo, eram de tanto maior consideração as que havia em contrário, especialmente pelo que tocava à conversão dos gentios à nossa Santa Fé Católica, as quais se deviam antepor a todas as mais.”*⁶⁵⁸

A provisão régia se sobrepunha a “algumas razões de direito”, destacando a importância da conversão dos gentios e o aspecto religioso da colonização. A questão indígena favorecia a caracterização do poder régio como absoluto, no sentido de independência e de eminência sobre as práticas coloniais e sobre a própria lei. O rei se antepôs à escravização indígena e, na carta de 22 de setembro de 1605, deu seu parecer sobre a “jornada do Maranhão”:

*“Ora, mandando eu ver os autos que se fizeram sobre o dito cativo e outras informações que tive da mesma matéria e razões muito urgentes do serviço de Deus e meu, se achou que o dito cativo não era legítimo nem conforme às leis que sobre isso são passadas, nem era conveniente para o bom prosseguimento daquela conquista escandalizar os índios dessas partes com cativos, que eles tanto temem e aborrecem; e houve por bem de os haver a todos por livres e mandar que sejam tornados a suas terras, como vereis pelo meu alvará que sobre isso mandei passar.”*⁶⁵⁹

O rei procurava retomar o controle sobre o processo de colonização e disciplinar a expansão para o Norte. Sabia que, por trás da harmonia dos discursos, o domínio sobre os indígenas saía de seu controle e ameaçava sua autoridade. Para que seu poder político fosse efetivo, deveria se apropriar da relação com os nativos e regulamentá-la, subordinando o domínio privado dos senhores ao seu domínio político.

Alguns anos depois, o capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, assim analisava a expedição:

“Mas como todas estas obras eram sem ordem nem braço de rei, e o governador tratava de que lhe mandasse parte dos índios, como por cartas e ordens suas hoje parece, discorrendo que como de cativos era gente devida às primícias de seu governo, entendendo disto os homens que a Jornada se havia feito somente para cativar

658 “Provisão de 5 de junho de 1605”. In: CARDIM, Pedro; XAVIER, Ângela Barreto (Coords.). *Ius lusitaniae: Fontes Históricas de Direito Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, s.d.. Disponível em:

<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=94&id_obra=63&pagina=392#>. Acesso em: 3 mar. 2008.

659 “Carta Régia a Diogo Botelho, governador do estado do Brasil”. Lisboa, 22 de setembro de 1605. In: RIHGB, 73, I, p. 9.

*e vender índios, deram-se tão boa manha que em breves dias venderam até aqueles que fielmente os haviam ajudado e acompanhado na guerra”.*⁶⁶⁰

O governador, que nos textos acima representava a justiça régia, aqui utiliza as prerrogativas de seu poder e certas manhas para beneficiar-se pessoalmente. O mesmo tipo de acusação aparece na devassa tirada por Belchior de Amaral, em que o governador foi acusado de: vender ofícios e tomar o ordenado de outros; apropriar-se ilegalmente de vinho e o vender com preços excessivos; apropriar-se da renda dos defuntos, para compra de escravos; mandar tomar muitos negros aos moradores, por menos do que valiam; pagar o preço que queria, pelos escravos que vinham de Angola; aceitar presentes dos moradores e barrar alguns despachos do ouvidor; e ficar em Pernambuco contra as ordens do rei.⁶⁶¹ Algumas acusações eram semelhantes aquelas feitas contra o governador de Angola, Manuel Cerveira Pereira, mas, no caso do Brasil, as formas de domínio sobre os nativos se articulam com a escravidão dos negros africanos.

Não obstante as manifestações de aprovação de seu governo, feitas pelas câmaras de Olinda e Salvador, D. Diogo Botelho teve seus bens confiscado, o que colocou ele e sua família em apuros. Por mais que a absolvição dos funcionários régios tenha sido a regra, após as devassas e julgamentos, nos parece relevante essa capacidade do poder régio de constranger os ocupantes de cargos ultramarinos, além da importância do sistema de mercês para reafirmar a subordinação desses ministros ao seu poder.

Cabe agora descrever minuciosamente as reformas político-econômicas desenvolvidas entre 1604 e 1614 para, depois, analisarmos as reações dos agentes ultramarinos e coloniais, que definiram os limites das mesmas e exigiram uma configuração específica da soberania régia.

660 MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão : por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2001.p. 28.

661 O parecer de Belchior de Amaral era contundente: “q. V. M.de devia mandar outro governador àquele Estado.” “Devassa de Belchior de Amaral”, 26 de julho de 1604. In: Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina 249, ff. 205-206v. Este documento parece não ter chegado às mãos do rei, a “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho ao Conde de Sabugal”, de 8 de junho de 1612, diz que não se conhecia o paradeiro da devassa de Belchior de Amaral. In: BA, 51-VIII-15, ff. 236-237v.

4.3. A configuração das relações de poder político e *dominium* em perspectiva ibero-atlântica

O período do reinado de Felipe III, que vai de 1598 a 1603, deu início às reformas político-jurídicas e político-econômicas, que tiveram seu ápice entre os anos de 1604 e 1614. Na Europa, a Coroa procurou assegurar um período de paz para que pudesse concentrar seus esforços nas reformas ultramarinas. No ano de 1604, foi acertado um tratado de paz hispano-britânico e, entre 1609 e 1621, foi definida a “Trégua dos Doze Anos” com as Províncias Unidas.

Em relação à composição do Conselho de Portugal, devemos destacar a nomeação de Diego da Silva y Mendoza, o conde de Salinas, em 1605. Sua nomeação provocou fortes tensões: além de ser castelhano, o rei lhe deu preeminência sobre Juan de Borja, posição que se consolidou depois da morte deste, em 1606. Mas seu filho, Carlos de Borja⁶⁶², que assumiu o lugar do pai, queria ver restaurado o prestígio da família no Conselho, justificada também pela aquisição, por casamento, do título de marquês de Villahermosa, que lhe dava um estatuto superior ao conde de Salinas. Manuel de Castelo Branco apoiou Carlos nessa querela, que durou até 1613, quando se reafirmou as prerrogativas régias na definição na organização política da monarquia.⁶⁶³

Os protagonismos de Juan de Borja e de Diego da Silva no Conselho coincidem com o que Fernanda Olival chama de “exílio” de D. Cristóvão de Moura, que entre 1601-1603 e 1608-1612 foi designado, contra a sua vontade, vice-rei de Portugal. Como observaremos em seguida esses foram os períodos-chave de intervenção da Coroa no Atlântico, particularmente no que se refere à tentativa de apropriação do tráfico de escravos em Angola e a política indígena na América, assuntos despachados por ordem régia e a contragosto do Conselho da Fazenda, da Mesa de Consciência e Ordens e do Desembargo do Paço.

A reforma do Conselho de Portugal, de 1602, criou uma secretaria especializada nos assuntos do ultramar português que deu origem ao novo Conselho da Índia, que teve

662 Herda o título português de conde de Ficalho.

663 Entre 1617 e 1621, D. Diego foi vice-rei e capitão-geral de Portugal. O título de conde de Salinas era espanhol e o de marquês de Alenquer português. DADSON, Trevor J. “Más datos para la biografía de Don Diego de Silva y Mendoza, Conde de Salinas”. *Criticón*, Toulouse, 34, p. 5-26, 1986. Ver também LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago de. *La Revolución de 1640 en Portugal: sus fundamentos y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal 1580-1640*. 1988. Tese (Doutorado) – Universidad Complutense, Madri, 1988, p. 185.

seu regimento redigido pelo Conselho de Portugal. O Conselho da Índia estava localizado em Lisboa, enquanto que o Conselho de Portugal despachava em Madri e, depois da transferência da corte, em Valladolid. O Conselho da Índia centralizou as atribuições do poder real no ultramar, tratando principalmente dos assuntos de governo e defesa, enquanto que as juntas desenvolveram as inovações político-econômicas do período.⁶⁶⁴ O Conselho da Índia, apesar de seu breve funcionamento, representou uma inovação fundamental de centralização das questões ultramarinas e de maior controle régio sobre as mesmas, essa experiência político-institucional deu as bases para a constituição do Conselho Ultramarino durante a dinastia dos Braganças.⁶⁶⁵

Francisco da Luz esclarece que as consultas do Conselho da Índia seguiam na sua maioria sem o visto do vice-rei, o que mostra uma transformação no circuito dos requerimentos.⁶⁶⁶ Além da comunicação direta entre o rei, as juntas e o Conselho, os requerimentos ultramarinos deviam seguir ao Conselho da Índia. Depois da apreciação pelo Conselho da Índia, as “consultas” eram enviadas para o Conselho de Portugal, em Valladolid. O rei e o valido, com o auxílio de ministros do Conselho de Estado, muitas vezes definiram as pautas e mesmo encaminharam as medidas a serem tomadas.

Os conselhos mais antigos continuaram despachando assuntos ultramarinos, independentemente da instalação do novo organismo. Diante das reclamações desse último, o rei, por meio de uma carta de 27 de dezembro de 1604, ampliou as prerrogativas do Conselho da Índia.⁶⁶⁷ O vice-rei, o bispo D. Pedro de Castilho,

664 A justificativa para a criação do novo conselho é a seguinte: “muitos inconvenientes que se seguiam ao bom governo do Estado da Índia por não haver um tribunal à parte onde pudessem ser tratados e despachados todos os negócios do Ultramar”. O caráter “jurisdicionalista” do novo conselho está assinalado nesse preâmbulo. Ver “Regimento de 25 de julho de 1604”. In: BA, 51-VIII-43, ff. 69-72. Segundo Francisco Mendes da Luz, o regimento foi redigido pelo Conselho de Portugal, em Valladolid, por Martim Afonso Mexia, então secretário de Estado. Luz ressalta as diferenças dos regimentos dos conselhos para as Índias de Castela e as de Portugal, e indica o alinhamento entre esse último e o Conselho de Portugal. LUZ, Francisco P. M. da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 102-103. A composição do Conselho era a seguinte: um presidente, dois conselheiros de capa e espada e dois letrados, dois secretários, dois porteiros e um número não determinado de escrivães. Um dos secretários dedicar-se-ia aos negócios do Brasil, Guiné e as ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, e o outro aos assuntos da Índia. As ilhas dos Açores, Madeira e as praças do Norte da África não faziam parte da jurisdição do novo Conselho.

665 Ver CAETANO, Marcello. *O conselho ultramarino*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcanti, 1969.

666 LUZ, Francisco P. M. da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 112.

667 “Por ela proíbe Filipe III aos restantes tribunais o intrometerem-se, conhecerem, ou despacharem assuntos que pelo conteúdo do Regimento pertençam ao da Índia. Manda que a este tribunal sejam imediatamente entregues todas as devassas e outros papéis de qualquer natureza que fossem e ‘no estado que estivessem’ desde que se refiram a questões ultramarinas. Ao chanceler-mor recomenda muito especialmente que pela chancelaria não passe negócio algum do Conselho e que o seu presidente possa

reclamou constantemente que os documentos referentes ao ultramar chegavam primeiro no Conselho. A criação do Conselho da Índia contradiz a estrutura argumentativa de Hespanha que procura opor o sistema de conselhos ao sistema de juntas. A forma de apropriação das jurisdições dos diferentes conselhos e sua concentração em um único órgão, que passa a centralizar quase a totalidade dos assuntos ultramarinos, representam a vontade de administração ativa e de interferência no ultramar português; prática semelhante à das juntas.⁶⁶⁸ Francisco da Luz destaca a rapidez com que foi formado e se iniciaram os despachos do novo conselho.

Os primeiros conselheiros nomeados foram Francisco Vaz Pinto⁶⁶⁹ e Sebastião Barbosa⁶⁷⁰. Para a presidência foi designado Fernão Teles de Meneses⁶⁷¹; falecido em 1605, foi substituído no ano seguinte por D. Francisco de Mascarenhas⁶⁷². Os dois outros conselheiros foram Pedro de Mendonça Furtado e D. Francisco de Almeida. D. Francisco de Almeida, o primeiro governador-geral de Angola, que foi preso pelos moradores com a conivência dos jesuítas que temiam o fim do sistema de *amos* e a vassalagem direta dos sobas ao rei.⁶⁷³ Uma pessoa estratégica que conheceu na pele as articulações dos agentes coloniais no Atlântico e a vinculação entre o tráfico de escravos africanos e a questão indígena no Brasil. Dentre os secretários, vemos uma rápida substituição de Estevão da Gama por João Brandão Soares, até a escolha de João da Costa; para completar o quadro do conselho, foi designado Antônio Velez. Em dezembro de 1608, o conselheiro Pedro de Mendonça Furtado foi substituído por João Furtado de Mendonça que, além da vasta experiência indiana, foi o segundo governador-geral de Angola, cargo que esteve a frente durante sete anos, a contar de

pedir à Casa da Índia todas as certidões que precisar, patentes, provisões, regimentos de cargos e ofícios, etc. // Só por intermédio do Conselho da Índia, daqui em diante, se dariam as respostas e despachos as partes e não por qualquer outro tribunal; os capitães e mestres ou pilotos de navios ficavam obrigados a ir procurar à sede do novo organismo as respectivas certidões. E, finalmente, Filipe III adverte ao vice-rei que zele pelo bom cumprimento de todas estas disposições porque ‘do contrário se há por mal servido’. LUZ, Francisco P. M. da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 113.

668 HESPANHA, António M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”, op. cit.

669 Era eclesiástico, agente da Corte em Roma e desembargador da Casa da Suplicação.

670 Futuro desembargador do Paço.

671 Havia sido governador da Índia, antes da União Ibérica, e, no momento, era regedor de justiça na Casa da Suplicação.

672 Conde de Santa Cruz, antigo vice-rei da Índia e governador de Portugal.

673 Sua nomeação data de 24 de novembro de 1604, diz o rei: “se encarregue a pessoa das partes e qualidades que requer à importância dos muitos e diversos negócios que nele se tratam, por notícia e experiência que dom Francisco de Almeida do meu conselho deles tem e das matérias de governo”. In: AGS, SP, l. 1491, f. 64v.

1595. Vaz Pinto, nomeado para o Desembargo do Paço, foi substituído por Simão Soares de Carvalho em janeiro de 1611. Outro experiente servidor nas Índias, João Correia de Sousa, substituiu D. Francisco de Almeida em setembro de 1612, em razão de sua aposentadoria. Destaca-se a presença de dois antigos governadores de Angola, que também se relacionam às mudanças na composição do Conselho de Portugal, no *asiento* de escravos, na política indigenista nas Índias de Castela e a de Portugal, reformas que se concentram entre os anos de 1608 e 1612.

Entre 1602 e 1605, a presença de ministros castelhanos foi crescente nos conselhos e juntas que tratavam do ultramar português, muitos com passagem pela *Casa de Contratação de Sevilha* e pelo *Conselho de Índias*. Em agosto de 1605 foi determinado que todos os secretários do Conselho da Índia fossem espanhóis, o que reforça a preocupação de coordenar as reformas do ultramar português com as experiências de governo das Índias Ocidentais e os interesses espanhóis.⁶⁷⁴

A nomeação e o despacho dos ofícios para o Atlântico português também foram discutidos ao mesmo tempo nos conselhos reais. Os candidatos indicados possuíam atuação no contexto da África atlântica e do Brasil. Muitos nomes foram indicados para ambos os lados do Atlântico e também foram feitos pedidos de mercê que revelam a complementaridade deste espaço político-econômico.⁶⁷⁵ O maior controle sobre os funcionários régios passou a ser sentido e os pedidos de residência e devassa eram feitos ao mesmo tempo para o Brasil e Angola.⁶⁷⁶ A centralização do poder permitiu maior agilidade nos processos e uma ação mais consistente por parte da Coroa.

A questão religiosa, no Brasil e na África Centro-Occidental, foi tratada simultaneamente sendo “obrigação própria minha [do Rei] como senhor daquelas

674 “Carta de Sua Majestade”. Valladolid, 13 de agosto de 1605. In: AGS, SP, l. 1492, f. 5.

675 Como Francisco de Carro, que depois de participar da conquista de Angola e prestar serviços no Brasil, era um dos candidatos para a capitania de Sergipe. 16 de novembro de 1605. In: AGS, SP, l. 1476, ff. 63-64v. Na nomeação para o governo do Estado do Brasil, em 21 de abril de 1606, figura na lista o *assentista* do contrato de Angola, D. Gonçalo Coutinho. In: idem, ff. 73-74v. Manoel de Sousa Coutinho, irmão de João Roiz (abreviatura para Rodrigues) Coutinho e Gonçalo, pedia do Rio de Janeiro o governo de Angola. 5 de junho de 1606. In: idem, ff. 102-102v.

676 Ver as devassas que Belchior de Amaral tirou de D. Diogo Botelho e D. Francisco de Sousa. 26 de julho de 1604. In: Biblioteca Nacional de Lisboa, Col. Pombalina 249, ff. 205-206v. E 16 de agosto de 1605. In: AGS, SP, l. 1491, ff. 225-225v. Para Angola ver “Treslado de uma carta de André Velho da Fonseca que foi ao Reino de Angola a diligências do serviço de sua majestade”. Luanda, 9 de dezembro de 1610. In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: Apointamentos sôbre a ocupação*, op. cit., p. 431-432. A Coroa chegou a enviar a residência do governador-geral de Angola, João Furtado de Mendonça, para D. Francisco de Sousa, no Brasil. Despacho de 21 de julho de 1605. In: AGS, SP, l. 1491, f. 208v.

conquistas e governador que sou da Ordem de Cristo a que elas pertencem”.⁶⁷⁷ A principal justificativa dos religiosos para se envolverem no governo temporal, tanto dos indígenas como dos africanos, era a insuficiência das esmolas e dos pagamentos reais para a sustentação das missões. Essa situação também fazia com que os religiosos pedissem a confirmação das isenções fiscais para a produção colonial e para a importação/exportação de escravos africanos. Mas a Coroa procurava romper com o vínculo entre produção e missionação, aumentando o valor dos pagamentos feitos aos eclesiásticos e tentando suspender as isenções fiscais.⁶⁷⁸ O mecanismo econômico foi utilizado para aumentar a dependência dos religiosos em relação à Coroa, afastando-os da produção colonial e procurando romper com sua autonomia político-econômica. A Coroa continuou favorecendo a criação de *aldeamentos* sob administração de outras ordens religiosas no Brasil, incentivou a missão jesuíta na Nova Espanha e Peru e uma missão franciscana em Angola, que, como os jesuítas, recebiam aldeamentos e soldos para sua manutenção. Incorporando a máxima do *divide et impera* no relacionamento entre a Coroa e as ordens religiosas. Os depoentes da folha de serviço de D. Diogo Botelho chamam atenção para o fato do governador “visitar” as religiões, o que indica uma interferência importante nos assuntos religiosos. E o regimento do governador de Angola, Manuel Pereira Forjaz, determinava uma *correição* na situação religiosa em Angola.⁶⁷⁹ A política missionária deveria favorecer o projeto colonial da Coroa, que estabelecia novas formas de controle para a mediação das relações com os indígenas e africanos.

A Coroa procurou fortalecer os centros político-administrativos. Mandou construir, no regimento do governador de Angola (1607), a casa dos governadores em Luanda, a câmara e a cadeia. E exigiu, a partir de 1603, que os governadores do Brasil estabelecessem residência permanente na Bahia.⁶⁸⁰

677 “Sobre a falta que há em Angola, Congo e outras partes de suficientes ministros para promulgação do santo evangelho”, 21 de julho de 1605. In: AGS, SP, l. 1491, ff. 211v-212.

678 No dia 13 de janeiro de 1609, o rei escreveu sobre os abusos cometidos pelos jesuítas no Brasil e em Angola e pedia a intervenção do Geral da Companhia. In: BA, 51-VII-15, ff. 325v.-326. Ver também a polêmica entre a Coroa e o representante da Companhia de Jesus. “Carta de S. M. para o Conde de Castro embaixador em Roma”, 1610. In: Biblioteca Nacional de Madri, Mss. 11.319 (30).

679 “Regimento do Governador de Angola”. Lisboa, 26 de março de 1607. In: MMA, 1, V, p. 264-279. “Serviços de D. Diogo Botelho”, 6 a 25/9/1603. In: RIHGB, 73, I, p. 107. “Inquirição do Senhor governador sobre a jurisdição real”, 5/11/1604. In: idem, p. 174.

680 “Serviços de D. Diogo Botelho”, 6 a 25/9/1603. In: RIHGB, p. 58-172. “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 264-279.

A nova divisão do Estado do Brasil nas repartições Norte e Sul⁶⁸¹ indicava uma diferenciação dos espaços coloniais, em consonância com a definição das fronteiras entre o Congo, Angola e Benguela.⁶⁸² As questões de defesa também se destacaram nos despachos do Conselho da Índia. A principal medida nesse aspecto foi a decisão de que a preparação das armadas corresse a custo da fazenda real e não dos contratadores.

Dentre as pautas urgentes do Brasil e de Angola destacavam-se o *asiento* de escravos, que estava suspenso pela morte de João Rodrigues Coutinho, e o encaminhamento da questão indígena, momento em que as notícias de escravização em Jaguaribe, com o envolvimento de diferentes autoridades coloniais, chegavam ao Conselho.⁶⁸³ O destaque da política ultramarina, no reinado de Felipe III, foi a articulação entre o tráfico de escravos africanos e a política indígena no Brasil e na América espanhola.

A política de coordenação entre o tráfico de escravos africanos e as leis indigenistas existiu desde a colonização das ilhas antilhanas. Teve outros marcos estabelecidos pelo pensamento teológico-jurídico da escola de Salamanca, pelas *Leis Novas* e a instituição do governo-geral no Brasil, pela política missionária dominicana e jesuíta, e pela reação dos colonos e funcionários régios. Observamos uma primeira articulação consciente da política régia na coordenação entre a conquista de Angola e a lei indigenista de 1570, ambas despachadas pela Mesa de Consciência e Ordens, e que tiveram impacto relevante no projeto das *Ordenanzas* de 1573.

Essa coordenação se intensificou no reinado de Felipe II – através das leis indigenistas, para o Brasil e as Índias, a instituição do governo-geral em Angola e a criação do *asiento* de escravos, medidas que compreendem, principalmente, o período que vai de 1587 a 1596. E teve um momento culminante com Felipe III – por meio da política indigenista para as Índias de Castela (1601-1609) e Brasil (1605-1611), dos regimentos de 1607 e 1611 para Angola, e dos *asientos* de 1601, 1604 e 1611. Os marcos de criação político-administrativa e de destacamento do poder régio coincidiram com os marcos de interferência nas relações de domínio sobre os nativos; na América,

681 Despacho de 17 de setembro de 1607. In: AGS, SP, l. 1466, ff. 298-310v.

682 “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 264-279.

683 No despacho de 30 de setembro de 1604, referente a uma consulta do Conselho da Índia, o rei manda retribuir os serviços do capitão de Pernambuco, Alexandre de Moura, sobre o aviso da presença de inimigos na costa brasileira e pela restituição feita por Pero Coelho. In: AGS, SP, l. 1491, ff. 24-24v. No dia 24 de novembro do mesmo ano, o rei pede consultas ao Conselho da Índia e à Mesa de Consciência sobre Gonçalo Vaz Coutinho.

por meio das leis indigenistas e, em Angola, pela tentativa de aumentar o controle sobre o tráfico e as relações de vassalagem.

Devemos indicar também, a correlação entre os marcos da política de *dominium* atlântico com as medidas e políticas em relação às populações judias e muçulmanas na península ibérica. Nas “guerras de Granada” e na expulsão dos judeus (1481-1492), durante o reinado dos reis católicos, nos conflitos de Granada no reinado de Felipe II (1567-1570), e, no reinado Felipe III, a decisão de uma “expulsão definitiva” dos muçulmanos, em 1609.

Por meio do Conselho da Índia, a Coroa interferiu na política indigenista, desagradando, particularmente, a Mesa de Consciência e Ordens e o Desembargo do Paço. Por meio das juntas de fazenda e da junta do tráfico de escravos interferiu no *asiento* de escravos, em detrimento do Conselho da Fazenda.

Além de denunciarem a ingerência em suas antigas atribuições, os conselheiros da Fazenda criticaram as medidas que favoreciam os comerciantes de Sevilha, que tinham o apoio de funcionários da Casa de Contratação e do *Conselho de Índias*. Não se podia, do ponto de vista do Conselho da Fazenda, forçar uma política econômica que contrariasse os interesses portugueses e a dinâmica de seu comércio ultramarino.⁶⁸⁴ O Conselho referia-se à proibição de cristãos-novos (1601)⁶⁸⁵ e de estrangeiros no trato (1608)⁶⁸⁶, e a obrigação dos negreiros seguirem para Sevilha onde, além de registradas as mercadorias a bordo, deveriam acompanhar as frotas anuais com destino às Índias Ocidentais.

684 “Do Conselho da Fazenda sobre matéria de Angola”. 24 de janeiro de 1613. In: AGS, l. 1472, ff. 32-34.

685 “Resposta do Contratador Duarte Dias à modificação que lhe foi feita, acerca de querer ou não continuar com o contrato de Angola, em virtude da revogação da lei em vigor desde 1601”. In: Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, cx. 1, doc. 9 A. Segundo os comerciantes espanhóis, “los traficantes portugueses de esclavos eran no sólo contrabandistas que despojaban a España de su plata; eran además herejes judíos que practicaban en secreto su fe bajo una fachada de ortodoxia católica y que inundaban América de negros adoctrinados en sus propias falsas creencias. Tales creencias, adornadas con supersticiones africanas, se extendían a su vez entre los indios. Los mercaderes sevillanos dudaban que la mano de obra africana compensara el contrabando y el socavamiento de la obra de la Iglesia entre los indios, pero no llegaron a solicitar la abolición del tráfico de esclavos”. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 59. Está claro, nesse caso, que o discurso moral-religioso serve aos interesses econômicos dos comerciantes de Sevilha.

686 “Avenças dos escravos de Angola. Madri, 9 de dezembro de 1608. In: MMA, 1, V, p. 487-489. Ver também “Do Conselho da Fazenda sobre matéria de Angola”, 24/1/1613. In: AGS, SP, l. 1472, ff. 32-34. Frederick Bowser destaca que a proibição de portugueses no tráfico nunca foi verdadeiramente aplicada. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 59.

As novas condições estabelecidas para os *asientos* de escravos visavam à exclusão dos portugueses do comércio. Além da intervenção no *asiento* de Gonçalo Vaz Coutinho, entre 1603 e 1606, e 1608 e 1611, a Coroa assumiu o *asiento* em 1607, mesmo ano em que planejava apropriar-se dos contratos de Angola e São Tomé⁶⁸⁷, em mãos de Duarte Henriques e Jorge Rodrigues da Costa. Entre 1611 e 1615, “o poder régio e as autoridades espanholas pretendem escorraçar os portugueses do lucrativo trato”.⁶⁸⁸ A apropriação, por parte da Coroa, do tráfico de escravos africanos pretendia romper com a mediação dos agentes ultramarinos que estabeleciam sistemas de domínio senhorial e das associações entre comerciantes estrangeiros (inclusive portugueses) com os agentes ultramarinos ou com as autoridades nativas.⁶⁸⁹

Os planos da Coroa traduziam-se por meio das seguintes instruções para o governador Manuel Pereira Forjaz: fim da conquista de Angola; substituição do sistema de *amos* (fundamentado no domínio senhorial dos conquistadores e dos jesuítas sobre os *sobas*) pelo sistema de vassalagem (subordinação direta à Coroa por meio do governo-geral, com o pagamento de impostos em escravos); fortalecimento das alianças com os reis africanos e sua subordinação por meio do sistema de embaixadas; e que os reis africanos, os *sobas* vassalos e o governo-geral garantissem o domínio de Angola contra os inimigos internos e externos. O novo regimento do ouvidor-geral de Angola também fortalecia as instituições régias na mediação dessas relações.⁶⁹⁰

As consultas sobre a questão indígena no Brasil, feitas diretamente pelo rei ao Conselho da Índia, começaram antes mesmo da nomeação de todos os conselheiros, cerca de vinte dias depois da publicação do regimento na chancelaria. No início de 1606, um alvará esclarece as dúvidas sobre as atribuições da Mesa de Consciência e do Conselho da Índia, e reafirma as competências do novo organismo em relação à nomeação dos bispos e às matérias de governo e de Estado, das quais se destacava a

687 Documento sem título, de 4 de setembro de 1607. In: AGS, SP, l. 1496, f. 169.

688 GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, op. cit., p. 179.

689 O mesmo mecanismo foi utilizado em relação a outras mercadorias coloniais. Ver o “Regimento do pau-brasil” que procurava garantir a exclusividade da Coroa frente ao contrabando e sua vinculação com os interesses de comerciantes estrangeiros. E o contrato feito com um grupo de comerciantes de Biscaia, em 1602, para o monopólio da caça de baleia na Bahia. Atividade e comércio que tiveram um grande incremento durante o período filipino. Ver SCHWARTZ, Stuart B. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”, op. cit., p. 38.

690 “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 264-279. Ver também “Apontamentos do Embaixador do Rei do Congo”. Madri, 31 de março de 1607. In: idem, p. 280-293. E o novo “Regimento do ouvidor-geral de Angola”, 25 de fevereiro de 1609. In: idem, p. 504-509.

questão indígena.⁶⁹¹ O regimento da Mesa de Consciência, de 1608, reiterou essa distinção, o que reforça a coordenação das medidas que vão das mudanças na composição e na jurisdição dos conselhos e juntas às leis indigenistas e ao *asiento* de escravos, medidas concentradas entre 1608 e 1612.

No caso do Brasil, cabia ao governador D. Diogo de Meneses e Siqueira: proibir a escravidão indígena e garantir sua liberdade com o auxílio da Relação do Brasil.⁶⁹² A decisão de instalar um tribunal no Brasil foi resolvida rapidamente no novo conselho, principalmente se compararmos à protelação do Desembargo do Paço sobre o assunto.⁶⁹³

Enquanto essas medidas radicais eram despachadas para o Atlântico português, nas Índias de Castela a Coroa já reformulava a “Real Instrução” de 1601, reafirmando a diferenciação de suas políticas de acordo com as realidades coloniais.

A política, cada vez mais coordenada e complementar de domínio sobre os indígenas, africanos e homens pobres, se transformou em um dos fundamentos essenciais da política colonial europeia no Atlântico, que perdurou no reinado de Felipe IV e durante a dinastia bragantina, em que teve um novo marco com a política pombalina. Assim, o período da dinastia Habsburgo, particularmente o reinado de Felipe III, se revela como um dos momentos mais importantes para a constituição da monarquia ibérica e de sua política imperial atlântica.⁶⁹⁴

Passemos a análise dos processos de reconfiguração dessa política régia nos espaços ultramarinos, mostrando algumas especificidades locais, suas articulações regionais e atlânticas, e com os poderes em Valladolid e Lisboa. Manuel Pereira Forjaz, D. Diogo de Meneses e Siqueira, D. Francisco de Sousa e o marquês de Montesclaros foram os depositários desta nova política.

691 “Alvará sobre a competência dos tribunais”. Valladolid, 2 de janeiro de 1606. In: MMA, 1, V, p. 164.

692 “Carta Régia a Diogo Botelho, governador do estado do Brasil”, 22/9/1605. In: RIHGB, 73, I, p. 9. “Alvará, Gentios da terra são livres”, 30 de julho de 1609. In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 226-229. Sobre a Relação do Brasil, ver SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, op. cit., p. 108-109.

693 A instalação do tribunal se justificava “por razão do descobrimento e conquistas de novas terras, e aumento do comércio, com que se tem dilatado muito aquele Estado assim em número de vassalos, como em grande quantidade de fazendas” Apud LUZ, Francisco P. M. da. *O Conselho da Índia*, op. cit., p. 118.

694 Referindo-se ao caso angolano, particularmente ao governo de Fernão de Sousa (durante o reinado de Felipe IV), Beatrix Heintze mostra a relevância do período Habsburgo na definição de uma política colonial para Angola – definida pela produção abundante de informações políticas, econômicas e sociais feita por esse governador que deram subsídios para uma sujeição mais consistente do Ndongo. HEINTZE, Beatrix. “As fontes escritas e a história de África”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 79.

4.4. O *dominium* sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico

A carta do vice-rei de Portugal a Felipe III, de 18 de março de 1607, faz referência a uma entrevista direta entre o futuro governador de Angola e o rei, fato que revelava a preocupação em cumprir as ordenações régias em relação ao domínio sobre os *sobas* e a importância do tráfico de escravos.⁶⁹⁵

O governador Manuel Pereira Forjaz partiu para Angola com um novo regimento e com um aumento de ordenado.⁶⁹⁶ A ordem de partida também se dirigia ao novo governador do Brasil, D. Diogo de Meneses.⁶⁹⁷ A chegada de Manuel Pereira Forjaz foi seguida da prisão de Manuel Cerveira e seu envio para o reino. O novo regimento mandava cessar temporariamente o processo de conquista iniciado por Paulo Dias de Novais:

*“houve por bem de mandar cessar por ora a dita Conquista e que daqui por diante não corra na forma que até agora correu. (...) antes trateis de governar o dito Reino em paz e justiça, defendendo o dos inimigos assim naturais como de fora, que tentarem infestá-lo, conservando o comércio, e resgate antigo da terra em bem e aumento de minha fazenda e proveito de meus vassalos.”*⁶⁹⁸

O regimento marcava uma ruptura com o processo que se prolongava desde o tempo do donatário Paulo Dias de Novais. A conquista era caracterizada como dispendiosa, associada à atividade mineradora e marcada pela instabilidade política. Devia ser substituída pelo comércio de escravos e pelo governo, que garantiriam o domínio ibérico contra as ameaças internas e externas. Essa cláusula utiliza uma tópica que se mostra paradoxal para a realidade angolana. A tópica é a de fim da conquista e estabelecimento de um governo que restaure a paz e administre a justiça, conservando o comércio antigo e suspendendo a busca por metais. Ora o “resgate antigo” de Angola

695 “Dom Manuel Pereira, a que V. Majestade tem feito mercê do governo de Angola, era partido para Valladolid quando eu o mandei chamar e lá poderá V. Majestade ordenar que ele se lhe declare”. “Carta do Bispo Vice-Rei a El-Rei”, 18 de março de 1606. In: MMA, 1, V, p. 171.

696 “Sobre o acrescentamento do ordenado de D. Manuel Pereira, Governador de Angola”, 30 de abril de 1606. In: BA, 51-VII-15, ff. 87 e 123. “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 264-279.

697 “Sobre o embarque de D. Manuel Pereira, Governador de Angola”, 31 de julho de 1606. In: BA, 51-VII-15, f. 94.

698 “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 264.

era o tráfico de escravos e sua obtenção dependia da instabilidade político-social e da guerra.

Uma parte da historiografia entende que o comércio com os europeus favoreceu a centralização do poder e a formação de estados na África. Esse argumento é muito comum para o reino do Congo e também aparece para Angola: “A preponderância do comércio de sal e de metais e o estabelecimento de relações comerciais directas com os portugueses terão conduzido inicialmente a um controle mais intenso e, consequentemente, a uma união mais estável na região de Ilamba-Quissama”.⁶⁹⁹ Assim, num primeiro momento, as relações comerciais com os portugueses favorecem o controle econômico e social que permite aos reis do Congo e ao *Ngola* estender sua área de influência. Em seguida, a atuação, muitas vezes desordenada de diferentes agentes europeus, principalmente comerciantes e soldados, acaba por desestabilizar o controle régio sobre o comércio e, consequentemente, faz emergir novas forças político-militares nativas que ameaçam o poder dos reis. Essa realidade se mostra particularmente evidente no caso do comércio de escravos, que dependia em grande parte das guerras intestinas. Se observarmos o deslocamento português e seu envolvimento em guerras na África, ao longo do século XVI e primeiro quarto do século XVII, constataremos o impacto desestabilizador dessa presença.

O regimento reafirmava a preocupação com a expansão do catolicismo e estabelecia uma *correição* na questão religiosa, determinando que o governador instituísse a ordem contra os abusos, extorsões e moléstias praticadas em nome da fé. O documento indica que o batismo era concedido em troca de presentes e que os gastos feitos para a missão evangelizadora haviam sido desviados por interesses terrenos. A Coroa continuava sua política que favorecia a entrada de outras ordens religiosas – como na missão franciscana de 1606⁷⁰⁰ – e tentava suspender suas isenções econômicas nas colônias.⁷⁰¹ Procurava garantir o financiamento das missões exigindo, em contrapartida, o não envolvimento com os negócios ultramarinos – “desejando que os ditos Religiosos se empreguem somente nos efeitos do serviço de nosso Senhor para

699 HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 231.

700 Ver “Auto de doação aos terceiros franciscanos”, 21 de abril de 1606. In: MMA, 1, V, p. 176-180.

701 “Carta de S. M. para o Conde de Castro embaixador em Roma”, 1610, in: Biblioteca Nacional de Madri, Mss. 11.319(30).

que assistem naquela Conquista, sem que por falta do necessário lhes seja forçado usar de meios fora de seu hábito.”⁷⁰² Estas medidas afetavam particularmente os jesuítas.

O rei pedia uma informação detalhada da situação militar, dos *sobas* vassalos e da relação com o rei de Angola. Exigia o alistamento, a formação de companhias, exercícios militares e o pagamento de soldo para todos que participassem da defesa da terra e das guerras, expressando a vontade de profissionalizar a força militar colonial.

*“e ao bem e quietação da terra, merecendo ser tratados com todo o favor e liberdade como pessoas a que se devia virem se fazer meus vassalos de sua própria vontade, mandei passar uma minha provisão para que não possam ser dados pelos Governadores e Capitães dessa Conquista, nem entregues por vassalos criados, ou tributários a nenhuma pessoa. // E mando que se revoguem semelhantes Doações que estiverem feitas por Paulo Dias, Luis Serrão, e quaisquer outros Governadores, a qual fareis cumprir inteiramente como nela se contém, e a mandareis publicar; somente ficarão os ditos Sobas sujeitos a mim, e a minha fazenda pagarão os tributos que costumam pagar. (...) ordeneis como o meu feitor recolha para minha fazenda estes tributos, e se carreguem sobre ele em Receita pelo escrivão.”*⁷⁰³

Esse item, definido desde a malograda instituição do governo-geral por D. Francisco de Almeida, diferencia claramente duas formas de domínio sobre os chefados e marca a intenção régia de passar do primeiro sistema a outro. A instituição do governo-geral pretende romper com o sistema de amos, retirando os *sobas* dos moradores e subordinando-os diretamente à Coroa e seus funcionários, a vassalagem possui um sentido político e econômico que reafirma a autoridade régia em detrimento dos poderes senhoriais dos conquistadores. Em Angola essa política já existia desde 1592, mas nas Américas ela era mais antiga, remontava, pelo menos, às *Leis Novas* e ao Governo-geral.

Por esse novo sistema, os chefes nativos deveriam reconhecer a soberania do rei e lhe pagar tributos – principalmente em escravos – para o bem de sua fazenda e bem comum, ao contrário dos benefícios privados dos antigos amos. Para isso, a Coroa se sobrepõe aos discursos que buscavam harmonizar o domínio doméstico dos jesuítas e

702 “Alvará aos Padres Jesuítas em Angola”. Lisboa, 14 de janeiro de 1615. In: MMA, 1, VI, p. 187.

703 “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 268-269. Note-se a semelhança dessa passagem com as *Leis Novas*: “Otrossi hordenamos y mandamos que de aquí adelante ningun visorrey gouernador abdiencia descubridor ni otra persona alguna no pueda encomendar yndios por nueva prouission ni por rrenunciacion ni donacion venta ni otra qualquiera forma modo ni por vacacion ni herencia sino que muriendo la persona que touiere los dichos yndios sean puestos en nuestra rreal corona.” “*Leis Novas*”. In: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Alicante, s.d. Disponível em: <URL: http://www.cervantesvirtual.com/historia/CarlosV/9_15.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2008.

colonos sobre os *sobas* e indígenas e o domínio de jurisdição do rei, como o do padre Fernão Guerreiro e o do capitão Manuel Mascarenhas Homem. A autoridade régia e sua vontade política se impunham sobre os direitos costumeiros, nativo e colonial. A mesma preocupação pode ser observada nas leis indigenistas na América. No caso dos *sobas*, o vínculo de vassalagem se fundamentava no apoio militar contra os inimigos tradicionais, no comércio e no conhecimento da fé católica.

Como tribunal de apelação o rei indicava o Conselho da Índia. O regimento condenava também a guerra movida por Baltasar Lopes (nomeado embaixador do *Ngola* por Manuel Cerveira) contra o Axilla Ambanha, cunhado do *Ngola*, exigindo a prisão do embaixador e o estabelecimento das pazes. Felipe III voltava a reconhecer a autoridade do *Ngola* e pretendia restabelecer a política de embaixadas na região, o objetivo era romper com a mediação política dos conquistadores e dos jesuítas. O mesmo procedimento deveria ser utilizado em relação aos *sobas*, que deveriam se tornar vassalos por meios “brandos, suaves e sem rigor”. Caso concedessem a licença de pregarem a fé católica em suas terras, os tributos poderiam ser suspensos.

A política de embaixadas procurava atender as reclamações do rei do Congo. O regimento exigia a saída de grande parte dos portugueses daquele reino e proibia, sob pena de morte e confisco dos bens, que os moradores de Angola se intrometessem naqueles negócios. O rei desejava definir documentalmente as fronteiras com o Reino do Congo, obter maiores informações sobre o Reino de Benguela e estabelecer relações de amizade com ele. O Conselho da Índia mostrou preocupação com a presença crescente dos holandeses no Congo. Manuel Pereira deveria ficar atento aos possíveis vínculos entre os *hereges*, o rei do Congo e os portugueses residentes.⁷⁰⁴ Para reforçar sua aliança com aquele reino e sua defesa militar, Felipe III concedia três hábitos das Ordens Militares e mandava construir um forte no porto de Pinda.⁷⁰⁵

O rei do Congo, da sua parte, pedia missionários carmelitas e dominicanos e, como capitão dos portugueses, D. Jerônimo de Almeida.⁷⁰⁶ O pedido parece contraditório: por um lado, o rei do Congo se opunha a aliança entre os jesuítas e os governadores de Angola, por outro, convocava o governador que fundamentou esta aliança, em detrimento de seus interesses e da Coroa ibérica. Na lógica da política de

704 “Construção do forte de Pinda”. Madri, 10 de março de 1609. In: MMA, 1, V, p. 518-520.

705 “Carta Régia ao vice-rei de Portugal”. Madri, 10 de março de 1609. In: MMA, 1, V, p. 511.

706 “Memorial do embaixador do Rei do Congo”. Madri, 21 de março de 1607. In: MMA, 1, V, p. 262-263.

embaixadas o rei do Congo se qualificava como “Rei Católico, irmão de Sua Majestade” e se dirigia diretamente ao Duque de Lerma, revelando conhecimento da situação política na península ibérica. A Coroa se opôs ao envio de D. Jerônimo de Almeida como capitão da gente portuguesa do Congo e ao seu pedido de comenda e auxílio para uma expedição a China.

*“o alevantar-se Dom Jerônimo em Angola com o governo dela e privar dele a seu irmão Dom Francisco, foi coisa pública e notória. // E sendo tal, ainda que pelas negociações que ele fez se livrasse em juízo, convém em razão de governo, que haja alguma demonstração de governo. E esta me parece que poderia ser não lhe mandar V. Majestade deferir a esta sua petição no que toca à Comenda e viagem da China, porque pois o tempo que esteve em Angola foi com escândalo e contra o serviço de V. Majestade.”*⁷⁰⁷

O trecho diferenciava a esfera jurídica, sujeita a negociação, da de governo. Para o bem desta última era importante que o *alevuntamento* de D. Jerônimo contra as ordenações régias, cometido havia mais de dez anos, tivesse consequências.⁷⁰⁸ Era sintomático que essa preocupação fosse enfatizada nesse momento da política régia no Atlântico.

O estabelecimento de uma comunicação por terra com o reino de Monomotapa foi ordenado a D. Manuel Pereira.⁷⁰⁹ D. João Pereira Forjaz, vice-rei da Índia, recebeu um regimento para estabelecer a comunicação no sentido inverso.⁷¹⁰ Manuel Pereira encarregou Baltasar Rebelo de Aragão desta empresa. O rei procurava combater o contrabando com o rio da Prata e definir a separação entre as conquistas portuguesas das espanholas.⁷¹¹ A conexão Luanda-Potosí, que tinha a intermediação de agentes no Rio de Janeiro, São Vicente e Buenos Aires, fortaleciam as trocas regionais e a autonomia destes poderes, em prejuízo da Coroa.

Sobre não terem sido descobertas minas de prata em Cambambe, o regimento indicava outras regiões como Cabaça (onde residia o *Ngola*), Cambillo, Angoa Cabãgua

707 “Consulta sobre D. Jerônimo de Almeida”, 1/9/1607. In: MMA, 1, V, p. 343.

708 As últimas notícias que temos de D. Jerônimo de Almeida indicam sua estadia no Brasil. “Sobre o que escreveu André de Albuquerque, Capitão da Paraíba no Estado do Brasil acerca de Jerônimo de Almeida que ali foi ter de Angola”, 22 de julho de 1608. In: BA, 51-VII-15, ff. 205-205v.

709 “Carta do Bispo Vice-Rei a El-Rei”. Lisboa, 13 de janeiro de 1607. In: MMA, 1, V, p. 246-247.

710 “Regimento que S. M. manda dar ao Vice-Rei da Índia, D. João Forjaz Pereira sobre as minas de Monomotapa, as fortalezas de Sofala, Sena e Tete, e outras coisas de Moçambique”. Lisboa, 21 de março de 1608. In: BA, 51-VII-11, ff. 49-52; 67-71v.

711 E “Lei que sua M.e mandou passar sobre os contratadores, assentistas, e rendr.os cumprirem pontualmente com o q forem obrigados por seus contratos”, 1/1606. In: ATT, Livro 2 de Leis, ff. 120 e 120v.

e Andalla Moquilla. “Onde se não poderá ir por ora fazer experiência com gente de guerra”, o que exigia outro meios para obter informações sobre as riquezas minerais (cobre, ferro, aço, chumbo e breu). Beatrix Heintze observa que essa cláusula foi repetida nos regimentos até 1676. Além do interesse constante da Coroa em encontrar minas, particularmente as de prata, deve-se destacar uma importante tópica do discurso colonial denunciada por João Banha de Sá

*“Vossa Senhoria tinha razão em dizer que os mineiros que até agora tinham vindo mais vinham por negros que por prata (...). A mim me parecia que estes senhores que dão alvitres a Vossa Senhoria os devia de mandar a que dêem o que prometem e quando o não façam castigá-los como merecem. (...) porque como há trinta e seis anos que sirvo a Sua Majestade nesta conquista e em todos eles nunca dela fiz ausência nem usei de embustes para furtar o alheio nem roubar sobas”.*⁷¹²

Trata-se de seduzir a Coroa com promessas de minas para encobrir os interesses privados escravistas. Essa tópica foi utilizada pelos moradores em diferentes partes do Atlântico, e como sugere Banha de Sá implicava na alienação dos bens e direitos dos *sobas* e do rei.⁷¹³

Sobre as minas de sal, o regimento indicava o mesmo problema militar: “ainda que hoje não haverá a quantidade de gente de guerra que será necessária”. A Coroa ibérica não tinha uma força militar disponível para sujeitar o interior de Angola, mesmo assim, o governador não deveria desperdiçar as chances de dominar as minas de sal e sujeitar aquele Reino. Esta situação estava na base da diferenciação da política em relação aos indígenas e africanos. Na África Central não havia possibilidade de sujeição e de imposição de um modelo de domínio europeu, o que exigia o aperfeiçoamento da política de alianças com os poderes nativos. Além disso, o principal produto eram os escravos e sua forma de aquisição era, muitas vezes, indireta. Nas Américas havia pretensão de domínio territorial e implantação de um sistema político europeu, e a exploração econômica estava baseada na agricultura e na mineração.

O regimento também instituiu o cargo de ouvidor-geral, o que revela a preocupação com a justiça, que sempre esteve atrelada à instituição do governo-geral e a vontade de mediar as relações entre os agentes coloniais e a população nativa. O rei

712 Apud HEINTZE, Beatrix. “Problemas de interpretação de fontes escritas”. In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 104-105.

713 Ainda hoje as promessas de descoberta de metais justificam a revisão dos direitos das populações tradicionais sobre suas terras, trata-se, portanto, de uma tópica vigente e utilizada nas negociações entre o governo e interesses empresariais.

buscava fazer de Luanda o centro do governo – Manuel Pereira devia garantir a construção das instituições que representassem a ordenação do espaço colonial. Os custos deveriam estar a cargo dos moradores, a Coroa só se comprometia a financiar o término da casa do governador. O regimento indicava até a preocupação com o abastecimento de água da cidade e com o fim da concentração dos terrenos no espaço urbano.

Angola deveria concentrar o negócio negreiro. O rei estimulava a produção agrícola, particularmente do algodão e da cana-de-açúcar (ao longo dos rios Bengo e Cuanza). Além de utilizar o Brasil como exemplo, o rei concedia os mesmos privilégios e favores para a construção de engenhos. As pretensões produtivas da Coroa em Angola eram estratégicas e deveriam garantir a ocupação e povoamento dessas terras, mas tendo como principal objetivo o tráfico de escravos. O incremento da economia angolana era outro problema: houve um aumento na circulação de dinheiro e os escravos deixaram de ser o principal meio de troca: “vos encomendo que deis ordem que isto não aconteça e procureis que os procedidos das fazendas venham em escravos e não em reais.”⁷¹⁴ O regimento determinava também que não se enchessem os barcos com escravos para diminuir a mortandade na travessia.

O regimento proibía a presença de homens brancos nas feiras⁷¹⁵, “ainda que seja com protestos de guardar justiça e meter ordem.”⁷¹⁶ A Coroa procurava romper com os atravessadores que aumentavam o preço das *peças* e controlavam sua oferta, muitas vezes desorganizando as feiras nativas. A regulação das feiras era parte essencial dessas prerrogativas econômicas do rei, é quando a intervenção régia define as regras das trocas entre seus súditos. Essa cláusula também estava presente nas leis indigenistas e regimentos do Brasil. O controle sobre as feiras era o último estágio do controle régio sobre o tráfico de escravos. Os tais “homens brancos” eram os *tangomaus* e *pumbeiros*, que às vezes agiam por conta própria, mas normalmente trabalhavam para um agente

714 “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 274.

715 Em 1583, existiam dois tipos de mercados: os locais, em cada um dos sobados, e os supra-regionais. O mais importante era o da capital Cabaça. O principal artigo era o sal, vindo, sobretudo, de Quissama, os outros eram o óleo de palma, tacula, peles de hipopótamo, *nzimbos*, além de aves e produtos alimentares. No comércio transatlântico destacavam-se os escravos, o marfim, a madeira kikongo (sândalo) e a malagueta, pagos com tecidos europeus e indianos, vinho da Madeira e missangas, entre outros. HEINTZE, Beatrix. “O Estado do Ndongo no século XVI”. op. cit., p. 200-201.

716 “Regimento do Governador de Angola”, 26/3/1607. In: MMA, 1, V, p. 274.

comercial português ou, como vimos acima na devassa de Manuel Cerveira, para as autoridades coloniais.⁷¹⁷

Beatrix Heintze observa que essa cláusula foi reproduzida em todos os regimentos do século XVII e diz que é a única cláusula a tratar do comércio de escravos (excetuando uma passagem da cláusula 5).⁷¹⁸ Essa afirmativa pode ser revista se pensarmos nas cláusulas que tratam indiretamente desse comércio e que permitem entender que tipo de controle a Coroa procurava ter sobre ele. Como vimos acima, a busca pelo ordenamento dos diferentes aspectos das sociedades coloniais e nativas – religioso, militar, político e econômico – visava o controle sobre o tráfico de escravos. A vassalagem do *Ngola* e dos *sobas* ao rei e sua tributação – em detrimento das autoridades coloniais e dos moradores –, o controle dos religiosos e da mediação – comercial e simbólica – que estabeleciam com as autoridades nativas, o controle da guerra, e o controle dos produtos essenciais do comércio local – *nzimbo*, sal etc. – visavam o controle do principal comércio de Angola, o de escravos. Portanto, quase todas as cláusulas do regimento tratam do comércio de escravos, o que reforça o lugar político da escravidão.

Não é de surpreender-se, ao contrário do que manifesta Beatrix Heintze⁷¹⁹, que as fontes não tratem das queixas sobre o sofrimento dos escravos ou sobre as más condições em que era feito esse comércio. O comércio de escravos era lícito como qualquer outro e a preocupação da Coroa era garantir essa legitimidade e sua preeminência sobre ele. As más condições, portanto, podiam questionar essa legitimidade e poder.

Se agruparmos as medidas da Coroa presentes no regimento e nos documentos contemporâneos, veremos que elas atuam em quatro áreas fundamentais da colonização: a religiosa, a militar, a político-jurídica e a político-econômica. Nestes níveis da política colonial a Coroa pretende romper com a mediação dos outros agentes ultramarinos (conquistadores, comerciantes, estrangeiros, cristão-novos e jesuítas) e estabelecer uma mediação direta com a organização política nativa por meio do governo-geral. A ruptura com estas diferentes mediações e a sobreposição da Coroa como agente político único

717 ZERON, Carlos A. de M. R. "Pombeiros e tangomaus", op. cit.

718 HEINTZE, Beatrix. "Problemas de interpretação de fontes escritas", In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*, op. cit., p. 111.

719 Ibidem, p. 112.

representava a passagem das relações de domínio para as de soberania, das relações de poder privado ou patrimonial para as de poder político e público.

Assim, a questão religiosa, principal justificativa da presença colonial, deveria estar subordinada ao governo temporal, e cabia ao governador combater os abusos praticados pelos religiosos. A propagação da fé católica também era um instrumento fundamental para o estabelecimento das relações de embaixada e vassalagem com as autoridades nativas.

O regimento enfatizava a questão militar, e se observa o esforço de acabar com a guerra privada para organização de uma força militar profissional capaz de defender as terras dos inimigos internos e externos. Desta forma, delineava-se o princípio de monopólio da força. O sistema de embaixadas privilegiava o apoio militar em relação à arrecadação tributária. A impossibilidade de sujeitar militarmente aquele território exigia a aliança com os poderes nativos. A guerra nativa deveria ser instrumentalizada de acordo com os interesses coloniais da Coroa. Além disso, a apropriação dos recursos naturais (mineração e tráfico de escravos) dependia deste equacionamento da organização de uma força militar e das alianças estabelecidas com os chefes nativos.

Do ponto de vista político-jurídico, a Coroa pretendia centralizar as questões de justiça a partir da ação do ouvidor-geral, estabelecendo o monopólio do direito, outro princípio caro da soberania. Em relação à política-econômica, a Coroa exigia o fim do domínio senhorial dos conquistadores e jesuítas sobre as diferentes instâncias do poder nativo (*sobas* e reis do Congo e de Angola) por meio dos sistemas de embaixadas e de vassalagem. Procurava romper também com os diferentes intermediários econômicos: representados pelos homens brancos nas feiras, pelos cristãos-novos e estrangeiros nos grandes contratos comerciais e pela ação direta dos moradores sobre as riquezas naturais de Angola. A Coroa procurava estabelecer o *exclusivo comercial*. Finalmente, a organização de um sistema produtivo, mesmo que complementar ao comércio, que buscava dar mais estabilidade ao povoamento e ocupação do território.

Desta forma, o regimento e os documentos contemporâneos despachados para o governo de Manuel Pereira pretendiam romper com todos os mecanismos de domínio estabelecidos pelos jesuítas, conquistadores, cristãos-novos e estrangeiros em relação aos nativos. Passando do domínio a soberania.

Eis as pretensões da Coroa – que foram reeditadas no regimento de 1611, mas novamente as contingências coloniais e a ação dos agentes ultramarinos desvirtuaram a

política imperial.⁷²⁰ Os pagamentos feitos aos religiosos se mostraram insuficientes para garantir a sustentação das missões, e estes continuaram atuando na política e economia locais e em suas conexões Atlânticas.

*“A ordinária de sua Majestade para cada um dos nossos era tão pequena, e em tanta desproporção insuficiente, que os obrigava a valer-se de alguma indústria de trato que naquelas partes se não estranha tanto, ainda em Eclesiásticos, muito menos justificando-se com a necessidade que os constringia.”*⁷²¹

Essa postura, que utilizava a tópica da necessidade para justificar o envolvimento econômico dos jesuítas no ultramar, estava de acordo com a postura “pragmática” do padre Manuel da Nóbrega, que diferenciava o projeto político de colonização da Companhia das ações dos colonizadores e da Coroa, e reconhecia a importância da independência econômica para a realização desse projeto político.

Em relação à questão militar era impossível para a Coroa constituir um exército colonial. Quando o regimento declarava que a conquista estava temporariamente suspensa indicava que ela seria retomada e a exploração econômica (principalmente do tráfico de escravos) exigia a instabilidade e a guerra privada. Esta, por sua vez, desorganizava o estabelecimento de sistemas produtivos em Angola. Os agentes da guerra e, portanto, da economia, eram os conquistadores, que se associavam aos poderes nativos. Somente eles conheciam a lógica da guerra nativa e colonial. Ao saber das notícias de rebelião do *soba* de Cambambe a Coroa determinou a guerra justa contra ele.⁷²² A guerra privada desestruturava os sistemas políticos fundamentados na vassalagem e na embaixada. E a instabilidade interna daquelas sociedades era condição *sine qua non* do processo de colonização fundamentado no tráfico de escravos.

A ideia de justiça ibérica, representada pelo ouvidor-geral e pelo governador, também era insuficiente para intermediar os conceitos e práticas da justiça nativa com os interesses coloniais. Aqui também era necessária a intermediação dos capitães de

720 O Regimento de Manuel Pereira Forjaz se tornará um modelo para os futuros governos de Angola. Ver “Regimento do Governador de Angola”. Lisboa, 22 de setembro de 1611. In: MMA, 1, VI, p. 21-40.

721 “Missões de Cabo Verde e Angola”, 13 de novembro de 1610. In: MMA, 1, V, p. 638. O procurador da Companhia de Jesus, Antônio Colaço, intercedia desde 1605 pela continuidade das isenções concedidas aos jesuítas para a construção de engenhos de açúcar no Brasil. “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho”, 12 de fevereiro de 1605. In: BA, 51-VIII-6, f. 55v. E “Petição de Antônio Colaço”. Lisboa, 9 de agosto de 1607. In: BA, 51-VIII-18, f. 230v.

722 “Carta Régia ao Conselho da Índia”, 16 de junho de 1609. In: MMA, 1, V, p. 541-543.

presídios e colonos familiarizados com o direito nativo. As realidades nativas exigiam a reconfiguração dos dispositivos de domínio.⁷²³

Sobre a vassalagem e tributação dos *sobas* o governador ampliou e consolidou este sistema, mas foi acusado de se beneficiar pessoalmente deste processo. Como no caso de D. Diogo Botelho e dos colonos do Brasil, observamos a apropriação dos interesses régios e do discurso de vassalagem em relação aos nativos. Não significava que os *sobas* estivessem diretamente subordinados à Coroa, ou que o sistema de *amos* estivesse extinto, os colonos e jesuítas mantinham o controle dos *sobas*, para o benefício privado, mas agora, chamavam-nos de vassalos do rei. Num primeiro momento, os moradores e jesuítas, articulados com os jesuítas do Brasil, rejeitam esse marco central na definição da supremacia régia, prendem o governador e revogam a lei. Nos anos seguintes, até pelo menos 1620, a Coroa insiste nesse aspecto, reforçando o poder dos governadores, mas define-se um sistema misto de domínio senhorial e domínio político. Apesar de essa passagem continuar incompleta, os avanços da Coroa, tanto do ponto de vista do reconhecimento de sua autoridade política sobre os chefes nativos como pela capacidade de aumentar a arrecadação de impostos, se torna evidente. A grande ampliação do tráfico de africanos e dos tributos pagos pelos *sobas*, os relatórios e informações, a correspondência com o Brasil, indicam o relativo sucesso do projeto filipino para Angola.

O reinado de Felipe III foi um dos períodos de maior crescimento do tráfico de escravos na história da colonização do Atlântico, com 153,5%, somente superado no terceiro quarto do século XVII, que teve o crescimento de 178,5%. De 93,8 mil escravos, comercializados entre 1576 a 1600 (período que corresponde aproximadamente ao reinado de Felipe II), para 237,8 mil entre 1601 e 1625 (período que praticamente coincide com o reinado de Felipe III). Desses, 0,3 mil foi levado a Europa (0,1%), 12,5 mil para São Tomé (5,3%), 75 mil para a América espanhola (31,5%) e 150 mil para o Brasil (63,2%).

Ao mesmo tempo, a Coroa verificava a debilidade de seu poder nas duas pontas do tráfico de escravos. De um lado, não conseguia romper com os agentes intermediários do comércio – *tangomaus* e comerciantes – de outro, o dinamismo do capitalismo comercial inviabilizava o estabelecimento do *exclusivo*. A Coroa cedia,

723 SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola, reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa e École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Lisboa/Paris, 2005.

pouco a pouco, à pressão crescente dos comerciantes espanhóis e, ao longo do ano de 1610, começou a tratar com o consulado de Sevilha as condições para um novo *asiento*.

*“el consulado y sus partidarios insistían en que se obligara a los portugueses a vender sus negros en Sevilla a españoles, que luego los transportarían a América [espanhola] en las flotas anuales; y además, que si decidía un nuevo asiento, el asentista fuera español. Aunque esas restricciones harían disminuir los beneficios del tráfico de esclavos, argumentaba el círculo de Sevilla, se ganaría mucha más por la eliminación del contrabando portugués, en beneficio evidente del comercio español”.*⁷²⁴

Os portugueses contestaram imediatamente todas as acusações e refutavam a estapafúrdia do projeto. Afirmaram também que o acordo proposto violava a autonomia de Portugal e de suas colônias. Não obstante, em 1611, a Coroa atendeu a proposta descrita acima, mas, com essas condições, não encontrou ninguém disposto a celebrar o *asiento* até o ano de 1614. O contrabando ampliou-se no período. A Coroa, dependente dos capitais estrangeiros, não podia excluir os cristãos-novos e estrangeiros do negócio colonial. Duarte Dias Henriques, em nome dos contratadores da África, dizia que era notório que o comércio Atlântico dependia da gente da *nação*.⁷²⁵ E o próprio Conselho da Fazenda passou a se opor às tentativas de subordinação da economia colonial portuguesa ao poder Habsburgo.⁷²⁶ A Coroa voltou a firmar um contrato com um português, em 1615, o contratante Antônio Fernandes de Elvas.

A Coroa forçou a inviabilidade da administração privada dos *asientos* de escravos para se apropriar diretamente desse comércio, mas ela não podia agir contra todos os interesses presentes no mundo ultramarino e que possuíam representação nas principais praças de crédito e comércio da Europa e nos próprios conselhos reais. Portugal, até o século XVIII, não levou o *exclusivo* às suas últimas consequências, enquanto que os Habsburgo, apesar de uma política que buscava a exclusividade, logo se deram conta de seus limites.

Na América espanhola a “Real instrução acerca do trabalho dos índios”, de 1601, foi revista em 26 de maio de 1609. Os *repartimientos* foram readmitidos para agricultura, criação de gado e mineração de ouro e prata. Considerava-se que o trabalho indígena, nesses ramos, era imprescindível ao bem público. Ou seja, diante das pressões

724 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 60.

725 “Resposta do Contratador Duarte Dias Henriques”, 3/3/1611. In: Arquivo Histórico Ultramarino, Angola, caixa 1, doc. 9 A.

726 “Do Conselho da Fazenda sobre matéria de Angola”, 24/1/1613. In: AGS, SP, l. 1472, ff. 32-34.

dos agentes coloniais e de seus interesses econômicos, a Coroa reforçava o argumento de que o trabalho forçado indígena visava o bem comum e da república e, nessa perspectiva, acabava por legitimar as formas de domínio pessoal e senhorial.

O vice-rei marquês de Montesclaros (1607-1615) encomendou uma visita sobre os *yanaconas* ao ouvidor de Charcas, Francisco Alfaro. O ouvidor verificou a existência de 25 000 *yanaconas* em sua jurisdição, aos quais declarou que eram livres, mas que deviam permanecer nas fazendas. O ouvidor Solórzano Pereira comparou os *yanaconas* com os colonos romanos, pessoalmente livres, mas hereditariamente ligados a terra, também os equiparou aos *soliaregos* existentes na Espanha, que podiam ser alienados junto com a fazenda, mas não eram por isso escravos.⁷²⁷

Apesar do “recuo”, a Coroa conseguia garantir um importante avanço sobre a questão: proibia-se, na letra da lei, os *repartimientos* privados, o que definia um lugar jurídico que lhe permitia intervir nas relações de domínio particular. Por esse meio político-jurídico, ela podia apropriar-se de *repartimientos* privados para si ou para redistribuí-los segundo seu favor. E, em nome do bem público, e até mesmo dos indígenas, podia dissimular seus interesses particulares e fortalecer os mecanismos de dependência dos agentes ultramarinos e coloniais.

Novamente, entre uma lei radical e sua reforma, a Coroa estabelecia algum avanço e, se esse movimento não afirmava por si só a autoridade régia, definia uma situação jurídica que legitimava sua intervenção na realidade produtiva e social das colônias, como poder de exceção, que lhe permitia ampliar os benefícios da exploração colonial. Em seguida, a lei de 1609 definia o salário e as regras de manutenção dos índios de *repartimiento*.⁷²⁸

727 CUENA BOY, Francisco. “Yanaconazgo y derecho romano: ¿una conjunción extravagante?”. *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, Valparaíso, XXVIII, p. 401-424, 2006. Ver também KONETZKE, Richard. *La época colonial*, op. cit., p. 184.

728 Richard Konetzke cai na mesma armadilha da perspectiva moral e humanitária da política régia: “A pesar de todas las medidas adoptadas en defensa de los trabajadores indígenas, no cesó su abusiva explotación y su maltrato”. Em seguida, “la corona se había esforzado con sinceridad y de manera no enteramente desafortunada, por que los repartimientos se praticaran con uno minimo de rigor”. KONETZKE, Richard. *La época colonial*, op. cit., p. 193. Em primeiro lugar, as medidas adotadas visavam o bem comum, entendido como o bem colonial, em que a autoridade régia devia se impor sobre os sistemas de dominação privado, afinal os índios eram súditos do rei. Mais do que a defesa dos trabalhadores, a Coroa estava defendendo a sua autoridade e interesses econômicos. Em segundo lugar, a Coroa estava consciente de que o reconhecimento dos *repartimientos* implicaria em abusos. A possibilidade de acabar com aquela instituição acarretaria na desorganização da produção colonial e, diante desse perigo, ela opta pela continuidade do sistema.

A Coroa indicava o fim gradual do sistema, que seria possível conforme os índios adquirissem mais polícia e a disponibilidade de escravos negros aumentasse; e voltava a estimular o tráfico e o emprego dos “vagabundos”. A estratégia comum, para forçar os homens de cor livres e os índios ao trabalho, era o aumento dos impostos, que os colocaria em necessidade e os obrigaria a se engajarem nos trabalhos agrícolas e mineiros. Como vimos desde as sugestões de Duarte Coelho, a necessidade, mais do que a vontade, era a principal forma de obrigar as populações não-proprietárias ao trabalho. Ao mesmo tempo, o aumento da população negra e de homens livres ociosos era vista como um fator de insegurança pelas autoridades coloniais e pelo vice-rei Montesclaros.⁷²⁹

Trata-se novamente de um sistema de exploração compósito, definido pela complementaridade entre as formas de trabalho forçado e a escravidão, o estatuto de liberdade e de propriedade, de súdito e de estrangeiro. Esse sistema também levava em conta as especificidades coloniais/produativas e nativas, e dos tempos históricos vividos; que passavam a ter uma expressão espacial, presente nas divisões político-administrativas e nos fluxos de comunicação entre esses espaços.

Os planos de reforma foram praticamente esquecidos até a década de 1640 e, quando se retomou as alternativas para a substituição da *mita*, a Coroa havia perdido as principais fontes de escravos na África e vivia a guerra de “restauração” portuguesa. Diante desse quadro, a instituição da *mita* voltou a ser plenamente sancionada.

No Brasil, a oposição do governador-geral D. Diogo de Meneses às aldeias administradas pelos jesuítas foi mais contundente do que a de seu antecessor, Diogo Botelho. Ele sugeria que os índios fossem administrados de acordo com os interesses e necessidades dos senhores de engenho e integrados à sociedade colonial pelo trabalho. Para justificar sua posição, ele retomava um argumento de Gabriel Soares de Sousa: “e quanto mais vou metendo a mão na experiência me parece o mesmo que tenho avisado a V. Majestade lhe torno a lembrar (...) não há índio que seja cristão nem saiba que coisa é a fé.”⁷³⁰ A experiência, aqui descrita como matéria da qual se apropria pela prática de governo, desqualifica a possibilidade real de conversão, o que justifica a concentração

729 “(...) era contrario a la idea de establecer poblaciones para los españoles y negros ociosos con el fin de atraerlos a la fuerza de trabajo, argumentando que ya era bastante difícil controlar a esos grupos cuando se hallaban concentrados en las ciudades; si se los desperdigara por pueblos mineros aislados, como lo sugería la Corona, la tarea sería prácticamente imposible”. BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 167.

730 “Carta ao rei”. Olinda, 23 de agosto de 1608. In: idem, p. 38.

dos esforços coloniais na exploração produtiva dos indígenas. Esse pensamento passa a relacionar à tutela indígena pelos jesuítas e pela Coroa à preguiça ou indolência dos índios, só com o fim dessa proteção eles seriam verdadeiramente integrados à sociedade colonial, por meio do trabalho que os afastaria dos pecados contra natureza e da barbárie.⁷³¹

No lugar dos aldeamentos propunha o modelo de organização das sociedades indígenas do Peru.⁷³² As aldeias seriam administradas por um capitão branco, um meirinho e um escrivão, e o governo espiritual estaria a cargo de um prelado. O capitão deveria escolher alcaides e constituir uma *câmara* – “de maneira que cada Aldeia seja uma vila formada” –, assumindo sua presidência e definindo um regimento para a administração dos índios. Os indígenas trabalhariam em troca de um salário, cobrado pelo capitão, e não podiam abandonar suas aldeias. O governador também sugeria a permissão de que os moradores fizessem comércio com as aldeias vizinhas, excetuando o comércio de vinho. Esse sistema era bom para o Estado e para a fazenda régia, por que, como também havia sido salientado pelos colonos e funcionários peruanos, a ideia de substituição da mão de obra indígena pela africana implicava em gastos importantes por parte dos moradores e aumentava a instabilidade social provocada pelos negros quilombolas. A proposta estava absolutamente de acordo com as novas determinações definidas para as Índias Ocidentais, datadas de 26 de maio de 1609, em que se reconhecia a necessidade da *mita* peruana para a agricultura, e com o pensamento, sintetizado por Solórzano Pereira, de estabelecimento de um colonato indígena, juridicamente livre, mas obrigado ao trabalho e fixado na gleba. As experiências coloniais circulavam independente dos interesses da Coroa e, a reformulação do sistema

731 Destacamos, sobre esse aspecto, que o desenvolvimento de uma ideologia do trabalho, contra a vagabundagem, surgiu no contexto de uma sociedade agrária e estamental. Observações semelhantes podem ser feitas em relação às ideias de liberdade, trabalho assalariado, soberania popular, contrato social etc. Ou seja, é possível encontrar as raízes dos conceitos e da práxis política e econômica sem recorrer à tradição anglo-francesa liberal ou ao advento da modernidade e do capitalismo industrial.

732 Acreditamos que nessa descrição, Diogo de Meneses esclarece as ideias de Diogo Botelho sobre o que entendia por “ordenar o governo desse gentio na forma que se usa nas Índias de Castela”. “Carta Régia para o governador do Brasil”, 31/3/1605. In: RIHGB, 73, I, p. 5. Efetivamente não se tratava do sistema de *encomienda* enquanto *servicio personal*, como diz Georg Thomas, mas de aldeias sob a administração de um capitão leigo. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 140. Sobre a proposta de Diogo de Meneses, Thomas também se equivoca ao dizer que as aldeias seriam administradas pelos próprios índios.

de *mita* no Peru, permitia ao governador propor reformas às leis de liberdade indígena no Brasil.⁷³³

Segundo Georg Thomas, o vice-rei de Portugal, bispo Pedro de Castilho (1605-1607)⁷³⁴, defendia a continuidade da administração das aldeias pelos jesuítas. Apesar da proposta de Diogo Meneses ter o apoio de autoridades em Madri, Felipe III decidiu-se pelo fortalecimento da legislação que determinava a liberdade indígena, despachando sua decisão ao Conselho da Índia, no dia 4 de março de 1608.⁷³⁵ O projeto de lei foi enviado ao Conselho em janeiro de 1609, em 30 de julho foi promulgada por Felipe III e, em agosto, foi elaborada sua versão portuguesa.

O Alvará “Gentios da terra são livres” ficou pronto em 30 de julho de 1609.⁷³⁶ O documento começa com a rememoração dos principais marcos da política indigenista para o Brasil (leis de 1570, 1595 e 1605). A descrição das leis identifica a “guerra justa” como questão central para definição e evolução dessas leis, sendo o principal meio pelo qual se perpetravam os abusos e as falsas escravizações. A lei de 1570 restringia a escravidão à guerra justa, com licença régia ou do governador, e ao resgate dos “índios de corda”; a de 1595 proíbe o resgate de corda e diz que a guerra justa podia ser movida somente com sua autorização; e o alvará de 1605 se sobrepunha a “algumas razões de direito” e proibia qualquer título de escravização. A lei de 1609 significa uma mudança fundamental na perspectiva da política indigenista, o elemento jurídico e o próprio direito estão aquém da razão política – “pelo que convém ao bom governo e conservação da paz daquele Estado”.⁷³⁷ Essa consideração se opunha a posição dos teólogos-juristas da Companhia de Jesus em Portugal, como Fernão Perez, Luis de

733 As propostas de D. Diogo de Meneses são quase idênticas às observações de seu contemporâneo no vice-reinado do Peru, o marquês de Montesclaros.

734 A ascensão social e política de D. Pedro de Castilho esteve totalmente vinculada ao seu forte apoio à dinastia dos Habsburgo. Destaca-se, nesse sentido, a importância de seu apoio a Felipe II para sua aclamação nas ilhas de São Miguel e Santa Maria, nos Açores. O novo rei o fez bispo de Leiria e presidente do Desembargo do Paço. Dentre as ações de seu vice-reinado, destacamos o diploma de perdão aos descendentes de judeus que representou uma importante manobra do rei e de seus conselheiros mais próximos, que deu à Coroa importante soma e gerou protestos dos cristãos-velhos portugueses. OLIVAL, Fernanda. *D. Filipe II*, op. cit., p. 152-154 e 158.

735 “Carta de Sua Magestade sobre a liberdade do gentio do Brasil”, 4 de março de 1608. In: BA, 51-VII-15, ff. 189-189v.

736 “Alvará, Gentios da terra são livres”, 30 de julho de 1609. In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 226-229.

737 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 227. Como diz Georg Thomas com a “declaração básica e irrestrita de liberdade para todos os indígenas, aplicou-se no Brasil a concepção política indigenista que já aparecera, na América espanhola, nas *Leis Novas*, de Carlos V, de 1542”. Ibidem, p. 149.

Molina, Fernão Rebello e João Baptista Fragoso que, como diz Carlos Zeron, mantinham o consenso em torno dos quatro títulos legítimos de redução dos não cristãos à escravidão.⁷³⁸ Os abusos, perpetrados por particulares em nome do direito, eram contra o bom governo e desestabilizavam aquelas sociedades. Novamente a questão indígena aparece como elemento central para a constituição de uma república sob a autoridade régia.

Mais do que a possibilidade de substituição da mão de obra indígena pela africana, motivada pelo fato do Brasil ter-se tornado o maior produtor mundial de açúcar, nos interessa destacar a motivação política dessa nova lei, inclusive porque ela servia para todo o Brasil e não pode ser associada exclusivamente aos grandes engenhos.⁷³⁹ A ampliação do tráfico de africanos, além de um incremento à fazenda real, permitia um maior controle das relações sociais e produtivas, porque favorecia a política de incorporação das sociedades indígenas ao domínio político-jurídico da Coroa e ampliava a dependência política dos agentes coloniais. A nova lei consolidava uma divisão social tripartite, definida pela hierarquização das relações de domínio, cidadania e liberdade.

O documento reafirmava o direito dos índios sobre suas fazendas, a proibição de que fossem deslocados contra sua vontade e determinava que um oficial de justiça representasse seus interesses perante os moradores. Todos deveriam pagar pelo trabalho indígena, inclusive os inácianos. A lei declarava a ruptura com o sistema de poder senhorial: “os capitães não terão sobre eles mais vassalagem, poder, nem jurisdição do que por seu Regimento e doações tem sobre as mais pessoas livres que nelas moram e não lhes poderão lançar tributos reais, nem pessoais.”⁷⁴⁰ Os “descimentos” e a administração das “aldeias” estavam a cargo dos jesuítas que seriam os mediadores do trabalho indígena.

A lei servia para o Estado do Brasil e para as três capitanias da Repartição Sul, agora com governadores distintos. O chanceler da Relação do Brasil deveria fazer uma devassa anual para garantir seu cumprimento, procedendo de forma breve e sumária contra os culpados.

738 ZERON, Carlos A. de M. R. *La Compagnie de Jésus*, op. cit., p. 407.

739 A explicação de cunho marxista foi estabelecida por FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999, p. 41 e ss. Ela também aparece em SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*, op. cit.

740 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 228.

*“A lei colocava sobre a Relação “que ora vai ao Brasil” a responsabilidade de fazer cumprir as ordens e exigia que o chanceler assegurasse a aceitação através de uma investigação anual. (...) O texto da lei, por certo, indica que a Relação deveria ter um papel significativo na imposição de suas provisões. A ideia de mandar um tribunal para o Brasil havia sido abandonada depois da abortiva tentativa de 1588 e das infrutíferas discussões de 1590. Somos tentados a indagar se a ideia foi revitalizada após 1605 porque Felipe III precisava de um agente poderoso para fazer com que sua política indígena fosse obedecida”.*⁷⁴¹

Concordamos plenamente com a hipótese de Schwartz, as “invenções institucionais”, durante o reinado de Felipe III, procuravam ampliar os benefícios da fazenda régia e fortalecer sua autoridade sobre os espaços ultramarinos. Esses objetivos dependiam da intervenção no comércio de escravos africanos e na política indigenista. O destacamento de um tribunal para tratar das questões indígenas insere a lei de 1609 na tradição castelhana, definida pela importância das Audiências para realização das *Leis Novas*, em 1542. A criação da Relação da Bahia estabelece um novo órgão responsável pelo governo dos gentios, o que permite um maior controle sobre essas relações de domínio e, principalmente, reforça a máxima do *divide et impera*. Ou seja, mais do que um controle “absolutista” das relações com os indígenas, a Coroa diversifica os grupos e instituições responsáveis por essas relações, estimulando os conflitos jurisdicionais e políticos, o que favorece o destacamento de sua autoridade, como árbitro, e definindo os espaços jurídicos que justificam seu poder de exceção, que lhe permite uma intervenção nos aspectos sociais e econômicos da colonização e ampliar os benefícios da exploração colonial.

Os colonos, revoltados com a lei de 1609, acusaram os jesuítas; os jesuítas, vendo tolhidas algumas atribuições de seu poder temporal, acusaram a Relação.⁷⁴² As forças políticas locais, com a condescendência dos dois governadores e dos magistrados, barraram a lei. Não obstante, se recuperarmos as experiências de governo, particularmente no que se refere ao domínio sobre as populações não cristãs, podemos dizer que essas reações eram previstas pela Coroa.

D. Diogo de Meneses assim expressou sua posição diante da lei:

“com uma lei, em favor da liberdade deles [dos índios], a qual tem mil inconvenientes para se poder guardar, e assim se não há de fazer, senão naquela parte que vem bem a quem os tem em poder, por que assim só eles ficam com o domínio e mandando V. Majestade por ordem nestas Aldeias de maneira que os moradores

⁷⁴¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, op. cit., p. 108 e 109.

⁷⁴² Idem, p. 111.

*possam aproveitar de seu serviço por seu salário, fora grande o proveito da fazenda de V. Majestade como acrescentamento deste Estado, e moradores dele (...) uma parte é chamar almas a igreja e por outra é dar vassalos a V. Majestade que o enriqueçam”.*⁷⁴³

A reação do governador das capitanias do Norte, que estava de acordo com a posição dos senhores de engenho, condenava a lei pela perpetuação do domínio jesuítico sobre os indígenas, fonte de um poder temporal que não convinha a ministros espirituais. Lembra, ainda, ao rei:

*“a Dom Francisco de Almeida o puderam fazer cada dia a quem quis e de os eclesiásticos se meterem em governo nem a estas desaventuras porque a causa principal do alevantamento de Angola foram os padres da Companhia e agora neste interdito também (...) é necessário acudir à sua jurisdição pois não basta nenhuma Relação nem a eles lhe dá de nada por saberem a frouxidão com que a estas coisas se acode.”*⁷⁴⁴

Os fatos de Angola, ocorridos há mais de quinze anos, eram novamente trazidos à memória. O problema era o mesmo, mas a relação entre às forças sociais era distinta. Em Angola, revelou-se a aliança entre os jesuítas e os conquistadores e a articulação atlântica dos jesuítas. No Brasil, os moradores e jesuítas disputavam o domínio sobre os indígenas e ambos rejeitaram a política régia. Diogo de Meneses, aliado aos interesses dos colonos associava a interdição da política régia somente aos jesuítas. O governador também questiona o poder da Relação em restringir o domínio jesuítico e garantir a exploração dos indígenas pelos senhores de engenho.

O capitão Diogo de Campos Moreno expressou uma posição anti-jesuítica semelhante, como resume Georg Thomas: “os índios (...) poderiam estar disponíveis em número suficiente se não fossem tirados dos colonos e não tivessem sido feitos súditos dos jesuítas”.⁷⁴⁵ O capitão-mor acrescenta que o domínio espiritual (ou *potestas apostólica*) dos jesuítas havia extrapolado para a esfera político-jurídica de domínio (*dominium iurisdictionis*), os jesuítas alienaram o poder do rei sobre seus súditos. Como dizia Gabriel Soares de Sousa, os indígenas haviam se tornado forros do poder absoluto dos jesuítas.

Mas podemos indicar também, analisando o lugar político de Moreno e seus conflitos com governadores e poderes locais, que havia uma diferença entre sua posição e a do governador Diogo de Meneses. Campos Moreno representava a elite de

743 “Carta para el-Rei”, 8 de maio de 1610. In: ATT, Corpo Cronológico, parte 1ª, maço 115, doc. 113.

744 “Carta para el-Rei”, 7 de fevereiro de 1611. In: idem, doc. 115.

745 THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 138.

servidores, durante a União Ibérica, que foram colocados em posições de comando, particularmente da guerra, que deveriam contrapor a associação entre os governadores e os poderes locais, como havia sido o caso da associação entre D. Diogo Botelho e o capitão de Pernambuco nas guerras do Maranhão. Portanto, a postura de Moreno indica a importância de se destacar funcionários mais próximos da Coroa e mais isentos dos interesses coloniais, sendo que o envio desses funcionários se mostrava particularmente estratégico nas guerras de conquista, em que se verificavam os maiores abusos contra as populações indígenas. Essa estratégia havia sido usada na conquista da Paraíba, na conquista do Maranhão, e estava de acordo com as políticas de “pacificação” definidas, na América espanhola, desde as Ordenanças de 1573.⁷⁴⁶

Campos Moreno nega qualquer direito de domínio dos indígenas sobre suas terras, dizendo que os brancos, por causa da política jesuítica, haviam se tornado “mais hóspedes que povoadores”.⁷⁴⁷ Outra reclamação, típica dessa nova fase da questão indígena, referia-se aos impostos, pagos pelos moradores, e as despesas da fazenda régia para o financiamento das aldeias. Outra forma de financiamento que irritava os senhores de engenho, determinado pela Coroa em 1604, proporcionava aos jesuítas da Bahia e do Rio de Janeiro o sustento necessário na forma de açúcar adquirido dos colonos a baixo preço. Segundo essas autoridades e os colonos, os jesuítas, envolvidos na produção colonial, haviam combatido a escravidão indígena com a finalidade de garantir mão de obra para suas plantações e engenhos, ou seja, motivados por interesses particulares semelhantes aos dos moradores. Somada às isenções fiscais, que a Coroa não conseguia acabar, a empresa jesuítica era privilegiada e concorria de forma desleal com os produtores leigos.

O envio de governadores opositores dos jesuítas, ao longo dos dois primeiros reinados da União Ibérica, havia favorecido a aliança desses com os interesses dos senhores de engenho e a consequente oposição às aldeias jesuítas.

D. Diogo de Meneses denunciou constantemente a interferência de religiosos nas questões de governo do Brasil e dos indígenas. Este foi o principal motivo de seus conflitos com o bispo D. Constantino Barradas e com os jesuítas. Do primeiro dizia: “me tirou a benevolência que todos seus antecessores deram aos governadores passados

746 Sobre a história da Paraíba durante a União Ibérica ver GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*, op. cit.

747 Apud THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 138.

como o fazem aos governadores de Angola e nas mais partes ultramarinas”.⁷⁴⁸ Muitas de suas cartas fazem referências a Angola, o que parece indicar algum vínculo do governador com a outra margem do Atlântico. O bispo D. Constantino Barradas defendeu as missões jesuíticas: “os padres cumprem com a obrigação que têm de os ensinar e defender, não somente dos inimigos da alma, mas do corpo e sua liberdade, os capitães tratam do seu interesse”.⁷⁴⁹

A lei de 1611 reconsiderou as determinações de 1609 por causa dos “inconvenientes, que se representaram”.⁷⁵⁰ Assim como a reformulação da lei de 1570, ocorrida em 1574, e da lei de 1595, ocorrida no ano seguinte, parece haver um reconhecimento por parte da Coroa de um trâmite natural entre suas determinações e a elaboração de uma lei final. A Coroa volta a enfatizar a condição livre dos índios, já convertidos e dos gentios, e a proibição de constrangê-los contra sua vontade. O documento retoma a possibilidade de guerra justa, mas para isso seria necessária a constituição de uma Junta, formada pelo governador, pelo bispo, pelo chanceler e desembargadores da Relação e todos os prelados das ordens religiosas. O parecer da Junta deveria ter a aprovação régia e só assim seria declarada a guerra e os índios escravizados. A estratégia real aposta nas disputas e divergências entre os diferentes representantes coloniais e reforça sua autoridade e arbítrio por meio das relações de domínio sobre os indígenas. Em seguida, a Coroa aceita a deliberação da Junta caso haja tardança da sua parte na averiguação da justiça da guerra. Mas obriga o registro dos cativos feitos na guerra e exige a confirmação régia para a definição de seu estatuto. Até aqui os pontos fundamentais da lei reafirmam a tradição castelhana estabelecidas desde as *Leis Novas*. A escravização dos índios de corda volta a ser sancionada.

Definidas as condições de guerra e escravização, a lei passa a definir a organização das aldeias. O governador, o chanceler e o provedor-mor dos defuntos eram os responsáveis pela eleição de um capitão leigo. Teria mandato de três anos, devia possuir bens e não ser judeu. O capitão era responsável pelo “descimento” dos índios e deveria ser auxiliado por um religioso. Depois de “descidos”, o governador os repartiria em povoações de até trezentos casais, em lugar estratégico entre a mata e os engenhos. Os índios receberiam terras para cultivo próprio e seriam donos dessas terras. A

748 “Carta ao rei”. Olinda, 12 de julho de 1608. In: ABNRJ, vol. 57, 1935, p. 34.

749 Apud THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 140.

750 “Carta de lei – declara a liberdade dos gentios do Brasil, excetuando os tomados em guerra justa etc.”, 10 de setembro de 1611. In: ibidem, p. 229-235.

doutrinação estava a cargo de um religioso português, ou de um jesuíta, ou de outras ordens, nessa sequência, e seriam indicados diretamente pelo rei ou pelo governador, com aprovação do bispo, responsável também por visitar as aldeias.

O capitão das aldeias era responsável pelo governo dos indígenas, pela justiça e pela disponibilização de mão de obra (cultivo da terra e artes mecânicas) para o serviço da Coroa e dos moradores, em troca de um salário. O documento reafirma que ninguém teria sobre os indígenas “mais vassalagem, poder, e jurisdição, do que (...) tem sobre as mais pessoas livres (...) nem lhe poderão lançar tributos reais nem pessoais”. A lei exclui, desta forma, a associação entre essa forma de governo com as *encomiendas* de *servicio personal* ou de *tributos*. Cabia ao governador e ao chanceler e provedor-mor dos defuntos redigirem o regimento para o governo temporal dos indígenas.

As sugestões feitas pelos governadores D. Diogo Botelho e D. Diogo de Meneses mostram certa naturalidade ao abordar o tema e a instituição da *encomienda*. Em resposta, o rei dizia não ter recebido o regimento das Índias e que o tema estava sendo discutido em seus conselhos, ou seja, reconhecia naquela instituição uma forma plausível de governo dos índios, dependente da configuração social das áreas de colonização e que podia ser aplicada no Brasil, ou em partes dele. Nesse sentido, é sintomático, que, na conquista do Maranhão, o rei ache conveniente repartir os índios em encomendas, na “forma e modo dos do Peru, ficando a cargo dos donos das aldeias doutrinar os de sua encomenda”.⁷⁵¹

Portanto, o esforço Habsburgo não era o de extinguir o sistema de *encomiendas* ou substituí-lo pela subordinação direta dos chefes indígenas. Tratava-se de reconhecer a especificidade histórica, social e nativa dos diferentes espaços coloniais, e definir, por meio de um arcabouço de experiências e possibilidades de domínio, o meio mais adequado de subordinação dessas realidades coloniais. A forma de domínio sobre os indígenas definia a forma de relacionamento da Coroa com os diferentes agentes coloniais. Esses diferentes espaços de domínio e produção estavam articulados uns com os outros, e havia diferentes graus de complementaridade entre eles. Assim se relacionavam diferentes partes da América com a África subsaariana, ou a costa e a serra peruana, as repartições norte e sul do Brasil.

751 “Instruções para Gaspar de Sousa, governador do Brasil, sobre a conquista do Maranhão”. Lisboa, 9 de outubro de 1612. In: *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Rio de Janeiro: Centro de história e documentação diplomática, 2001, p. 160.

O sistema colonial atlântico é a combinação dessas diferentes instituições e experiências de domínio. Além das tensões definidas por essa disputa, há uma diferenciação dos níveis de domínio relacionados às formas de dominação, e cada um dos agentes coloniais, da Coroa aos moradores, participa e se beneficia de uma parte do processo de exploração colonial. Ou seja, as hierarquias de poder passam a ser definidas pelos níveis de apropriação do domínio sobre as populações não cristãs, reforçando a organização hierárquica daquela sociedade. A justiça e o poder régio, nas sociedades escravistas e senhoriais ultramarinas, definem-se pela capacidade de ordenar as relações de domínio sobre as populações não cristãs, em que cada membro recebe o benefício da exploração colonial de acordo com seu lugar naquela sociedade.

Em Angola, os agentes coloniais procuravam controlar as mediações coloniais e nativas (no comércio, guerra e sujeição dos *sobas*) para obtenção de escravos para o mercado americano, no caso do Brasil, eles buscavam um acesso privilegiado sobre os escravos provenientes de Angola e controlar o acesso aos indígenas (por meio das aldeias e pelas expedições de escravização) para o estabelecimento de unidades produtivas no Brasil. Nas Américas a questão indígena se coloca como um elemento político-jurídico, por ser um espaço de estabelecimento permanente dos europeus no ultramar. Na África Centro-Occidental, além das alianças e forças para a guerra, e as modalidades de vassalagem e embaixadas com os *sobas* e os reis, destacava-se a finalidade comercial e econômica da colonização.

Essa diferença exigia políticas distintas para Angola e para as Américas. Lá, a Coroa precisava assegurar o controle comercial do tráfico; aqui, ela precisa fazer valer sua política indigenista. Mas, para essas medidas serem efetivas, elas precisavam ser coordenadas, porque esses espaços e relações de domínio eram complementares.

Em 1612, Manuel Cerveira Pereira foi escolhido para conquistar Benguela. Considerado como capitão experimentado em Angola, suas culpas foram novamente perdoadas em 1615.⁷⁵² O estabelecimento de um perfil de sujeito ultramarino escolhido pela Coroa para atuar em determinadas regiões coloniais e com determinados objetivos. Na América esse espaço pode ser delimitado abaixo da latitude de 20 graus, que, na divisão administrativa do Brasil de 1607, correspondia à Repartição do Sul. Essa área, em razão da experiência de sucesso das minas de prata de Potosí, especializou-se na atividade mineradora. Ao atravessar o Atlântico, esta linha se deslocava, sob influência

752 “Prisão de Manuel Cerveira Pereira”. Lisboa, 13 de fevereiro de 1615. In: MMA, 1, VI, p. 192-193.

dos ventos e corrente marítimas, para o norte, e seguia até as minas de Monomotapa. As divisões administrativas do Brasil durante o reinado de Felipe III – Repartição Sul, em 1607, e Estado do Maranhão, em 1621 – mostram que o extrativismo, mineral ou das “drogas do sertão”, favorecia sistemas de trabalho forçado da população nativa e a Coroa aprovou esse emprego.

A associação entre a mineração e a escravidão sempre favoreceu a conquista, daí a valorização dos sujeitos experimentados na guerra colonial e com experiência mineralógica. Foi assim com a absolvição de Manuel Cerveira em 1609 e seu envio para Benguela em 1615, e o mesmo ocorreu com D. Francisco de Sousa, enviado para a Repartição Sul do Brasil. A repartição Sul do Brasil e Benguela deveriam dedicar-se à mineração, enquanto que o Estado do Brasil seria um produtor agrícola, a Coroa incentivou as plantações em Angola e os escravos deveriam ser adquiridos por vias pacíficas, suspendendo a mineração e a conquista. Outra estratégia territorial-administrativa foi a criação das missões do Guairá e do Paraguai, entre 1606 e 1610. As missões serviriam como uma zona tampão entre as Índias de Castela e a América portuguesa, evitando, assim, o intenso contrabando e o estabelecimento de poderes regionais que desagradavam o poder régio.⁷⁵³ Quando o governador D. Diogo de Meneses diz que a verdadeira riqueza do Brasil era o açúcar, e não a mineração, ela indica que, a diferenciação regional produtiva da colônia definiu grupos de interesses distintos, e que a Coroa pode definir políticas diferenciadas para cada região e estimular os mecanismos de conflito entre essas *elites* e favorecer novamente sua autoridade por meio do *divide et impera*.

Em mais de dez anos de andanças pelo Brasil, D. Francisco de Sousa tornou-se um dos homens mais experimentados nesta terra e talvez o maior conhecedor de seu potencial mineralógico e escravista.⁷⁵⁴ Em julho de 1605 foi determinada sua residência.⁷⁵⁵ Em abril de 1606 o governador ainda não se apresentara no Reino⁷⁵⁶, e em

753 “Sobre o que avisa Diogo de Quadros Provedor Administrador das minas de S. Vicente do Brasil do estado em que as achou”, 30 de setembro de 1606. In: AGS, SP, l. 1476, ff. 155-155v. Ver também “Consulta del Consejo de *Indias* sobre el estipendio que se dará a los jesuitas que se encuentran evangelizando a los indios de Guaira, Paraná y otros de la margen norte del Río de La Plata”, 29 de outubro de 1611. In: Archivo General de Índias, Charcas 1.

754 Assim comentava o Conselho da Índia: “Se oya a Don Francisco como platico desta tierra y que tiene noticia de toda ella, y que nunca será de perjuizio al servicio de V. Mag.d oylle primero, antes de mucha utilidad para informar V. Mag.d de lo q’ le pareciere, pues su parecer no es descesivo sinó consultivo”. In: AGS, SP, l. 1466, f. 285.

755 “Cartas de El-Rei ao Conselho da Índia, sobre a ordem de se tomar Residência a D. Francisco de Sousa, no Estado do Brasil”, 21 de julho de 1605. In: BA, 51-VII-15, ff. 29, 36, 43 e 51. A mesma ordem

dezembro foi nomeado para o governo da Repartição Sul e das minas do Brasil.⁷⁵⁷ D. Francisco das Manhas e Manuel Cerveira Pereira triunfaram em Madri no ano de 1606. Nesse mesmo período, o projeto de apropriação do domínio sobre os indígenas e africanos e a realização do projeto imperial Habsburgo no Atlântico estavam sendo discutidos nos Conselhos reais. Como entender e explicar estas medidas?

A contradição entre elas era indicada pelos próprios conselheiros do rei:

*“E por que pelas informações que sobre esta matéria se tomaram se entende que nem as minas de que Gabriel Soares deu notícia nem outras algumas de que se tratou naquele estado do Brasil se acharam ser de efeito e as mais das pessoas que fizeram semelhantes ofertas tiveram mais intento de descer gentio do sertão e aproveitar-se dele que do descobrimento das minas de que se segue muito prejuízo ao serviço de V. Majestade.”*⁷⁵⁸

As manhas coloniais são aqui reveladas. Elas caracterizam a distância entre o que emanava da corte e dos conselhos e o que acontecia no Brasil, a distância entre os discursos coloniais e o caráter privado desse tipo de expedição.

foi passada em relação ao governador de Angola, João Furtado de Mendonça. Ver também a “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro, relativa à devassa que Belchior do Amaral, tirou de D. Francisco de Sousa, de cousas particulares de que havia queixas quando este foi Governador do Brasil; ordenando que tire uma relação, e por que convém que se tome Residência ao dito D. Francisco de como procedeu naquele governo, conforme ao que está assentado que se faça a todos os Governadores e Capitães de Ultramar, se encarregue desta diligência um dos ministros da Relação que se há-de enviar ao Brasil”, 6 de agosto de 1605. In: BA, 51-VIII- 7, ff. 123v.-124.

756 “De Sua Majestade ao Conselho da Índia sobre Dom Francisco de Sousa, referente ao que mandou D. Francisco de Sousa, que foi Governador do Brasil, sobre a sua vinda para o Reino e causas que lhe impediram fazê-lo, e recomendando que se faça ver no Conselho da Índia, juntamente com as despesas que fez da Fazenda, em que foi notado o ter cometido excessos, e com particular relação delas se faça consulta do que parecer”, 24 de abril de 1606. In: BA, 51-VII-15, f. 82.

757 “Nomeação de Francisco de Sousa para o cargo de governador das minas do Brasil”, 23 de dezembro de 1606. O documento foi assinado pelo Duque de Lerma. In: AGS, SP, l. 1466, ff. 318-318v. Ver também a “Carta de El-Rei ao Conselho da Índia, tocante a D. Francisco de Sousa, que foi Governador do Brasil e agora está nomeado para ir servir no benefício e administração das minas que descobrir naquele Estado, com título de Governador, o qual pretende que se lhe conceda a jurisdição e provejam as cousas que se apontam no papel que irá neste despacho, mandando que o dito papel seja visto pelo Conselho, para se poder resolver”, 24 de abril de 1607. In: BA, 51-VII-15, f. 142. Ver também “Sobre a residência que Sebastião Carvalho deveria tirar do ex-governador, mas por esse estar novamente a serviço da Coroa, a mesma não deve ser feita nesse momento”, 26 de novembro de 1607. In: AGS, SP, l. 1495, ff. 57-57v. E “Sobre o dinheiro que no Brasil tomou dom Francisco de Sousa dos defuntos dos ausentes”, 19 de fevereiro de 1608. O Duque de Lerma pedia a execução dos empréstimos tomados por D. Francisco de Sousa, quando era governador do Brasil, para sua partida imediata para o descobrimento das minas, o conde de Salinas assina. Idem, l. 1483, f. 135.

758 “Sobre o pedido de Domingos de Araújo e Melchior Dias”, 17 de agosto de 1607. In: AGS, SP, l. 1466, f. 287.

A instabilidade dos espaços coloniais, definida pelos interesses e ações privadas dos diferentes agentes coloniais, era legitimada pela Coroa, que procurava se apropriar de boa parte das riquezas assim geradas; constringendo os agentes ultramarinos por meio da força ou de processos jurídicos, ou subordinando-os às inconstâncias das graças e das mercês régias.

A colonização não era um jogo político-econômico em que havia um vencedor e um perdedor. As violências e *descaminhos* gerados no processo colonização permitiam a quase todos os agentes (e aqui devemos incluir certas autoridades nativas) participar dos benefícios econômicos, políticos e sociais desse processo. Estabelecia-se um equilíbrio ténue de relações de reciprocidade/lealdade e disputa/conflito que sustentava o mundo colonial. A cada um cabia um benefício, segundo seu estatuto social, e a cada superior a abertura para possíveis *descaminhos* e a retribuição dos serviços prestados. Os subordinados, por sua vez, deveriam saber os limites de seu poder e autonomia, e prestar as devidas *homenagens* aos seus superiores.

Duas hipóteses podem explicar a duplicidade da política real naquele momento. A primeira, parte do reconhecimento da importância da presença de homens experimentados nas colônias para descobrir as riquezas minerais de que tanto necessitava a Coroa. As entrevistas particulares e as devassas régias estabeleciam um compromisso entre os beneficiários dessas doações e o rei, que conseguia se apropriar das riquezas produzidas e fortalecer o poder régio na metrópole. A segunda hipótese indica a distinção dos projetos coloniais estabelecidos no Norte e Sul do Brasil.⁷⁵⁹ No Sul a Coroa enfatizava uma exploração extrativista, fundamentada na mineração e no trabalho forçado indígena, enquanto no Nordeste favorecia o sistema produtivo baseado na cana-de-açúcar e na complementaridade entre uma espécie de colonato indígena e a escravidão africana. Note-se que essa distinção entre os sistemas produtivos do Norte e do Sul assemelha-se a diferenciação entre a realidade produtiva da costa peruana e da serra andina.

O fato é que a Coroa não podia romper com as diferentes mediações presentes naquela sociedade e se via cada vez mais constringida a subordinar sua política imperial

759 “Quando as leis de índios de 1605 e 1609 confirmaram a situação existente, cresceu o descontentamento dos colonos brasileiros contra a política da Coroa, que agora se orientava também de modo diferenciado nas regiões setentrional e meridional da colônia. Com a criação do Governo do Sul, em 1608, a atenção da Coroa dirigiu-se para as possibilidades de fomentar a lavra de metais preciosos no Brasil. Para atingir essa meta, o Rei concedeu à parte meridional do país algumas facilidades de emprego de mão de obra índia”. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, op. cit., p. 137.

às possibilidades econômicas das colônias. Também é difícil imaginar que a dinâmica entre o governo do Norte e do Sul não estivessem sob influência recíproca.

O principal motivo atlântico para a criação do Conselho da Índia foi a tentativa de apropriação da complementaridade, baseada no tráfico de escravos africanos e na liberdade indígena, entre esses espaços. Cristóvão de Moura iniciou suas críticas e exigiu a extinção do novo conselho em 1607, a Coroa insistiu nesse projeto que começou a ser colocado em prática exatamente nesse ano, com a apropriação do *asiento* e a coordenação das medidas no governo de Angola (Manuel Pereira Forjaz), Brasil (D. Diogo de Meneses) e Peru (marquês de Montesclaros). Somente depois do fracasso dessas medidas, que levaram a resistência generalizada da política adotada (dos conselheiros, dos comerciantes e financistas envolvidos no comércio ultramarino, e dos diferentes agentes coloniais), que a Coroa decidiu pela extinção do Conselho da Índia. As medidas de Felipe III aumentaram as hostilidades dos estrangeiros, profundamente envolvidos nos negócios ultramarinos, e acabaram por favorecer uma atitude de aliança ou de desinteresse pela defesa do império espanhol no ultramar. As medidas de Felipe III definem o principal marco de articulação da política atlântica, que articulava o tráfico à política indigenista, mas revelam, simultaneamente, os limites que poderiam levar aquela política. Sua continuidade e radicalização no reinado de Felipe IV levaram a ruptura do sistema de domínio e somente com Pombal essa política foi recuperada.

Considerações finais

Tratamos de sintetizar aqui algumas considerações que pudemos depreender da exposição dos quatro capítulos desta tese.

A complementaridade entre as formas de *dominium* no Atlântico definia-se por um sistema social tripartite, composto, juridicamente, por livres, forros e escravos; politicamente, por súditos, menores e estrangeiros; e, religiosamente, por cristãos, conversos e infiéis. Essa complementaridade tinha uma expressão geopolítica.

Nas Índias Ocidentais, a Coroa castelhana procurava incorporar uma parte substancial da população indígena pela condição jurídica de livres, pelo estatuto político de súditos e pagadores de impostos; e como trabalhadores, voluntários ou forçados, procurando desfazer o sentido privado (ou *personal*) desse trabalho e definindo-o como público (para o bem da República), como foi caracterizado, por exemplo, o trabalho nas minas de Potosí. A gestão do trabalho e das comunidades estava, na maioria das vezes, na mão de um chefe indígena designado pelas autoridades régias.

No Brasil, a caracterização política dos indígenas e o sistema de tributação não estavam claramente definidos. Em termos jurídicos, os “índios de paz” eram livres. A falta de um estatuto político definia uma administração direta pelos agentes europeus e era diversificada por meio da gestão missionária, régia ou colonial. A administração dos índios, ou “o governo dos gentios”, aproximava-se do sistema de poder doméstico, e os índios do Brasil foram considerados menores, amentes ou inconstantes. A caracterização dos índios se aproximava, em comparação com a América espanhola, às sociedades nômades e aos *insulanos*.

Na África Centro-Occidental, havia o reconhecimento pleno das autoridades nativas, em parte pela falta de poderio militar e de interesse de estabelecer, ali, um domínio efetivo. Nessas condições, as formas de domínio indireto se davam pelas embaixadas – com apoio militar, conversão ao cristianismo e laços de dependência comercial –, ou, no caso de organizações políticas mais centrífugas, pela vassalagem, que era disputada pelos colonos, missionários e a Coroa. Em Luanda foi estabelecido um espaço de domínio político, mas a experiência de mais de cem anos de tráfico europeu de escravos definiu a guerra como forma econômica privilegiada.

Em uma dimensão atlântica, tratava-se de um sistema de exploração compósito, definido pela complementaridade entre essas formas e estatutos de dominação. Esse

sistema levava em conta as especificidades nativas, coloniais e dos tempos históricos vividos; e passaram a ter uma expressão espacial, presente nas divisões político-administrativas e nos fluxos de comunicação entre esses espaços. Na mineração e na economia extrativista preponderava o trabalho indígena, na agricultura de exportação preponderavam os escravos africanos. Esses diferentes espaços de domínio e produção estavam articulados uns com os outros, e havia diferentes graus de complementaridade entre eles. Assim se relacionavam diferentes partes da América e da África subsaariana, a costa e a serra peruana, as repartições norte e sul do Brasil. Como observa Frederick Bowser para o caso peruano:

*“las realidades económicas y demográficas de Perú transformaron la mita y la esclavitud africana en instituciones complementarias y perdurables. En la sierra, y dondequiera que la población india seguía siendo relativamente densa, los nativos proporcionaban la mayor parte de la mano de obra, habitualmente bajo coerción. (...) Solo a lo largo de la costa peruana la mano de obra africana llegó a predominar, y aun ese proceso fue resultado tanto de la disminución de la población indígena como de la voluntad real”.*⁷⁶⁰

O significado polissêmico do conceito de *dominium* tem, nesse processo, implicações históricas profundas. A Coroa tem consciência de que as formas de dominação estavam fundamentadas em relações privadas e senhoriais sobre os índios e africanos, que impossibilitavam a passagem para as relações de soberania, porque dependeriam da efetividade da cidadania e liberdade indígena. Ao mesmo tempo, a simples legitimação dessas formas de dominação significaria o reconhecimento da soberania doméstica ou privada. Portanto, a política régia, em um sistema político de tensão e disputa, por meios de instrumentos de liberalidade e coerção estabelecia um compromisso entre a garantia e legitimação das modalidades de *dominium* existentes (escravidão, trabalho livre forçado e tutela), e exigia, em contrapartida, o reconhecimento da autoridade e das hierarquias. As relações de *dominium* sobre os indígenas e africanos, entre a escravidão e a condição de livres e súditos, são o ponto de compromisso e dissensão, que define o equilíbrio instável entre os poderes ultramarinos e as autoridades metropolitanas.

Além das tensões definidas por essa disputa, há uma diferenciação dos níveis de domínio relacionados às formas de dominação. Cada um dos agentes coloniais, da Coroa aos moradores, participa e se beneficia de uma parte do processo de exploração

760 BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial*, op. cit., p. 171.

colonial. Ou seja, as hierarquias de poder passam a ser definidas pelos níveis de apropriação de *dominium* sobre as populações não cristãs, reforçando a organização hierárquica daquela sociedade. A justiça e o poder régio, nas sociedades escravistas e senhoriais ultramarinas, definem-se pela capacidade de ordenar essas relações de *dominium*, em que cada membro recebe o benefício da exploração colonial de acordo com seu lugar naquela sociedade, na lógica aristotélica da justiça distributiva. Essas modalidades de domínio colonial, definidas aqui no contexto das relações que tinham o oceano Atlântico como centro, eram complementares e caracterizaram, de forma dialética, as relações de poder em perspectiva ibero-atlântica. As monarquias ibéricas modernas se formaram em relação dialética com o império atlântico.

Nos espaços ultramarinos, o movimento descrito pela política régia, entre a delegação de poderes, uma lei radical e sua reforma, definia com mais nitidez o lugar da autoridade régia nos espaços ultramarinos, como dispensador e legitimador de *dominium* sobre as populações subalternas, como regulador e árbitro das relações sociais, políticas e econômicas, e pelas prerrogativas de conceder graças e mercês ou de exercer a força. Além da perspectiva jurisdicional de sua soberania, delineiam-se as situações de exercício de um poder extraordinário para a repressão das desordens, para restauração da paz pública, por meio dos pretextos de “necessidade”, de “defesa” ou “proteção”. Essas situações de exceção eram definidas principalmente pelas relações de *dominium* com as populações nativas. Ou seja, a liberdade indígena, sua escravização indiscriminada, os maus tratos, as condições extorsivas das relações de *amos* passam a definir uma situação de perigo ou crise da ordem colonial e define um lugar jurídico de exceção, que legitimava uma intervenção do poder régio na realidade produtiva e social das colônias e lhe permitia ampliar os benefícios da exploração colonial.

Ao se definir o caráter de instabilidade permanente dessas sociedades, como repúblicas da instabilidade, o exercício desse poder extrajudicial se torna recorrente e quase perene. E o poder régio nos espaços ultramarinos passa a ser caracterizado pela tensão e combinação entre as relações de domínio patriarcal/doméstico, poder privado e soberania política.

Por meio dessa perspectiva, os primeiros historiadores da expansão ibérica escreveram obras sobre esses espaços de colonização com títulos sugestivos e dilemas duradouros. Las Casas escreveu a *Historia de las Indias*, extático entre o enaltecimento do Almirante e a violência da colonização. Frei Vicente de Salvador escreveu a *História do Brasil*, que lamentava “de lhe haverem chamado Estado do Brasil, tirando-lhe o de

Santa Cruz, com que pudera ser Estado, e ter estabilidade, e firmeza”; acrescentando que “nem um homem nesta terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular.” Por fim, para Angola, António de Cadornega, nos deixou a *História das Guerras Angolanas*, que estabeleceram o maior saldo de escravos transportados em toda história humana.

Uma das preocupações centrais deste trabalho foi aceitar o desafio proposto pela nova historiografia política europeia e investigar esse processo de formação política, econômica e social por meio das palavras e das ações da época. Não obstante, esta tese procurou dar um passo a mais, confrontando a construção teórica, ou voltada à realidade institucional europeia – presente tanto no “paradigma estadualista” como no “jurisdicionalista” –, à experiência extraordinária da expansão ultramarina e imperial. Essa intenção destacou, em primeiro lugar, a importância de se pensar o processo de colonização em sua especificidade histórica. Particularmente relacionada às modalidades de *dominium* sobre as populações indígenas e africanas e em sua relação dialética com a configuração das relações de poder nas sociedades novas e coloniais. Com o avanço das reflexões aqui estabelecidas, percebemos um sentido mais amplo da dialética da colonização, segundo a qual os ordenamentos políticos europeus também se reconfiguraram por meio desse processo histórico.

Essa percepção final, que encerra este trabalho, desfazia uma longa tradição do pensamento liberal, e também marxista, que opõe o Antigo ao Moderno, as sociedades escravistas e as sociedades livres, e que criou uma ilusão conceitual e histórica do Estado, definido pela separação entre o público e o privado. O antagonismo entre “Antigo Regime” e “Estado Moderno”, presente também no “paradigma jurisdicionalista”, tem graves consequências para a compreensão da divisão social e da organização política daquele período e para entendermos, no nosso caso, o Brasil atual e sua inserção no mundo contemporâneo.

A liberdade, a escravidão, a tutela, o poder corporativo, o trabalho assalariado, a soberania popular, a república, o privilégio etc. eram conceitos com uma longa tradição, que dialogavam com as fontes antigas, fundamentaram o direito e possuem raízes profundas no processo de formação política e social americana, europeia e das relações internacionais. Uma das invenções mais funestas da “modernidade” foi o silenciamento ou a vontade de silenciar esta herança; os modernismos e os pós-modernismos forjam a cada instante o inédito, e, diante de um presente sem passado, buscamos um futuro redentor. Anistia e progresso.

Essa violência da “modernidade” exigiu um mergulho profundo na documentação, numa busca de reconhecer as palavras, os discursos, os sentidos daquele passado, que, quanto mais nos parecia distante, difícil de decifrar, mais nos dava pistas do que somos e insistimos em ser. A combinação entre a escravidão e modalidades de trabalho “livre”, a percepção da lei e do direito como privilégio, por meio de um sistema hierárquico definido por relações patriarcais e patrimoniais, e, finalmente, a habilidade em incorporar novos mediadores das relações de *dominium* sobre os subalternos e trabalhadores. Em um processo histórico que não é “maquiavélico” ou de via única, mas que insiste em perpetuar a violência e a desigualdade como principal motor da história ocidental.

Assim, esse arcabouço de experiências e de ideias do “Antigo Regime” nos interessaram porque nos ajudaram a ver o hoje, porque reativaram a percepção da história como *continuum*, em que o historiador pode ser um agente histórico. O universo político, econômico e social dos séculos XVI e XVII fornece instrumentos mais poderosos de transformação histórica do que as construções liberais e iluministas dos séculos XIX e XX. Transformar pelo que somos e não pelo que gostaríamos de ser. Entendendo que o sistema político, econômico e social europeu e americano, e suas relações com a África, além das especificidades locais e regionais, definiram-se pela complementaridade, em uma perspectiva imperial de divisão do poder, do *dominium* e do direito.

Abreviaturas usadas no texto

ABNRJ: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1876.

ADCB: *ALGUNS documentos sobre a colonização do Brasil (século XVI)*. Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

AGS: Archivo General de Simancas, Valladolid. **SP:** Secretarias Provinciales.

ATT: Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa.

BA: Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

CPJB: LEITE, Serafim S. I. (Ed.). *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*. 3 vols. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

HAB: TAPAJÓS, Vicente (coord.). *História administrativa do Brasil*. Vol. 2: A política administrativa de D. João III. S.l. Rio de Janeiro: Dasp, 1966.

HCJB: LEITE, Serafim (S. I.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950.

HI: CASAS, Bartolomeu de las. *Historia de las Indias*. 5 tomos. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007 (Ed. fac-símile de Madrid, Imp. de Miguel Ginesta, 1875).

IPAH: MORANCHEL POCATERRA, Mariana; LOSA CONTRERAS, Carmen. *Instituciones político-administrativas de la América Hispánica (1492-1810) : Antología de Textos*. Madri: Universidad Complutense, 2000.

IST: *A ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI*. Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

LEAE: LUCENA SALMORAL, Manuel. “Leyes para esclavos : El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española”. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica*. Madri: Fundación Ignacio Larramendi, Fundación Mapfre Tavera, s.d. CD-ROM.

MMA: *MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA*. Coligida e anotada pelo padre António Brásio, C.S.Sp). Série 1, 15 vols. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1988.

OA: *ORDENAÇÕES AFONSINAS*. HEITOR, Ivana Susana Cortesão et al (Orgs.). Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, s.d.

OM: *ORDENAÇÕES MANUELINAS on-line*. COIMBRA, Arménio et al (Orgs.). Coimbra, s.d.

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1839.

Arquivos e bibliotecas, com a descrição de alguns fundos e manuscritos consultados

Espanha

Archivo General de Indias, Sevilla

Buenos Aires

- Buenos Aires, 1.
 - “Real cédula a los gobernadores del Río de la Plata y Tucumán ordenando que se ayude a Francisco de Sousa, que ha sido encargado por S. M. de beneficiar las minas de Brasil, Espíritu Santo y San Vicente”, 14 de julho de 1608.
- Buenos Aires, 2.
 - “Real cédula acerca del adoctrinamiento de los indios de la región de Guaira”, 24 de outubro de 1605.
 - “Reales cédulas al gobernador del Río de la Plata, al presidente de la audiencia de Charcas y a los oficiales reales sobre las fraudes que se cometen al entrar los esclavos por el puerto de Buenos Aires”, 26 de julho de 1610.

Charcas

- Charcas: 1, 19, 26, 45, 49.
- Charcas, 33.
 - “Carta del cabildo de la ciudad de Buenos Aires solicitando autorización para importar esclavos”, 28 de junho de 1606.
- Charcas, 34.
 - “Solicitud del cabildo de Córdoba de Tucumán para que se les permita el comercio con Brasil e importar esclavos de Angola”, 3 de março de 1606.
- Charcas, 48.
 - “Carta a S.M. de Diego de Castro; informa de los desórdenes que se produjeron en el Río de la Plata debido a entrada de esclavos”, 5 de junho de 1609.
- Charcas, 112.

- “Carta a S.M. del cabildo de la ciudad de Buenos Aires solicitando autorización para traer esclavos negros, dado que la peste de 1605-1606 redujo la población”, 21 de julio de 1612.
- Charcas, 120.
 - “Decreto del visitador de las provincias del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán que prohíbe las encomiendas con indios del Paraná, Tibajiba y Guaira que los jesuitas están convirtiendo”, 20 de octubre de 1611.
- Charcas, 123.
 - “Certificación extraída de los libros de la contaduría de Buenos Aires sobre los esclavos negros que entraron por ese puerto”, 1597 a 1607.

Contaduría

- Contaduría, S.2: Papeles de Asientos de Negros (1541-1734).
- Contaduría, 257: Licencias (1541-1602).
- Contaduría, 258-260: Asiento de Juan Rodríguez Coutiño (1601-1606).
- Contaduría, 261: Asientos de negros con diferentes compañías y particulares.
- N°1: “Asiento con Pedro Gómez Reynel y documentos referentes a éste”, 1595-1615.
 - N°2: “Asiento con Juan Rodríguez Coutiño, su continuación con Gonzalo Báez Coutiño, y documentos referentes a éste”, 1602-1610.
 - N°3: “Real Cédula dando comisión a Juan Alfonso de Molina Cano para administrar las licencias de negros para Indias por quiebra de Antonio Fernández de Elvas”. Lerma, 5 de noviembre de 1611.
 - N°4: “Real Cédula dando comisión a Melchor Maldonado para administrar las licencias de esclavos hasta que se arriende su renta”. Arganda, 24 de janeiro de 1615.
 - N°5: “Asiento con Antonio Fernández de Elvas y otros documentos”, 1615-1621.
- Contaduría, 196A: Ordenes, providencias generales y libranzas expedidas al receptor del Consejo, tesorero general, contador mayor y Consejo de hacienda (1561-1649).
 - N°5: “Cuatro Reales Cédulas relativas al cargo hecho a Francisco de Losa sobre el beneficio de las minas del Brasil”, 1608.

- N°15: “Una Real Cédula para que el licenciado don Melchor de Tebes, comisionado en Portugal, efectúe una transacción entre Juan Rodríguez y Gonzalo Báez Cautiño, asentistas de esclavos para Indias”, 1610.

Contratación

- Contratación, S.14: Esclavos (1518-1765).

Contratación, 5757: Licencias para pasar esclavos a Indias (1536-1717)

Contratación, 5760: Libros de asientos de licencias para esclavos (1518-1547).

Contratación, 5761: Libros de asientos de licencias para esclavos (1560-1584).

Contratación, 5762: Libros de asientos de licencias para esclavos (1577-1608).

Contratación, 5763: Libros de asientos de licencias para esclavos (1594-1615).

Contratación, 5764: Libros de cargo y data de la renta de esclavos (1561-1579).

Contratación, 5765: Libros de cargo y data de la renta de esclavos (1607-1620).

Contratación, 5766: Libros asiento de comisiones y contratas: renta de esclavos (1615 – 1633).

Contratación, 5758: Asientos y contratas de esclavos (1576-1765).

Contratación, 5759: Asentistas de esclavos (1612-1684).

Escribanía

- Escribanía, 846A: Pleitos Audiencia de la Plata (1595 – 1607)

Indiferente General

- Indiferente General, 433, 1.2: Registro de Reales Cédulas, Reales Provisiones y Cartas Acordadas del Consejo de Indias despachadas de oficio con nombramientos, instrucciones, gracias, libramientos etc. dirigidas a autoridades y particulares de las Indias y de la Península (20/4/1591-8/4/1596).
- 750, 751, 752.
- Indiferente General, 2766: “Real cédula a los oficiales reales del Río de la Plata para que confisquen las propiedades de dos tratantes de esclavos en el Río de la Plata”, 30 de janeiro de 1607.

Patronato

- Patronato, 29: Descubrimientos, descripciones etc.: Perú (1544-1640).

- Patronato, 33: Descubrimientos, descripciones etc.: Estrecho de Magallanes (1558-1620).
- Patronato, 191: Papeles de buen gobierno: Perú (1585-1604).
- Santo Domingo, 869.
 - “Carta de S.M. al capitán general de Santo Domingo; manifiesta tanto la conformidad con el trato dispensado a un grupo de indios de Brasil como la conveniencia de mantenerlos ocupados”, 18 de agosto de 1607.

Archivo General de Simancas, Valladolid

Secretarias Provinciales

Libros: 1421, 1422, 1464, 1465, 1473, 1484, 1485, 1486, 1490, 1496, 1497, 1504, 1505, 1507, 1509, 1510, 1514, 1557, 1559, 1560, 1574, 1576, 1577, 1578.

- Secretarias Provinciales, 1466 – Consultas del Duque de Lerma (1606-1607).
 - Destaque para as minas do Brasil, relações entre as mercês concedidas a Gabriel Soares de Sousa e a D. Francisco de Sousa, 16 e 17 de agosto de 1607 e 17 de setembro de 1607, ff. 284-285v., 287-290, 298-310v.
- Secretarias Provinciales, 1472 – Consultas del Consejo de Hacienda (respondidas por S. M., 1613).
 - “Do Conselho da Fazenda sobre matéria de Angola”, 24 de janeiro de 1613, ff. 32-34.
 - “Sobre os conluios que há nos contratos”, 25 de janeiro de 1613, f. 35.
 - “Do Conselho da Fazenda sobre o que pede dona Maria de Távora viúva de Dom Manuel Pereira”, 22 de fevereiro de 1613, ff. 53-54.
 - “Do Conselho da Fazenda sobre o que pede o provincial da Companhia de Jesus do estado do Brasil”, 22 de junho de 1613, ff. 216-217.
 - “Do Conselho da Fazenda sobre Gonçalo Vaz Coutinho”, 18 de julho de 1613, ff. 272-272v, e 31 de dezembro de 1613, ff. 493-494.
 - “Sobre as dívidas de João Rodrigues Coutinho”, 11 de setembro de 1613, ff. 356-356v.
- Secretarias Provinciales, 1476 – Consultas sobre África y conquista (respondidas por S. M., 1605-1607).
 - “Nomeação para Relação do Brasil”, 19 de janeiro de 1606, ff. 42-44.

- “Sobre uma carta que escreveu Manoel de Sousa Coutinho a S. M. desde el Brasil”, 5 de junho de 1606, ff. 102-102v. 1479, 1481.
- Secretarias Provinciales, 1483 – Libro de consultas originales (1603-1609).
 - “Sobre o dinheiro que no Brasil tomou Dom Francisco de Sousa dos defuntos dos ausentes”, 19 de fevereiro de 1608, f. 135.
- Secretarias Provinciales, 1488 – Despachos de negocios y quejas de particulares (1603-1605).
 - “Sobre uma consulta da Mesa de Consciência que trata sobre o que escreveu o governador do Brasil, sobre a adequação dos religiosos administrarem as aldeias dos gentios, pede informação secreta ao bispo do Brasil”, 30 de abril de 1604, ff. 54v.-55.
- Secretarias Provinciales, 1491 – Despachos de Estado y Justicia (1604-1605)
 - “Residência feita sobre o governo de João Furtado de Mendonça foi enviada a D. Francisco de Sousa, governador do Estado do Brasil”, 21 de julho de 1605, f. 208v.
 - “Sobre duas cartas enviadas por Diogo Botelho, consultar o Conselho da Índia”, 21 de julho de 1605, f. 209v.
 - “Sobre o procedimento dos padres da Companhia de Jesus do Brasil”, 21 de julho de 1605, ff. 210v.-211.
 - “Sobre a falta que há em Angola, Congo e outra partes de suficientes ministros para promulgação do Santo Evangelho”, 21 de julho de 1605, ff. 211v-212.
- Secretarias Provinciales, 1492 – Cartas de S. M. (1605).
 - “Os secretários do C. da Índia, devem ser naturais de Espanha”, 13 de agosto de 1605, f. 5.
- Secretarias Provinciales, 1495 – Registros de cartas de S. M. (1607).
 - “D. Francisco de Sousa, sobre a residência que Sebastião Carvalho deveria tirar do ex-governador, mas por esse estar novamente a serviço da Coroa, a mesma não deve ser feita nesse momento”, 26 de novembro de 1611, ff. 57-57v.
- Secretarias Provinciales, 1575 – Relación de gastos coloniales (1605).
- Secretarias Provinciales, 1506 – Despachos de S. M. para El virrey y gobernadores de La Corona de Portugal (1612-1617).

- “Para Salvador Correa de Sá continuar os descobrimentos das minas que estavam a cargo de Francisco de Sousa”, 24 de julho de 1613, ff. 18v.-19.
- Secretarias Provinciales, 1508 – Cartas de S. M. (1613-1614)
 - “Pede informação ao Conselho da Fazenda sobre as demandas de Gonçalo V. Coutinho”, 13 de novembro de 1613, f. 73v.
- Secretarias Provinciales, 1511 – Registros de cartas sobre assuntos de Estado (1614-1615).
 - “Provincial da Companhia de Jesus no Brasil pede confirmação dos privilégios para não pagarem direitos nas alfândegas”, 5 de março de 1614, f. 11v.
 - “Para o Vice-rei sobre dom Gonçalo Coutinho que estava nomeado para governador de Angola, e se prover aquele cargo em outra pessoa, 30 de julho de 1614, ff. 130v.-131.
 - “Sobre a extinção do Conselho da Índia”, 21 de março de 1615, f. 297v.
- Negociación de Francía, legajos: K1451-K1453.
- Negociación de Portugal, legajos: 435-436.

Biblioteca Nacional de España, Madrid

- Mss. 11.319(30): “Carta de S. M. para el Conde de Castro emabaxador en Roma”, 1610.
- Mss. 10.351: “Carta y discurso que desde Amberes, remitió al Sr. Rey Don Felipe Segundo, El Celebre Doctor Benito Arias Montano. Sobre las malas operaciones, y falsa doctrina de los Padres de la Compañia de Jesus”, 1575.

Portugal

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

- Angola, caixa 1 (1602-1618).
 - Doc. 9 A: “Resposta do Contratador Duarte Dias Henriques à modificação que lhe foi feita, acerca de querer ou não continuar com o contrato de Angola, em virtude da revogação da lei em vigor desde 1601”.
 - Doc. 12: “Carta de André Velho da Fonseca, executor da Fazenda Real no Reino de Angola dando conta das irregularidades ordenadas pelo

governador D. Manuel Pereira a Manuel Drago, feitor e procurador de Duarte Dias Henriques, contratador dos escravos, nos provimentos da nau N. S. de Guadalupe”, 5 de fevereiro de 1611.

- Doc. 13: “Carta do governador de Angola D. Manuel Pereira a João de Argomedo”, 13 de março de 1611.
- Doc. 23: “Carta do Governador de Angola, Bento Banha Cardoso, dando conta das providências que tomou acerca da execução das provisões de S. M. sobre a substituição do licenciado André Velho da Fonseca pelo ouvidor licenciado Manuel Vogado e da fazenda que ficou por morte do governador D. Manuel Pereira”, 3 de agosto de 1612.
- Doc. 27: “Carta do governador de Angola, Bento Banha Cardoso, sobre as dívidas que deixou D. Manuel Pereira e arrecadação dos bens que ficarem por sua morte e ainda sobre a prata lavrada que cobrou e pertenceu ao mesmo”, 27 de janeiro de 1613.
- Doc. 40: “Treslado de um *asiento* que mandou fazer o senhor governador Bento Banha Cardoso”, 21 de agosto de 1615.
- Doc. 58: “Consulta do Conselho da Fazenda. Sobre a satisfação que se tem do dinheiro que se disse que Bento Banha Cardoso despendeu em Angola contra Regimento governando aquele Reino”, 31 de outubro de 1616.
- Doc. 96: “Do Conselho da Fazenda sobre Duarte Roiz”, 3 de dezembro de 1618.
- Doc. 105: “Cópia da Relação dos costumes, ritos e abusos do Bispo de Congo, que o Bispo deu a V. M., e pecados que nele se cometem”, 7 de setembro de 1619.

Arquivo da Torre do Tombo

- Cartório dos Jesuítas: maços 6 a 103.
- Livros de Chancelaria de Felipe II e Felipe III.
- Corpo Cronológico
 - Parte II, maço 319, doc. 144: “Traslado dos Autos que se processaram por morte do Governador do Reino de Angola D. Manoel Pereira e da Eleição que a Câmara, Bispo, e mais pessoas daquele Reino fizeram para o

novo Governo em o Capitão Bento Banha Cardozo”. Luanda, 15 de abril de 1611.

- Desembargo do Paço: livros 1 a 6.
- Inquisição de Lisboa.
 - Nº 776: Visitação a Angola (1595-1597).
- Livros de Leis: 1 a 3

Biblioteca da Ajuda

- Códices: 44-XIV-1 a 3, 7 a 10; 46-IX-4 a 9; 46-X-12; 47-XII-20 a 23; 49-X-4 e 5; 50-V-37 e 39; 51-II-25; 51-IV-48; 51-VI-28 e 52; 51-VII-6 a 11, 17, 20, 21, 26, 32; 51-VIII-4, 5, 8, 9, 13 a 17, 20, 22, 25, 42, 43, 46, 48; 51-IX-2, 9, 20, 21, 24, 29; 51-X-12-15 e 33; 51-XI-1 e 33; 52-VIII-58.
- Códice 44-XIV-4.
 - “Consulta do Desembargo do Paço, sobre a formação da Relação do Brasil, e nomeação de letrados, aproveitando alguns ofícios naquele Estado e Regimento”, 15 de fevereiro de 1590, ff. 43v., 64, 66v-67.
- Códice 44-XIV-6.
 - “Cartas de El-Rei, Consultas do Desembargo do Paço e Pareceres para que não possa ser cativo o gentio do Brasil”, 10 de abril a 16 de outubro de 1595, ff. 179-184v.
 - “Parecer do P. Gaspar Beliarte, da Companhia de Jesus, que foi Visitador no Brasil, para que não se cativem o gentio naquele Estado”. “Outros, de Cosme Rangel, Martim Leitão, António de Aguiar que foi Ouvidor-geral no Brasil; e Relação do Bispo Presidente do Desembargo do Paço, sobre os ditos pareceres”. Lisboa, 14 de julho de 1595, ff. 185-197v.
- Códice 49-X-1.
 - “Cartas d’ El Rei para D. Duarte de Castelo Branco, Meirinho-mor, pedindo novas de Angola”. Elvas, 14 de janeiro de 1581, ff. 291, 292v.
 - “Sobre se ouvir a Belchior Nunes nas coisas da Mina e nas de Angola e apurar os papeis que tratam de Paulo Dias”. Elvas, 25 de janeiro de 1581, ff. 313-313v., 318-318v.

- “Carta de El-Rei a D. Duarte de Castel Branco mandando dar a Frutuoso Barbosa, Capitão da gente da povoação da Paraíba ferramentas para distribuir pelo gentio”. Abrantes, 16 de março de 1581, f. 344.
- Códice 51-V-15.
 - “Carta de El-Rei ao Conselho da Índia, ordenando se veja no Conselho uma petição que os Índios do Brasil, convertidos novamente a nossa Santa Fé, fizeram sobre os dízimos, e se lhe consulte o que nele parecer sobre o conteúdo da petição para mandar o despacho”, 13 de agosto de 1604, f. 2.
- Códice 51-V-41.
 - “Roteiro geral com largas informações de toda a Costa que pertence ao Estado do Brasil e a descrição de muitos lugares dele especialmente da Bahia de todo os Santos”. Gabriel Soares de Sousa, Madri, 1 de março de 1587, ff. 28-77v.
- Códice 51-V-48 – Governo de Diogo Botelho.
- Códice 51-V-71 – Cartas de Felipe II para o Bispo D. Pedro de Castilho, (fev.-dez. de 1606).
 - “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, tocante à informação que teve das partes do Brasil, da grande falta de mantimentos e se venderem por preços excessivos, e que tudo isto procede dos escravos que servem nos engenhos obrigados do mau tratamento, ordenando ao Conselho da Índia que veja esta matéria, trate do remédio, e diga se acha a propósito mandar pôr uma lei que todos os donos dos engenhos que tiverem escravos lhes dêem em cada semana um dia livre para eles trabalharem para si”, 30 de abril de 1606, f. 21v.
 - “Sobre as petições de D. Manuel Pereira, provido no Governo de Angola”, 30 de abril de 1606, f. 22.
 - “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho para que se responda ao que escreveu Manuel de Sousa Coutinho, do Rio de Janeiro, que pretende o governo de Angola, e se recomende a D. Manuel Pereira, que está nomeado por Governador deste Estado se apronte para sair na primeira monção”, 31 de julho de 1606, ff. 85v.-86.
- Códice 51-V-84 – Cartas do Vice-Rei D. Pedro de Castilho para El-Rei Felipe II (1605-1606).

- “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, enviando com esta o Regimento e Provisões que se usavam no governo do gentio do Brasil no tempo de Felipe I, e outras que agora se escreveram no Conselho da Índia com uma Consulta do mesmo tribunal sobre esta matéria, e dizendo que se deve escrever ao Governador do Brasil para que se faça executar e cumprir as Provisões, e que o governo do gentio se não deve tirar aos Padres da Companhia por haver muitos anos que o exercitam e não existir queixa deles”. Lisboa, 8 de outubro de 1605, f. 47v.
- “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, tocante a uma consulta do Conselho da Índia, sobre a informação que se teve do ouro que pelo Rio da Prata se levava todos os anos de Potosí para o Brasil”. Lisboa, 7 de janeiro de 1606, f. 86.
- Códice 51-VI-46.
 - “Regimento do Conselho de Portugal, dado por Felipe II”. Madri, 30 de novembro de 1607, ff. 126-133.
- Códice 51-VI-54 – Papéis vários pertencentes às conquistas da América e Índia (sécs. XVI-XVII)
 - “Relação das despesas do Estado do Brasil no ano de 1610”, ff. 169-180.
 - “Relação dos ofícios da Justiça e Fazenda da apresentação de S. M.” (Brasil), 2 de outubro de 1606, ff. 160-164v., 229-235.
 - “Caderno dos cargos de guerra, da justiça e da fazenda do Reino de Angola que o governador Manuel Cerveira Pereira mandou fazer, por ordem de S. M”. Luanda, 27 de outubro de 1606, ff. 249-251v.
 - Gastos ordinários que se fazem em Angola por conta da fazenda de S. M., a fora os extraordinários que sempre sucedem serem muitos, 1614, ff. 256-257.
- Códice 51-VII-15 – Consultas do Conselho da Índia (1603-1609).
 - “De Sua Majestade de 31 de janeiro de 1605 ao Conselho da Índia, resposta a sua consulta do dito tribunal, sobre algumas matérias que pertencem ao Estado do Brasil: sobre os gentios”, ff. 17-17v.
 - “Sobre as residências que manda tirar a Dom Francisco de Sousa e a João Furtado de Mendonça”, 21 de julho de 1605, f. 36.

- “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, comunicando que irão neste despacho duas cartas que escreveu Diogo Botelho, Governador do Brasil, sobre matérias importantes, recomendando que as faça logo ver no Conselho da Índia e do que se assentar se lhe envie resposta, e do cativo dos índios daquelas partes de que trata em uma delas se advirta que em nenhum caso o deve haver e que por causas e razões justas de direito se deve cumprir a lei que El-Rei D. Sebastião sobre isso mandou passar ou fazer-se outra nova”, 21 de julho de 1605, f. 33.
 - “Em carta de Sua Majestade de 4 de março de 1608: sobre a liberdade do gentio do Brasil”, ff. 189-189v.
 - “Sobre algumas cartas de D. Manuel Pereira, governador de Angola”, 10 de março de 1609, ff. 256 e 257, 15 de julho de 1609, f. 281, 16 de junho de 1609, ff. 282, 283-283v.
 - “Em carta de Sua Majestade: sobre a lei dos índios”, 28 de janeiro de 1609, ff. 293-293v.
- Códice 51-VIII-6 – Cartas de Felipe II, para o Bispo D. Pedro de Castilho (1604-1614)
- “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, ordenando se veja no Conselho da Fazenda, a petição de António Colaço, da Companhia de Jesus, em nome da Província do Brasil”, 12 de fevereiro de 1605, f. 55v.
 - “Carta Régia sobre as coisas da conquista e contrato de Angola”, 22 de fevereiro de 1605, f. 61.
 - “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, agradecendo a diligência que empregou para que D. Diogo de Meneses, que vai por Governador do Brasil e D. Manuel Pereira, com o mesmo cargo para Angola, partissem com urgência para aqueles Estados”, 31 de maio de 1607, f. 315v.
- Códice 51-VIII-7 – Copiador de cartas de S. Majestade para o bispo, D. Pedro de Castilho vice-rei (1603-1606)
- “Carta de S. M. para o Bispo D. Pedro de Castilho sobre se tirarem novas devassas em Angola por pessoas de confiança para se averiguar do delito cometido por D. Jerônimo de Almeida”, 24 de maio de 1605, ff. 39v-40.
 - “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, sobre os índios que Pedro Coelho, quando foi enviado por Capitão ao descobrimento das terras

do Maranhão, mandou para Pernambuco, entendendo que eram seus cativos; considerando as razões que nesta matéria se oferecem, manda que se dê a estes inteira liberdade e sejam enviados a suas terras”, 16 de agosto de 1605, f. 111v.

- “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, relativa à queixa que Diogo Botelho, enviou por sua petição, dizendo que Belchior Dias Prêto, lhe fizera embargar sua fazenda e rendimentos, por algumas dívidas antigas, que nisto recebia muita desconforto por ter seus filhos na Corte com muito gasto, e com sua ausência não podia dar descargos nem apresentar papéis, pedindo que enquanto estivesse no Brasil não fosse executado, e mandado levantar o embargo, e que dentro de um ano dê satisfação da dita dívida”, 26 de outubro de 1605, f. 218v.

- “Carta de El-Rei ao Bispo D. Pedro de Castilho, em que diz ter sido informado que de Potosí, baixam cada ano pelo Rio da Prata, ao Brasil, mais de 500.000 cruzados em moeda e pastas de ouro e prata, como se vê pela relação que envia, e recomendando que se faça ver pelo Conselho da Índia para resolver o que se deve fazer para evitar este dano”, 26 de novembro de 1605, ff. 220-220v.

- Códice 51-VIII-18 – Governo de Portugal, vol. XV (1606-1607)

- “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, sobre a consulta do Conselho da Índia, acerca da pretensão que os Religiosos da Companhia, têm de se lhe encarregarem a empresa da quantia das terras do Maranhão que eles se oferecem a fazer e converter os gentios daquelas províncias”. Lisboa, 12 de março de 1607, f. 176.

- Códice 51-VIII-19 – Governo de Portugal, vol. XVI (1605-1607)

- “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho para S. M. sobre se não deferir a pretensão de D. Jerônimo de Almeida por em Angola se ter levantado contra o Governador, seu irmão, D. Francisco”, 1 de setembro de 1607, ff. 3-3v.

- “Carta do Bispo D. Pedro de Castilho a El-Rei, tocante à consulta do Conselho da Índia, sobre o descobrimento das terras novas do Rio Grande para a parte do Maranhão, que o Governador Diogo Botelho, mandou fazer no Brasil pelo Capitão Pedro Coelho de Sousa, em que o seu parecer é que deve mandar pessoa de confiança, para que veja a importância delas e avise

particularmente, fazendo mercê a Diogo Botelho, e porque este serviço é demorado e não convém prorrogar o tempo do seu governo, pois que indo outra pessoa folgará de ganhar honras neste descobrimento, e a título das devassas que se tiraram de Diogo Botelho, se poderá simular a necessidade de ele estar naquele governo. Lisboa, 21 de maio de 1605, f. 140v.

- Códice 51-VIII-21 – Cartas d’El-Rei ao Castelo-Rodrigo, Cristóvão de Moura, Vice-Rei de Portugal, e ao Bispo D. Pedro de Castilho, Vice-Rei (...).

- “Carta de El-Rei em resposta a uma consulta do Desembargo do Paço, sobre a pretensão que o Provincial da Companhia do Estado do Brasil e os Reitores dos Colégios e Casas e Residências dele, têm de que se lhes aceitem nas Confirmações os Privilégios tocantes aos ditos Religiosos, sem embargo de ser passado o tempo em que os haviam de apresentar, em que diz que a dúvida de Rui Dias de Meneses foi bem posta e o Desembargo não deverá ordenar que os ditos Privilégios se recebam”, 16 de outubro de 1613, f. 143v.

- Códice 51-IX-25 – Neste livro se contém as primeiras Relações dos Descobrimentos da costa de Guiné, Mina, Cacheu, Angola, Congo, Bengala (...).

- “Relação das coisas notáveis do Reino de Angola”. Baltasar Rebelo de Aragão, 31 de outubro de 1624, ff. 42-44v.
- “Memorial do Capitão Mendes Castelo Branco sobre o reconhecimento, conquista e colonização de Angola, fortificação de Luanda, missões religiosas”, 1621, ff. 79-85.
- “Proposta do Capitão Garcia Mendes Castelo Branco a El-Rei de um regime de aforamento e tributação dos sobados, e proteção dos indígenas, no Reino de Angola”. Madri, 16 de janeiro de 1620, ff.93-95v.
- “Tratado do que sei de Angola e do que mais me parece convém ao serviço de Deus e de Sua Majestade digo Senhor”. Antônio Dinis, 1621, ff. 99-102.

Biblioteca Nacional, Lisboa

- Códice 8554 – “Catálogo dos Governadores do reino de Angola com uma prévia notícia do princípio de sua conquista (...)”.

- Coleção Pombalina, 249

- Documentos sobre o comércio de escravos, ff. 11-65v.
- “Informação do procedimento ilegal de Diogo Botelho, governador no Brasil, dada a S. Majestade por Bento do Amaral”, f. 204.
- Coleção Pombalina, 644
 - “Cópia do parecer dos Desembargadores do Paço sobre a doação de Paulo Dias no Reino de Angola”. Lisboa, 28 de setembro de 1590, ff. 111v-112.
 - “Devassa que se tirou de Francisco Giraldes que foi pelo ordinário de 9 de dezembro de 1589”, ff. 193v.-194v.
 - “Treslado do Regimento que levou Francisco de Sousa governador do Brasil”, 1590, 27 de janeiro de 1602 (?), ff. 292-306.

Códice 7627

- “Regimento do capitão e governador do reino de Angola Luis Mendes de Vasconcellos”, 3 de setembro de 1616. (Com as modificações necessárias para servir de original ao que se passou a João Corrêa de Sousa, em 15 de janeiro de 1620), ff. 12-15v.
- GUERREIRO, Fernão, 1550-1617, S. J. “Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné, nos anos de seiscentos & dois & seiscentos & três, & do processo da conversam, & cristandade daquelas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Lisboa, Jorge Rodrigues, 1605.

Fontes impressas e digitalizadas

A Ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI. Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ALGUNS documentos sobre a colonização do Brasil (século XVI). Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ANGOLA no século XVI. Direção de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ANCHIETA, Pe. José de (S.J.). *Cartas: correspondência ativa e passiva.* Obras completas, 6º volume. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

ARISTOTE. *Politique.* Paris: Les Belles Lettres, 1960-2002.

BÍBLIA SAGRADA: edição pastoral. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

BLEDA, Jaime. *Crónica de los moros de España: dividida en ocho libros* (1618). In: GARCÍA GARCÍA, Bernardo José (Comp.). *Obras Clásicas sobre los Austrias. Siglo XVII.* Madri: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Mapfre, 1998. CD-ROM.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portugues & Latino, aulico, anatomivo, architectonico...* Coimbra, 1712-1728. Disponível em <URL: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

BODIN, Jean. *Les six livres de la République.* Paris, Chez Jacques du Puys, 1583.

BOTELHO, Diogo. “Correspondência de Diogo Botelho (Governador do Estado do Brasil) (1602-1608)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. LXXIII, parte I, p. 1-258, 1910.

BRASIL 1500: quarenta documentos. Organização de Janaína Amado e Luís Carlos Figueiredo. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

BRITO, Domingos de Abreu e. *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.* Edição de Alfredo de Albuquerque Felner. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931 [1592].

CADORNEGA, Antonio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas, 1680.* 3 tomos. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha : com um estudo de Jaime Cortesão*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978 [1585].

CARTAS para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa (1540-1627). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Rio de Janeiro: Centro de história e documentação diplomática, 2001.

CASAS, Bartolomeu de las. *De Regia Potestate o Derecho de Autodeterminacion*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969.

CASAS, Bartolomeu de las. *Brevíssima Relação da Destruição de África*. Lisboa: Antígona, 1996.

CASAS, Bartolomeu de las. *Brevísima relación de la destrucción de las Índias*. Ed. de José Miguel Martínez Torrejón. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006.

Disponível em: <URL: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=12345&portal=244>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

CASAS, Bartolomeu de las (1474-1566). *Entre los remedios que don fray Bartholome de los Casas ... refirió por mandado del Emperador ...en los ayuntamientos que mando hacer su magestad de perlados y letrados y personas grandes en Valladolid el año de mil a quinientos y quarenta y dos para reformación de los Indias...* Sevilha: Casas de Jacome Cróberger, 1552.

CASAS, Bartolomeu de las. *Fray Bartolomé de Las Casas, disputa o controversia con Ginés de Sepúlveda conteniendo acerca de la licitud de las conquistas de las Indias*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. (Ed. digital a partir da *Revista de Derecho Internacional y Política Exterior*, 1908, reproduzida literalmente da edição de Sevilha de 1552 e cotejada com a de Barcelona de 1646, p. 1-169). Disponível em: <URL: <http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=26663&portal=244>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

CASAS, Bartolomeu de las. *Aquí si co[n]tiene[n] treynta propositiones muy juridicas: en las quales sumaria y succintamente se toca[n] muchas cosas pertenecie[n]tes al derecho q[ue] la yglesia y los principes christianos tienen, o puede[n] tener sobre los infieles de qual quier especie que sean...* Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008 (Ed. fac-símile da edição de Sevilha, casa de Sebastián Trugillo, 1552).

Disponível em: <URL:

<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=29816&portal=244>>. Acesso em: 23 mar 2010.

CASAS, Bartolomeu de las. *Tratado comprobatorio del Imperio soberano y principado universal que los Reyes de Castilla y Leon tienen sobre las Indias*. Sevilha: Casa de Sebastián Trugillo, 1553.

CASAS, Bartolomeu de las. *Historia de las Indias*. 5 tomos. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007 (Ed. fac-símile de Madri, Imp. de Miguel Ginesta, 1875).

COLÓN, Cristóbal (1445-1515). *Los cuatro viajes del almirante y su testamento*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. Disponível em: <URL: <http://cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=0&Ref=7976>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

DIÁLOGOS das grandezas do Brasil. Edição segundo o apógrafo de Leiden por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Imprensa Universitária, 1962 [1618].

DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal [1496-1584]. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España (Manuscrito Guatemala)* (ed. crítica de José Antonio Borbón Rodríguez. México: El Colegio de México, Universidad Autónoma de México, Serviço Alemán de Intercambio Académico; Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2005. *DOCUMENTOS para a história do açúcar*, 3 vols. Rio de Janeiro, Serviço especial de documentação histórica, 1954-1963.

EVREUX, Yves d'. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. São Paulo: Siciliano, 2004.

FARIA, Manuel Severim de. *Noticias de Portugal*. Lisboa Occidental, Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740 [1655]. Disponível em: [URL:http://purl.pt/698](http://purl.pt/698). Acesso em: 4 dez 2008.

FELIPE II, D. “O Regimento do fundador de Benguela (1615) e o sentido humano e científico dessa ‘Conquista’”. ANDRADE, António Alberto Banha de. *Revista Stvdia*, Lisboa, Nº 33, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, dezembro de 1971.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil. História da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965 [1574].

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. Lisboa, Officina de Antonio Gonsalvez, 1576. Disponível em: [URL:http://purl.pt/121](http://purl.pt/121). Acesso em: 4 dez. 2008.

GROTIUS, Hugo. *The Free Sea*. Indianápolis: Liberty Fund, 2004.

“HISTORIA de la fundacion del Collegio de la Baya de todo los Sanctos, y de sus residencias”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, vol. XIX, p. 77-121, 1897.

“HISTORIA de la fundacion del collegio de la capitania de Pernanbuco ”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, vol. XLIX, p. 5-54, 1927.

“HISTORIA de la fundacion del Collegio del Rio de Henero y sus residencias”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, vol. XIX, p. 122-138, 1897.

“INQUÉRITO em Moçambique no ano de 1573”. *Revista Stvdia*, Lisboa, nº 6, julho de 1960.

IUS LUSITANIAE – Fontes Históricas de Direito Português. Coordenação de Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, s.d. Disponível em: [URL:http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php). Acesso em: 23 mar. 2008.

JOÃO III, D. “Carta de grandes poderes ao capitão-mor, e a quem ficasse em seu lugar”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, p. 74-76, 1º trim. 1861.

JOÃO III, D. “Carta de poder para o capitão-mor criar tabeliães e mais oficiais de justiça”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, p. 77-78, 1º trim. 1861.

JOÃO III, D. “Carta para o capitão-mor dar terras de sesmaria” *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, p. 78-79, 1º trim. 1861.

KNIVET, Anthony. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet: memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas*

Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007 [1591].

LAS SIETE PARTIDAS del Rey Don Alfonso el Sabio [1258-1284]: cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia. 3 tomos. Madri: Imprenta Real, 1807.

LEITE, Serafim S. I. (Ed.). *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*. 3 vols. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

LEITE, Serafim (S. I.). (Org.). *Novas cartas jesuíticas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

LIVRO 1º do Governo do Brasil (1607-1633). Edição de João Paulo Salvador e Susana Munch Miranda. S.l.. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática (MRE), 2001.

LÓPEZ MEDEL, Tomás. *Colonización de América : informes y testimonios (1549-1572)*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Maquiavel – vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARIANA, Juan de. *Del Rey y de la Institución Real* [1599]. 2 tomos. Madri: Publicaciones Españolas, 1961.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. II tomos. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal de Cultura, 1972.

MENESES E SEQUEIRA, D. Diogo de. “Correspondência do Governador Dom Diogo de Meneses, 1608-1612”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. LVII, p. 33-81, 1935.

MERCADO, Tomás de. “Del trato de los negros”. In: *Summa de tratos y contratos*, Sevilha, Casa de Hernando Diaz, 1571.

MOLINA, Luis de. *De iustitia et iure*. In: FRAGA IRIBARNE, Manuel (Ed.). *Los seis libros de la justicia y del derecho*. Madri: ed. José Luis Cosano, 1943.

MOLINA, Luis de. *De bello*. In: FRAGA IRIBARNE, Manuel (Ed.). *Luis de Molina y el derecho de la guerra*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947.

MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA. Coligida e anotada pelo padre António Brásio, C.S.Sp). Série 1, 15 vols. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1988.

MORANCHEL POCATERRA, Mariana; LOSA CONTRERAS, Carmen. *Instituciones político-administrativas de la América Hispánica (1492-1810) : Antología de Textos*. Madri: Universidad Complutense, 2000.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955 [1612].

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão : por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. São Paulo: Siciliano, 2001.

NÓBREGA, Manuel da, S.J. *Cartas do Brasil e mais escritos (opera omnia)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955.

NOTÍCIAS antigas do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. LVII, p. 1-28, 1935.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. HEITOR, Ivana Susana Cortesão et al (Orgs.). Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, s.d. Disponível em: <URL: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

ORDENAÇÕES FILIPINAS on-line. SALGUEIRO, Ângela dos Anjos Aguiar et al (Orgs.). Coimbra, s.d. Disponível em: <URL:<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

ORDENAÇÕES MANUELINAS on-line. COIMBRA, Arménio et al (Orgs.). Coimbra, s.d. Disponível em: <URL: <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/ordemanu.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

“PROCISSAM : relação das festas que a Residencia de amgolla fez na beatificação do beato padre Francisco de Xauier da Companhia de Jesus”. (Transcrição e anotações Adriano Parreira. Lisboa, Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994).

PAULICEAE LUSITANA MONUMENTA HISTORICA. (Organização de Jaime Cortesão). 3 vols. Lisboa: Publicações do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956-1961.

PEÑA, Juan de la. *De bello contra insulanos intervencion de España en America. Escuela Española de la Paz. Segunda Generación, 1560-1585. Posición de la Corona*. Vol. X. Madri: CSIC, 1982.

PIGAFETTA, Filippo; LOPES, Duarte. *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989 [1591].

PINA, Rui de [1440?-1522?]. *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva corónica y buen gobierno*. 3 vols. México: Fondo de Cultura Económica, 2005 [1615].

RESENDE, Garcia de. *Crónica de dom João II e miscelânea*. Lisboa: Nacional-Casa da Moeda, 1973 [1545].

“RESOLUÇÃO que o bispo e ouvidor-geral do Brasil tomaram sobre os injustos cativeiros dos Indios do Brasil, e do remédio para aumento da conversão e da conservação daquele Estado”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, t. 57, parte 1, p. 92-97, 1894.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, T. 1, 1839; T. 6, 1844; T. 12, 1874; T. 24, 1861?; T. 62, 1900; T. 67, 1906; T. 73, 1910; T. 94, 1920; T. 105, 1928.

RODRIGUES, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, quinto Provincial que foi da mesma Companhia no Estado do Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1978.

ROA DÁVILA, Juan. *De Regnorum Iustitia*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1970 [1591].

SÁ, Mem de. “Documentos relativos a Mem de Sá, governador geral do Brasil.” *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. XXVII, p. 127-280, 1905.

SALVADOR, Vicente (Frei). *História do Brazil* [1627]. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

SANDOVAL, Prudencio de. *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V (1614-1618)*. 2 vols. In: GUILLAMÓN ÁLVAREZ, Francisco Javier; RUIZ IBÁÑEZ, José Javier (Comps.). *Obras Clásicas sobre los Austrias. Siglo XVI*. Madri: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Mapfre, 1998. CD-ROM.

SANDOVAL, Alonso de. *Un tratado sobre la esclavitud*. Madri: Alianza Editorial, 1987 [1647].

SEPÚLVEDA, J. Ginés de. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

- SEPÚLVEDA, J. Ginés de. *Historia del Nuevo Mundo*. Madri: Alianza Editorial, 1987.
- SERRÃO, Joaquim V. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- SOLORZANO PEREIRA, Juan de. *De indiarum iure (Liber III: De retentione Indiarum)*. Vol. I. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994 [1629].
- SOTO, Domingo de (O. P.). *Relecciones y opusculos*. Vol. I : Introducción general, De dominio [1535], Sumario, Fragmento : An liceat... Edición, traducción y introducciones de Jaime Brufau Prats. Salamanca: Editorial San Esteban, 1995.
- SOTO, Domingo de (O. P.). *De iustitia et iure*. Salamanca, 1553 (ed. bilingue : *De la justicia y del derecho*, 5 vols). Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1967-1968.
- SOUSA, Gabriel Soares de. “Capítulos que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou” [1592]. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. LXII, p. 341-381, 1942.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 [1557].
- SUÁREZ, Francisco. *De Legibus ac Deo Legislatore*. Tomo 3. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1975 [1612].
- SUÁREZ, Francisco. *Defensio Fidei III: principatus politicus o la soberanía popular*. Ed. E. Elorduy e L. Pereña. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965 [1613].
- SUÁREZ, Francisco. *De iuramento fidelitatis*. Ed. de L. Pereña, V. Abril e C. Baciero. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1978 [1613].
- SUMMARIO DAS ARMADAS. *Revista Municípios em Destaque*, Rio de Janeiro, ano XVII, nº 69, p. 17-20 e 51-60, 1996. [Texto anônimo atribuído ao padre jesuíta Simão Travassos, 1595]. Disponível em: <URL: <http://www.cchla.ufpb.br/pergaminho/sumario.html>>. Acesso em: 23 abr. 2009.
- TITU CUSI YUPANQUI, Diego de Castro. *Relación de la conquista del Perú y hechos del inca Manco II*. Lima: SanMartí, 1916.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel (Dir.). *Historia de España*. Tomo XI – Textos y documentos de historia antigua, media y moderna hasta el siglo XVII. Barcelona: Editorial Labor, 1984.

VASCONCELOS, Luís Mendes de. *Do sítio de Lisboa* (Diálogos). Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

VASCONCELOS, Simão de, S. J. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1977 [1663].

VIEIRA, Padre Antônio. *Obras completas do Padre Antônio Vieira : Sermões*. 5 vols. Porto: Lello e Irmão editores, 1959.

VITÓRIA, Francisco de. *Relectio de indis : carta magna de los indios*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989.

VITÓRIA, Francisco de. *Relecciones sobre los indios y el derecho de guerra*. Buenos Aires: Editora Espasa-Calpe, 1946.

ZURARA, Gil Eanes de. *Crónica da Guiné*. Barcelos: Livraria Civilização, 1973 [1453].

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 [1907].

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes : formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África : cronologia (séc. XV-séc. XVIII)*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

ALTOLAGUIRRE Y DUVALE, Ángel de. *Estudio jurídico de las capitulaciones y privilegios de Cristóbal Colón*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007.

Disponível em:

http://www.cervantesvirtual.com/FichaAutor.html?Ref=9527&idGrupo=S472#1_S472.

Acesso em: 23 mar. 2010.

AMARAL, Ilídio do. *O Consulado de Paulo Dias de Novais : Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANTONIO ESCUDERO, José. *Administración y Estado en la España Moderna*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editorial; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa e econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, Ministério da Educação e da Cultura, 1970.

BATAILLON, Marcel. *Estudios sobre Bartolomé de las Casas*. Barcelona: Ediciones península, 1976 [1965].

BATAILLON, Marcel; SAINT-LU, André. *El padre Las Casas y la defensa de los indios*. Barcelona: Editorial Ariel, 1976 [1971].

BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente, (O. P). *Francisco de Vitoria*. Barcelona: Editorial Labor S. A., 1939.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Colonial*. Vol. 1. São Paulo: Edusp; Brasília: F. Alexandre de Gusmão, 2004 [1984].

- BETHENCOURT, Francisco. “A administração da coroa”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988, p. 381-411.
- BETHENCOURT, Francisco. “A América Portuguesa”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, s.d., pp. 228-249.
- BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda B. “Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil Colonial”. *Leituras*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 6, p. 17-39, 2000.
- BIRMINGHAM, David. *Trade and conflict in Angola. The Mbundu and their Neighbours under the influence of the Portuguese. 1483-1790*. Oxford: The Clarendon Press, 1966.
- BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Lisboa: Vega, 2003.
- BLOCH, Marc L. B. *Os reis taumaturgos : O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1983].
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2 vols. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992 [1983].
- BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. “A política ultramarina de Felipe III no Brasil e em Angola: o governo do gentio e o comércio de escravos (1607-1621)”. In: CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (Coord.). *Trabalho Forçado Africano: articulações com o poder político*. Porto: CEAUP, Campo das Letras, 2007.
- BONCIANI, Rodrigo Faustinoni. “D. Diogo de Meneses e D. Manuel Pereira: o governo do gentio e o comércio de escravos no Atlântico (1607-1611)”. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A AMÉRICA COLONIAL (CASO), 2008, Belo Horizonte. *Anais do IV Simpósio*. Belo Horizonte: UFMG, 12 e 14 de novembro de 2008. CD-ROM).
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640) : Felipe II, las cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. 1987. Tese (Doutorado) – Universidad Complutense, Madri, 1987.

- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. “De un fin de siglo a otro. Unión de Coronas Ibéricas entre don Manuel y Felipe II”. In: EL TRATADO DE TORDESILLAS Y SU EPOCA : CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA, 1995, Salamanca. *Anais...* Vol. 3. S.l., Salamanca: Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, p. 1453-1463.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *D. Felipe I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Edusp, 1973.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, Charles R. *Portuguese Society in the tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1500-1800*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1996-1998.
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. 2 tomos. México: Fondo de Cultura Económica, 2002 [1949].
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992 [1969].
- BRUFAU PRATS, Jaime. *El pensamiento político de Domingo de Soto y su concepción del poder*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1960.
- BRUFAU PRATS, Jaime. *La Escuela de Salamanca ante el descubrimiento del Nuevo Mundo*. Salamanca: Editorial San Esteban, 1989.
- BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial (1524-1650)*. México: Siglo Vintiuno, 1977.
- CAETANO, Marcello. *O conselho ultramarino : esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.
- CAETANO, Marcello. *O conselho ultramarino*. Rio de Janeiro: Sá Cavalcanti, 1969.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. “Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na Ilha de São Tomé”. *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, nº 7, jan.-dez. 2004.
- CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

- CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afetos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
- CARDIM, Pedro. “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Felipe I.” In: RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia (Coords.). *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, 2002, p. 275-306.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.
- CASTAÑEDA, Paulino. “La interpretación teocrática de las bulas alejandrinas”. In: *Anuário Mexicano de Historia del Derecho*, no. 5. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1993, p. 20-59.
- CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos : século XVI*. São Paulo: Pioneira, 1984 [1969].
- CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América : nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1980 [1977].
- CIPOLLA, Carlo M et al (Orgs.). *La decadencia económica de los imperios*. Madri: Alianza Editorial, 1989.
- COELHO, Virgílio. “Em busca de Kábàsà uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do ‘Reino de Ndongo’”. In: ENCONTRO DE POVOS E CULTURAS EM ANGOLA, 1995, Luanda. *Actas do Seminário : Encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 3 a 6 de abril de 1995, p. 443-477.
- CORTESÃO, Jaime. *Os portugueses em África*. Lisboa: Portugália Editora, 1968.
- CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.
- COSTELLO, Frank B. (S.J.). *The Political Philosophy of Luis de Molina, S.J. (1535-1600)*. Roma: Institutum Historicum SI, 1974.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- COURTINE, Jean-François. *Nature et empire de la loi*. Paris: Vrin/EHESS, 1999.

CUENA BOY, Francisco. "Yanaconazgo y derecho romano: ¿una conjunción extravagante?". *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos*, Valparaíso, XXVIII, p. 401-424, 2006.

DADSON, Trevor J. "Nuevos datos para la biografía de Don Diego de Silva y Mendoza, Conde de Salinas". *Criticón*, Toulouse, 31, p. 59-84, 1985.

DADSON, Trevor J. "Más datos para la biografía de Don Diego de Silva y Mendoza, Conde de Salinas". *Criticón*, Toulouse, 34, p. 5-26, 1986.

DEBBASH, Yvan. "Au coeur du 'gouvernement des esclaves', la souveraineté domestique aux Antilles françaises (XVIe-XVIIIe siècles)". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, Paris, LXXII, n° 266, p. 31-54, 1985.

DELGADO, Ralph. *História de Angola : primeiro período e parte do segundo 1482 a 1607*. Luanda, Banco de Angola, vol. I, s.d.

DIAS, Carlos Malheiros (Dir.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. 3 vols. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924.

DIEGO CARRO, Dr. P. Venancio (O. P.). *La teología y los teólogos-juristas españoles ante la conquista de América*. 2 tomos. Madri: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de la Universidade de Sevilla, 1944.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *El Antiguo Régimen: Los Reyes Católicos y los Austrias*. Madri: Alianza Editorial, 1988.

DUTRA, Francis A. "Centralization vs. Donatorial privilege: Pernambuco, 1602-1630". In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1973.

DUTRA, Francis A. "A New Look into Diogo Botelho's Stay in Pernambuco, 1602-1603". *Luso-Brazilian Review*, Madison, vol. IV, N°1, p. 27-34, 1967.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAINGOLD, Reuven. "O 'programa de deportação' de exilados hispano-lusitanos à Ilha de São Tomé (1492-1496)". Jerusalém, Universidade Hebraica de Jerusalém, s.d.. Versão em espanhol: El Programa de deportación de exiliados hispano-lusitanos a la Isla de São Thomé: 1492-1496. In: CONGRESO CINCO SIGLOS DE PRESENCIA JUDÍA EN AMÉRICA, 1994, Buenos Aires. *Actas del Congreso...* Buenos Aires, 1994, p. 245-266.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2 vols, São Paulo: Globo-Publifolha, 2000 [1958].

FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: Apontamentos sôbre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola, e Benguela*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.

FERNANDES, Florestan (Org.). *K. Marx, F. Engels : história*. São Paulo: Ática, 1983.

FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Francisco. *Estado social y político de los mudéjares de Castilla : considerados en si mismos y respecto de la civilización española*. Madri, publicado por Muñoz, 1886.

FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. “Leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. In: *Penélope. Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, nº 23, 2000.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. “Os companheiros de D. Francisco de Sousa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 105, p. 95-136, 1928.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 2003.

FRIGO, Daniela. “‘Disciplina Rei Familiariae’: a Economia como Modelo Administrativo de Anciën Régime”. *Penélope. Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, nº 6, p. 47-62, 1991.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GALLOWAY, J. H. “The mediterranean sugar industry”. *Geographical Review*, Nova Iorque, 67(2), p. 177-194, 1977.

GARCIA, Carlos Alberto. *Paulo Dias de Novais e a sua época*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1964.

GARCÍA AÑOVEROS, Jesús María. *El Pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI y su aplicación a los indios americanos y a los negros africanos*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

GARCIA-GALLO, Alfonso. *Estudios de Historia del Derecho Indiano*. Madri: Instituto Nacional de Estudos Jurídicos, 1972.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “Finanças públicas e estrutura do Estado”. In: SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Iniciaticas Editoriais, 1963.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “1580 e a Restauração”. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio sobre a História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Livraria Sá Costa editora, 1968, p. 257-291.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 4 vols. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)*. Bauru: Edusc, 2007.

GORDO J. Adolpho S.; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “‘Quando mandarom os mininos aos lagartos’: as crianças judias de São Tomé e sua descendência no Brasil (1492-1624)”. In: CONGRESSO “AMÉRICA 1992”, 1992, São Paulo. *Comunicação no Congresso “América 1992”*, São Paulo: Universidade de São Paulo, agosto de 1992.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

GUEDES, João Alfredo Libânio. *História administrativa do Brasil; a união ibérica: administração do Brasil holandês*. Vol. 3, tomos 1 e 2. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Fundação Centro de Formação do Serviço Público, 1983.

HAMILTON, Bernice. *Political Thought in 16th-Century Spain. A Study of the Political Ideas of Vitoria, de Soto, Suárez & Molina*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

HANKE, Lewis. *The first social experiments in America*. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

HANKE, Lewis. *Bartolomé de las Casas : pensador político, historiador, antropólogo*. La Habana: Sociedad Económica de Amigos del País, 1949.

HANKE, Lewis. *Aristóteles e os índios americanos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s.d. [1970]

HANKE, Lewis. *All mankind is one : a study of the disputation between Bartolomeu de Las Casas and Juan Ginés Sepúlveda in 1550 on the intellectual and religious capacity of the American indians*. S.l.. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1974.

HANKE, Lewis. *La lucha por la justicia en la conquista de América*. Madri: Colégio Universitario de Ediciones Istmo, 1988.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. Campinas: Ateliê editorial, Editora da Unicamp, 2004 [1989].

HANSEN, João Adolfo. “A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 347-373.

HEERS, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média no Mundo Mediterrâneo*. São Paulo: Difel, 1983.

HEINTZE, Beatrix. “L’Arrivée des portugais a-t-elle sonné le glas du Royaume du Ndongo? La marge de manoeuvre du *ngola* 1575-1671”. *Revista STVDIA*, Lisboa, nº 56/57, p. 117-146, 2000.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII : Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HEMMING, John. *La conquista de los incas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000 [1970].

HEMMING, John. *Red gold : the conquest of the brazilian indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A invenção de uma sociedade*. Lisboa: Veja Editora, 2000.

HESPANHA, António M. *História das instituições : épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

HESPANHA, António M. (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime : colectânea de textos*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António M. “O Governo dos Áustrias e a ‘Modernização’ da Constituição Política Portuguesa”. *Penélope. Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, Nº 2, p. 49-73, fevereiro de 1989.

HESPANHA, António M. (Coord.). *Poder e Instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

HESPANHA, António M. *La Gracia del derecho: economia de la cultura em la Edad Moderna*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

HESPANHA, António M. *As vésperas do Leviathan : Instituições e poder político : Portugal : Séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.

HESPANHA, António M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

HESPANHA, António M. “Luís de Molina e a escravização dos negros”. In: *Análise Social*, Lisboa, vol. xxxv (157), p. 937-960, 2001.

HESPANHA, António M. *O direito luso-brasileiro no Antigo Régime*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HESPANHA, António Manuel. “Direito comum e direito colonial”. *Panóptica*, Vitória, ano 1, n. 3, p. 95-116, nov. 2006. Disponível em: <URL: <http://www.panoptica.org>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

HESPANHA, António M. “Depois do Leviathan”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, nº 5, p. 55-66, maio de 2007.

HILTON, Anne. *The kingdom of Kongo*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. T. 1, v. 1. São Paulo: Difel, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1956].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso : os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1959].

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INIKORI, Joseph E.; ENGERMAN, Stanley L. (Eds.). *The Atlantic Slave Trade : Effectes on Economies, Societies, and Peoples in Africa, the Americas, and Europe*. Londres e Durham: Duke University Press, 1992.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a metáfora da escravidão : um estudo de cultura política romana*. São Paulo: Edusp, 2004.

JOHNSON Jr., Harold B. "The Donatary Captaincy in perspective: Portuguese Backgrounds to the Settlement of Brazil". *The Hispanic American Historical Review*, Durham, Duke University Press, 52:2, maio de 1972.

JOHNSON, Harold ; NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. (Coords.). *Nova história da expansão portuguesa*. Vol. 6: O império luso-brasileiro (1500-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

JOHNSTON, David. "The General Influence of Roman Institutions of State and Public Law". In: MILLER, D. L. C.; ZIMMERMANN, R. (Eds.). *The Civilian Tradition and Scots Law. Aberdeen Quincentenary Essays*. Berlim: Duncker & Humblot, 1997. Disponível em: <[URL:http://iuscivile.com/materials/reprints/j-1.htm](http://iuscivile.com/materials/reprints/j-1.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2008.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei : um estudo sobre teologia medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1957].

KONETZKE, Richard. *La época colonial*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002 [1965].

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

KOSSOVITCH, Leon. "Contra a ideia de Renascimento". In: NOVAES, Adauto (Org.). *Arte e Pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

KRITSCH, Raquel. *Soberania : a construção de um conceito*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Las Guerras de Granada em el siglo XV*. Barcelona: Ariel, 2002.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *Granada después de la conquista: repobladores y mudéjares*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1993.

LARA, Silvia Hunold (Org.). "Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa". In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica*. Madri: Fundación Ignácio Larramendi, Fundación Mapfre Tavera, s.d. CD-ROM.

LASSARD, Yves; KOPTEV Alexandr. *The Roman Law Library*. Disponível em: <[URL:http://webu2.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/](http://webu2.upmf-grenoble.fr/Haiti/Cours/Ak/)>. Acesso em: 25 nov. 2008.

- LEITE, Serafim (S. I.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 vols. Lisboa: Livraria Portugal; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950.
- LIMA, Luís Felipe Silvério. “Os nomes do Império no século XVII em Portugal”. In: SEMINÁRIO FACETAS DO IMPÉRIO NA HISTÓRIA: CONCEITOS E MÉTODOS, 2006, Curitiba. *Anais do Seminário Facetas do Império na História*. Curitiba: UFPR/ProDoc/Capes, 6-10 de nov. de 2006.
- LOHMANN VILLENA, Guillermo. *El corregidor de indios en el Perú bajo los Austrias*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001.
- LOPES, Nei. *Novo dicionário Banto do Brasil : contendo mais de 250 propostas etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África : uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOVETT, A. W. *La España de los primeros Habsburgos (1517-1598)*. Barcelona: Editorial Labor, 1989.
- LUCENA SALMORAL, Manuel. “Leyes para esclavos : El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América española”. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). *Tres grandes cuestiones de la historia de Iberoamérica*. Madri: Fundación Ignacio Larramendi, Fundación Mapfre Tavera, s.d. CD-ROM.
- LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago de. *La Revolución de 1640 en Portugal: sus fundamentos y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal 1580-1640*. 1988. Tese (Doutorado) – Universidad Complutense, Madri, 1988.
- LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago de. “Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640.” *Cuadernos de investigación histórica*, Madri, Fundación Universitaria Española, nº 12, p. 197-228, 1989.
- LUXÁN Y MELÉNDEZ, Santiago de. “El control de la hacienda portuguesa desde el poder central: la Junta de Hacienda de Portugal 1602-1609.” *Revista da Faculdade de Letras : História*, Porto, Universidade do Porto, nº 9, p. 119-136, 1992.
- LUZ, Francisco P. Mendes da. *O Conselho da Índia : contributo ao estudo da administração e do comércio do Ultramar Português nos princípios do século XVII*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.
- LYNCH, John. *Spain under the Habsburgs*. 2 vols. Oxford: Oxford University Press, 1981.

MARAVALL, Jose Antonio. *Estado moderno y mentalidad social (siglos XV a XVII)*. Tomo I. S.I.. Madri: Alianza Editorial, 1972.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão : as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980 [1942].

MARCHANT, Alexander. "Feudal and capitalistic elements in the portuguese settlement of Brazil". *The Hispanic American History Review*, Durham, Duke University Press, agosto de 1942.

MARGADANT, Guillermo F. *La segunda vida del derecho romano*. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 1986.

MARQUES, Guida. "O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Felipe II de Portugal". *Penélope. Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, Nº 27, p. 7-35, 2002.

MARQUES, Guida. "La dimension atlantique de l'opposition anotonienne et l'enjeu brésilien (1580-1640)". In: *Anais de História de Além-Mar*, IV. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 213-246.

MARQUES, Guida. "L'invention du Brésil entre deux monarchies. L'Amérique portugaise et l'Union Ibérique (1580-1640): un état de la question". In: *Anais de História de Além-Mar*, VI. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 109-137.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente : Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Segundo Volume – A Monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa, s.d.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Quarto Volume – O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MENDES, António de Almeida. “Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, nº 7, jan.-dez. 2004.

MENDES, António de Almeida. “Traites ibériques entre Méditerranée et Atlantique: le noir au coeur des empires modernes et de la première mondialisation (ca. 1435-1550)”. In: *Anais de História de Além-Mar*, VI. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 351-387.

MENDES, António de Almeida. “Traite des Maures-traite des Noirs, ou les visages de l’esclavage au Portugal (XVe-XVIe siècles)”. In: CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (Coord.). *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*. Porto: CEAUP, Campo das Letras, 2006, p. 13-30.

MERÊA, Paulo. “A solução tradicional da colonização portuguesa do Brasil”. In: DIAS, Carlos Malheiros (Dir.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. II. Porto: Litografia Nacional, 1921-1924, p. 167-188.

MILLÁN, José Martínez. “La crisis del ‘partido castellano’ y la transformación de la Monarquía Hispana en el cambio de reinado de Felipe II a Felipe III”. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madri, Anejo II, p. 11-38, 2003. Disponível em: <URL: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=975298>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

MILLER, Joseph C. e THORNTON, John K. “The chronicle as source, History, and Hagiography: The *Catálogo dos Governadores de Angola*”. In: HEINTZE, Beatrix; MILLER, Joseph C. “A note on Kasanze and the Portuguese”. *Canadian Journal of African Studies*, Toronto, 6 (1), p. 43-56, 1972.

MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco : os antigos Estado Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, 1995 [1976].

MILLER, Joseph C. “Worlds Apart: African’s encounters and Africa’s encounters with the Atlantic Angola, before 1800”. In: ENCONTRO DE POVOS E CULTURAS EM ANGOLA, 1995, Luanda. *Actas do Seminário : Encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 3 a 6 de abril de 1995, p. 227-280.

MILLER, Joseph C. “A dimensão histórica da África no Atlântico: açúcar, escravos e plantações”. In: A DIMENSÃO ATLÂNTICA DA ÁFRICA: II REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ÁFRICA, 1996, Rio de Janeiro. *Atas da II*

Reunião Internacional de História de África. Rio de Janeiro: 30-31 de outubro a 1 de novembro de 1996, p. 21-40.

MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista – açúcar, escravos e engenhos”. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 19-20, 1997.

MILLER, Joseph C. “Retention, Reinvention and Remembering : Restoring Identities through Enslavement in Africa and under Slavery in Brazil”. In: CURTO, José C. ; LOVEJOY, Paul E. *Enslaving Connections : Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery*. Nova Iorque: Humanity Books, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra : índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. “Labor Systems” In: COATSWORTH, J. H.; CORTÉS-CONDE, R.; BULMER-THOMAS, V. (Orgs.). *Cambridge Economic History of Latin America*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: <URL: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars : Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MORENO, Humberto Baquero. “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras : História*. Porto, Universidade do Porto, Série 2, vol. 4, p. 103-118, 1987.

MURO OREJÓN, Antonio. *Gran Enciclopedia Rialp : Humanidades y Ciencia*. Madri: Ediciones Rialp S.A., 1991. Disponível em: <URL: http://www.canalsocial.net/GER/ficha_GER.asp?id=8551&cat=Historia>. Acesso em: 5 fev. 2010.

NORONHA, Ibsen J. C. *Aspectos do direito no Brasil quinhentista: consonâncias do espiritual e do temporal*. Coimbra: Almedina, 2005.

NORTON, Luís. *A dinastia dos Sás no Brasil, a fundação do Rio de Janeiro e a reestruturação de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965.

NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001 [1979].

OLIVAL, Fernanda. *D. Felipe II : de cognome “o Pio”*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. “Os portugueses e a Ásia marítima, c. 1500 - c. 1640: contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente. 2ª parte: o Estado português da Índia”. *Scripta Nova : Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. VII, n.º 152, p. 133-156., novembro de 2003. Disponível em: <URL: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-152.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2009.

PAGDEN, Anthony. *The Fall of natural man. The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

PANTOJA, Selma; SARAIVA, José F. S. (Orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PARREIRA, Adriano. *Diccionario glossografico e toponomico da documentação portuguesa sobre Angola (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga : século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

PEREÑA, Luciano. *La idea de justicia en la conquista de América*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

PERES, Damião (Dir.). *História de Portugal*. Vol. II. Barcelos, Edição Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, 1929-1935.

PITTA, S. Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador: Progresso Editora, 1950.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo : colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 [1942].

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998 [1945].

PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002.

RAMOS, Rui. “Rebelião e sociedade colonial: alvoroços e levantamentos em São Tomé (1545-1555)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, nº 4-5, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial : Brasil c. 1530- c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. 6 vols. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1938.

ROJAS DONAT, Luis. “La potestad Apostólica en las Bulas Ultramarinas Portuguesas y Castellanas”. *Revista de Estudos Histórico-jurídicos*, Valparaíso, nº 29, 2007.

RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitória e a liberdade dos índios americanos: a difícil implantação dos direitos humanos na América espanhola*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos : a evolução da legislação indígena espanhola no século XVI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

RUIZ, Rafael. *A vila de São Paulo durante a União das Coroas: políticas estratégicas e transformações jurídicas*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RUMEU DE ARMAS, Antonio. *El tratado de Tordesillas : Rivalidad hispano-lusa por el dominio de océanos y continentes*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e Agentes”. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, s.d., p. 169-192.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento : os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Settlement, Colonization, and Integration in the Portuguese-Influenced World, 1415-1570”. *Portuguese Studies Review*, Ontário, 15 (1-2), p. 1-35, 2007.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos :A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Catarina Madeira. “A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI”. *Revista STVDIA*, Lisboa, nº 54/55, p. 51-91, 1996.

SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo "polido" para Angola, reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c. 1800)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa e École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Lisboa/Paris, 2005.

SANTOS, Catarina Madeira. “Entre deux droits : les Lumières en Angola (1750-v. 1800)”. *Annales. Histoire Sciences Sociale*, Paris, nº4, p. 817-848, julho-outubro 2004.

SANTOS, Ricardo Evaristo dos. *El Brasil filipino: 60 años de presencia española (1580-1640)*. Madri: Editorial Mapfre, 1993.

SCELLE, Georges. *La traite négrière aux Indes de Castille: contrats et traités d'assiento*. 2 vols. Paris: Librairie de la Société du Recueil J.-B. Sirey & du Journal du Palais, 1906.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SCHÄFER, Ernesto. *El Consejo Real y Supremo de las Indias : Su historia, organización y labor administrativo hasta la terminación de la Casa de Austria*. Junta de Castilla y León: Marcial Pons Historia, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. “Luso-Spanish relations in Hapsburg Brazil”. *The Americas*, Philadelphia, Academy of American Franciscan History, 25/1, p. 33-48, 1968.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. (Ed.). *Implicit understandings : observing, reporting, and reflecting on the encounters between europeans and other peoples in the early modern era*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1995.

- SCHWARTZ, Stuart B. "O Brasil colonial, c. 1580-1750 : as grandes lavouras e as periferias". In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América latina colonial*. Vol. 2. São Paulo: Edusp, 1999, p. 339-421.
- SCHWARTZ, Stuart B. "Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas". *Afro-Ásia*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 29-30, p. 13-40, 2003.
- SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Felipes em Portugal e no Brasil (1580-1640)*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança : A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- SILVA, Chantal Luís da. "L'évêché du Congo et de l'Angola (1596-1760)". In: *Anais de História de Além-Mar*, IV. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 295-334.
- SILVA, Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da provincia da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- SILVA, José Manuel Azevedo e. "A importância dos espaços insulares na construção do mundo atlântico". In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS ILHAS. Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995. Disponível em: <URL: <http://www.ceha-madeira.net/canarias/hia6.html>>. Acesso em: 4 dez. 2008.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito Português: Fontes de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2006.
- SIMONSEN, Roberto. *História Económica do Brasil : 1500-1820*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SLEMIAN, Andréa et al. *Cronologia de História do Brasil colonial (1500-1831)*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 1994.

SOMEDA, Hidefuji. *Apología e Historia : Estudios sobre el fray Bartolomeu de las Casas*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra : Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista : história da festa de coroação de Rei do Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español (1580-1640)*. Madri: Fundación Histórica Tavera, 2000.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700. Uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1995.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *São Paulo nos primeiros anos : ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI : história da vila piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003 [1920 e 1921].

TAPAJÓS, Vicente (coord.). *História administrativa do Brasil*. Vol. 2: A política administrativa de D. João III. S.l. Rio de Janeiro: Dasp, 1966.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500-1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1981 [1968].

THORNTON, John K. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998.

THORNTON, John K. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2003.

TOSI, Giuseppe. “Aristóteles e a escravidão natural”. *Boletim do CPA*, Campinas, n° 15, jan./jun., p. 71-100, 2003.

TOSI, Giuseppe. “Raízes teológicas dos direitos subjetivos modernos: conceito de dominium no debate sobre a questão indígena no séc. XVI”. *Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas*, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, vol. 4, N.º 6, p. 42-56, 2005.

VANSINA, Jan. *How societies are born. Governance in West Central Africa before 1600*. Londres e Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.

VANSINA, Jan. “A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados”. In: NIANE, D. T. (Coord.). *História Geral da África*. Vol. IV: África do século XII ao século XVI. São Paulo: Ática/Unesco, 1988.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 2 tomos. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

VAS MINGO, Maria Milagro del. “Las Ordenanzas de 1573, sus antecedentes y consecuencias”. *Quinto Centenário*, nº 8, Madri, Universidad Complutense, p. 83-101, 1985.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica: mobilidade, cumplicidades e vivências*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 2002 [1968].

VERLINDEN, Charles. *L'esclavage dans l'Europe Medieval*. 2 vols. Bruges: De Tempel, 1955.

VERLINDEN, Charles. *Précédents médiévaux de la colonie em Amérique*. México: Comisión Panamericana de História, 1954.

VERLINDEN, Charles. “Formes féodales et dominiales de la colonisation portugaise dans la zone atlantique aux XIV et XV siècles et spécialement sous Henri le navigateur”. *Revista de História*, Coimbra, IX, 1960.

VERLINDEN, Charles. *The beginnings of Modern Colonization*. Ithaca: Cornell University Press, 1970.

VILA VILAR, Enriqueta. “Los asientos portugueses y el contrabando de negros”. *Anuario de Estudios Americanos*, Separata do tomo XXX. Sevilla: EEHA, 1973, p. 557-599.

VILA VILAR, Enriqueta. *Hispano-America y el comercio de esclavos. Los asientos portugueses*. Sevilla: CSIC, 1977.

VILLANUEVA LÓPEZ, Jesús. *El concepto de soberanía en las polémicas previas a la revuelta de 1640*. 2004. Tese (Doutorado) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

VICENS VIVES, Jaime (Dir.). *Historia social y económica de España y América*. 3 Tomos. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1988 [1957].

VIEIRA, Alberto. *Portugal y las islas del Atlántico*. Madri: Fundación Mapfre, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. 2 vols. Porto: Afrontamento, s.d.

WECKMANN, Luis. *Constantino el grande y Cristóbal Colón. Estudio de la supremacia papal sobre islas (1091-1493)*. México: FCE, 1992 [1949].

ZAVALA, Silvio A. *El servicio personal de los indios en el Perú (extractos del siglo XVI)*. 3 Tomos. Cidade do México: El Colegio de México, 1978.

ZAVALA, Silvio. *La filosofía política en la conquista de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1947].

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *La Compagnie de Jésus et l'institution de l'esclavage au Brésil : les justifications d'ordre historique, théologique et juridique, et leur intégration par une mémoire historique (XVI-XVII siècles)*. 1998. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1998.

ZERON, Carlos A. de M. R. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)*. 2009. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZERON, Carlos A. de M. R. "Pombeiros e tangomaus, intermediários do tráfico de escravos na África". In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS, SÉCULOS XV A XVIII, 1999, Lagos. *Passar as fronteiras: actas do II colóquio internacional*. Lagos: Centro de estudos Gil Eanes, 1999, p. 15-38.